











# ARCHIVO DOS AÇORES



IX

Digitized by the Internet Archive  
in 2010 with funding from  
University of Toronto

<http://www.archive.org/details/archivodosaore09pont>

P  
HSP  
A

# ARCHIVO DOS AÇORES

111

5

---

PUBLICAÇÃO PERIODICA DESTINADA Á VULGARISAÇÃO DOS ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS  
PARA TODOS OS RAMOS DA

DA

## História Açoriana

*Diogo da Silva*

---

9

**NONO VOLUME**

---

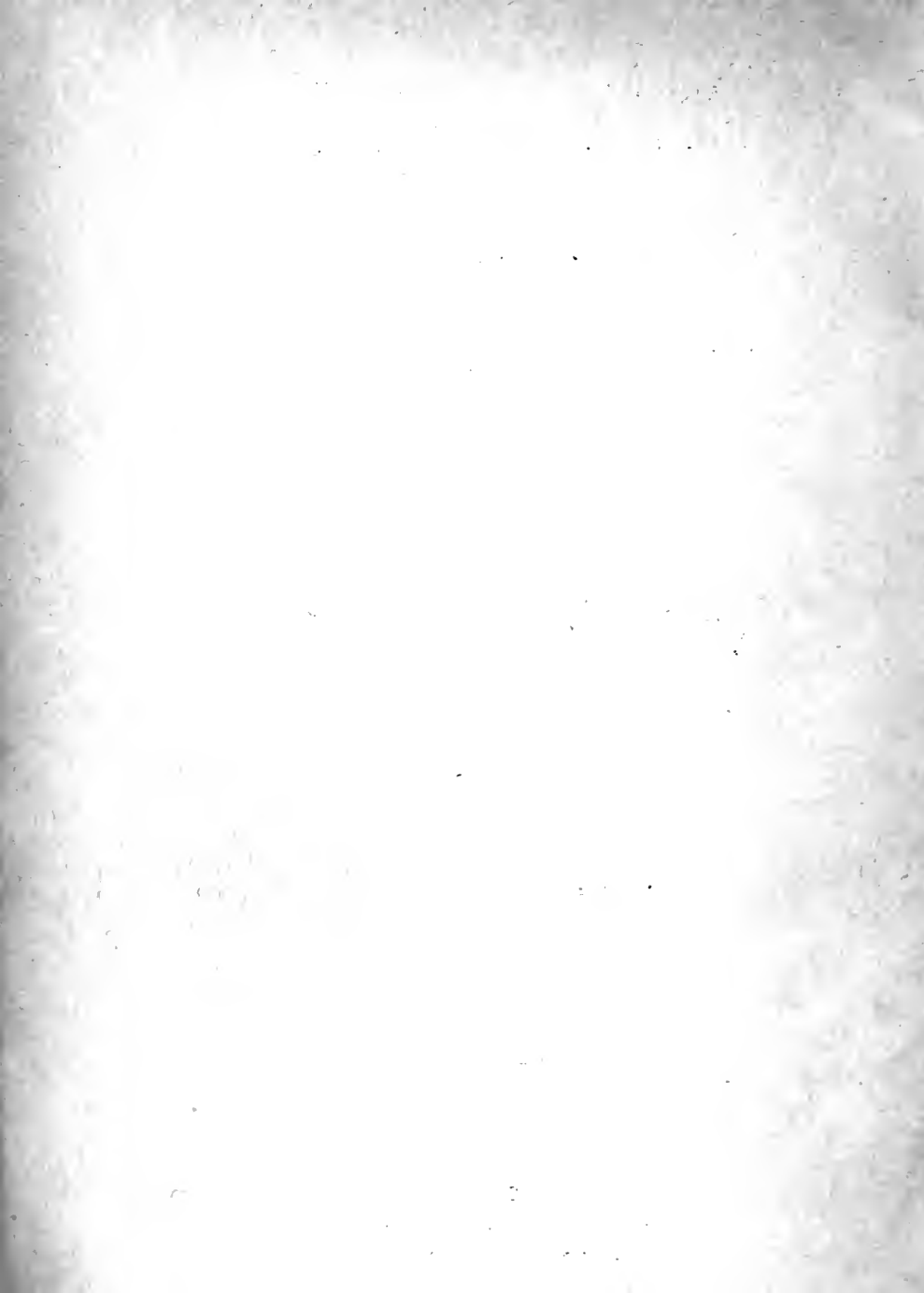
519576

19 3 51

1887-8

PONTA DELGADA—ILHA DE S. MIGUEL

Typ. do ARCHIVO dos AÇORES



# NOTICIA DA ILHA DE S. MIGUEL

POR

MR. W. R. KETTLE

1886.

Os seguintes apontamentos foram colligidos principalmente por observações proprias, durante uma curta estada de 18 dias, em novembro e dezembro, n'esta interessante e relativamente pouco visitada ilha.

Para muitos, a situação dos açores, ou ilhas occidentaes, como lhe chamam os maritimos, é quasi tão incerta como a d'aquella ilha ou continente fabuloso, a atlantida, cujos restos se suppõe ellas serem.

Esta ignorancia, d'algum modo se explica, pelo facto de, com poucas excepções, este archipelago figurar, sómente nos mappas geraes do Globo, em escalla mui pequena. Está situado em pleno atlantico, a cerca de 750 millias geographicas de Lisboa, a um terço da viagem, de Inglaterra às West Indias, ou de Gibraltar a New-York.

Os açores pertencem a Portugal. São nove ilhas em 3 grupos distinctos; sendo a distancia entre a que fica mais ao norte—o Corvo — e a que fica mais ao sul — Santa Maria—de cerca de 320 milhas. Esta, com San Miguel, formam o grupo do S.E.; Terceira, San Jorge, Pico e Fayal, (\*) o grupo central—Flores e Corvo o grupo do N.W.

São visitadas de quinze em quinze dias por paquetes de Lisboa—sendo o preço das passagens de ida e volta moderados.

S. Miguel, a maior e principal ilha dos açores, a 475 milhas ao N.W. da Madeira, tem cerca de 40 milhas de comprimento, variando a sua largura entre 4  $\frac{1}{2}$  a 8  $\frac{1}{2}$  milhas. População cerca de 120:000 habitantes.

E' composta de muitos e pittorescos montes e outeiros, de origem volcanica, sobresahindo na sua extremidade oriental o pico da Vara, de 3570 pés d'altura.

---

(\*) Esqueceu-lhe a Graciosa.

Não ha volcões em actividade; mas em varios pontos as nascentes de agua a ferver revellam que ainda existe a acção plutonica.

Tambem occorrem tremores de terra.

O clima é suave e egual; pois a temperatura media de inverno, é de 64°.F, e a de verão, 69  $\frac{1}{2}$ °.

Não se conhece a neve, se não nos cumes mais altos. Comtudo ha quasi sempre humidade na atmosphaera, o que torna o clima deprimente. A media annual de chuva é de 40 polegadas.

Uvas, e muitas outras qualidades de fructas são abundantes de verão e outomno, e grande numero de ananazes se obtem em estufas, sem calor artificial.

As laranjas e bananas amadurecem de inverno. San Miguel é bem conhecido pela bella qualidade d'aquellas. Infelizmente, com a doença das laranjeiras, e baixo preço da fructa exportada, os cultivadores actualmente arrancam as laranjeiras para cultivarem a batata doce, que vendem aos distilladores d'alcool. As principaes produções agricolas, alem da batata doce, são milho e fava, que se exportam em grande escala, não se desperdiçando a menor parcella de terreno aproveitavel.

Os instrumentos agricolas, são grosseiramente feitos de madeira; o arado é simplesmente um pau calçado de ferro, com pouco preparo mais; mas bastante para o trabalho em terreno solto e leve.

Muito se podia fazer com a cultura das ervilhas, batatas e outros legumes durante o inverno para mandar para Inglaterra, porem, o povo mostra-se apathico de mais para aproveitar estas vantagens.

Pode-se ir de Inglaterra a San Miguel por duas vias: a dos paquetes, ou em viagem directa. Os paquetes sahem de Lisboa a 5 e 20 de cada mez, indo o de 5 directamente a S. Miguel em 3 ou 4 dias e o de 20 pela Madeira em 6 dias; a passagem são Libras 6, 13,4; (de Southampton a Lisboa Libras 8. e mais); para os que são indifferentes a 6 ou 7 dias segnidos de viagem por mar, ha a viagem directa de Londres nos vapores da —Scritton's West India line—que partem de 15 em 15 dias, e tocam em S. Miguel comtanto que se lhes tome 3 passagens de Libras 10 cada uma; estes vapores tocam regularmente na ilha na volta.

De novembro a março os vapores de fructa tomam passageiros para Londres, Hull e Cardiff, tambem a Libras 10 com boas accomodações.

Fui no «Oceano», e voltei no «Azorean», ambos de cerca de 650 toneladas, os quaes supportam bem a forte invernoada.

Para mais informações, procurem-se os Srs. Tatham & C.<sup>o</sup> 9 Gracechurch St. e Collings & C.<sup>o</sup> 16 Philpot-lane em Londres.

Com bom tempo, as terras altas de S. Miguel avistam se a mais de 50 milhas; de mais perto offerecem um lindo panorama de montes e outeiros, em muitas partes bem arborisados. Em geral a costa é for-



mada de altos morros abruptos; mas, por vezes, as fertes terras formam declive até ao mar e, ou n'ellas, ou no alto dos morros reluzem, ao sol varias aldeias de casas brancas, vermelhas e amarellas. Todo o boçado de terra aproveitavel está cultivado, até alguns nas encostas escarpadas, fazem pasmar de se ter podido chegar até lá. As parcelas são rodeadas de linhas de *arundo donax*, especie de cana alta, que abriga as sementeiras do vento, apresentando um curioso effeito de distancia.

Ponta Delgada, a cidade e porto principal de San Miguel e 3.<sup>a</sup> em importancia de Portugal, jaz no lado — S. W. da ilha.

O sen porto é defendido por solido quebramar, agora quasi completo. Os navios mesmo os de grande dimensão tem aqui seguro abrigo contra todos os ventos, e os que demandam o porto com avaria, para refrescar ou tomar carvão, são izentos de todo e qualquer direito.

Não experimentei difficuldades na alfandega com a minha bagagem, e um companheiro de viagem, com um grande fornecimento deapparelhos e drogas photographicas, teve mui pouco incommodo com os delicados empregados portuguezes, tendo somente a pagar uma pequena quantia por cada volume.

Qualquer objecto, como roupas, espingardas &, &. *para uso proprio* é izento de direitos; aliás algum tanto pesados na maior parte dos artigos.

Vista do mar, a cidade é mui formosa, com os seus campanarios, aciadas casas caiadas de branco, tendo por fundo os jardins e quintas de laranjeiras; com picos e outeiros cultivados no ultimo plano. Ao desembarcar não ha motivo para desillusões.

Os edificios são solidamente construidos de pedra volcanica, ainda que poucos ha, de real belleza, como especimen de architectura.

As ruas, soffrivelmente largas e limpas, calçadas com blocos de lava, são alumiadas a gaz e petroleo.

Entre as varias modas de vestuarios, a mais notavel é o enorme *capote* e *capello* que muitas mulheres usam envolvendo-as inteiramente, com uma originalidade ridicula.

Cavillos pequenos, burros, mulas, bois e carneiros são as bestas de carga: até os carneiros puxam um carrinho com barris d'agua &, sob os olhos indolentes do dono.

A respeito de hoteis, ha alguma escacez, attendendo a que a população sobe a 22:000 almas. Um inglez fará bem em ir para o de Mrs. Brown, nos Pinheiros, a 8 minutos de passeio do caes de desembarque. Lá, por uma pataca ( $4^s/3^d$ ) terá um bom passadio, e um quarto de cama aciado e bem mobilado. Das janellas da sala ha uma linda vista para os campos e quintas de laranjeiras e da cidade até ao mar.

Aquelles que não desgostarem dos costumes portuguezes — encontram bons commodos em casa do Sr. Silvano, ou no Hotel Azorean,

ambos perto do caes, um pouco mais baratos; mas então, quasi que se torna indispensavel o conhecimento de um pouco de portuguez.

Casas mobiladas ou não, com bons jardins, podem obter-se por Libras 20 a Libras 40 por anno (para as ultimas) e a vida é muito barata. Por exemplo: vacca e carneiro vendem-se a 6 e 8 pence a libra, frangos a 4 ou 5 pence, ovos 4 pence a duzia.—O chá e o assucar são muito mais caros do que em Inglaterra.—O vinho da ilha, espezie de palhete leve, é muito barato, retalham-no a 1 penny o copo.

Ha bons mercados de fructa, carne e peixe, boa agua, bem sortidas lojas, onde se podem comprar muitos e variados artigos; todavia os artefactos inglezes, aqui como em muitos outros logares estão sendo supplantados pela concorrência americana e allemã.

Os impostos parecem ser menores do que em Inglaterra, e os salarios de creados e creadas são para aquelles de 9/ a 12/6, e para estas de 4/3 a 7/ por mez. Os salarios dos artífices são correspondentemente baratos.

Emquanto a dinheiro, é melhor trazer libras, que tem livre curso, valendo 5\$600 rs. A prata em giro, consta da pataca hespanhola ( $\frac{4}{3}$ ) a meia pataca, a serrilha ( $\frac{1}{3}$  da pataca) e o tostão ou  $\frac{1}{2}$  serrilha. O cobre é o vintem (pouco menos de  $\frac{1}{4}$ ) o pataco de 50 reis, e as moedas de 10 e 5 reis. A principio o dinheiro causa embaraços, pois muitas patacas tem 960 no cunho e valem 1\$200, e as meias patacas 400 valendo 600 reis.

Um estrangeiro, sem apresentações terá aqui uma vida muito tranquilla. Os portuguezes não mostram ser um povo muito sociavel, ainda que muito agradaveis e cortezes nas suas maneiras.

A colonia ingleza vae decrescendo, como decresce o commercio inglez. Estavam cerca de 20 pessoas á missa na igreja ingleza no domingo em que lá fui, sendo o serviço divino lido por um dos residentes.

Quasi que não ha divertimentos. — Ha um bom theatro, mas raros os espectaculos, e só quando chega alguma companhia de Lisboa. A's 8 horas da noite as ruas estão tranquillias.

Todo o que tomar interesse em engenharia, encontrará no quebra-mar obras dignas de attenção. As extensas pedreiras, donde se extrahе o basalto, são a cerca de uma milha do porto. Debaixo da camada de rocha ha uma espessa cama de ocre vermelho, que gradualmente se extrahе para a massa de rocha cahir. Os pedaços grandes de mais para o guindaste são rebentados a fogo, e a pedra, é conduzida por caminhos de ferro ao quebra mar, onde se carrega em barcaças que a vão lançar ao mar. Alguns dos blocos pezam 18 tonelladas. Quando a pedra chega á tona d'agua constroe-se então uma espessa muralha, com um bom passeio no tope.

Não ha leis de caça nem taxas de porte de espingarda, e qualquer

pode em liberdade caçar nos terrenos, contanto que não prejudique as colheitas. A unica caça nas immediações da cidade é a rodorniz, que abunda; mas é preciso andar bastante para a alcançar. Dizem que nas Furnas ha abundancia de gallinholas, e tanto lá como nas Sete Cidades apparecem narcejas e marrecas. O coelho, o maior quadrupede silvestre, não se encontra a mendo.

Os cartuchos carregados, devem vir d'Inglaterra, pois na ilha não os ha á venda.

Uma especie grande de milhafre, o açor, é bastante commum, e d'ella tiram as ilhas o seu nome. Abundam canarios, melros tintilhões, e alguns outros passáros como os de Inglaterra.

Não ha que pescar nas lagôas, onde só apparecem alguns peixes vermelhos, pequenos, ainda que, dizem haver trutas na das Sete Cidades.

Como as costas da ilha são abruptas não ha rios e sómente algumas insignificantes ribeiras.

Ha ao longo das costas abundancia de peixes de variadissimas especies, alguns exquisitos e de vivas côres, mas não ha barcos de pesca de aluguel senão os dos pescadores.

Em caso algum vale a pena vir a San Miguel só para gosar dos attractivos do *Sport*, e quasi que se pode dizer o mesmo das ontras ilhas.

Em Santa Maria (cerca de 45 milhas ao SE. de Ponta Delgada) abundam a perdiz vermelha, coelhos e pombos bravos; mas não ha ali um hotel capaz.

Outra vantagem gosam estas ilhas como a ausencia de reptis. Aquí, nem uma cobra, nem um lagarto: até, felizmente, morreram, alguns que haviam sido importados por curiosidade.

As estradas reaes são boas, e em sitios montanhosos como é entre a cidade e as Furnas, fariam honra a qualquer paiz. São feitas de pedra pomes, que forma uma superficie lisa como a do asphalto, contornando os flancos das alturas, e por vezes, necessariamente mui íngremes. As velhas estradas são em muitos pontos meros atalhos, quasi intransitaveis para carros, sendo a viagem em burros etc, o unico meio de locomoção ha muitos annos. No precurso das estradas encontram-se bastantes fontes.

Hoje, obteem-se boas carruagens a 2 e 3 bestas, sendo o preço do aluguel muito rasoavel; pois o frete d'um carro ás Furnas com 2 pessoas, (27 milhas) viagem de 6 horas, é de cerca de 17/<sup>s</sup>; e 4 pessoas 21/<sup>s</sup>: accresce uma gorgêta ao boleeiro de cerca de 2/<sup>s</sup>. Isto pode-se ter como media; mas na torna—viagem, o preço é quasi metade d'este.

Em Ponta Delgada o que ha mais digno de se ver são as egrejas e os conventos. O alto da igreja da Mãe de Deus, situada n'um outeiro a leste, donde se avista em formoso panorama a cidade, o porto,

com os campos agricultados das cercanias, os outeiros, e montanhas, das quaes as mais elevadas, a leste, attingem 3000 pés.

Os grandes jardins dos Srs. Borges, Canto, Jacome e Botelho são interessantissimos com a sua oppulencia de palmeiras, fetos arboreos, e raras e lindas arvores, arbustos e flores, das cinco partes do mundo, que aqui crescem luxuriantemente. Os estrangeiros teem entrada franca.

É tambem interessante uma visita ás estufas de ananazes, onde milheiros de magnificos fructos se obtem sem calor artificial.

São muito agradaveis as excursões aos picos circumvisinhos sendo pena levar-se tanto tempo por entre casas e muros de quintas, por dentro dos quaes as linhas de arvoredo para abrigo das laranjeiras tirão a vista, de modo que sò raras vezes se observa o campo livremente.

Do cumme da extincta cratera da Serra Gorda (1570 pés de altura) a 4 milhas da cidade, disfructa-se uma vista esplendida, d'uma a outra costa.

Uma das mais interessantes excursões é ás Sete Cidades, vasta cratera extincta, no oeste da ilha. O nome é de duvidosa origem. O caminho das carruagens para lá, é ao longo da costa, por vezes por cima de merros de 600 a 800 pés d'altura.

A cerca de 10 milhas da cidade, está a longa aldeia das Feteiras, com as suas espalhadas casas, e 2 milhas alem, a Lomba da Cruz, onde a carruagem para. Começa então a subida da alta montanha, com flancos cortados por profundas grotas, de pé, ou em burro, e que dura cerca de uma hora.

O ingreme caminho leva a formoso desfiladeiro, cujas paredes naturaes são revestidas de mimosos fetos, e aqui e acolá pequenas parcelas cultivadas, plantações do *Caladium* de grandes e largas folhas verdes—o inhame. Passada uma aldeola, o terreno torna se mais selvagem, á maneira que o caminho nos vae levando por entre bancos de pedra pomes e escorias volcanicas, coroadas de urze e queirô. Chegando ás cumieiras, a vista da cratera é imponente. Tem cerca de 3 milhas de diametro, e de uma altura d'uns 1800 pés acima do mar, vê-se mil pés abaixo 2 grandes lagoas, que juntas occupam todo o lado oriental da cavidade; em quanto que no outro lado ha duas crateras interiores, de bordos irregulares — a mais proxima sulcada de verdes grotas, a outra coberta do verde dos pinheiros e dos cedros da terra. Rodeando este soberbo panorama, as margens da grande cratera, ingremes elevadas, cobertas na maior parte de verdes bosques.

Perto do centro da cratera jazem largamente espalhadas as casas de uma aldeia. Do ondulante caminho que a ella leva gozam-se encantadoras vistas dos lagos, com as suas ravinas e despenhadeiros cobertos de feitas, e sombrios bosques de cedros e pinheiros; o conjun-

cto d'estas scenas é d'uma solemnidade indiscriptivel na sua grandeza tranquilla, na ideia do que seria tal sitio ha 450 annos no meio do pavoroso rugir d'uma erupção volcanica. No fundo, á esquerda antes de chegar ao caminho que conduz á lagoa, está o pequeno hotel do Travassos, onde algum refresco poderá tomar-se, ou por ventura, uma gallinha ou uma pouca de carne. Comtudo, avisando-o de antemão, uma estada de alguns dias aqui, seria de muito interesse para os amadores do bello pittoresco.

Seria uma viagem incompleta vir a San Miguel e não ver as Furnas, tanto mais que n'esta excursão, atravessa-se uma grande parte do interior da ilha. Ha dois caminhos, o do norte, e o do sul.

Pelo primeiro atravessa-se a ilha da costa do sul para a do norte pela Villa da Ribeira Grande, e da pittoresca aldeia do Porto Formoso, com esplendidas vistas de montanhas cobertas de arvorêdo, e de soberbos morros batidos pelas ondas na costa.

A cerca de 5 horas de viagem da cidade, a carruagem chega ao cume dos montes que cercam as Furnas, e n'uma volta do caminho, apparece de repente em encantador panorama o Valle das Furnas, com a sua grande aldeia de brancas casas no centro, com a sua lagoa rodeada, de montes e picos, labios d'aquella bocca que foi volcão em remotas eras.

Ha um só Hotel, o de Jeronimo Carvalho, cujo intelligente filho falla alguma coisa de inglez e faz todo o possível para o conforto dos viajantes, guiando-os tambem aos melhores pontos de vista. O preço são 3/6 a 4/3 por dia. Bom tratamento, e bons quartos.

A 10 minutos de passeio do Hotel encontram-se as admiraveis nascentes thermaes, ou caldeiras, duas d'ellas muradas com paredes circulares de pedra, que limitam a sua formidavel energia; á roda d'ellas parece que o solo ferve, emittindo formosos chrystaes de enxofre e alumen.

Tambem aqui, em tão pequena area, se encontram as nascentes d'aguãs mineraes de varias especies, frias, ferventes, ferreas acidas, sulphureas e alcalinas, algumas das quaes muito carregadas de gaz. As nascentes são distinctas umas das outras algumas fornecem agua aos banhos, onde são usadas com bons resultados para affecções rheumaticas, paralias & c.

O Governo Portuguez mandou construir aqui um excellente estabelecimento de banhos, muito frequentado de verão, e completamente gratuito. De inverno ha poucos ou nenhuns visitantes, e durante esta estação não assiste ali medico; a aldeia é muito tranquilla.

A uma milha do Hotel é a lagoa, de mais de millia de comprimento, e 864 pés acima do nivel do mar. Na sua extremidade do norte ha nascentes d'agua quente, uma d'ellas a maior das Furnas. Em volta da margem da lagoa, apparecem em algumas partes bolhas de gaz á superficie da agua, e jactos de agua fervente e de vapôr.

O conjuncto d'esta região é de si interessantissimo, não fallando já da variedade de vistas das montanhas circumvizinhas, que são magnificas.

Aquelles que quizerem augmentar o campo das suas excursões, teem os passeios em burro, por meio de encantador scenario, á Ribeira Quente e Povoação, na costa do sul, ou mesmo até á extremidade oriental da ilha.

A volta a Ponta Delgada pode ser pelo sul, por estrada tão boa como a do norte e talvez de mais interesse para o viajante, em consequencia de mais variedade de scenario, serpeando ao longo de montes e valles, com o espectaculo do oceano, em baixo e ao longe.

A quatorze milhas das Furnas encontra-se a Villa Franca, sem que haja nem mesmo uma pequena aldeola no caminho. E' rodeada de extensas quintas com a alta serra d'Agua de Pan ao fundo. Também aqui ha grandes estufas de ananazes, pertencentes ao sur. Lopes, que gostosamente se presta a ser o cortez cicerone dos estrangeiros nas suas propriedades. Ha um pequeno Hotel ao pé da praça principal, muito barato, muito aceiado, e com muito bom tratamento.

De Villa Franca a Ponta Delgada vão cerca de 13 milhas. A estrada corre á beira mar até á Lagoa, ou dois terços do caminho sempre interessantes.

Na Lagoa ha uma grande fabrica de distillação, e o grande estabelecimento de estufas do Dr. Botelho. A fabrica de louça é tambem digna de uma visita.

A estrada até Ponta Delgada perde desde aqui o interesse passando entre casas e muros altos. Presta-se sómente a observar os costumes do povo.

Em quasi todas as casas ha o oratorio, com imagens vistosamente adornadas. Veem-se as mulheres a trabalhar sentadas no chão, pois a mobilia d'estas pobres gentes é pouca. Fiam, ou trabalham nos seus toscos teares.

Concluo que um estrangeiro terá favoravel impressão com o socgado, franco, aceiado e alegre povo de San Miguel. Muitos são pobres, pobrissimos, mas não ha aqui aquella miseria tão frequente nas grandes cidades inglezas. Os seus fatos, sejam muito embora poucos, remendados e mesquinhos, a expressão das suas physionomias mostra o contentamento com a sua sorte, pois o clima é quente e igual, e as suas exigencias em alimento não são grandes: o milho e as favas são a sadia base da sua alimentação.

Possuem uma delicadeza alegre e independente; é raro passar o caminho sem receber cordeaes demonstrações de sandação ou de bonhomia. Os seus grandes cães são maus, porem, cobardes. Vale a pena quem quizer vir aqui, aprender algumas palavras de portuguez, por que fóra da cidade, é rarissimo encontrar quem falle outra lin-

gua. Conhecimentos de francez, latim, italiano, e melhor do que tudo, hespanhol, serão de muito auxilio.

Apenas esbocei, um magro contorno do que é San Miguel, mas, se tivesse espaço, muito teria que dizer da belleza, variedade e interesse das suas paizagens e das suas curiosidades naturaes.

Aquelle que gostar de variar do vulgar das viagens, e quizer passar umas semanas ou mesmo mezes entre bellezas naturaes, e no meio de um povo ainda não prevetido pelos viajantes, encontrará nos açores o que procura.

As outras illas tambem merecem uma visita. Ha n'ellas bons hoteis. Se se quizer uma Guia para a viagem a San Miguel, servirá muito bem a obra de Mr. W. F. Walker «The azores», 1886, editada por Trübner & C."

(Traduzido do inglez, do jornal *THE FIELD, the country gentleman's Newspaper*, London, N.º 1:777, de 15 de janeiro de 1887, pag. 75 e 76).



## NOTICIA DO PORTO ARTIFICIAL DE PONTA DELGADA

POR

*Mr. W. R. Kettle*

1887.

Ponta Delgada, S. Miguel. Açores

Ao Editor do «Nautical Magazine»

Senhor — Tendo estado a inspeccionar, com permissão e auxilio das authoridades portuguezas, o importante porto artificial d'esta cidade, agora quasi completo, envio lhe as seguintes notas, para conhecimento dos capitães de navios, e mais leitores do seu importante archivo.

A cidade de Ponta Delgada jaz ao S.W. de S. Miguel a mais importante ilha do archipelago dos açores (ou Western Islands). Esta importancia augmenta sempre á maneira que se vae completando o bello e solido quebramar que offerece abrigo a navios da maior tonelagem, quer desarvorados, ou precisando quaesquer concertos, quer deman-

dando o porto para se fornecerem de viveres, carvão ou aguada. Os navios n'estes casos, e os que só tocam a *ordens* são inteiramente livres de direitos de tonelagem ou direitos de porto. Em caso de doença, os estrangeiros tem facil admissão no bem dirigido hospital da cidade.

Encontra-se carne fresca, fructa, legumes e hortaliças, e excellente agua, a preços razoaveis. Fornece se carvão aos vapores na razão de 30 toneladas por hora e a preço de 24 Shilings a tonelada, posto a bordo.

Trata-se agora de ligar a ilha á Europa e á America por meio do cabo submarino.

Concertam se navios de ferro e de madeira, executando-se tambem bons concertos em machinas e caldeiras de vapores. Funde-se ferro em peças até 1  $\frac{1}{4}$  toneladas de peso. Ha uma dock fluctuante, que pode pegar em navios até 1:400 toneladas. Tem 184  $\frac{1}{2}$  pés de comprimento, 43  $\frac{3}{4}$  pés de largura, admitindo navios que demandem até 14 pés de agua. Ha rebocador, e mergulhadores, quando se precisem. Já varios grandes vapores tem podido, ao abrigo do quebramar, substituir hellice ou veio de sobresallente, havendo nos caes espaçosos armazens para depositar a carga, quando isto se torne necessario. Os navios que demandem até 21 pés, podem amarrar ao longo dos caes e armazens na baixamar.

A dock parte do castello de S. Braz, ao oeste da cidade e estende-se na direcção do SE. O seu paredão é valentemente construido de rochas basalticas, que cobrem uma base de 150 jardas de largura; e encimado por uma muralha de material, cujo topo fica a 33 pés acima do nivel d'agua no baixa mar. Tem actualmente mais de 1:100 jardas de comprimento, já chegou a um fundo de 12 fathoms (72 pés) e pode conter cerca de 70 navios entre grandes e pequenos, incluindo os das maiores dimensões. Quando completo, medirá 1:255 jardas. Ha duas boias vermelhas ancoradas no extremo submerso do paredão.

Até novembro de 86, quasi 3.500:000 toneladas de pedra tinham sido empregadas nas obras, com a despeza de cerca de Libras 600:000.

O eu julgar importante tornar este porto d'abrigo, e estação de carvão ainda mais conhecido do que é, fazendo como jaz, n'uma parte muito frequentada do oceano atlantico do norte, é que me serve de desculpa de occupar o seu valioso espaço.

Tenho a honra de ser &c.

W.<sup>m</sup> R. Kettle.

(Traduzido do inglez, do jornal *Nautical Magazine*, de janeiro de 1887.)

M.<sup>r</sup> Kettle escreveo mais: *A Report on the Artificial Harbour of Ponta Delgada*, que o editor de Londres, Laurie, publicou em numero de 20:000 exemplares.



# NOTAS AÇORIANAS \*

(Continuado de pag. 376 do Vol. VIII)

---

## ESCRITORES E HOMENS DE LETTRAS

**JOÃO JOSÉ DA GRAÇA.** — Nasceu na cidade da Horta a 15 d'Abril de 1836, sendo filho d'um honrado nautico do mesmo nome e de sua consorte D. Roza D. da Graça.

Dotado de notavel talento e amor pelo estudo, bem novo ainda e apesar da sua constituição assaz debil, começou o Sr. Graça, na sua residencia, da rua do Arco, a leccionar particularmente tanto a lingua patria, como francez e inglez, estes dois idiomas pelo methodo de Ollendorff, então uma innovação n'esta ilha, que se tornou proveitosa, tanto pelas condições de semelhante systema de ensino, como pela rivalidade que levantou entre a nova aula e uma outra existente no Lyceû da Horta, da qual era professor o Sr. João Hermetto Coelho d'Amarante, esclarecido escriptor açoriano.

Como lhe affluissem numerosos alumnos, mudou o Sr. Graça a sua aula para mais espaçosa eaza, na rua da Misericordia, pertencente á Camara Municipal do Concelho.

D'alli foi que no anno de 1856 sahio n'uma viagem aos Estados Unidos da America, d'onde em breve regressava para o Fayal acompanhado d'um prelo que, coadjuvado por um amigo, conseguira adquirir.

A introduccção, porem, da imprensa, em terra costumada ao reinado das trevas, não era empreza facil e devia, necessariamente, levantar, attritos, animadversões e receios, da mesma sorte que, se no cimo de alpestres rochedos accendessemos um lume qualquer, não faltariam morcegos que, volteando-lhe em redor, tentassem apagar com as estendidas azas aquelle ponto luminoso.

Foi o que aconteceu.

O primeiro prelo emperrou, puchou o folgo a si, como diz o po-

---

(\*) Por Ernesto Rebello.

vo, as remoras que se lhe haviam introduzido nos gonsos não deixavam alçapremar se nem à voz de Deus Padre, e o marulhar das ondas na praia indicava que a fragil embarcação iria em breve desfazer-se contra agudos alcantis.

Lembro-me, perfeitamente, então do Sr. Graça, de quem eu era um pouco applicado, discípulo, da sua figura extremamente magra, pallido, nervoso, com um longo casaco preto, que lhe chegava abaixo dos joelhos, com o seu chapéo de feltro de largas abas, absorvido na sua idea fixa de implantar a imprensa na Horta, luctando para isto conseguir, com Gregos e Troianos, chasqueado por uns, admirado por outros, levantando uma poeirada em seu redor, mas sempre firme, e inabalavel no seu proposito.

Estes combates, este periodo de illusões e tambem de descrenças, este grande arroteamento no campo das letras, poucos, sei bem, hoje aqui os levam em conta, mas ainda assim rememoral-os é um prazer para o visionario que escreve estas toscas linhas.

O Sr. Graça n'aquella epocha tinha o quer que fosse d'um apostolo tentando abrir caminho por entre fechos matagaes, e, diga-se a verdade, havia muita gente pacata, muita gente séria, que o considerava um refinado doído.

E não sei até se, nestas christandades das *ilhas de baixo* alguém não se lembraria, uma vez por outra, de fazer então ao joven e arrojado fayalense o mesmo que outros povos, em outras terras, fizeram de Savanarola.

Isto, porem, não está ainda bem averiguado.

Afinal o Sr. Graça, exhaustos todos os recursos de catechese e vendo em seu redor mais energumenos do que convertidos à sua *bóia nova*, mandou-os francamente ao diabo, a montanha não queria vir até junto d'elle, pois muito bem, seria elle que iria até junto da montanha, conseguindo arranjar, obter, possuir, um segundo prelo, não sabemos de que fabrica, mas em mais seguras condições, izento de espasmos, que não embuchasse e que scubesse mariuhar valentemente, embora atravez d'um dedalo de syrtis.

A vizinhança da casa n.º 2 da rua do Collegio, incommodada na sua nocturna e legendaria tranquillidade, levantava então, admirada, a cabeça do travesseiro de musgos, para ouvir os baques soturnos e cavos de uma machina movida a braços . . . a imprensa!

No dia 10 de janeiro de 1857, pelas 4 horas da tarde, era distribuido pelas ruas da Horta o primeiro numero do seu primeiro periodico «O Incentivo».

Esta publicação durou até Abril de 1858 e devemos confessar que se lhe fizeram guerra, tambem, por vèzes, com menos prudencia, foi *arrumando* bordoadas de cego.

Mas enfim, e esta era a magna questão, estava implantada a imprensa na ilha do Fayal, e cumulativamente com «O Incentivo», tres

mezes apenas depois d'este sahir a lume, tinhamos o semanario «O Fayalense» e logo em seguida outros diversos periodicos.

Ninguem pode negar ao Sr. João José da Graça a verdadeira gloria d'este grande melhoramento para a sua terra natal, que seria sufficiente para illustrar o nome de qualquer cidadão, se muitos outros e valiosos predicaos não possuísse este notavel açoriano, cuja erudição e elevado talento é incontestavel e dos quaes tem dado bem publicas provas.

Da sua carreira publica eis a resenha do que podemos respigar, em terreno um tanto sáfaro, para taes commettimentos:

**Empregos e profissão.** — Professor de linguas, inglez e francez, com titulo datado de 30 de Setembro de 1862.

Professor proprietario da 2.<sup>a</sup> cadeira do Lycêu Nacional da Horta, nomeado em 27 de julho de 1867.

Idem de Economia politica, no mesmo Lycêu, por Portaria de 3 de janeiro de 1871.

Idem de Historia, Oratoria e Litteratura classica durante os annos de 1873 a 1879.

Advogado nos auditorios da Comarca de Villa Franca de Xira de 1866 até 13 d'Agosto de 1867.

Idem nos auditorios da Comarca da Horta, desde 20 d'Abril de 1868 até actualmente, 1886, havendo substituido, por mais de uma vez o Delegado do Procurador Regio.

**Commissões de serviço publico:** — Promotor da subscrição que em 1858 se promoveu n'esta ilha a favôr das victimas da febre amarella, em Lisboa

Membro da Commissão para estudar a construcção da cadeia publica, 1860.

Secretario da Sociedade Agricola d'Angra do Heroismo, em 1862.

Membro da Commissão, creada em Angra, no mesmo anno de 1862, para desenvolver a instrucção geral do povo e em especial a bibliotheca d'aquella cidade.

Membro da Commissão de inquerito de cereaes, n'esta cidade da Horta, em 1868.

Presidente da Junta Geral do Districto da Horta, em 1878.

Presidente da Camara Municipal da Horta desde 1882 até ao presente e reeleito para o quadrienio de 1886 a 1889.

**Sociedades.** — Foi socio do Centro Promotor das classes laboriosas, em Lisboa, e da Civilisação Popular, aonde foi apresentado pelo grande poeta Antonio Feliciano de Castilho, no anno de 1859.

Socio honorario do Gremio Litterario Fayalense e presidente do mesmo em 1877 e 1878.

Socio correspondente da Sociedade de Geographia de Lisboa por diploma de 2 d'Abril de 1880.

Socio honorario da Sociedade Fraternidade Açoriana, do Rio de Janeiro, por diploma de 15 d'Agosto de 1882.

Socio fundador, honorario e presidente da Sociedade Humanitaria de Litteratura e Agricultura, na Horta, de 1878 a 1882.

**Obras que tem publicado.** — *As primeiras letras*, methodo rapido para ensinar a ler, publicada a 1.<sup>a</sup> edição, no anno de 1865, na typographia do «Futuro.» na ilha Graciosa, e a 2.<sup>a</sup> edição, em 1870 na ilha do Fayal, com a tiragem de 200 exemplares.

*Methodo de Ollendorff*. — para aprender inglez — Horta, 1858, typographia do «Incentivo», 300 exemplares.

*Arithmetica oral e escripta*. — Horta, em 1870, typ. de J. B. Badella, 200 exemplares.

*Elementos de Grammatica franceza* para uso das escolas de ensino secundario, approvada pela Junta Consultiva d'Instrucção Publica. — (Vid. *Diario do Governo* n.º 64, de 22 de Março de 1870) Horta, em 1869, typ. de J. B. Badella, 300 exemplares, edição esgotada.

*Elementos de Grammatica ingleza*, Horta, 1870, typ. de J. J. da Graça, 300 exemplares.

*Discursos forenses* nos crimes de envenenamento e de bigamia, nos auditorios da Comarca da Horta, em 1875, — typ. de C. A. Pestana, 200 exemplares.

*A Existencia de Deus* pela simples indicação das numerosas maravilhas da natureza. Este excellente trabalho que é uma imitação de Paley, ainda que sob uma nova forma, foi impresso em Lisboa, na typ. dos Marianos, tem a data de 1877 e da mesma foram tirados 1.000 exemplares.

*Prefacio á poesia de R. Barcia «O Tejo»*, traduzida por Augusto Bulcão: é um folheto de 16 pag. com longa introdução, publicado na Horta, em 1877 na typographia de F. P. de Mello e cuja tiragem foi de 200 exemplares.

**Jornaes** — Alem do «Incentivo» de que já tratámos n'outro logar d'esta referencia e que se publicou na Horta, desde 10 de janeiro de 1857 a 20 d'Abril de 1858 conhecemos João José da Graça como redactor da *Horta* no anno de 1862, epocha tambem em que na mesma localidade fundou *O Atlantico* que actualmente existe, ainda que n'outras mãos, com a bonita idade de 25 annos.

Desde 1868 e em diversos periodos foi o Sr. Graça redactor dos seguintes periodicos fayalenses: — *A Palavra* — *Correio da Horta* — *Tribuna* — *A Verdade* — *O Observador* — *Porto Franco* — *A Regeneração* — isto alem de em alguns outros ter collaborado.

Ainda n'estas lides, mas fóra d'esta ilha, registamos tambem que foi redactor principal do periodico *A Terceira*, em 1863, redactor e proprietario do *Ecco Açoriano*, em 1854, do *Ecco Agricola* pelo mesmo tempo e do *Futuro*, em 1865, na ilha Graciosa.

Com cincoenta annos apenas de idade e possuidor de bastante força moral, consoante às suas aptidões, pode ainda a vida publica d'este prestimoso fayalense ter dias assaz brilhantes e uteis à sua patria.

Como acabamos de vêr tem sido, apesar da sua debil constituição, um incansavel trabalhador, tanto no publico ensinamento, como na arêna da imprensa.

Nascido n'uma pequena ilha, relativamente pobre e n'um meio pouco propicio a litterarios commettimentos, abriu caminho escudado somente na applicação e no estudo.

O que é, deve-o a si só, a mais ninguém.

E, diga-se a verdade, semelhantes pergaminhos, são sempre bem custosos de alcançar.

**FRANCISCO SILVEIRA D'AVILA PIMENTEL.**—Filho de Antonio Silveira d'Avila Pimentel e de sua consorte D. Aldina Constancia Pimentel, nasceu na freguezia da Matriz, d'esta cidade da Horta, a 25 de Setembro de 1834.

Tornando se com o decorrer do tempo um mancebo estudioso e intelligente, encontrámos nos registos do Lyceu Nacional que n'aquella casa de ensino prestou exames, com plena approvação, nas disciplinas de rhetorica, poetica e litteratura classica, philosophia moral e racional, arithmetica, algebra e geometria.

Preparado assim para o tirocinio das letras, mas vivendo n'uma localidade aonde pouca opportunidade se lhe offerecia de em semelhante mister ver o seu trabalho convenientemente remunerado, embora fossem limitadas as suas ambições, embarcou para o Brazil, chegando ao Rio de Janeiro, com 23 annos de idade, no dia 3 de Setembro de 1857.

Consoante às suas inclinações e aptidão, não se fez esperar n'aquelle uberrimo paiz occasião de ser convenientemente empregado, e a 14 d'outubro seguinte entrava como professor de portuguez no Collegio Victorio, fazendo em seguida, no mez de Maio de 1858, exame perante o conselho d'Instrução e conseguindo obter Diploma para leccionar essa disciplina, o que com muita distincção effectuou n'aquella importantissima côrte, durante o longo periodo de vinte e seis annos, tanto em Collegios, como em casas particulares.

Este grande e proveitoso tirocinio, a longa pratica de manusear diversos methodos, de conhecer a maior ou menor proficuidade de diversos systemas de ensino e de adaptar á intelligencia das creanças a maneira mais facil de lhes ministrar a instrucção, concorren, como

pessoa idonea, para publicar o fructo da sua demorada experiencia, o que n'este genero lhe parecia melhor, em diversas obras de pedagogia que tem merecido a publica acceitação.

A 29 de Junho de 1884 regressou o Sr. Pimentel á sua patria, e estabeleceram na Alameda da Gloria um collegio, aonde lecciona.

Damos em seguida e com o prazer que sempre sentimos quando se trata da instrucção publica, a mais urgente necessidade desta terra, a relação das obras que temos noticia d'este benemerito fayalense:

*Breves Noções de Grammatica Portugueza* — obra theorica, opusculo de 125 pag. Rio de Janeiro, 1863, edição de 1:000 exemplares.

*Breves Noções de Syntaxe e Orthographia* — opusculo de 32 pag. Rio de Janeiro, 1865, edição de 1:000 exemplares.

*Breves Noções de Grammatica Portugueza* — obra theorica e pratica, 220 pag., contendo 99 lições a par de explicações, analyses e exercicios. Rio de Janeiro, 1870, 2:000 exemplares.

*Explicador Portuguez* — de conformidade com o programma do Collegio de D. Pedro II, obra theorica e pratica. Rio de Janeiro, 1874, 2:000 exemplares.

*Explicações de Portuguez á infancia* — grammatica elemental, theorica e pratica, 70. pag. Rio de Janeiro 1874, 2:000 exemplares.

*Cartilha da Infancia* — dedicada aos meninos fayalenses, methodo phonetico de guiar analphabetos ao estudo da leitura. Rio de Janeiro, 1879, 500 exemplares.

*Breves Noções de Phonologia* — opusculo de 22 pag. Cidade da Horta, na Minerva Insulana, 1886, 1:000 exemplares.

*Cartilha da Infancia* — 2.<sup>a</sup> edição, cidade da Horta, 1886, na Minerva Insulana, 1:000 exemplares.

**D. HERMENEGILDA DE LACERDA.** — A hereditariedade do talento confirma-se mais uma vez na illustre dama de que vamos tratar.

Descendente de uma muito distincta e antiga familia fayalense, neta de D. Francisca Cordelia Telles, senhora que pelos seus dotes de espirito tornou-se aqui notavel, e bisneta do illustrado poeta o Dr. Manuel Ignacio de Sousa Sarmiento, do qual a maneira principesca por que vivia e o seu esmerado gosto artistico, é ainda hoje rememorado, a Sr.<sup>a</sup> D. Hermenegilda de Lacerda, natural da Horta, aonde nasceu a 30 de Junho de 1841, bem cedo começou a demonstrar em apreciaveis trabalhos litterarios, que para ella as Musas não eram ingratas e que no seu convívio se comprazia e das suas lições aproveitava.

Foram seus paes José Alexandre de Barcellos Merens e D. Barbara Guilhermina Telles d'Utra Machado, aquelle honrado funcionario publico e cavalheiro assaz apaixonado pelas bellas letras, comprazen-

do-se muito, por meio da aprendizagem que fazia aos seus filhos dos trechos mais notáveis dos nossos melhores poetas e prosadores, de alimentar nas suas jovens almas a veneração pelas relevantes qualidades do espirito, o que, diga-se de passagem, não é muito trivial n'este nosso comeseinho viver insulano, em que as manifestações do espirito são desconhecidas, ou pelo menos olhadas com bastante indifferença.

A familia, assaz numerosa, de José Alexandre de Barcellos Mearns achou-se em breve orphã de pae e mãe e essas indefensas creanças enluctadas e em frente d'um sombrio futuro, duplamente sombrio, por quanto alem da irremediavel falta dos seus progenitores, acrescia ainda que os funcionarios probos não costumam, entre nós, legar fortunas pecuniarias aos seus descendentes.

Estava então D. Hermenegilda de Lacerda, a filha mais velha d'aquella familia, na primavera da vida e a primeira poesia que d'esta distincta escriptora conhecemos, foi impressa no n.º 6 do *Fayalense*, correspondente a 5 de Setembro de 1858.

Era uma singela e sentida elegia, com o titulo «A meus paes» e que começa por esta quadra bem significativa do ven de tristeza que invadia o coração da saudosa filha:

As campas dos meus bons paes  
Com meu pranto fui regar,  
E sobre-ellas fui mil flores  
Innocentes espalhar.

Esta poesia, ligeira, sem pretensões, sem arte, sem atavios, despertou ainda assim bastante sympathia na gente illustrada d'esta terra e logo depois, apparecia lhe uma resposta, tambem em verso, elegiaca, e firmada pelo nome de um homem que se não era poeta, ao menos tem professado sempre pelo talento bastante veneração.

O debute da joven poetisa, ainda assim, parecendo dever ser izento de censuras, tanto pelo assumpto que escolhera, como pelas inevitaveis incorrecções das primicias de qualquer tentame n'este genero, foi discutido com algum azedume, lembramo-nos bem, e de certo se lembrará melhor a authora, riam-se d'ella as suas amigas, nem se disfarçavam nos sorrisos d'escarneo quando apparecia em publico, aquillo era quasi um escandalo, uma menina enluctada, pobre, metter-se a publicar *cantigas*, mas tambem a critica não a poupava . . .

A critica! dissemos nós. Aonde existirá, maxime nas pequenas localidades, essa desgraçada, que possa dar um passo sem deixar uma pegada de lama?

A critica, como diz Guilherme Braga, fallando do seu encontro com um joven escriptor :

*Uma anã coxa e cega,  
Cujó riso disforme incommoda e faz mal,  
Lhe sai da estrada á beira. Estupida, boçal,  
Esfarrapada, immunda, acanhada, rachítica,  
Satyra de truões, que se intitula a Critica!*

Foi preciso, acreditem-nos, uma grande força de vontade para a distincta escriptora açoriana conquistar, palmo a palmo, o tributo de respeito que mais tarde conseguiu lograr o seu incontestavel merito.

Comnosco, os homens, o processo é outro, o que se nos torna indifferente, ou faz sorrir, uma palavra, um dito grosseiro, uma chufa, pode, porem, ceifar desde logo uma vocação feminina, n'este campo da arte.

Felizmente não aconteceu assim, a reacção operou-se, e valentemente, como o leitor poderá avaliar pela seguinte enumeração das composições, em variados generos de litteratura, da S<sup>ra</sup>. D. Hermenegilda de Lacerda, entre as quaes ha algumas perolas de subido valor:

#### **De 1858 a 1883—Poesias:**

*Virtude e Vicio—Saudade—Á morte de D. Pedro 5.<sup>o</sup>* (publicado no Fayalense) — *O Jau* (p. no Amigo do Povo) — *Queixumes—Saudade—Castilho—Filha e Mãe* (almanach michaelense) — *Que importa a vida?* (almanach das Senhoras) — *Não chores—Na montanha* (idem) — *Uma noite em Veneza—O menino e o caçador* (p. no Fayalense) — *O outono—Chegada á patria*, a Delfina Vieira Caldas (p. em S. Mignel) — *A José Esterão*, recitada pelo S<sup>r</sup>. Luiz Telles de Barcellos, no theatro União Fayalense, na noite da representação dos Lazaristas, em beneficio dos veteranos da liberdade — *1.<sup>o</sup> de Dezembro*, recitada pelo mesmo n'uma recita no theatro União Fayalense, commemorativa da Restauração portugueza — *Poesia* precedendo a representação de um drama posto em scena por senhoras, no mesmo theatro, em beneficio do Gremio Litterario Fayalense, recitada no palco pela authora — *Á Philharmonica Artista*, recitada no mesmo theatro pela authora, n'uma recita de senhoras, em beneficio d'aquella sociedade — *Hymno*, composto expressamente para a inauguração do theatro Esperança, em São Mignel e offerecido áquella sociedade, a pedido do S<sup>r</sup>. Gandencio Carneiro — *No templo—Rosa branca—O infante—Ultimo somno de donzella* (imprensa açoriana) — *O goiwo e a donzella—A Vida* (Gazeta das Salas) — *Caridade* (impressa avulsa na typ. Hortense e recitada pelo S<sup>r</sup>. Barcellos, no theatro União Fayalense, bem como publicada no jornal Brasileiro O Phantasma) — *O Engeitado* (n'um jornal brasileiro) — *Splendid day* (p. no Fayalense) — *Ao Vate—Recordação e desalento—A Amizade* (almanach das Senhoras) — *Longe da patria* (typ. Hortense) — *Dialogo* (p. no Lyceu da Horta) — *Amor da Patria e A Infancia desalida*, recitadas pela authora n'um sarau litterario, na noite de 26 de Abril



de 1872 (p. em folheto e reproduzidas no Ramalhete do Christão) — *Um sonho da Infancia* (idem) — *A Francisco de Sá Noronha*, distribuída n'um concerto do insigne maestro, no theatro União Fayalense na noite de 14 de Maio de 1872 e p. no Fayalense — *A Emilia Adelaide* (p. no Fayalense) — *A distincta actriz Emilia Adelaide*, recitada pela authora, d'um camarote do theatro União Fayalense e p. no Fayalense — *A augusta Rainha de Portugal*, por occasião das inundações no continente e recitada no saraú do Gremio Litterario Fayalense a 31 d'outubro de 1876) — *A Camões* (composta expressamente pela authora para festejar o tricentenario do grande epico no saraú dado pela sociedade Humanitaria e recitada pela Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Francisca Ribeiro de Sousa, bem como publicada na «Correspondencia de Portugal» de 22 de julho de 1880) — *O Caminho da Cruz, Stabat Mater, A Resurreição* (p. no Fayalense) — *Um Quadro* (alm. litterario e charalístico de 1880) — *Mãe* (alm. de D. Luiz 1.<sup>o</sup>, 1881) — *Sons da Lyra* (alm. de Lembranças de 1881) — *O Inverno* (p. no Porto) — *1.<sup>o</sup> de Dezembro de 1640* (idem).

**Dramas** — *Entre dois deveres*, em 3 actos, representado por senhoras e cavalheiros no theatro União Fayalense, na noite de 21 de março de 1878, em beneficio da exposição districtal da Horta, recita promovida pelo Ex.<sup>mo</sup> Visconde de Castilho, quando Governador Civil. Este drama em 1875 foi impresso na Typ Hortense — tiragem 200 exemplares.

— *A Verdadeira Nobreza* — em 3 actos (inedito).

— *O Apostolo* — em 3 actos (inedito).

— *Deus existe* — em 3 actos (inedito).

— *Heroismo de mulher* — drama historico em 4 actos (inedito).

**Romances** — *A Mariquinhas da Gruta*, scenas açorianas com factos historicos, em 2 vol. (inedito).

— *O Eremita da Ilha do Fayal* — 1 vol., historico (inedito).

— *Uma narrativa ao ar livre* — p. no alm. do Fayalense de 1873 e no jornal de Campinas, em São Paulo, Brazil.

— *Uma recordação dos 14 annos* (dedicado a seu irmão Henrique de Barcellos e pub. no alm. do Fayalense de 1874).

— *Da fatalidade á felicidade* (alm. do Fayalense, 1885).

— *A voz da natureza* (p. em folhetins no Fayalense).

— *Faze bem não olhes a quem* (idem).

— *O Valle da Feiticeira* na ilha do Fayal (dedicado a sua prima D. Anna Telles Machado de Vasconcellos e p. na Persuasão).

**Discursos:**—Discurso sobre a Instrucção, pronunciado pela authora na solemne inauguração do Gremio Litterario Fayalense, na noite de 2 de janeiro de 1875, e depois impresso na typ. Hortense, conjunctamente com a poesia *Longe da Patria*.

—*Idem*—sobre o Amor do proximo, pronunciado pela authora no mesmo Gremio, na noite de 6 d'abril de 1875 e p. no Fayalense de 25 do mesmo mez.

—*Idem*—commemorativo do dia 1.º de Dezembro de 1640, pronunciado pela authora no sarau dado por estudantes no Lyceu da Horta, em egual data de 1876.

**Folhetins e Artigos:**—*Paginas intimas*, apreciação do livro de Zeferino Brandão, com egual titulo (p. no Fayalense de 1875).

—*Impressões d'um passeio*—dedicado á Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Roza Dabney (idem de 1877).

—*Apreciação dos Serões d'Inverno*—de Augusto Loureiro (idem).

—*O Cabeço dos Milhafres*—descripção em verso (Persuasão de 22 de Maio de 1878).

—*Dois quadros na igreja Matriz da Horta*—(p. no Fayalense de 30 de Dezembro de 1877 e Persuasão de 23 de Janeiro de 1878).

—*Impressões Campestres*—dedicado á Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Delfina Vieira Caldas—(Jornal de Noticias).

—*A sua prima D. Francisca A. Ribeiro Gil* (idem).

—*Tributo de Saudade á morte da Ex.<sup>ma</sup> Snr.<sup>a</sup> D. Edith Dabney* (p. no Fayalense).

—*Homenagem á memoria de Alexandre Herculano* (p. no Fayalense e transcripta na Gazeta das Salas e Diario dos Açores).

—*Albertina e Jayne*—variedade (alm. das senhoras).

—*Fragmentos*—(no jornal «O Figaro», de Lisboa).

Para terminar esta longa lista que representa um grande e honroso trabalho a bem das letras açorianas diremos que no Brazil, sob o titulo de *Horas crepusculares*, estava em via de publicação um volume contendo as poesias já publicadas da Sr.<sup>a</sup> D. Hermenegilda de Lacerda, assim como muitas ineditas.

Infelizmente a morte de seu marido, o sr. Augusto Carlos Telles de Lacerda, occorrida n'esta cidade a 31 de julho de 1884 e com o qual havia casado em 27 d'Abri! de 1861, enlutando a e á sua extrema familia, veio affastar a illustre escriptora do seu favorito prazer—as letras.

Em todo o caso é já abundosa a sua colheita de virentes flores.

**ANTONIO DE SOUSA HILARIO.** — Comquanto não nascesse no Fayal, pela longa permanencia que, desde creanga, aqui tem tido, aonde estudou e aonde reside, pode considerar se como de casa.

Nasceu no lugar do Norte-Grande, na ilha de São Jorge, concelho das Vêlas, a 10 de Dezembro de 1841, sendo baptizado no dia 25 d'esse mesmo mez e anno na igreja parochial de Nossa Senhora das Neves.

Foram seus paes Hilario José de Sousa, oriundo da mesma ilha e D. Maria Delfina da Conceição, natural da ilha Graciosa.

Vindo em tenra idade residir com sua mãe para a cidade da Horta, aqui cursou com muito aproveitamento as disciplinas do Lyceu Nacional, sendo nomeado official da bibliotheca d'aquelle estabelecimento litterario por Carta Regia de 27 de Setembro de 1866 e servindo esse cargo até 11 de janeiro de 1879.

Estabelecida n'esta cidade a Caixa Economica Fayalense, desempenhou tambem o Sr. Antonio de Sousa Hilario o difficil e trabalhoso lugar de guarda livros da mesma, desde o anno de 1864 até 1873.

De 1865 a 1875 collaborou assiduamente o Sr. Hilario no semanario o «Fayalense», bem como no «Atlantico», «Verdade» e «Imparcial», de que foi redactor, e geralmente os seus substanciosos artigos eram firmados com a inicial H.

Em 1876, com o título *Educação Paterna, Breves discursos*, e dedicado ao Ex.<sup>mos</sup> Sr.<sup>s</sup> Barão e Baroneza de Roches, publicou um livro, impresso com nitidez na typ. do «Atlantico», em 300 pag. de 8.º, cuja tiragem foi de 300 exemplares e editado pelo typographo José Augusto de Bettencourt.

A boa impressão d'esta obra, o que não é muito trivial nos nossos prelos, merecen ao editor Bettencourt ser premiado pelo jury da exposição districtal, realisada n'esta cidade em 1878, quando exercia o cargo de Governador Civil d'este Districto o Ex.<sup>mo</sup> Cons.<sup>ro</sup> dr. Antonio Maria d'Oliveira.

Existe ainda do Sr. Hilario um outro trabalho: *Breves Soluções dos programmas officiaes para os exames de instrucção primaria e secundaria*.

E' um folheto de 46 pag. em 8.º, impresso no anno de 1878 na mesma typ. e com o mesmo editor e do qual a tiragem foi de 100 exemplares.

E cumpre-nos tambem mencionar que, anteriormente, no dia 9 de Maio de 1875, por occasião de uma festa religiosa na parochia das Angustias, supprio a falta de pregador, que o publico notou n'aquelle respeitavel acto, mandando distribuir pelo atrio do templo e outros lugares, um sermão de lavra sua, dedicado á Santissima Virgem das Angustias, impresso na typ. Fayalense e cuja tiragem foi de 250 exemplares.

Isto den então muito que fallar, pela novidade do facto, mas em fim o Sr. Hilario, que era da Junta de parochia, lá saberia as razões do seu procedimento e se a doutrina era boa, sã e adequada á festa religiosa que se effectuava, entendemos que com o seu sermão não periclitava pessoa alguma.

Foi proprietario e redactor do semanario «O Direito Popular», aqui publicado e do qual o 1.º numero tem a data de 14 d'Abril de 1879, terminando com um supplemento ao n.º 107, datado do 1.º de Junho de 1881.

Sabemos que o Sr. Hilario pretende colleccionar n'um livro, diversos artigos sobre philosophia e historia publicados no «Fayalense» e debaixo da epigraphie *Fé ou Superstição*, também sahidos a lume no «Atlantico».

As apreciaveis qualidades de um cidadão estudioso e trabalhador, revelon sempre Antonio de Sousa Hilario, o mais estremo affecto a seus paes, tendo sido um filho exemplar, como actualmente um dedicado chefe de familia.

Como escriptor publico, estamos persuadidos, não disse ainda a ultima palavra.

**O DR. URBANO PRUDENCIO DA SILVA.**—Natural da Villa da Magdalena, na ilha do Pico, aonde nasceu a 13 de Novembro de 1852.

Exerceu n'aquella localidade, por algum tempo, o cargo de escriptão da Camara Municipal, bem como o officio de advogado, por provisão de 18 d'agosto de 1874.

Nos periodicos fayalenses que se publicaram de 1872 a 1878, appareceram muitas poesias firmadas pelo nome que encima esta referencia, as quaes demonstravam bastante vocação para as letras.

Enumerar-as seria demasiado longo.

A 15 de setembro de 1878 Urbano Prudencio da Silva sahia da sua patria, para cursar, em Coimbra, estudos superiores e alli, tornando-se um academico distincto, obteve Carta de bacharel na faculdade de Direito, datada de 26 de julho de 1883.

Regressou em 14 de Setembro de 1883 para os Açores, abrindo banca de advogado nos auditorios da Comarca da Horta e sendo nomeado Administrador do Concelho em 15 de março de 1886.

Na republica das letras é o jornalismo a feição mais saliente d'este illustre picoense, por quanto, já anteriormente á sua partida para o continente havia publicado na Villa da Magdalena o semanario «O Picoense», de que foi redactor e que sustenton vehementes e bem escriptas polemicas com as folhas reaccionarias, ligando a sua personalidade de uma maneira distincta aos inicios da imprensa na terra da sua naturalidade.

Em Coimbra foi também redactor do «Tribuna Popular», desde 5 de agosto de 1879 a 30 de julho de 1883, e actualmente tem, na Horta, a seu cargo a redacção do «Atlantico», um dos mais antigos periodicos do archipelago.

A bem das letras açoricas ha ainda muito a esperar d'este erudito e trabalhador cavalheiro.

**D. AMELIA ERNESTINA D'AVELLAR.**—Por fatal coincidência haviamos começado a escrever esta referencia, quando a chegada do paquete «Açor», a 13 d'Outubro de 1886, nos trouxe d'Angra do Heroismo a noticia da prematura morte d'esta poetisa picoense.

A imprensa do Fayal, bem como a da ilha do Pico, não deixará de certo de registar em sentidos termos semelhante perda e nós aqui depomos também um tributo de respeito e profunda magoa, por tão lamentavel occorrença.

A distincta fallecida havia nascido na Villa da Magdalena do Pico no 1.º de Maio de 1848, sendo filha de José Ignacio Soares d'Avellar, proprietario e empregado publico e de sua consorte D. Maria Aurora d'Avellar.

Muito nova, com doze annos apenas de idade, começou D. Amelia Ernestina d'Avellar a revelar o seu talento para a poesia, escrevendo diversas composições, e dedicando-se devotamente á leitura dos nossos melhores authores n'aquelle genero de litteratura

Tanto mais apreciavel era semelhante amor pelas letras, quando considerámos que a localidade em que se desenvolvia o seu talento tornava-se, como muito mais importantes povoados insulanos, bem pouco animador para taes commettimentos.

Inspirava-a, porem, os mais doces sentimentos d'alma e por ventura os esplendidos panoramas que a natureza offerece n'aquella volcanica ilha.

Geralmente nos versos da poetisa picoense haviam uns toques de suave melancolia, que prendiam desde logo a attenção do leitor, um ligeiro ven de tristeza atravez do qual pareciam ter mais perfume as delicadas flores com que recamava as suas estrophes

Defronta-nos um Album no qual, em Junho de 1871 devemos a D. Amelia Ernestina d'Avellar a bondade de honrar uma pagina com uma das suas composições e aquella joven, então de 23 annos, fallando da sua primavera da vida, dizia-nos:

Risonha quadra, de jasmims de lyrios!  
Que lindas rosas sem espinhos tem,  
Fragantes rosas de alegria candida,  
Entre as caricias d'extremosa mãe.

Ha sim lembranças que, de magos jubilos  
 Embora! — um dia perdem vida e côr...  
 Mas as d'infancia, inspiradoras, limpidas,  
 Meigas estrellas d'eternal fulgôr.

Mesmo entre os sonhos d'outra quadra fulgida,  
 Não as apaga do olvido os véos;  
 Mesmo entre as galas d'outros dias placidos  
 Que venturosos nos ontorga Deus.

A 26 de Julho de 1878 casava esta senhora com o seu patricio Antonio Marianno d'Oliveira Cesar Ribeiro, distincto militar, actualmênte coronel do exercito d'Africa, e para aquelle continente seguiu sen marido, permanecendo por algum tempo em Loanda e Mossamedes.

Não lhe foi, porem, alli propicio o clima e regressando para os Açores, achava se com a sua familia paterna na ilha Terceira, aonde veio a fallecer no dia 7 d'Outubro de 1886, contando 38 annos de idade.

Alem de muitas poesias publicadas em diversos periodicos açorianos e cuja compilação formaria um bello volume, mencionaremos aqui designadamente as seguintes composições com que abrilhantou a imprensa fayalense: — *Flôr de Giesta* (Amigo do Povo, de 12 de Fevereiro de 1870) — *Canta*, a D. R. de L. S. (idem, 19 de Fevereiro de 1870) — *Canto da Noite* (idem, 23 de Abril de 1870) — *A Saudade* (idem, 14 de Maio de 1870) — *A' Ilha do Fayal* (idem, 11 de Junho de 1870) — *Longe da Patria* (Almanak do Fayalense para 1873) — *A Poesia* (idem) — *Recordações* (idem) — *A meu sobrinho Francisco S. A. R.* (idem para 1874) — *A Rosa* (idem para 1875) — *O Mar* (idem).

D. Amelia d'Avellar Cesar Ribeiro, nome este que adoptou depois do seu casamento, foi uma filha e esposa virtuosa, e nos annaes da litteratura açoriana conservará sempre um logar distincto.

**MANOEL JOAQUIM DIAS.** — Poeta assaz correcto e bom prosador.

Nasceu na freguezia Matriz, na Horta, a 21 de Dezembro de 1852, sendo filho de Joaquim José Dias e de D. Rita Leonor.

De ha alguns annos a esta parte que conhecemos o Sr. Dias exercendo o emprego de amanuense da administração d este concelho, cargo seguramente muito modesto para os seus meritos.

Como litterato, a obra de mais vulto de Manoel Joaquim Dias é o poema *Margarida*, publicado na typ. Minerva Lusulana, no anno de 1881 (em 8.º, 170 pag. e tiragem de 500 exemplares) trabalho este

que honra as letras açorianas e que contem deliciosas e esplendidas scenas campestinas.

Já, porem, antecedentemente á publicação da *Margarida* e a contar do anno de 1878, havia o Sr. Dias inserido diversas composições poeticas nos periodicos d'esta localidade, assim como nos mesmos collaborado com escriptos d'outra indole.

Das suas poesias temos conhecimento das seguintes:

*Aré Libertas*, no «Civilisador» de Dezembro de 1878—*Victor Hugo*, no «Fayalense» de 29 de Setembro do mesmo anno—*Epitaphio de Newton*, no «Civilisador» de Janeiro de 1879—*Luctas íntimas*, «Gremio Litterario» do 1.º d'Agosto de 1880—*Libre arbitrio*, idem do 1.º de Setembro de 1880—*Problemas*, idem do 1.º de Dezembro de 1880—*Fascinações*, idem do 1.º de Fevereiro de 1881—*No Campo*, idem do 1.º d'Agosto de 1881—*Celibatario*, idem de 15 d'Outubro de 1881—*Idilio*, idem do 1.º de Fevereiro de 1882—*Pudor*, idem do 1.º de Julho de 1882—*Alexandre Herculano*, idem 1.º de Junho de 1883—*Ecco d'alma*, no Recreio de 3 de Dezembro de 1883—*No tumulto*, «Açoriano» de 27 de Abril de 1884—*As Folhas*, idem de 18 de Maio de 1884—*Jamais*, idem de 28 de Dezembro de 1884—*Eia!* «Gazeta Judicial» de 20 de Março de 1885—*Victor Hugo*, «Açoriano» de 21 de Junho de 1885—*Helena*, idem de 8 de Novembro de 1885.

Sabemos, ainda, que o Sr. Dias tem, ineditos, diversos trabalhos litterarios os quaes, como os que acabámos de indicar, devem ter bastante valia.

Ao terminar esta succinta referencia, diremos tão somente, que sentimos que este modesto rapaz não tome uma parte mais activa no jornalismo fayalense, como cumpria ao seu incontestavel talento e á sensatez com que sabe tratar qualquer assumpto.

**MANOEL ZERBONE JUNIOR.**—Natural da cidade da Horta e filho de Manoel Zerbone e de D. Maria José Zerbone, já fallecida. Nasceu a 7 de Novembro de 1857.

Tem, publicados, alguns trabalhos litterarios no «Diario da Manhã», de Lisboa, e na «Folha Nova», do Porto, bem como nos periodicos insulanos «O Fayalense», «Atlantico», «União», «Biscuit» e «Gremio Litterario».

E' um dos redactores do «Açoriano», desde 18 de Maio de 1884 (n.º 37 do 1.º volume) firmando as suas minuciosas Chronicas, com o pseudonymo—Pablo.

No mesmo semanario, em collaboração com Florencio José Terra, publicou, em folhetins, um romance com o titulo *A Vingança da Noiva*.

E' um dos authores do drama *Luiza*, representado no theatro União Fayalense e do qual em breve teremos de fallar.

Nota-se, geralmente, nos escriptos de Zerbone Junior um estylo ligeiro e malleavel, adequado ao predilecto genero de litteratura que em França teve por iniciador Julio Janin e no qual, em Portugal, tanto se distingue Julio Cesar Machado, — o folhetim, as chronicas ale-gres.

**FLORENCIO JOSÉ TERRA.**—Natural da cidade da Horta, freguezia Matriz, aonde nasceu a 18 de Maio de 1858, sendo filho de Florencio José Terra, afamado nautico da marinha mercante portugueza e de D. Maria dos Anjos Sarmiento Terra.

Em 1870 foi redactor do periodico fayalense «A Patria», conjuntamente com Candido Maria de Sousa, sendo, porem, breve a vida d'esta publicação.

Collaborava no «Açoriano», quando este periodico pertencia a Manuel Garcia Monteiro e a contar de 18 de Maio de 1884 (estando então «O Açoriano» no n.º 37 do seu 1.º anno) tornou-se um dos seus redactores e proprietarios.

Alguns dos seus artigos tem sido firmados com o pseudonymo —Ricardo

No quinzenal «Gremio Litterario Fayalense» publicou o Sr. Florencio José Terra alguns bem trabalhados contos, em linguagem terça e elegante que mereceram a sua reproducção em jornaes do continente, demonstrando o seu author especial vocação para aquelle genero de litteratura.

Nomearêmos designadamente *A Varinha* e *A Primeira Viagem*.

Na noite do 1.º de Fevereiro de 1886, representou-se no theatro União Fayalense, o seu drama em 3 actos *Luiza*, em collaboração com Manuel Zerbone Junior, espectáculo que se repetio, com algumas modificações n'uma das proximas noites.

O drama *Luiza*, do qual a acção é passada no Minho, prima em leonçanias de linguagem, tem scenas bem delineadas, tornando-se uma promettedora estreia n'aquelle genero de trabalhos litterarios.

Preferimos, ainda assim, na nossa humilde opinião, qualquer dos encantadores *contos* de Florencio Terra, nos quaes ha scenas campestinas d'uma grande verdade, tanto na descripção de qualquer paisagem, como na dicção, na vida e nos habitos dos personagens que nos mesmos figuram.

Actualmente Florencio José Terra continua na redacção do «Açoriano» e sabemos que possuiue uma serie de *contos* que . . . um dia tenciona publicar em volume.

Consoante ao merito d'este talentoso mancebo quaesquer dos seus trabalhos litterarios não passarão desapercibidos, estamos bem persuadidos.



**MANUEL GARCIA MONTEIRO.**—Natural da Horta, aonde nasceu a 29 de Junho de 1859, sendo seus paes José Leal Monteiro e D. Maria Joaquina da Piedade.

Muito novo ainda começou a publicar diversas poesias nos jornaes fayalenses, revelando desde logo apreciaveis dotes de escriptor, especialmente no genero satirico.

Depois de haver exercido no Fayal um modesto emprego publico, foi por algum tempo residir em Lisboa, abandonando a vida burocratica, para a qual confessava não ter a minima vocação.

Em 1883 regressou, porem, á sua patria, fazendo em seguida acquisição de um excellento prelo Marmon e tornando se o proprietario e editor do «Açoriano», cujo primeiro numero tem a data de 9 de Setembro de 1883.

Foi até ao n.º 37 d'aquelle periodico o redactor e typographo do mesmo, vendendo em seguida o prelo e empresa do «Açoriano» a Jacinto Augusto de Bettencourt.

Embarcou então a 10 de Junho de 1884, Garcia Monteiro, para os Estados Unidos da America, aonde ainda actualmente permanece.

Antes da sua partida publicou na sua imprensa, denominada Gutenberg, um folheto, com o titulo *Versos* por Manuel Garcia Monteiro, que contem 62 pag. e 19 poesias, algumas de bastante merecimento, taes como o— *Commendador Neres* — *A Expulsão de Satanaz* — *O Gato e o Macaco* &c.

Na noite de 29 d'Abril de 1880, conjunctamente com um drama fayalense, d'outro author, representou-se com applauso, no theatro União Fayalense, a sua comedia em 1 acto *Sem cerimonia*. Este espectáculo foi repetido na noite de 5 de Maio subsequente.

Existe tambem inedita, uma outra comedia em 1 acto, do mesmo escriptor, intitulada *Um presente de annos*.

Actualmente continua, nos Estados Unidos, entregue ás lides da imprensa, sua natural inclinação.

«O Açoriano», de 24 de Outubro de 1886, publicando a poesia de Garcia Monteiro *Talento Burocratico*, que lhe fora enviada de Boston, annuncia a proxima publicação de um livro de versos d'este talentoso açoriano, impresso na cidade do Porto.

*Good chance*, como lhe dirão os generosos Yankees.

**RODRIGO ALVES GUERRA.**—Nasceu de uma familia fayalense, no sitio da Areia-larga, na illha do Pico, a 29 de Julho de 1862.

É filho do Commendador Rodrigo Alves Guerra, vice-consul de França e da sua primeira consorte D. Thereza Ribeiro Guerra.

De 18 de Maio de 1884 até 3 de Outubro de 1886 foi um dos

redactores do «Açoriano», no qual com o *nome de plume* Valentim, publicou diversos artigos litterarios e algumas apreciaveis descripções.

O Sr. Guerra alem de uma collecção de *contos* tem. tambem inedita, uma comedia em 1 acto, com o título *O Ideal da Prima* da qual fez a leitura na sociedade Amôr da Patria, e que promette ser bem recebida do publico, quando subir á scena.

Muito novo ainda, pode dizer-se que começa apenas na lide das letras.

A hereditariedade do talento vae, porem, como não é raro, reflectir-se ainda n'este notavel escriptor, sendo parente consanguineo, pelo lado materno, do notavel poeta o Dr. Manuel Ignacio de Sousa Sarmiento, de D. Francisca Cordelia Telles e de D. Hermenegilda de Lacerda, que, como anteriormente vimos n'estes apontamentos, offerecem abundante contingente á sua patria, sempre que tratâmos de assumptos artisticos ou litterarios.

Que não desmereça o nome dos seus é o que sinceramente desejamos.

**O DR. JOSÉ MACHADO DE SERPA.**—Natural da freguezia da Prayuha do Norte, na ilha do Pico, aonde nasceu a 9 de Março de 1864, é filho de José Antonio de Serpa, abastado proprietario, actualmente residente na Horta, e de sua consorte D. Isabel O-linda de Serpa.

Formou-se em Direito, na Universidade de Coimbra, no 1.º de Julho de 1886, publicando pouco depois, e dedicado a seu pae, um opusculo de 58 pag. com o título *A Industria Piscatoria nas ilhas Fayal e Pico*. Coimbra, Imp. Academica, 1886, inicio de uma serie de estudos sobre interesses açorianos que este illustrado fayalense se propõe a dar á estampa.

A primeira parte que conhecemos d'esses trabalhos revela notaveis aptidões de bom escriptor e demorada attenção dos recursos insulanos e da nossa maneira de viver, merecendo assim a bõa acceitação de homens illustrados, tanto mais que a leitura d'esse opusculo é assaz interessante pela grande copia de investigações que encerra.

Annuncia-se para breve a publicação de uma Revista, illustrada, a primeira da Horta, de que vae ser redactor este distincto academico.

Temos muito a aguardar do levantado talento do Dr. Serpa e se, como estudante, conquistou um nome laureado, na imprensa açoriana a sua carreira será proveitosa e consoante ao seu incontestavel merito.

Deixâmos aqui registados os nomes dos escriptores fayalenses, que, vivendo entre nós, tem d'alguuma sorte contribuido para o bom nome da sua patria.

Longe a idéa de ser isto um trabalho perfeito, é apenas um subsidio, algumas indicações, para quem mais habilitado e competente um dia quizer tratar dos mesmos, com mais desenvolvidos dados biographicos.

Aonde, porem, nada havia a semelhante respeito, porventura não serão de todo inuteis as precedentes paginas.

Nos trinta e nove annos de jornalismo fayalense, isto é, desde 1857 até ao corrente anno de 1886, alguns outros nomes, tratando de assumptos litterarios, tem por vêzes apparecido, ainda que espaçadamente, taes como Laureano Pereira da Silva, Costa Rebello, dr. Manuel Ignacio Brum do Canto, Cardozo Machado, dr. José Joaquim d'Alzevedo, Ernesto do Canto Amaral, Manuel da Silva Greaves, Candido Maria de Souza (Julio da Silva) M. S. Leal, e o typographo do Fayalense, M. Honorato Teixeira, fallecido ha alguns annos no Rio de Janeiro, para onde emigrara.

Na sua humilde sepultura receba o tributo da nossa saudosa recordação, por quanto tinha bastante amor ás letras e á arte que professava e que tratou de nobilitar.

---

## DISTRICTO DA HORTA

(Ilha do Fayal)

*Relação dos periodicos publicados desde 10 de Janeiro de 1857, data da primeira gazeta do Districto supra, até 31 de Dezembro de 1886.*

N.º	Títulos	Data em que começaram	Anno em que fundaram
1	O Incentivo — Semanal — Typ. de João José da Graça Jr.	10 de Janeiro de 1857	1858
2	O Fayalense — « (continua, Typ. de João José da Graça Jr.	1 d'Abril de «	—
3	Quadros fantasticos de brocha grossa — Não tinha praso certo de publicação — Typ. Rua da Misericordia n.º 3.	15 de Junho de 1858	1858
4	O Typographo — Semanal — Typ. Hortense.	« « « «	«
5	A Torcida — Semanal — Typ. de João José da Graça Jr.	2 de Setembro de «	«
6	O Atlantico — « (Continua) — Typ. Hortense.	1 de Janeiro de 1862	—
7	A Horta — Semanal — «	25 de Maio de «	1863
8	O Rouxinol — «	27 d'Agosto de «	«
9	A Palavra — «	19 de Janeiro de 1868	1869
10	Pharol — «	6 « « 1869	«
11	O Correio da Horta — Semanal — Typ. de Jacinto Aug.º Bettencourt	7 d'Outubro «	1870
12	O Amigo do Povo — Semanal — Typ. de João Badella.	1 de Janeiro de 1870	«
13	A Luz — Semanal — Typ. de Francisco Pereira de Mello.	4 « « 1871	1874
14	O Districto da Horta — Semanal — Typ. do Districto da Horta.	8 d'Abril de «	1873
15	O Tribuno — Semanal — Typ. do Tribuno.	15 de Junho de «	1872

N.º	Títulos	Anno em que fundaram	
		Data em que começaram	
16	O Tio Eraz — Semanal — Typ. de João Francisco d'Escobar.	14 de Dezembro de 1874	1873
17	O Pyrilampo — Seu praso certo de publicação — Typ. do Districto.	9 de Janeiro de 1872	1872
18	O Zé Careca — Semanal — Typ. do Zé Careca.	25 de Setembro de "	"
19	A Revista Açórica — Mensal — Typ. Fayalense.	1 de Junho de 1873	1873
20	A Voz do Povo — Semanal — Typ. da Voz Povo.	23 de Fevereiro de "	1875
21	O Observador — Semanal — Typ. Fayalense.	22 de Janeiro de 1874	1874
22	O Passatempo — Semanal — Publicon só um n.º — Typ. Fayalense.	27 d'Abril de "	"
23	A Verdade — Semanal — Typ. da Voz do Povo.	1 d'Outubro de "	1876
24	O Pensamento — Semanal — Typ. de Francisco Pereira de Mello.	12 de Dezembro de "	"
25	O Lyceû da Horta — Semanal — Typ. da Calçada da Paiva.	1 de Janeiro de 1875	"
26	O Orphão — Semanal — Typ. Fayalense.	4 de Setembro de "	1875
27	O Archivo — Semanal — Typ. do Archivo.	1 de Dezembro de "	1876
28	O Jornal do Povo — Semanal — Typ. do Jornal do Povo.	26 " " "	"
29	A Patria — Semanal — Typ. de João de Bettencourt.	13 de Fevereiro de 1876	"
30	O Imparcial — Semanal — Typ. da Verdade.	9 d'Agosto de "	"
31	O Porto Franco — Semanal — Typ. do Porto Franco.	1 de Janeiro de 1877	1877
32	O Ecco Litterario — Semanal — Typ. de Francisco P. de Mello.	15 d'Abril de "	"
33	O Açoriano Occidental — Semanal — Typ. Fayalense.	2 de Maio de "	"
34	A Gazeta Judicial — Semanal (continua) Typ. de F. P. de Mello.	5 d'Agosto de "	"
35	O Commercio — Semanal — Typ. Fayalense.	12 de Dezembro de 1878	1879
36	O Ecco Liberal — Semanal — Typ. de Francisco Pereira de Mello.	27 de Fevereiro de "	1878
37	A União — Semanal (continua) Typ. da União.	6 de Junho de "	"
38	O Biscuit — Semanal — Typ. do Atlantico.	5 de Julho de "	1878
39	O Balão — Semanal — Typ. Fayalense.	10 de Novembro de "	"
40	O Civilisador — Semanal — Typ. da Bibliotheca Hortense.	45 de Dezembro de "	1879

N.º	Titulos	Data em que começaram	Anno em que fundaram
41	O Direito Popular — Semanal — Typ. do Atlantico.	14 d'Abril de	1881
42	A Sentinella — Semanal — Typ. da Sentinella.	1 de Julho de	1880
43	A Regeneração — Semanal — Typ. da Regeneração.	14 de Janeiro de	1884
44	O Gremio Litterario — Quinzenal — Typ. de Francisco P. de Mello.	15 de Maio de	1884
45	A Lucta — Semanal — Typ. da Lucta.	29 d'Outubro de	1882
46	O Recreio — Semanal — Typ. da Regeneração.	9 de Julho de	1883
47	A Escola — Semanal — Typ. da Regeneração.	27 d'Outubro de	1882
48	O Raio — Semanal — Typ. da Rua de D. Pedro 4.º.	3 de Dezembro de	1883
49	O Birimbau — Semanal — Typ. de Victor A. de Lemos e Silveira.	11 de Junho de	1884
50	O Açoriano — Semanal (continua) Typ. de Guttenberg.	9 de Setembro de	—
51	O Furta Fogo — Semanal — Typ. de Victor A. de Lemos e Silveira.	2 de Novembro de	1883
52	O Democrata — Semanal — Typ. de Victor A. de Lemos e Silveira.	4 de Janeiro de	1886
53	O Bibliophilo — Semanal — Typ. de Francisco Pereira de Mello.	13 de Maio de	«
54	A Semana — Semanal (cont.) Typ. de Victor A. de Lemos e Silv.ª.	17 d'Outubro de	—

# PERIODICOS DA ILHA DO PICO

N.º	Nomes	Quando começaram	Quando findaram
1	O Picoense — Semanal. (Magdalena)	20 de Dezembro de 1874	27 de Maio de 1877
2	O Ecco Picoense — Semanal. (S. Roque)	20 d'Outubro de 1878	28 de Março de 1880
3	O Boletim Judicial — Semanal. ( " )	16 de Novembro de 1879	5 de Maio de 1885
4	O Picaroto — Quinzenal. ( " )	1 de Janeiro de 1882	15 de Junho de 1882
5	O Pigo — Contínua, é semanal. ( " )	17 de Maio de 1885	=
6	O Independente — Contínua, é semanal.	28 de Fevereiro de 1886	=

## Introdução da Imprensa na ilha do Pico.

A primeira imprensa estabelecida na ilha do Pico, foi na Villa das Lagens, em Setembro de 1874 e pertencia ao professor de instrução primaria d'aquella localidade, Manuel Thomaz Pereira, que para alli fóra do Fayal, aonde anteriormente exercêra a arte typographica.

Pertenden, então, publicar um periodico n'aquella Villa, com o titulo «O Picoense», idéa, porem, que não chegou a realisar. Ainda assim, o seu prelo não estava ocioso, pois alem de imprimir mappas e outros papeis para o serviço das repartições publicas, começou tambem a composição de uma arte de musica de José Augusto Carvino, a qual, porem, não chegou a ultimar.

Pelos fins de 1879 sabendo Manuel Thomaz Pereira, dos Açores para o continente, vendeu o seu prelo a Manuel Maria de Mello, do Caes do Pico, Concelho de São Roque e a 16 de Novembro d'esse mesmo anno alli começou a sua publicação «O Boletim Judicial», redigido no começo, pelo proprietario da typographia e pelo dr. Arsenio Leonel de Medeiros, guarda mór da saude.

Esta primeira serie do «Boletim Judicial» consta de 119 numeros, interrompendo a sua publicação em 28 de Junho de 1882. Reappareceu, porem, em 20 de Fevereiro de 1884, com o n.º 120, continuando regularmente, até ao n.º 148, relativo a 5 de Maio de 1885, data em que terminou.

A segunda redacção do «Boletim Judicial» era composta de Manuel Emilio Thomaz da Silveira e Domingos Machado Soares, collaborando no mesmo periodico Manuel Henriques Dias, um bello talento, tanto nas lides jornalisticas, como no trato das Musas, correndo já impressas d'este moderno poeta picoense abundosas composições.

A segunda typographia da ilha do Pico, mas a primeira que *botou* jornal, na technologia propria, apresentou-se, porem, alli, na Villa da Magdalena, em Novembro de 1874, apenas dois mezes depois da antecedente e pertencia a João Francisco d'Escobar, natural da freguezia dos Cedros, no Fayal, e que na Horta fôra redactor, editor e proprietario de diversas folhas, bem como ao talentoso picoense Urbano Prudencio da Silva, então muito novo e no começo da sua carreira litteraria.

Esta junção durou, porem, apenas tres mezes, porquanto Urbano Prudencio da Silva fez a aquisição exclusiva do prelo, ao tempo que n'aquella ilha se publicava, desde 20 de Dezembro de 1874, «O Picoense», folha semanal, que continuou a sahir regularmente, aos domingos, até 27 de Maio de 1877, epocha em que acabou pela ausencia do seu proprietario, que foi para Coimbra cursar a Universidade.

«O Picoense» foi um periodico bem escripto e que sustentou valentes polemicar com algumas folhas reaccionarias.

Ora, quando, terminou «O Picoense» foi o prelo em que este se imprimia vendido de novo ao seu antigo proprietario João Francisco de Escobar, o qual estabeleceu, na Villa de São Roque «O Ecco Picoense», semanal, cujo primeiro numero veio a lume, no domingo, 20 d'Outubro de 1878, publicando se até 28 de Março de 1880, isto é, 48 n.ºs, no 1.º anno e 24 no 2.º.

Nesta mesma typographia, no 1.º de Janeiro de 1882, foi tambem publicado «O Picaroto», folha quinzenal, da qual apenas foram distribuidos 12 numeros.

Seguiu-se, então, n'aquella mesma localidade, a 17 de Maio de 1885 o semanal «O Pico», redigido por Manuel Emilio Thomaz da Silveira e Domingos Machado Soares, o qual ainda continua.

Finalmente, a 28 de Fevereiro do corrente anno de 1886, encetou tambem alli a sua publicação, «O Independente», semanal redigido por Manuel Henriques Dias e que vae navegando com vento galerno.

---



## PERIODICOS DA ILHA DAS FLORES

N.º	Titulos	Quando começaram	Quando findaram
1	<b>O Florentino</b> — Publica-se tres vezes por mez nos dias 10, 20 e 30 (continua)	20 de Julho de 1885	—
2	<b>O Amigo do Povo</b> -- Publica-se tres vezes por mez nos dias 5, 15 e 25 (continua).	15 d'Agosto de 1886	—

### Introducção da Imprensa nas Flores

Com quanto a introducção da imprensa na ilha das Flores date apenas do anno de 1885. de ha muito, não obstante, que alli se tratava de implantar a proveitosa arte de Guttemberg, como prova o seguinte incidente, de que fomos informados.

Em 1875, José Constantino da Silveira e Almeida, abastado proprietario d'aquella ilha e Recebedor da Comarca, conjunctamente com Frederico Coelho Valladão, escriptuario da administração do Concelho de Santa Cruz e João Antonio Thosa, escriptuario de fazenda, assignaram um contracto, em forma, para montar uma typographia, concorrendo o primeiro com metade da despesa e os outros dois cada um com uma quarta parte.

Fizeram, immediatamente, para Boston, a remessa do dinheiro necessario para este emprehendimento, o qual foi remettido a João Valladão Telles, alli residente e irmão de um dos socios d'esta empresa.

A compra do prelo, typos e mais material devia ser feita de combinação com o intelligente artista Antonio Zerbone, que então se achava tambem na America, exercendo o officio de Ourives.

Por este tempo, porem, chegou ás Flores, um outro irmão de Frederico Coelho Valladão, persuadindo a sua familia a que mudasse de residencia para São Francisco, da California, o que effectivamente se realison poucos mezes depois.

Faltando assim um dos mais prestimosos socios da empresa, deu-se contra ordem para Boston a respeito da compra do prelo, que não se tinha ainda realisado, devido a doença de Antonio Zerbone.

O dinheiro foi mandado regressar ás Flôres.

Eram libras sterlinas, e o remetente entendeu mettel as dentro d'um sacco de gomma e mandal-as por mão de um passageiro. sem

prevenir pessoa alguma de semelhante expediente.

Quando o navio chegou às Flores, foi abordado Frederico Coelho Valladão, como empregado de saúde, e vendo que um passageiro lhe entregava um sacco com gomma, em vez do dinheiro, zangou-se com o caso e chegando à borda do navio atirou descuidosamente para o interior da lancha que alli o conduzira, aquella ninharia que o irmão, da America, lhe mandava.

Os marinheiros da lancha examinaram o que continha o sacco, riram-se da cara zangada do Valladão e deram um ponta pé n'aquella trouxa para o fundo da caverna, uma cousa completamente inutil para elles.

Quando chegaram a terra, o sacco esteve abandonado, todo alagado sobre o cascalho e afinal sempre levaram aquelle *bonito presente* para casa do seu dono.

Quando mais tarde foi descosido o sacco é que se deu pelos valores que occultamente continha, recebendo cada um dos socios a sua respectiva parte.

A compra do prelo foi, por esta forma, abandonada.

Em 1885, porem, o typographo fayalense Jacintho Augusto de Bettencourt, foi estabelecer-se para a ilha das Flores, depois de haver na Horta vendido um excellente prelo Marinoni que possuia (imprensa Gutenberg), levando para alli um outro prelo, de menos preço, bem como algum typo.

Adoptando, em Santa Cruz, o titulo da typographia «Imparcial Florentina», começou então alli a publicar se, em 20 de Julho de 1885, o semanal «O Florentino», do qual foi redactor principal o talentoso filho d'aquella ilha Constantino Candido Leal Soares.

Este cavalheiro deixou, porem, em seguida, a redacção do «Florentino» para ridigir um novo periodico «O Amigo do Povo», cujo primeiro numero tem a data de 15 d'Agosto de 1886.

Como houvesse um unico prelo na ilha, foi necessario os dois periodicos existentes virem a um accordo relativamente aos dias da sua publicação que só podia ser interpolada, e, assim, «O Florentino» que até alli fôra semanal passou a publicar-se tres vezes por mez, nos dias 10, 20 e 30, em quanto que o «Amigo do Povo» nos dias 5, 15 e 25, como já indicámos.

Nas quatro illas que compõem o Districto da Horta é a do Corvo, consequentemente, a unica aonde, por enquanto, não foi implantada a imprensa, o que não se fará talvez esperar muito, quando attendemos a que apesar de pequena, está alli muito mais desenvolvida a instrucção primaria, do que em povoados que contem superior numero de habitantes, crescendo ainda que os Corvinos são assaz intelligentes e que adoptam muitos dos usos da America do Norte, que lhes fica proxima e com a qual mantem a maioria das suas relações.

Não é indifferente o contacto com aquelle illustrado paiz.

## DEZEMBRO DE 1886

### Imprensa militante na Cidade da Horta

**O FAYALENSE**—Data a publicação do primeiro numero d'este semanario do 1.º d'Abril de 1857, sendo a mais antiga das nossas actuaes folhas.

Distribue-se aos domingos e com a maxima regularidade.

Foram seus iniciaes redactores o dr. Miguel Street d'Arriaga e dr. José Affonso Botelho Andrade, estando a parte typographica a cargo de Luiz da Terra.

Imprimio se em 4.º grande, n'um prelo de João José da Graça Junior, na rua do Collegio n.º 2, até ao n.º 13 e na mesma typographia na rua d'Arêa n.º 5 até ao n.º 37, e na rua da Misericordia n.º 3, desde o n.º 38 a 49. correspondente a 6 de Março de 1858.

A contar d'esta data, até 30 de Junho do mesmo anno, esteve interrompida a publicação do «Fayalense», distribuindo-se, então, aos seus assignantes um numero com 24 pag. de composição, para completar o 1.º anno.

Esta parte da sua collecção já sahio na typographia Hortense, rua de São Francisco n.º 22, adquirida então pelo dr. Street d'Arriaga.

Com o 1.º n.º, do 2.º anno, deixou de ser um dos redactores d'esta folha o dr. Botelho Andrade, conforme a sua declaração publicada no mesmo periodico, em 6 de Julho de 1858.

O «Fayalense» conservou o seu primordial formato até 24 de Junho de 1859 (n.º 52 do 2.º anno) em que adoptou a feição da generalidade das gazetas, uma folha de 4 pag., em formato maior do que antedentemente.

Pela salida do Fayal para Lisboa do dr. Miguel Street d'Arriaga, em 14 de Junho de 1882, comprou o prelo e empreza do «Fayalense» o seu antigo e habil typographo Luiz da Terra, ficando assim proprietario, editor e redactor d'aquella considerada publicação, que actualmente conta 30 annos completos de existencia.

N'este longo decurso de tempo tem a typ. Hortense publicado diversas obras litterarias, relatorios, contas, estatutos &.

Das primeiras mencionaremos :

- *Breves linhas historicas sobre as quatro ilhas de que se compõe o Districto da Horta*, pelo Rev.d.º P.º Victorino José Ribeiro, em 1871.
- *Henrique e Isabel*, versão, em 1870 — Ainda que não designa o nome do traductor, é trabalho da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Rosa Dabney, destinado a leitura para escolas de creanças.

- *Sarau Litterario celebrado na noite de 27 d'Abril de 1872, na sala do Club da Sociedade Amor da Patria*—discursos e poesias, um folheto, em 1872.
- *Contos e Poesias Açorianas*, um vol. de 236 pag., em 1873.
- *Almanaks do Foyalense para 1873, 1874 e 1875*.
- *José o Marinheiro*, scena quasi comica, por Mendes de Faria, 1874.
- *Nobresa e Amôr*, drama em 2 actos, por Miguel Street d'Arriaga, em 1874.

O n.º 45 do 23.º anno foi commemorativo do tricentenario de Camões (10 de Junho de 1880) inserindo artigos de redacção, transcripções e noticias concernentes ao grande epico portuguez.

Tem prelo proprio.

**O ATLANTICO** — Começon este já velho soldado da imprensa açoriana no dia 1.º de Janeiro de 1862, distribuindo-se ás quintas feiras e sendo redigido até ao n.º 22 por João José da Graça Junior e subsequentemente pelo dr. Manuel Francisco de Medeiros, actual Conselheiro Governador Civil d'este Districto. Até ao n.º 47 do setimo anno foi editor responsavel d'este periodico Antonio Theodoro da Silva e d'ahi em diante Joaquim Silva Bettencourt.

A redacção do «Atlantico» esteve a cargo do dr. Manuel Francisco de Medeiros até ao n.º 43 do 23.º anno, e do n.º 44 do mesmo anno, correspondente a 25 de Maio de 1884, foi entregue ao dr. Urbano Prudencio da Silva, ex-redactor do «Picoense», e do «Tribuno Popular», em Coimbra. Na typ. do «Atlantico», de que era typographo José Augusto de Bettencourt, imprimio-se, em 1876, o livro de Antonio de Sousa Hilario, que tem por titulo *Educação Paterna — Breves Discursos*. A edição d'esta obra foi boa, relativamente aos trabalhos typographicos aqui effectuados, merecendo um premio concedido pelo Jury da Exposição districtal da Horta, realisada em 1878.

Por occasião do tri-centenario de Camões. o «Atlantico» publicou um n.º especial, do qual uma edição a preto e outra a côr. D'essa primeira edição houve segunda tiragem.

Possue esta empreza um prelo seu, assaz antigo.

**A GAZETA JUDICIAL** — Periodico do domingo, quasi exclusivamente destinado a assumptos forenses.

O seu 1.º n.º tem a data de 5 d'Agosto de 1877, indo assim no 10.º anno de publicação.

E' redactor e proprietario d'esta folha, Domingos Mendes de Faria, advogado nos auditorios da Horta e natural da cidade do Porto, mas residindo no Fayal desde 1864.

Como litterato tem o redactor da «Gazeta Judicial» publicado a espaços, em diversos periodicos d'esta localidade, poesias e folhetins, geralmente humoristicos, sendo tambem, em 1872, redactor do periodico burlesco «Zé Careca», e, em 1878, um dos redactores do «Civilizador».

Em 1874, na typ. Hortense, fez imprimir a scena comica «José o Marinheiro», representada com applauso no theatro União Fayalense, bem como do mesmo author conhecemos o drama historico em 2 actos «Scenas Portuguezas», escripto expressamente para ser representado por creanças e que subio á scena, no theatro do Gremio Litterario Fayalense, na noite de 3 d'Abril de 1879, conjunctamente com a comedia, em 1 acto, do mesmo author «O casaco branco do Sr. Paschoal».

Existem, ainda, diversos trabalhos dramaticos d'este talentoso escriptor, mas ineditos, ou tendo visto a publicidade somente na scena.

Por occasião das grandiosas festas do tri-centenario de Camões, effectuadas na Horta, a «Gazeta Judicial» publicou um n.º especial, somente com duas paginas, encimado, a letras d'oiro, com o seguinte distico «Homenagem ao grande epico portuguez Luiz de Camões» e acompanhado d'um busto photographico do author dos Luziadas.

**A UNIÃO**—O 1.º numero d'este periodico tem a data de 6 de Junho de 1878, sendo os seus fundadores o Rev.<sup>do</sup> Vigario da freguezia da Feteira P.<sup>e</sup> Francisco Pires de Mattos (actualmente já fallecido), Manuel da Silva Greaves, empregado publico, Serafino José Ferreira, professor de instrucção primaria e Antonio José de Medeiros, professor particular. Editor Francisco Pereira de Mello.

Desde o n.º 18 do 1.º anno começou a collaborar n'este semanai José Maria da Rosa, deixando, porem, passado algum tempo, de auxiliar «A União», até fins de Fevereiro de 1879.

Com o n.º 37, correspondente a 21 de Março d'esse mesmo anno e a pedido do P.<sup>e</sup> Francisco Pires de Mattos, começou de novo José Maria da Roza a trabalhar assiduamente para aquella folha, da qual assumio a direcção, sahindo da redacção da mesma os seus iniciadores Silva Greaves, Medeiros, e por ultimo Serafino José Ferreira.

«A União» que até esta data não estava, propriamente, filiada em partido algum politico, declarou-se, então, abertamente, progressista e entrando n'um periodo de grande actividade, consegue que os seus artigos fossem muito lidos e devidamente apreciados.

Alem d'isto, o seu redactor Roza chamava ao partido em que militava o Rev.<sup>do</sup> P.<sup>e</sup> Pires, vulto importante n'esta ilha, como Vigario de uma populosa freguezia rural, pelas suas virtudes e pela sua reconhecida illustração,

«A União» teve um período em que prendeu aqui bastante a pública attenção, tanto pelo vigor da sua phrase, como pelo mysterio que pairava a respeito de quem era o seu redactor ou redactores. E. tanto assim, que as provas da composição eram em segredo passadas ao domingo, nas egrejas, por mãos femininas, a fim de não se decobrir para aonde entravam os typographos com as mesmas.

Afinal quebrou-se o encanto, sempre custoso de manter em pequenas localidades.

Continua, ainda hoje, com a redacção da «União», José Maria da Rosa, cavalheiro de incontestavel aptidão e muito habil professor vitalicio de instrucção primaria, elemental e complementar na Horta, bem como professor provisorio de historia e geographia no Lyceu Nacional, sendo tambem anthor de varios compendios para as escolas.

A feição que, nos ultimos tempos, tem adoptado «A União», diz accentuadamente respeito a assumptos de pedagogia.

**O AÇORIANO**—(Imprensa Guttenberg)—Foi fundado este periodico, que se publica aos domingos, por Manoel Garcia Monteiro, tendo o seu primeiro numero a data de 9 de Setembro de 1883.

Imprime-se n'um excellento prelo Marinoni.

Resolvendo-se o redactor e proprietario d'este semanal a partir para os Estados Unidos da America venden a empreza a Jacintho Augusto de Bettencourt, quando o «Açoriano» estava no n.º 37 do 1.º anno e com este novo proprietario continuou até ao n.º 42 do 3.º anno, correspondente a 24 de Maio de 1885, em que foi adquirido por uma sociedade composta de José Patricio Vianna, Mannel Ferreira da Silva, Florencio José Terra e Fernando Ribeiro d'Oliveira.

Desde esta ultima data tem sido seus redactores Florencio José Terra, Manuel Zerbone Junior e Rodrigo Alves Guerra Junior, este ultimo cavalheiro, porem, somente até 3 d'Outubro de 1886 (n.º 47 do 4.º anno) continuando comtudo a ser collaborador do mesmo, como declara em o n.º 31 de 9 de Janeiro de 1887.

«O Açoriano» publica-se desde o começo no mesmo formato, 4 pag. grandes.

O seu n.º 46, relativo a 21 de Junho de 1885, foi especial e em homenagem á memoria do grande poeta Victor Hugo, collaborando no mesmo dezoenove escriptores fayalenses.

A imprensa Guttenberg, ainda quando pertencente ao seu primeiro dono publicou um livro de nitida impressão com o titulo: *Garcia Monteiro — Versos — Horta, 1884.*

**A SEMANA**—É o mais moderna dos periodicos fayalenses, datando apenas o seu 1.º n.º de 17 d'Outubro de 1886.

Publica-se aos domingos e são seus redactores João Pereira Forjaz e José Filipe da Graça, filho do distincto introductor da imprensa n'este Districto.

O n.º 9, 1.º anno, d'este periodico é assaz curioso, por quanto alli vem narrada, minuciosamente, por este cavalheiro a historia da Bibliotheca Municipal da Horta, recentemente aberta ao publico, devida aos seus louvaveis esforços como Presidente da Camara Municipal.

## LIVRARIAS

**A BIBLIOTHECA MUNICIPAL DA HORTA** — A lentição com que n'este Districto tem, invariavelmente, caminhado os seus mais proficuos ou urgentes melhoramentos, pode-se exemplificar perfeitamente com a historia da fundação d'esta pequena livraria para o povo, para os artistas, para as classes trabalhadoras em summa.

Levou vinte e quatro annos de incubação.

Em Janeiro de 1862, presidindo á Camara Municipal do Concelho, o cidadão Antonio José Ferreira Rocha, nomeou esta corporação uma comissão para realisar este importante melhoramento.

Dez annos depois, em 1872, presidencia do Commendador Rodrigo Alves Guerra, votou a mesma Camara a quantia de 50\$000 rs. para se intentar similhante *desideratum*.

Em 1880, presidencia de João de Bettencourt Vasconcellos Corrêa e Avila, nomeação d'uma outra comissão para angariar donativos e estabelecer a bibliotheca municipal.

Em 1884, presidencia de João José da Graça, renovação dos esforços para ser creada aquella casa d'instrução, consignando se para este fim a verba de 492\$000 rs.

E finalmente em 1886, com a mesma presidencia, augmento da verba votada á quantia de 200\$000 rs., e, embora assaz modestamente a abertura da Bibliotheca Municipal, n'um sitio accessivel ao publico, com 1.353 volumes de variadas obras, uma grande parte de escriptores contemporaneos, devidas ao valioso auxilio do illustre faya-lense o dr. Antonio José d'Avila, major do estado maior e ao benemerito Visconde de Castilho, ex-Governador Civil d'este Districto.

Sabemos, perfeitamente, que a Bibliotheca Municipal da Horta, da maneira pela qual, por enquanto, está organ'sada, não satisfazia as exigencias d'um meio mais illustrado do que o d'esta cidade, aonde houvessem identicas, mais antigas e mais prosperas instituções de similhante ordem, mas em todo o caso a vereação que conseguiu reali-

sar tão útil commettimento, tem incontestavel direito á publica consideração, devendo-se tambem registar que n'este empenho foi incansavel o sen presidente João José da Graça, introductor da imprensa no Districto, em janeiro de 1857.

N'uma localidade pobre, e, o que é peor por vezes, indifferente até certo ponto a uma certa ordem de melhoramentos civilisadores, as difficuldades quasi sempre crescem na proporção do beneficio que os mesmos podem vir a offerecer, e, assim, é preciso bastante dedicação para não esmorecer n'essa verdadeira luta da luz contra as trevas.

A pequena Bibliotheca Municipal da Horta é apenas actualmente um tenue arbusto, mas favrecida por beneficis auras, pode vir a tornar-se em frondosa arvore, de valiosissimos fructos

Nunca são de mais esses tentames a bem da educação popular, ainda, infelizmente de rastos entre nós.

A Bibliotheca a que nos referimos começou a funcçãoar nos fins de 1886.

**GREMIO LITTERARIO FAYALENSE** — Foi installado no dia 22 de Novembro de 1874.

Socios fundadores—Domingos Mendes de Faria, Antonio da Cunha Menezes Brum, José Garcia do Amaral, Candido Maria de Sousa, Florencio José Terra, Ernesto do Canto Amaral, Henrique de Sousa Furtado, Luiz da Terra, Luiz Telles de Barcellos e Manuel Rocha d'Almeida.

Tem estatutos approvados por Alvará de 9 d'Abril de 1878.

Effeituou esta sociedade numerosos e brillantes saraus litterarios, uma exhibição de objectos de arte do districto, e possui uma razoavel bibliotheca, para os seus socios, com numero superior a 3:000 volumes, devida na sua maioria a offerecimentos dos mesmos, on ás limitadas quantias que para tal fim pode retirar das suas despesas ordinarias.

Foram sumptuosas as festas que esta sociedade realison, em Junho de 1880, por occasião do tri centenario de Camões, das quaes já demos uma succinta idéa, no cap.<sup>o</sup> 6.<sup>o</sup> do 1.<sup>o</sup> vol. d'estas *Notas*.

O Gremio Litterario Fayalense manteve uma revista quinzenal com o titulo «Gremio Litterario», desde 15 de Maio de 1880 até Novembro de 1884, epocha em que suspenden a sua publicação.

Possue esta sociedade um pequeno theatro, no mesmo edificio em que funcçãoa, offerecendo, durante o inverno, amindadas reuniões dancantes ás familias dos seus socios.

Traballham na mesma casa do Gremio Litterario Fayalense, embora independentemente, a Secção da Sociedade de Geographia de Lisboa, e a benemerita sociedade «Luz e Caridade».

Luctando com graves difficuldades e por meio de verdadeiros es-



colhos, conseqüência, ainda assim, o Gremio Litterario Fayalense radicar n'esta localidade a sua existencia de uma maneira que já começa a antever um mais desassombrado futuro.

**GREMIO LITTERARIO ARTISTA FAYALENSE**— É uma instituição assaz honrosa para a cidade da Horta, que bem demonstra a civilisação da classe artistica, muito distincta, d'esta localidade, e que deve merecer a sympathia de todo o filho d'esta ilha que se interesse pelo bom nome da mesma.

Data a sua installação do dia 29 de Março de 1878, sendo seus socios fundadores, Gabriel Samora Moniz, José Rodrigues, Manuel Ignacio Cabral, Antonio Francisco Gonçalves, José Ventura, João Pacheco da Silva, Manoel Maria Brum da Silveira, Candido Ignacio de Christo, Joaquim Carlos Pereira Madruga, José Ignacio de Christo, Henrique Lourenço de Sousa e Silva, Guilherme Medeiros da Rosa, Manuel Augusto da Silva, Manuel Garcia de Mello, Antonio Vieira de Lima, Francisco Ignacio Pereira, José Francisco Pinheiro da Silva, José Furtado Garcia, Gregorio Corrêa da Cunha, Guilherme Rodrigues de Serpa Branco, Francisco Antonio dos Santos, João Augusto da Silva, Antonio Maria de Souza, João Alexandre do Amaral, Manuel José Soares, Antonio Prudencio de Medeiros,

Desde a sua abertura possui o Gremio Litterario Artista Fayalense uma esplendida bibliotheca de numero superior a 5.000 volumes, de escolhidas obras, offerta a aquella sociedade pelo Commendador João Francisco Rebello, residente em Lisboa e natural d'esta ilha.

A approvação dos seus estatutos tem a data de 29 de Março de 1879.

Teve este Gremio aulas de instrucção primaria, secundaria e linguas desde 7 de Fevereiro de 1879 até 28 de Fevereiro de 1883 e escolas officinas, proveitosissimas para os filhos dos artistas desde 8 de Julho de 1880 até Dezembro de 1881.

Para a manutenção d'estes antos e officinas houve um subsidio de 120\$000 rs., annuaes, concedido pela Junta Geral d'este Districto, mas por mau fado d'esta terra, como era uma medida boa e de grande alcance, durou breve tempo, occasionando a sua falta que a sociedade não podesse continuar a mantel as e que fechasse as suas portas aos numerosos discipulos que alli recebiam ensino litterario e profissional.

Desde então as circumstancias pecuniarias do Gremio Litterario Artista não tem sido prosperas, carecendo de grandes reduções nas suas despesas, para se manter exclusivamente das diminutas quotas mensaes dos seus socios contribuintes.

Durante os mezes de inverno, promovidos por commissões de artistas, tem havido sempre n'aquella casa, animados bailes, nos quaes

as familias dos seus socios se apresentam de maneira distinctissima, rivalisando tanto no apuro de *toilettes*, como em boa e esmerada educação, com eguaes diversões da elite da nossa sociedade.

Por occasião das festas do tri-centenario de Camões, o Gremio Litterario Artista Fayalense, tomou tambem uma activa parte nas mesmas, havendo alli um muito concorrido sarau litterario, como a espacos identicas palestras, sempre com numerozo concurso de ouvintes, n'aquella casa temos presenciado.

Adornam a bibliotheca d'este Gremio dois magnificos bustos. Camões e Alexandre Herculano, offerecidos à sociedade pelo dr. Manuel d'Arriaga Nunes e modernamente foi alli estabelecido um Monte Pio para a classe que representa.

Desejamos, bem sinceramente, os augmentos d'esta utilissima e civilisadora associação.

**GABINETE CAMONEANO DE THOMAZ JOSÉ BRUM TERRA** — Tomou este illustre cavalheiro uma parte muito activa nas festas do tri-centenario do grande epico portuguez, na cidade da Horta, sendo presidente da sub-commissão dos festejos, promovidos, com notavel brillantismo pelo Gremio Litterario Fayalense.

Passada, porem, aquella epocha, em que foi infatigavel e d'uma dedicção a toda a prova, começou, com equal empenho a colleccionar livros, manuscritos, jornaes, photographias, musicas, medalhas, bustos &, referentes a Camões, empresa bastante difficil e dispendiosa na afastada ilha em que nos achâmos.

Essa colleção, ainda assim, foi successivamente augmentando e hoje alli se encontra numero superior a 3:500 especies, tanto portuguezas, como estrangeiras, com algumas preciosidades no seu genero e accessivel, com a maxima benevolencia do seu dono, a qualquer individuo que queira visitar o Gabinete Camoneano, ou consultar as obras no mesmo existentes.

Estas colleções, pela variedade de assumptos que abrangem os livros que tratam de Camões, constituem alinal uma optima e selecta livraria.

Acresce ainda, que toda a mobilia do Gabinete do Sr. Brum Terra é antiquissima e appropriada à epocha em que viveu o author dos *Luziadas*, parecendo approximar-nos dos gloriosos tempos portuguezes e dando um tom especial áquelle recinto.

O diligente colleccionador, do Fayal, está em constante correspondencia com outros amadores d'este genero, tanto de Portugal, como do estrangeiro, e vae augmentando mensalmente as suas estantes.

Toda esta colleção está devidamente catalogada e os papeis avulsos archivados em caixas luxuosas, em forma de livros, e com a respectiva numerção.

A utilidade d'estes depositos de livros é obvia, como pessoalmente temos experimentado, pois em assumptos, embora muito diversos, de coisas Camoneanas, por vezes, alli temos ido buscar ensinamento e luz, para variados, ainda que muito modestos, trabalhos litterarios.

Numa localidade bem pobre de elementos que auxiliem quem estuda, não podemos senão elogiar semelhantes tentames.

A par do sen Gabinete Camoneano possue Thomaz José Brum Terra o começo d'uma collecção Pombalina, muito mais pobre, porem, do que a sua antecessora.

**A BIBLIOTHECA DO LYCEU DA HORTA** — Foi em Outubro de 1853 que este Lyren nacional começou a funcionar regularmente, com oito cadeiras, regidas por quatro professores, sendo 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> portuguez e latim por Cypriano Joaquim da Silveira, 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> mathematica elemental e philosophia, por Antonio Lourenço da Silveira Macêdo, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> geographia e litteratura por Manuel Augusto da Purêza, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> francez e inglez por João Hermetto Coelho d'Amarante.

Era Reitor João de Bettencourt Vasconcellos Corrêa e Avila, secretario o professor Purêza e porteiro Antonio Machado Nobrega.

Por decreto de 27 de Janeiro de 1858 foi creada no mesmo Lyceu a cadeira de Introducção á Historia Natural, leccionada pelo Dr. José Joaquim d'Azevedo, a instancias do qual a Camara Municipal fez construir um jardim publico e que servio a este professor para alli dar lições de botanica aos seus discipulos, sendo ainda actualmente um dos mais amenos sitios d'esta cidade.

Em Julho de 1862 installou-se a bibliotheca do Lycen com 3:000 volumes enviados pelo Governo e provenientes das livrarias dos extinctos conventos, sendo nomeado bibliothecario o professor C. J. da Silveira e official da mesma Antonio de Sousa Hilario, cargos que exerceram por alguns annos.

Em Maio de 1878, sendo então nomeado bibliothecario o professor Silveira Macêdo deu um certo desenvolvimento á bibliotheca do Lycen da Horta, obtendo alguns donativos de livros, que se elevaram a 4:000 volumes, assim como affluindo alli muitas publicações periodicas.

Hoje esta bibliotheca, adstricta aos estudantes do Lycen, está a cargo de Lourenço Vieira Pimentel.

A grande maioria, porem, das obras que contem, providas dos extinctos conventos, não nos parecem as mais proprias para desenvolver o espirito e o bom gosto da mocidade e quem sabe, até, se não dariam um resultado negativo.

O numero dos seus frequentadores é, consequentemente, assaz limitado.

**A SOCIEDADE AMOR DA PATRIA** -- Foi inaugurada a 28 de Novembro de 1859.

Não sendo o nosso intuito descrever aqui a historia d'esta benemerita e importante sociedade, a qual desde a sua fundação tem tomado activa parte em diversos commettimentos de publica utilidade para esta ilha, como a criação, em 1862, de uma Caixa Economica e as constantes esmolas, de avultadas quantias, aos Azylos d'Infancia desvalida e de Mendicidade, bem como muitos outros actos de caridade, mencionaremos apenas que sustentou, tanto n'esta cidade, como nas freguezias ruraes, diversos cursos nocturnos de instrucção primaria, isto desde o anno de 1860 até ha pouco.

No gabinete de leitura do club pertencente a esta sociedade encontra-se já avultado numero de livros, periodicos e illustrações, os quaes vae gradualmente augmentando, offerecendo assim um bom recurso litterario aos seus numerosos socios.

Por occasião das festas do tri-centenario de Camões instituio esta Sociedade um premio, annual, de 40\$000 rs. para ser conferido a um alumno distincto de instrucção primaria.

Embora a flicção da «Amor da Patria» não seja, pronunciadamente, adstricta ás letras, ainda assim, n'este campo, tem sido valiosa a sua existencia, como acabamos de vêr.

**O GABINETE DE LEITURA DAS LAGENS DO PICO** — Datou a sua criação do anno de 1876.

N'aquella epocha, um filho da localidade, Manuel Joaquim d'Azevedo e Castro, solicitou a adhesão de varios cavalheiros da Villa das Lagens, para alli ser fundado um gabinete de leitura.

Achando geral assentimento tão proveitoso alvitre, maxime n'uma pequena localidade, desprovida de certos commettimentos civilisadores, alistou-se, desde logo, um rasoavel numero de socios, sendo estabelecida uma muito modica quota mensal, para occorrer ás indispensaveis despesas.

O gabinete foi aberto com livros cedidos, temporariamente, pelos frequentadores do mesmo e a Camara Municipal do Concelho, desejando patrocinar, quanto ao seu alcance, aquelle util melhoramento, concedendo-lhe o subsidio annual de 18\$000 rs.

Como estivesse, então, em Coimbra, a cursar a Universidade, um distincto e talentoso lagense, o actual Dr. João Paulino d'Azevedo e Castro, hoje lente no Seminario d'Angra do Heroismo e sacerdote respeitado pelas suas virtudes e erudição, secundou, poderosamente, os esforços litterarios dos seus conterraneos, angariando dadivas de alguns centos de volumes, que para as Lagens do Pico foram logo remettidos.

Durante alguns annos manteve-se com regularidade este Gabinete de leitura, mas a falta de uma casa apropriada ao fim a que se destinava, foi-lhe afrouxando a concorrência, até passar quasi desaperecebido.

E' no estado em que está actualmente.

Como geralmente acontece, ainda, n'estas ilhas, certas instituições litterarias, mesmo das mais proficuas, carecem de muita dedicação para poder arrostar com o gelo Siberiano da indifferença publica, não no primeiro periodo da sua existencia, que é sempre prospero, mas mais tarde, quando o calor da innovação já cessou e que as difficuldades se alevantam a cada passo.

**O GABINETE DE LEITURA MARQUEZ DE POMBAL, EM S. ROQUE DO PICO** — A idéa da creação d'este gabinete foi despertada e promovida pelo illustre escriptor o Dr. José Affonso Botelho Andrade, no seu incessante amor pelas letras e pelo desenvolvimento da instrucção n'este archipelago.

Da ilha de São Miguel, aonde reside, coadjuvou, effectivamente, com valiosos donativos de livros e jornaes a nascente empreza litteraria, a qual se inaugurou em 8 de Maio de 1882, sendo seus socios fundadores João Bento de Lima, João Paulino da Costa, Manuel Dias de Lima, Manuel Emilio Thomaz da Silveira e Nicolau Joaquim da Costa Torres.

Foi uma festa sympathica e brilhante, semelhante inauguração, que teve lugar, á noite, nos Paços do Concelho d'aquella Villa, illuminando-se o edificio, comparecendo alli uma orchestra, as autoridades locais e grande concorrência de damas e cavalheiros.

O discurso de abertura foi pronunciado pelo Dr. Arsenio Leonel de Medeiros, guarda-mór de sãde na ilha do Pico e cavalheiro de reconhecida illustração.

Por iniciativa dos socios fundadores acima indicados, no dia 1.º de Dezembro de 1883 foi tambem inaugurada, adjunta ao mesmo Gabinete, uma sociedade recreativa, encorporando-se na primitiva e sob o mesmo titulo, sendo a assemblêa geral, alem dos antigos socios fundadores, composta do Dr. Arsenio Leonel de Medeiros, Dr. Ignacio Alberto José Monteiro, João Maria Ferraz de Mello, Manuel Maria de Mello, Nicolau Adrião Ferreira da Costa Nunes, Francisco Nunes de Macedo Machado, José Francisco da Costa, Wenceslau Maria de Mello, Manuel Machado Linhares Soares, Camillo de Lellis Sousa e Silva, João Maria da Silva Mesquita, Antonio Silveira Linhares, José Maria de Mello Junior, Manuel Dias de Lima Leal, Antonio Ramos da Silveira, Antonio Leal de Bettencourt Junior, José Francisco da Silveira, Manuel Vieira Maciel, Domingos Machado Soares, Francisco Augusto Ramos da Silveira, Thomaz Francisco da Silveira Junior, José Ignacio Pimen-

tel, Mathens Pereira Noronha do Amaral, Antonio Manuel de Sousa Sarmiento, Raulino Antonio da Fonsêca, Joaquim Pinheiro de Freitas, Antonio Marianno de Serpa e João Antonio de Sâ Linhares.

Elegeram, então, uma comissão para administrar a sociedade, enquanto não se organisassem os respectivos estatutos, a qual ficou composta do Dr. Arsenio Leonel de Medeiros, presidente, Mannel Maria de Mello, vice-presidente, João Paulino da Costa e Mannel Emilio Thomaz da Silveira, secretarios, sendo thesoureiro João Bento de Lima.

Assim tem continuado a existir o Gabinete de leitura de que tratamos, offerecendo aos seus socios, familias d'estes e a qualquer visitante da importante Villa de São Roque, alem de um rasoavel numero de obras litterarias, jornaes & diversas reuniões recreativas, sendo um local de diaria convivencia, um elemento civilizador enfim, tanto mais apreciavel em terras ainda pouco propicias para semelhantes commettimentos.

Funciona na casa n.º 23, da rua do Caes, mas até o 1.º de Dezembro de 1883 esteve estabelecido na redacção do «Picaroto», periodico d'aquella Villa.

Nas estantes do Gabinete contam-se 112 obras diversas, com 224 volumes, alem de crescido numero de jornaes, folhetos &.

Terminaremos registando que a idéa de solemnisar n'aquella Villa o centenario do Marquez de Pombal partio de João Bento de Lima, sendo levada a effeito por este cavalheiro e pela redacção do «Picaroto», que se compunha de João Paulino da Costa, Nicolau Joaquim da Costa Torres e Mannel Emilio Thomaz da Silveira (proprietario e redactor principal d'aquelle periodico) bem como de Manuel Diâs de Lima, escrivão da Administração do Concelho.

O actual presidente da direcção do Gabinete Marquez de Pombal é João Maria Ferraz de Mello, distincto funcionario publico e secretario Mannel Emilio Thomaz da Silveira, illustrado picoense e escriptor publico, o qual como acabamos de ver, tem acompanhado desde o seu inicio esta util associação.

**A BIBLIOTHECA DAS FLORES** — Na serie de assignalados beneficios que a ilha das Flores deveu a Antonio Vicente Peixoto Pimentel, no ultimo lustro da sua vida, não deve decerto ficar no esquecimento a acquisição de uns 3.600 a 4.000 volumes, de variadas obras, em diversos idiomas, alem de grande copia de jornaes litterarios, illustrações, mappas &, que esse benemerito florentino, á força de pedidos e de instancias, conseguiu angariar e os quaes, até o mais insignificante folheto, remettia, cuidadosamente, para a sua patria, endereçados a seu cunhado Antonio Maria Corvêllo, para os catalogar, e arrecadar convenientemente, até que, sob a administração da Cama-

ra Municipal do Concelho de Santa Cruz, fosse possível alli estabelecer-se uma Bibliotheca publica.

Este levantado pensamento encontrou em Antonio Maria Corvello, benevola e illustrada acolhida, os livros devidamente relacionados foram conservados no escriptorio d'este cavalheiro, aonde se reuniam os estudiosos que, desde logo, dos mesmos se queriam aproveitar, o que não era de certo indifferente para a civilisação d'aquella localidade.

Em Lisboa, Antonio Vicente Peixoto Pimentel, tornava-se legendario n'aquella verdadeira febre de dotar a sua patria com importantes melhoramentos e ao tempo que conseguia alli fundar um hospital, á custa de muito trabalho, de muitas luctas, de muitos pedidos e de muita dedicacão, engrossava tambem a projectada bibliotheca do municipio de Santa Cruz e, ainda mais, tratava da edificacão de um instituto industrial, fazendo para este fim a doacão de um terreno que lhe pertencia, na rua de São Sebastião e tendo até, em Lisboa, a pedra já lavrada para as portadas do mesmo!

Os estatutos para esta casa de aprendizagem seguiram de Santa Cruz, para serem submittidos á approvação do Governo no paquete Açôr que chegou á capital no dia 23 de Março de 1881, ao tempo que ferido, inesperadamente, por mortal enfermidade, estava já prostrado no leito da morte o benemerito Peixoto, que falleceu no dia 27 d'esse mesmo mez.

Com esta lamentavel occorrenciã não se traton mais do instituto industrial das Flores, o hospital já funcionava e a Bibliotheca aguarda ainda a sua conveniente installação.

É uma questão de tempo, estamos persuadidos, por quanto os generosos sentimentos de Antonio Maria Corvello e da sua digna consorte, se ja no seu testamento, como é publico, dispoem largamente a favôr do novo hospital da sua patria, não deixarão tambem de abrihantar mais os seus nomes, facultando aos seus conterraneos os recursos que, para o seu progresso, podem auferir do gôzo de uma variada Bibliotheca publica.

Será um serviço relevantissimo, maxime n'uma ilha remota, aonde a acquisição de bons livros, alem de difficil, não está sempre ao alcance dos meios pecuniarios de muitos dos seus habitantes.

A municipalidade de Santa Cruz deveria, affigura-se-nos, para este proveitozo *desideratum*, envidar todos os seus esforços.

No entanto, o que é ja muito, os livros existem em boa mão.



## XXI

## AMELIA

O convento de S. João, na villa da Horta, defrontava com o mar, erguido n'uma pequena elevação, com alterosos mirantes e com a sua immensa fabrica a recortar-se no verde escuro das encostas que lá ao fundo se apresentavam revestidas de esplendida vegetação.

A magnifica perspectiva que da parte superior d'aquelle se gosava nada deixava a desejar, do convento até ao mar, em suave declive, se estendia a alva casaria da villa, entremeiada de arvoredos, com esse risonho aspecto que então, como hoje á populosa cidade da Horta é peculiar, em seguida a espaçosa e serena bahia, a mais vistosa de todo o archipelago, cheia de vida e emballando tranquiamente numerosas embarcações estrangeiras, mais alem o canal, semelhante larga faixa de azul ferrete, cruzado pelas vélas latinas das embarcações costeiras, eguaes ás brancas azas de enormes aves maritimas e fechando este quadro, bem defronte da villa, a grande ilha do Pico, de aspecto severo, erguendo o agudo cume da sua principal cratera, coberto de alvissimo gêlo, muito alem das nuvens que com cambiantes azues, ou rosados, formam um grande anel a meia altura da montanha.

E o sol a declinar para alem das cumieiras das serras do Fayal emprestava áquelle arrebatador quadro uns tons de luz avermelhada, como o reflexo de enorme e distante incendio, ou como o clarão de uma aurora boreal, tocando todos os objectos com estranha claridade.

A estrutura accidentada dos Açores e a sua natureza essencialmente vulcanica, apresenta frequentemente scenas de tão grande magia, que a penna é impotente para descrevel-as, ou a têla para as reproduzir, por quanto o artista, por mais aprimorado que fosse, não conseguiria ainda assim retratar, com todas as suas multiplices variedades, os effeitos da luz nas quebradas desfeitas das crateras, os montes arrojando-se para o firmamento, ora em atrevidas agulhas, ora em abruptos e informes mórros, este oceano que nos cerca cheio de vida, de luctas, de gritos e de meigos gemidos, este ceu tão variavel e caprichoso que de hora a hora muda de aspecto, que de manhã nos dá sorrisos para depois surgir ameaçador, sacudindo os arvoredos nas convulsões da tormenta.

E nem a terra aqui descansa em longo dormir, na actividade dos elementos que a circundam toma tambem, a espacos, egual partilha,



o seu uberrimo seio convulsiona-se, a seiva que lhe corre nas arterias gigantes são caudaes de fogo, estremece toda, afunda repentinamente aqui uma montanha, ou levanta de subito o seio gelido do mar para formar alem uma ilha, desfazendo ou modificando uma paisagem, com a mesma facilidade, com que as nuvens acastelladas no ceu, á mercê do variavel soprar do vento, tomam d'um momento para o outro feição differente.

Decorria o anno de 1815.

O convento de S. João tinha, n'este tempo, de portas a dentro sessenta e sete mulheres, freiras professas, noviças, famulas e educandas, era o convento da moda para a gente abastada que, ou por conveniencias pecuniarias para alargar mais os bens dos vinculos ou para se descartar dos cuidados que sempre a um chefe de familia dão as raparigas, entregavam-as a Deus, com a maior semceremonia, tranquilllos d'alli em diante do seu futuro, do qual já não eram responsáveis.

Estas entradas para o convento apesar de trivialissimas, encontravam ainda assim, por vezes, incrível resistencia n'aquelles tempos de absoluto poder paterno, afferido pela rigidez das instituições então vigentes.

A familia Quadros, actualmente extincta na ilha do Fayal, havia durante consecutivas gerações dado um bom contingente para os conventos distinguindo-se até muito um dos seus membros, Fr. Vicente de Quadros, cujas substanciosas orações, manuscriptas, chegaram ainda até os nossos dias, revelando em sua reverendissima se não apri-morada phrase, ao menos um abysmo de erudição theologica.

D'esta mesma familia era tambem Amelia Etelvira de Quadros, mais tarde sôror Amelia da Purificação, que aos dezesete annos de idade, como noviça, e, devemos confessar, muito contra a sua vontade, dera ingresso n'aquella casa de orações e provavelmente de virtudes magnas.

Amelia foi uma formosa açoriana, ligeiramente moréna, olhos brilhantes e negros, eguaes na côr ao abundoso e fino cabello. Os seus labios que amiudadas vezes sorriam bondosamente, faziam lembrar uma flôr de romã e a sua estatura regular e esvelta tinha suaves ondulações e singelo encanto.

No convento gostavam d'ella, ainda que a madre abbadessa uzeira e vezeira no estudo de femininos corações, não era raro attribuir-lhe certa independencia de caracter, que mal se coadunava com a obediencia monastica, que devia ser impassivel e fria como o marmore.

Já a entrada da noviça para alli fôra quasi um escandalo; viera mais arrastada do que por sua vontade, o pae vociferar a que nem um damnado, um tio, frade franciscano, benzera a mais de dez vezes, a mãe, uma velha fidalga da ilha Terceira, queimara varios sirios a Santa Catharina, para que dêsse juizo á pequena, os criados da casa an-

daram oito dias n'uma roda viva, d'aquella opulenta habitação com cartas para o convento, do convento para o ouvidor e d'este para o governador militar, especie de senhor de barão e cutello que então reunia em si diversas alçadas, commandando tropas, sancionando matrimonios e fazendo frades,—um regalo emfim.

Amelia, não obstante resignou-se a entrar na liteira que, cercada de criados de libré, a devia conduzir até S. João, declarando, porem, que alli entrava, não porque quizesse ser freira, mas tão sómente para se livrar da desagradavel vida que ultimamente estava levando na habitação paterna.

O leitor perspicaz, seguramente, já terá desconfiado que na relutancia de Amelia para a vida monastica alguma coisa mais havia do que uma simples aversão para a existencia conventual e que, n'aquella idade, o mais natural motivo de quaesquer sympathias é o amor.

E amor profundo era este que de ha muito lhe alvoroçava o coração, que soubera resistir ás severas admoestações da familia e que ella jurára a si mesma de ser eterno, ainda que, então, sem esperanza alguma de se poder unir á face dos altares ao escolhido do seu affecto.

Era este um rapaz pobre, mas talentoso, da Horta, empregado na escripturação de uma casa ingleza aqui estabelecida, no importante negocio da exportação dos magnificos vinhos do Pico, ganhando elle, alem de decidida afeição dos patrões os meios necessarios para alimentar numerosa familia, cujo chefe haveria uns tres annos que fallecera.

A despeito da vigilancia da aristocratica familia de Amelia, car-teavam-se os dois amantes e ainda mais livremente desde que esta, entrando, como se lhe alligurava, temporariamente, para o convento, tinha á sua disposição mais folgadas horas e os officiosos serviços dos criados externos d'aquella casa, no computo dos vencimentos dos quaes nunca deixava de figurar a verba resultante de serem os mensageiros, ou depositarios, de segredos de maior ou menor importancia.

E' necessario que todos vivam.

O tempo do noviciado de Amelia ia-se, porem, approximando do seu termo, a catechese do convento tornava-se mais diligente, as horas de oração mais demoradas, as prelecções das monjas velhas mais austeras e pesadas.

Pobres mulheres, como perdiam inutilmente o seu tempo!

A noviça deixava as fallar, fallar muito, n'uma attitude reverente, n'um beatifico silencio, sentada em commoda cadeira, com a fronte formosa recostada no espaldar da mesma e com um sorriso de acquiescencia a lhe voltear nos labios, mas enquanto ellas lhe explicavam as subtilidades dos pesados alfarrabios encadernados em couro liso e branco, o espirito, a alma, a vida da noviça estava d'alli bem longe, não sabia se ellas lhe estavam fallando de S. Chrysostomo ou do demonio,

e em vez do ascetismo d'uma Trapa estava-se deliciando com bem diferentes visões; com campos cheios de luz e flores, com noites sandosas d'almo luar, nas quaes os labios d'aquelles que se amam vem insensivelmente unir-se, como se unem as folhas dos lyrios nas noites sensuais e tepidas do estio.

Que grande criminosa que era esta rapariga!

Um dia o pae procurou-a no palratorio, o que raras vezes acontecia, vinha fardado de ponto em branco, com o sen bonito uniforme de capitão de ordenanças, pendendo-lhe ao lado agudo espadim de aprimorado lavor.

Trocados os usuaes cumprimentos com a abbadessa que, por especial deferencia, acompanhára a noviça até ao palratorio, retirou-se a freira discretamente, deixando sosinhos o pae e a filha.

O morgado sentou-se, junto da grade, n'uma cadeira de braços, depondo a barretina sobre uma meza, em quanto a filha, no interior da clausura, de pé, de olhos no chão e braços cahidos e mãos cruzadas, n'uma attitude de respeito e temor, aguardava o motivo d'aquella conferencia.

O morgado, como de direito, foi o primeiro a fallar.

—Sabes que para a semana acaba o teu tempo de noviciado...

—Ignorava o, meu pae.

—Pois assim é, e tenho resolvido que quanto antes vossa mercê professe, está tudo disposto e esta solemnidade será condigna do esplendor da minha casa. Tem alguma objecção a fazer a isto?

—Uma unicamente, a mesma por cujo motivo já em nossa casa tantos desgostos soffri, em jamais serei freira.

O pae conteve ainda a colera que lhe agitava o peito e respondeu seccamente:

—As meninas da sua idade não sabem o que lhes convem e aos paes é que compete dar-lhes o devido destino, hade entrar freira por força ou por vontade.

—Não heide...

—Hade, digo-lhe eu. Tu não me conheces ainda o genio, Amelia, teria a coragem de te arrastar pelos cabellos até ao altar, se acaso tomasses a ousadia de me desobedecer. Tua mãe bem sabe como eu sou, e vê se não nos damos bem, se ella alguma vez me contradiz... Pois não, era o que faltava, eu desfalcar a minha casa com a tua legítima, para de futuro dar de comer a algum canalha que com a mira no interesse casasse contigo... estão bem servidos se esperam por isso!..

—Não desejo cousa alguma do que lhe pertence, meu pae, mas tambem declaro-lhe que nada me obrigará a seguir uma vida que de-testo.

—É o que veremos.

—Mas é que isso depende de mim e eu na egreja direi bem al-

to, diante de todos, que me obrigam a professar, que semelhante acto é uma violência e que me levaram para alli á força...

—E eu estarei ao teu lado e antes que me insultes proferindo semelhantes palavras, enterro-te no peito este espadim, será um exemplo, embora terrivel, mas necessario, n'este tempo amaldiçoado em que os filhos já se lembram de mandar mais do que os paes. Não tenho explicações que lhe dar, de hoje a oito dias encontraremos-nos na egreja.

E o morgado retirou-se, fazendo estremecer as escadas com o seu afidalgado passo.

N'essa noite uma mais extensa carta do que todas as antecedentes, participava a Alfredo, o amante da noviça, o cruel destino que lhe preparavam, as violencias do pae e a firme disposição em que ella estava, embora com a prespectiva da morte, de resistir a semelhante mandato. A carta terminava por dizer ao rapaz que dispozesse da sua sorte.

Não se fez esperar a resposta e esta parecia bem sincera, dizendo-lhe o amante que com os meios pecuniarios de que então dispunha, era-lhe impossivel, desde já, um casamento, que no entanto o seu amor por Amelia seria sempre inabalavel, a despeito de quaesquer difficuldades e da guerra surda que sabia a sua familia lhe estar movendo.

Acrescentava ainda que o patrão lhe propozera ir n'uma barca que estava a carregar pipas de vinho, como sobrecarga, á Inglaterra, o que lhe seria muito conveniente pelo lado financeiro, tanto mais que o patrão não tinha, então, outro empregado de confiança e que isso muito poleria melhorar o seu futuro, ganhando-lhe as boas graças.

Que, n'estas circumstancias, o que lhe convinha fazer, era ganhar tempo, até que um mais desauviado horisonte sorrisse a ambos.

Não sabia o dia da partida do navio, mas devia ser em breve.

Estas linhas vieram, ainda mais, compungir o coração da insulana, parecendo-lhe que ficaria só no mundo, desde o momento da partida do seu amante.

No convento continuavam a importunar-a com rezas e jejuns e ella, automaticamente, prestava-se a tudo.

A mãe fôra fazer-lhe uma visita, mas a pobre senhora de acanhadissima intelligencia e completamente subserviente ao marido, não tinha outra orientação que não fosse obedecer ás suas ordens e a respeito d'isto que longo sermão não pregou á filha!

Inesperadamente a barca dos vinhos saiu para o norte e cumpriram-se as previsões da noviça, achando-se completamente a sós n'aquella difficil conjunctura.

Ainda assim o seu animo não afrouxou e estava deliberada a cumprir a dura prova de resistir a todo o transe ás paternas disposições.

Na vespera da profissão o convento revelava anormal vida, o noi-

vado espiritual que na adjuncta egreja se ia celebrar, não era menos festejado do que as bôdas profanas do seculo, as freiras inventavam requintes de subti'ezas, incendidas em amor divino, que bem deixavam prevêr do que ellas seriam capazes se acaso semelhantes nimos fossem devotados a uma creatura humana.

O domingo fatal raion, finalmente, nos horisontes, limpido, sem nuvens, com um sol esplendido e creador. A natureza parecia deleitar-se com as magoas que iam no coração da noviça.

Desde as nove horas da manhã a egreja começara a apinhar-se de povo, o templo estava todo armado de cortinas de Damasco, preciosas jarras da India, repletas de flores, adornavam todos os altares; o sachristão ha dois dias que não fizera outra coisa senão esmerar-se em apresentar aquelle recinto com o maior brillantismo possível.

No interior do convento a azafama não era menos, forneara-se alli noite e dia e montanhas de massa sovada, muitas viandas e immensas tachadas de dôces, para a refeição no paltratório, quando acabada a solemnidade religiosa, e subsequentes presentes ás auctoridades e pessoas mais graduadas, occupavam a maior parte do tempo das garfulas famulas.

Amelia era a unica pessoa no convento estranha áquelle geral borborinho. Abrira a janella da sua cella, defrontando com o mar, e d'alli encostada á grade, absorta em remotos pensamentos, a sua alma vagava bem distaate, como se para alem d'aquelle vasto horisonte podesse divisar a embarcação que conduzia o seu amante.

Os sinos do convento atroavam tudo, a multidão curiosa investia para o templo, as freiras cruzavam-se apressadas pelos corredores, os toques de campainha das governantes d'aquelle grande casa repetiam-se a mindo, a irmã rdeira julgava que d'esta vez endoidecia, tanto era o expediente na portaria e, coisa até alli nunca vista, n'aquelle dia a communidade nem tivera tempo de almoçar.

Amelia continuava sosinha, parecendo inconsciente de quanto em seu redor se passava.

Afinal tres pancadas soaram á porta da cella e a noviça, estremecendo, despertou como de um sonho.

Era a madre abbadessa.

— Minha filha — disse lhe esta, apenas entron — já soon a hora desejada, as nossas irmãs já estão todas no côro, os srs. padres estão-se revestindo, auctoridades e convidados já estão sentados na capellamôr e o senhor sen pae a aguarda, junto da porta do côro de baixo, que dá para o corpo da egreja. Temos uma festa esplendida, louvado seja o Senhor, nunca vi tanta gente junta.

— Que me cumpre então fazer? — perguntou a rapariga.

— Acompanhar me. Até ás grades do côro será seguida por uma commissão das mais qualificadas irmãs d'esta caza, este é o mais feliz dia da sua vida. minha filha, graças á bondade do Altissimo.

— Quem sabe, madre abbadessa?..

— O espozó encherá de superabundantes favores a serva que humildemente se lhe entrega e é em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, que eu te abenço-o, filha.

Amelia benzeu-se instinctivamente, beijou a mão á abbadessa, dizendo:

— Eston prompta, minha mãe.

No corredor, á porta da cella, uma deputação das mais edosas freiras, todas paramentadas e de ririos accêssos na mão, aguardava a noviça e em alas as foram acompanhando pelos corredores e escadarias até ao côro de baixo, cujas grades estavam interiormente cobertas d'um a outro lado, por um panno roxo, dos que serviam na semana santa.

Quando chegaram proximas da grade, a abbadessa dispoz convenientemente as freiras, segundo as suas gradações, d'um e outro lado da noviça, em duas alas, occupando esta o fundo do prestito, a par da respeitavel anciã.

A cortina interior então foi corrida em toda a sua largura, houve um certo reboliço na multidão que enchia a egreja, auctoridades e convidados pozeram-se em pé; os padres saíram paramentados da sacristia, um ar quente e rescendendo ao perfume das flores da egreja invadiu todo o côro, o órgão fez ouvir algumas estridentes notas e a porta gradeada que dava para a egreja abriu-se de par em par.

A um dos lados da mesma estava o capitão de ordenanças, pae da noviça, que até alli foi conduzida pela mão da abbadessa.

A porta em seguida tornou-se a fechar, a cortina foi de novo corrida e o povo contemplava curioso aquella gentil menina que, ora-dando a mão ao pae, seguia atravez do mulhierio do corpo da egreja, que se afastava para lhes dar passagem, até ao altar mór.

Haviam lagrimas em muitos olhos.

O morgado apenas n'esse trajecto teve tempo para dizer á filha:

— Não me envergonhe por amor de Deus, Amelia, n'uma reunião tão solemne, bem vê que é para mim uma questão de vida ou de morte qualquer escandalo, olhe que a maldição d'um pae cae pesadamente sobre a fronte dos filhos... coragem!..

— Mas isso seria enterrar-me em vida...

— Prefiro essa eventualidade á vergonha de um escandalo.

N'aquelle môrno ambiente, na presença de tantos espectadores, na respeitabilidade d'aquella assembléa, aos sons plangentes do órgão e do doce cantar da communitade, a noviça sentia-se possuida de um vago terror, parecendo-lhe que assistia a um estranho espectáculo e o seu espirito abatia se de momento para momento, quasi inconsciente de tudo quanto alli se passava.

O ritual da egreja continuava solemne e magestoso.

Estava de joelhos e sentin contra o pescoço o frio da thezoura que,

d'um golpe lhe cortava o lindo cabello e nem esse vandalismo ao mais dilecto adorno natural das mulhières lhe causou a minima magoa, ou um suspiro de pesar.

Guardava talvez as suas forças, pensava o pae, para o momento da profissão, do juramento.

O morgado acercara-se da filha e no seu aspecto de momento para momento mais demudado, demonstrava maior inquietação do que a pacifica creatura que sacrificava.

Quando chegou o momento da profissão estava livido, medonho, banhado em suor e de tão estranho aspecto que parecia que ia ser fulminado por uma apoplexia.

O governador das armas, vendo-o assim, sahio do seu lugar, amparando-o com um braço pelas costas e dizendo-lhe:

— Valor, meu amigo, a vocação rouba-lhe uma filha, mas Deus o recompensará largamente d'esse immenso sacrificio.

O padre que officia. junto da professanda, de livro aberto na mão, aguardava, com os acolytos ao lado, o começo do juramento e Amelia erguendo supplicante olhar para o pae, um olhar em que se lhe ia a vida toda, estava silenciosa ainda...

O pae tremia e desligando-se do braço do governador militar, deu um tremulo passo, como de homem embriagado, para mais junto da filha, levou uma das mal seguras mãos ao espadim e chegando-se-lhe ao ouvido, murmurou com voz cava:

-- Jogámos aqui a vida, ou tu ou eu.

Os seus labios estavam convulsos, cheios de escuma e a custo se sustinha em pé.

A rapariga então, de joelhos, tomada de subita resolução, proferiu em voz alta, sem parar, de uma só vez, o terrivel juramento, como quem tivesse pressa de esgotar de um só trago amargo calix de absintho.

Quando acabou, os sons jubilosos do órgão fizeram estremecer todo o templo, as rezas festivaes do ritual acclamaram-na esposa de Christo, o incenso no altar expandia-se em grossas nuvens, estava consumado o sacrificio.

Cobrava novo animo o morgado.

A irmã Amelia da Purificação, como d'ora em diante se ficava chamando, ergueu se afinal já cingida do veu do espirital noivado e a festa continou esplendida até ao fim.

Ao proferir, porem, os votos, sentira Amelia o quer que fosse que lhe estalára no peito e agora levando o lenço aos labios veio-lhe este tinto de sangue.

A festa corren radiante todo o dia no convento, houve lauto jantar aos convidados, à noite illuminação da frontaria do edificio: uma musica da localidade veio tocar em frente d'aquella casa e o morgado

offerecen á abbadessa uns cartuchos de brillantes dobrões d'oiro, isto, já se sabe, alem do patrimonio da filha.

Era um santo homem, não tinha que vêr!

A professada, acabada a solemnidade religiosa, ficára em tal prostração, que recolheu-se immediatamente á sua cella, d'onde não mais saiu n'aquelle dia.

Ninguem estranhava isto, era até natural, depois das emoções de semelhante acto.

O peor, porem, é que os seus padecimentos agravavam-se de dia a dia.

Arraston, assim, uns dois mezes de miseravel existencia, cuspia amindadas vezes sangue, estava um esqueleto e nem já conseguia em suaves tardes de primavera ir sentar-se alguns instantes na cerca, junto d'umas moitas de roseiras, que n'um pequeno quadrado antecederentemente cultivava.

—Se ao menos eu chegar a vel-as florir...—dizia ella a si mesma—deixal-o, de que me importa agora a vida...outra mulher adorará de flores a vida de Alfredo.

Dens amerciou-se d'esta desgraçada, á debilidade do corpo segno-se tambem a fraqueza de espirito, pelo fim da primavera, quando as roseiras floriram, já não sahia da cella, nem tinha consciencia do que em seu redor se passava, estava noite e dia n'um abatimento completo.

Uma manhã os sinos de S. João tocaram a finados e o morgado recebia uma carta da abbadessa dizendo-lhe que Dens contava no cen mais um anjo, que a sua filha já não pertencia ao numero dos vivos.

O morgado lastimou-a sinceramente, uma boa filha—dizia elle—obediente e amiga das grandezas da sua familia, coitada!.. Ha ditos ás vezes, esquisitos, quando professon disse me que se enterrava em vida e foi verdade, tambem se não tivesse professado era o mesmo, já tinha em si aquella molestia e se depois havia de morrer casada, mesmo que na liberdade do seculo houvesse durado mais alguns mezes, antes assim, Dens tudo o que ordena é pelo melhor...

Mais tarde regressou Alfredo, da Inglaterra, sentiu muito a morte da amante, mas sabendo que ella professára, fez algumas philosophicas reflexões sobre a versatilidade do coração feminino;—aquella mulher que elle tanto idolatrava, fôra bastante a sua ausencia para esquecer tantas e tão ferventes promessas e sem lhe dizer sequer duas palavras de despedida.

Esta falta, porem, como o leitor sabe, fôra devida á enfermidade de Amelia, tencionava escrever ao amante uma longa carta em que lhe explicasse tudo e como para salvar o pae, talvez de uma morte fulminante, destruiu o seu futuro e sacrificara a propria vida.

Aguardando, porem, de dia a dia, cobrar algumas forças, o entendimento abandonara-a, primeiro do que se lhe extinguiu a vida.



Era isto o que não podia revelar a sua humilde sepultura no cemiterio do convento.

Alfredo, dois annos depois, estava casado e feliz.

O capitão de ordenanças, viveu tambem largos annos, sempre respeitado, sendo um magnifico administrador da sua casa e engrossando o morgado com muitas terras, muitas vinhas e muitos fôros.

A morte só tarde o alcançou e ainda assim teve a felicidade de não estar um dia que fosse doente.

Deitou-se bom, alegremente, e no outro dia foram-n'o encontrar inerte no seu leito de madeira do Brazil.

O filho varão que, pela sua tenra idade, no tempo da morte de Amelia, apenas da mesma tinha pouca idéa, mandou fazer ao pae sollemnes exequias, os pregadores dos conventos aos quaes fizera algumas offertas, elevaram ás nuvens as virtudes do finado, e centos de missas, por descargo de consciencia, mais do que por verdadeira necessidade, foram resadas por sua intenção em todas as egrejas da ilha.

É assim que se vive e morre honradamente.

O morgado foi sepultado no Carmo, no jazigo de familia, ao lado dos seus respeitaveis antepassados.

Decorreram muitos annos.

Uma vez, ja extinctos os conventos, foi necessario fazer uns reparos n'uma capella, por baixo da qual era o carneiro da familia Quardros.

Tratava-se de assoalhar aquelle recinto e de aproveitar para outro fim o ladrilho que revestia o chão da mesma.

Levantaram-se, pois, todas as lages e conjunctamente aquella que servia de dar ingresso no carneiro, como se conhecia por pesada argola de ferro encravada na pedra.

D'aquella entrada até ao fundo do jazigo, no qual, como na camara de um navio haviam differentes beliches ou nichos para a longa viagem da eternidade, descia-se por uns dez degrãos.

Levantada, pois, a pedra, encontrou-se um esqueleto no degrão superior, com os braços estendidos, como se tivesse effectuado algum supremo esforço.

O pedreiro que dirigia a obra disse brutalmente, para os seus companheiros:

— Que diabo foi isto. os mortos, aqui dentro, andaram a jogar á cabra-cega?!... vão vorês chamar o sachristão para tirar d'aqui essa ossada... .

— Isto foi talvez algum que enterraram vivo, mestre José! — perguntou um mais esperto aprendiz.

— Eu sei lá o que isso é, — respondeu o pedreiro, — são ossos que estão para ali... vae chamar o sachristão, anda, para os botar ali para baixo... en cá não lhe toco.

O sachristão acudiu ao chamamento, em mangas de camisa, fumando, mesmo dentro da igreja, um enorme cigarro e atirando com o pé os ossos pela escada abaixo, disse aos trabalhadores:

— Já lá estão no fundo, agora trabalhem vocês á vontade... aquillo sempre foi pessoa que enterraram viva ..ih....ih....ih!... — e dava uma risada estúpida.

— Seria homem ou mulher?

— Quem é que sabe?... n'outro tempo sempre aconteciam coisas... isso hade ser do tempo dos frades, mas esperem vocês que sempre vou saber de quem eram esses ossos.

E indo a um altar, arrancou um cirio d'uma castiçaleira, accendeu-o com um phosphoro e desceu os degraus do carneiro, aonde reinava um ar abafadiço e humido.

D'ahi a alguns momentos voltava do interior da terra.

— Foi a ultima pessoa que n'este jazigo se enterrou, o morgado Quadros, o caixão está aberto e ainda lá tem o espadim dentro... olhem vocês o que elle não padeceria a bater ahi contra essas paredes, sem ninguem o ouvir, tem havido muitos casos d'estes.

— Quem sabe se isto seria castigo de alguma coisa que elle tivesse feito... podia ter dado cabo de alguem.

— Isso não é provavel, meu pae fallava-me sempre do morgado como de um homem exemplar, até teve uma filha que foi freira, e era pessoa de religião.

— Deus é que sabe! — acudio philosophicamente o mestre José, tapando de pedra miuda e cal a abertura do jazigo.

No fim d'esse dia a capella estava assobradada e d'aquelle incidente apenas tiveram conhecimento meia duzia de pessoas.

Assim acabam vaidades!

---

## XXII

## SANTO ANTONIO DO CASTELLO

A fortaleza de Santa Cruz, o unico e insignificante reducto, existente na cidade da Horta, que esteja guarnecido de artilharia, pertence ao crescido numero de construcções militares feitas no Fayal, desde 1567 até 1582.

Começaram no reinado de D. Sebastião, até á sua conclusão, no tempo de Filippe 1.º, tornando-se então uma verdadeira necessidade, tanto na Villa, como em alguns portos das freguezias ruraes, por causa das continuadas tropelias dos corsarios Argelinos, os quaes, com incrível atrevimento, investiam contra inermes povoações, roubando quanto podiam levar e até algumas formosas raparigas.

Ainda assim, as tendencias do povo fayalense, devemos francamente confessar, nunca foram muito atreitas a brilhantes feitos d'armas. Descendentes na sua maioria de pachorrentos flamengos, quando tinham de pegar em armas era somente n'um caso extremo e para defensão dos seus haveres.

Veja-se, mesmo actualmente, a aversão do nosso povo para a vida militar, uma das principaes causas da emigração clandestina do districto.

Tornou-se até, aqui, notavel pelo ridiculo, uma celebre parada que houve na 4.ª feira, 9 de Maio de 1792, por occasião de tomar posse do importante cargo de Capitão Mór das Ordenanças, o illustre filho d'esta ilha Jeronymo Sebastião.

Reuniram-se no antigo edificio dos Paços do Concelho, na Praça velha, tanto os Officiaes da Camara, como todas as authoridades e nobresa para, perante esta respeitavel assemblea, o recém-eleito prestar o respectivo juramento e, em frente da igreja da Gloria, muito proxima d'alli, postaram-se as diversas Companhias de Ordenanças, formando um corpo de alguns centos de homens.

A praça regorgitava de espectadores e as janellas do vasto convento de freiras, adjuncto ao templo, eram um verdadeiro enxame de mulheres, algumas formosissimas e pertencentes á primeira nobresa da ilha.

Quando, finda na casa da Camara, a solemnidade do juramento de fidelidade á monarchia portugueza, o Capitão Mór Jeronymo Sebastião veio passar revista á sua tropa, os officiaes, como estava combinado, ordenaram uma descarga de fuzilaria em todas as linhas.

Nunca, porem, poderam conseguir que as enferrujadas espingardas fizessem fogo, houve, é verdade, aqui ou alem, meia duzia de espaçados tiros, dados com a maxima irregularidade e dos quaes resultou um ferimento, porquanto a um pobre diabo que estava na primeira fila arrumou-lhe, n'aquella grande atrapalhão, o seu camarada da rectaguarda um tiro na cabeça, que o fez immediatamente recolher-se ao hospital.

Houve então entre o povo grande celexnia, risos, descomposturas, assobiadas, um completo *charivari*, para nos servirmos de hodierna e pouco vernacula linguagem.

A nossa tropa era isto, com pequenas variantes, sendo tambem certo que n'uma epocha, já muito mais moderna, sempre que havia algum toque de reunir, um sujeito chamado Gonçalo de Labath, que tinha pôsto elevado na nossa milicia, sahia de casa, para o Castello, de espada desembainhada, a chorar e com um rosario nas mãos!

Em 1650 organisou-se no Fayal um terço de tropas chamado a companhia franca, do qual cada rapaz alistado, mas que continuava a residir na sua localidade, recebia o vencimento de 50 rs. diarios.

Uma pechincha!

Ainda assim, esta companhia paga, constando de numero superior a cem praças, tinha, em determinados dias, exercicios militares e aspecto mais guerreiro, honra lhe seja, do que todas as suas antecessoras.

Se as chronicas fayalenses não resam de algum brilhante feito d'armas em que entrasse, registou-se, contudo, uma singular festa que a mesma effeituava annualmente, com grande gaudio dos pacificos habitantes da Horta.

Era no domingo da Trindade.

De todas as freguezias da ilha desciam à Villa os soldados da companhia franca, mascarados vistosamente, com diversas *danças de arcos*, espectáculo sempre muito do sabor do nosso povo, e isto ao toque de tambores, rabecas e pifanos.

O ponto de reunião era no Castello de Santa Cruz e, d'alli, pelas 11 horas da manhã, sahia uma brilhante procissão de mascarados, conduzindo desde a capella do Castello, até à igreja de São Francisco, vistosamente armada pelos frades, um andor com a imagem de Santo Antonio. Os soldados iam entoando, em alegre cantilena, a seguinte quadra:

*O' Sr. Santo Antonio,  
Nosso Capitão geral,  
Ajudai nos a vencer  
Esta batalha naval!*

Fechava o prestito a Corôa do divino Espirito Santo, conduzida

por um sargento e ao quadrado das varas iam os officiaes da Companhia, sendo o estandarte conduzido por pessoa grande da localidade.

Quando a imagem de Santo Antonio transpunha os humbraes do Castello, os canhões do mesmo davam uma salva de vinte e um tiros.

Na egreja havia missa cantada, coroando o sargento que conduzia a corôa e algum pregador de fama subia ao pulpito, contava os milagres do venerando *Capitão geral* e passava à mistura o mel pelos beijos de todos os valentes guerreiros alli presentes, embora muitos d'elles disfarçados em trajes do sexo fragil.

Quando terminava a religiosa solemnidade a imagem e o emblema do divino Espirito Santo regressavam ao Castello, toda a communitade franciscana tomava parte no prestito entoando a Magnificat, atrouando tambem os ares grandes girandolas de foguetes.

A' entrada do castello havia uma segunda salva, a capella d'aquelle recinto estava toda enfeitada de lumes e flores e alli era deposta a imagem e a corôa, seguindo-se na caserna um lanto banquete, ao qual assistiam as authoridades locaes, os frades e os soldados.

De tarde franqueava-se ao publico o ingresso na fortaleza.

Os mascarados organisavam então na parada da mesma alegres danças, juntava-se muito povo e ao toque rasgado das violas, bandos de homens e mulheres do campo, cantavam e divertiam-se alli francamente.

Como houvesse grande devoção com o Sr. Santo Antonio do Castello, cahiam n'aquelle dia muitas promessas, ovos, gallinhas, enormes argolas de massa sovada &c. que tudo era logo arrematado e cujo producto revertia a favor dos gastos da festa e principalmente do banquete, cuja despesa, estamos persuadidos, devia ser grande.

N'essa mesma tarde havia tambem uma romaria ao Monte da Guia e todas as pessoas que alli iam, nunca deixavam no regresso de visitar o Castello, do qual a festa se prolongava até noite fechada, com o auxilio d'uma brilhante illuminação.

E n'esse tempo de ideas aristocraticas, mas no qual a união dos fayalenses era grande, não raro a primeira nobresa da ilha, sem quebra da sua dignidade e sem que lhe faltassem ao respeito, não desdenhava de tomar parte n'aquelles populares festejos.

Havia ser hoje. . .



## XXIII

## OS BAILES ANTIGOS NA HORTA

A ilha do Fayal, a remontarmos ha um seculo anterior á nossa epocha, gosava, justificadamente, em todo o archipelago açoriano, a nomeada da terra aonde existia mais sociabilidade e aonde melhor se podia viver, pelas boas relações existentes na elegante sociedade da sua principal povoação e grande numero de estrangeiros que continuamente aqui aportavam, imprimindo-lhe um tom aferido pelos usos e costumes dos mais avançados paizes, d'onde provinham.

Além d'isto, o Fayal prosperava de anno para anno, e as vinhas da ilha do Pico, sua principal fonte de riqueza, entornavam a abundancia na generalidade das familias hortenses, que alli tinham propriedades e que do producto de excellentes vinhos, exportados para o norte da Europa, viviam folgada, desassombradamente.

No nosso comesinho viver actual, n'este tempo hodierno das vacas magras, mal se comprehende o que era o Fayal de então e como vivem e se divertio a geração, com a qual não podemos de sorte alguma competir.

Os bailes da aristocracia da Horta tem jus a que lhe dediquemos algumas linhas, por quanto davam uma bôa idéa d'esta terra, patenteando evidentemente o sen estado de progresso.

Respiguêmos, pois, o que a semelhante respeito podêmos colher.

Os convites para qualquer *soirée* dançante eram em geral feitos vocalmente e só nos grandes bailes, nos bailes de rigorosa etiqueta é que se usavam cartas de convite, levadas n'uma salva de prata, por um pagem das casas nobres, vestido de casaca, calções pretos e gravata branca, ou então por um criado de libré, segundo a representação do fidalgo que queria obsequiar os seus conterraneos.

Estas cartas, á mingoa de imprensa, eram manuscriptas, havendo dois ou tres individuos de bôa caligraphia que de semelhante trabalho faziam um meio de vida, preparando-as com anticipação, deixando logar em branco para o nome do amphitryão, data e nome do convidado.

Tinham vendagem certa no decurso do anno.

É o que acontece hoje, que transicção!, com as circulares impressas para enterros, ha mêdas d'aquillo, á espera, em diversos estabelecimentos; é só o trabalho de encher os claros...

Os salões da gente que vivia n'aquelle tempo, á lei da nobresa,

eram geralmente espaçosos e já adrede construídos para receber crescido numero de pessoas, nos tectos tinham frisos e nos angulos enfeites de pesada esculptura, oiro e azul, florões d'onde pendiam ao menos dois enormes lustres, com muitos pingentes de cristal; nas paredes, caídas, espelhos ovaes com largas molduras amarellas, cadeiras de madeira do Brazil estofadas a vermelho, um piano inglez, de canda, mezas pretas de pés torneados sustendo grandes e magnificas jarras da India atulhadas de flores e a illuminação, tanto dos lustres, como das placas, em diversos sitios da casa, feita com velas de cêra, muito alva.

Quasi todos os soalhos das casas nobres eram esteirados, mas nas occasiões magnas, da sala principal, para maior commodidade dos dançantes, eram retiradas as esteiras, cuja feitura constituia aqui um rendoso officio.

Havia esmerculosa escolha nos convites para qualquer ajuntamento, segundo a classe da sociedade a que pertencia o individuo que dava a festa, sendo este um dos pontos mais intrincados d'esse divertimento e só, por grande obsequio, ou especial deferencia se fazia uma excepção qualquer á praxe estabelecida.

Os estrangeiros, porem, sendo gente decente, eram convidados para toda a parte.

O convite para um baile da nobresa era considerado como um titulo de apresentação entre a gente granda, ficava se pertencendo *á roda*.

Sem que pese ás modernas e muito rasoaveis idéas de igualdade, hoje predominantes, ainda assim, forçoso é confessar o, aquella selecção evitava, por vezes, inconveniencias que não deixam de orçar pelo ridiculo. . .

A entrada para o baile começava logo ao anoitecer, não sendo raro, mesmo ainda dia claro, ver qualquer familia dirigir-se para a casa que dava a festa, uso este, que, seja dito de passagem, era muito do agrado das elegantes fayalenses, que tinham então de atravessar algumas ruas da Horta, em esplendidas *toilettes*, sendo contempladas pelos grupos de curiosos, que sempre, n'essas occasiões, ainda com sol fóra, formigavam em redor da afidalgada moradia, para aonde as mesmas se dirigiam.

N'esse tracto, feito de cadeirinha, ou a pé, pela gente nova, as senhoras não levavam toucados, por causa da conservação dos trabalhosos penteados, alguns dos quaes um verdadeiro primor d'arte, producto de muitos ensaios e de muita paciencia.

Os trajos das damas consistiam de vestidos de bôa e valente sêda da India, de côres claras e de mantas estreitas, de Tonquim, meias de seda branca, ou côr de rôsa, sapatos de setim branco bordados a oiro, ou a matiz, com fitas cruzadas no peito do pé, nas orelhas compridos brinços de diamantes, ou outras pedras preciosas, collar e pul-

seiras quasi sempre de perolas, evitando-se, até certo ponto, o uso de objectos d'oiro, que não eram reputados do melhor gosto.

Alem d'um esplendido leque, que era de rigor, pendiam dos pulsos das damas umas bolsas (indispensaveis) de setim, vistosamente adornadas, aonde conduziam os lenços de fina Cambraia, perfumados com agua da Rainha da Hungria, ou espirito de lima.

Os homens a seu turno rivalisavam em esmero com o bello sexo, casacas de côrte, azues, verdes, ou vermelhas, de gola direita com botões de metal amarello, ou então de pedras preciosas, collete de seda, com abotoadura de diamantes, ou corallinas, gravata branca, calções de côres vistosas, meia de seda preta e sapatos de polimento com fiavelas d'oiro, chapen armado e espidim, mas este ultimo somente nas grandes solemnidades, casamentos, baptisados, ou festas nacionaes. Os grilhões dos relógios eram immensos, contendo enfiadas diversas miudezas, um sinete, anneis, figas de coral &c.

Na tira da camisa, sempre de pregas, era indispensavel um alfinete grande, de pedras preciosas e quem n'um baile se apresentasse sem este adorno, ou ao desembarcar de qualquer viagem, sem ser seguido d'um criado, conduzindo às costas uma carteira de escrever, dava uma triste idéa de si, passava desaperecebido, não era ninguém.

Apenas illuminado o salão do baile, a dona da casa, ou a sur.<sup>a</sup> convidada com antecedencia para fazer as honras da noite, ia assentar se ceremoniosamente n'uma cadeira d'espaldar, na extremidade oposta á porta principal do aposento e ao lado direito do retrato do monarcha reinante que, circundado de flores, pendia na parede.

Iam depois, successivamente, entrando as damas convidadas, que se dirigiam a cumprimentar a sua illustre hospede, tomando em seguida logar, nas filas de cadeiras em volta da sala.

Os cavalheiros permaneciam nos aposentos contiguos, aonde eram recebidos pelo dono da casa, sem que nenhum d'estes transpusesse a entrada da sala das senhoras, o que seria imperdoavel quebra de etiqueta.

Rapazes, até aos dez ou doze annos, não era uso irem a estas diversões, e, se a lenidade paterna d'algum mais complacente convidado alli levava um filho, era isto com previa permissão do dono da casa, e por muito favor, tendo sempre o conviva a prudencia de arrumar o pequeno no vão d'alguma janella da sala do baile, por detraz das costas das cadeiras e com expressa clausula de não se *safar* d'alli, durante toda a noite.

Pobre creança!

Quando o salão já continha avultado numero de senhoras e emquanto não chegavam as authoridades, para rouper o baile, o dono da casa convidava os cavalheiros para irem cumprimentar as damas, dando n'esta solemne conjunctura a primazia á pessoa mais qualificada que alli se achava.



Approximavam-se, pois, tollos da porta principal, e o sujeito indigitado atravessava a sala em toda a sua extensão, indo fazer uma profunda reverencia á esposa do seu hospede, que, erguendo-se, lhe respondia com prolongada mesura e depois isto se repetia, com relação a cada senhora, ora para a direita, ora para a esquerda, até o cavalheiro vir a ficar no seu ponto de partida.

Seguia se segundo, terceiro, quarto e assim por diante, o que levava muito tempo, por vezes, e por aonde se aferia se quem cumprimentava *sabia pisar uma sala*.

Chegavam afinal as authoridades, que sempre se faziam esperar, a orchestra rompia um hymno nacional, do qual as senhoras cantavam em côro a respectiva letra, e quando este terminava, o General, se aqui estava, ou nas suas vezes o Governador Militar levantava os vivas ao monarcha reinante e a toda a familia real, que eram calorosamente acompanhados por todas as pessoas presentes.

Começavam logo as danças, sendo em primeiro logar o Minuète da Corte e em seguida a valsa hespanhola figurada, contradanças inglezas, a gavota, a polaca, ou o sólo inglez.

A polka ingleza, importada da America, dançou-se no Fayal primeiro do que em 1844, nos theatros de Lisboa e em seguida nas Assembléas.

O chá, em magnifica louça da India era, invariavelmente servido das 9 1/2 para as 10 horas, por criados de libré, consistindo este serviço de bolos dôces para as damas e enormes bandejas de viandas, preparadas de diversos modos para os homens, assim como de muita massa sovada.

O segundo e ultimo serviço, era pela uma hora da noite, carnes, vinhos generosos, e licores.

A sahida dos bailes começava, geralmente, das 11 1/2 em diante, para a gente seria, dando tambem motivo a isto haver um limitado numero de cadeirinhas, para tão crecido concurso de senhoras e ter de aproveitar a sua vèz quem se queria utilizar d'aquelle unico meio de transporte então existente, a não ser duas ou tres carroagens das mais abastadas familias.

Isto, porem, não impedia a que a mocidade permanecesse no baile até á madrugada seguinte.

Qualquer dama que se recolhia de cadeirinha, era da etiqueta que este fosse ladeado de um certo numero de criados com archotes e lanternas e com um pagem á portinhola. Quanto maior numero de servos mais demonstração de fidalguia e grandeza.

Havia então casa que tinha vinte creados, como a do morgado Jorge da Cunha, seguido dos quaes, todos uniformizados de libré, visitava as egrejas, na Semana Santa.

Assim continuaram estas festas durante largos annos e só interrompidas de 1828 a 1831, devido ás dissensões politicas que então

agitaram todo o paiz, repercutindo se, tambem, n'esta pequena ilha.

Serenada a tormenta, tentou ainda o Fayal retomar a sua antiga feição, introduzindo-se, conjunctamente, em qualquer reunião alguns modernismos até alli desconhecidos, sendo proscriptas as antigas danças e substituidas pelas quadrilhas francezas, differentes maneiras de trajo tanto nos homens, como nas damas, inteira liberdade nos convites, cessando a antiga distincção de classes, bem como a queda completa das antecedentes pragmaticas.

Uma verdadeira revolução em tudo.

Assignalou se esta transicção por uma circumstancia singular, por dois bailes monstros, em duas cazas a breve distancia uma da outra, rivaes entre si e representando, embora do mesmo partido liberal, duas facções completamente divergentes.

Foi na noite de 24 d'Abril de 1839, anniversario natalicio da S<sup>ra</sup>.<sup>a</sup> D. Maria 2<sup>a</sup>.

Desde que no anno antecedente, em resultado da revolução de setembro fora proclamada a constituição de 1838, tanto no continente, como n'este archipelago, andavam muito accesos os odios politicos, entre os Cartistas, alcumbados de «chamôrrros» e os Setembristas que então dirigiam a situação politica.

No Fayal haviam mais sympathias pelo partido Setembrista e tanto que o Prefeito, Dr. José Joaquim Nunes de Vasconcellos; governador militar, Coronel Ricardo José Coelho e o activo Administrador do Concelho José Pereira de la Cerda, pertencente a uma das nossas mais consideradas familias, eram os *leaders* do mesmo.

No grago opposto eram os vultos mais proeminentes o Dr. Juiz de Direito Luiz d'Almeida Menêzes e Vasconcellos e o abastado morgado José da Cunha Brum Terra e Silveira, fidalgo de largos haveres e de principêsa maneira de viver.

Ora, a ambos estes partidos veio a lembrança de festejarem com um estrondoso baile os annos da Soberana, mas intrigados como andavam, não sendo possivel vir a um accordo qualquer sobre o local da festa, ou direcção da mesma, cada um quiz levar por diante a realisação do seu pensamento, começando a arder Troya em rivalidades, que se azedavam diariamente com ditos e pequenas intrigas de pequenas localidades.

Os Setembristas escolheram para o local do seu baile a grande sala do edificio do Collegio dos Jesuitas, aonde actualmente funciona o Tribunal Judicial, e o Morgado José da Cunha offereceu para este fim a sua propria residencia.

Entre um e outro sitio medeiam apenas quatro casas, de limitada frontaria.

Os Setembristas denoninaram desde logo a sua festa — um baile nacional — e n'esta conformidade expediram cartas de convite a numerosas familias da Horta, mesmo que não fossem muito useiras de fre-

quentar a sociedade, a todo o funcionalismo publico, regedores, juntas de parochia, officiaes do batalhão de voluntarios, padres, freiras e religiosos egressos, a toda a pessoa, enfim, que estava no gozo de qualquer cargo electivo e até, pela primeira vez, depois de estabelecido o regimen constitucional, ás familias indigitadas de miguelistas.

Estes convites não só formigavam na Horta e nas povoações ruraes do Fayal, mas bem assim choviam aos centos até nas mais remotas freguezias da ilha do Pico, não raro com verdadeiro espanto de quem os recebia, que não esperava por semelhante defferencia e vinda de tão longe.

O morgado José da Cunha, o Juiz de Direito e os membros do seu grupo, tambem não se desentidavam de sorte alguma em atrahir gente para a sua festa, não cessando empenhos e solicitações.

Entre os homens de alguns haveres do partido Setembrista a quotisação para as despesas da sua festa foi de 50\$000 rs. por cabeça, em quanto que o abastado morgado José da Cunha, fez, elle só, face, á grande maioria das despesas occorridas na sua residencia.

Foram dois bailes verdadeiramente sumptuosos e os convidados, com excepção de alguns timoratos empregados publicos, tiveram o bom senso de não fazer questão politica dos mesmos, frequentando em todo o decurso da noite ora uma, ora outra, d'aquellas duas casas, que como já tivemos occasião de dizer, eram muito proximas.

As freiras, que haviam recentemente sahido dos seus conventos, apresentaram-se no chamado—baile nacional—trajando vestidos de sêda preta, sendo para muitas d'ellas a primeira occasião de gosar d'essas profanas diversões.

Havia tambem alli um corêto, com excellente orchestra, que no decurso da noite, alem das musicas para dançar, repetio diversas vezes o hymno constitucional de 1820, em quanto que na residencia do morgado José da Cunha as senhoras, em côro, acompanhadas tambem por outra orchestra, entoavam, não aquelle hymno, mas diversas musicas liberaes.

No baile nacional—recitaram sonetos e odes a Snr.<sup>a</sup> D. Thereza de Moraes Pereira, Antonio Silveira Bulcão, João Pereira de la Cerda e João José d'Andrade, facto um tanto custoso de explicar, com relação a este ultimo poeta, aferrado como foi sempre ao antigo regimen.

O serviço n'estes dois bailes foi grandioso, abundantissimo, nada deixou a desejar, a ponto tal (e aqui vem sempre o lado do ridiculo que faz sorrir) que muitos dos nossos voluntarios campesinos vendo uma profusão immensa de bandejas de *fios d'oros* encheram dos mesmos as barretinas, para levar uma recordação da festa para as suas familias, exemplo tambem, que nos enormes chapens de pêllo, que já haviam atravessado diversas gerações, foram seguindo os seus visinhos e amigos que *officialmente* alli haviam concorrido.

Foi tão enorme a affluencia de convivas no baile do Collegio que, apesar da grande quantidade de viandas, doces, vinhos e licôres de que tinham fornecimento, o Coronel Ricardo José Coelho, um bom entendedor n'estes assumptos, e os seus amigos, temendo uma falta qualquer, mandaram diversos criados buscar aos estabelecimentos de vendagem fosse que qualidade de bebidas fosse, comtanto que estivessem engarrafadas.

Os mercieiros e botequineiros aproveitaram-se de tamanha pressa, impingindo para o baile, não só bebidas alcoolicas, mas molhos de peixe, azeites e quanta diversidade de liquidos tinham á venda. — E na grande copa, contou-nos ainda com enthusiasmo um velho que tomara parte n'este festejo, tudo foi bebido, meu amigo, tudo!! Eu é que depois, organisei a conta da despeza, passou-me toda pelas mãos, só n'um artigo, á primeira-vista insignificante, leite, gastámos na nossa festa, 60\$000 rs.!

E o bom velhinho, animando se, cantarolava alegremente, e fazendo uma piruêta, o hymno de 20!

Homens d'estes, é que nos faltam.

---

## XXIV

## O CASO DE CHAUTARD

Em 15 de Julho de 1839 tomava posse da capitania do porto da Horta, o 1.º tenente da marinha Ignacio Chautard, sendo então commandante da respectiva sub-divisão militar o coronel d'artilheria Ricardo José Coelho, em substituição do brigadeiro Emigdio José Lopes da Silva, que se reformara. depois de haver exercido esse cargo desde 1832 a 1838.

O Chautard era homem de genio brusco, um embarcadiço, como geralmente se diz.

Inimizando se em breve com o commandante militar e bandeado com o capitão d'infanteria n.º 21, Fortunato Maria Pereira, bem como com alguns officiaes da guarnição, começaram uma guerra sem treguas contra o honrado coronel Ricardo José Coelho, imputando lhe, cavilosamente, que elle recebia dinheiro dos mancebos recrutados, para, com abuso das funcções do seu cargo, os livrar do serviço militar.

Esta vil insinuação, impotente para quem conhecia a illibada honra do coronel d'artilheria, homem franco, *bon vivant*, mas incapaz de entrar em qualquer traequibernia, ainda assim, impressionou-o tanto, que o moveu á publicação, em sua defesa de um manifesto, impresso na typographia Angrense, no anno de 1841, sendo já então governador militar da Villa das Velas, em São Jorge, o qual tem o seguinte titulo:

«O Coronel d'Artilheria do Exercito Ricardo José Coelho a desmascarar a calúnia, a traição e a ingratidão contra elle commettida; e imputada ao capitão Fortunato Maria Pereira, d'Infanteria 21».

Nesta publicação, distribuida profusamente no Fayal, referindo-se o seu author ao capitão do porto Chautard diz que elle «fiel á educação de convez em que sempre jazen, até que o Governo Constitucional, que fingio ter abraçado quando o Usurpador e perseguido (não por que lhe não fosse sumamente affecto, mas por sua nimia covardia) o tirou da mecanica de piloto de bitácola e o promoveu a official da Armada, era quem lhe levantava maiores desgostos.

E, nem com a sahida para a ilha de São Jorge do coronel d'artilheria, socogaram mais na Horta as intrigas que então reinavam entre a gente da governança, umas motivadas pelas animadversões provenientes dos partidos politicos que dividiam a familia liberal, ou-

tras por ambições de empregos, de preponderancia e lucrativas comissões.

Ignacio Chautard que devia, segundo podemos inferir, a sua collocação mais aos favores da fortuna, do que a verdadeiros merecimentos, embora alheio a esta ilha, sem ter aqui familia, nem interesses que á mesma o ligassem, a não ser o desempenho das funcções do seu cargo, não se abstinha, ainda assim, de ingerir-se na nossa sempre turbida politica local, azada mais facilmente a dislates e exageros, do que a verdadeiros sentimentos patrióticos.

Alem do sota-patrão Souza, que tinha debaixo das suas ordens, contractara o capitão do porto um rapaz d'esta localidade, assaz novo e habil, chamado Domingos Vieira Maciel, para o coadjuvar no expediente da secretaria a seu cargo.

O sota-patrão era, ao que parecia, um empregado exemplar e possuido de verdadeira dedicação pelo seu superior, não se ponzava a canceliras, não se descuidava de cousa alguma, pontual e exacto no cumprimento dos seus deveres, apenas reservava para o Chautard o trabalho de assignar os expedientes que elle e o escripturario Maciel lhe promptificavam diariamente.

E não era só isto, o subalterno ganhava dia a dia a inteira confiança do seu chefe, tornando-se lhe um amigo dedicado, um confidente, um seu fiel partidario nas questões em que elle, não raro se envolvia.

Aos domingos o sota-patrão jantava sempre com o capitão do porto e como ambos tomassem rapé, tinha sempre o cuidado de levar a sua caixa bem repleta da qualidade que mais apreciava o seu chefe e de, amindadas vezes, lhe offerecer do mesmo, gabando-o muito e demonstrando a escolha e cuidado com que o procurava.

Por estes tempos, porem, o Chautard que até então fôra um homem do mar, robusto e sadio, que se nfanava de jamais ter estado doente e de possuir uma constituição de ferro, começou a apresentar evidentes indícios de profunda alteração de saude.

Queixava se de um mal estar geral e persistente, de tonturas de cabeça, repetidas ancias para vomitar e de uma irritação na garganta, como se alli tivesse bem vividas brasas.

Emmagrecia a olhos vistos, os dentes soltavam se-lhe das gengivas, como se tivesse escorbuto, as faces pendiam-lhe e o cabello e barba cahia-lhe de dia a dia.

Um homem tão forte, que parecia vender saude...

O que nós somos!

O sota-patrão andava inquieto com aquella enfermidade do seu amigo, não havendo remedio caseiro que lhe não aconselhasse, prevenindo-o sempre contra os medicos e trazendo lhe até muitas michordias de pharmacopêa popular, e dizendo-lhe sempre que para aquellas tonturas de cabeça, que tanto incommodavam o doente, o uso con-

stante de rapé devia necessariamente ser muito proveitoso, pois o livraria das ruindades que tinha encasadas no cerebro.

— Enquanto á secretaria, acrescentava ainda, apresentando lhe a sua farta bocêta — não deve isso dar o menor cuidado a V. S.<sup>a</sup>, en aqui eston para providenciar a tudo. . . parece-me que tenho as habilitações necessarias. . .

— Assim é, effectivamente. Se eu enfermar mais, você, Sr. Sousa, pode sem maior difficuldade governar aquelle barco e fazer as minhas vêzes.

— Com o accêrto e habilidade de V. S.<sup>a</sup>, não digo, mas enfim, esforçar-me-hia para que não houvessem faltas.

— Você nascen para essas coisas de escripta e com a pratica que tem seria um bom capitão do porto.

— Mas sem a patente correspondente a esse cargo, bem vê que é quasi impossivel.

— Ora adeus, eu tambem entrei pela j unella, como lá dizem. Homem, isto a grande questão é elles quererem, que tudo se arranja. . .

— Diz V. S.<sup>a</sup> muito bem, tudo se arranja, quando querem. Vae mais uma pitada?

— Você tem-me atalhado hoje de rapé.

— É para sen bem, eu ainda teimo que esse maldito mal de cabeça, se V. S.<sup>a</sup> fizesse constante uso d'este que eu gasto. . . olhe que não o encontra á venda no estanque, foi-me offerecido, mas se quizer en posso ceder-lhe um bote, por que é de superior qualidade.

— Será favor. É verdade, ó Sr. Sousa, que diabo tem o nosso escrevente, tambem den atravez, ja ha uns poucos de dias que não vem á secretaria, será bom olhar por isso.

— Eu já lhe mandei aviso para que se apresente ao serviço, aquillo não foi nada, uma defluxão mais forte que lhe ataca a garganta, o que não adinira com a invernêira que tem feito, — e mudando de assumpto — então vamos hoje dar o nosso passeio? . . o tempo agora está seguro, não teremos agua e isso talvez faça bem a V. S.<sup>a</sup>.

— Sinto-me tão abatido, com uma tal prostração, que a minha vontade era deitar-me.

— Venha d'ahi e verá como volta melhor.

Um quarto de hora depois, o Chantard encostado ao braço do sota-patrão e abordoando se a uma forte canna da India atravessava algumas ruas da cidade, chamando a attenção do publico pela sua desfiguração e pela difficuldade com que parecia arrastar-se.

Ainda assi n valia-lhe a dedicação, o cuidado incessante do seu subalterno.

Sempre é bom fazer bem!

O escrevente continuava doente da garganta, queixando-se de alguns symptomas identicos ao capitão do porto, a mes na impressão de escaldaduras na larynge, isto a despeito do affin com que o sota-patrão

attribuía aquillo tudo á vontade de eximir-se ao trabalho, ou ás consequências das desabridas nortadas do inverno.

O Chantard, por vezes, fitava o seu amigo demoradamente, como querendo ler-lhe nos olhos o quer que fosse de anormal, mas este sustinha esse perscrutador inquerito com a maior naturalidade possível.

Quem não deve, não teme.

Um dia deu-se, contudo, uma estranha circumstancia, o capitão do porto recusou tenazmente servir-se do rapé da caixa do sota patrão, nas amindadas vezes que este, muito ingenuamente, lh'o offereceu.

— Você tem agora duas caixas de rapé, ó Sr. Sousa?...

— Duas caixas?!... não percebo.

— E' que me parece que, apesar de ser da mesma côr e quasi do mesmo tamanho, essa que você tem ali na mão, não é a que ha pouco me apresentou.

— Ora essa!... pra que havia eu usar duas caixas, nunca tive outra se não esta, por signal que a comprei na loja do Vellôso

— Veja lá não se engane... mas eu ia jurar.

— Isso é da doença, a mania com que o Sr. agora está, duas caixas, para que?!... é bôa!...

— Eu sei, tem se visto tanta coisa...

— E' o que eu digo, não entendo hoje V. S.<sup>a</sup>, venha d'ahi, vamos sair que talvez o distraia.

— E como vae o Maciel, o escrevente?

— Ora, eu não lhe dizia, aquillo não era nada, vae muito melhor, d'aqui a dias está são que nem um pêro.

O olhar, porem, do Chantard, aquelle olhar amortecido, fixo e meio bestial, que não largava um instante o seu companheiro, pareceu d'esta vez incommodar o sota-patrão, que para disfarçar a sua perturbação, foi abrir a janella, que defrontava com a tranquilla e vasta bahia, sulcada então por numerosas embarcações.

No proximo domingo, como habitualmente o sota-patrão veio jantar com o seu amigo, um bom jantar na realidade, do qual o capitão do porto, parecendo algum tanto reanimado n'aquelle dia, provou de diversos pratos, a despeito da rigorosa dieta que ultimamente adoptara.

À criada do Chantard, uma mulher nova ainda, quando veio afinal pôr o café na meza, disse-lhe o amo, com innita placidez:

— Olha cá, Isabel, agora ja não precisamos de ti, se queres podes sair um bocado, eu mesmo servirei o café.

— Se me dá licença.

— Podes ir e não te demores que as tardes são ainda pequenas.

A criada retirou-se, os dois conversaram ainda um pedaço sobre diversas trivialidades, sentiram a mulher descer a escada da rua e depois d'isto o Chantard, pegando na cafeteira, encheu da adorifera



e escura bebida a chavena do seu companheiro e a sua própria.

— Está excellentemente este café — disse o sota-patrão — tomando um gole do mesmo.

— É de boa qualidade, lá isso é, eu, porém, não o posso beber sem algumas gotas de espirito... Aonde deixaria a Isabel a botija da genebra?

— Diga-me aonde costuma estar, que eu a vou buscar.

— Faz favor de ver alli, dentro d'aquelle armario...

— Não, aqui não está.

— Ah!... já sei, esta minha cabeça não anda boa, até agora levei-a para o meu quarto e lá a deixei... eu vou buscá-la.

E o Chautard, erguendo-se da mêza, meio convulso, dirigio-se para uma porta do interior da casa.

— Quem sabe se quer que eu vá?

— Não é preciso, isto são dois passos.

Sosinho na sala de jantar, o sota-patrão lançou um rapido olhar para a porta pela qual sahira o seu companheiro, que ficára encostada, e com incrível rapidez, tirando da algibeira do collete um pequeno papel dobrado, abriu depressa e despejou o seu contheudo, um pó branco, como assucar, na chicara do capitão do porto, mecheu bem com a pequena colher de prata o liquido e assentou-se logo no seu antecedente lugar.

A porta da sala abriu-se então, e o Chautard entrou, com um braço metido no peito, meio desabotoado da farda, mais livido do que nunca e defrontando o seu conviva, pegou na chicara que este preparara e apresentando-lh'a, disse com voz cava e terrivel:

— Vi tudo!... és tu que me tens envenenado, traidor!... mas vaes ter igual sorte... Bêba já esta chicara de café!

— O Sr. está doido!... que diabo de historia é agora essa?!... — replicou o sota-patrão, erguendo-se apressadamente e dando alguns passos para o lado da porta que deitava para a escada da rua.

— Nem mais um passo, — vociferou o Chautard, tirando do peito, com a dextra, uma pistola, com a qual visava o homem que tinha na sua frente, apenas separado pela largura da meza, — ou bebes o que ali está, ou vazo-te aqui como a um cão!

E, apesar de enfermo, o Chautard recobrára n'este momento terrivel, a voz de commando, com que n'outro tempo, debaixo d'um temporal, expedia ordens do tombadilho do seu navio.

O sota-patrão, amedrontado, ouviu o estalido sêcco do fecho da pistola que subia ao ultimo descanso e via, assestada ao seu peito a boca relusente d'aquella arma de fogo, que d'um momento para o outro lhe podia enviar a morte, atravessando-lhe com uma bala o coração.

O Chautard estava medonho, hirtó, horrivel, no seu ameaçador aspecto, no fusilar da sua vista, accêsa então um relampago de entra-

nhada ira, não havia o mais pequeno logar para o minimo vislumbre d'um sentimento de perdão, ou de misericordia.

O sota-patrão a tremer, branco como um defunto, todo banhado em suor, agarron, desesperadamente na chavea envenenada e esgotou, d'um trago, o seu contheudo!

Sentiram-se então, passos na escada da rua, eram dois remadores que vinham avisar o sota patrão, que estava fóra do Monte da Guia uma galera americana, que pedia pratico.

Este sabio immediatamente, acompanhado dos dois maritimos.

O epilogo d'esta narrativa foi o seguinte.

A primeira pessoa que succumbio á acção corrosiva do arsenico foi o proprio que lentamente o propinara ao seu chefe, fallecendo em breves dias, no meio de horrorosos soffrimentos.

O capitão do porto Chautard arrastou ainda por alguns mezes uma existencia verdadeiramente miseravel e teve ainda forças para embarcar para a ilha de São Miguel, na esperança de alli encontrar algum allivio nos seus padecimentos.

Como, porem, não se achasse melhor, e cada dia estivesse mais debilitado, deliberou regressar, n'um hiate portuguez, de Ponta Delgada para a Horta.

A viagem foi demorada.

Era na força do estio e grandes calmarias não deixavam o navio proseguir na sua derrota, na pequena camara abafava se de calor, apesar da escotilha toda aberta e um incommodo balança tornava ainda mais desagradavel aquella situação, mesmo para um antigo nautico.

Na manhã de 15 de Julho de 1840 o hiate achava-se, ainda que bastante ao mar, em frente da Villa das Lagens, na ilha do Pico.

Arrion um hote, o qual dirigindo-se para a bahia d'aquella povoação, vinha deitar em terra o corpo d'um passageiro que fallecera abordo, algumas horas antes.

Era o 1.º tenente da marinha portugueza Ignacio Chautard, o qual jáz sepultado no cemiterio da Villa das Lagens.

Em quanto a Domingos Vieira Maciel, conseguiu escapar d'aquella tragedia, apesar de na secretaria da capitania do porto, haver tomado, por vezes, rapé da caixa do sota-patrão, depois d'este o haver offerecido ao seu superior.

A voz ficou-lhe, porem, em quanto viven embaciada e ronca, tinha a garganta estragada.

O movel d'este lugubre incidente foi um unico a ambição, cavar uma sepultura para empolgar mais lucrativo emprego.

A pena de talião veio, porem, ferir o criminoso, sem esperar mesmo que elle acabasse de derrubar a sua victima!



## XXV

## UMA REVOLUÇÃO NO FAYAL

(1828)

A aclamação de D. Miguel de Bragança, como rei de Portugal, foi um facto que tendo, naturalmente, em vista dos acontecimentos que então se passavam no continente, de ser imitado n'esta ilha, antecipou-se, não obstante, devido á circumstancia de amanhecendo para o dia 3 de Setembro de 1828, divulgar-se a noticia de que o governador militar Diogo Thomaz Rocheleben e o commandante do corpo d'artilheria, o major João Pedro Soares Luna, haviam clandestinamente embarcado na noite anterior, da bahia de Porto Pim, para bordo de uma escuna ingleza, com destino a Falmouth.

As causas que actuaram para tão anomala evasão e abandono dos importantes cargos que occupavam aquelles dois distinctos militares, foram a sua reconhecida adhesão ao governo liberal, proclamado na ilha Terceira, pelo valente batalhão de caçadores n.º 5, sendo então Angra a capital dos Açores, e o bem fundado receio de ficar expostos ás violencias do partido miguelista, que viam prestes a dominar n'esta terra e que não lhes perdoaria, com certesa, as suas opiniões politicas.

Houve quem achasse pouco enrial com os brios militares semelhante abandono e fuga, mas a respeitabilidade e credits d'aquelles dois officiaes superiores, um d'elles até, como o major Luna, com uma esplendida biographia na guerra peninsular, excluem a minima idéa de falta de coragem.

Enigraram, como tanta gente do continente, por não se quere-rem sujeitar a um governo, que lhes era antipathico e incompativel com as idéas que professavam.

A tropa, e era numerosa, que então se achava no Fayal, vendo-se privada dos seus commandantes e incitada por uma porção de officiaes e soldados, addidos ao batalhão da Horta e para aquí deportados d'Angra, como inimigos do governo constitucional, indisciplinou-se, irrompendo tumultuosamente em grandes vozerias e percorrendo em magotes diversas ruas, insultando a quem lhes parecia e dando vivas a—D. Miguel absoluto.

No meio d'esta refrega, lembrou-lhe alguem, a ida ao convento

dos franciscanos, aonde estava albergado o coronel Antonio Isidoro de Moraes Ancora, deportado tambem da ilha Terceira, pelas authoridades constitucionaes, para o pôr á frente do movimento militar que se estava operando.

Os soldados, pois, com grande alarido, vociferações e disparando alguns tiros, dirigiram-se em chusma para o convento, intimando o coronel Ancora a que lhes apparecesse e acclamando-o em altos berreiros governador militar.

Sabem todas as pessoas, ainda existentes e co-taneas d'estes acontecimentos que o honrado coronel Ancora, bem a seu pesar, acceitou a escolha que d'elle fazia a tropa sublevada, tanto mais que o seu genio e character era contrario a revoltas e violencias, comprazendo-se em coisas d'estudos litterarios e sendo um accerrimo decifrador de charadas, até mesmo nos momentos mais criticos da sua vida, como nos contou um official que foi seu ajudante de ordens.

Ainda assim, não teve então outro remedio senão transigir com os amotinados, para encetar na Horta esse periodo de sérios desgostos em que se achou embrenhado, a ponto de muitas vezes, como depois confessava, estar tentado a suicidar-se.

O coronel Ancora apenas investido do seu novo cargo e annuindo a diversas insinuações que lhe foram apresentadas, nomeou para commandante da tropa o major do batalhão de milicias José de Bettencourt Vasconcellos Correa e Avila, cavalheiro nobre da ilha Terceira, aqui casado e residente ha muitos annos e firme partidario do antigo regimen.

Fez-se, no dia seguinte, a acclamação solenne de D. Miguel, rei absoluto, houve um *Te-Deum* na egreja Matriz, tres noites de illuminações, salvas &c.

Estes festejos, porem, foram puramente militares, a população paisana da ilha conservava-se fria, indifferente, estremada dos mesmos e apenas uma ou outra familia, mais afferrada ás antigas tradições monarchicas, abriu n'essas noites as suas salas, conseguindo reunir poucos convidados.

Não se estava á vontade.

A tropa é que animava a situação, haviam-lhe mandado distribuir muito vinho e a soldadesca, de noite, em completa liberdade, com archotes acesos, percorria as pacificas ruas da Horta, dando vivas e cantando o antigo hymno portuguez, bem como uma outra canção, composta na ilha Terceira pelo erudito escriptor e poeta, o general Stokler chamada o hymno Angrense e que tinha por estribilho:

Por Vós, pela Patria  
O sangue darémos,  
Por gloria só temos  
Vencer ou morrer!

A Musa popular respondia-lhe logo, philosophicamente, e com alguma pilheria:

Entre o Pedro e o Miguel  
Ninguém mettá o seu nariz,  
D. Miguel faz o que quer,  
D. Pedro nada lhe diz!

Era, pois, evidente que a grande maioria da população fayalense entrava n'aquillo tudo como Pilatos no Credo, que o procedimento da tropa não encontrava sympathias e que embora apparentando seguirem o movimento militar, ninguém a esse respeito podia ter confiança nas autoridades civis, então existentes na Horta, o corregedor Miguel Maria Borges da Camara e o Juiz de Fora Agostinho Machado de Faria e Maia, dois cavalheiros da maior respeitabilidade.

Acrescia ainda que a ilha do Fayal, desde antigos tempos, propendêra sempre para as ideas liberaes, por quanto o constante contacto com os numerosos estrangeiros que a este porto vinham, mais do que ás outras ilhas do archipelago, a indole pacifica, flamenca, se assim quizerem dos seus habitantes e a influencia incontestavel de algumas lojas maçonicas, na Horta estabelecidas já anteriormente a 1814, tendo até chegado uma d'estas a trabalhar na cella d'um frade do convento de São Francisco, tudo isto concorria para uma certa liberdade de pensar, pouco conforme com as instituições então vigentes, chegando-se a dizer nas outras ilhas que no Fayal até as pedras das calçadas eram constitucionaes.

Isto tinha visos de verdade.

Restabelecida de alguma sorte a ordem publica e mais acalmada a effervescencia causada pela revolução, foi decorrendo o tempo, não izento, ainda assim de apprehensões e ancioso cuidado, para os dois partidos, por ter vindo aqui uma pequena embarcação da ilha Terceira requisitar armamento e pólvora para o partido miguelista que alli queria derrubar o governo constitucional, anteriormente, estabelecido, sabendo-se tambem que esse movimento seria secundado por uma esquadra portugueza que, prestes a sahir do Tejo, viria bloquear aquella ilha, á qual, ainda ha pouco haviam aportado diversos emigrados liberaes, procedentes da Inglaterra.

Á bahia da Horta chegara a fragata brasileira «Isabel», e, dando alento ao partido constitucional, já anteriormente tambem se sabia que a Rainha, a Senr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup> chegara á Inglaterra, aonde era bem recebida pelo governo britanico.

Contando como ponto de refugio, n'um caso adverso, com hospedagem a bordo da fragata brasileira, no dia 4 de Novembro d'esse mesmo anno, alguns paisanos e officiaes de milicias dando vivas á Carta e á Rainha invadiram subitamente o castello de Santa Cruz, arvo-

rando alli a bandeira azul e branca e aguardado de morrão accêso as represalias a que, naturalmente, ia dar lugar este incidente, que embora demonstrasse coragem, fôra irreflectido e sem um plano seguro.

De mais a mais a fragata «Isabel», acossada por violento temporal, fez-se de vela, exactamente na occasião em que mais necessaria era n'este porto.

As autoridades miguelistas, depois de varias peripecias, que já demonstravam a discordia que reinava n'aquelle partido, mandaram duas peças de campanha para o cimo d'um proximo cabeco, chamado da Artilheria, e que domina completamente o proximo castello de Santa Cruz, que d'alli começaram a bombardear o.

O resultado d'isto foi a breve rendição do castello e a fuga dos seus pouco numerosos defensores, havendo então alguns graves ferimentos e a morte d'um honrado artista da Horta, chamado Vicente Pereira Nunes.

A gente sensata de ambos os partidos lamentava sinceramente aquelle acto irreflectido e sem garantia alguma de, n'essa occasião, poder vingar.

As consequencias da chamada revolta do Castello foram pessimas, o governo da metropole em breve mandava para o Fayal, o syndicante Torres para indagar d'estes acontecimentos, e este, n'uma celebre Devassa aqui aberta, incomodava muitos individuos sob os mais fúteis pretextos de liberalismo, não se limitando a sua acção aos acontecimentos da actualidade, mas indo enrrar até de factos passados anteriormente, quando n'esta ilha estava em pleno vigor o systema constitucional, como lei geral do paiz!

Houve, então, grande numero de prisões, imperon n'esta terra o terror, ninguém se considerava seguro e alguns dos mais respeitaveis fayalenses foram mandados para as enxovias da ilha de São Miguel ou do continente.

Foram libertados pelas tropas do valente conde de Villa-Flor, nos Açores em 1831. e em seguida em Portugal, pelas victorias dos constitucionaes.

A revolta do Castello, na pequena ilha do Fayal, provou mais uma vez o velho axioma de que em politica mais vale saber esperar, do que precipitar irreflectidamente, os acontecimentos.



## XXVI

## RAMOS D'ACACIA

Ha quasi um seculo, a remontarmos á revolução franceza de 1789, que irradiou, por toda a Europa, com os principios do Contracto Social, do celebre philosopho de Genova, João Jaques Rousseau, o advento de novas e bem differentes doutrinas, do que as que, anteriormente, predominavam, tem representado, pela frequencia de numerosos estrangeiros á ilha do Fayal, a maçonaria um importante papel nos destinos d'esta terra.

Havia na Horta diversos maçons, mas isolados, sem um ponto de reunião qualquer, nem sessões regulares, até que haverá noventa annos veio residir temporariamente para o Fayal um cavalheiro da ilha da Madeira, chamado Ornellas, pae da distincta poetisa D. Maria Leopoldina de Ornellas, que falleceu n'esta ilha, tendo aqui vivido largo tempo na companhia de uma sua irmã, casada com Manuel Jacintho Labath, irmão do abastado morgado Labath e empregado que foi d'alfandega da Horta, até ao anno de 1831.

Ora, este Ornellas foi quem conseguiu radicar a chamada Arte Real, no Fayal, agremiando os obreiros que andavam dispersos e formando uma Loja, da qual foi eleito Veneravel.

N'este empreendimento foi, poderosamente, coadjuvado, por um snjeito do continente, M. do Paraizo, boticario da Misericordia da Horta, cujo estabelecimento era na rua que tinha o nome d'aquelle pio instituto, para o lado do norte da respectiva egreja.

N'esta botica, alta noite e com grande resguardo de profanos olhares é que trabalhou a primeira officina fayalense. isto durante alguns annos e mesmo depois do seu fundador haver regressado para a sua patria, deixando aqui as duas filhas que acima mencionámos.

Esta sociedade, da qual então ficon sendo a alma o individuo que lhe prestava casa, tinha uma feição essencialmente politica e na mesma estavam filiados grande numero de fayalenses. que sympathisavam com as idéas da revolução franceza

O amor metten-se, parem, de permeio n'esta questão e fez suspender os trabalhos d'esta Loja, da qual hoje ignoramos o nome, por quanto, n'uma bella noite, o boticario Paraizo fugio com uma freira do convento de São João. n'uma chalupa ingleza. para as West Indias, sobrevivendo durante a travessia um grande temporal e morrendo no mar os dois fugitivos.

Muita gente quiz ver n'este acontecimento um severo castigo da Providencia!

A Loja ficou, pois, dormente e a maçonaria recabio no seu antigo estado até 1810.

Nesta data, porem, em consequencia dos acontecimentos politicos de Portugal, que arrastaram ao supplicio o bravo general Gomes Freire de Andrade, o sanguinario governo de Beresford deportou para os Açores uma porção de individuos affectos á nobre causa da emancipação da patria, do pesado jugo britanico, espalhando os pelas diversas ilhas e vindo, conjunctamente com varios companheiros, para o Fayal um cavalheiro de não vulgar erudição, chamado Luiz Francisco Risso, de origem italiana e vehemente afeiçãoado á causa liberal.

O Risso foi hospedado, na Horta, na abastada moradia do morgado André Goulart, tornou se um vivo apologista d'esta ilha e em 1845 ainda vivia em Lisboa, com um collegio de educação, sendo intimo amigo do sabio portuguez Silvestre Pinheiro Ferreira, com o qual, depois da sua sahida dos Açores, andára pela França, viajando, durante alguns annos.

No tempo, porem, a que nos referimos era a politica a questão magna que o agitava e logo depois da sua chegada á Horta, conseguiu levantar nua Loja, reunindo os antigos maçons da antecedente, iniciando profanos e formando assim um nucleo dos partidarios das idéas modernas, que semelhantes a enorme inundação se alastravam por toda a parte.

Esta officina traballhou por algum tempo na casa de Manuel Guttieres, irmão do morgado Francisco Manuel Guttieres, familia afidalgada e que dispunha de largos haveres.

Final com a sahida do Risso, do Fayal, bem como com a partida de Manuel Guttieres para paiz estrangeiro, aonde falleceu, esta Loja teve de mudar de local, funcionando então n'uma pequena e isolada casa, na canada da Galinha (actual estrada da Vista Alegre) e que era pertença da vasta propriedade, casa e quinta, dos irmãos Thomaz Luiz Leal e Antonio Silveira Leal, cavalheiros assaz respeitaveis d'esta localidade.

No intervallo de tempo que medeion entre a partida de Manuel Guttieres e os arranjos indispensaveis no novo local em que se iam estabelecer, tiveram os maçons fayalenses as suas sessões, com a maxima regularidade, no convento franciscano, na cella de um frade, por quanto o orador d'aquella Loja era tambem um membro da serafica religião, o qual bastante edoso ainda conhecemos e que falleceu n'esta cidade haverá uns vinte annos.

*Où diable la maçonnerie va t'elle se nicher!*

Assim decorreram alguns annos, veio em seguida a campanha da liberdade e só depois de 1834, quando finda a guerra, é que vemos



o apparecimento d'uma Loja, denominada «Amor da Liberdade», que trabalhou, na residencia do Brigadeiro Emigdio José Lopes da Silva e que estava relacionada com as Lojas «União Açoriana», de Ponta Delgada, e «Valôr e Constancia», de Angra do Heroísmo.

A estas Officinas, existentes com bastante vida, quando a maçonaria em Portugal estava muito decadente, faz diversas referencias o Grande Inspector da Ordem, o irmão Lycurgo (Moura Coutinho) no seu Manifesto publicado no «Ferrol», no anno de 1849, na imprensa de F. S. Y. A.

A Loja «Amor da Liberdade», consta que mais tarde fraccionou-se, por dissensões politicas entre alguns dos seus membros, não tendo por conseguinte larga existencia.

Durante alguns annos esteve então a maçonaria, aqui, dormente,

A 29 de Novembro de 1859 inaugurou-se, porem, a Loja «Amor da Patria», á qual estava reservado um brilhante futuro, e successivamente as Lojas «Futuro Social», «Lealdade», «Lucubração» (alcunhada a dos Vermelhos), «Luz e Caridade», e «Regeneração», das quaes subsistem apenas hoje a sociedade «Amor da Patria», e «Luz e Caridade».

Foi uma verdadeira febre de levantar columnas e era raro quem então conseguia escapar de lhe cingirem um avental, ou de o fazer trabalhar na pedra bruta.

**Manias!**

Essa alluvião de Templos, abrangendo nos seus quadros numerosissimos individuos, de uma pequena cidade, acabou com o mysterio que envolvia a chamada Arte Real, tornando-se a maçonaria uma coisa mesinha e trivial, como pertencer a uma confraria qualquer, ser irmão das almas, ou membro d'uma junta de parochia. Ninguém se importou mais, nem importa, que um parente, um amigo, ou um conhecido, fosse muito pacificamente caturrar o seu serão para uma Loja, como pode ir para o Club, ou para o Gremio, passatempo innocen-tissimo na realidade.

Ainda mais, em diversas festas maguas da maçonaria, a compa-rencia de numerosas damas da elite da nossa sociedade não tem sido alli rara, assim como as visitas de muitos estrangeiros, de maneira que a sua feição é hoje quasi publica.

Francamente, e é esta a opinião de muitos membros d'essas as-sociações, a secularisação das mesmas é quasi uma necessidade, apre-sentando-se ao publico, como verdadeiramente são, umas sociedades de beneficencia, nas quaes estão filiados individuos dos mais oppostos principios politicos, o que bem demonstra a sua sensata tolerancia.

A maçonaria, é indubitavel, tem exercido uma muito valiosa e be-nefica influencia para o progresso fayalense, mas para estabelecer mon-te-pios e pensões, crear caixas economicas, manter escolas, coadjuvar aylos e hospicios e dar vida a sociedades litterarias, ou recreativas,

não é preciso revestir-se de mysteriosas apparencias, nem vedar o seu atrio a quem quer que seja.

Ao contrario, na sua elevada missão civilisadora, colhendo abundosa seara de boas acções, mais lhe valeria e a nós todos. que exemplificasse os seus actos de caridade e patriotismo à luz vivida do dia e bem accessivel a todos que quizessem tomar parte n'essa campanha do bem.

Ainda assim, é um facto assaz sabido, que o mysterio actual da maçonaria, consistindo apenas de algumas formulas, torna-se não obstante o enlêvo de alguns mais intransigentes irmãos, uma carolice, como ha, cá por fóra, o beaterio, ou como houve, antigamente, os Sebastianistas.

O melhor Templo, hoje talvez existente em Portugal, é a Loja «Amor da Patria», na Horta;—está decorado com luxo e apurado gosto e rara será a pessoa, de certa educação, d'esta cidade, que o não tenha visitado.

No emtanto traçam-se d'alli pranchas, como em logar reservado aos olhos dos profanos!

Quaes profanos, n'esta localidade?! . . . Empreste-nos Diogenes, por especial obsequio, a sua lanterna, que d'outra sorte bem poucos apanharemos. . .

A legendaria sepultura do mestre Hiram tem estado sempre aqui, como acabámos de ver, coberta de frondosos ramos d'acacia, e, em a-bono da verdade, as unicas lagrimas que tem feito derramar, são as de reconhecimento por alguns beneficios recebidos.

E' esta a sua maior gloria.



## XXVII

## OS FAVOS DE MEL DO AREEIRO

Parece-me que foi apenas ha um mez e já tem decorrido uns bons vinte e cinco annos.

Era na saudosa quadra do outomno, a melhor, a mais aprasivel d'esta ilha: — dias esplendidos, bons para journadear, mesmo na intensidade da calma, e ocasos do sol magnificos, na immensa superficie do oceano, ainda sereno, ainda não encrespado pelo frio nordeste.

Como tivessessemos um convite do Rev.<sup>o</sup> Padre Laureano, vigario da freguezia do Capello, para ir á festa do apostolo São Matheus, que se venera n'aquella povoação, na segunda dominga de Outubro e nos dessem saudades d'aquelles humildes, mas encantadores sitios campestinos, resolvemos ir até á moradia do digno parochio, cuja hospitalidade era franca e tinha bôa nomeada.

Era um honrado homem, este vigario do Capello, de figura gigantesca, do que lhe provinha o alcunha do P.<sup>e</sup> Torrecão, voz cheia e modos desembaraçados.

Havia, já depois de ordenado, estado na côrte do Rio de Janeiro, com D. João 6.<sup>o</sup>, que o fizera cavalleiro de Christo, sendo alli capellão de umas fidalgas, das quaes fallava nos mais levantados termos.

Nascera na Villa das Lagens do Pico, mas havia corrido muito mundo, sendo o que se chama um padre desempoeirado, sem, não obstante, faltar aos deveres que lhe impunha o seu respeitavel ministerio.

Vivia na casa do passal, com uma senhora edosa, sua irmã, mais uma criada, e, seja dito em abono da verdade, nunca vimos nenhum rapaz ou rapariga d'escola, quando o encontrava, vir lhe tomar a benção, tratando-o pelo *senhor padrinho*.

A jornada a que nos propunhamos, umas fartas cinco legoas, seria muito mais agradavel em companhia de um amigo e crentes que o P.<sup>e</sup> Laureano conhecia, pela sua pratica da sociedade, aquelle velho preceito que um convidado pode convidar outro, fallámos na pretendida digressão ao Nogueira, um rapaz de vinte e cinco annos approximadamente, intelligente, com todos os visos de um poeta romantico, typo hespanhol, cabello e olhos bem pretos, sentimentos humanitarios e com grande affecto a todos os animaes que encerrou a arca de Noé.

O Nogueira, afirmou-nos, então, que na manhã seguinte estaria á nossa porta, pois era um grande apreciador das scenas campestres.

Assim fez, mas eu nunca pude resolver-o a montar num burro que lhe havia arranjado para a viagem, gritando-me, muito formalizado:

— Com que direito o homem ouza montar n'um burro? . . . Isso é um indigno abuso da força, um despotismo inaudito! . . . O burro é um animal respeitavel, um animal biblico, paciente, honrado e bom, melhor, muitas vezes do que o homem, não o devemos tratar assim. . .

E a respeito d'isto, discorria com mais fluencia de estylo do que alguns deputados da opposição, accusando de tyranno e governo do seu paiz.

Apesar de todas essas invectivas eu sempre fui tyrannicamente escarranchando-me n'um pequeno macho que alugara, acompanhado *à latere*, e a pé, pelo meu companheiro, de inabalaveis sentimentos humanitarios.

Partimos.

O Nogueira não perdoava o meu nefando comportamento, ia zangado deveras e de boccado a boccado, mimoseava-me com uma descompostura tremenda.

Excellent rapaz! . . . faço-lhe inteira justiça, se elle hoje ainda existe, já edozo, no Mexico, para aonde foi procurar fortuna, quantas sociedades protectoras de animaes não terá por lá instituido de parcaria com os Incas.

Se este livro tivesse a fortuna de lhe ir calir ás mãos. . . mas qual!

Enfiêmos, porem, a narrativa.

Passámos successivamente, a Feteira, depois Castello Branco, o sitio da Lombega, a Ribeira do Cabo e faltava-nos, apenas, atravessar a Ribeira dos Ovos, para entrar no sitio do Areeiro, já pertencente á freguezia do Capello.

Só por aquelles sitios é que o Nogueira deixou de ralhar commigo, comprasiase com o bucolismo das cercanias e sentando-se n'uma poldra, tirou da mala alguns biscoitos, sorven da sua *gourde* uns goles de espirito, perguntando me alegremente:

— O aquelle, como é que se chama isto aqui, olha que é bonito a valer?! . . .

— É a Ribeira dos Ovos, nome que lhe provem d'um celebre capitão de milicias, chamado Mendonça, o qual n'uma jornada que fez ao Capello, sendo um grande gastronomo, comen n'este sitio uma enorme cesta, cheia d'ovos cozidos, duros, dos quaes as cascas ficaram ali, no chão, em medas, com grande espanto, pela sua quantidade, dos camponezes que o acompanhavam!

— É o que eu te dizia até agora, um animal não era capaz de fazer isso. . .

— Estás massador. Olha antes, d'aqui, d'este ato, para essa perspectiva por ali abaixo, até ao mar, isto é lindo!

D'alí a uma meia hora, estávamos, no sítio do Areeiro, do qual descia para o Varadouro, aonde ha mais cazas, uma ingreme ladeira, hoje convertida em commoda estrada.

A grande e imponente bahia que alli forma o mar é a mais formosa de toda a ilha e a breve distancia da costa pequenas moradias campestinas, geralmente cercadas de alegretes de flores, valentes vinhedos, muitas figueiras, fundadas n'um solo vulcanico, requemado e pedrozo, irrompendo tambem por entre os calhãos montas de viçosas fayas; dão áquelles sítios o aspecto d'algumas apreciadas localidades da ilha do Pico.

No meio da canada, que, sempre a descer, ia desde o Areeiro ao Varadouro, havia então uma ermida, hoje demolida, aonde, aos domingos, vinha um padre do Capello dizer missa.

Entrámos a descançar, na moradia de um compadre men, o tio Gabriel, que nos acolheu alegre e francamente.

As filhas do dono da caza, tres frescas e bonitas raparigas, não houve attenção que não tivessem com os seus hospedes e o Nogueira travou-se logo de animada conversa com ellas e de maneira tal que ninguem diria que era a primeira vez que se encontravam.

Demorámo-nos alli bastante tempo e quando me dispuz a proseguir na jornada, o men companheiro pronunciou se tenazmente contra semelhante idéa.

— Não devemos ir mais adiante, — dizia me elle, em alta voz — o verdadeiro é ficarmos aqui com esta honrada, com esta bôa, com esta santa gente. Deixemo nos da visita ao padre, que afinal sempre é padre e não poderá, com certeza, apresentar-nos tres meninas tão gentis e seductoras.

O tio Gabriel, lisonjeado no seu amor paterno, respondeu, meio envergonhado.

— A casa não é sufficiente, mas é offerecida de bôa vontade.

— Isso vejo eu, — tornou o Nogueira, enthusiasmado — ó amigo, sabes que mais, eu não saio d'aqui, só se me poserem no olho da rua.

— *Nanja a gente*, — accudiram, logo prasenteiramente, as raparigas.

— E são patuscas! — replicou, enlevado, o men companheiro, continuando a querer convencer-me que desistisse dos meus planos:— Pois tu homem da fortuna, tens no Areeiro, que é um sítio lindo, um bondoso compadre que se chama Gabriel e que tem tres filhas, que são tres perfeições e queres ainda ir visitar o P.<sup>o</sup> Lanreano!... não sejas tolo, n'essa é que eu não caio

Foi baldado todo o empenho para que elle seguisse commigo e quando d'alli a algum tempo me metti a caminho, já deixei o Nogueira n'um pequeno quintal que ficava detraz da casa, estirado n'uma esteira, meio encostado a umas pedras, de chapeo á banda, cigarro ao

canto da bocca, tocando viola, no que era perito, e com as tres filhas do tio Gabriel sentadas em seu redor.

Ainda me quiz tentar:

— Olha, amanhã, disseram-me estas boas pequenas, que iremos tirar os favos d'esses abundoços, corfiços que vês ali, que fartadella de mel que vaes perder!

— Pois sim, mas eu sempre ven até ao Capello, o vigario espera-me.. —

— Então boa viagem, eu cá te aguardo, á volta, mas não te dê cuidado a demora, podes estar com o padre o tempo que quizeres.

Era já noite fechada quando cheguei ao Capello, sendo muito bem recebido pelo P.<sup>e</sup> Laureano.

À ceia, que constava de galinha cosida, com caldo bem avinagrado, contei-lhe e á irmã, que deixára no caminho um companheiro, albergado na casa do Gabriel, do Areeiro.

O P.<sup>e</sup> achou pilheria no caso e a edosa irmã, fazendo o signal da cruz, acrescentou sentenciosamente:

— Rapazes e o demonio são a mesma coisa, o Sr. São Matheus o livre de más tentações...

— Sempre assim foi o mundo, — replicou o Vigario — e então se a mana soubesse historias que acontecem lá no Brazil. Ih!... isso então é que seriam espantos!...

No dia seguinte houve a usual festa de São Matheus, uma missa cantada e sermão, ranchos deromeiros de todas as freguezias da ilha, toques de viola, duas cazas de *folga* e abundosa distribuição de *arrelíquias* para as lapellas das jaquetas.

O cemiterio da freguezia esteve aberto ao publico desde a manhã até á noite, estava limpo, cuidadosamente tratado e com muitas flores, n'um nicho da parede, lá no fundo e defrontado com o portão gradeado um Crucifixo e nos quatro angulos d'aquelle recinto quatro enormes arvores do Paraizo.

O seu aspecto inspirava uma tristeza suave, parecendo que alli devia dormir-se mais á vontade, do que sob pesadas e marmoreas lagas.

Na subsequente manhã tinha de regressar á cidade, despedi-me, muito reconhecido, do meu benevolo hospede e fiz caminho pelo Areeiro, para chamar o Nogueira.

Quando alli cheguei, fui encontrar o na pequena adega do tio Gabriel, ao lado da casa, escarranchado n'uma pipa, com o batoque tirado e por cujo orificio elle sorvia com uma palha o excellente vinho produzido na freguezia, á beira do mar, no sitio das Luzias.

Costou-me a arrancar o d'aquella nova Capua, o rapaz estava encantado d'aquella vida e dispunha-se, se o deixassem, a alli passar alguns mezes.

As raparigas todas choraram á despedida e elle tambem, contur-

bado, ia lhes suavizando a magoa, com promessas de voltar áquelles sitios, que levava dentro do coração!

Estou ainda a vel-o, a descer da pipa, no bôjo da qual baten uma affectuosa palmada, de mão aberta, exclamando com voz repassada da mais intima sandade:

— Adens!... Adens!!!

Durante o caminho, até á Horta, atordoou-me sempre os ouvidos com gabos ás filhas do tio Gabriel, áquelle viver patriarchal, singelo, e ao grato sabor do vinho das Luzias.

Pois os favos do mel!... n'isso então nem era bom fallar.

Em chegando á cidade ia entregar-se á innocente industria de fabricar cortiços e crear abelhas, aquillo é que era vida regalada!

Infelizmente, porem, alguns transtornos de familia, arrastaram-no em breve para longe d'esta ilha, sua patria, da qual estamos persuadidos conserva ainda as mais gratas recordações, até dos seus mais humildes sitios, como o do Areeiro.







# PAPEIS COLLIGIDOS

POR

*José Augusto Cabral de Mello*\*

---

## PROCLAMAÇÃO

*Francisco de Borja Garção Stockler, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, Tenente-General dos Seus Exercitos, Commendador da Ordem de Christo, Governador e Capitão General das Ilhas dos Açores &c.*

Nobres e leaes Angrezes! Se a contra-revolução operada pelos valerosos Soldados dos Batalhões de Artilheria e Infantaria d'esta Cidade, a quem a minha presença no dia 3 do corrente mez acabou de determinar ao heroico esforço com que salváráo a sua Patria dos horrores da Anarchia, e laváráo uma grande parte dos seus Camaradas da vergonhosa mancha que momentaneamente havião contrahido, deixando-se seduzir pelos artificios da Perfidia; se esta pasmosa reacção politica e militar, talvez sem exemplo nos Annaes das Nações civilizadas, restituio a Ordem civil, e a regularidade da Administração do Estado; nem por isso tem ainda perfeitamente restabelecido a publica tranquillidade. Os Soldados, que em triumpho me leváráo ao Castello de S. João Baptista, ainda não considerão a minha pessoa segura, e ao abrigo de novas traições, senão dentro d'aquella Fortaleza e rodeado de seus valentes braços. Receio muito geraes, que os bons não ousão occultar-me, e avisos serios por muitas partes repetidos; me annuncião, se não a existencia provada, ao menos a desconfiança prudente de que existem com effeito atraçoados projectos tendentes a precipitar-vos de novo no abysmo da desordem, privando-vos, por meio de um aleivoso assassinio, do unico ponto de apoio da Balança politica d'este Estado, e do unico centro de reunião de vossos generosos esforços.

---

(\*) Generosamente offerecidos á Redacção do *Archivo*, pelo Ex.<sup>mo</sup> Snr. Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, da cidade d'Angra.

Sem acreditar absolutamente, nem temer como homem, estes funestos annuncios e melancolicas desconfianças, cumpre-me contudo, como vosso General e vosso Governador politico, tomar as necessarias medidas para que se tão covardes sentimentos e tão vis e infames idéas tem com effeito entrado em alguns animos depravados, não hajão de affectar a ordem politica. nem tornar vacillante a publica segurança. He com este prudente e justificado intento, que eu vos annuncio hoje, oh Angrezes, por meio d'esta Proclamação, que o vosso General permanece constante no systema de humanidade, moderação e brandura, que adoptou desde que appareceu entre vós. Que fiel aos sentimentos de commiseração de que já vos tem dado sobejas provas, está determinado não só a dar aos Reos todos os meios de defeza que as Leis Civis d'este Reino lhes permittem, mas a implorar em favor de todos a Clemencia do nosso beneficentissimo Soberano, a fim de moderar-lhes as penas em que se achão incursos.

Porem, Angrezes, he preciso que saibais que a Clemencia he uma virtude em quanto se applica a melhorar o caracter moral dos Criminosos: mas que deixa de o ser logo que, segurando a impunidade, só serve de animallos a commetter afoitamente novos crimes. Para que os Reos se qualifiquem dignos de Clemencia, he mister que, deixando de reluctar contra as Leis, se mostrem submissos ás suas determinações: e portanto cumpre-me advertir vos, para intelligencia dos que tendes relações de parentesco ou adherencia com alguns dos Culpados, que todas e quaesquer tentativas para subtrahillos ao castigo por meios que as Leis reprovão, são novos crimes que se accumulão aos primeiros, e que só devem servir para aggravar-lhes as penas, ou para fazellas extensivas a todos os que se abalançarem a tão reprehensiveis intentos.

Eu vos declaro portanto, que a continuação de indicios de projectos que possão pôr de novo em risco a segurança e a tranquillidade publica, facilitando a evasão de qualquer dos culpados, será motivo sufficiente para que eu, retirando a protecção das Leis civis d'aquelles que por seus procedimentos a renunciação de facto, me limite em seus processos simplesmente aos termos de Direito Natural.

Sabei pois, oh Angrezes, que se os Reos ou seus adherentes continuarem em procurar meios de communicar-se clandestinamente entre si; ou se ao meu conhecimento chegárem indicios vehementes de projectos perigosos por quaesquer d'elles traçados: organizarei sem demora uma Commissão Militar, aonde sejão summarissimamente julgados, e em consequencia de cujas Sentenças sejão immediatamente punidos.

Firmar a segurança do Estado, sem offensa dos principios do Direito Natural, he no meu conceito o primeiro dos meus deveres.

Tenho-vos manifestado os meus sentimentos: reflecti sobre as mi-

nhas razões: fazei-vos dignos, pela vossa fidelidade e constancia, da confiança do vosso Soberano, e da estimação e respeito não só dos homens que hoje vivem, mas da posteridade inteira. Angra 9 d Abril de 1821.

---

## CARTA Á REGENCIA DE PORTUGAL

Ill.<sup>mos</sup> e Ex.<sup>mos</sup> Senhores — Lendo no «Diario da Regencia» por V. Ex.<sup>as</sup> composta o que se passou na Sessão 32.<sup>a</sup> das Cortes relativamente a estas Ilhas dos Açores, não posso dispensar-me de dirigir a V. Ex.<sup>as</sup> algumas reflexões que me parecem proprias a merecêr a attenção de V. Ex.<sup>as</sup> e dos Senr.<sup>s</sup> Vogaes das Côrtes.

Julgam por ventura esses Senhores que os representantes de um Povo tem direito de constranger outro a adoptar a Constituição que elles julgarem mais apropriada a fazer a felicidade d'aquelle que representam?... Donde lhes vem este direito?... Dirão elles, ou dirão V. Ex.<sup>as</sup>, que este Povo he uma parte da Monarchia; que lhes consta que a sua vontade he adherir aos principios da Constituição sobre a qual trabalham as Cortes de Lisbôa, e ter parte na sua formação: e que he o sen Governador e Capitão General, e o sen Bispo, quem os constrange e embarça?... Mas como sabem esses Senhores, ou V. Ex.<sup>as</sup>, que tal he a opinião e a situação dos Povos Açorianos?... Porque assim lh'os dizem tres ou quatro naturaes d'estas Ilhas que abi se acham. E he este o modo seguro de saber a vontade de um Povo inteiro?... Talvéz porque V. Ex.<sup>as</sup> reconhecem a insufficiencia d'este meio, he que se lembram de mandar aqui uma Embarcação de Guerra, e alguns dos seus Deputados, para sondar a publica opinião. Deixo de ponderar a V. Ex.<sup>as</sup> a impropriedade de um tal meio: mas para poupallos a um trabalho inutil, parece-me de razão que eu informe a V. Ex.<sup>as</sup> e lhes offereça provas incontrastaveis de qual he a minha maneira de pensar; quaes os meus sentimentos sobre os objectos politicos que hoje se tratam nesse Reino, e de qual he a opinião e quaes os sentimentos destes Povos sobre o mesmo assumpto.

Pelo que respeita á minha opinião e aos meus sentimentos sobre principios politicos, se não são bastantes a fazêlla presentir diversas obras por mim escriptas e publicadas no espaço dos trinta annos proximos precedentes, em tempo em que nenhum de V. Ex.<sup>as</sup> ousava falar ao Publico em semelhantes materias, nem tratar questões das quaes podesse inferir-se a sua particular opinião a este respeito, offereço a V. Ex.<sup>as</sup> a copia inclusa da Proclamação que dirigi aos Habitantes de

São Miguel logo que me constou da sua illegal e accelerada separação d'este Governo Geral.

Quanto porem á opinião e sentimentos d'estes Povos, permittam-me V. Ex.<sup>aa</sup> que eu lhes refira um facto decisivo. Na noite do dia 4.<sup>o</sup> para o 2.<sup>o</sup> d'este mez, uns poucos de facciosos assás conhecidos pela sua immoralidade e pelas depredações em que haviam tido parte com o Governador e Capitão General meu Antecessor, alliciando de acôrdo com este alguns moços officiaes da Tropa, conseguiram apoderar-se por surpresa do Castello de São João Baptista, aonde pela uma para as duas horas da noite, proclamaram em altos gritos a Constituição sobre a qual trabalham as Cortes de Lisboa, e erigindo-se tres d'elles (dois dos quaes se não foram absolutamente coactos, foram pelo menos illudidos) em Governadores Geraes d'estas Ilhas, debaixo da denominação de Junta Provisoria do Supremo Governo dos Açores, me mandaram intimar que me haviam deposto do Governo. Eu, que não reconhecia a authoridade d'estes Senhores, opuz-me como devia a um semelhante attentado: mas reconhecendo que o emprêgo da força para reduziillos seria sacrificar victimas innocentes ao conflicto da honra e da fidelidade contra a perfidia e contra a aleivosia; confiando aliás na estimação de que estes Povos me haviam já dado sinaes nada equívocos, sinaes que n'aquelle mesmo dia me foram testemunhados com a maior efficacia por quasi todo o Povo, pela maior e mais respeitavel parte da Nobreza e Empregados publicos que comigo se uniram, assentei de ceder, e de abandonar aquelle bando de insensatos á sua propria loucura. O effeito d'esta pacifica resolução foi pela sua rapidez muito alem da minha expectação. Todos os actos a que elles constrangêram os cidadãos durante as vinte e quatro horas da minha ausencia na Villa da Praia, foram acompanhados das demonstrações da mais profunda melancolia. Quando no dia 3 pelas onze horas da manhã entrei desarmado na Cidade, o pranto corria de todos os olhos. No intervallo em que descansei no meu Quartel, e aonde me veio visitar o Chefe da facção, vieram apparecendo successivamente diversos Soldados protestando-me o seu arrependimento, e que só a mim reconheciam por seu legitimo General: despedi-os a todos, evitando quanto pude fallar á maior parte d'elles, Quando sahi de tarde a vêr a minha familia que estava no Convento da Conceição, o Povo cercou-me: ajoelhado diante de mim, me chamava seu Pay: procurava beijar-me a mão, e a minha recusação fazia que os seus osculos se empregassem nos meus Uniformes. Soon no Castello este facto, de que bem desejariam os facciosos fazer me um crime, porem contentaram-se com ajuntar se em Sessão extraordinaria de uma Junta mais numerosa composta de Pessoas de autoridade que forçaram a entrar no seu Congresso. Neste se decidiu que a minha presença era perigosa, e que por tanto cumpria fazer-me deportar n'aquelle mesma noite. Lavrou-se a Ordem: entregou-se aos Executores. Mas ao accender dos Lam-

piões que deviam alluminar a minha conducção para bordo, os Soldados rompêram em clamores, proclamando-me o seu unico General; e tomando as armas, accommettêram a Casa aonde a Junta se achava congregada. Chovêram sobre ella tiros de metralha e mosquetaria: mas a mão da Providencia que dirigia esta grande Obra, fêz que um só acertasse na cabeça do Chefe da facção, que cahio immediatamente morto. Então os Soldados, prendendo o restante dos membros da Junta e todos os officiaes que os haviam induzido, vieram em numerozo concurso buscar-me ao meu Quartel, d'onde me conduziram em triumpho ao Castello, e aonde a minha restituição foi proclamada com vivas e salvas de Artilheria. Quando depois de restabelecer a ordem e soltar os membros da Junta voltei para o meu Quartel pelas tres horas da noite, era geral a illuminação da Cidade: as ruas e as janellas estavam cheias de Povo, que me davam vivas e acenavam com lenços. Seria longo referir as demonstrações de alegria publica e de respeito que todas as Classes de Cidadãos continuaram a dar-me durante os tres dias de regoijo e illuminação voluntaria, e que ainda continuam a dar-me as outras illhas.

Este facto, Ex.<sup>mos</sup> Senhores, em que não ha a minima exaggeração, he a prova mais concludente de qual he a pureza dos sentimentos e a lealdade d'estes Povos ao seu legitimo Soberano; e de qual o horror que lhes inspiravam os Chefes da Revolução. O meu maior trabalho até agora tem sido reprimir o furor dos Soldados contra os Officiaes e mais Complices que elles prenderam.

Entretanto, Ex.<sup>mos</sup> Senhores, o horror e a aversão destes Povos para com os chefes da Revolução, não se estende por certo nem a V. Ex.<sup>as</sup>, nem aos Portuguezes em geral, nem á Constituição em que se trabalha nessa Capital. Elles e eu estamos dispostos a annuir a todas as mudanças da antiga Constituição da Monarchia que forem approvadas pelo nosso legitimo Soberano, e adoptadas pela maioria da Nação bem pronunciada nas quatro partes do Globo em que existem Dominios Portuguezes.

Elles e eu nos consideramos ligados pelo juramento de fidelidade que prestamos ao nosso Soberano: eu entre as Suas Reaes Mãos: elles perante as authoridades publicas na occasião da sua feliz aclamação. Estamos certos em que dos pactos e convenções resultam deveres e direitos; e que estes pactos e convenções se tornam sagrados quando são assellados com o juramento voluntario. Estamos portanto dispostos a dar ao mundo as mais decididas provas da nossa fidelidade, e da mais firme constancia em cumprir nossos deveres e defender nossos direitos. A força poderá subjugar-nos, mas só a razão poderá convencer nos.

Em nome d'elles, e em meu proprio nome, protesto a V. Ex.<sup>as</sup>, á face do mundo inteiro, que o nosso desejo he viver em paz com todo o mundo, e principalmente com os Povos que se confessam subdi-

tos do mesmo Soberano. Se V. Ex.<sup>as</sup>, tomando outro arbitrio, julgarem a proposito perturbar a nossa tranquillidade mandando aqui alguma força para constrangêr nos, essa força será repellida, e sobre V. Ex.<sup>as</sup> recahirá a responsabilidade das consequencias... Que eu desde já assim o protesto á face do mundo inteiro...

Da fidelidade com que n'estas criticas circumstancias nos comportamos, poderão V. Ex.<sup>as</sup> inferir qual será a com que defenderemos a nova Constituição do Estado que for pela Nação approvada e pelo nosso Soberano consentida. = Deos Guarde a V. Ex.<sup>as</sup> Angra quatorze de Abril de mil oitocentos e vinte e um. = Il.<sup>mos</sup> e Ex.<sup>mos</sup> Senhores Presidente e Membros da Regencia de Portugal. = Francisco de Borja Garção Stockler.

---

## DISCURSO

pronunciado pelo Tenente General Stockler  
na Camara da Cidade de Angra,  
em o dia 15 de Maio de 1821.

Nobres e leaes Angrezes! Raioi finalmente o dia da concordia. Já não existe motivo algum para que hesiteis em reconhecer a Constituição sobre que trabalham as Cortes de Lisboa a fim de ligar por vinculos indissolueis os diversos Povos e Estados que compõem a Monarquia Portugueza. O nosso amado Soberano, a quem tendes dado á face do mundo inteiro os mais irrefragaveis testemunhos do vosso amor e fidelidade, adoptou finalmente a mencionada Constituição, e a manda observar em todos os Dominios do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarve, pelo seu Real Decreto de 24 de Fevereiro proximo passado, o qual hontem foi por mim lido n'esta Sála na vossa presença. He mister que, constantes no nosso respeito a tão digno Monarca, e firmes na subordinação que deveis a Seus Regios Mandados, vos presteis de bom grado a jurar a devida obediencia ás Bazes da Constituição, as quaes tambem vos serão lidas com a mesma publicidade, bem como ás Leis que d'ellas hão-de ser deduzidas pelos sabios e zelosos Varões Portuguezes que se achão encarregados de tão angusta tarefa.

Uma Constituição he a collecção das Leis fundamentaes que naturalmente se derivão dos principios do Direito Natural e dos fins para que os homens se ajuntão em Sociedades Civis. A Liberdade, a Segurança, e a Propriedade, são os tres grandes bens que as Leis constitucionaes tem em vista para dar-lhes a maior estabilidade possivel.

A Liberdade, he o poder de exercitar sem temor de castigo ou censura legal todas as acções que as Leis não prohibem. A segurança, he o resultado da protecção que as mesmas Leis dão á tranquillidade interna dos Povos, e da energia e sabedoria com que dispõem e providenciam a sua defeza externa. A Propriedade finalmente, consiste na fruição pacifica do fructo dos talentos, industria e trabalhos pessoaes, e da posse e dominio dos bens moveis ou immoveis, ruraes e urbanos, que a cada um de direito pertencem. Eis aqui, Nobres e Leaes Angrezes, os bens que a Constituição se dirige a segurar-vos. Os Povos que por Leis sabias, claras, e bem ordenadas, conseguirem firmar a posse d'estes tres preciosissimos objectos, são os unicos que verdadeiramente podem dizer-se venturosos. Mas esta felicidade não pode jamais conseguir-se, se as Leis destinadas a esse fim não são conformes aos principios da Religião e da Moral, cuja perfeição aquella tem unicamente em vista. Esta he a razão pela qual os sabios Legisladores que hoje se achão congregados em Lisboa rematão todas as suas Proclamações, e actos de publica solemnidade, dando vivas á Religião, ao Rei, e á Constituição; porque sem Religião, sem Leis conformes a esta, e sem um sabio, prudente, recto e imparcial executor d'ellas, não pode haver Povo que seja feliz. A vossa felicidade he o objecto dos desvêlos dos vossos Concidadãos congregados em Lisboa para formarem as Leis constitutivas da Monarquia: aquellas Leis que, assegurando os direitos imprescriptiveis dos homens, são de sua natureza as menos sujeitas a mudanças, e das quaes todas as outras devem ser derivadas segundo as circumstancias dos Povos a que se applicão. He mister portanto, Illustres Angrezes, que todos prestemos às Leis fundamentaes da Monarquia e às suas Bazes o mais profundo respeito e fiel obediencia: e he por isso que a Nação inteira, de acordo com o nosso amabilissimo Soberano, exige que a nossa promessa de obedecer-lhes e respeitallas seja vigorizada pela santidade do juramento que a torna sagrada.

Nós vamos pois jurar á face de Deos vivo, e d'aquelle ser eterno a quem tudo he presente, de quem todos dependemos, e que he testemunha e ha-de ser juiz de todas as nossas acções, a obediencia devida às Leis que, de acordo a sua Santa Religião, hão de fixar a nossa futura felicidade.

O vosso Governador e Capitão General, cheio de jubilo e penetrado do respeito devido a um acto tão venerando, vai dar-vos o exemplo, sendo o primeiro que, pondo a mão n'estes sagrados Evangelhos, — juro obediencia firme e constante às Bazes da Constituição Portuguesa, á Constituição mesma, e às Authoridades pelas Cortes Constituidas.

Em consequencia d'este juramento que espontaneamente acabo de dar na vossa presença, a primeira prova que me cumpre dar vos e á Nação inteira he a de resignar desde já o Governo d'estas Ilhas nas

mãos das pessoas que a Lei chama para exercello na minha falta ou ausencia, em conformidade do que a Regencia do Reino me ordena e da deliberação que já hontem vos annunciei n'este mesmo lugar.



**CARTA do «Mercurio de Angra» ao «Astro da Lusitania»\* por José Augusto Cabral de Mello. 1821.**

O silencio demasiado em que tenho permanecido, quando os recentes acontecimentos da ilha Terceira que esclareço, disfarçados pela animosidade mais escandecida, tão grande estrondo tem feito nos diferentes climas d'esse astro, não pode deixar de me haver attrahido um notavel eclipse.

A *Noticia Resumida* (1) dos mesmos acontecimentos, proximate ali publicada em um folheto exaggerando malignamente quanto pode ser desairoso a Stockler que a mesma ilha governára, mas omitindo tudo quanto deve altamente depôr contra os applaudidos no mesmo folheto, não deixará de ter concorrido para a perseverança de tão desagradavel phenomeno. — Saiba porem a infinidade dos orbes politicos que ainda posso recobrar em toda a sua integridade as minhas luzes, e n'ellas transmittir victoriosamente a defensão da verdade a esse astro primordial, afim de que fulminando com seus raios as tramas do genio do mal, cessem de uma vez de apparecer em publico as asserções falsissimas e temerarias, que acerca dos factos d'aquella ilha, tem a linguagem fornecido á vingança, — á indignação e á calumnia.

Não se pense que o designio d'esta carta é defender Stockler:— elle é o arguido; a elle só pertence tomar essa tarefa. O que unicamente se emprende é mostrar a verdade em toda a sua pureza: despiñdo-a dos densos véos com que a immoralidade e a impostura, para sobrepujar-lhe, a tem disfarçado.

O Mercurio de Angra, e por consequencia toda a região que illumina, tem em todos os tempos apresentado as mesmas phases dos planetas mais memoraveis que cercam esse sol brilliantissimo: — a historia o confirma. Esta experiencia de seculos não podia esfriar quando esse disco luminoso tem aquecido os polos gelados. Era aqui bem a-

---

(\*) O *Astro da Lusitania* foi titulo de um periodico publicado em Lisboa em 1821. As suas publicações envolviam idéas constitucionaes, systema enthuasiasticamente proclamado. Era redigido por Joaquim Maria Alves Simval, bacharel formado em canones pela universidade de Coimbra.

(1) Um folheto assim denominado, escripto por Loureiro, sobre os acontecimentos de Angra. *(Notas do Autor).*



preciada a constituição portugueza; muitos a suspiravam; ella afiança a completa garantia dos direitos do homem, e esta circumstancia não podia ser indifferente aos meus habitadores: o perihelio politico d'este astro, se algum dia distou d'essa fecunda origem de luzes, nunca foi mais que a milesima parte de seu diametro. Mas pertendia-se estabelecer-a com dignidade e ordem, e não por meios sediciosos e revoltantes: queria ver-se aqui plantada essa arvore utilissima pelos briosos filhos do paiz, e não trazida tumultuariamente por homens que deviam reputar-se estrangeiros, por homens cujos vicios eram desmesurados, e cujo governo portanto só podia prometter a estes povos as desgraças que opprimiram Roma nas eras calamitosas dos Caligulas e dos Neros: queria colher-se em fim os pomos saborosos d'essa arvore do paraizo publicamente quando o tempo o tornasse licito, e não tragal-os em amargo fornecidos clandestinamente pela serpente.

Acabando de vêr-se livre do barbaro dominio de um governador ignorante e orgulhoso que parecia querer imitar aquelles despotas, gosava a ilha Terceira, no seio da paz e alegria, de uma sorte verdadeiramente feliz. Os grandes e opulentos, como os de distincto merito, não se vendo já preferidos por pessoas de moral corrompida e ignorantes, logravam contentamento, estima e consideração: os pequenos e os rusticos, depois de tres annos de desgraças e violencias, disfructavam finalmente beneficios reaes: — viam abundancia, ordem, brandura. Já podiam criar suas cabrinhas, em logares proprios e distantes, para sustentar-se:—já não pagavam gravosas e annuadas fachtinas que, sob o pretexto do bem publico, lhes extorquia a immoralidade e a corrupção:—já não viam assolar as suas freguezias indisciplinados batalhões, nem precisavam tirar o parco sustento ás suas familias para o dar constrangidamente a grosseiros soldados que aboletavam:—eram as suas supplicas ouvidas; não trinnphava a dureza e a injustiça. A religião, que acabavam de ver tão abatida e profanada, já tinha um defensor doutissimo e austero, que a animava com a voz e com o exemplo. — Eis o principio do governo de Stockler: — eis os titulos com que se acreditou na estima publica. Os nomes porem de pae e de redemptor de que gosava, não eram prerogativa das suas qualidades pessoaes; era um desafogo natural de quem com o seu governo se via a salvo de tantas extorções e violencias. Qualquer outro que viesse succeder a Araujo, e não praticasse as suas irregularidades e despotismo, seria tratado pelos Terceirenses com eguaes distincções; mas Stockler que, talvez por estudo, se esmerava em actos de beneficencia e de justiça, adquiria com razão do reconhecimento publico este innocente tributo.

E' n'estas circumstancias que, sem plano algum organizado e reflectido, se pertende de improviso mudar a ordem politica d'este paiz: e quem se abalança a esta empreza? aquelles mesmos na maior parte, que a acabavam de flagellar, e de cuja libertação havia resultado

o contentamento e a felicidade geral... Que prudencia!... que descripção!... Que amor e zelo pelo bem e prosperidade d'estes povos! Em quanto gereram sob o seu tyrannico dominio, dispensou-se a mudança politica; logo que, livres do jugo, começavam a sentir as doçuras da paz e da justiça, da beneficencia e da ordem, era necessaria a mudança para os felicitar com o mesmo pesado jugo!

Rebentou com effeito, em dois de abril d'este anno de 1821, a vergonhosa e temeraria execução do mal concebido e mal concertado projecto. — Tenho no meu curso ordinario soffrido diversas revoluções, mas confesso que nunca senti uma tão violenta e tão desordenada: — vi-me quasi fora da orbita que me é circumscriita; e certamente, a não ser a poderosissima attracção d'esse astro, me teriam reduzido a um meteoro passageiro.

Araújo e seus sequazes, plantas exóticas n'este paiz alem de um ou dois, empregando os enganos e artificios mais dolosos e abjectos, entraram inopinadamente á meia noite no castello de São João Baptista, onde se achavam aquartelados os dois batalhões de linha existentes n'esta ilha. E' claro que a presença de Araújo, que tanto opprimira os pobres soldados no celebre Escampadouro (1), onde muitos perderam miseravelmente as vidas, devia necessariamente revoltal-os e reduzi-los á desesperação: os astuciosos enganos porem, avivados pela eminencia do perigo, puderam por algumas horas seduzir a boa fé e a ignorancia. Affirmou-se, entre outras cousas, que havia chegado ao porto o serenissimo principe e Stockler lhe vedava a sua entrada, perfidia esta digna de punição: que o povo o odiava acicamente, e que portanto era preciso depol-o, estabelecendo um governo proprio para o socorro e a felicidade do paiz, em anarchia e desordem: que os beneficios resultantes do novo governo começariam por elles soldados, pois ficariam tendo de soldo oito vintens diarios. — Estes estratagemas encontraram grande difficuldade em preponderar entre a tropa; alguns dos infelices socios de Araújo que, tremendo de susto, prometteram generosidades, assim o confessaram, e houve algum que, arrependi-

---

(1) E' um lugar summamente frio, distante da cidade duas legoas, onde Araújo, sendo capitão general dos Açores, aforou alguns moios de terra, e para onde ia algumas vezes, segundo a voz publica, praticar actos improprios da sua representação. O sitio é tão desabrido que difficilmente se achava quem fosse ali trabalhar: mas Araújo, sempre sollicito em abusar do seu poder em proveito proprio, fazia ir os pobres soldados beneficiar forçadamente o seu bravo predio. A diminuta paga que lhes dava tornava-se-lhes extremamente amarga, não só pela aspereza do clima, intoleravel no inverno, mas pelo rigor barbaro com que os tratava ou os instrumentos de sua maldade. Houve tempo que raro era o dia em que não entrassem doentes para o hospital militar vindos do Escampadouro, e as doenças eram de tal natureza que, baldando-os soccorros da medicina os levavam em poucos dias á sepultura. A cidade de Angra, que isto presenciou, ainda chora tanta crueza.

do, simuladamente se escapou voltando para sua casa. Taes foram as circumstancias da temeraria e inaudita surpresa.

Na cidade todos ignoravam este acontecimento:—Stockler dormia a sono solto:—mas os estultos sorprendedores, para em tudo obra-rem desacertos e lencaras, deram uma desordenada salva de artilhe-ria perto da uma hora da noite, dando desentoadamente vivas á con-stituição, o que não podia ter outro fim senão avisar Stockler de que se puzesse em defesa. Elle acordon ao primeiro tiro; chamando ás ar-mas, viu-se abandonado pela guarda do seu palacio. Fardou-se e sa-hin immediatamente para o largo fronteiro, onde se lhe reuniram al-guns soldados de outras guardas da cidade e alguma gente de orde-nança, achando encravadas duas peças de artilheria que de proximo havia mandado vir para a sua porta. Ali soube que os sorprendedores do castello eram com effeito aquelles que geralmente se detestava, ex-cepto, um ou dois illudides: e considerando circumpecto o seu dever, o juramento de preito e homenagem que prestára ao rei legitimo, e antevendo qual seria a serie de males e a anarchia do paiz se n'elle tornassem a figurar os mesmos homens cuja immoralidade havia at-trahido a indignação fortissima do povo, tentou resolutamente oppôr-se á criminosa surpresa, mostrando grande espirito e coragem. Mandou tocar a rebato, e, cercado de innumeros cidadãos pacificos, appareceu com elles defronte do castello no alto das Covas, onde se lhe reuniram os membros da camara, corregedor da comarca, ministros da junta criminal, empregados publicos, nobreza, clero, e maior numero de gente do pôvo. Nem um só foi para o castello: todos declamaram pu-blicamente contra os sorprendedores, reputando-os meramente como facciosos, que, accêssos no egoismo mais refinado, queriam constituir-se em poder para praticarem impunemente, sobre extorsões e peculatos, vinganças e atrocidades.

N'esta situação, que restava a homens tão estranhos ao bem ge-ral? tentarem por meios de terror e de hostilidade o que por fraude e artificio já consideravam inteiramente frustrado.—Consequentemen-te sahiram com os dois batalhões de linha em duas columnas, trazen-do á frente de uma quatro peças d'artilheria, e vindo á frente da ou-tra uma companhia de caçadores. Começaram a fazer um fogo bravis-simo sobre os pacificos e inermes cidadãos de Angra, perseguindo-os até os Cinco-Picos, legoa e meia distante da cidade, na retirada que fizeram com Stockler para a villa da Praia. Appareça a devassa a que se tem mandado proceder; isto tudo ella confirmará indefectivelmente.

Depois d'este triste successo, que foi ás nove horas da manhã, e que tantos sustos—afflicções e lagrimas—causou aos desgraçados An-grenses, recolheram-se os revolucionarios ao castello para memorar as façanhas da batalha, ou antes para não ver o quadro lastimoso dos publicos terrores que espalharam, quaes outr'ora (se pode admittir-se a comparação) em Roma os conjurados, sem plano algum para a esta-

bilidade das liberdades patrias, depois de haverem morto o triumphador de Pompêo, maior em letras e virtudes do que em armas, ao vêr o pranto e a consternação geral, se retiraram para o capitolio, deixando a toda a cidade, com a cessação dos erros toleraveis de um monarcha absoluto não odioso, antes adorado, os males funestissimos que produzem os delirios de uma guerra civil. A historia, talvez menos justa, não quer se eclipse a memoria de Marco-Junio-Bruto que, accêso no enthusiasmo de praticar uma virtude, de restabelecer a liberdade da patria, fora um dos barbaros assassinos d'esse immortal genio considerado tyranno; mas note-se o que tem de commum com aquelles cujo espirito só era vingar suppostas injurias pessoas, e dar amplificação e solidez á sua fortuna.

A's onze horas, pouco mais ou menos, sahiram do castello para a camara da cidade, não por entre os applausos e alegria que a mentirosa *Noticia Resumida* quer persuadir, mas, bem pelo contrario, com o melancolico apparato de um funeral. Ninguem, excepto a familia de Araujo e duas ontras suas adherentes, lhes deu demonstrações de satisfação: — a melancolia era profunda e geral: todos blasfemavam contra os abominaveis motores do publico desassocêgo; todos se escondiam afflictos e lagrimosos; todos lamentavam qual seria a sua sorte futura entregues novamente ás depredações, ás violencias e injustiças, de Araujo e seus sequazes. . . . Que triste scena esta! O primor da linguagem não tem poder de exprimi-la! . . . Só Loureiro, um dos que tiveram a infelicidade de associar com taes homens, pôde, no dia 4 do referido mez de abril, em a casa da camara municipal, expressando o pezar profundo que lhe restava de haver cedido á violencia d'elles mesmos, fazer d'essa luctuosa scena uma pintura aproximada á verdade!

Entraram com effeito no dia 2 d'abril para a camara, onde estava reunida, não a gente que se figura, mas meia duzia de rapazes que a curiosidade ali conduzira; e que fizeram? chamaram o povo para que nomeasse governadores a seu contento, e para que ouvisse a explicação do que era a constituição portugueza que se proclamava, afim de adoçar o seu desgosto e o tornar de algum modo tranquillo? De nenhum modo: — nomearam-se a si proprios membros da junta provisoria, e não se importaram com o desassocego, amargura e lagrimas, dos subjugados Angrenses. Que beneficios estes distinctos patriotas lhes preparavam! Elles bem sabiam que largavam a prêsa se deixassem o negocio á eleição do povo, que justamente os detestava, e o seu intuito era figurar e enriquecer. Que pasmoso patriotismo! . . . Que zelo pela prosperidade publica! . . . Querer por meio do ferro e do fogo mostrar a gente rude e ignorante os beneficios que lhe iam resultar da mudança de systema politico! Querer por meio do ferro e do fogo que lhe ficassem ontra vez sujeitos os mesmos povos que por mais de tres annos, haviam sentido toda a dureza do seu despotismo, toda

a extensão da sua immoralidade!... E' até onde pode chegar a obcecção e o delírio revolucionario!

No dia seguinte, 3 d'Abril, Stockler, vendo ao redor de si na villa da Praia um regimento de milicias, um parque de artilheria, e uma multidão de gente entusiasmada pelo seu triumpho, quiz vir sobre a cidade, mas sendo o seu estado-maior e outras patentes superiores de parecer unanime em contrario, vin-se obrigado a ceder, com a condição de serem conservadas nos logares e postos que tinham e tratadas decorosamente todas as pessoas que lhe eram adherentes e o haviam acompanhado áquella villa. Assim o prometteram cumprir a junta provisoria, e o corregedor da comarca foi o organ escolhido para ir enunciar essa promessa.

Era sobrejamente notorio aos membros da junta o odio vehemente que o povo lhes tinha, como o amor vivissimo que dedicava a Stockler:—deviam consequentemente prever que a presença, na cidade, d'esse capitão general decahido não faria senão vigorar poderosamente taes sentimentos. Todavia tiveram o desacordo de o deixar entrar em Angra, acompanhado do seu luzido estado maior, de muitos militares distinctos, e de grande numero de pessoas conspicias e principaes da terra.—Não pode descrever-se o triste e doloroso espectáculo do povo angrense, debullado em lagrimas, ao avistar esse homem de genio, o seu idolo, e que, destituído do poder, ainda trazia tão brilhante acompanhamento.—Os soldados haviam-se dispersado pela cidade: muitos presenciaram esta scena, e eram arguidos e execrados pelo mesmo povo, que via n'elles o instrumento da perfidia e a origem da publica consternação.

No meio d'esta desordem, Aranje tornava-se cada vez mais orgulhoso e insolente. Quebrantando a convenção que acabava de assignar, já começava a reprehender os que se lhe não apresentaram logo:—um d'elles foi o official-maior da secretaria do governo geral, que servira no gabinete do general deposto, e, não contente com isso, já se animava a prender e a não querer admittir no castello como dignos de proscripção alguns militares dos que haviam acompanhado Stockler:—um d'estes, não obstante ir pelo braço de um dos membros da junta provisoria, foi o major Mattos Rite, commandante do batalhão de infantaria, ao qual merecia consideração, estima e respeito. Talvez que se Aranje o tem admittido no castello e reintegrado no commando que lhe pertencia, os soldados permanecessem em perfeita subordinação: mas enfim quem fazia timbre em praticar desconcertos e irregularidades, não devia dar um só passo que tivesse vérosimilhança de acerto.

Alguns membros da junta provisoria, vendo que Aranje se arrogava um poder despotico, já traçavam o plano de o excluir do governo, reconhecendo que era impossivel reprimir os seus excessos; assim o disseram Loureiro e Leite a um dos que elle maltratára.

No mesmo dia 3, ás sete horas da manhã, já os soldados, conhecendo o engano com que em tudo os haviam tratado, pois até lhe negaram metade do soldo prometido, lembrados do temível Escampadouro e das exprobações do povo, pertenderam fazer um levantamento:—às quatro horas da tarde começaram outro com aspecto bem desagradavel e que ia sendo decisivo. Os membros da junta provisoria andavam já cheios de susto e enfiadissimos; e o remedio de duas pipas de vinho com que pertenderam contentar a tropa, trouxe em si mesmo os principios destructivos do vacillante edificio que se havia começado sobre bases tão pouca seguras.— Ás dez horas da noite, espalhando-se a noticia de que Stockler ia ser deportado, cresceu grandemente entre os soldados a fermentação que, exacerbada pela embriaguez, se tornou finalmente implacavel. Choveram tiros de metralha e mosquetaria, com extremo terror de toda a cidade, sobre o palacio do castello onde se achava reunida a junta provisoria. Neste estado horrivel, Aranko, cuidando ainda que a sua presença socegaria a tropa amotinada, teve a imprudencia de chegar a uma das janellas a fallar-lhe com duas luzes nas mãos: infelizmente lhe acceitou um dos pelouros, deixando o misero termo de sua vida ao resentimento o poder de desvanecer-se, á sensibilidade um motivo poderoso para o chorar. Os corações bem formados não podem endurecer-se ao triste espectáculo dos males alheios:—a vingança só entra em almas corrompidas:—o prazer mais grato á virtude, o prazer que mais faz sentir toda a sua excellencia, é trocar a lembrança dos males recebidos pela sollicitude de valer á humanidade afflicta!... Quantos d'esses chamados inimigos de Aranko desejariam n'este momento ser-lhe uteis se a impossibilidade lhes não tolhesse os passos!... Porque ainda depois d'este desastre os soldados continuaram o fogo até lhes ser entregues as chaves da fortaleza, pode inferir-se que se lhas tivessem entregado mais cedo, Aranko talvez ainda hoje respirasse como respiram todos os seus companheiros.

Abertas as portas do castello, correram os soldados em tumulto a vir buscar Stockler, hospedado em casa do negociante João da Rocha Ribeiro, declarando que só o conheciam por seu legítimo general.—E' arguido o referido Stockler de ter accedido ás instancias dos mesmos soldados:—que falta de discernimento! No estado de furor e embriaguez em que elles se achavam, quaes seriam as consequencias de sua recusação? Consultem os estolidos revolucionarios seus proprios animos e consciencia, e acharão que se não fosse a prompta appareição de Stockler no castello, onde já a tropa os havia prendido, nem teriam tido lugar de semear, com seus di-terios e irregularidades, a dissidencia mais notavel entre muitas familias da Terceira, nem de dar á luz publica a cavilosa *Noticia Resumida*!—Empregue esta porem todos os epitetos de contumelia e de opprobrio para desacreditar a pessoa de Stockler:—diga muito embora que fôo o seu dinheiro o instrumento da

contra-revolução:—o leitor justo e imparcial á vista das verdades substanciadas, que toda a cidade de Angra pode attestar, deduzirá facilmente que os artífices que ali principiarão, por entre hostilidades e terrores, o magnifico edificio da regeneração politica portugueza, foram innegavelmente os seus proprios destruidores.

Não se defendem as prisões subseqüentes: o seu rigor, ainda que não excedem o praticado sempre no systema de absolutismo com criminosos de estado, não pode deixar de parecer excessivo e repugnante aos olhos da humanidade. Grandes louvores merece a constituição portugueza que, dando vigor aos foros naturaes do honnem, proscreeve para sempre e elimina do codigo penal rigorismos tão inúteis para a diminuição dos crimes, como degradantes para povos civilisados! Digase porem, em triumpho da verdade, que as Senhoras da familia de A-raujo não estiveram presas: foram recolhidas a um convento de religiosas, o das Capuchas, pelo desamparo extremo a que ficaram reduzidas, mas estavam em liberdade, e fallavam indistinctamente a quem as procurava.

Alguns individuos tambem estiveram presos pelo envenenamento das farinhas, de que houve indícios serem autores, para vingar-se da tropa, que seguramente teria soffrido muito a não se descobrir a tempo tão execrando maleficio.

Se esse luminoso astro da Luzitania tem tido a ventura de fazer a sua revolução com regularidade e ordem, este desgraçadamente só tem soffrido choques tendentes a transval-o de sua marcada ellipse. —A revolução que os astrónomos me assignalam devendo ser de tres mezes, tem-se d'esta vez estendido desde 2 d'abril até hoje 20 de setembro, e não sei quando terá o desejado termo. Espero que ella não seja tão prolongada como a de Jupiter ou Saturno: e confio nas leis justas e inalteraveis d'esse brilhante sol, pelas quaes me vejo attrahido, que procurarão fazer me entrar promptamente na marcha regular de meu curso dentro dos limites da orbita que o Criador da natureza me prescrevera.


Não se precisa ser um Kepler, um Huyghens, um Newton, para se observar distinctamente, com o telescópio da razão, que as aberrações politicas d'este astro na epoca actual não teriam existido, ou em tudo seriam conformes ás rotações do foco principal, se o não houvessem chocado tão furiosamente esses malevolos fructos de outros planetas, que me fizeram apresentar á observação publica os mais extraordinarios phenomenos.

Ao progresso de tão finesta revolução só pode seguramente pôr atalho a remossão prompta das auctoridades existentes, que, havendo sido envolvidas em todos os factos desastrosos da ilha Terceira, de que resultaram calumnias e injunizades, não podem de nenhum modo considerar-se imparciaes, e menos quando nas suas deliberações tem mostrado grande afferro á arbitrariedade, ao vexame e ao despotismo.—

Para a ilha da Madeira, onde não houve nem a vigéssima parte das desordens substanciadas, expediram-se immediatamente auctoridades dignas de acreditar o actual systema politico:—aqui, onde as injustiças tem progredido a par das desgraças publicas, não se occorre com tão justa providencia!—Saiba porem esse astro da Luzitania, e saibam todos os planetas europeos, que os infelices Angrenses já tem apurada a paciencia para tolerar o impulso violento do poder arbitrario. — Se na balança politica das illhas esta desgraçada capital dos Açores ainda conserva algum peso attendivel, offereça-se um testemunho authentico de que se lhe reconhece esse merecimento, mandando para governar a gente verdadeiramente constitucional, que não olhe tanto para os seus particulares interesses, como para o socego e prosperidade geral. — Não se de mais á vingança o regosijo insensato de cevar-se, pelo auxilio de instrumentos tão poderosos na depressão da dignidade e do merecimento, excogitando honras e applausos para tributar ao reconhecido demerito. — Esta scena, sempre desagradavel em tempos de escuridão, torna-se por extremo intoleravel em um seculo de luzes. O descontentamento é grande:—gemem os probos e os sizados;—folgam os immoralés e os nescios.—Não se pense que n'isto o fumo da paixão offusca a pureza da realidade:—bem imparcial se mostra quem, por unica mercê, supplica, para obedecer-lhe, gente nova que não conhece.

No entretanto deixe-se girar a celebre *Noticia Resumida*:—projctem seus autores e apologistas cravar o punhal da vingança no peito do infeliz Stockler:—não pertence a este astro defendel-o nem criminal-o. Não sei se elle é culpado ou o deixa de ser. Elle que produza a sua defeza; e o supremo congresso representante da nação portugueza, pesando circumspectamente as suas razões, pronunciará a seu respeito o que entender de justiça. Só me impuz o trabalho de substanciar a verdade relativamente aos factos da Terceira, e que já tão grandemente se tem adulterado. Não sei se Stockler tem direito ao triumpho de que tanto se procura privar-o:—elle terá os defeitos que são inseparaveis da fragilidade humana; mas não pode negar-se que é um homem que tem feito valiosos serviços á nação em importantes empregos litterarios e scientificos, que é um militar superior illustre, e que se distingue do vulgo em merecimento:—e se este se acha hoje eclipsado pelas sombras da malignidade e da inveja, seja licito a este astro exprimir a seu respeito, na linguagem de Condorcet — «Un jour viendra, où de tout ce qu'ils auront écrit contre un homme de genie, il ne restera que ce qui peut servir à constater sa gloire.»

Ilha Terceira, cidade de Angra, 20 de setembro de 1821.





## REGIMENTO DO GOVERNO DOS AÇORES. 1766.

### Cap. 1.º

Manda que a residencia ordinaria dos Governadores e Capitães Generaes seja na Cidade de Angra; e que logo que chegarem a ella, mandem a sua Carta Patente aos Juizes e Officiaes da Camara para com elles ajustarem o dia e hora da posse que houverem de tomar, procedendo se nella com toda a solemnidade costumada em semelhantes casos; formando-se disso os Autos necessarios pelos Officiaes a que tocar; registando se as Patentes, e Provisões que as acompanharem, nos Livros da Camara, e da Real Fazenda.

### Cap. 2.º

Determina que logo que os mesmos Capitães Generaes tomarem posse, se informem mui exactamente de todos os Officiaes pagos, de Auxiliares, e das Ordenanças, e mais Cabos e Soldados que nellas se acharem: formando um mappa militar de cada uma das Ilhas, com as divisões dos Corpos que acharem formados em cada uma dellas, com individuação do estado, prestimo e serviço, dos Officiaes, e das Fortalezas de cada uma das Ilhas &, para ser annualmente dirigido á Real Presença pela Secretaria d'Est-do dos Negocios do Reino.

### Cap. 3.º

Mandou crear um Regimento Insulano, e remetter á Real Presença relações circumstanciadas do estado d'elle.

### Cap. 4.º

Manda remetter á Real Presença mappas dos Officiaes de Auxiliares e Ordenanças de todas as Ilhas, com as informações dos numeros e qualidade dos Officiaes e Soldados dellas para se proverem os Postos de Mestres de Campo nas pessoas principaes das mesmas Ilhas, e os de Sargentos-Mores e Ajudantes, da mesma sorte que se pratica em todas as Provincias do Reino.

### Cap. 5.º

Determina que logo que os mesmos Governadores tomarem pos-

se, remettão à Real Presença pelo Real Erario, cujas Ordens lles manda cumprir. outros semelhantes mappas dos Officiaes da Real Fazenda, com a distincção das Repartições em que cada um delles exercitar; e das suas qualidades pessoaes. e prestimo que tiverem: Outro mappa das Rendas de que se compõe a Receita das mesmas Ilhas. com a distincção de cada uma das partidas que entrarem nas mesmas Receitas: E outro mappa das respectivas despezas, dividido nos tres artigos de Folha Ecclesiastica, de Folha Civil, e de Folha Militar.

### Cap. 6.º

Manda que os mesmos Governadores e Capitães Generaes tenham com o Bispo, Prelados das Ordens Regulares, e mais pessoas Ecclesiasticas, toda a boa correspondencia: auxiliando os em todos os casos em que o Direito o determina para tudo o que pertencer à sua Jurisdicção Espiritual distincta da Temporal, que sempre se deve guardar igualmente illesa em beneficio dos Vassallos, e até da mesma Igreja, de que S. Magestade he Protector nos Seus Dominios.

### Cap. 7.º

Pelo que toca ao Governo Politico, e Civil, exercitarão os mesmos Governadores e Capitães Generaes toda a comprida Jurisdicção que no Reino exercitão o Regedor das Justicas da Casa da Supplicação, o Governador da Relação e Casa do Porto, e o Governador e Capitão General do Reino e do Algarve: E pelo que pertence ao militar, exercitarão semelhantemente as Jurisdicções de que usão os Generaes a cujo Cargo está o Governo das Armas das Provincias dos mesmos Reinos: para fazerem observar nas referidas Ilhas todos os Regulamentos e Leis Militares que forão publicadas desde o primeiro Regulamento da Infantaria. impresso no anno de 1763, os quaes devem servir de unicas regras para tudo o que forem Tropas pagas, e Regulares.

### Cap. 8.º

Manda enviar à Real Presença, no mez de Junho de cada um anno, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, uma exacta informação de todos e cada um dos Bachareis que servirem nestas Ilhas debaixo da inspecção dos mesmos Generaes: declarando as qualidades de literatura, prudencia, prestimo, limpeza de mãos, acolhimento das Partes, e mais qualidades que houver ou faltar em cada um delles. O mesmo manda praticar pelo que pertence aos Ministros e Officiaes da Real Fazenda.

**Cap. 9.º**

Não poderão porem os sobreditos Governadores e Capitães Generaes criar officiaes de novo: acrescentar emolumentos aos já criados: nem dar entretenimentos, pragas mortas, ou soldos de reformados, sem preceder especial Ordem Regia: e havendo necessidade manda o Soberano se lhe consultem as sobreditas materias nos casos occurrentes.

**Cap. 10.º**

Ordena aos mesmos Governadores fação examinar se das Serventias, Logradouros, Sesmarias, e mais bens das Concelhos se tem feito pelos Officiaes delles algumas usurpações: E que achando haverem sido feitas, as faça restituir de plano e verbalmente, na conformidade da Lei de 23 de Julho de 1766.

**Cap. 11.º**

Manda que as Leis da Policia estabelecidas em 25 de Junho de 1760; em 19 d'Agosto do mesmo anno; de 20 de Outubro de 1763; e de 24 de Outubro de 1864: se observem inviolavelmente nos casos nellas declaradas, para serem praticadas em todas as referidas Ilhas: tendo o Corregedor dellas a Jurisdicção de que usa o Intendente Geral da Policia na Corte e Cidade de Lisboa: usando do seu mesmo Regimento: Praticando a respeito delle os Juizes de Fora da mesma, e das suas Ilhas, o mesmo que os Corregedores e Juizes do Crime da Cidade de Lisboa praticão com o sobredito Intendente Geral da Policia: Sentenciando-se os Processos na presença do mesmo Governador e Capitão General em Junta composta do Corregedor e Provedor da Fazenda da Cidade de Angra; dos Juizes de Fora da mesma Cidade, e da Villa da Praia &.

**Cap. 12.º**

Porque por muitas e muito justas causas se acha prohibido aos Ministros de Justiça, Fazenda, e Officiaes de Guerra, atravessarem fazendas: ou fazerem monopolios dos fructos das Terras para commercialem; ou mandarem por terceiras pessoas fazer lanços nos contractos da Real Fazenda, ou nos bens de particulares que vão á praça; ou pôr preços definidos aos generos de venda; ou fazerem sequestros sem Ordem da Justiça; ou intrometterem se nas Eleições das Camaras para não serem livres: Ordena que o que se acha determinado aos ditos respeito, se observe pelos referidos Governadores e Capitães Generaes; e que as sobreditas Leis, Alvarás, e Ordens, se registem a esse fim nos Livros da Real Fazenda, e das Camaras das referidas Ilhas

**Cap. 13.º**

Vagando alguns Offícios de Justiça ou Fazenda, podem os ditos Governadores e Capitães Generaes prover as serventias delles em pessoas idoneas para exercitarem em quanto S. Magestade não mandar o contrario: dando-lhe porem logo conta das vacaturas dos referidos Offícios, e da graduação e rendimentos de cada um delles: pondo-os a concurso, para serem providos em pessoas das respectivas Terras, que sejam idoneas para bem os servirem: e dirigindo, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, a Real Presença, os Autos das mesmos Concursos com as suas Propostas em tres dos opoentes.

**Cap. 14.º**

Prohibe que os Capitães Generaes mandem fazer pelos Officiaes da Fazenda despesas algumas que não sejam as que se achão e forem estabelecidas pelas Leis e Reaes Ordens. No caso de mandar fazer outras despesas que se não achem expressas nas ditas Leis e Ordens, lhe replicarão com ellas os respectivos Officiaes. E se não obstante isso lhes ordenarem que fação as referidas despesas, as farão debaixo de protestos: dando conta a S. Magestade, pelas primeiras Embarcações, do que houver passado ao dito respeito.

**Cap. 15.º**

Por haver mandado crear o Regimento Insulano: determinou se abolissem o Governador, Tenente, Capitão, e mais Officiaes de pé de Castello: e que o Coronel do dito Regimento fosse Governador do Castello de S. João Baptista: e que as suas Guarnições, Guardas, e Serviço, sejam em tudo regulados como o estão as Praças principaes do Reino, sem differença alguma: Conservando se somente sobre o pé antecedente o Medico e Cirurgião da dita Fortaleza, e o Almoxarife, e Escrivão do seu cargo.

**Cap. 16.º**

Ordenou que o Governador e Capitão General vencesse de soldo, assentado na primeira plana da Folha Militar, dois contos e quatro centos mil reis, em cada um anno, pagos aos Quarteis no primeiro dia de cada um delles: sem que possa ordenar aos Officiaes da Fazenda outro algum adiantamento, ou forma de solução, além da referida.

**Cap. 17.º**

Mandou que o Secretario do Governo vencesse o soldo de quatrocentos mil reis por anno, pagos aos Quarteis na sobredita forma.

Datado em dois de Agosto de mil setecentos sessenta e seis.

## ALTERAÇÕES NO REGIMENTO DO GOVERNO DOS AÇORES. 1799.

Conde de Almada, Governador e Capitão General das Ilhas dos Açores: Amigo: Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Tendo-vos confiado o importante Governo das Ilhas dos Açores no momento em que, por meio de mui sandaveis Providencias, procuro augmentar a prosperidade e grandeza d'aquelles Dominios, ampliando assim as sabias Resoluções que o Senhor Rei D. José. Meu Senhor e Avô, de saudosa memoria, deo com tão grande fructo, e de que tambem vos encarrego o promover a execução: Attendendo outro sim á necessidade que ha de resolver alguns pontos duvidosos que se não acham perfeitamente resolvidos nos Alvarás de Lei e de Regimento, e Cartas Regias que até aqui tem sido dirigidas ao mesmo Governo: Hei por bem ordenar-vos o que mando declarar nos seguintes Artigos.

1.º Quanto á Jurisdicção que pelo Capitulo Setimo do Alvará de Regimento se concede aos Governadores e capitães Generaes, sou servido declarar e ampliar este Capitulo, ordenando, que todos e quaesquer Ministros da Capitania das Ilhas dos Açores sejam obrigados a cumprir promptamente em seus respectivos Districtos as Ordens que lhes expedireis sobre materias de Policia ou Administração, tendo unicamente o regresso de replicar no caso de duvida, e finalmente de me dar parte quando lhes parecêrem menos regulares aquellas determinações, debaixo da pena de suspensão até nova Mercê Minha ao Ministro que o contrario praticar, o que contudo se não deverá entender nos pontos de jurisdicção contenciosa: pois que o Magistrado jamais pode sêr compellido a julgar differentemente do que pensa, e do direito das Partes segundo o merecimento dos Autos.

2.º Quanto ao Capitulo undecimo, em que se determina que nos casos de pena capital sejam convocados ás Juntas de Justiça os Juizes de Fora das tres Ilhas mais vizinhas: Hei por bem, ampliando esta determinação, que possais convocar, no caso de legitimo embarço, em lugar d'aquelles Ministros, quaesquer outros que vos parecer, e se acharem mais promptos.

3.º Sou outro sim servido que o Official da Secretaria do Governo tenha de sôldo, alem de 120\$000 rs. que já recebe por uma interina providencia, mais 80\$000 rs., o que tudo faz a somma de duzentos mil reis annuaes; devendo este mesmo Official ser proposto pelo Secretario do Governo, e finalmente provido por vós, que o podeis remover e pôr outro em seu lugar, no caso de não esperada prevaricação, ou ainda de formal desobediencia ás vossas ordens no que respeita ao Meu Real Serviço. E para que o serviço da mesma Secre-

taria se faça com aquella exacção e arrançamento que são indispensaveis: Hei por bem que haja mais um official supranumerario com o soldo de cem mil reis por anno, o qual, ficando com accesso ao Lugar de official ordinario, será igualmente com elle proposto e promovido.

4.<sup>o</sup> Attendendo ás difficuldades de se poder estabelecer de tão longe o modo com que deve servir se o Emprego de Escrivão da nova Provedoria de Resíduos, Orphãos e Capellas que fui servido crear nas Ilhas dos Açores: o que sem duvida causará prejuizo às Partes que tiverem dependencias n'aquelle Juizo: Hei por bem que confiais sobre tão importante objecto com o novo Provedor, a quem deveis participar esta Minha Real Resolução, afim de que se possa deliberar e resolver o que mais cumpre ao meu Real Serviço, e ao bem dos Meus fiéis Vassallos.

5.<sup>o</sup> Sou servido, por effeitos da Minha Real Clemencia, commutar a todos os Reos capitaes, prêsos nas Cadeias das Ilhas, a pena ultima em que se acham incursos, por aquella immediata que merecerem, á proporção de seus delictos.

6.<sup>o</sup> Não se conformando com as Minhas pias e paternaes Intenções a violencia praticada nas Ilhas dos Açores com os filhos dos Lavradores e das Viúvas, por occasião de Recrutamento a que foram obrigados, ficando d'este modo as terras sem a necessaria cultura, e aquellas miseraveis sem amparo: Sou servido que se não continue no sobredito Recrutamento, e que quando houver necessidade de se fazer, e En assim o ordenar, se proceda sempre com a maior moderação, evitando a vexação das Famílias, e o prejuizo da Agricultura.

7.<sup>o</sup> Como na Carta Regia de 2 de Agosto de 1766 se comprehendem Instrucções particulares, que podem ter util applicação. Hei por bem recomendar-vos, que adopteis aquellas d'essas mesmas Instrucções que forem susceptiveis de pratica nas circumstancias do tempo, conforme o vosso prudente arbitrio, contando porem que ellas não sejam contrarias a ordens posteriores, e particularmente ás Minhas Reaes Determinações que presentemente se vos participam.

8.<sup>o</sup> Quanto á duvida suscitada sobre a execução das Sentenças proferidas em Conselho de Guerra, que não importam pena ultima: Sou servido ordenar vos, que a este respeito pratiqueis o mesmo que se observa nos outros Meus Dominios Ultramarinos.

9.<sup>o</sup> Sou outro sim servido Determinar que nos impedimentos do Sargento-Mor da Praça, e Ajudante da mesma, do Castello de São João Baptista, hajam de servir os seus Lugares o Sargento Mor e Ajudante do Batalhão da Guarnição do mesmo Castello.

10.<sup>o</sup> Sou igualmente servido ordenar, que vos fique pertencendo tomar conta, e approvar o bom regimen e economia do Batalhão da guarnição do referido Castello, como tambem as propostas da officialidade; para o que deveis ter todos os mezes um Mappa do estado d'elle; e cada trimestre informação geral do bom comportamento e ser-

viço dos Officiaes, para que tudo se Me faça presente, na forma do Regulamento.

11.º Que o Sargento-Mór do Batalhão deverá vir tomar o Santo e Ordem à Sala do Governo, podendo só ser dispensado d'esta obrigação pelo General, que nomeará outro official para vir ao circulo receber a ordem, e participal-a ao seu commandante.

12.º Que o Governador e Capitão General seja Inspector e Commandante em chefe do referido Batalhão: devendo por consequencia estender na sua economia e disciplina.

13.º Que para instrucção militar se estabeleça no Castello de S. João Baptista uma Aula de Estudos Mathematicos debaixo da Regencia de um habil official: ficando ao arbitrio do Governador o nomear aquelle official que lhe parecer de maior instrucção na dita Faculdade, e revestido de prudencia para subir á Cadeira, assim como tambem um Substituto para os seus impedimentos.

14.º Usando da Minha Real Commiseracção com que sempre costumo attender os Meus Vassallos: e particularmente por accasão do Decreto de 15 de Julho do presente anno, em que tomei em meu proprio nome o Governo e Regencia d'estes Reinos: Sou servido perdoar a todos os filhos das Ilhas dos Açores, que, sendo remettidos d'ellas em Recrutamentos para esta Côrte, tiverem desertado dos Corpos do seu destino, contanto que no preciso termo de quatro mezes da data d'esta Minha Carta Regia, se apresentarem na Capital das mesmas Ilhas ao Governador e Capitão General d'ellas, e que se achem já nas Ilhas no dia da assignatura d'esta Minha Carta Regia, pois de outro modo, para gosarem d'este indulto, deverão apresentar-se nos respectivos Corpos de que desertaram.

15.º Por me constar que na Ilha Terceira ha um certo numero de homems a que chamam Artilheiros de Moio, por isso que recebem um moio de trigo em soldo annual, os quaes tendo se conservado somente por um costume antigo, jámais se empregam com utilidade no Meu Real Serviço: Hei por bem abolir semelhantes Praças, assim como tambem as dos Pés de Castello: Ordenando-vos que me informeis sobre o methodo mais economico e proprio para estabelecer e segurar a defeza das Ilhas; e que vos conformeis com o que já a este respeito e sobre a abolição dos Pés de Castello Resolvi, attendendo ao que Me informam o actual Governo Interino.

16.º Resolvendo as duvidas propostas quanto á jurisdicção, honras e preferencias, entre os Officiaes de Tropa de Linha e os de Milicias: Sou servido declarar, que os Officiaes Milicianos, estando os seus Corpos em actividade, gosam das mesmas honras que os dos Corpos regulares, e que por conseguinte deverá pertencer á maior Patente o Commando, quanto nas referidas circumstancias concorrerem uns e outros; sendo esta a mesma razão por que aos Officiaes de Estado-Maior das Milicias que se acham em acção, se deverão fazer as conti-

nencias que o Regulamento prescreve para os da Tropa de Linha.

17.º Igualmente sou servido declarar, que, na ausencia ou impedimento do Governador da Capital, deve governar as Armas o Official de maior Patente, seja de Marinha, seja de Tropa regular, ou finalmente de Milicias, com tanto que esteja em actividade pela maneira já exposta.

18.º Declaro outro sim, que a cada Juiz de Fora na sua respectiva Ilha compete servir de Auditor do Corpo militar que ali residir; e finalmente que fica pertencendo aos Governadores a authoridade de convocarem das differentes Ilhas do seu Governo aquellas Officiaes Milicianos que lhes parecerem precisos, tanto para a habilitação dos Cadetes, como para os Conselhos de Justiça; devendo em todos os modos preencher-se com Officiaes das Milicias o numero que a Lei prescreve, e que não se puder completar com os officiaes das Guarnições.

19.º Recommendo vos que façais encher em cada uma das Paroquias, e Comarcas, e Ilhas, as Tabellas de Povoação, e statisticas, que Fui servido mandar remetter ao Governo Interino: Que procureis ampliar e estender a cultura das Ilhas, particularmente pelo que respeita ás Batatas de Irlanda, Linhos cantamos, e todas as sementes proprias para Pastos: Que ajudeis quanto vos fôr possível os Ministros de Letras a zelar a boa fé das hypothecas sobre bens territoriaes que se tiverem estabelecido, afim de se conseguirem fundos para melhor cultura dos terrenos; pois que só por aquelle meio he que se poderão applicar á Agricultura os cabedaes de que tanto depende o seu augmento: Que façais segurar a circulação e credito dos Bilhetes, que já achareis muito promovida pela grande diminuição que tem havido na quantidade dos Bilhetes, e que não deveis continuar a amortisar, logo que vireis que circulam sem perda e com credito: e fareis finalmente remetter ao Meu Real Erario a prata dos Jesuitas que se diz estar ainda na Ilha de S. Miguel, para effeito de ser cunhada e applicada a algum louvavel fim de melhoramento nas mesmas Ilhas: Que vos occupeis em zelar que se não introduza moeda falsificada nas Ilhas; mas que de modo algum punhais impedimento á natural exportação da moeda, pois que o ponto essencial, para obter este fim, he promover a Agricultura, Artes, e Commercio, as quaes produzindo riquezas, chamam sem duvida a moeda, que he o seu necessario representativo.

20.º Ordeno vos que todas as despesas das Fortificações actuaes, e das que de novo parecerem necessarias, se hajam de orçar antes de se lhes dar principio, remettendo se este orçamento ao Real Erario, e á Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, para que Eu o approve, exceptuando o caso de urgente e instante necessidade, e ficando vós responsavel de tudo o que se obrar sem Ordem minha positiva

21.º Declaro vos finalmente, que, na conformidade das Leis, só deveis conferir os Lugares e Enpregos a pessoas habeis, e que sejam



filhos das Ilhas, em quanto fôr possível sendo-vos prohibido por outra parte empregar n'elles creados vossos, ou pessoas que tenham pertencido á vossa Familia: assim como expressamente vos he inhibido tomar parte, directa ou indirectamente, em Commercio algum, de qualquer natureza que seja. O que tudo cumprireis com a efficacia e zelo que he proprio da vossa pessoa, e que de vós espero. Escrita no Palacio de Queluz, em dezaséis de Setembro de mil cetecentos noventa e nove == Principe, com Guarda == Para o Conde de Almada.

### COPIA dos Estatutos da Academia Militar da Cidade d'Angra.

Havendo Sua Alteza Real o Principe Regente N. Sr. ordenado, por Carta Regia de 16 de Setembro de 1799, que na Cidade de Angra, Capital da Ilha Terceira, e residencia dos Governadores e Capitães Generaes das Ilhas dos Açores, se estabelecesse hum a Aula de Mathematica para instrucção dos Militares, e especialmente d'aquelles que se achão empregados no Batalhão de Infantaria com exercicio d'Artilharia, que guarnece o Castello de São João Baptista na Ilha Terceira: E havendo-se estabelecido na data de 29 de Março de 1805 os Estatutos, pelos quaes se devia regular aquella Aula, reconheco-se pelas Informações que subirão á Real Presença, não se terem verificado as esperanças, que se havião concebido, quando se Ordenou o estabelecimento d'aquelle Plano de Estudos, modelado sobre os principios, e Curso Literario que se seguia nos Regimentos de Artilharia de Portugal, e tendo representado o actual Governador e Capitão General assim o pouco aproveitamento dos que frequentão as Aulas, mandadas estabelecer, como tambem a necessidade de melhorar os Estatutos dellas, por novas e mais convenientes Providencias, Se Dignon S. A. R. tomar este importante negocio na Sua Alta Consideração, e depois de Haver o mesmo Senhor manifestado pelas sabias, e providentes Disposições dos Alvarás de 25 e 26 de Outubro de 1810, quanto se occupava o Seu Paternal Animo de Promover a felicidade dos Seus Vassallos, e de elevar as Ilhas dos Açores ao maior auge de prosperidade e riqueza, de que são susceptíveis pela sua posição geografica, fertilidade do seu terreno, e industria dos seus habitantes, não podia deixar de merecer igual attenção a S. A. R. o grande objecto de prover á segurança d'aquelles importantes Dominios de S. Real Corôa: e sendo entre outros meios o mais efficaz, o de promover a Instrucção Militar: He o mesmo Senhor Servido Mandar estabelecer na Cidade de Angra hum a Academia de Instrucção Militar, debaixo dos principios, e dire-

ção, determinados nos seguintes Estatutos que ordena hajão de se observar com a mais pontual exacção.

## 1.º

O Batalhão de Infantaria, com exercicio de Artilharia, que guarnece o Castello de São João Baptista da Cidade de Angra na Ilha Terceira, passará a ter unicamente o exercicio de Artilharia, e se denominará — Batalhão de Artilharia.

## 2.º

Todos os officiaes do referido Batalhão de Artilharia serão obrigados a adquirir os Estudos Militares que lhes forem indicados no presente Estatuto: e pela aquisição d'elles, he que poderão pertender ter accesso nas Promoções, com que S. A. R. Houver por bem contemplar aquelle Batalhão.

## 3.º

Devendo considerar-se o Estado das Sciencias Mathematicas como hum dos meios necessarios, para que os Militares possuão possuir fundamentalmente, e em toda a extensão possível, os differentes ramos de conhecimentos que constituem a Sciencia da Guerra: e não se podendo exigir que os Militares hajão de transformar-se em Mathematicos profundos, maiormente devendo ser o objecto das Aulas ensinar o methodo de Estudar as Sciencias, e não o de formar sabios, quando todas as Nações que mais se tem applicado a regular, de pâr com a experiencia, os Estudos Militares, tem procurado envidosamente appropriallos ao Exercicio das Funções inherentes a cada huma das differentes Armas, de que se compõe hum Exercito: he por todas estas considerações que S. A. R. Houve por bem Determinar que os Estudos do Batalhão de Artilharia, que guarnece o Castello de São João Baptista, e de todos os mais Corpos Militares, se distribuição no Curso de 4 annos, na forma seguinte:

## 4.º

No primeiro anno se deverá ler a Arithmetica de Besont, e explicará o Lente aos Discipulos, com a maior clareza e precizão possível as idéas fundamentaes da Numeração, e exercitando os nas funções dos Numeros quadrados, cubicos, e a extracção da sua raiz nas proporções Arithmeticas, e Geometricas: indicando lhes as vantagens, usos e propriedades des Logarithmos: podendo omittir a multiplicação, e divisão abreviada, por ser de pouco ou nenhum proveito: e em quanto

às regras de tres simples, e composta, directa, e inversa, de falsa posição de sociedade de liga &, poderão estas transferirem-se para quando se tratar da Algebra, poden lo então explicarem-se com maior clareza. Terminado o Curso da Arithmetica pelo methodo mais simples e breve, passará immediatamente o Lente a explicar a Geometria de Besont; e supprindo perfeitamente a Geometria na falta de Logica, de que os Discipulos talvez não tenham os precizos conhecimentos; deverá o Lente explicar com a maior precizão todas as proposições Geometricas, e suas applicações, addicionando a Secção dos Solidos com a Secção correspondente do Tratado de Geometria de Legendre, traduzido em vulgar nesta Corte do Rio de Janeiro. Terminada a explicação das noções Geometricas, passará o Lente a explicar os principios, proposições, e usos da Trigonometria, passando successivamente a praticalos no Campo na presença dos Discipulos, ensinando-lhes o uso dos Instrumentos Mechanicos, e a applicação das proposições Geometricas, e Trigonometricas nos Trabalhos Geodesicos, e Graficos no levante das Cartas Topograficas, na avaliação das distancias pela simples inspecção, acostumando o espirito do Discipulo ao golpe de vista Militar, sem o qual nenhum proveito poderá colher dos Estudos Militares: e terminada que seja a Trigonometria, começarão as lições de Algebra, terminando-se o Curso Mathematico do primeiro anno com o Capitulo das Equações do segundo grão do Tratado de Algebra de Besont.

### 3.º

A Algebra transcendente, formará o objecto da primeira secção das lições do segundo anno Mathematico: explicará o Lente a resolução das Equações superiores ao segundo grão; mostrará aos Estudantes, com demonstrações analyticas, algumas das proposições, cujas verdades já tenham sido demonstradas pelo methodo synthetico, fazendo que o Estudante reconheça verdadeiramente a differença dos dois methodos, e das applicações; passará á Theoria das Secções conicas, depois ao calculo differencial, o integral, supprimindo os Capítulos que tratão dos pontos multiplos, e de inflexão, e os dois Capítulos das Equações differenciaes da primeira, segunda, e terceira ordem, explicando, com a maior precizão e clareza, aquellas dontrinas, que tiverem huma immediata applicação nas Sciencias Militares. Terminadas as lições do Calculo, começarão as de Mechanica; e sendo esta parte da Mathematica a mais interessante, se explicará com toda a clareza o seu uso, e applicação; e se darão aos Discipulos as convenientes noções da Balistica, ainda que a sua leitura haja de ser repartida no quarto anno.

## 6.º

A Fortificação será hum dos objectos das lições do terceiro anno; nelle deverá o Lente explicar igualmente a Tactica, ou a ordem que se deve seguir nas disposições da Tropa, fazendo considerar o Soldado no seu primeiro estado, dando-lhe a verdadeira figura, e attitudo Militar, ensinando-lhe as Marchas, e as evoluções, formar dos Soldados, e dos Elementos que compõem o Corpo do Exercito, o Batalhão, e o Esquadrão: mostrar todas as Evoluções, manobras, e disposições que hum Exercito pode executar, assim na offensiva, como na defensiva as differentes Ordens de Marcha, e todos os mais conhecimentos que pertencem à Tactica pequena e sublime, applicando todos os principios já adquiridos pelo Curso Mathematico, principalmente os Geometricos e Mechanicos.

## 7.º

A alteração occasionada pela invenção da pólvora, tendo dado hum differente direcção á forma de fazer a Guerra, veio a ser a Artilharia a parte mais interessante da Arte da Guerra: porem, sendo absolutamente necessarios os conhecimentos Tacticos para a sua melhor applicação, os explicará o Lente aos Discipulos com a maior extensão, e perfeição possível; e em quanto se não publicar em lingua vulgar alguma obra, em que se trate dignamente das importantes materias que fazem o objecto do Curso do terceiro anno, supprirá o Lente a deficiencia de hum conveniente compendio, servindo-se das noções, que tiver adquirido, e poderá adquirir pela lição das b m reputadas Obras de Folard, Fenquiere, Puisegur, Turpin de Crisse, Sloyd Gui de Vernon, não sendo para omitir a Tactica de Azevedo, apesar de se limitar á historia da Tactica.

## 8.º

Não sendo possível que o Corpo de Engenheiros, creado para auxiliar a Artilharia, possua completamente, alem dos conhecimentos necessarios á sua profissão, todos aquelles que respeitão ao Corpo d'Artilharia, nem vice versa: supposto o progresso que vão adquirindo as Sciencias Militares, e a necessidade de que aquelles dois differentes Corpos sejam perfeitamente instruidos, e exercitados nas funcções que lhe são proprias, deverá o Lente explicar aos Discipulos a Fortificação regular, o que he bastante para o Artilheiro saber o modo de artilhar as Praças: explicará o primeiro volume de Antoni, que actualmente se segue nas Academias Militares Portuguezas, em quanto se não adoptar hum Compendio proprio, e conveniente, na serie das lições exporá o que de novo se acha transcripto nas obras posteriormente impressas

de Foisac, S. Paul, e Gui de Vernon: explicará a necessidade da Figura de Fortificação, o uso, e propriedade das diferentes Linhas, que a compõe, a precizão dos revestimentos, fossos, estradas cobertas &c.

#### 9.º

Não havendo em quanto á Fortificação de Campanha hum compendio apropriado, deverá o Lente servir se do Sexto tomo das Obras de Antoni, em que se trata d'aquella materia, illustrando a com os conhecimentos que tiver adquirido pela lição das obras de Fortificação de Campanha de Clairar, Arte de Entrincheiramentos de Foisac, Guia do official em Campanha por Guissac, e pelos Tratados de Fortificação de Campanha de S. Paul, e de Gui de Vernon, fazendo postilar os Discipulos, em quanto não houver Compendios, ou traducção em vulgar d'aquellas Obras.

#### 10.º

No quarto anno, que deverá finalizar o Curso Academico Militar, explicará o Lente as Doutrinas relativas a Artillaria pelas Obras Muller, supprimindo o que lhe parecer superfluo, e minucioso, deverão repetir-se com mais extensão as lições sobre a Balistica, já iniciadas no Curso do segundo anno; o Tratado de Minas de Rosa; e sahirá o Lente ao Campo com os Discipulos nos dias em que o Chefe do Batalhão achar mais conveniente, e assistirá aos Exercicios de Artillaria que neste anno devem ser frequentes, para que os officiaes se habilitem na applicação da Theoria e Pratica.

#### 11.º

Sendo mui necessario ao Militar o conhecimento do Desenho, a fim de poder colher das Cartas as vantagens que ellas offerecem, e adquirir o uso dos termos technicos que formão huma linguagem que o Militar não deve ignorar, convem que haja huma Aula de Desenho, o Lente e o Chefe do Batalhão regularão os dias de lição, combinando os com os do Serviço do Batalhão, e das horas que os individuos delle tiverem livres: n'aquella Aula se instruirão os Discipulos no Desenho dos Mappas Topograficos, e a representar com exactidão os objectos que em qualquer terreno se apresentão ao observador Militar, prescindindo do Desenho da Figura, desnecessario ao Militar, e que só se poderia exigir dos Engenheiros desenhistas.

#### 12.º

Sendo necessario o conhecimento da lingua Franceza para adqui-

rir as preciosas noções da Sciencia da Guerra, que se achão transcriptas em Autores Francezes, e se não achão traduzidas em lingua vulgar, convem que haja huma Aula de Francêz, que os Estudantes deverão frequentar nos dias que o Serviço o permittir, segundo convierem o Lente e o Chefe do Batalhão: servindo o estado da Geografia de instrucção, e ao mesmo tempo de recreação, poderá combinar-se com a Aula de Francêz, sendo as lições nos mesmos dias; o Lente que a explicar, se deverá servir da Geografia de la Croix, da de Gutrie, Pinkerton, e Cosmografia de Mentelle.

## 13.º

Posto que á primeira vista pareça difficil combinar-se a assistencia das Aulas, e a applicação dos Discipulos com o Serviço Regimental, promptamente se desvanecerão as imaginarias complicações, logo que se estabeleça a conveniente harmonia e zelo pelo Real Serviço entre os respectivos Lentes, e o Chefe do Batalhão, o que S. A. R. espera haja de existir, tanto porque manda declarar ser assim o Seu Real Agrado, como por convir por todos os motivos que se executem as Sabias e Paternaes Providencias, que o mesmo Senhor ha por bem Determinar em commum beneficio dos Seus Vassallos, e especialmente dos que compõem a interessante, e respeitavel classe Militar, digna de particular contemplação, quando se acha revestida dos conhecimentos que lhe são proprios.

## 14.º

Não se limitando a liberalidade incomparavel de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor, em distribuir as luzes, e as Sciencias a certa, e determinada classe de Vassallos, Manda que facilite o ingresso das Aulas a todo e qualquer Vassallo Seu, que queira aproveitar-se das Beneficas e Paternaes Providencias, com que o Mesmo Senhor vai fazer plantar nas Ilhas dos Açores tão uteis e importantes conhecimentos, propondo-se S. A. R. preferir para todos os Empregos, e Cargos Publicos, aquellas pessoas, que com maior assiduidade, se applicarem aos Estudos, e fizerem publicos progressos.

## 15.º

Devendo combinar se os Planos com as possibilidades, meios, e recursos existentes, deverão as quatro Aulas dos Estudos Militares ser dirigidas por tres Lentes, que possão ensinar com perfeição as Doutrinas Elementares: o primeiro, e segundo anno de Mathematica, deverão ser explicados por dois Lentes, e haverá outro Lente para explicar as materias do terceiro e quarto anno.

## 16.º

Haverão Sabbatinas nos dias de Sabbada, e Sabbatina mensal no ultimo de cada mez: e todos os exercicios literarios se praticarão com a decencia e seriedade que convem ao Lugar, em que se ensina a Sciencia da Guerra, protectora, e defensora dos Estados, e da segurança, e independencia do Soberano.

## 17.º

Deverão os exames ser feitos segundo o dispõe a Carta dos Estatutos da Academia Real da Marinha, de 15 d'Agosto de 1779: Os Officiaes do Batalhão, e mais pessoas qualificadas, poderão assistir aos ditos exames: o Lente do respectivo anno será o Presidente, e os Examinadores os outros dois Lentes.

## 18.º

O Lente Presidente, e os dois Examinadores, deverão assignar as Cartas de Approvação, e serão rubricadas pelo Governador e Capitão General.

## 19.º

A Promoção aos Postos vagos no Batalhão deverá impreterivelmente ser feita por exame, e Concurso, do mesmo modo que se pratica nos Regimentos d'Artilharia do Exercito: e nas Informações semestres, se deverá notar a aptidão, applicação, e aproveitamento dos Alumnos, a Aula que frequentão, e semelhantemente a inhabilidade d'aquelles, que ou por falta de comprehensão, ou de frequencia nas Aulas, mostrarem não serem aptos para as Sciencias. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1810. = Conde das Galveas.

*A abertura d'esta Academia só se realisou no dia 4 de novembro de 1811. pelo Capitão General Agnes Pinto de Sousa.*

*Para mais esclarecimentos veja-se a: Memoria sobre a Academia Militar da Ilha Terceira por Felix José da Costa. Angra, 1847, 18 pag. in-4.º.*

---

**NARRAÇÃO** das mudanças e successos politicos que recentemente tiveram logar na ilha Terceira, descrevendo-se a maneira porque os naturaes tem sido opprimidos por uma soldadesca licenciosa, debaixo da direcção de uns poucos de ambiciosos e enganadores demagogos. Por uma testemunha de vista. Londres, 1329 (\*).

A ilha Terceira, de que ultimamente se tem tido uma particular noticia, devida a estarem ali os partidistas de D. Pedro, he a mais central das nove chamadas dos Açores, ou ilhas do West, e o assento do governo geral d'aquellas insulares dependencias de Portugal. A Terceira tem 60 milhas de circumferencia, e contem uma população de 40 mil almas. A cidade de Angra situada ao sul da ilha, he a capital, e tem Sé com bispo, assim como he a residencia do governador general. Fica em o seio de uma baia entre dois montes, no mais largo dos quaes está edificado o castello, com fortificações extensas, de modo a ter em sujeição a inteira população que lhe fica abaixo. O ancoradouro he tambem seguro de qualquer attaque da parte do mar, por diversos fortes que commandam o desembarque e ornam a margem, dos dois lados do ancoradouro, por uma consideravel distancia.

A forma da ilha he mais larga do que a de S. Miguel, e ainda que dá mostras de formação vulcanica, apresenta elevados e fertéis planos, não interrompidos pelos cones e crateras que distinguem as outras partes dos Açores. Abundando em terreno e situações particularmente favoraveis á vegetação, suas produções são ricas e variadas. Possuindo todos os fructos, peculiares aos climas europeos e tropicos, na maior perfeição, um campo de trigo he visto ao lado de uma lamedeira de laranjeiras, muitas vezes terminado por matas de altos pinheiros, vinhas, ou pastagens. Os camponezes são de uma raça valente e frugal, principalmente dedicados á agricultura e á criação do gado, ou empregados na pesca. Os lavradores, tranquillos e contentes, passam uma vida semelhante á primitiva, satisfeitos de trocar o excesso de seus productos por algumas cousas de luxo, e, por sua industria, muitas familias tem chegado a um estado opulento. Lisboa he quasi a unica parte distante com a qual estes insulares entretem uma especie de commercio, ainda que seus portos são frequentemente visitados por navios que cruzam o Atlantico.

Por assim dizer, fixados pela inimitavel belleza e variedade dos prospectos circundantes, a verdura e os planos das matas, a fragancia do ar, e o lustre de um sereno firmamento, os habitantes da Ter-

(\*) E' traducção do opusculo «Narrative of the Political Changes and events &c. London 1829. Printed by Bedford and Robins. 41 pag. in-8.º gr.



ceira parecem não ter mais cuidados além de sua ilha natural,—nenhuma ambição além da perseveração d'aquella tranquillidade que tão longo tempo tem gosado. Famosos por sua lealdade e afeição ao monarcha que governa, como por sua prompta obediencia ás leis, e collocados em distancia d'aquellas collisões e desgraças que succederam na mãy-patria em a invasão dos Francezes, sua paz e união não foi uma só vez interrompida, durante as calamidades de uma longa guerra; nem foram nunca, em periodo algum, desde que sacudiram o jugo hespanhol e estabeleceram o dominio portuguez entre si, tão felices e prosperos, como o eram quando se tornaram victimas de um partido politico, levantado com o designio de prolongar a competencia ao throno de Portugal, em uma maneira totalmente opposta a seus desejos e interesses, como se verá da seguinte narração, o objecto principal das restantes paginas.

Em 15 de Maio (1828), um navio de Lisboa ancorado no porto de Angra, trazendo avisos de que as corporações da capital portugueza tinham, em 25 de Abril antecedente, sandado D. Miguel como seu legitimo Soberano, e demandado que elle fosse proclamado como tal; juntamente com a resposta do Principe á Municipalidade de Lisboa, por occasião de lhe presentear uma representação expressiva dos desejos do povo. A noticia d'este successo, que se espalhou com a maior rapidez na cidade e visinhanças, excitou um vivo interesse entre os habitantes da ilha, que eram mui geralmente de opinião que Portugal e suas dependencias não podiam ser felices com uma Carta formada no Brazil, ou governado de qualquer outro modo, que não fosse estabelecido pelas antigas leis do reino, para com a qual sentiam a mesma veneração que seus concidadãos peninsulares. A cidade foi agitada de um extremo ao outro, e os habitantes pozeram-se indiscriminadamente a discutir o ponto, do qual consideravam que sua futura conservação dependia.

A prevalecente opinião pareceo ser que, situadas como estavam, e anciosos de evitar todas as dissensões politicas, era de seu interesse seguirem o exemplo de Portugal, e acceder aquillo que elles entendiam ser a vontade geral de todo o reino. Consequentemente, se envion uma deputação ao governador-geral Albuquerque e Tovar, afim de manifestar-lhe os sentimentos e desejos dos habitantes, o qual respondeo que recorressem ao procurador-geral, e lhe requeressem o fazer uma formal exposição do objecto á municipalidade, para se reunnir na tarde d'aquelle dia, 17; affiançando, além d'isso, o governador que se os delegados da cidade não condescendessem com a sua pertençaõ, elle mesmo o faria. A municipalidade sendo rennida, os membros receberam uma ordem para irem ao palacio do governo; quando, depois de alguma discussão, se determinou que, em tão momentanea occasião, seria proprio dar maior solemnidade á Assembleia, congregando formalmente os representativos do clero, nobreza e povo, e consequentemente se

passaram ordens para uma reunião, assim composta, para as 10 horas do dia seguinte, 18.

Logo pela manhã cedo, a praça, fronteira à municipalidade, se encheu toda de habitantes, de todas as classes, ansiosos de ouvir a decisão d'esta importante questão. Em todos os semblantes estava pintado um vivo interesse, e assim que os membros passaram para a reunião, foram saudados com o maior enthusiasmo. Uma irresistivel impaciencia pareceo trespassar o concurso: e antes de os delegados terem tempo de entrar na discussão do ponto a elles submettido, espontaneos e geraes vivas se ouviram na praça, urgindo que D. Miguel fosse aclamado Rei. acompanhados por altas e reiteradas aclamações. Os membros, juntos na assemblea, vendo que era o manifesto desejo dos habitantes que a ilha Terceira seguisse os destinos de Portugal, e julgando então que proceder á discussão de um ponto sobre o qual toda a assemblea parecia estar de acordo, seria simples materia de forma, ordenaram que o real estandarte que precede a municipalidade em todas as occasiões solennes, fosse desenrolado e agitado nas varandas da Camara, como um testemunho de sua approvação, e demonstração de sua promptidão a confirmar os desejos do povo. Lavrou-se logo um auto publico de todas as particularidades, e se lançou no livro dos acordãos da municipalidade, que foi assignado pelos membros presentes, assim como pelos principaes habitantes.

O dia 18 de Maio foi na verdade um dos dias mais festivos que a cidade de Angra tem tido, e os habitantes, de todas as classes e sexos, manifestaram uma cordial satisfação no complemento de seus desejos. A cidade foi espontaneamente illuminada, por diversas noites, e numerosa multidão das freguezias do campo se vestio de seus mais alegres ornatos, levando grinaldas de flores em suas mãos, e cantando coplas adaptadas á occasião acompanhadas com musica. Competiam á porfia, nos vivas e aclamações expressivas, dia e noite, as multidões continuamente pelas ruas. Não occorreo o menor accidente ou desintelligencia, e o todo pareceo antes a celebração de uma festa nacional do que a demonstração de sentimentos politicos. Estes insulares foram, de facto, sempre premiados por sua lealdade, e distinctos por sua aversão a um jugo estrangeiro. Depois de todo o Portugal se haver submettido a Felipe de Hespanha, a Terceira permaneceu firme contra elle, até chegar de Lisboa uma formidavel expedição, a que os habitantes e o resto de um partido nacional que se lhes rennira, não puderam resistir.

Contudo isso, não houve mudança de forma em administração do governo, convido-se taticamente em esperar pelo resultado das formalidades legais, que estavam a ser adoptadas em Portugal. Houve noticia, contudo, de que espiritos máos estavam trabalhando, vesivelmente com o intento de perturbar a paz e unanimidade, em prevalecer na ilha. Certos movimentos foram tambem vistos entre as tropas que guar-

neciam o castello, como se o soborno ou persuasão estivesse operando entre ellas. Pessoas pacificas e bem inclinadas, perto da scena, começaram na verdade a entreter serias apprehensões, que desgraçadamente foram bem cedo realisadas. Em 21 dito, uma companhia do 5.º batalhão de caçadores amotinou-se contra as auctoridades constituidas, e na seguinte manhã, ao romper do dia, uma porção d'elles sahio do castello e marchou para o palacio do governo, sendo seguida na rua por diversas pessoas ociosas, com a mira na desordem e no roubo. A residencia do governador foi immediatamente atacada; mas, tão vigorosa foi a defeza feita pela guarda de milicianos, instantaneamente reunidos por diversos vizinhos respeitaveis, que os amotinadores foram compellidos a retirar-se. O inesperado fogo contudo, sustentado por algum tempo de ambas as partes, em uma hora tão proxima da manhã, acompanhado pelo toque de todos os sinos das igrejas, em sinal de alarme, encheo toda a cidade de susto e de terror.

Perto das sete horas, na manhã de 22, um mais forte destacamento, consistindo de 150 caçadores commandados pelo tenente Lobbão, tomou uma posição no meio da praça. Ouvindo porem que alguns milicianos, pertencentes á villa da Praia, estavam reunidos na parochia de S. Bento, perto de uma das portas da cidade, marcharam para o alto das covas, posição superior, que fica entre a praça e o castello. O governador, ansioso de evitar a effusão de sangue, e talvez confiando em que estaria ainda em seu poder influir nas tropas regulares para não chegar a extremidades, ordenou aos milicianos que se dispersassem. Conhecendo não haver opposição a recear, os caçadores tornaram para a praça, aonde um conego da cathedral de Angra, e tres ou quatro moradores, lhe arengaram, dizendo-lhe que era seu dever sustentar os direitos de D. Pedro 4.º, para ser respeitado, e a Carta sustentada. Os soldados e a canaglia reunida prorompeo em altas acclamações, quando o sino da Camara foi tocado para chamar juntamente os membros da municipalidade, que foram forçados a assiguar um acto, exactamente contrario ao acima mencionado.

Em quanto durava esta cerimonia, deo-se um tiro de espingarda, e no momento ninguem soube aonde se disparára. Os soldados immediatamente pegaram em armas, e com o pretexto de ser dirigido contra elles, atacaram um ajuntamento de campouzeiros desarmados, que, despercebidos, estavam reunidos na rua do Gallo, perto da praça; mataram dois e feriram um terceiro.

Immediatamente procederam a prender o governador e outros individuos de influencia e distincção, que foram enviados prisioneiros para o castello. A cidade de Angra foi, desde aquelle momento, sahugada pela mais baixa soldadesca, dirigida por um punhado de demagogos interessados. Toda a tropa da cidade sendo commandada pela artilheria do castello, desarmada, e assim privada do auxilio das auctoridades constituidas, ficaram os habitantes mergulhados na mais

profunda desesperação, não sabendo o fado que os esperava.

O commandante do batalhão de caçadores, que virtualmente tomou o soberano poder em suas proprias mãos, procedeo immediatamente a formar uma Junta provisoria, com o fundamento da incapacidade do governador, e enfim tres pessoas foram nomeadas para a suprema direcção dos negocios em suas proprias mãos. Indiscriminadas prisões começaram então entre as classes influentes. As pessoas de algumas foram presas por terem obedecido ás ordens do governador; em quanto outras eram enviadas aos calabouços do castello, pelo fundamento de se terem juntado em demonstrações de alegria manifestada no dia antecedente 18. Muitos foram deportados para as outras ilhas, e muitas das respeitaveis familias de Angra submergidas na mais profunda afflicção e susto. A cidade ficou sujeita, por assim dizer, á lei marcial, e acabou-se consequentemente a confiança entre os habitantes. Muitos chefes de familia, que tem até o presente permanecido não molestados, retiraram se para suas fazendas do campo, ou se occultaram elles mesmos, para evitar a presença dos oppressores do seu paiz, como para não presenciar os ultrages e horrores que se praticavam. Todas as noites sahiam patrulhas, em varias direcções, e prendiam aquelles que eram julgados suspeitos, ou conhecidos por serem oppostos aos politicos do castello. Estes actos de insubordinação eram seguidos por outros de rapina systematycá, especialmente na propriedade dos ausentes: mas muitos dos mais pacificos e innocentes cidadãos igualmente sofriam. Um decreto foi promulgado subsequentemente pela «Suprema Junta Provisoria», ordenando que o artigo da Carta de D. Pedro, que prohibe o fazer se buscas nas casas particulares, de noite, fosse suspenso, e que se instituísse uma inquirição respectivamente aos successos que tinham occorrido no dia 18. — Uma lista de proscricções foi, de facto, publicada, e as pessoas n'ella nomeadas, por assim dizer, privadas da protecção das leis, ou, em outras palavras, deixadas inteiramente á discreção das patrulhas, visivelmente commissionedas para encherem os calabouços do castello, aonde certamente seriam victimas se não podessem comprar a sua soltura. Este medonho systema de terror foi alem d'isso acompanhado pelo expediente de denuncia e falsas testemunhas, usual accessorio da injustiça e da oppressão, por cujos meios, os habitantes restantes foram privados de toda a sociedade e communicação entre si mesmos.

Immediatamente depois das occorrencias que tiveram logar em 22 dito, se passaram ordens para desarmar as milicias, até então empregadas como guardas e sentinellas. Igualmente se expediram as mais positivas ordens obrigando os habitantes, sem excepção alguma, a entregar quaesquer armas offensivas que tivessem, e tão strictamente foram estas ordens dadas, que os camponeses, em muitos lugares, foram privados de seus instrumentos de agricultura. As penas, em casos de desobediencia, sendo a prisão, os aterrados povos se apressa-

vam a satisfazer ás exigencias de seus oppressores; mas a execução d'estas rigorosas medidas sendo muitas vezes confiada a patrulhas de Sargento, as portas foram abertas a numerosos actos de extorsão. A innocente declaração de um sentimento politico, opposto ás vistas do partido imperante, — um ai involuntario nas desgraças em que se achava a ilha, ou mesmo um sorriso de approvação ao que corria em Portugal, bastava para arrebatár um pai dos braços de seus divertidos fillos, e enviá-lo algemado para o castello. Em muitos casos, em que realmente precedeo altercação, respeitaveis lavradores assim como homens de bem, residentes em suas casas de campo, foram vardascados, por mero mandado de um subalterno. J. B. de Bitencourt, um fidalgo, foi tratado d'esta maneira, independente da tyrannia e injustiça do acto, a maior indignidade com que realmente podia ser tratado, e seu primo escapou de ter o mesmo fado. O seu unico crime era ter preferido o retiro do campo á residencia da cidade.

A este tempo, chegou a Angra um navio de guerra, tendo a bordo o governador nomeado por D. Miguel, em seu caracter de Rei, a cujo lugar foi levantado pela solemne declaração dos Tres Estados do Reino, confirmada pela subsequente concorrência de todo o Reino. Tão soberbos estavam os novos governadores com o poder que tinham ultimamente adquirido, que recusaram acceptar o official nomeado pelo Soberano, sem permittir aos habitantes a oportunidade de expressar sua opinião sobre o objecto, como he do costume, em occasiões de tal importancia, congregando os representativos do clero, nobreza e povo. Tendo já desarmado os habitantes, concentrado a administração civil e militar em suas proprias mãos, e estando alem d'isso em diaria expectação de soccorros dos Portuguezes refugiados em Inglaterra, não hesitaram em pôr de parte a mascara, e consequentemente começaram a fazer preparações contra qualquer acontecimento. Temendo naturalmente que sua reensação a reconhecer o novo governador, excitaria a indignação do Soberano e traria uma expedição contra elles, adoptaram, com o fim de firmar sua auctoridade, as maiores precauções, e imaginaram todos os planos que pudessem dar força e consolidação ao partido dominante.

Entre os expedientes que se tomaram, foi a formação de uma nova municipalidade, composta totalmente de membros differentes d'aquelles que o eram no dia 18, e foram elegidos para servir até ao seguinte mez de Dezembro. O governo fez nomeações contrarias a todas as formas da lei municipal e privilegios da cidade: sendo tambem augmentado o numero dos membros, e tomou-se grande cuidado de que elles fossem dos firmes partidistas. Ordenou-se então á municipalidade o eleger duas pessoas, para serem addidas á Junta Provisoria, que assim ficou composta de cinco. Um dos primeiros actos do corpo legislativo e executivo, do qual o mais notavel membro era o capitão Quintino, commandante dos revoltosos Caçadores, foi a publicação de

um edital, datado de 28 de Agosto, declarando que, desejando começar seu governo por manter a paz e união, ordenavam a todas as pessoas que se haviam occultado, que apparecessem dentro em oito dias, perante as auctoridades constituidas, afirmando que, se isto fizessem, as pessoas comprehendidas no edital não seriam molestadas, e teriam sua segurança pessoal garantida: de outra maneira, que violentas medidas seriam tomadas para persegui-las.

Era naturalmente de esperar que, durante o periodo estipulado neste edital, nenhuma busca domiciliaria, de dia ou de noite, teriam lugar. As patrulhas, não obstante, continuaram seus usuaes deveres, circumstancia que espallou nova consternação na ilha, não somente entre as pessoas que se haviam occultado, mas aquellas mesmas cujos embaraços não tem até o presente cessado. Os parentes de algumas familias, fora do intervalo, obrando de concerto com seus opprimidos e indignados concidadãos, passaram-se ás ilhas vizinhas, em busca de armas e munições, com vista de auxiliar os esforços de qualquer expedição que pudesse chegar de Lisboa para a libertação da Terceira: e o espirito do edital, bem como a geral conducta do governo, fez nascer serios temores de que as pessoas residentes no paiz fossem em breve feitas responsaveis pelos actos das ausentes, e que lhe diziam respeito pelos vinculos do sangue; como, na realidade, depois aconteceu.

Durante o intervalo, concedido pelo decreto, appareceu uma fragata, que geralmente se pensou vir de Lisboa, e ser precursora da expedição esperada. Tão certa foi esta crença, que o mesmo governo erigido manifestou symptomas de temor, quando, ao mesmo tempo, os insulares estavam animados, e diversas pessoas que tinham permanecido até ali escondidas, tiveram a indiscripção de se mostrar. Visiveis movimentos e demonstraões de alegria foram tambem observados entre o partido preparado a auxiliar os esforços da esperada esquadra; quando, com consternação de muitos e espanto de todos, a fragata, perto da terra, isson bandeira brasileira, o que se confirmou depois, e haver sahido proxivamente da Inglaterra. Os membros do governo, que por então haviam já sahido de seu temor, enviaram dois de seus collegas, Ferraz e Ornellas, para bordo, e no seguinte dia, desembarcaram acompanhados do brigadeiro Leão Cabreira, J. A. da Silva Torres, e outros, espalhando a noticia de que o primeiro vinha no character de governador militar, nomeado pelo novo ministro de estado, o marquez de Palmella, e os mais para o auxiliarem na manutenção da Carta, e dos direitos de D. Pedro.

Desde este momento, tornou-se evidente que o plano do partido em possessão do supremo poder, era usar da ilha Terceira como um ponto de apoio, ou centro, para operações offensivas contra Portugal, em favor da filha de D. Pedro; e a chegada de uma fragata brasileira, com o plano traçado, instrucções, e a promessa de promptos soc-

corros de Inglaterra, em homens, armas e dinheiro, tendia a inspirar a todos os adherentes á facção do castello nova arrogancia. O governador Cabreira entrou no exercicio do seu novo cargo com todas as prerogativas e attribuições de um vice-rey, e um dos seus primeiros actos foi publicar uma proclamação, em que recommendava união, e instava que as pessoas que se haviam occultado voltassem para suas casas. Outra forma foi tambem dada ao governo; sendo-lhe adjunctos os dois novos companheiros Cabreira e Torres, em quanto o conego Ferraz reteve seu assento, e o Juiz Fariño tomou o lugar do engenheiro Almeida. O governo sendo assim organizado, o immediato passo foi a nomeação de Ornellas como ministro da guerra; de P. H. da Costa Noronha Ponce de Leão, ministro dos negocios do ultramar, e A. Martins Pamplona, ministro do interior e finanças, com os respectivos titulos de Excellencia, e os correspondentes ordenados de secretarios, &c. Na pequena ilha Terceira se estabeleceu, n'uma palavra, de uma ordem igual ás precisões de um reino, com grande espanto da parte reflexiva dos habitantes, que não podiam comprehender os destinos que os esperavam, ou sondar os sublimes planos dos directores de Londres.

No cento intervallo em que aconteceu a chegada do novo governador, as buscas de noite em casas particulares foram descontinuidas, e as pessoas que ainda permaneciam escondidas, começaram a pensar que a politica do governo havia mudado, pela adopção de mais conciliatorias medidas. Suas esperanças foram, comtudo, em breve frustradas. Confiando nas promessas feitas no edital, e subseqüentemente confirmadas pela proclamação do novo governador, apresenton-se muita gente ás authoridades constituídas, e receberam letras de protecção. Bem poucos dias depois, as mesmas pessoas foram simultaneamente presas, e sem lhe fazer carga de coisa alguma, foram immergidas em cadabouços, durante que outras estavam limitadas ao recinto do castello.

Como se receava que a expedição, em breve, chegaria de Lisboa, o governador ordenou extensas preparações para a defeza. A guarnição sendo mui pequena para occupar varias posições, foi determinado que a maior força ficaria no castello, que presentava todas as vantagens de uma cidadela, e ali foram mandados reconcentrar os recursos. Resolveo-se, alem d'isso, que as fortalezas se puzessem em um completo estado de reparo, e os habitantes foram chamados a trabalhar na empreza. Fizeram-se requisições de toda a sorte de provisões, como outros artigos requeridos para um cerco, e os lavradores, com seus carros, foram continuamente empregados em os conduzir para o deposito geral, durante que os trabalhadores eram compellidos a trabalhar nas obras. Grandes quantidades de pinheiros, proprios para taboado, foram tambem cortados e levados para o castello, cujos arredores eram plantados de vegetaes. Os trabalhos do campo foram, de

facto, saspensos, afim de agente se empregar nos preparos para o cerco esperado, todos os quizes se dizia aos lavradores e trabalhadores que eram obrigados a fazer por motivos de patriotismo, e por beneficio de seu paiz.

As escadas, usadas nas casas particulares como nas igrejas, foram transportadas para dentro dos muros das fortificações, e debaixo do pretexto de segurança, toda a prata das igrejas se mandou tambem para ali, juntamente com uma grande quantidade de gado e cavallos, tomados aos individuos particulares. As embarcações pertencentes á ilha foram reunidas em uma pequena bahia, ao pé do monte em que o castello he edificado, incluindo mesmo os barcos de pesca; sendo aquelles que não puderam ser conduzidos, ou afundados, ou queimados. Os cofres de diversas corporações, pertencentes a varias partes da ilha, foram semelhantemente transmittidos ao castello; e, em uma palavra, todas as medidas de defeza e precaução tomaram, como se um selvagem inimigo, de quem nada se pudesse esperar senão pillagem e injustiça, estivesse a ponto de apparecer.

Pelos fins de Setembro, os poucos naturaes, acima mencionados, que foram ás outras illas em busca de armas e munições, voltaram com os fornecimentos que puderam obter, e a salvo effectuaram seu desembarque perto da Villa da Praia, a segunda povoação da ilha, situada a Leste, e opposta ao governo estabelecido em opiniões politicas. Este, ouvindo tal successo, enviou um destacamento de 40 caçadores, para os aprehender e as mesmas pessoas armadas; mas os naturaes foram victoriosos, e os caçadores enviados prisioneiros para a Villa da Praia, aonde chegaram na noite de 2 de Outubro. Os insulares, n'esta occasião, foram commandados por Almeida e Muniz, duas pessoas pertencentes a familias distinctas, residentes na ilha, que no dia seguinte reuniram a municipalidade da Villa, quando D. Miguel foi proclamado com as costumadas formalidades, e se adoptou a resolução de se proseguir no governo em seu nome. Os cativos caçadores, que haviam sido retidos em lugares fortes, requereram permissão de adherirem, e se unirem aos povos da Villa da Praia, o que lhe foi concedido; quando a concordia e unanimidade foram restituídas e os habitantes praticando mutuas congratulações, publicos regosijos, &c.

D'esta maneira, foi uma Junta Provisoria estabelecida na Villa da Praia, entre os esforços dos naturaes, em uma totalidade de interesses differentes sobre presidir um na capital, sendo o seu principal objecto satisfazer aos desejos dos habitantes; e manter paz e boa ordem, até o fado da ilha ser definitivamente decidido. Desejando evitar toda a collisão com o governo de Angra, e estando alem d'isso mui fracos para emprender operações offensivas, havendo sido a artilheria dos fortes removida previamente, ou encravada, e os habitantes desarmados, os novos governadores da Villa da Praia dirigiram uma carta á Junta da capital, explicatoria de suas intenções e expressiva de seus desejos de



ver toda a sorte de hostilidades suspensa, até que o ponto em questão fosse decidido por uma auctoridade superior. O portador d'esta carta foi um capitão miliciano, da villa de S. Sebastião, acompanhado por um creado preto. Apenas havia entrado na cidade de Angra, pela parochia de S. Bento, foi logo preso por uma patrulha de caçadores e levado á presença do governador Cabreira, que, depois de o encher de reproches, o mandou metter em um calabouço do castello, e enviou para bordo da fragata brasileira o seu creado preto.

Seguiu-se declaração de guerra, e immediatamente depois, a maior força de caçadores que formava a guarnição do castello, e o principal instrumentó dos actos de oppressão que a ilha tinha atéli sofrido, foi enviada contra a povoação da Villa da Praia, aonde houve um renhido combate. Desprovidos de artilheria, e tendo apenas um limitado numero de espingardas, as forças dos natúraes, depois de uma vigorosa defeza, sob o commando de Almeida e Muniz, retiraram-se para uma posição visinha chamada Pico do Saleiro, havendo esgotado todas as suas munições, e havendo abandonado a causa alguns soldados que se lhe haviam reunido, os povos se retiraram para o interior, depois de alguma perda de mortes e feridos, de ambas as partes. Os caçadores, soberbos com o successo, voltaram sobre a Villa da Praia, e no camiinho queimaram diversas casas, em um lugar chamado Caza da Ribeira, assassinando tambem algumas pessoas, entre as quaes foi o Cura da Freguezia. No districto das Fontinhas, commetteram successivamente semelhantes devastações, destraindo e roubando tudo que encontravam.

Os cabeças dos movimentos politicos na Villa da Praia e seus partidistas, a quem os caçadores puderam apanhar, foram feitos prisioneiros e conduzidos ao castello, aonde alguns foram chibatados, e tres arcabusados. O pequeno destacamento de caçadores que anteriormente se havia juntado ao povo da Villa da Praia, reuniram-se subseqüentemente a seus camaradas, e o resultado d'este successo foi um mais rigoroso e systematico plano de politica. As casas dos ausentes foram queimadas e declarou-se ser acto criminoso ter a menor comunicação com Almeida e Muniz, e consequentemente punido como tal. Por muitas vezes, se commetteram os actos da petulancia a mais insultadora e selvatica barbaridade, cuja narração somente faria gelar o sangue de horror. Ha um caso, contudo, tão notavel e tão bem authenticado, que não deve ser omittido, pois não somente fornece uma boa prova da politica adoptada pelo partido dominante, mas tambem mostra os extremos aos quaes uma licenciosa e dissoluta soldadesca pode chegar, quando não he contida por um poder superior.

Um rico lavrador, chamado André Machado, residia em uma grande fazenda, chamada Terra Xãa, no districto da cidade. Era estimado por sua benevolencia e hospitalidade, e sua casa frequentada por numerosos visinhos, em consequencia de ter um grande armazem, aonde

proviam de todas as sortes de artigos necessarios para consumo da terra. Morando em distancia da cidade, tinha alem disso uma pequena ermida, ou capella, aonde tinha missa regularmente todos os Domingos, assim por commodidade de sua propria familia, como para a da vizinhança. Estando, desde annos, no habito de fazer uma festa a nossa Senhora da Conceição, patrona de sua capella, que era a 8 de Dezembro, sua casa n'aquelle dia, foi cheia de amigos e vizinhos, reunidos para sua annual devoção, como tambem para participar de sua mesa hospitaleira. No meio das ceremonias religiosas, suas casas foram subitamente cercadas por um destacamento de caçadores, enviado do castello, o qual, com altas vociferações, ordenou que tudo cessasse. Então levaram o dono, sua mulher, filhos, sacerdotes, domesticos, e suas numerosas visitas, para o pátio, e largaram fogo a todo o edificio, incluindo a capella, que, sendo construida de madeira, e o vento forte, ardeu com desusada rapidez. Assim, em mui poucas horas, foi aquella parte da propriedade do lavrador que tinha escapado aos anteriores roubos dos soldados, reduzida a um montão de ruinas, diante de seus proprios olhos, sem ousar fazer a menor queixa ou reprehensão alguma. E qual era o crime d'esta escolhida victima para ser assim posta em sofrimento? A unica cousa de que se lhe fez cargo, foi terem alguns denunciado que se cosia pão em sua casa para o Almeida, um dos cabeças da Villa da Praia: contudo, sem alguma inquirição do facto, tal foi o castigo arbitrado contra elle, e sua execução não podia ser confiada a melhores mãos do que aos caçadores pertencentes á guarnição do castello. O gado e animaes vivos foram logo depois levados d'ali, em quanto, ao mesmo tempo, toda a familia de Machado ficou sem ter outra cousa que vestir do que o que tinha sobre si!

Patrulhas, de dia e de noite, se viram correr pela ilha, com o designio de prender as pessoas suspeitas ou offensivas, e mais particularmente em busca de Almeida e Muniz, como dos seus sequazes. Emfim, foram as suas cabeças postas a preço, e largos premios offerecidos a quem os apanhasse, mortos ou vivos. Receoso de uma mais longa implicação de seus amigos, depois das terriveis scenas que os insulares haviam testemunhado, Muniz immediatamente depois voluntariamente se entregou, e no acto, recebeu duas profundas feridas de espada pelo official da guarda a quem elle entregou a sua espada.(\*). Foi então enviado a um calabouço do castello, com suas feridas abertas, e d'ahi em poucos dias, em um muito perigoso estado, foi arcabutado. Almeida e seus poucos restantes companheiros, cansados de viver pelas selvas solitarias, mudando constantemente de lugar em lugar, a fim de evitarem a prisão, não podendo achar uma lancha que

(\*) Este facto aconteceo com Joaquim Coelho, e não com o Muniz.

(Nota á margem do manuscripto).

os levasse d'ali, tomaram o expediente de construir uma, perto de um lugar retirado chamado Matella, parte de umas fazendas pertencentes a uma viuva residente em Angra. O bote foi acabado, e posto em um carro, prompto a ser conduzido para a borda do mar, quando, subitamente, um destacamento de caçadores appareceo, agarrou o mestre, queimou o bote e o carro, e deixou toda a fazenda assolada. O pobre mestre foi depois disso enviado para o castello, e periodicamente var-dascado, mas Almeida e seus fieis companheiros escaparam.

No mez de Dezembro, a ausente e infante Maria Segunda foi formalmente proclamada Rainha de Portugal e seus dominios, e a Terceira declarado o assento de seu governo. A Junta Provisoria e o governador militar, sendo authorisados pelas nomeações de Londres, por esta occasião, determinaram-se a mostrar ambos seu zelo e sua consequencia. Como immediatos Representantes da Rainha, soberbos com a esplendida dignidade á qual tinham sido elevados, e confiando em que sua voz seria ouvida, não somente nas provincias interiores de Portugal, mas tambem retumbaria nos extremos do globo, em sua sabedoria ordenaram que todas as petições que lhe fossem dirigidas deviam ter no alto o real titulo de *Senhor*, e usando-se de «Vossa Magestade» no corpo dos requerimentos.

Inquietos com a idea de vir uma combinada esquadra contra elles, suas precauções foram dobradas. Ordenaram que as portas dos conventos e igrejas fossem abertas a suas patrulhãs, a todas as horas da noite, e capitulavam de traição qualquer demonstração de alegria, com a appareição de uma esquadra em alto mar. Os insulares, cuja influencia temiam, depois de serem entregues a toda a sorte de indignidade e perseguição, sendo alguns d'elles arrastados para os calabouços do castello, ou prisões horriveis, eram conduzidos d'ali se alguma oportunidade se offerecia, para Inglaterra, aonde varios ainda se acham, capazes de attestar as varias scenas de oppressão pelas quaes o seu paiz tem passado, e outros exilados para as ilhas vizinhas. Confiando ainda nos liberaes offerecimentos dos seus amigos de Londres ordenaram ao Superior dos frades Franciscanos que preparasse quartéis em seu convento para tropas, reunidas em Plymouth e promptas a embarcar: e assim ordenaram e sustentaram, como os governadores do castello suppozeram elles mesmos ser, pelos superiores talentos e experiencia de um diplomatico veterano, supremamente authorisado por cartas patentes-regias, assignadas por uma menina de nove annos de idade, e alem disso na espectação de receberem diariamente formidaveis reforços, esperavam prolongar seu poder, e gozar suas doçuras, sem lhes importar com as misérias que isso acarretaria sobre os insulares. Os promettidos reforços deixaram com effeito Plymouth, debaixo da segurança de irem para o Brazil, porque esse era o destino que declararam ter, e quatro navios appareceram defronte da ilha Terceira, em 21 de Janeiro, com as tropas a bordo

sob o commando immediato do general Saldanha; mas o governo britannico, julgando talvez que algum engano se tinha praticado no embarque e declaração d'esta força: que a empresa de fazer a ilha Terceira um ponto de renúção para uma mãocheia de conjurados e projectistas, opposta a nova ordem de cousas em Portugal, era fundada em um quimerico e visionario systema; ou, que a sahida de uma força militar disfarçada, de um ponto britanico, contra as dependencias de um Reino com o qual a Inglaterra está em paz e alliança, seria considerado como uma quebra de neutralidade, ordenou que sahisse uma esquadra apòs elles, e evitou sen desembarque. Elles, depois d'isso, refugiaram-se a um porto de França: mas alguns dos transportes, pertencentes á ultima divisão que deixou Plymouth, subseqüentemente entraram no ancoradouro de Angra, em segurança, e desembarcaram perto de 500 homens, força sufficiente a ajudar a opprimir os miseraveis habitantes, mas muito insignificante em si mesma para dar a menor esperanza do successo ás illusões e quimeras do club da rua de South Audley: ou sancionar a continuação dos actos licenciosos e arbitrarios de uma facção militar, armada com um poder usurpado.

Contemplando a situação da ilha Terceira, desde 18 de maio ultimo, até o presente, he difficultoso distinguir e pronunciar qual conducta he mais reprehensivel, se a das pessoas que planisam, ou a d'aquelles officiaes subseqüentemente commissionedos para executar os barbaros horrores de que o publico tem ali sido victimas. As dissensões de Portugal lançaram um numero de pessoas implicadas nas margens de Inglaterra, cujos planos no sen paiz tem sido desfeitos por uma variedade de causas combinadas. Sua moral influencia foi perdida desde o momento que o desfecho dos negocios do Porto foi conhecido, sendo lançados com vergonha de posições que não tiveram a coragem de defender; e expellidos de um paiz ao qual sua presença tem unicamente servido de profanar. Debaixo do especioso titulo de Liberaes, elles tem emprehendido a introducção de um systema fundado em principios especulativos e theoreticos, com o intento mais de satisfazer seu proprio orgulho e vaidade, do que anciosos de abrir ao povo uma estrada que pudesse conduzilos á felicidade e prosperidade. Ardentes a levantar o estandarte da revolta, para seu proprio beneficio pessoal mais do que para o bem geral, elles se esquecem de que, procurando destruir uma forma de governo, eram obrigados a substitui-lo por outro, para não deixarem seus concidadãos, a quem dizem beneficiar, em um estado de anarchia reaccionaria, e de penosa incerteza,—o ludibrio das facções e dos homens vingativos.

Perdidas as suas esperanças em casa, mas confiando no auxilio dos agentes brasileiros, ajuntaram-se em Inglaterra, aonde, contando com a sympathia e enthusiasmo dos corações britannicos, juntamente com sua propria dexteridade em disfarçar suas verdadeiras vistas, debaixo da mascara de Legitimidade, buscaram abrir um novo theatro

de acção, e a Madeira foi o lugar para onde elles lançaram seus olhos. Ali foram seus planos em breve desfeitos, e, por um tempo, a duvida e perplexidade suspenderam suas acções. A não natural união do imperador do Brazil, que pareceo ter esquecido sua conducta durante o tempo das primeiras Cortes, e os portuguezes Liberaes, tendo contudo recebido addicional força, seus adormecidos espiritos começaram a reviver. A Princeza brasileira, que elles estavam anciosos de levantar ao throno de Portugal, conforme com seus proprios planos, chegou, no entretanto, a Inglaterra, e moveo os particulares recursos de seu pai, e sentimentos de grande sympathia em seu favor se excitaram na Europa, pela falsa representação de seus direitos e desgraças, assim como pela consideração de sua tenra idade, seu nome foi tomado como uma sanha, e ella mesma invocada como uma sorte de propicia e tutelar divindade.

Sendo evidente que as Potencias europêas que tiveram parte na separação e independencia do Brazil, não consentiriam por mais tempo a ingerencia de D. Pedro nos negocios de Portugal, tornou-se necessario fazer a Princeza brasileira, com o fundamento da abdicação do pai, a prominente personagem em todas as novas emprezas contemplada. Um plano mais systematico foi consequentemente formado, e organison-se um governo regular, debaixo do conselho e aviso de seus principaes creados. Por uma carta Regia, ou carta patente real, assignada pela infante Princeza, o Marquez de Palmella foi nomeado ministro de estado, e sem duvida proporcionados premios se offereceram, se elle reconquistasse o Reino, em o qual se intentava que Sua Real Ama reinasse. Não importa que a nomeação fosse consistente ou constitucional—sendo tudo trabalho da especulação e accidente. O 91.º artigo da gabada carta, da qual o nobre marquez era assim feito o campeão e administrador, diz na verdade, que «o herdeiro ao throno he menor até dezoito annos completos» (consequentemente applicavel á linha femenina, quando tem direito a successão); pelo contrario a Princeza brasileira tinha somente nove annos de idade quando assignou as cartas patentes, intentando mudar os destinos de Portugal! Todavia, tudo era bonito, justo e proprio; estando em vista uma nobre e esplendida palma, ou antes, uma corôa, o correspondente sceptro da qual tinha já sido preparado pelo marquez liberal e cidadãos patriotas e coadjutores em Londres.

Os successos que occorreram na Terceira, pelos fins do ultimo Maio já descriptos, abrem um novo campo de combinações e mostras d'aquella mesma sorte de patriotismo manifestado no Porto e Madeira. No existente estado de cousas, esta abertura era mui importante, mui interessante para ser olhada, e cada instrumento consequentemente posto em exercicio, afim de ser tornado em boa conta. Julgon-se proprio animar a facção militar que se tinha apoderado do castello da Terceira e sujeitado os habitantes. Soccorros, de todas as sortes, fo-

ram consequentemente promettidos, e um governador nomeado, sobre cujo zelo e energia se pudesse pôr maior confiança do que em um que ultimamente tomou o commando da Madeira. Tudo, n'uma palavra, era feito, com a intervenção de uma fragata brasileira de uma maneira a mais impostora para os insulares; demais, considerado tudo desapaixonadamente, que bem geral, mesmo se a causa dos Portuguezes refagiados fosse justa, e elles tivessem os recursos do imperio do Brazil para a sustentar, pode resultar de fazerem a ilha Terceira, situada no meio do Atlantico, um ponto de reunião em favor dos planos, projectados em Londres, e intentados para operar em Lisboa! Poderiam tão quimericos e visionarios planos mudar jamais os destinos de Portugal? Poderia o exemplo de uma pequena, separada e distante ilha, mesmo se os habitantes estivessem unanimes, permanecendo só e não auxiliada pelos vizinhos, tendo os mesmos interesses e sentimentos que elles mesmos, produzir algum effeito na população de tres milhões? Suppondo, de mais, que um, dois, ou tres mil dos Portuguezes, ultimamente rennidos em Inglaterra, tivessem podido ajuntar-se ali, poderia alguma substancial e permanente vantagem redundar de uma tal circumstancia, se a força de armas devesse decidir a questão, quando um muito maior numero de bem providas tropas foi, não ha longo tempo, expellida das mui eligiveis posições do Porto sem uma ferida!

Estes estravagantes e especulativos planos, podem (e já o tem feito) acarretar a desgraça e a miseria a uma raça de povo que, por seus habitos e situação, tem, ha perto de seculo e meio, permanecido longe de cousa alguma semelhante a contendas politicas; mas elles nunca podem promover os interesses ou gloria da filha de D. Pedro, ainda que seus direitos ao throno de Portugal fossem sagrados. Incorruptos em suas maneiras, frugaes em seu modo de vida, educados na simplicidade do coração, e gozando sempre de uma inviolavel harmonia entre si, os insulares da Terceira não podem ter desejos de que se realise uma anarchia em Portugal, não podem ter interesse a ver agitar uma guerra contra o unico paiz aonde acham um mercado para o excesso de suas produções. Não informados talvez das ornadas perfeições do seculo, e contentes alem d'isso com o que possuem, admirando a peculiar munificencia da natureza de que são cercados, e no gozo de todas as cousas que podem fazer amavel a sociedade, elles eram tranquillos e satisfeitos, estavam em um estado de progressiva prosperidade, até experimentarem o ultimo rude e perigozo choque, que, he de temer, os tenha submergido em um longo e negro periodo de anarchia e miseria, sem mesmo produzir o mais pequeno beneficio aos inconsiderados e imprudentes individuos que desgraçadamente tem perturbado sua paz e união.

Seus concidadãos estão ainda mettidos em horriveis e insalubres masmorras, ou compellidos a buscar um asylo, da violencia e cruel-

dade, em uma terra estranha. Elles mesmos são governados por homens que não tem outro estímulo para obrar, do que ambição, ou mutuo odio e vingança: durante que, ao mesmo tempo, todos os mandados de seus governadores são somente para se acoitar os mesmos camponeses que já tem opprimido. Que podem os naturaes esperar (se pode perguntar) da presença de estrangeiros e soldados, necessitados e tyrannicos, cujo objecto he dominio, e cujo principal premio he derivado do roubo! Todos os testemunhos tendem a mostrar, que a local administração está nas mãos de uma facção militar, e que se move para fins inteiramente estranhos aos interesses dos insulares. Que leis portanto pode um governo assim constituido publicar, ou que protecção podem os naturaes esperar de suas mãos?

E, no numero dos que se dizem patriotas, que se tem esforcado a encher de novo as cadeias da Terceira, bem como em prolongar as misérias de seus habitantes, estendendo aquella força militar que tem já lançado sobre elles tantas desgraças, não ha um só que veja a loucura de persistir em fazer tão pequeno e separado territorio o theatro de um inutil esforço, — um que realmente sinta uma sympathia para com os oppressos insulares. Entre tantos politicos e diplomaticos, empenhados em dirigir os negocios dos refugiados portuguezes, em Inglaterra, não ha um que trema da destruição que provavelmente se seguirá! A antiga historia das ilhas dos Açores he triste e escura, e até ao tempo do Marquez de Pombal, permanecêram em um estado de miseria e desalento. Aquelle patriótico e illustrado ministro, contudo, livrou-as do desprezo em que ellas estavam immersas, e lançou os fundamentos de sua futura riqueza e prosperidade. Sen cuidador creador foi na verdade especialmente estendido a estas ilhas. Ellas foram melhoradas por sua auctoridade: ornadas por sua munificencia: e depois exaltadas por sua penna. Ainda hoje, os agradecidos habitantes adoram sua memoria, com uma especie de idolatria oriental: mas, pode perguntar-se, poderá aquelle ministro que tem exercitado tantas vezes o poder no seu proprio paiz, e o está exercendo actualmente debaixo de uma forma nova e irregular, esse homem que os lisongeiros em o momento de delirio tem mais de uma vez comparado com Pombal, depois do que tem acontecido, occupar jámais um semelhante lugar na afeição dos insulares da Terceira; poderá seu nome ser pronunciado entre elles com veneração, semelhante á que tributa áquelle memoravel patriota, a quem Portugal e suas dependencias deve uma tão grande porção dos melhoramentos que marcam sua administração, e apagam os vestigios d'aquellas assolações e calamidades que seu agradecido paiz experimentou durante o escuro dominio dos Filippes de Hespanha? O tempo dará resposta a esta pergunta.

Mas, resumindo o objecto. Fizeram-se esforços para fazer acreditar, que a ilha Terceira deverá ser o lugar aonde se reünam as forças que se pertende serem enviadas do Brazil contra Portugal, e a ultima

resposta do Imperador D. Pedro á deputação dos Portuguezes refugiados, foi consequentemente construida em uma declaração de guerra, e mesmo annunciada como um sinal para a sahida de uma formidavel esquadra. Com taes quimeras, como estas, he que se tem conseguido que o publico inglez esteja continuamente illudido. Tão depressa está uma conspiração desfeita, como logo se maquina outra especiosa conjuração, por assim dizer, para divertir os crédulos. Não importa que redienlo seja o plano sobre que he fundada; não importa que a historia seja improvavel, de que he acompanhada, contanto que os Jornalistas inglezes possam ser fracos bastantes para approvar uma, e dar seguimento á outra. Como o objecto versa sobre paizes estrangeiros e distantes, e que consequentemente he preciso tempo para desenredar a verdade, o engano pode durar tres ou seis mezes, e isto he um grande ponto ganhado para os fogosos especuladores. Estes eternos sonhadores, porem, nunca discorrem com sigo mesmos; ora, por um momento, consideram a forma de governo que domina no Brazil, as peculiares circumstancias em que aquelle paiz está collocado, ou a luz em que os negocios de Portugal são ali vistos.

O supremo poder no Brazil he exercido por um Imperador Constitucional, que se confessa elle mesmo levantado á dignidade pelas aclamações do povo. Em sua administração elle he, alem d'isso, restringido por uma constituição politica, que elle jurou observar e fazer que seja observada; afiançando tambem promover o bem geral do Brazil. Aquella constituição deve na verdade auctorisalo a declarar a guerra e a fazer a paz, mas he obrigado a submeter os fundamentos em que obra á Assemblêa Geral, sempre que os interesses e a segurança do imperio o requererem. Se elle fosse imprudente de modo que imprehen-desse uma guerra contraria ao espirito das leis, os interesses e a segurança do reino, e contraria á implicita vontade do povo, elle então fica precisamente na situação do Soberano britannico, e tem as mesmas restricções impostas em sua real prerogativa. Elle não pode ser suprido sem o soccorro da Assembleia Geral, que só dispõe das rendas do Estado, e, como o dinheiro he a mola que move todas as grandes e dispendiosas emprezas, o Imperador do Brazil he n'isto dependente da vontade dos outros, cujos sentimentos não tem o mesmo pendor que o seu proprio. Semelhante ao Rei de Inglaterra, elle pode declarar guerra, mas não pode levála a effeito sem o auxilio de seu Parlamento, e áquelle corpo o Imperador do Brazil, em nenhuma oração ou mensagem, nas ultimas tres sessões, se aventrrou uma só vêz a fazer a mais pequena communicação ou allusão respectiva aos negocios de Portugal, excepto na abertura das Camaras, em 6 de Maio de 1826, quando elle annuncion a morte de seu pai, e enumerou as medidas que tinha adoptado para o futuro governo de Portugal, ficando com grande credito pelos sacrificios que elle assim fez, conservando suas previas obrigações para com os Brasileiros.



A communicacão foi recebida com manifesto desprazer das camaras, e na memoria apresentada, em resposta, não se tomou noticia alguma d'isto. Desde esse momento até o presente, o Imperador não se aventurou a renovar o objecto; nem ha ali um só acto, ou medida adoptada por elle, em referencia a Portugal, na qual mesmo um ministro brasileiro, ou funcionario, haja tomado a menor parte. Tudo tem sido feito pelo proprio Imperador, em seu proprio gabinete, ajudado somente de seu secretario particular, um Portuguez. A apaixonada e impetuosa indole de D. Pedro, tem na verdade sido trabalhada por determinados homens, que tem insidiosamente representado mal a conducta de seu irmão, bem como a situação de Portugal. Tudo, emfim, tem sido feito para azedar seus sentimentos, irritar seu genio, e envenenar suas affeições. As mesmas especies de falsas representações, e exaggerações, tudo derivado de uma uniforme origem, e publicado n'alguns dos Jornaes inglezes, tem sido cuidadosamente posto diante de seus olhos, e confirmado pelas relações d'aquelles que tem um immediato interesse em que sejam cridas.

Susceptível de melhores como de peores impressões, estes estratagemas tem seu desejado effeito. Seu peito foi muitas vezes acceso de raiva, e tem havido alguns tempos, que, se elle commandasse os raios do céu, os teria vibrado contra a cabeça de um irmão, a quem seus lisonjeiros desejaram que elle julgasse ingrato e seu inveterado inimigo, e sentisse interesse em o tratar como tal. A tempestade contudo passou, e, em seus momentos de calma, quando se recordou dos reitórados peñhores que elle mesmo dera aos Brasileiros, em seu proprio favor e de toda a sua familia; quando reflectio sobre a natureza da constituição pela qual o seu imperio he governado, e, mais que tudo, quando trouxe á memoria que elle mesmo foi elevado ao imperial throno do Brazil pela voz do povo, direito ao qual elle nunca podia ser induzido a pensar que a nação portugueza não tivesse igual titulo, particularmente em a presença dos Brasileiros, elle, haveria conhecido ter sorrido a sua propria loucura.

Uma anecdota authentica só per si mostra os sentimentos do Imperador para com seu irmão, em uma maneira mais clara do que todas as paginas os podem descrever, e he alem d'isso o melhor criterio possivel para formar uma opinião exacta do modo por que os negocios de Portugal tem sido olhados no Brazil. Em uma das grandes salas do imperial Palacio, estão todos os retratos da Familia de Bragança, e consequentemente, entre elles, o de D. Miguel. Em um d'aquelles paroxismos de furiosa raiva, e quando seus sentimentos tem sido levados ao mais alto grão, talvez pela leitura de alguns dos longos e poderosos despachos que está no habito de receber de Londres, o Imperador reunio seus creados; correu á sala das pinturas; jura que pisaria aos pés o retrato de seu irmão no palacio, queimalo na praça principal, e, como os soberanos naturalmente fazem, então olhou á ro-

da para os seus ouvintes esperando ter uma obsequiosa approvação. Nem uma linha foi alterada nas feições dos semblantes que o cercavam. Seus creados esperavam obedecer às suas ordens, em profundo silencio. Depois de uma pausa, elle ordenou que a face do retrato fosse voltada para a parte da parede, e n'esta mesma posição ainda permanece, com divertimento dos Brasileiros e estrangeiros, que passam pela sala, que não podem conter o riso, quando recordam as circumstancias que puzeram á mostra o despidido panno de raz.

O mesmo apaixonado e impetuozo genio foi manifestado pelo Imperador, durante a guerra contra Buenos-Ayres: comtudo, depois do engano de seus calculos ser manifesto, elle aceitou os termos propostos, e assignou um tratado de paz, no melhor espirito de sinceridade. O dia não está muito distante, em que elle positivamente ordenará que o retrato de seu irmão seja voltado. Um dos melhores rasgos do character de Dom Pedro, he, que elle não pode conservar longo tempo inimizado, e he facil á convicção. Uma vez desenganado, e brevemente o deve ser, quando elle souber a real situação dos negocios de Portugal, quando lhe forem sensiveis as loucuras d'aquelles que tem obrado em seu nome, ou no de sua filha, e quando elle vir as immensas sommas de dinheiro espedicado em ociosos e visionarios planos, que tem coberto seus autores de eterna desgraça, elle será o primeiro a reconhecer seu erro, e estenderá a mão de reconciliação. A maior prova de sua bondade de coração, he a maneira de que elle algumas vezes deixa ser seu juizo pervertido pelos frandulentos estratagmas de determinados homens. Tem se-lhe dito que o que elle está fazendo he em beneficio do povo portuguez, e que d'essa maneira unicamente o poderia fazer feliz. Conheça elle as reaes consequencias: chegue a verdade aos seus ouvidos; e esteja em seu poder apreciar justamente os actos d'aquelles que o tem desencaminhado, e infelicitado sua filha, e a enganosa visão de um throno portuguez se desvanecerá de sua vista. Elle he o mais extremoso dos pais, e certamente o objecto de sua terna afeição, agora em Inglaterra, he merecedor de sua mais viva attenção. Elle vamente pensa que a fará o instrumentro da felicidade de sua terra nativa, e, appressada não, precipitadamente, adoptará o expediente que lhe foi apontado. Elle tem implicado seu proprio character aos olhos da Europa e America, e os mixtos sentimentos de obstinação, vergonha, e paternal attenção, o impedem presentemente de retroceder. Os mesmos enganos, de que elle e sua filha tem sido victimas, vão, não obstante, correndo ainda; durante que a distancia, no meio tempo, impede o sincero e mais maduro aviso dos seus alliados europeos de produzir um mais prompto effeito.

Tanto que esperarem uma guerra declarada, em que os Brasileiros tomem parte, não poderá haver mais redicula idéa. A presente disputa, pendendo entre os dois ramos da casa de Bragança, se tal

pode ser considerada, quando já o ponto tem sido decidido em uma maneira constitucional e por uma auctoridade superior a ambos, no Brazil, nunca foi olhada de outro modo senão como envolvendo uma questão de familia, limitada meramente ao palácio imperial. As relações commerciaes entre Portugal e Brazil, consequentemente, nunca foram, por um só momento, interrompidas, nem houve hostilidades algumas intentadas a favor do Imperador, que não tivessem sua immediata origem em Londres. Nunca esteve, nem estará nunca, em poder de D. Pedro effectuar uma guerra dos Brasileiros contra seu irmão. A ultima guerra com Buenos-Ayres, em que seus subditos não sentiram interesse, e consequentemente com reluctancia tomaram nella parte, como se vio nos movimentos de terra e mar durante seu progresso, lhe deu lições, mui serias e mui sensiveis, para tão depressa se não lembrar de guerras. Em quanto insistio em uma contenda distante e infructuosa, ainda que pertencente ao mesmo hemispherio, e effectuada em um territorio contiguo á sua povoação, elle vio seu imperio ser abalado desde o centro de seus fundamentos, e seu proprio throno desfeito em pó.

A situação do Brazil he peculiar e precaria. A população do imperio pode ser avaliada em quatro milhões e meio, de que um milhão são brancos, sendo nativos europeos, os seus immediatos descendentes nascido no paiz. Segue-se meio milhão de povo livre de côr, geralmente fallando, geração espuria de brancos, e 200:000 pretos, que tem tido meios de comprar, ou herdar, sua liberdade. A população dos pretos escravos he hoje estima-la em dois milhões, e vai em augmento, na razão de 40:000 por anno, a que se deve juntar 300:000 marinheiros, igualmente escravos, e o restante meio milhão he composto de Indios civilizados e estrangeiros estabelecidos. De toda esta população de quatro milhões e meio, os unicos reaes e sinceros amigos do Imperador no Brazil, são os nativos europeos, que não excedem a 100:000 pessoas, e os Brasileiros, que possuem com escravos e fazendas, adherentes a elle, porque, do momento em que os principios geraes que tem triumphado nas outras divisões do continente americano prevalecerem no Brazil, elles mesmos são expostos a inevitavel ruina.

Com taes elementos como estes, e a lei da terra alem d'isso sendo-lhe opposta, como poderá o Imperador brasileiro, cuja origem europea tem mais de uma vez sido alegada como um motivo de reproche contra elle, nos varios movimentos revolucionarios que tem occorrido na Bahia, Pernambuco, &c., emprehen-ter uma guerra contra Portugal, mesmo se os recursos de seu imperio e as facilidades que offerece a ilha Terceira, fossem dez vezes maiores do que são? Seus unicos reaes e sinceros amigos, os nativos portuguezes, cuja verdadeira existencia repousa na manutenção da ordem e supremacia dos brancos, instantaneamente desertariam de suas bandeiras; durante que

os Brasileiros recusassem pagar as despesas de uma guerra estrangeira, em que não tem interesse: sendo seu unico alvo e segurança, pôr-se longe das perturbações e contendas que tem tantas vezes perturbado a paz da Europa, ás quaes, de sua situação em outro hemispherio, são totalmente estranhos.

Tal seria o resultado de alguma guerra que o Imperador do Brazil, ainda que estivesse a ella mui inclinado, poderia tirar de a arriscar contra Portugal. Elle tem contudo tido uma mais forte e mais impressiva lição de sua propria fraqueza, do que na guerra de Buenos-Ayres, na revolta das brigadas Suissas e Alemães, enviadas, como esteio de seu poder, pelas agentes cujos actos elle está no costume de approvar. Naquelle occasião, elle esteve em mui perigoso dilema, e mostrou-se elle mesmo agradecido ao auxilio que lhe foi dado pelos navios de guerra estrangeiros, que estavam ancorados no porto. Preparou-se depois para hostilidades, a duas mil legoas de distancia da capital; hostilidades, em que elle só podia descansar no effectivo auxilio de tropas, não havia longo tempo salidas do Porto, muitas d'ellas, por esse tempo desenganadas, e chorando o desgraçado momento em que sacrificaram os interesses do seu paiz, e a paz e o bem de suas proprias familias, no seguimento de uma illusão. Em taes circumstancias, pode elle contar com a concorrência da Legislatura Brasileira, ou do povo? Sem a previa sanctão dos delegados nacionaes, aventurar se hia elle a ser o aggressor, em uma contenda de seu proprio pessoal engrandecimento, ou de um membro de sua familia, quando todos os successos são contra elle? Alem d'isso, nada pode unir mais os Portuguezes, mesmo se fossem divididos, do que um exercito de Brasileiros desembarcando em suas margens.

Commum prudencia, senão senso commum, suggere uma resposta negativa. A Sessão da Legislatura brasileira, está, ao presente, fechada, e não pode abrir se senão até ao proximo Maio, menos que seja especialmente congregada para alguma grande urgencia. Depois da experiencia do passado haveria inclinação a comprazer com os ociosos systemas, e visionarios planos dos refugiados Portuguezes, reunidos em Inglaterra, França, e Terceira, justificar sua extraordinaria convocação. Poderia o mesmo Imperador onsar apparecer entre os reunidos delegados do Imperio brasileiro, com um tal projecto de guerra contra Portugal, e da junção de forças navaes e militares na Ilha Terceira? A idéa, em si mesma, he desordenada. Se, de outra parte, elle não deve reunir a Legislatura, em uma sessão fora do costume, e de uma maneira inconstitucional, n'esse caso, nada se pode saber das formidaveis preparações de uma Armada Brasileira, que já tem sido pregoadá nos jornaes de meia Londres, por os proximos quatro mezes, quando a reunião ordenada pela constituição, não deve ter lugar senão no fim do mez de Maio.

Concedendo, comtudo, por um momento que os representantes da

nação brasileira foram reunidos em congresso, e os rogos e projectos dos Portuguezes refugiados ali submettidos, que resposta tem o Imperador razão de esperar da parte d'elles? Não lhe diriam indignadamente, que, quando elles determinaram estabelecer sua independencia, foi com a firme resolução de excluir toda a connexão com Portugal, que pudesse, em algum tempo, envolvelos em contendas, e que, com esta condição somente, lhe offereceram, e elle aceitou, a corôa imperial? Não o fariam elles recordar de que seus interesses eram limitados a seu proprio hemispherio, e que no estado exaustão do thesouro nacional, e precaria situação da população, elles não eram inclinados a arriscar uma guerra dispendiosa, de exito duvidoso, assim para satisfazer sua pessoal vingança, como para engrandecer qualquer membro individual de sua familia? Deixariam de lhe declarar francamente, que seus esforços a envolvelos em uma guerra, para uma graça, estranha a seus interesses e segurança, era não somente contrario aos principios fundamentaes de seu codigo nacional, mas tambem diametralmente opposto a seus proprios, solemnes e reiterados penhoes? Deixariam elles de lhe manifestar corajosamente, que a joven e interessante Princeza, a quem elle procurava alienar d'elles, e lançar em um labyrintho de desordens, não estava já á sua disposição, sendo a herdeira expectante do throno imperial, e, como tal, grandemente edentificada com sua duração? Deixariam elles de o avisar da raiva das altas potencias alliadas da Europa; e finalmente, deixariam de aconselhá-lo, por uma vez, das consequencias de sua temeridade, accrescentando, que a esquadra e exercito brasileiro, enviado contra Portugal, correria o mesmo risco de ser d'ali desviado por ordens do governo britannico, como os Portuguezes refugiados o foram da Ilha Terceira?

---

**CARTA de D. Miguel I, ao Presidente e mais Membros  
do Governo d'Angra; Fevereiro de 1829.**

Eu ElRei vos envio muito Saudar. Achando me na posse dos inalienaveis Direitos que me assistem ao Throno de Mens Maiores, ao qual Subi com unanime aclamação, e regozijo dos Povos destes meus Reinos, he com a maior Magoa que vejo humia parte dos Mens Dominios dessidente de tão justa, como Sagrada Causa; porem escutando sempre as vozes da Clemencia, que bradão em meu paternal Coração mais fortemente que os da rigorosa Justiça, tento determinado fazer-vos Graça da garantia de vossas propriedades, e producto dos empregos rendozos que tiverdes quer Civis, quer Militares; e vos afianço debaixo da Minha Real Palavra que já mais acolheria em Minha Real Mente, que fora o medo, mas sim o exacto conhecimento dos vossos deveres,

e sincero arrependimento quem vos restituiu ao caminho da honra, e Lealdade Portugueza; e vos recomendo que em quanto as Minhas tropas Leaes não tomarem posse d'essa Ilha, continueis a governar praticando os mesmos actos que athe aqui tendes exercido, o que tudo dareis por bem feito. Dado no Palacio d Ajuda aos —(?)— de fevereiro de 1829.

Assignado—Rei Miguel 4.º.

NB. A pressa com que foi tirada esta Cópia não deo lugar a certificar bem a datta, a qual he de 9, 11 ou 13 de Fevereiro.

---

### Cópia do assento do Governo da Terceira. 1828.

Aos vinte e nove de Julho de mil oitocentos e vinte oito, reunido o Governo interino d'esta Provincia na respectiva sala de suas sessões, e aberta a sessão ordinaria, foi exposto pelo Presidente do mesmo Governo, que na sessão extraordinaria do dia precedente se havia tomado um assento cujas materias eram da mais grave ponderação, devendo por isso deliberar o Governo sobre a approvação e execução do que se achia decidido no referido assento; procedendo portanto ás reflexões devidas, foi pelo Governo approvada a votação do referido assento, determinando em consequencia do mesmo, que devendo as suas operações nascer de principios certos e fundados em direito, se declarava coacto, e por consequencia impotente e nulla a Regencia que ElRei havia confiado ao Serenissimo Senhor Infante D. Miguel, como assás se deprehende dos actos praticados pelo Ministerio de Portugal, evidentemente offensivos, e tendentes a aniquillar as sabias instituições e os indisputaveis direitos da Legitimidade do Senhor D. Pedro 4.º, os quaes actos todos provam, sem a menor contradicção, que o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel está cercado de uma facção que torna nulla a sua Regencia. Que declarada impotentemente e nulla, como effectivamente declararam, a dita Regencia, reconhecem legitima a Junta recentemente estabelecida no Porto, e a declararam e reconhecem por unico e legitimo Governo do Reino, em quanto ElRei o Senhor D. Pedro 4.º não ordenar o contrario, com pleno conhecimento das actuaes circumstancias, na forma que se achia reconhecida a legitimidade da mesma Junta pelos Plenipotenciarios do Senhor D. Pedro 4.º em o seu Manifesto de dez de Junho proximo preterito. Que pelas mesmas razões declararam este Governo incommunicavel com a referida Regencia, e subordinado á Junta Provisoria da cidade do Porto, encarregada de manter a legitimidade do Senhor D. Pedro 4.º. Que de todos estes prin-

cipios se segue: 1.º terem espirado as relações d'este Governo com a Regencia do Serenissimo Infante o Senhor D. Miguel; 2.º, o deverem ellas existir entre o mesmo e a Junta Provisoria do Porto; 3.º, que, achando-se este governo, como a referida Junta, encarregado de manter esta Provincia nos direitos da legitimidade do Senhor D. Pedro 4.º, e sendo por ora moralmente impossivel o pôr-se em contacto com a dita Junta para receber e executar as suas determinações, elle pode assumir, como effectivamente assume, attribuições mais amplas que aquellas marcadas pelo Alvará de sua criação, declarando-se por isso authorisado para empregar todas as providencias, e para expedir e fazer executar quaesquer ordens que julgar urgentes e indispensaveis para sustentar e manter os inauferiveis direitos do legitimo e jurado Rei o Senhor D. Pedro 4.º, e por consequencia para destruir a detestavel rebellião acontecida em Portugal, e desgraçadamente praticada na Ilha Terceira. Em consequencia pois da referida authoridade que a este Governo fica competindo, e que he indisputavel nas actuaes circumstancias, conforme os principios de Direito Publico, segundo os quaes emmudecem todas as Leis quando se trata de salvar a patria, sendo então a necessidade a primeira Lei, o Governo d'esta Provincia, encarregado de manter a legitimidade do Senhor D. Pedro 4.º, attendendo á qualidade e resultados da mencionada rebellião, e a que deve ter-se em vista a segurança do Estado, e da legitimidade do Senhor D. Pedro 4.º, nas circumstancias de não existir o poder legislativo, e ser impossivel recorrer ao executivo, julga applicavel e exequivel o disposto no § 34 do art. 143 da Carta Constitucional, e por consequencia ordena a suspensão do habeas corpus. Determina outro sim, que em todos os Tribunaes e diversas Estações d'esta Capitania ou Provincia, se observe impreterivelmente o formulario prescripto pelo Decreto de 31 de Maio do presente anno, para o que se lhe enviará copia do mesmo Decreto. Determina finalmente o mesmo Governo, que em toda esta Capitania ou Provincia, jamais seja admittida authorityde ou Empregado algum, ecclesiastico, civil ou militar, cujos diplomas tiverem sido passados pela referida Regencia, e que não estiverem authorisados pela Junta Provisoria do Porto. E para constar se mandou tomar este assento, que eu Manoel Joaquim Nogueira, Secretario do Governo interino, o escrevi—Ferraz—Farinho—Almeida.



## Vencimentos em 11 de Novembro de 1829 em Angra.

Conde ( <i>de Villa Flor</i> ) . . . . .	93\$750
Cabreira ( <i>Diocleciano Leão</i> ) . . . . .	82\$960
Torres ( <i>Coronel José Antonio da Silva</i> ) . . . . .	67\$500
Brito ( <i>Coronel Antonio Pedro de</i> ) . . . . .	120\$600
Canavarro ( <i>Coronel Pedro de Sousa</i> ) . . . . .	108\$100

O Quintino (*Major José Quintino Dias*) tem cento e tantos mil reis por mez. O mesmo tem um major que commanda o batalhão de artilharia.

Todos os coroneis de milicias vencem sessenta e tantos mil reis por mez.

As mulheres dos officiaes vencem 10\$000 rs., e os filhos 5\$000 reis.

O papel que a fazenda tem emittido são trinta e seis contos de reis.

Desde Agosto de 1829 até meado de Novembro seguinte, gastou-se na pagadoria militar cento e dez contos de reis.



## CARTA Regia de 12 de Janeiro de 1837; mercê á Camara d'Angra.

Presidente, e Vereadores da Camara Municipal da Muito Nobre, Leal, e Sempre Constante Cidade d'Angra do Heroismo: EU A RAINHA vos Envio muito Saudar, e por vós a todos os leaes habitantes da Ilha Terceira, como aquelles, a quem tanto Devo. Amigos. Desejando, que na lembrança, dos vindouros fique memoria de Minha gratidão, assim como perpetuamente ha-de ficar na historia a dos extraordinarios serviços, e sacrificios que á MINHA Cauza, e á de toda a Nação PORTUGUEZA, que hê a Santa Cauza da LIBERDADE, e da Civilisação, fizeram os leaes habitantes da Ilha Terceira. unico refugio, que em toda a vasta Monarchia Portugueza acharão os poucos leaes, que no meio da defeccão de tantos, ali forão protestar por sua honra, e pela do Povo Portuguez, a qual tão nobremente rehabilitarão depois, levando aos combates, e á victoria a flor da mocidade d'aquella Ilha, assim na reconquista do Archipelago dos Açores, no memoravel Cerco do Porto, como em todos os illustres feitos, que se fizeram até á completa restauração do Reino, por todos estes motivos, e não menos pela heroica firmeza, com que, durante tantos annos, permanaceo inabalavel em sua constancia, aquelle pequeno rochedo no meio do Oceano, dando hum exemplo de constancia, e de tão subida lealdade, como não se recor-



dará nunca igual. E já que em todo esse tempo foi a Cidade d'Angra da referida Ilha Terceira a sêde do Legítimo Governo, e a Capital do Reino, he devido que a esta mais consideravel povoação da dita Ilha, fique padrão do muito, que ali se fez, e de tanto, que ella bem mereceo da Patria, e do Principe: e Ordeni por tanto, por Decreto da data desta, que a Cidade d'Angra da Ilha Terceira seja denominada d'hora em diante = **CIDADE DE ANGRA DO HEROISMO,** = e que ao Titulo de Muito Nobre e Leal, que já tinha a referida Cidade, se acrescente o de Sempre Constante; e bem assim que as Armas da Muito Nobre, Leal, e Sempre Constante Cidade d'Angra do Heroismo, sejam em vez das que d'antes tinha, hum escudo esquartellado, tendo no primeiro quartel, em campo vermellho hum braço de prata armado com hua espada na mão; no segundo quartel em campo de prata hum Açor de sua côr, e assim os contrarios; e sobre tudo hum Escudete com as Quinas de Portugal, e em remate hua Corôa mural; e por Tymbre o braço armado das Armas; em roda do escudo hua fita azul ferrete, saindo da parte inferior da Corôa com a tenção em letras de ouro = **VALOR, LEALDADE, E MERITO.** = tendo penlente a insignia de **GRÃO-CRUZ** da Antiga e Muito Nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade, e Merito. O que Me pareceo participar-vos para vossa intelligencia, e satisfação. Escripita no Palacio das Necessidades em doze de Janeiro de mil oito centos trinta e sete = **RAINHA** = Manoel da Silva Passos. = Para o Presidente, e Vereadores da Camara Municipal da Muito Nobre, Leal, e Sempre Constante Cidade d'Angra do Heroismo.



### **ACTA da installação da Comissão Eleitoral Districtal Legitimista da Ilha Terceira; 1856.**

Aos vinte e sete dias do mez de Novembro de mil oitocentos cincoenta e seis, n'esta cidade d'Angra, e casas da residencia do Ill.<sup>mo</sup> Luiz Pacheco do Canto e Lima, reunindo-se às II horas da manhã um grande numero de Legitimistas, por convite da Comissão Provisoria, tomou a presidencia o sr. Luiz Pacheco, a fim de se installar a Comissão Eleitoral Districtal, e para que n'esta assemblêa com o concurso de todas as intelligencias se tomasse, por um modo legal, e mais conforme com a dignidade deste partido, uma deliberação definitiva sobre a possibilidade, ou não possibilidade do mesmo partido ir á urna nas presentes eleições; por isso que se reconhecia quão indecoroso era para os Legitimistas da ilha Terceira, cujas paginas abundam em actos do mais acrisolado patriotismo, ficarem em mudez nestes mo-

mentos sollemnes em que os seus correligionarios, de todos os pontos do Reino, energicamente bradam —*á urna Legitimistas*— como grave questão a que se acham ligados os interesses da patria, e de todos os portuguezes.

O Commendador Senna Freitas, occupando o lugar de Secretario, deu conta de que se achavam sobre a mesa algumas cartas de diversos ecclesiasticos e seculares, allegando os justificados motivos que os impossibilitavam de comparecer nesta reunião, reiterando os protestos de seus invariaveis principios, e declarando que se conformariam com o que fosse resolvido nesta assembléa.

Os ill.<sup>mos</sup> sr.<sup>s</sup> João Moniz de Sá Corte Real, Francisco de Paula Barcellos Machado de Bettencourt, e os revd.<sup>os</sup> Salvador Homem d'Almeida, e Antonio Homem da Costa, declararam os nomes de diversos Legitimistas, e d'alguns Parochos das freguezias ruraes, que os encarregaram de significar as ponderosas causas por que deixavam de tomar parte nesta reunião, conformando se, porém, em tudo com o que esta assembléa deliberasse para maior dignidade do referido partido.

O Capellão da Santa Casa da Misericordia da villa da Praia entregou ao sr. Presidente uma procuração, assignada pelos principaes Legitimistas d'aquella villa, na qual o autorizavam a represental-os n'esta reunião, e a conformar-se com a decisão que parecesse mais util ao partido.

O Secretario leu á assembléa a dita procuração, e os nomes dos signatarios.

Em seguida passando se á eleição da mesa definitiva, que devia compôr a Commissão Eleitoral Districtal d'esta ilha, houve uma pequena discussão em que tomaram parte os srs. João Pereira Forjaz Sarmiento de Lacerda, Francisco de Paula Barcellos, Dr. Roberto Luiz de Mesquita Pimentel, e o Commendador Senna Freitas; e sendo approvada a proposta do sr. João Pereira e Dr. Roberto, votou se por unanimidade—que a Commissão Eleitoral Districtal da ilha Terceira fosse constituida com os mesmos membros que compunham a commissão provisoria; e assim ficou installada, sendo eleitos

Presidente

Luiz Pacheco do Canto e Lima.

Vice-Presidente

João Moniz de Sá Corte Real.

Secretario

O Commendador B. J. Senna Freitas.

Vogaes

Francisco de Paula Barcellos Machado de Bettencourt.

Estevão Pacheco de Lima e Lacerda.

P.<sup>o</sup> Salvador Homem d'Almeida.

O Beneficiado Antonio Homem da Costa.

Sendo concedida a palavra ao sr. João Pereira, fez-se cargo de haver recebido um officio da Commissão Central Eleitoral do Partido Legitimista, e passando a narrar longamente os motivos por que não dera execução ás ordens e instrucções nelle contidas, concluiu entregando o dito officio ao sr. Presidente, que abrindo o, e passando ás mãos do Secretario, foi por este lido em vós alta a toda a assembléa.

O Secretario deu largas explicações sobre as insuperaveis causas que occasionaram a demora da remessa para esta ilha do alludido officio, só recebido n'esta cidade nos 1.<sup>os</sup> dias de Novembro; e para derramar maior luz sobre todos os imprevistos incidentes, assim quanto á remessa daquelle documento, como quanto á involuntaria inacção em que continuaram a permanecer os trabalhos eleitoraes, ainda depois da recepção das ordens, passou a ler o officio, que sobre este assumpto dirigira ultimamente á commissão central.

Terminada esta questão prévia, o sr. presidente poz á votação o seguinte quesito.

¿Convirá ao partido Legitimista d'esta ilha entrar na presente lucta eleitoral, restando tão poucos dias para a eleição dos deputados, e para se tomar um accôrdo com os Legitimistas das outras ilhas, que constituem este Districto?

Unanimemente se votou p. la. negativa.

O sr. João Pereira propoz—*a abstenção absoluta* do partido Legitimista d'esta ilha nas actuaes eleições, sustentando a inconveniencia d'alguns legitimistas votarem em qualquer das listas das fracções liberaes: disse que toda esta cidade estava com os olhos fitos sobre o resultado desta reunião, porque se dizia, que ella tinha por fim uma colligação em favor de candidatos d'algumas das listas dos partidos liberaes.

O Commendador Senna Freitas fez notar ao preopinante, que na carta convocatoria, para esta reunião, lá estava consignada a *abstenção*, e não a *colligação*, para que o publico não apreciase de diverso modo os puros e logicos fins, que a commissão tivera em vista, porque elles cifram-se nesta occasião em salvar a dignidade do partido Legitimista, sem que, porém, houvesse em nenhum dos seus membros a idéa de qualquer colligação, pois nestes momentos seria uma intempestividade; que essa colligação era um *boato*, que não merecia as honras da discussão, e uma pura invenção de espiritos malevolos, para desvirtuarem esta assembléa.

Os sr.<sup>s</sup> Manoel Augusto Coelho Borges, e João Maria da Silva opinaram pela *abstenção relativa*, porque era sabido, que alguns legitimistas ignorando a decisão do partido ir á urna, para eleger deputados seus, se tinham compromettido a favor de alguns candidatos liberaes, sem quebra de principios, unica e simplesmente por considerações pessoais.

O sr. João Maria da Silva disse: que se fosse approvada a pro-

posta do sr. João Pereira — *abstenção absoluta*. — ella iria pôr alguns legitimistas na mais dura alternativa, ou de faltarem á sua palavra, com quebra da sua honra, ou de se julgarem fóra do gremio Legitimista.

O sr. Dr. Roberto fazendo a apreciação das reflexões, que se tinham produzido por um e outro lado, procurou mostrar, com boas razões jurídicas e sociaes, a inconveniencia da retro-actividade, que se pertendia estabelecer, quando admittida, como lei reguladora para o partido, a decisão que o mesmo partido tomasse nesta assemblêa sobre a *abstenção absoluta*, por isso que ella só devia ser obrigatoria d'ora ávante; e que tomassem a sua opinião por tanto mais imparcial, quão certo era, que elle nunca tinha votado: que tendo-se reconhecido a impossibilidade do partido ir á urna como partido, claro ficava, que os legitimistas não deviam envolver-se n'esta lucta; e que o numero dos compromettidos sendo talvez de dois, era tão limitado, que não valia a pena de vir á discussão. — O orador concluiu com as seguintes palavras:—Sr.ª: O que está feito, está feito.

O sr. João Pereira insistio em que a sua proposta fosse posta á votação, sendo apoiado pelo sr. Diogo Alvaro Pereira; porem redarguindo-lhes o sr. Manoel Augusto, pediu este á assemblêa, que pezas-se maduramente as diversas razões em que se fundaram os que votavam pela *abstenção relativa*.

O Commendador Senna Freitas pediu que não houvesse uma votação precipitada: disse que a questão que se ventilava era grave, e mui melindrosa na actualidade, porque a sua decisão poderia ir ferir os pondeiros d'alguns legitimistas, mais dignos pela firmeza de seus princípios, e pela justa reputação que gozavam entre os seus correligionarios: que lhe parecia, que na *abstenção como partido* ficava salva a dignidade do partido Legitimista da ilha Terceira, em quanto que da *abstenção absoluta* talvez resultassem despeitos, e uma scisão no mesmo partido: e concluiu com as seguintes palavras: = Srs., saudemos o dia de hoje, porque depois de 28 annos da separação de uns, e da dispersão de outros, é hoje a primeira vez que o partido Legitimista d'esta ilha se apresenta como partido, e em uma reunião tão respeitavel, não acobertada com o manto da noite, mas em pleno dia, á luz meridiana, porque puras são as suas intenções, como inabalaveis as suas crenças!—Srs., convençamo nos todos, de que o principio da vitalidade d'este numeroso partido não está tanto na sua força numerica, como na sua *união*: haja unidade de acção, patriotismo em tudo e por tudo, a fim de continuarmos a merecer a estima d'estes povos, e a consideração dos nossos adversarios mais tolerantes e imparciaes.

Julgando se a materia sufficientemente discutida, e convido o auctor da proposta em modifical a, foi posta á votação — a *abstenção como partido*; sendo unanimemente approvada.

Indo o sr. Presidente a dar a sessão por concluida, lembrou o

Secretario, que na procuração dos legitimistas da villa da Praia, que se achava sobre a meza, vinha um voto de louvor á Commissão Central do Partido Legitimista, pelo seu eloquente *Manifesto*, e pelas reformas administrativas e financeiras que sustenta: voto este, a que elle unia o seu; concluindo por pedir, que a assembléa fosse consultada.

De todos os lados se ouviram apoiados, sendo approvedo que n'esta acta se consignasse um voto de louvor, de todo o partido Legitimista da ilha Terceira, á benemerita Commissão Central.

O sr. Dr. Roberto propoz um voto de louvor á Commissão eleita, pelo interesse que havia tomado em promover esta remição, e para que o partido tomasse na presente questão eleitoral uma decisão tão conforme com a sua dignidade.

O sr. Presidente agradecendo em seu nome, e no da commissão Districtal, as obrigantes expressões com que eram honrados, se dirigio áquelles que acendiram ao chamamento do seu partido dando assim mais uma prova incontrastavel da lealdade e firmeza do seu character, e não menos de que sabem antepôr os interesses da sua patria, a dignidade das suas crenças, e o desempenho dos seus deveres ás mesquinhas contemplações, e ás vantagens individuaes.

O sr. Francisco Nunes Rocha desejou saber — se finda esta sessão ficava dissolvida a Commissão Districtal; sendo, porém, de parecer os sr.<sup>s</sup> Dr. Roberto, e João Pereira, que ella se não dissolva, em quanto não receber respostas da Commissão Central, assim foi unanimemente approvedo.

E dando o sr. Presidente a sessão por fechada, se lavrou a presente acta, que assigna comigo a Commissão eleita. E em Bernardino José de Senna Freitas, Secretario, a escrevi. = *Luiz Pacheco do Canto e Lima*. = *João Moniz de Sá Corte Real*. = *Francisco de Paula Barcellos Machado de Bettencourt*. = *Estevão Pacheco de Lima e Lacerda*. = *Padre Salvador Homem d'Almeida*. = *O Beneficiado Antonio Homem da Costa*. = *B. J. Senna Freitas*.

Está conforme. Angra 29 de Novembro de 1856. = O Secretario — *Senna Freitas*.

Impresso em Angra. Typ. do V. de Bruges, 4 pag. in-folio a duas columnas.

---

## SONETO

Ao Snr. Manoel Gomes de Sampaio. facultativo estimado,  
no dia dos seus annos 7 de Fevereiro de 1842.

N'este dia bellissimo e radioso,  
Em que o digno Sampaio veio ao mundo,  
Eu, amigo fiel, venerabundo,  
Solto da lyra o som melodioso.

Sampaio illustra, desvelado esposo,  
O laço conjugal, dos ceos oriundo;  
Dedica aos filhos um amor profundo.  
Benevolo, solícito, extremoso.

Alumno de Esculapio esclarecido,  
A especie humana adoça, alenta e doura,  
Probo sempre, benefico, instruido.

Seja a sua existencia duradoura:  
E sempre o seu natal seja applaudido  
Desta assembléa, que o festeja, enloura.

Com este soneto termina a publicação dos papeis que pertenceram ao fallecido José Augusto Cabral de Mello.



# CASTELLO DE S. BRAZ \*

EM

## PONTA DELGADA

---

### I

É a ilha de S. Miguel a mais extensa, mais populosa e mais rica de todas as do archipelago dos Açores.

Foi descoberta no segundo quartel do século XV por Gonçalo Velho Cabral, commendador d'Almourol, fidalgo da casa do Infante D. Henrique, de glorieza memoria, que por ordem do mesmo Infante navegara para estes mares em demanda de novas terras. Não se sabe, porem, ao certo a data do seu descobrimento.

Corria sem contestação, até ha pouco, ainda, que o seu descobrimento tivera logar no dia 8 de maio de 1444, mas notaveis trabalhos do distinctissimo michaelense e infatigavel investigador de conzas açorianas, Dr. Ernesto do Cantô ultimamente publicados no seu *Archivo dos Açores*, riquissimo repositorio de documentos relativos á historia d'estas ilhas, obrigam a referir a alguns annos antes a data d'aquelle descobrimento.

Sem fallarmos das fabulas mais ou menos ridiculas e inverosimeis em que tem andado envolvida a descoberta da ilha de S. Miguel, e a que ainda ha pouco se deo curso em livros da mais vulgarisada leitura entre nós, apontaremos resumidamente os documentos que lançam verdadeira luz sob tão curioso facto da historia dos nossos descobrimentos maritimos do XV século.

E' certo que no decorrer do anno de 1432 foi descoberta a ilha de Santa Maria, a primeira de todo o archipelago, por Frei Gonçalo Velho Cabral. E se considerarmos a pequena distancia a que a ilha de S. Miguel demora da de Santa Maria, da qual se avista perfeitamente em tempo claro, natural é suppôr-se que a descoberta das duas vizinhas ilhas não andasse distanciada por grande espaço de tempo, quando não tivessem sido ambas avistadas simultaneamente pelos intrepidos companheiros do commendador d'Almourol.

---

(\*) A presente Memoria foi coordenada com o fim de ser lançada no Livro do Tombo do Castello de S. Braz como resumo indispensavel da sua historia.

A amizade do seu author devemos a fineza, de poder honrar as paginas do *Archivo*, com esta Memoria, pelo que lhe damos sinceros agradecimentos.

Esta última hypothese combina perfeitamente com o que sobre o descobrimento das ilhas dos Açores escreveu Diogo Gomes de Cintra, navegador dos mares d'Africa desde o tempo do Infante D. Henrique até 1463. e por tanto contemporaneo de Gonçalo Velho, e que visitou os Açores, onde ventos contrarios o fizeram arribar, na volta da sua viagem d'Africa, em que acabara de descobrir a ilha de S. Thiago, de Cabo Verde, com o seu companheiro Antonio de Noli.

Na sua relação do *Descobrimento das ilhas dos Açores*, escripta em latim, diz—«Em certo tempo o Infante D. Henrique desejando descobrir logares desconhecidos no Oceano occidental com o intuito de reconhecer se existiam Ilhas ou Terras firmes alem das descriptas por Ptolomen, mandou caravellas em busca d'estas terras. Partiram e viram terra ao occidente trescentas leguas alem do Cabo = *Finis Terrae*—e vendo que eram ilhas entraram na primeira, acharam n'a deshabitada, e andando por ella encontraram muitos milhafres ou açores, e ontras aves; e passando á segunda que hoje se chama a *Ilha de S. Miguel*, que egualmente estava deshabitada, acharam muitas aves e milhafres, assim como abundantes nascentes de agnas quentes sulphureas». (1)

No dizer d'este auctor foi pois a ilha de S. Miguel avistada pela primeira vez simultaneamente com a de Santa Maria no anno de 1432. em que se sabe com certeza que esta ultima o foi. A narrativa, porem, de Diogo Gomes de Cintra era pouco ou nada conhecida, tendo jazido sepultada na Bibliotheca Real e Nacional de Munich até 1845, em que o Dr. Schmeller, seu bibliothecario, a reproduzio na integra em uma *Memoria* que publicou acerca de um Codice portuguez existente na mesma Bibliotheca com o titulo de—*Collecção de Relações de Valentin Fernandes Alemão*. (2)

A data de 8 de maio de 1444, que tem gosado dos foros de verdadeira epocha do descobrimento da ilha de S. Miguel, foi devida ao benemerito Dr. Gaspar Fructuoso, que pela primeira vez a escreveu na sua historia insulana, inedita, *Saudades da Terra*, e vulgarizada pelo padre Antonio Cordeiro na sua *Historia Insulana* e todos os demais escriptores, que posteriormente se occuparam do mesmo assumpto.

O Dr. Gaspar Fructuoso diz com effeito no Livro 4.º, cap.º 1 e 2 das *Saudades da Terra*—«aos oito dias do mez de maio de mil quatrocentos e quarenta e quatro, em dia do apparecimento do archanjo S. Miguel, principe da igreja, foi vista e descoberta por elles esta ilha. Que por ser achada, e apparecer em tal dia e festa, lhe foi posto este nome de ilha de S. Miguel, de felicissima sorte». E tratando da segunda viagem á mesma ilha, ordenada por D. Henrique logo depois

(1) *Archiro dos Açores*, Vol. I—N.º 1—1878.

(2) *Ibidem*.



de chegar Gonçalo Velho a Sagres com a nova da descoberta, diz — «Ali (actual Villa da Povoação) foi o primeiro assento que se fez de povoação de gente n'esta ilha: que n'ella desembarcou em dia da dedicação do archânjo S. Miguel a vinte e nove de setembro do mesmo anno».

Parece não haver nada mais claro, especialmente tendo em vista não só a reconhecida boa fé do Dr. Gaspar Fructuoso, mas que escreven decorrido menos de um século depois de começada a colonizar a ilha, tendo sido contemporaneo dos netos do primeiro homem que nasceu na ilha de S. Miguel.

Ha poucos annos, porem, que um talentoso filho da ilha de S. Miguel, José de Torres, que a morte tão prematuramente roubou á sciencia, descobriu no Archivo Nacional da Torre do Tombo, Chancellaria de D. Affonso V. preciosos documentos que vem derramar nova luz n'esta questão e até certo ponto confirmar a singela narrativa de Diogo Gomes de Cintra.

São as duas cartas de D. Affonso V de 2 de julho de 1439 e 5 d'abril de 1443, a primeira concedendo licença a seu tio D. Henrique para povoar as sete ilhas dos Açores, e a segunda isentando os moradores dos Açores de pagarem dízima por cinco annos.

Diz a primeira carta — «D. Affonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que o infante D. Henrique meu tio nos enviou dizer que elle mandára lançar ovelhas nas *sete ilhas dos Açores* e que se nos aprouvesse que as mandaria povoar» etc. E a segunda diz — «D. Affonso, etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nós querendo fazer graça e mercê a Gonçalo Velho, *Commendador das ilhas dos Açores*, e a todos os povoadores que estão e vivem nas ditas ilhas, da feitura desta nossa carta até cinco annos empridos pelo infante D. Henrique meu muito presado e amado tio que nol-o pediu.» etc. (1).

Pelo primeiro documento se vê que já em 1439, cinco annos antes da epocha fixada pelo Dr. Gaspar Fructuoso, se dá por descoberta não só a ilha de S. Miguel, mas as sete ilhas dos Açores, e pelo segundo é Gonçalo Velho designado como commendador das ilhas dos Açores um anno antes da mesma epocha.

O grupo dos Açores é constituido por nove ilhas. O não fazer o documento de 1439 menção senão de sete, mostra que n'aquelle anno não estavam ainda descobertas as duas ilhas das Flores e Corvo, o qual facilmente se explica pelo grande afastamento a que ellas estão do resto do grupo.

Foi pois a ilha de S. Miguel descoberta anteriormente ao anno de 1444. A esta data se deve referir, como com boa critica nota o Dr. Ernesto do Canto, (2) a vinda dos primeiros colonos para S. Miguel,

(1) *Archivo dos Açores*, Vol. I, N.º 1.

(2) *Ibidem*.

estando já habitada a ilha de Santa Maria, o que está d'accordo com a segunda carta que acima referimos, naturalmente escripta quando se tratava de organizar e enviar a primeira expedição de colonos, sendo a isenção de pagamento de dizimos n'ella estabelecida numa providencia de boa politica, que, em circumstancias identicas, ainda hoje conviria adoptar.

## II

A ilha de S. Miguel faz parte do archipelago dos Açores, e está situada no Oceano Atlantico entre 37.º 45.' 10." de latitude norte, e 16.º 35.' 43" de longitude oeste do meridiano de Lisboa, havendo entre esta cidade e a de Ponta Delgada a distancia de 750 milhas maritimas. A sua orientação geral é L.W. inflectindo-se, porem, accentuadamente para N.W. em proximaemente um terço do seu comprimento, na parte occidental.

Tem 65 kilometros de comprimento, 16 na maior largura e 8 na menor, e a sua superficie é de cerca de 1:053 kilometros quadrados.

Gosa de um clima ameno, sem frios rigorosos nem excessivos calores, sendo pouco afastadas os extremos da sua temperatura

É, porem, bastante humida.

A intensidade e variedade da cultura do seu solo dão á ilha o aspecto d'um immenso jardim, com muitos e lindissimos panoramas, sendo especialmente vistas com a maxima admiração de todos os viajantes — Sete cidades, Lagoa do Fogo e Valle das Furnas.

É de origem vulcanica, tendo havido já depois da sua descoberta terribes phenomenos de vulcanismos, enormes cataclismos em que ficaram sepultadas não poucas vidas e destruida muita riqueza dos seus habitantes. E' em compensação fertilissimo o seu solo, como são todos os d'aquella origem.

A ilha de S. Miguel constitue com a de Santa Maria, que d'ella dista 50 milhas para o sul, o districto administrativo de Ponta Delgada, e o Commando militar oriental dos Açores.

Começada a colonizar, como acima vimos, no anno de 1444, taes condições de desenvolvimento e prosperidade encontraram os seus povoadores na amenidade e salubridade do clima, excepcional fertilidade do solo, especialmente nas primeiras explorações agricolas, e mais tarde tambem na sua posição geographica imminenteemente favoravel ao desenvolvimento das relações commerciaes, que a população cresceu tão rapidamente, que da maior parte das povoações e logares habitados hoje nos dá a historia noticia, algumas dezenas d'annos logo depois. A sua população é actualmente de cerca de 120:000 habitantes.

Pertence ao bispado açoriano, cuja Sé é em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, e ao districto judicial dos Açores, formado por todas as illas do archipelago com o respectivo tribunal de segunda instancia em Ponta Delgada. Tem quatro comarcas judiciaes, e seis municipios, cujas camaras administram um rendimento superior a cem contos de reis.

As suas receitas publicas, directas e indirectas, orçam por 450 contos de reis, dos quaes 350 cobrados na alfandega de Ponta Delgada.

A cidade de Ponta Delgada é actualmente a capital da ilha.

«Temra o nome de uma ponta, que a terra lança ao mar da parte do Sul, seis leguas distante da dos Mosteiros, que fica ao Noroeste, e doze da Villa do Nordeste, que fica na ponta de Leste.

No principio da sua erecção foi lugar, e como o sitio fosse bom, foi crescendo nos moradores, que sendo já muitos a seu requerimento a fez Villa no anno de 1499 El Rey D. Manoel de feliz memoria, e por se perder a provisão renovou o mesmo Rey a mercè em 28 de maio de 1507. El Rey D. João III de seu motu proprio a fez cidade estanddo em Almeirim de cuja mercè mandou passar Alvará em 2 d'Abril de 1546.» (1).

É cabeça de comarca de primeira classe, e sêde do tribunal da Relação e do Commando oriental dos Açores.

A sua população, pelo ultimo censo, é de 17:945 habitantes, distribuidos por tres freguezias.

A sua guarnição militar é feita pelo Regimento de caçadores n.º 41 e pela companhia n.º 2 d'artilheria de guarnição.

É illuminada a gaz e está ligada pela telegraphia electrica com todas as villas e povoações mais importantes da ilha.

Tem lyceu nacional, uma bibliotheca publica com mais de 11:000 volumes, um mazen de historia natural fundado e dirigido pelo Dr. Carlos Maria Gomes Machado, naturalista distincto e professor do lycea, posto meteorologico, capitania do porto e alfandega maritima do segundo grupo.

Tem um hospital de primeira ordem em que se tratam annualmente para mais de 3:000 enfermos, cuja mortandade pouco excede 3 por cento, sustentado pela Santa Caza da Mizericordia de Ponta Delgada, que para o seu custeio e outras obras de caridade dispõe de um rendimento approximado de 40:000\$000 reis. Tem os asylos de mendicidade e de infancia desvalida para individuos de ambos os sexos, sustentados pela beneficencia publica, e o hospicio «Maria The-reza» para mulheres indigentes, fundado e mantido por uma caridosa senhora da illustre familia Canto, e um allergue nocturno ha pouco

---

(1) *Margarita Animada*, por Francisco Affonso de Chaves e Mello, obra impressa em Lisboa em 1723, hoje bastante rara.

fundado e que já presta relevantissimos serviços, devido á benemerita D. Margarida de Chaves, que legou os meios para a sua instituição.

O porto artificial de Ponta Delgada é a primeira d'este genero e uma das mais notaveis obras, que modernamente se tem apprehendido entre nós. Não está ainda concluido e tem custado já cerca de 3:000 contos de reis, pelo que se pode fazer idéa da importancia das obras que nelle se tem executado. Já offerece abrigo seguro dentro da sua larga bacia a todos os navios que frequentam o porto e muitas outras commodidades de que por em quanto não dispõem outros mais importantes portos do paiz. Progridem as obras com o fim de o tornar mais espaçoso, na provisão do augmento de navegação e frequencia de navios que possa resultar do corte do isthmo do Panamá, attenta a sua admiravel posição geographica proximaente a meia distancia entre os continentes Europeu e Americano.

Tem Ponta Delgada bons edificios, mas são os seus magnificos jardins que a tornam verdadeiramente notavel, e o que n'ella mais admiram os estrangeiros. O jardim do distincto michaelense José do Canto é, no dizer dos especialistas, uma das mais preciosas collecções de plantas, que ha na Europa.

### III

Desde que Ponta Delgada attingio um certo grau de desenvolvimento, tanto em riqueza e commercio, como em população, se começou a sentir a necessidade de proteger o seu porto contra os frequentes ataques dos atrevidos piratas barbarescos, que por aquelle tempo e posteriormente infestaram estes mares, bem como dos insultos dos corsarios das nações que invejavam o nosso rico dominio colonial, e com quem por vezes andavamos em guerra.

As repetidas instancias dos seus moradores n'este sentido parece terem sido attendidas no anno de 1551, mandando D. João III levantar a planta do sitio onde depois se erigio o Castello de S. Braz, como se depreheende da seguinte carta do ouvidor da ilha de 23 de março de 1551:

«Senhor. — V. A. mandou que se tomasse huas certas medidas no porto desta cidade de Ponta Delgada, da ilha de São Miguel, pera se fazer hua fortaleza pera guarda do dito porto, as quais medidas se tomaram perante os juizes e vreadores e muita parte do povo, estando eu presente, e se fizeram conforme ao matiz que Manoel Machado leva, por quem o mandou fazer, e nam leva duvida nenhuma que aja mister outra declaração mais que a que pello matiz claramente consta e creio V. A. que é muito necessario fazer-se logo a dita fortaleza, e

mandar alguma artilharia pera defensão dos navios que surdem no porto, por que depois que se escreveu a V. A. sobre esta fortaleza vieram aqui por duas ou tres vezes náos francezas e tomaram alguns navios, em que tomaram um com vinte e sete pessoas, em que entravam nove molheres, do qual navio e gente não ha nenhuma nova e ha mais de dez mezes que o tomaram: e por muito certo se afirma que todas as vezes que aqui vierem poderão roubar os navios que no porto estiverem sem lhe poderem valer por falta da artilharia e fortaleza que não ha, a qual agora he mais necessaria por cauza do grande crescimento em que vai a ilha com os *açuaques* (*sic*) que agora se prantam e querem já fazer. Jhu Xpõ (*Jesu Christo*) prospere sen real esta do com myta paz e saude pera seu serviço, amen.

De Sam Miguel a 23 de março de 1551. Do ouvidor da ilha de São Miguel — Manoel Nunes Ribeiro. — (*sobre escripto*) pera el Rey nosso Senhor—do ouvidor da ilha de São Miguel. (1)

No anno seguinte de 1552 mandou D. João III construir a fortaleza.

O donatario e capitão da ilha, o Conde de Villa Franca D. Manoel da Camara, que se achava na corte, regressou n'esse mesmo anno, a fim de dar o maior impulso a esta obra, trazendo em sua companhia o Dr. Manoel Alvares de Carvalho, corregedor do civil de Lisboa e natural de S. Miguel, e o sargento mór João Fernandes do Grado. Partiram de Lisboa a 25 d'outubro.

Foi a obra orçada em trinta mil cruzados, os quaes se mandaram lançar sobre todas as fazendas que havia na ilha e pagas pelos seus habitantes na proporção dos haveres de cada um, mandando-se egualmente que o lançamento e arrecadação d'esta quantia fosse feito por tres vezes em partes egnaes de dez mil cruzados, para menos oppressão das partes, como diz o respectivo alvará.

O mencionado Dr. Manoel Alvares de Carvalho foi mandado expressamente á ilha, pelo conhecimento particular que d'ella tinha, como seu natural, para fazer o lançamento d'esta imposição e arrecadar a primeira terça parte d'ella, o que cumprio. Por Alvará de 12 de Dezembro de 1553, registado a folhas 169 v.º do *Livro Velho dos Registros da Camara de Ponta Delgada*, foi o mesmo Dr. Manoel Alvares de Carvalho, «Corregedor do civil de Lisboa e ora assistente em S. Miguel, encarregado de estabelecer a imposição de 2 por cento sobre o valor do assucar e pastel que se exportar, com o fim de applicar á defeza da ilha—fortificações, munições, gente de guerra, etc.»

A segunda terça parte dos trinta mil cruzados foi mandada lançar pelo Licenciado Lourenço Corrêa, Juiz de Fôra da Cidade de Ponta Delgada, como consta do respectivo Alvará de 20 de novembro de 1554, *trasladado do proprio, assignado por Elrei, pelo Escrivão da Ca-*

(1) *Archivo dos Açores*, Vol II, N.º 7.

*mara de Ponta Delgada Belchior Rodrigues, aos 30 d'Abril de 1555, a fl. 6 do Liv. 3.º de Registo. (1)*

Em 1563, por Alvará de 26 de Março (2), ordenou Elrei que, «por ser cousa necessaria fazer-se a fortaleza que elrei meu senhor e avô, que santa gloria haja, mandou fazer na cidade de Ponta Delgada, e ser gastada muita parte dos trinta mil cruzados que S. A. mandou lançar pelas fazendas da dita ilha para as obras da dita fortaleza, assim no pagamento das peças d'artilharia e munições que a dita ilha enviou como nas obras do molhe e caes que se fez na ponta de S. Braz onde esta fundada a dita fortaleza», todo o rendimento da imposição dos 2 por cento, que era applicado para as despesas da gente de ordenança, se applicasse exclusivamente para as obras da dita fortaleza, por o rendimento da dita imposição «não ser tanto como é necessario para as ditas obras se poderem fazer como convem e é necessario», e outro sim que «todas as imposições que ha assim na dita cidade de Ponta Delgada como nos outros logares da dita ilha, que são applicadas para as obras e despesas dos ditos logares, se applicuem e gastem d'aqui em diante na obra da dita fortaleza,» etc.

Com esta ultima determinação ficaram os povos da ilha sendo muito vexados com fintas e derramas, que era necessario lançar para custeio de muitas despesas a que eram obrigados, e para as quaes até então se applicavam as imposições de toda a ilha.

Pediram remedio a Elrei, que lhes acudio com a provisão de 3 de junho de 1565 do Cardeal Infante, em nome de D. Sebastião, a Fernão Cabral, Fidalgo *que hora envio a prover a minha fazenda e outras couzas do meu serviço*, em que se diz== «que seu avô tinha mandado fazer uma fortaleza em Ponta Delgada orçada em trinta mil cruzados, para o que mandou o Dr. Manoel Alvares fazer o lançamento d'aquella quantia pelos moradores na proporção dos haveres de cada um. . . . e por que parte dos trinta mil cruzados se despenderam em artilleria e munições, e no caes que se fez na ponta de S. Braz, ella não bastou para se concluir a dita fortaleza de S. Braz, houve por bem applicar para sua conclusão as imposições de toda a ilha, os vereadores de Ponta Delgada se queixaram de que eram aquelles rendimentos applicados a fontes, egrejas, aposentadorias dos corregedores, meirinhos, contadores, feitores, com os engeitados, cirurgião da Misericordia, não bastando ás vezes para as ditas despesas, e que applicando aquella verba para a fortaleza o povo seria muito vexado e opprimido com fintas» . . . Manda que as Camaras applicuem as ditas imposições ás despesas indicadas acima em seu pedido, applicando se para a fortaleza tão sómente a imposição dos 2 por cento e mais vinte mil cruzados, que serão lançados nas fazendas dos moradores da ilha de S. Miguel, pe-

(1) *Archivo dos Acores*, Vol. V, N.º 25.

(2) Livro Velho do Registo da Camara de Ponta Delgada, fl. 25, v.º.

lo mesmo regimento com que foi feito o primeiro lançamento dos trinta mil cruzados pelo Dr. Manoel Alvares. (1) As imposições de que se trata eram sobre carne e vinho.

Em nenhum dos registos de documentos mais ou menos relacionados com a construção do Castello de S. Braz, e especialmente no chamado *Livro Velho do Tombo da Camara de Ponta Delgada*, que é propriamente o Tombo da imposição dos dois por cento destinada á fortificação da ilha e do pessoal n'ella empregado, que temos examinado, encontramos noticia da data em que e por quem foi feito o lançamento do ultimo terço dos trinta mil cruzados, que D. João III mandou lançar sobre todas as fazendas da ilha para a construção do mesmo Castello. Todavia o Alvará de 26 de março de 1563 e a provisão de 3 de junho de 1565, acima referidos, são sufficientemente explicitos a tal respeito, affirmando o primeiro que se tinha gastado muita parte dos *trinta mil cruzados*, assim no pagamento das peças de artilheria e munições, como nas obras do molhe e caes, que se fez na Ponta de S. Braz onde está fundada a dita fortaleza, e a segunda affirmando que, pelos mesmos motivos, aquella quantia não chegon para se concluir a dita fortaleza.

Bernardino José de Senna Freitas, em uma *Breve noticia da trasladação da imagem de Santa Barbara do Convento de N. S.<sup>a</sup> da Esperança para o Castello de S. Braz* (2), diz— «Foram finitados os p'ovos d'esta Ilha, e os bens da coroa, em cincoenta mil cruzados: de trinta o primeiro lançamento, e de vinte o segundo; sendo todas estas quantias empregadas na dita fortificação, e no trem d'artilheria». E acrescenta em nota— «Alguns escriptores açorianos disseram, que a primeira finta fora de 33 mil cruzados, e a 2.<sup>a</sup> de 12: mas enganaram-se, as contas acham se em mutilados livros d'Alfandega d'esta cidade: e ali colhemos mais segura noticia. (3)

A folhas 262 v.<sup>o</sup> do citado *Liv. Velho da Camara de Ponta Delgada* encontramos registado o Alvará de 8 de março de 1567, participando a Manoel da Camara, capitão da ilha de S. Miguel, «que mandava Thomaz Benedicto para fazer fortificações nos pontos da ilha que d'elles carecerem, logares escolhidos por ambos: que de tudo se fará assento em um livro para se saber a ordem por que se hão de fazer, etc. Que igualmente levarão com sigilo Pero de Maêda, mestre da obra da fortaleza de Ponta Delgada, para tomar as distancias e balisas das obras que se houverem de fazer. Que para as despezas d'estas obras se lancem até dez mil cruzados, alem dos vinte mil que ora mandei

(1) *Liv. Velho da Camara de Ponta Delgada*, fl. 212.

(2) Folheto de 20 pag. impresso em Ponta Delgada em 1847.

(3) Mutilados estão os livros, mas especialmente ao auctor se faz cargo de taes mutilações.

lançar, nas fazendas dos moradores, e seja a derrama feita pelas mesmas avaliações que para aquelle se fizeram».

«Que dos dez mil cruzados poderá Manoel da Camara gastar o necessario em reparos d'artilleria, munições e defensão da ilha».

Do lançamento d'estes dez mil cruzados foi incumbido Francisco de Mariz. Provedor da Fazenda real na ilha de S. Miguel, por Alvará de 16 de março de 1567 (1), o qual Francisco de Mariz, foi por Alvará da mesma data, nomeado Provedor das obras de fortificação da ilha de S. Miguel. (2)

Como se vê de todos estes Alvarás, os dez mil cruzados, a que os mesmos se referem, eram destinadas para as fortificações que se fizessem em outros portos da ilha diferentes do de Ponta Delgada. Mas não se achando ainda concluida a obra de defeza d'este ultimo porto, o Castello de S. Braz, é natural que o donatario Manoel da Camara applicasse os dez mil cruzados á continuação do mesmo Castello, o que d'algum modo lhe facultava o Alvará de 8 de março, quando no final diz — «que dos dez mil cruzados poderá Manoel da Camara gastar o necessario em reparos d'artilleria, munições e *defensão da ilha*». Com esta hypothese fica arredondada a conta dos cincoenta mil cruzados; e em abono d'ella se dará o facto de por este tempo estarem ainda, como adeante veremos, muito atrasadas as obras do Castello.

De tudo o que deixamos apontado se vê que, para a construcção, armamento e munição do Castello de S. Braz, bem como para pagamento da gente de ordenança, se votaram cincoenta mil cruzados, com que foram tintados os povos da ilha, o rendimento do imposto de 2 por cento sobre o valor do assucar e pastel exportado da ilha, e durante algum tempo o rendimento da imposição que se cobrara da carne e vinho.

É hoje muito difficil, senão impossivel, apurar qual fosse a cifra exacta das despesas feitas. Francisco Affonso de Chaves e Mello, na obra citada diz — «Na fabrica do Castello de S. Braz gastaram-se reis 36:672\$542, dos quaes foram reis 12:037\$340, dos 2 % do contracto do pastel, que d'esta ilha se carregava, e o mais foi á custa dos moradores d'ella».

O conceito de que goza o auctor, a epocha em que escreveu a sua *Margarita Animada*, que foi impressa em Lisboa em 1723, e a aproximação até reis d'aquelles numeros, indicando que o auctor os extrahio de algum assento de despesas existente no seu tempo nos archivos d'esta cidade, são ontras tantas razões para serem aceites como verdadeiros os mesmos numeros.

---

(1) *Archivo dos Açores*, Vol. V, N.º 25.

(2) *Ibidem*.



Foram tres os engenheiros que no principio assistiram á construcção do Castello de S. Braz — Manoel Machado, Pero de Maêda e Thomaz Benedicto. (1)

Dos dois ultimos se encontra referencia no Alvará de 8 de março de 1567 acima citado. O primeiro foi quem levantou a planta do terreno onde se erigiu o Castello, e foi a Lisboa apresental a a D. João III, como se vê da carta de 23 de março de 1554, que acima transcrevemos.

Foi elle tambem o encarregado de dar começo á obra pelos annos de 1552 a 1553, como se ve da Carta regia de 12 de Dezembro de 1553 dirigida ao capitão Donatario, o Conde de Villa Franca, Manoel da Camara, que diz — «Manoel da Camara, amigo. Eu Elrei vos envio muito saudar. Vi a carta que me escrevestes, em que me daes conta dos inconvenientes que os officiaes e moradores da cidade de ponta delgada d'essa illia punham a se faça a obra do porto de S. Braz e ali vi a carta e autos que sobre o dito caso os officiaes da camara da dita cidade me enviaram, o que tudo visto por mim e as mais informações que sobre isso mandei tomar e ouve por meu serviço que a dita obra se fizesse por ser mihi necessario ao nobrecimento e fortificação da dita cidade, contanto que se recolhesse o molhe que se faz no dito porto mais para dentro do que ia assinado na traça que levou Manoel Machado mestre da dita obra, do qual recolhimento mandei fazer traça que hora leva o dito Manoel Machado, pela qual dareis ordem como a dita obra se faça com a deligencia e brevidade que for necessaria. E por que sou informado que a gente que andava na obra do dito porto não querem muitas vezes trabalhar n'ella e alem d'isso são desobedientes ao dito Manoel Machado, no que por ser elle o mandado; por onde se a dita obra não pode fazer com a deligencia que é necessario, houve por meu serviço, pois vós não podeis ser presente ao fazer da dita obra, pela occupação que haveis de ter por cauza do negocio que vos mando fazer na dita illia, que o Licenciado Jorge Corrêa ouvidor d'ella tenha cuidado daqui em diante de visitar a dita obra em quanto ella durar todas as vezes que fôr necessario e fazendo o que pello dito Manoel Machado lhe for requerido que fizer a bem da dita obra como vereis pela provisão que com esta vos envio». (2) Segue o mesmo documento participando a nomeação de Gabriel Coelho para Thezoureiro e Almoxarife, etc. — E mandando fazer uma estan-

(1) Bernardino de Senna Freitas, obr. citada, fallando da vinda para a ilha do Capitão donatario em 1552, diz—«trazendo em sua companhia o Dr. Manoel Alvares, corregedor do civil de Lisboa, seu Irmão, o engenheiro Izidoro d'Almeida», etc.

Em nenhum documento official, porem, vimos referido o nome do engenheiro Izidoro d'Almeida.

(2) *Liv. 1.º do Tombo da Camara de Ponta Delgada*, fl. 159 v.º.

N.º 50—Vol IX— 1887.

cia de pedra ensensa para guardar a artilheria junto á Ponta de S. Braz.

Vê-se pois que em 12 de Dezembro de 1553 já as obras estavam em andamento e que dellas era mestre Manoel Machado, o qual n'esta data se achava em Lisboa e aproveitára o ensejo d'esta sua segunda viagem á corte para se queixar e pedir providencias contra a falta de obediencia da parte dos trabalhadores empregados nas mesmas obras.

Encontramos ainda outro documento a respeito de Manoel Machado (1). É o Alvará de 15 de julho de 1555, dirigido ao Lic.<sup>do</sup> Jorge Corrêa ouvidor, mandando pagar 200 reis por dia a Manoel Machado, «*Escudeiro da minha casa*, mestre da obra do porto da Ponta de S. Braz em Ponta Delgada, tendo em conta o trabalho e tempo que teve em ir a Lisboa da Ilha de S. Miguel».

Pode fazer-se idéa da importancia d'este salario, comparando o com o valor do trigo na mesma epocha, visto como este producto natural, invariavel na sua essencia e utilidade, é o mais seguro padrão para avaliar o preço relativo de todos os objectos nos seculos passados. Ora segundo o Dr. Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, Liv. IV, cap. 53, (2) o valor medio do moio de trigo na ilha de S. Miguel, no decenio de 1550 a 1559 foi de 3\$920 reis. O salario do Escudeiro Manoel Machado, correspondia pois, na mesma epocha, a tres alqueires de trigo. Deve porem notar-se que n'aquelle tempo o trigo se não media com razoura, mas sim de cogulo, como se vê do Alvará de 1566, derogando a provisão regia de 4 de Julho de 1565 (3). Correspondendo o antigo alqueire de S. Miguel a dezeseis litros do novo systema, e tendo em vista o acrescimo resultante d'aquelle modo de medir, os tres alqueires de trigo correspondião actualmente a cincoenta e sete litros, ou cerca de 3000 reis em dinheiro.

Ordenada a construcção do castello de S. Braz em 1552, n'esse mesmo anno mandou D. João III para Ponta Delgada, alem do sargento-mór João Fernandes de Grado, de que acima fallámos, um condestavel e nove bombardeiros com o ordenado annual de 196\$000 reis, e artilheria, polvora e munições para defeza do porto de Ponta Delgada, mandando construir uma estancia de pedra insonsa para esta artilheria, em quanto a nova obra de fortificação não estivesse em estado de a receber.

Estes bombardeiros foram mandados voltar para Lisboa por Alvará de 13 de setembro de 1555, «por já não serem cá necessarios,

---

(1) Liv. 1.<sup>o</sup> da Camara de Ponta Delgada, fl. 273.

(2) *Archivo dos Açores*, Vol. I. N.<sup>o</sup> 6.

(3) Liv. 1. da Alfandega de Ponta Delgada, fl. 219.

ficando o condestavel para exercitar os trinta bombardeiros que se alistaram em Ponta Delgada. (1)

Este alistamento tinha sido mandado fazer por Carta Regia de 3 de outubro de 1552 (2) dirigida ao capitão Manoel da Camara. Nesta carta avisa Elrei ao capitão Manoel da Camara de que manda Lourenço Baldaque condestavel dos bombardeiros em Ponta Delgada, e lhe ordena que procure trinta homens em Ponta Delgada, para bombardeiros quando for necessario. Que todos os domingos e dias santos e mais um dia na semana, os mesmos se exercitem n'uma bateria, que para tal fim se ia fazer.

Que no primeiro mez cada um d'elles fará tres tiros por cada dia, no segundo mez dois tiros por dia, etc.

Por Carta regia de 17 d'Agosto de 1558 (3) se mandou pagar a estes bombardeiros o ordenado de um moio de trigo annual, e se declara que começaram a servir aos 13 de março de 1556, como informa o Licenciado Jorge Corrêa Fafes, ouvidor em S. Miguel, dia desde o qual lhe será pago o dito ordenado.

Foram estas as primeiras tropas de artilheria que serviram na ilha de S. Miguel, assim como foi João Fernandes do Grado o primeiro sargento mór que houve em Ponta Delgada.

Partio de Lisboa a 25 d'outubro de 1552 em companhia do capitão donatario Manoel da Camara, que, como ja dissêmos, n'este anno regressou a S. Miguel para ordenar o começo da construcção do Castello de S. Braz. A folhas 277 do citado *Liv. velho da Camara de Ponta Delgada* se encontra registado o Alvará de nomeação de João Fernandes do Grado, cavalleiro, capitão de ordenança, para servir de sargento mór em S. Miguel, com 3:000 reis de mantimento por mez, e bem assim os 17\$804 reis de moradia por cada anno, a saber: 12\$804 (*aliás* 12\$780) de moradia e cevada, a razão de 700 reis por mez, e 1 alqueire de cevada por dia a razão de 12 reis o alqueire, e os 5\$000 reis de ordenado de capitão —ao todo 33\$804 por anno ou por mez 4\$483 reis e 4 ceitis.

Por muito interessante copiamos aqui a relação da primeira artilheria que se assentou no Castello de S. Braz.

Consta da Relação da artilheria e munições que, a 26 de maio de 1554, entregou Simão Cardozo a Gabriel Coelho, almoxarife (4). A entrega foi presente o capitão donatario, Manoel da Camara, e mais a Camara Municipal composta de: Alvaro Velho e Francisco Barboza da Silva, Juizes: Jorge Nunes Botelho, Pedro Alvares de Benevides e

(1) *Liv. 1.º da Camara de Ponta Delgada*, fl. 274 v.º.

(2) *Liv. 1.º da Alfandega de Ponta Delgada*, fl. 97

(3) *Ibidem*, fl. 98 v.º.

(4) *Cit. Liv. 1.º da Camara de Ponta Delgada*, fl. 315 v.º.



estrangeiros, que o vão comprar, não vejam ou examinem o dito Castello.

Parece que só em 1580, vinte e oito annos depois de começada a construcção, é que o Castello de S. Braz ficou em estado de poder servir para a defeza do porto, como se deprehende do Alvará dos Governadores do Reino de 8 de Abril d'aquelle anno (1) auctorizando Ruy Gonçalves da Camara, capitão de S. Miguel, a poder nomear homens de qualidade e confiança para guarda e defeza da Fortaleza de S. Braz e estar ella em modo defensavel, homens que morem sempre dentro d'ella noite e dia, com ordenado cada um de 18\$000 reis por anno.

Vê-se, pois, que não correu com muita pressa a construcção do Castello de S. Braz, estando apenas em modo defensavel, mas não concluido, vinte annos depois de começado.

Com taes vagares faz notavel contraste a pressa que houve em nomear o seu primeiro alcaide-mór, o que teve lugar ainda antes de começar a ser construido, como se vê da Carta de D. João III de 15 de outubro de 1552 (2), confirmando ao Conde de Villa Franca, D. Manoel da Camara, filho mais velho do Conde D. Ruy Gonçalves da Camara, já falecido, o titulo de Alcaide-Mór do Castello de S. Braz, que fora concedido a D. Ruy Gonçalves, com ordenado de 50:000 rs.

Esta carta foi successivamente confirmada pela de D. Henrique de 15 de janeiro de 1580 e pelas dos Filippes de 22 de junho de 1591, 12 de novembro de 1602 e 12 d'abril de 1603.

A notavel crise politica por que passou o paiz depois da morte de D. Sebastião em Alcacer-Kuibir, e que teve como desfecho a usurpação do Reino por Philippe 2.<sup>o</sup> de Hespanha em 1580, produziu acontecimentos singulares nos Açores, n'um dos quaes vemos pela primeira vez figurar o Castello de S. Braz.

Tinha a ilha de S. Miguel acceitado de boa mente e reconhecido a legitimidade do rei intruso, ao contrario da ilha Terceira, que se não curvara ao dominio hespanhol e tinha voz por D. Antonio, Prior do Crato, mesmo depois d'este ser forçado a fugir do reino, desastrosamente batido em Alcantara e no Porto pelo exercito do Duque d'Alva.

Em França, onde se acolhera, conseguiu D. Antonio reunir uma grossa armada de sessenta velas com oito mil soldados, sob o commando de Philippe Strosse, com que veio atacar a ilha de S. Miguel, a fim de a reduzir á sua obediencia, chegando á mesma ilha, defronte de Ponta Delgada, a 14 e 15 de julho de 1582. O plano de D. Antonio era a senhorar-se das ilhas dos Açores, estabelecer-se n'ellas fortemente, e partir d'ahi em novas tentativas para relaver a coroa de Portu-

(1) Cit. Liv. 1.<sup>o</sup> da Camara de P. Delgada, fl. 227.

(2) Idem, fl. 223.

gal, contando para a realisação d'este projecto com o apoio dos governos de França e Inglaterra.

Achavam-se a este tempo no porto de Ponta Delgada uma armada ligeira de cinco velas, de que era capitão-mór Pero Peixoto da Silva, que vinha aguardar as náos da India invernadas, e quatro náos armadas de Guipuscoa com quatro companhias de soldados hespanhoes, sob o commando de D. Lourenço Cenogueira, que Philippe II mandara para defenderem a terra em companhia de Pero Peixoto.

Vendo os hespanhoes que não podiam resistir á armada do Prior do Crato, mandou Pero Peixoto chegar á fortaleza, arrombar e metter no fundo os cinco navios do seu commando, e com o que d'elles salvou e com a gente de todas as embarcações se acolheu á fortaleza.

Tendo D. Antonio desembarcado na ilha de S. Miguel, no areal de Rasto de Cão, a 16 de julho, sem que lh'o podessem impedir as forças de terra, recolheram se á mesma fortaleza o capitão d'ella, D. João de Castilho, o Governador e capitão general da ilha Martim Affonso de Mello, o Bispo D. Pedro de Castilho, o Corregedor Christovam Soares d'Albergaria, e mais capitães e tropas, onde se prepararam para resistir a D. Antonio.

«Estando D. Antonio no lugar de S. Roque mandou uma carta a D. João de Castilho, capitão da fortaleza, escripta sexta feira vinte de julho, em que lhe dizia, que lh'a entregasse; pois sabia, que era sua; e via seu grande poder, e que lhe daria passagem, para elle e sua gente; e perdoaria aos portuguezes; e não o fazendo mandaria tirar em terra das náos sete peças de bater, com que a bateria, e lhe fazia saber, que não vinha armada de Hespanha aquelle anno; e para mais certa d'isso mandassem lá uma pessoa que se informasse de um Carrião alferes, que partira de Lisboa a sete de julho, e elle havia tomado; o qual affirmara que nenhum soccorro mandaria Elrei aquelle anno a esta ilha. Ao qual o dito D. João de Castilho, e o governador Martim Affonso de Mello, e o Bispo D. Pedro de Castilho, e o Corregedor Christovam Soares d'Albergaria, que dentro na fortaleza estavam; responderam que aquella fortaleza era d'elrei de Hespanha: e não lh'a entregaria»

«Antes dos francezes chegarem a saquear a cidade, os biscainhos recolheram d'ella muito fato e mantimento para dentro da fortaleza, e fizeram trincheiras nas boccas das ruas que iam ter á dita fortaleza: donde davam muitas surriadas de mosquetaria, e arcabuzaria, para que os francezes não chegassem, e assestaram na mesma fortaleza á artilheria, como convinha: com o que derribaram e queimaram muitas casas, que estavam em redor d'ella, para melhor se defender do combate, que lhe dessem: e estando todos mui determinados, e apostados a morrer por seu rei; e D. Antonio a combater a fortaleza, tendo já

feitas muitas trincheiras na praça e ruas da cidade com pipas e caixas cheias de pedra e terra» (1).

Chegando no entretanto à ilha de S. Miguel o Marquez de Santa Cruz, que de Lisboa sahira com o intento de ir render a ilha Terceira, levantaram os francezes o cerco do Castello de S. Braz, embarcando nos seus navios para irem combater a armada do mesmo Marquez.

Foi, porem, derrotada a armada de D. Antonio em uma sangüinolenta batalha ferida no dia 26 de julho, cinco leguas ao sul de Ponta Delgada, em que ficaram perdidas quatorze náos francezas, 300 prisioneiros, muitos feridos e 3:000 mortos, entre os quaes Philippe Strosse e o Conde de Vimioso. D. Antonio não assistio à batalha, tendo na vespera á noite seguido em uma embarcação ligeira para a ilha Terceira.

Foi, como se vê, de pequena duração o cerco do Castello de S. Braz, pelo inesperado socorro que lhe trouxe o Marquez de Santa Cruz, e não se pode avaliar se por muito tempo seria capaz de resistir ao mesmo cerco.

O que é certo, porem, é que fez com que não fosse completo o curto dominio de D. Antonio na ilha de S. Miguel, e a que a elle se poderam acolher todas as auctoridades e tropas, que obedeciam a Philippe 1.º, o que nos leva a crer que por este tempo, julho de 1582, devia estar concluida, ou pouco menos, a obra de D. João 3.º.

O traçado de D. João 3.º comprehendia somente o recintheo principal, isto é, os quatro balaartes e as respectivas cortinas. A especie de revelim que cobre exteriormente a cortina de leste, bem como o caminho coberto e as baterias razantes da frente virada ao sul, foram depois acrescentadas ao plano primitivo, como veremos.

Deviam por este tempo estar acabadas as muralhas e aquartelamentos; o que provavelmente não o estava era o fosso, visto que ainda tres annos antes, por Provisão regia de 12 d'agosto de 1579 (2), se ordenara que a *cara* do Castello de S. Braz fosse por dentro da cerca do Convento dos Frades de S. Francisco.

O revelim de que acima fallámos, parece ter sido começado em 1585 segundo o plano e sob a direcção de Luiz Gonçalves, mestre da obra do Castello de S. João Baptista em Angra, da ilha Terceira, como se deprehende da carta do corregedor das illas Dr. Christovam Soares d'Albergaria, ao Archiduque Alberto, de 5 de outubro de 1585, dando parte do combate que, por aquelle tempo, houve no porto de Ponta Delgada entre duas náos inglezas e um galeão hespanhol, em que tambem tomou parte o Castello de S. Braz.

Diz o Corregedor: — «As mais particularidades saberá V. A. do

---

(1) Dr. Gaspar Fructuoso, *Saudades da Terra*, Cap. 461, fl. 442 do MS. *Archivo dos Açores*, Vol II, N.º 11.

(2) Liv.º 1.º da Camara de P. Delgada, fl. 174 v.º.

Conde de Villa Franca, que tem cuidado de as escrever, e das cousas que tocam ao serviço de S. Magestade, como convem».

«A elle e a mim parecem bem meter por alguns dias n'esta terra a Luiz Gonçalves, mestre das obras da ilha Terceira, que vae ao Reino sobre seus negocios, para que por sua ordem e traça, se faça uma plataforma na fortaleza deante da cortina de S. Braz, por ser mais fraca, que as outras, e esta fortificação de muito effeito para defensão d'aquelle lugar, e com elle se entenderá em o que mais for necessario, por que não ha na terra engenheiro nem pessoa que o entenda».

«E a fortaleza está mal provida de polvora e munições, alem de estar sogeta a padraços, principalmente aos dois mosteiros da Esperança e de S. Francisco, que se devião de mudar a outra parte e deixar praça bastante em campo raso ao redor, como em os mais castellos. E V. A. deve mandar prover com brevidade nestas cousas para ella estar segura, e esta terra não ter outro amparo». (4)

Por este mesmo tempo começou tambem a construcção do caminho coberto sob a direcção do mestre de campo hespanhol, Agustín Inhiques, como se depreheende d'outra carta do referido corregedor ao mesmo Archiduque Alberto, de 23 de novembro do mesmo anno de 1585, communicando-lhe a noticia, que tinha chegado a S. Miguel, de estar o Prior do Crato em Inglaterra preparando uma nova armada para tornar aos Açores. Lê se n'esta carta:— «O mez passado vieram tres náos de mercadores inglezes carregar de pastel, no porto da cidade de Ponta Delgada; em uma dellas veio Duarte Privado, d'esta ilha, que por mandado do conde de Villa Franca era naquelle Reyno com seus negocios de mercancia. Este deu aviso como em hum porto de Inglaterra ficava humma armada de 22 náos grossas, a cargo de Francisco Draque, e em sua companhia D. Antonio, prior que foy do Crato, que de poucos dias havia chegado de França, e que ficavam para se fazer lha vella e devião já de andar no mar, sem se saber seu desenhio por haver muitos e diferentes pareceres, e alguns que virião a estas ilhas, de que a gente desta fica cheia de medo e desprovida de todas as couzas necessarias para sua defensão, como são armas, polvora, munições e exercicio, de que V. A. a deve mandar prover com tempo, ao menos a fortaleza de Ponta Delgada, por que em quanto ella se defender estará a terra guardada; está falta de todas estas couzas, sogeta a padraços, principalmente aos dois mosteiros de S. Francisco e da Esperança, que lhe ficam ha cavalleiro, e estão por acabar algumas fortificações começadas, a estrada cuberta que principiou o mestre de campo Agustín Inhiques, e ha plataforma deante da cortina de leste, que como serem de muita importancia correm as obras dellas tão devagar, que se V. A. o não mandar lembrar, nunca serão acabadas, e acabando se tirados hos padraços, ficará a fortaleza de-



fensavel, reforçada de mays gente de guerra, por que tem pouca para nsustentar bateria e quanto ha na terra» (1).

Dez annos antes do corregedor Albergaria clamar contra os padrastos do Castello de S. Braz, já estes tinham despertado a attenção regia, como se vê da Provisão de 3 de Junho de 1575, mandando derubar a torre dos sinos do Convento de S. Francisco de Ponta Delgada, «por que ella pela sua altura dominava o Castello de S. Braz, que se estava fazendo, abaixando-se a torre á custa do cofre dos 2 por cento» (2).

Na reconstrucção do mesmo convento, terminada em 1789 (3), não se attendeo a estas prescripções, de modo que os terraços do convento, hoje Hospital da Misericordia, dominam os parapeitos e praças d'armas do mesmo Castello.

Era o corregedor Christovam Soares d'Albergaria envidoso das cousas que interessavam o serviço d'elrei.

Com respeito, porem, ao Castello de S. Braz parece não terem os seus envidos sido muito attendidos, visto como as obras da fortaleza chegaram em pouco a estar paradas, como se vê do Alvará de 30 de junho de 1598 (4), ordenando ao conde de Villa Franca que avise do estado da receita dos 2 por cento e da despeza, e bem assim dos motivos porque se parou com as obras da fortaleza. Razão tinha pois o corregedor Albergaria em escrever ao Cardeal Archiduque — «correm as obras dellas tão devagar, que se V. A. o não mandar lembrar, nunca serão acabadas».

O imposto de 2 por cento sobre o valor do pastel e assucar exportado de S. Miguel, destinado exclusivamente para as obras da fortaleza e soldo da tropa, sempre se ia cobrando.

Que applicação se dava, porem, ao rendimento do mesmo imposto devia saber-o o Conde de Villa Franca; nós apenas sabemos que não era com as obras da fortaleza que elle se gastava, visto que ellas estavam paradas.

Por quanto tempo estiveram as obras paradas e que effeito produziu o Alvará de 30 de Agosto de 1598, que fica citado, não pudemos apurar.

O que se sabe é que a plataforma em frente da cortina de leste, mandada acrescentar ao plano de D. João 3.<sup>o</sup> pelo corregedor Christovam Soares d'Albergaria em 1585, e de que foi encarregado Luiz Gonçalves, mestre da obra do Castello de S. Philippe em Angra, ainda estava em construcção em 1612, vinte e sete annos depois, como clara-

(1) *Archivo dos Açores*, Vol. II, N.º 8.

(2) Cit. Liv. Velho da Camara de P. Delgada, fl. 174.

(3) *Archivo dos Açores*, Vol. III, p. 71.

(4) Cit. Liv. da Camara de Ponta Delgada, fl. 229.

mente se deduz do Alvará de 4 de julho d'aquelle anno (1), em que, alem d'ontras providencias, se mandam dar quatro centos mil reis cada anno, do cofre dos 2 por cento da ilha de S. Miguel, para o Castello de S. Philippe do Monte Brazil na ilha Terceira —*depois de terminado o re-relim, etc., em S. Miguel.*

Tão vagarosamente correram sempre as obras do Castello de S. Braz, que era justo esperar que ao menos fosse cuidadosa e esmerada a sua execução, e ficasse a fortaleza em boas condições de solidez e duração.

Não acontecen, porem, assim, sendo talvez o vagar com que as obras correram sempre, interrompendo-se por ventura em phases criticas em que mais conviria dar-lhes o maior desenvolvimento para garantir e consolidar o trabalho feito, como geralmente acontece em obras expostas á acção do mar, o principal motivo por que em 1624 *estavam os baluartes pelo lado do mar em muito mau estado e ameaçando ruina.* Assim consta da provisão de 7 de maio d'aquelle anno pelo Provedor da Fazenda Real, Licenciado Antonio Ferreira de Betancor (2), para o Juiz de Fôra e Contador da Fazenda, Miguel Cysne de Faria, servir de Provedor das Fortificações, «por não haver onvidor ao presente a quem pertencia o objecto, e por estarem os baluartes do Castello de S. Braz pelo lado do mar em muito mau estado e ameaçando grande ruina»; provimento até S. Magestade mandar o contrario e de que tomou posse o Juiz de Fôra em 24 do dito mez de maio.

Até á restauração do Reino em 1640 nada se fez que melhorasse o estado de ruina, em que se achavam os baluartes do Castello de S. Braz á data d'aquelle documento, como se depreheende da Carta de D. Miguel d'Almeida (3), vedor da Fazenda, em nome de Elrei D. João 4.º, ao Provedor da Fazenda Real, Agostinho Borges de Sousa, de Lisboa 26 de setembro de 1642, ordenando que, tendo avisado o governador da ilha de S. Miguel, Francisco Luiz de Vasconcellos, do mau estado das fortificações, etc., sem demora parta para S. Miguel, e com pessoas entendidas na materia fação um orçamento da despesa necessaria para reparar o Castello. E o mesmo se depreheende da Carta (4) de 9 de outubro do mesmo anno, do proprio D. João 4.º ao dito Provedor da Fazenda Real, Agostinho Borges de Sousa, louvando-o por todos os serviços que tem feito depois da sua Aclamação, e recomen-dando-lhe que parta logo para S. Miguel, para prevenir os mantimentos e mais cousas das Armadas que no futuro anno hão de sabir de Lisboa, e que da ilha Terceira leve com sigo para S. Miguel pessoas entendidas em fortificação.

---

(1) *Liv. Velho da Camara de Ponta Delgada*, fl. 181.

(2) *Ibidem*, fl. 33 v.º.

(3) *Liv. 1.º da Alfandega de P. Delgada*, f. 319 v..

(4) *Ibidem*, fl. 349.

Estas reparações parece que só se effectuaram no reinado de D. Pedro 2.º, por ocasião da guerra chamada da successão, em que aliados com a Inglaterra e Allemanha, combatemos contra a Hespanha e a França, e que terminou com a paz firmada no tratado de Utrecht de 6 de fevereiro de 1715. Assim o declara em 6 d'Agosto de 1767 o Sargento-mór com exercicio de Engenheiro, João Antonio Judice, em um relatorio (1) sobre as fortificações da ilha Terceira e da ilha de S. Miguel, em que a respeito do Castello de S. Braz, diz:

«E a maior que tem a ilha, foi reedificada na occasião da guerra proxima passada; semelhantemente os mais fortes que a ilha tem: nesta somente uma obra que se fez de um corpo de guarda, não foi bem construida, por ser feita no fosso, concorrendo para isto o não ser projectada, por professor da arte militar. As mais obras que se fizeram na dita Fortaleza lhe eram indispensavelmente necessarias, e não precisa ao presente de obra alguma».

Apesar d'esta declaração formal, outras obras se fizeram depois, sob a direcção do major d'Engenheiros, Francisco Borges da Silva, nos annos de 1812 a 1819.

As mais importantes d'estas obras foram as tres baterias razantes e casamadas, traçadas exteriormente ao primitivo recintho fortificado, denominadas do Príncipe Regente, de Bragança e de Ponta Delgada. (Esta ultima foi, conjunctamente com o caminho coberto da frente de oeste, cedida em 9 de setembro de 1868 às obras do Porto artificial, e sobre ella se construiu a estação dos pilotos do mesmo porto). A bateria da cortina da frente do sul: o fosso das frentes de leste, norte e oeste, aberto em rocha, e d'onde se tirou a pedra para todas as obras novas; a bateria que enfia o fosso e defende o accesso da ponte levadiça; os armazens á prova de bomba no macisso do terrapleno da cortina da frente do sul, e o aquartelamento occupado hoje pela comp.<sup>a</sup> n.º 2 d'artellheria de guaruição, construido sobre um antigo armazem á prova de bomba.

A construcção d'este quartel deo lugar a um pequeno conflicto entre o Engenheiro Francisco Borges e o Coronel de artilheria, governador da ilha de S. Miguel, Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira.

Não se conformou o governador Arriaga com o projecto elaborado por aquelle, e ordenou-lhe que fizesse outro em que introduzisse as alterações por elle indicadas.

Foi esta ordem cumprida, mas ao mesmo tempo apresenton o engenheiro um estudo comparativo dos dois projectos, concluindo, não sem boas razões, por regeitar o segundo e dar a preferencia ao seu. Em vista d'isto officiou o governador ao engenheiro em 7 de janeiro de 1819, dizendo-lhe que não permittiria que se fizessem aquellas obras, que a sua profissão achasse inactivéis, com tanto que o mesmo

(1) *Archivo dos Açores*, Vol. V, N.º 29.

engenheiro expressamente as declarasse taes.

Fez Francisco Borges esta declaração nos seguintes termos, como se vê d'uma folha com os desenhos dos dois projectos e o estudo comparativo dos mesmos, tudo assignado pelo mesmo Francisco Borges e datado de 15 de janeiro de 1819:

«O abaixo assignado Tenente Coronel do Real Corpo dos Engenheiros, Encarregado por Sua Magestade Fidelissima, que Deus Guarde, da Fortificação d'esta Ilha, apresenta a V. S.<sup>a</sup>, Ill.<sup>mo</sup> Snr. Governador d'esta Ilha, o resultado das suas observações sobre o Quartel do Batalhão d'Infanteria n.º 2, d'esta Capitania, conforme se combinou no dia 1 de janeiro do corrente anno; e tendo no dia 7 de janeiro do corrente recebido hum officio em que V. S.<sup>a</sup> determinava, «que não permitirá, que se fação aquellas obras, que a minha Profissão achar infactíveis, como Encarregado da Fortificação desta Ilha, com tanto que eu expressamente o declare a V. S.<sup>a</sup>», em observancia da supra-citada ordem declaro a V. S.<sup>a</sup> expressamente, que é inadmissivel, pelas razões supra expendidas o Projecto N.º 2 do Quartel do Batalhão: o abaixo assignado rectifica a V. S.<sup>a</sup> os sentimentos do seu respeito. Deus Guarde a V. S.<sup>a</sup>. Archivo da Comissão de Engenharia, Ponta delgada 15 de janeiro de 1819. Ill.<sup>mo</sup> Snr. Sebastião José d'Arriaga Lrum da Silveira. Francisco Borges da Silva».

Parece que a questão devia terminar aqui. Não acontecen, porem, assim. O governador Arriaga, ou por que fosse teimoso ou por orgulho de ver a sua sciencia tida em menos preço, apesar d'esta declaração formal, insistio na execução do seu projecto, com pequenas alterações, declarando que assumia toda a responsabilidade.

O engenheiro Francisco Borges fez o que se costuma fazer em taes casos, lavou d'ahi as suas mãos, como se vê da seguinte declaração, lançada e assignada por elle na citada folha de desenhos: «No dia 18 do corrente mez apresentei a V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> os Projectos, nesta Planta marcados; á vista delles declarou V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> que queria as alterações marcadas no 2.º projecto com agoada de amarello; isto é, que as 3 Escadas B'B' se suprimissem, etc. . . . e que em quanto ao mais se executasse o Projecto n.º 2 tal qual V. S. o mandava executar, e que o puzesse immediatamente em execução, por que era V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> que por elle ficava responsavel a S. Magestade: depois desta declaração tão formal, e de eu ter dado da minha parte todas aquellas insinuações, que a minha Profissão me suggeria para o melhor serviço do Mesmo Senhor, nada mais tenho a fazer do que continuar a executar as ordens, que hontem mesmo á vista de V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> se derão aos mestres das obras para que mettessem hoje o numero maior de officiaes que podessem trabalhar para se ultimar, segundo a positiva determinação de V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup>, o Quartel de parte do Batalhão de Infanteria n.º 2 dos Açores, conforme o Projecto n.º 2 de V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup>. Deus Guarde a V.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup>, 19 de Janeiro de 1819. Francisco Borges da Silva.»

E de notar que a divergencia se referia principalmente á distribuição interior do quartel, e que o que existe actualmente se afasta muito de qualquer dos dois projectos.

De então para cá apenas se tem executado no Castello de S. Braz pequenos trabalhos de conservação e reparação, tanto nas muralhas como nos aquartelamentos, com excepção dos effectuados na bateria da Rainha nos annos de 1839 e 1840, que foram d'uma certa importancia.

Para terminar daremos noticia d'outro cerco feito ao Castello de S. Braz em abril de 1835. Foi de pequena duração e pouca importancia, mas ainda assim notavel pelas circumstancias em que teve lugar.

Pouco tempo havia que tinha terminado a guerra da successão com a sahida de D. Miguel para fóra do Reino ajustada na convenção de Évora Monte, e achava-se por isso a ilha de S. Miguel quasi de todo desprovida de guarnição de tropas regulares.

Com custo se tinha limpado a ilha de bandos de guerrilhas que a infestavam desde a sahida da expedição para o Porto sob o Commando do Duque de Bragança, e estavam os animos mal serenados ainda das violentas commoções por que acabavam de passar, quando na manhã do dia 23 d'abril de 1835 foi a cidade de Ponta Delgada surpreendida com a noticia de que os calcetas prezos no castello se haviam revoltado e apossado do mesmo castello, tendo á sua frente o celebre guerrilha, Sebastião Francisco Forjaque.

A bandeira do usurpador hasteada no castello e os tiros de artilheria e fuzilaria, que do mesmo partião eram a confirmação do boato.

Immediatamente se congregaram todos os elementos de força de que se dispunha para debellar a rebelião, e foi o Batalhão Provisorio de Guardas Civicas, commandado pelo capitão do mesmo, o cidadão Nicolau Antonio Borges de Bettencourt, encarregado de pôr cerco ao castello, para obrigar os revoltosos a render-se.

O detalhe das operações realisadas por este Batalhão pode ver-se no numero 3 do jornal «Açoriano Oriental» de 9 de maio d'aquelle anno, jornal que ainda se publica em Ponta Delgada; em uma correspondencia firmada pelo commandante das mesmas operações, Nicolau Antonio Borges de Bettencourt. (1)

Durou o cerco até ao amanhecer do dia 25, em que os revoltosos, vendo que nenhum auxilio lhes era prestado do lado de fóra, por não ter o grito de revolta sido secundado em nenhum outro ponto da ilha, pretenderam salvar-se pela fuga.

Não conseguiram transpor a linha de investimento e n'esta tentativa foram alguns fuzilados, e os restantes, em numero total de vinte e tres, tiveram a mesma sorte pouco depois, em que o castello foi entrado. Caro pagaram estes desgraçados tão temeraria tentativa de rebelião.

A. Cesar Supico.

## JUSTIFICAÇÃO

para provar a necessidade da Ilha de S. Miguel ser separada do Governo d'Angra; 1821.

Diz o Procurador do Concelho d'esta Cidade que para bem de sua Justiça, e para poder Representar a Sua Magestade, e ao Sobrano Congresso das Cortes de Portugal o que convém aos povos d'esta Ilha pertende Justificar o seguinte:

1.º—Item que esta Ilha de São Miguel ficando no meio do Atlantico, dista da Ilha Terceira mais de quarenta legoas, e ainda fica mais afastada das outras dos Açores.

2.º—Que as correntes do mar que separão aquellas Ilhas são tão fortes no inverno que as fazem incommunicaveis por muitos mezes resultando desastrosos naufragios a alguns Navios, que pertendem abor-d-Illas; e outros arribatados (*sic*) a Portos muito distantes da Europa, Africa, e America quando navegação d'umas para as outras pela dependencia em que tem estado do Governo d'Angra.

3.º—Que sendo esta Ilha de São Miguel quasi igual em extensão à d'Angra he dupla, ou tripula em intenção pela sua população, rendimentos, e commercio.

4.º—Que esta Ilha de S. Miguel tendo superabundantes generos de suas produções para o consumo da sua população nenhuma precisão tem das outras Ilhas, nenhuma dependencia d'ellas, e muito menos da Ilha Terceira, para por ellas, ou por ella ser soccorrida, e quando chegasse a hypothese de precisar algum soccorro mais facil lhe seria havello de Portugal, ou d'outros Portos da Europa, até por que para ali exporta os seus generos sobejos, e a troco d'elles poderia prover-se do que precisasse.

5.º—Que pelos mesmos motivos da distancia em que se acha das outras Ilhas, e bravura dos mares que as separão não pode jámais receber d'ellas algum soccorro no caso de ser acometida por alguma força inimiga superior às suas forças internas pela difficuldade de communicar esse ataque, colizão em que se vir, aos Governos das outras Ilhas, e maior difficuldade ainda em lhe vir de lá soccorro pois que devendo este vir pelo mar não ha Navios d'aquellas alturas que condução Tropas, e os mais provimentos belicos para sua defeza, e quando viessem cahirão nas mãos dos inimigos que com suas Armadas bloqueiassem a mesma Ilha.

6.º—Que em taes circumstancias só pode a mesma Ilha ser soc-

corrida pela Mãe-Pátria, porque de Portugal pode esperar todos os socorros assim de gente como petreixos belicos em Embarcações fortes que resistão a uma tal invazão.

7.º—Que igualmente lhe he inefficaz, e desproveitoso o Governo Militar da dita Ilha com dependencia do Governo d'Angra, por que devendo as providencias de sua defeza ser promptamente dadas deve o Commandante Militar da mesma Ilha resolver por si, e com o Conselho Militar n'ella estacionado os negocios occorrentes sem estar esperando a resolução da Ilha Terceira, já pela difficuldade de conseguir esse Conselho que pode demorar-se mezes sem se obter, e vir a tempo de estar perdida a cauza da mesma defeza, já por que não estando o Governador d'Angra ao facto do negocio que pode variar de circumstancias d'um para outro momento podem esses conselhos vir a tempo de serem mais prejudiciaes do que proveitosos á dita defeza.

8.º—Que á vista do exposto vem a ser inutil a esta Ilha a dependencia do Governo Militar d'ella do Governo Militar d'Angra, e muito mais conveniente, util, e proveitoso lhe he comunicar-se directamente com o Governo de Portugal no que respeita a sua defeza.

9.º—Que pelo que toca ao Governo Civil e Criminal militão iguaes motivos, ou ainda mais poderosos para deverem os cargos das Magistraturas ser independentes em suas deliberações d'algun Magistrado, ou Corporação estacionada na Cidade d'Angra, e he mais commodo e proveitoso a todos os povos que ali se decidão todas as questões Civis e Criminaes na primeira instancia, tendo por ultima instancia as Relações estabelecidas em Lisboa tanto por que para ali tem mais facil correspondencia, já por Paquetes, e já por Embarcações Mercantis que todos os mezes, ou variados em cada mez sahem d'esta ilha para Portugal, já pela facilidade de pôr ali os seus fundos pelos generos que se exportão para Portugal; já por que em Lisboa tem mais Don-tos Advogados que os defendão, e Ministros mais sabios, e imparciaes que decidão as suas questões quando na quella Ilha Terceira alem das ponderadas difficuldades de Communicação é preciso mandar moeda que impobrece esta Ilha; não ha letrados benemerites, e os mesmos defeitos de ordinario concorrem nos Ministros que ali vão administrar Justiça, por que sendo nos proprios Logares, e achando-se distantes da Corte, e de quem pode corrigir as snas acções he facil a prevaricação quanto he difficil os povos remediar os males que d'aqui lhe resultão.

10.º—Que alem disto accresce o odio, e rivalidade que tem ha muitos annos a esta parte os habitantes da ilha Terceira aos povos d'esta Ilha; ou seja por ver em a sua maior população riqueza e commercio tudo devido á sua actividade, e á sua industria, e não poderem competir com elles, d'aqui resulta procurarem todos os meios de vexallos e oprimillos nas suas Pessoas, na sua honra, e na sua fazenda, fazendo os esforços com todos os Mandantes que tem na mesma Ilha Tercei-

ra para macular os seus creditos, e deprimillos por todos os lados até com sinistras informações que fazem levar aos Tribunaes Superiores, e á Real Presença fazendo se por isso sempre suspeitos aos povos d'esta Ilha. para conhecer das suas canzas.

11.º—Que por esses motivos tem os povos d'esta Ilha soffrido ha muitos annos a esta parte grandes oppressões, e vexações em suas pessoas, e bens, e tem a Fazenda Nacional experimentado as maiores extorções, e delapidações em consequencia das ordens emanadas d'aquelle Governo de Angra mancomunados com a Junta da Fazenda Nacional ali estabelecida.

12.º—Que antes mesmo de ser creado o Batalhão da mesma Ilha Terceira estabelecido por ordem Regia vinhão a cada hora ordens expedidas aos Governadores d'esta para procederem ao recrutamento, as mais rigorosas a titulo de se proverem os logares vagos do pé de Castello que na mesma Ilha Terceira existia.

13.º—Que depois de erecto o Batalhão na Ilha Terceira crescêrão os recrutamentos que n'esta Ilha se mandavão fazer; e sendo pelo ex-General Francisco Antonio d'Aranjo erecto um segundo Batalhão na dita Ilha Terceira foi este o novo pretexto para novos recrutamentos.

14.º—Que taes recrutamentos tinhão só por objecto atrahir gente para aquella Ilha para depois serem vendidos os recrutados como Escravos pois que erão obrigados a comprar a sua liberdade aos Comandantes Militares, e a todos os que influíão no Governo d'Angra.

15.º—Que sendo resgatados estes miseraveis recrutas com o seu proprio dinheiro immediatamente se procedia a novos recrutamentos que se hião pôr em venda na dita Cidade d'Angra ao que mais desse pela sua liberdade.

16.º—Que aquelles recrutas erão ordinariamente extrahidos da classe de lavradores, e trabalhadores do campo, e mais predios rusticos, e com elles não só se tem diminuido a Agricultura que hoje podia ter crescido, e com ella as produções d'esta Ilha. mas tambem diminuido muito a sua população que podia ser dobrada. tanto a sim.

17.º—Que achando-se mais de metade d'esta Ilha sem cultura por falta de população, e de braços que se empreguem em rotear as terras maninhas, os Povos por si mesmo industriosos, e laboriosos sem precisão de serem auxiliados, e promovidos por si mesmo tratarião d'abrir essas terras incultas para d'ellas extrahir fecundas produções.

18.º—Que com taes recrutamentos se multiplicarão as despesas da Fazenda Nacional por ser preciso e indispensavel dispendir muito em cada uma das novas recrutas no seu transporte d'uma para outra Ilha, no seu sustento e fardamento primeiro que chegasse a estado de fazer o serviço, e todas essas despesas erão perdidas para a Fazenda Nacional pelas baixas que se lhe dava em almoeda.

19.º—Que não contentes os ditos Mandantes da Terceira em assim perseguirem os Povos d'esta Ilha por aquelle modo tratando-os



como manadas de Ovellhas, e Eseravos de Guiné, e em dilapidarem por aquelle modo a Fazenda Nacional elles remettião a cada passo Ordens aos Governadores d'esta Ilha tendentes a destruylla, e a consumir os dinheiros da Fazenda Nacional.

20.º—Que similhantes Ordens foram enviadas ao Governador Francisco de Paula Cavalcante, ao seu successor Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira, para reparar as Fortalezas da Costa d'esta Ilha de baixo da inspecção do Engenheiro Francisco Borges, e intendendo-se elle em sua execução com o Governo d'Angra fez demolir as principaes obras da Fortaleza de São Braz, para sobre ellas construir outras inutilizando as grandes despesas que se havião feito com a sua construcção e acrescentando despesas à Fazenda Nacional que esgotarão os seus Thezouros.

21.º—Que alem d'esta Fortaleza destruiu outras que existião por toda a costa d'esta Ilha, bem construidas, e em pontos salientes, e mais proprios para a sua defeza fazendo de novo outras obras no interior da Ilha que nenhuma defeza podem produzir no caso de ser acometida por força inimiga despendendo com isto sommas immensas ao Thezouro Nacional, e vexando os Povos sobre maneira.

22.º—Que não contentes os ditos Mandantes de Angra com taes despotismos mandarão outra ordem ao dito ex-Governador Sebastião José d'Arriaga Brum da Silveira para reparar as estradas de toda esta Ilha com o pretexto de ser preciso haver n'ella estradas Militares para por ellas tranzitar Artellharia no caso d'alguma invazão inimiga quando taes estradas só podião favorecer os agressores, e quando toda a defeza d'esta Ilha é exterior, e uma vez que uma força armada de Tropa podesse assaltar a nenhuma rezistencia poderia oppôr-se-lhe como é bem reconhecida por todos intelligentes da materia.

23.º—Que este plano só teve por objecto exgotar o Thezouro Nacional com despesas extraordinarias, e inuteis, vexar e opprimir os Povos d'esta Ilha com pedidos enormes, e fachinas violentas, exigindo de cada um dos pobres miseraveis dez, doze, e mais dias de trabalho gratuito, as suas bestas, os seus carros, sem nenhum estipendio, e se algum faltava era multado, prezo rigorosamente, e castigado, fazendo-o chegar ao ultimo apuro.

24.º Que o dito ex-General Aranja não contente em mandar praticar tão dezasstrosas obras fez chamar as principaes Pessoas que occupavão os primeiros postos Militares d'esta Ilha para irem na Cidade de Angra aprender a nova tatica militar e virem insinual-a aos seus subalternos sendo este ardil capeado com o zello do Real serviço inventado para sacar a cada um d'aquelles officiaes uma grande somma e conseguida ella todos se vierão embora no agrado de seus superiores depois de lhe terem feito experimentar os riscos do mar, o desarranjo das suas casas, e das suas familias, e uma despesa enorme nos seus transportes sem algum frnto do Real serviço.

25.º—Que os referidos Mandantes Militares querendo evadir-se a tantos incommodos, riscos, e despezas se offerecêrão em mandar vir á sua custa um instructor da Cidade d'Angra que os instruisse na dita nova tática, e forão desattendidos em sua pertençaõ.

26.º—Que não contente o dito ex-General Araujo na instrucção que fez dar áquelles officiaes Militares passou depois a remetter outros instructores a quem quiz favorecer para virem n'esta Ilha praticar novas extorções, e hostilidades que espantárão os Povos d'esta Ilha de S. Miguel assimilhados aos escravos, sentirão a maior satisfação quando virão preparar a Regeneração Politica de Portugal na Heroica minto Nobre e para sempre Leal Cidade do Porto, e maior ainda quando virão abraçada tão justa e santa determinação por todos os Povos do Reino pela lizongeira esperanza em que ficarão de ser resgatado o seu cativoiro.

27.º—Que costumados estes Povos ao soffrimento e a uma cega obediencia ás Authoridades Constituidas virão de repente eclipsado aquelle brilhante sol que da Luzitania os illuminava pelas ordens emanadas d'aquella Ilha Terceira, e do General Stockler successor do dito Araujo, uma devassa occulta se abriu contra todos os que fallassem sobre os beneficios da nova Regeneração Politica de Portugal, quebras-se o sagrado sigillo da obreia, e ficou interrompida a correspondencia dos homens e até era prohibido ler papeis publicos.

28.º—Que n'este estado de couzas foi uma e universal a voz de todos os habitantes d'esta Ilha «sigamos a cauza de Portugal, e adherindo a ella ficaremos livres das oppressões que até aqui soffrimos, mas com independencia do Governo d'Angra».

29.º—Que com esta clauzula, e condição foi bastante que meia duzia de Nobres Cidadãos protegidos por trinta soldados do Batalhão d'esta Cidade que a isso se offerecêrão debaixo das ordens de seus officiaes superiores apparecessem na casa da Camara no memoravel dia primeiro de Março do corrente anno, e ali proclamassem obediencia ás cortes, ao Rei, e á sua Real Dynastia, respeito á Religião Catholica Romana: o sen ecco tocon todos os corações, e foi repetido com alegria por todos os habitantes d'esta Ilha que na maior paz, e tranquillidade corrêrão apressurados a cumprimentar os Autores de sua Regeneração, e a subscrever os Actos que n'aquelle dia se formarão.

30.º—Que a não ser as esperanças de se verificar aquella clauzula da independencia do Governo d'Angra nem aquelles heroes, e Nobres Cidadãos exporão a sua honra, a sua vida, a sua fazenda a uma empresa tão arriscada, nem os Povos d'esta Ilha protegerião a sua cauza, e talvez acontecessem os mesmos ou peores desastres que tem assolado aquelles Angrenses, e que tantos cuidados e despezas tem atrahido á mãe Patria.==Pede a Vossa Senhoria Illustrissimo Senhor Juiz Variador seja servido mandar proceder na dita Justificação, e se

lhe dêem os instrumentos que pedir. = E Receberá Mercê. = Rego Botelho.

Contem os depoimentos das seguintes testemunhas: Joaquim José Armand, negociante; Manoel de Sousa Simas, patrão mór; Manoel José Antonio da Costa, mercador; Jacintho José Machado, nautico; Manoel Rapozo Ferreira, nautico; Manoel de Sousa Resendes, negociante; Antonio Rebello de Carvalho, negociante; Capitão Bento José de Medeiros, proprietario, da Povoação; José Francisco Roiz de Lima, negociante; Nicoláo Maria Marfim, negociante; Agostinho Borges Henriques do Canto, proprietario; Manoel Joaquim de Fontes, negociante; que todos confirmaram o allegado

Foi julgada por sentença aos 11 de Dezembro de 1821. Escrivão João Francisco d'Oliveira, Ponta Delgada.

(O Original no Cartorio da Relação dos Açores).



## ANALYSE QUANTITATIVA DA AGUA DA LOMBADA

(na Ilha de S. Miguel, Açores)

Recebemos 24 garrafas, 49 das quaes em perfeito estado nos ministraram a agua para a analyse.

A analyse deu:

	por litro — grammas	
Acido carbonico livre . . . . .	1,748	
Acido carbonico, combinado . . . . .	α	0,0260
Chloro . . . . .	α	0,0130
Cilica . . . . .	α	0,0890
Cal . . . . .	α	0,0068
Per-oxido de ferro . . . . .	α	0,0037
Per-oxido de manganez . . . . .	α	0,0030
Potassa . . . . .	α	0,0030
Soda . . . . .	α	0,0335
Materias organicas . . . . .	α	0,0475
A agua evaporada a 100." . . . .	α	0,225

Em quanto ella perde o seu pezo, fornece grammas 0,225 d'extracto que se decompõe qualitativamente e quantitativamente nos productos, cuja natureza e proporção demos acima.

Este extracto aquecido até ao rubro fornece grammas 0,168 de materias mineraes fixas.

Os elementos, cuja determinação deixamos feita, não se acham livres na agua. Estão combinados entre si, sendo impossivel determinar exactamente em que estado de combinação elles ali se acham. Eil-o verosimilmente.

Um litro d'esta agua contém:

	grammas	
Acido carbonico livre gazoso . . . . .	1,748	
Carbonato de cal . . . . .	α	0,0132
Soda . . . . .	α	0,0405
Chloreto de potassio . . . . .	α	0,0047
Chloreto de sodio . . . . .	α	0,0189
Per-oxido de ferro . . . . .	α	0,0037
Per-oxido de manganez . . . . .	α	0,0030
Cilica . . . . .	α	0,0890
Materias organicas e productos em estado de vestigios		0,0470

Estas materias organicas acham-se pois em proporções extremamente fracas, por que o algarismo grammas 0,0470 comprehende tambem vestigios d'outros productos, cuja dôse não foi determinada, taes

como ácido bórico, que se acha em pequenissimas proporções em muitas aguas e cujo effeito é absolutamente nullo como acção curativa em outra qualquer em dózes tão fracas. Estas materias organicas não são azotadas nem contém germens susceptíveis de se desenvolverem na gelatina; não tem por tanto propriedade alguma nociva que possam commun car á agua.

Em resumo, esta agua não contém producto algum nocivo. É muito pouco salina, pôde muito bem ser comparada a uma agua potavel de perfeita qualidade, se não fizermos entrar em linha de conta o ácido carbonico livre. o qual n'ella existe em dóze muito elevada grammas 4,748. por litro.

Esta proporção d'ácido carbonico deve ser muito mais elevada no manancial por que deve ter-se perdido uma grande quantidade na occasião do engarrafamento. Debaixo do ponto de vista do ácido carbonico esta agua pode comparar-se á agua natural de Seltz, á de Caudillac, á de Soultzmalt, á de Saint-Galmier: é uma agua acidula como todas estas. Differe, porem, em ser extremamente pouco salina: assim, como vimos, o extracto d'ella é tão sómente de grammas 0,225. Em quanto que ella attinge na agua de Seltz 4 grammas, na de Caudillac 2,193, na de Soultzmalt 2,091, na de Saint Galmier 2 a 3.

A agua analysada é por tanto uma agua potavel de excellente qualidade muita acidula — podendo substituir com vantagem a agua de Saint Galmier, cujo uzo se acha extremamente espalhado.

=ATTRICHE, membro da Academia de Medicina de Paris, professor de chimica na escola superior de pharmacia de Paris=Paris, 9—11—86.

=CH. BARDY, perito junto ao tribunaal civil, do departamento de Sena.



## REGISTO CIVIL

Cópia—Ministerio do Reino—3.<sup>a</sup> Direcção —2.<sup>a</sup> Repartição —N.º 491—L.º 2.º—Sendo presente a Sua Magestade a Rainha, o officio do Governador Civil do Districto de Ponta Delgada em data de 24 de Maio ultimo, pedindo se lhe declare se aos competentes Funcionarios Administrativos é permittido por Lei levar pelos assentamentos do Registo Civil que no Archipelago Açoriano se acha em inteira execução desde que foi estabelecido pelo Decreto de 16 de Maio de 1832, os emolumentos para esse fim taxados no Codigo Administrativo de 1836 ou se taes emolumentos se devem ter por supprimidos, visto que no novissimo Codigo Administrativo nada se encontra que possa auctorisar a sua percepção: a Mesma Augusta Senhora, conformando-se com o parecer do Conselheiro Procurador Geral da Corôa, manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, participar ao sobredito Governador Civil, para sua intelligencia e effeitos convenientes, que achandô-se o Registo Civil legalmente instaurado e posto em pratica nas Parochias das Ilhas dos Açores logo depois da restauração d'estes Reinos em virtude do citado Decreto de 16 de Maio de 1832: e tendo se mostrado reconhecidamente vantajosa para o serviço publico a sua conservação, não convem que elle seja supprimido a fim de poder servir d'experiencia e modello para algum dia ser ampliado a todo o Reino; e como o actual Codigo Administrativo não decreta emolumento algum proprio para os actos do Registo Civil, cumpre n'esse caso omisso recorrer ás Leis anteriores, e por tanto auctorisar como legitima no Archipelago dos Açores a percepção dos salarios taxados no Codigo Administrativo de 1836 para os mencionados actos do Registo Civil. Paço de Cintra em 29 de Julho 1844. = A. B. da Costa Cabral. = Está conforme. Secretaria do Governo Civil em Ponta Delgada 9 de Setembro de 1844. = O Segundo Official: Joaquim Alberto Pereira Serpa.

Está conforme. Administração do Concelho de Ponta Delgada 3 de Fevereiro de 1887.

O Escrivão —Evaristo Soares de Menezes.

É digno de notar-se que a ilha de S. Miguel é o unico ponto do Paiz, em que existe o Registo Civil, estabelecido d'esde 1832, sem a menor difficuldade practica.

NOTA relativa ás superficies, população, e estradas das ilhas dos archipelagos dos Açores e Madeira.

<i>Ilhas</i>	<i>Superficie kilómetros quadrados</i>	<i>População habitantes</i>	<i>Densidade me- diu da popula- ção por kilo- metro</i>	<i>Extensão de estradas con- struidas, me- tros</i>	<i>Extensão de estradas a construir, ki- lómetros</i>	<i>Observações</i>
<i>Açores:</i>						
S. Miguel	4:053,37	122:000	416	67:204	204,0	O calculo das extensões da ultima columna é apenas approximado, e cumpre ad-vertir que referindo-se a todas as estradas pode succeder que não haja a necessidade de construir algumas, ou uma parte d'ellas. Tambem no mesmo calculo não se conta com a extensão dos lanços em via de execu-ção.
S. <sup>ta</sup> Maria	155,63	6:600	42	7:590	5,0	
Terceira	402,81	45:300	112	142:293	2,0	
Graciosa	58,80	8:500	144	51:000	4,0	
S. Jorge	316,26	18:500	58	26:418	35,0	
Fayal	203,43	25:100	123	44:820	40,0	
Pico	537,14	27:900	52	51:225	50,0	
Flores	215,43	9:700	45	40:157	56,0	
Corvo	43,20	900	21	"	"	
Somma	2:986,07	264:500	"	397:617	396	
<i>Madeira:</i>						
Madeira	775,43	130:000	168	10:610	250,0	
Porto Santo	63,75	1:800	28	"	"	
Somma	839,18	131:800	"	10:610	250,0	

**NOTA da despesa effectuada com as obras publicas dos Açores e da Madeira, e nos dois portos artificiaes de Ponta Delgada e Horta, desde 1852.**

<i>Direcções de Obras Publicas e portos de mar</i>	<i>Edificios</i>	<i>Estradas</i>	<i>Obras hydraulicas</i>	<i>Despesa total</i>
Ponta Delgada	194:636\$866	856:235\$199	165:130\$480	1.216:603\$565
Angra do Heroismo			149:723\$165	149:723\$165
Horta	31:230\$142	303:509\$920	329:821\$767	667:561\$829
Funchal	88:252\$916	192:723\$041	230:280\$699	511:256\$656
Porto artificial de P. Delgada			2.542:046\$110	2.542:046\$110
" " da Horta			816:093\$988	816:093\$988
Somma	317:119\$914	1.353:068\$160	4.233:096\$209	5.903:284\$313

Estas verbas resultam das contas fornecidas pelas Direcções. Com referencia á de Angra não se pôde completar este mappa, e assim ter-se-ha maior despesa nas Obras do mesmo Districto, e na somma total.

Esta despesa refere-se ao dia 30 de Junho de 1886 a começar desde 1852: tudo moeda forte.

(Estas duas notas foram offerecidas em 1 de julho de 1887, pelo Ex.<sup>mo</sup> Inspector o Coronel d'Engenheiros Silverio Augusto Pereira da Silva).



# COLLECÇÃO DE DOCUMENTOS

## RELATIVOS

### ÀS ILHAS DOS AÇORES

(Continuado de pag. 436 do Vol. VIII.)

---

#### Carta de perdão, a Fernão d'Evora, por fugir da prisão, de 27 de janeiro de 1501.

D. Manuel etc. S. S. (*saude: sabede*) que Fernam d'Evora morador na ilha do Fayall nos enviou dizer que sendo elle preso na dita ylha e entregue a huu mestre de huu navio pera o aver de trazer a estes nosos Regnos de Portuguall preso lhe fugira do dito navio sem quebrar ferro nem outra nenhua cousa e se acolhera a huna igreja polla quall fugida ele dito sopricante andava oora amorado com temor das nosas justicas de o por elo averem de prender. Enviandonos ele dito sopricante pedir por mercee que lhe perdoasemos a nosa justica se nos a ela em alguna guisa era theudo e obriguado por rezam da dita fugida que asy cometeo como dito he por quamto do mais por que era preso se queria livrar e mostrar por sem cullpa. E nos vendo ho que nos ele dito sopricante asy dizer e pedir enviou se asy he como elle diz e a fugida foy como se comta e hy mais nom ha visto huu parece com huu noso pase e querendo-lhe fazer graça e mercee teemos por bem e perdoamoslhe a nosa justica a que nos ele era theudo e obriguado por razam da dita fugida que asy fugio com tanto que ele sopricante pagase trezentos reaes pera as despesas da nosa Relaçam e ele sopricante tomara carta de seguramça da dada desta nosa carta a quinze dias primeiros seguintes e se livrara do por que era preso e nam ho fazendo ele asy esta nosa carta lhe nom valha e comprindoo como dito he sim. Por quanto ele loguo pagou os ditos dinheiros a Francisco Diaz escriptvam do noso desembarguo e rrecededor delles segundo dello fomos certo per huu seu asinado e per outro de João do Porto escriptvam dante os nosos corregedores e do dito carguo que os sobrelele pos em recepta vos mandamos que daqui em diante ho nom preu-

daes nem mandes prender & *em forma*. Dada em Lisboa aos xxbij (27) dias do mes de janeiro. El Rey ho mandou pollo bispo da Guarda do seu Conselho e seu Capelam moor e Gonçalo d'Azevedo ambos seus desembargadores do Paço, Luiz Fernandes por Francisco Diaz a fez anno do nacimiento de noso Senhor Jhu Xpõ de mil e quinhentos e huu annos. E en Francisco Diaz a fiz escrever e comertei e soescrevi per autoridade do dito senhor que pera ello tenho.

(*Arch. nac. da T. do T., Liv. 45 de D. Man. f. 33*).

### Carta de perdão a Fernão d'Evora: de 16 de novembro de 1501.

(*Em que se tracta da molher de Martin de Bohemia*)

Dom Manuell e &<sup>a</sup> sande, sabede que Fernam d'Evora escudeiro morador em a ylha do Fayall nos emvion dizer que o capitam da dita ylha o prendera dizemdo que o achara com hua sua irmaã(1) casada molher de huu Martin de Boeme (2) e o mandara asy presso carregado de ferros aa nosa corte e elle sobpricante no caminho fugira ao cabo de Sam Vicente tomando a barqua aos marinheiros e sse acolhera a terra a quall fugida lhe nos perdoaramos e mandamos que elle tomase carta de seguro e que citase as partes atee per todo o mes de mayo que vynha as quoaas partes elle citara e comprira em todo noso mandado. E tanto que elle sobpricante ehegara a dita ylha o dito capitam sse viera loguo da ylha Terceira homde estava com sua molher e o prendera ssem lhe querer gardar sua carta de seguro e o prendera aos ix (9) dias do mes de mayo e o tevera preso outros ix (nove) dias na dita ylha e dalli o mandara a ylha Terceira na parte da Praya pera o matar carregando de ferros como seu inimigo requereudo elle sobpricante a huu Diegalvarez (*Diogo Alvares*) ouvidor que ho mandasse a esta nosa corte e elle nunca o quisera fazer a fim de elle e o dito capitam o quererem matar com sobejas prisões (3) per bem da quall lhe conviera mandar huu seu filho com estormentos a esta nosa corte e atravez do cabo de Sam Vicente huu francez armado tomou a dita caravela carregada de mallagneta e escravos sem lhe leixarem

(1) Joanna de Macedo, filha do I.<sup>o</sup> Jobs d'Utra e de sua mulher Beatriz de Macedo (Vid. 1.<sup>o</sup> Vol. deste Arch. pag. 154).

(2) Martin Beheim de quem se tratou largamente no dito I.<sup>o</sup> Vol. Note se, porem, como aqui se escreve o seu apelido *Boeme*, forma muito mais approximada da verdadeira do que a que dão em geral os nossos historiadores antigos.

(3) Veja-se a prepotencia destes capitães donatarios e suas justicas, que até illudiam e despresavam por modo tão escandaloso as ordens e cartas emanadas do Rei, que então tinha extraordinario prestigio.

Seria verdadeiro o motivo por que Jobs Dutra prendera Fernão d'Evora, ou

nenhua cousa levando tambem os estormentos que elle sobpricante enviava a esta nosa corte e asy o perdiam pello quall o dito seu filho fezera sobrello pitiçam a Francisquo Lopez corregedor por nos em a comarca e Regno do Algarve e bem asi a apresentara aos nosos desembargadores: os quaaes acordaram que elle sobpricante requeresse ao dito capitam que lhe tomase sua carta de seguro e o soltase e lhe desse juizes ssem sospeita e quando o dito seu filho aa dita ylha chegara com o dito recado elle sobpricante era ja fugido da dita cadeia e fugira soo ssem quebrar ferros nem porta ssonente ouvera as chaves per hũa moça de ydade de xliij (14) anos e sse abrira e fugira e sse acolhera a Igreja por bem da quall fugida andava amorado com tenor que avia das nosas justiças de o outra vez averem de prender enviandonos elle sobpricante pedir por mercee que lhe perdoasemos a nosa justiça se nos a ella em alguma guisa era theudo e obrigado por rezam da dita fugida da dita cadeia de que asi fugio como dito he por qoanto do mais por que era presso sse queria livrar e amostrar por sem culpa e & e nos vendo o que nos elle asi dizer e pedir emviou sse asy he como elle diz e a fugida foy como elle reconta e hy mais nom ha visto hum parece com o noso pase e queremdo lhe fazer graça e mercee temos por bem e perdoamos lhe a nosa justiça a que nos elle era theudo e obrigado por rezam da dita fugida da prissão de que asi fugio contanto que elle pagase trezentos reaes pera as despesas da nosa rellaçam e elle sobpricante tomara carta de seguro da dada desta nosa carta a xli (15) dias primeiros sseguintes e sse livrara do porque era presso. E nom o fazendo elle asy esta nosa carta lhe nom valha e comprinda em todo *sina*. E por *que* elle logno pagon os ditos dinheiros a Francisquo Dias escriptvam desta carta a que os mandamos receber segund do dello fomos certo per hum seu asinado e per outro de Guomez Eanes noso escriptvam do dito caregno que os sobre elle pos em recepta vos mandamos que daqui em diante o nom prendaes nem mandes prender e &, *em forma*. Dada em a nosa cidade de Lisboa aos xbj (16) dias do mes de novembro: el rrey ho mandou per Dom Pedro Bispo da Goarda seu capellam moor e pello doutor Gonçalo d'Azevedo ambos do seu conselho e desembarguo e seus desembargadores do paço; Francisco Diaz a fez, ano do nacimiento de Noso senhor Jhu xpõ de mill e quinientos e huu anos.

(*Arc. nac. da T. do T., Liv. 37 de D. Man. f. 78*)

---

haveria um *latet* mysterioso em toda esta perseguição? Como se vê a primeira prisão foi pelos fins de 1500; não é bem claro o anno em que Martim Beheim voltou da sua viagem de 1494 a Flandres, estaria ainda auzente?

(*Notas do Sr. J. I. de B. Rebello.*)

Fernão d'Evora. Escudeiro, morador na ilha do Fayal foi nomeado Mempos-teiro Mór dos Captivos em todas as Ilhas dos Açores por Carta de D. João II de 8 de junho de 1492, impressa n'este *Archivo*, Vol. VIII pag. 396.

## ADDITAMENTO

aos Documentos publicados no Vol. IV, relativos aos Corte-Reaes

---

Mercês a Vasco Annes Corte Real e seus descendentes

*Carta de tença de 30\$000 reis, a Vasco Annes Corte Real: 30 de Maio de 1505.*

Dom Mannell per graça de Deos Rey de Purtugall e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa sôr de Guiné e da conquista e navegaçam comercio dEhiopia, Arabia, Persia e da India a vos noso recebedor da sysa das cidades (*sic*) em esta cidade de Lisboa e escripvam dese officio saude: mandamos que do rendimento da dita casa deste anno presente de b<sup>c</sup> e b (1505) des a Vasqueanes Corte Reall fidalguo de nosa casa e vedor della trinta mill reaes que lhe mandamos dar e o dito anno de nos ha daver de sua tença dos quaes lhe vos fazey muy bom pagamento e por este com seu conhecimento mandamos que vos sejam levados em conta. Dada em Lixboa a xxx (30) dias de maio. El-Rey o mandou per dom Martinho de Castelbranco sôr de Villa Nova de Portimão de sen conselho e vedor de sua fazenda. Alvaro Rodriguez o fez de b<sup>c</sup> e b (1505). Dom Martinho.

Conheceo e confeson Corte Reall rreceber de Diogo Pirez os trinta mill reaes conthendos neste desembargo e por que he verdade os delle recebeo asynou agny e en Allvaro do Tojall escripvam da dita cassa (1). Feito aos x (10) de dezembro de b<sup>c</sup> e b (1505). = Allvaro do Tojall=V. Corte Reall.

xxx (30\$000) reaes a Vasqueannes Corte Breall de sua tença na sisa das cidades per Bastiam Guomez.

(Arch. nac. da T. do T., C. C. Part. 2.<sup>a</sup> maç. 9.—104. pergaminho)

---

(1) Esquecet-lhe dizer—o *escrevi e assigno.*

(Nota do sr. J. I. de B. Rebello.)

*Carta de tença de 30\$000 reis, a Vasco Annes Corte Real: 7 de Maio de 1507.*

Dom Mannell per graça de Deos Rey de Purtugal e dos Alguarves daquem e dalem maar em Affrika sôr de Guinee etc. A vos noso almozarifé ou Recebedor da nosa sysa das herdades (*sic*) de Lisboa e ao scripvam dese hofycio saude: mandamosvos que do rendimento da dita casa deste anno presente de b<sup>e</sup> bij (1507) dees a Vasqueannes Corterreall do nosso conselho e veedor de nossa casa trinta mill reaes que lhe mandamos dar e o dito anno de nos hadaver de sua teença dos quaes lhe vos fazee boom paguamento aos quarteos do dito anno. E per esta nossa carta e seu conhecimento mandamos aos nossos contadores que volos levem em despesa. Dada em Punhete aos bij (7) dias de mayo. El Rey ho mandou pello baram d'Alvito etc. do seu Conselho e Veedor de sua fazemda. Lourenço Lopez a fez, de b<sup>e</sup> bij (1507). Ho barã d'Alvyto.

Conheceo e confesou Vasqueannes Corte Reall receber de Diogo Pirez recebedor da sysa das herdades os trinta mill reaes contheudos neste desembargo e porque he verdade que delle os recebeo asynou aqui com Allvaro do Tojall escrivam da dita cassa: feito em Lisboa xix (19) dias dabril de quinhentos e oytó.—Alvaro do Tojal—V. Corte Reall.

xxx (30\$000) rs. a Vasqueannes Corte Reall veedor da casa, de sua temça deste anno na sysa das herdades.

(*Arc. nac. da T. do T., C. C. P.<sup>e</sup> 2.<sup>a</sup> maç. 12 n.<sup>o</sup> 154.*)

*Carta mandando dar o ordenado de 9:776 reis, a Vasco Annes Corte Real: 6 de Junho de 1516.*

Dom Mannell per graça de Deos Rey de Purtugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Affrika sôr de Guiné etc. Mandamos a vos Ruy Leite recebedor do nosso thessouro e ao seprivam dese officio que des a Vasqueannes Corte Rreal do nosso conselheo e veedor de nossa casa nove mill e sete centos e ssatenta e seis rreaes que lhe mandamos dar e este anno presente de b<sup>e</sup> xbj (516) hadaver de sua vestiaría e forros hordenados com o dito officio: a saber ij<sup>e</sup> bjc lxxbj (3776) reaes de vestiaría e os ij<sup>e</sup> (6\$000) reaes pollos fforos do dito officio dos quaes ix<sup>e</sup> bjc lxxbj (9\$776) reaes lhe vos flazee bom pagamento. E per esta nossa carta e seu conhecimento mandamos aos nossos contadores que vollos levem em comta. Dada em Lixboa a bj (6) dias de junho. Ell Rey ho mandou pello Comde de Taronqua Prioll do Crato e sseu mardomo moor, Joham Montes a fez: anno de mil b<sup>e</sup> xbj (1516).—O Conde prior moordomo moor.

Recebeo o dito Vasqueannes Corte Reall de Ruy Leyte os nove mill sete centos setemta seys reaes acima conthendos. Feyto em bñj (8) de oytubro de j b<sup>e</sup> e xbj (1516).—Jorge Corrêa=V. Corte Reall.

ix bñj lxxbj (95776) reaes a Vasqueannes Corte Reall veedor da cassa, de sna vestiaria e foros hordenados com o dito officio deste anno de b<sup>e</sup> xbj (1516) no tesouro.

(*Acc. nac. da T. do T., C. C. P.<sup>o</sup> 2.<sup>a</sup> maç. 65—n.<sup>o</sup> 27.*)

*Alvará de mercês concedidas, por fallecimento, de Vasco Annes Corte Real a seus filhos: 3 de julho de 1518.*

Nos el Rey fazeemos saber: A quantos este noso alvará virem que esgardando nos es muytos e muy continnuados serviços que teemos recebidos de Vaasqueannes Corte Real do nosso conselho e veedor de nosa casa e aos que ao deante delle esperamos receber e por folgarmos de nisto lhe fazeermos mercee por este presente alvará nos praz lhe fazer mercee por seu fallecimento pera seus filhos barões lidimos das cousas abaixo deerradas que elle agora de nos teem, comveem a saber: do officio de veedor de nosa casa que nos praz darmos ao seu filho maior barão lidimo que ao tempo de seu falecimento ficar asy e naqueella propria forma modo e maneira que ho elle de nos teem com a vestiaria e todas as outras cousas ao dito officio hordenadas. E do casteello e alleaidaria moor da cidade de Tavira asy e naqueella maneira que ho elle ora de nos teem e com todas suas reemdas e dereitos ordenados a dita alleaidaria. E dos tres fornos e reemda do mordomado da villa de Lagnos e de todos os foros do Algarve asy e pella maneira que os ditos tres fornos, mordomado e foros do Algarve teem por nosas cartas e doações. E de cymquenta mill reaes de teemça que lhe teemos dados e asy como de nos os teem. E de vinte mill reaes de tença que tinha dona Joana da Silva sua molher que por seu falecimento vagaram e de que nos prouve por falecimento da dita sua molher lhe fazer mercee. E de quinze mill reaes de teemça que tambeem teem de nos que por nosa licemça comprou a Amrique Pereira. E de huma posta de terra que lhe teemos dada nas nosas leziras que foy de Johan Alvarez da Porta de Maços asy e na maneira que ha elle ha teemos dada. As quaaes cousas todas queremos e nos praz que elle posa repartir e reparta a sua vonidade pellos ditos seus filhos barões lydynos tirado o dito officio de veedor que damos ao filho maior barão lidimo que ao tempo de seu falecimento ficar e pela repartição que leixar por seu testamento mandaremos fazer as cartas e padrões aos ditos seus filhos e a cada hum delles segundo lhe por elles for repartido e leixado e porem declaramos que a

dita mercee lhe fazemos asy pera os ditos seus filhos barões com tall comdiçam e emteendimento que elle dito veeador possa tomar e tome da legitima que a cada hum delles pertencer asy por falecimento da dita dona Joana da Sylva sua mãy já falecida como por falecimento delle veeador tanta fazeenda e parte como lhe a elle bem parecer pera ajuda dos casamentos de suas filhas nam excedendo nem tomando poreem mais a cada hum que ameetade daquello que justamente lhe vier e pertencer das ditas legytimas por nam averem daver desta mercee que lhe asy fazeemos pera os filhos barões parte alguma. E aquello que asy tomar das ditas suas legytimas pera dar e que deer as ditas suas filhas de noso moto proprio certa sciencia e poder ausoluto detreminamos e quereemos que haja verdadeiramente natureza e calidade de mercee nosa a ellas feita pois ha ham por respeito desta nosa mercee e por mercee nosa seja regulada e a aja aquella filha ou filhas a que ho deer sem aver de entrar em collação ainda que em outra qualquer maneira por derecho entrar devesse nem se impute em sua legytima asy como se nam trazem neem imputam as cousas de que fazemos mercee por beam de nosas ordenações porque desta maneira e com esta comdiçam fazemos mercee ao dito veeador das sobreditas cousas pera as poder repartir pellos ditos seus filhos barões e quereemos que elles ha ajam e dontra maneira nam e asy mandamos que seja julgado e detreminado por quaesquer juizes tirando-lhe poder de o intrepetar neem julgar em outra maneira. E quallquer dos irmãos que contra ello vyer pello mesmo feito perca a doaça e mercee que per nos lhe for feyta por beam da repartiça que damos lugar e autoridade ao dito veeador que faça pellos ditos seus filhos das consas aqui comtendas de que lhe fazemos mercee porque com esta comdiçam lha fazeemos e dontra guisa nam. E a dita mercee que asy se perder quereemos e nos praz que veenha a quallquer dos outros irmãos a que o veeador a quizer leixar e que consentisse o dito veeador tomar da sua legytima pera as ditas suas irmaãs a parte que dito he. E a parte que asy das ditas legytimas tomar aos ditos seus filhos repartira o dito veeador pellas ditas suas filhas em seus casamentos como lhe a elle beam parecer; poreim por sua guarda e nosa leembrança lhe mandamos dar este alvará por nos asynado o quall quereemos que valha sem embargo da ley mental e de quaesquer outras leis e ordenações, foros, costumes, estyllos do Reyno e de nosa fazeenda e casa que em contraíro disto sejam posto que pera a derogaçam dellas seja necesarea expreesa mença e de verbo a verbo por que as aveemos aquy por expresas e decraradas como se o teor dellas aquy fose todo o eixerto e decrarado. As quaespera o efeito deste presente alvará especial e expresamente derogamos e quereemos e nos praz que este valha e tenha força e vigor como se fose carta por nos asynada e aselada de noso seello e pasada

por nosa chancellaria seem embargo da ordenaçam em contrario e de nam seer pasada pella chancellaria da camara. Feyto em Lisboa a tres dias de julho, o secretario o fez, 1518.

Alvara do veeador.

(*Nas costas*) Do veeador del Rey pera fazer—(e mais abaixo) Feito.

(*Arc. nac. da T. do T., Corp. Chron., Part. 2.<sup>a</sup>, maç. 76 n.º 31*).

Era esta minuta, ao que parece, o proprio original para assignar, por que como tal está escripto; mas fizeram-se-lhe algumas alterações e emendas na primeira pagina e ficou servindo de minuta, mandando-se fazer outro alvará, como se vê das verbas lançadas nas costas. É toda da letra do Secretario Antonio Carneiro,

(*Nota do Sr. Brito Rebello*).





# DOMINIO HESPAÑHOL NOS AÇORES

E

## D. ANTONIO PRIOR DO CRATO

(Continuado do Vol. VI pag. 490.)

---

### Plano para soccorrer D. Antonio de Portugal.

(Traducção)

Os deputados dos Estados da Hollanda, da Zelandia e da Cidade d'Antuerpia, reconhecendo quanto importa á generalidade das Provincias Unidas facilitar ao Rei de Portugal os meios de guerrear o Rei de Hespanha, achando-se dispostos, em beneficio das ditas Provincias, a prestar todos os socorros ao dito Rei de Portugal, accordaram, se assim convier a Sua Alteza e a S. Ex.<sup>a</sup> o Almirante dos Estados Geraes, o que se segue:

A Sua Magestade Real será permittido, nos districtos da Hollanda, Zelandia e d'esta cidade d'Antuerpia e suas dependencias em relações commerciaes com a Hespanha, arrecadar como imposto, um terço do valor dos comboios que actualmente se recolherem, alem dos comboios que se empregam no trafico geral, isto tanto das mercadorias enviadas para Hespanha e Portugal ou das que de lá vierem.

Que a dita Sua Magestade Real, os commandantes das suas forças de terra e mar comprehendendo os navios de guerra que forem auxiliar Sua Alteza e Sna Ex.<sup>a</sup> o Almirante dos Estados Geraes, prestarão juramento de deixar livremente navegar os navios e mercadorias que tiverem pago o imposto prescripto, e de lhe prestarem soccorro quando necessario seja, sem attenção á sua nacionalidade qualquer que seja, portugueza ou extranha, estantes n'estes paizes ou em caminho d'elles.

Que S. M. se obriga a fazer uma publica declaração, (que para N.º 51 — Vol. IX — 1887.

este fim será impressa) dirigida a todas as nações que desejam commerciar com a Hespanha e Portugal, na qual será indicada a razão legal que lhe assiste para declarar a guerra ao Rei de Hespanha, e a prohibição de qualquer ataque por parte da sua frota armada, contra os que navegarem antes da sua permissão.

E podendo succeder que em consequencia do pagamento do dito terço, resultem inconvenientes que se deverão evitar, S. M. supradita poderá tomar conhecimento do assumpto por via dos commissarios para tal fim nomeados.

Que os navios da dita Magestade Real poderão abordar livremente os portos da Hollanda, Zelandia e do rio Escalda fronteiro á cidade de Antuerpia e portos visinhos dos Paizes Baixos, aonde todos os subditos de Sua Magestade encontrarão auxilio e protecção sugcitando-se ao pagamento dos direitos prescriptos pela administração d'estes paizes.

Que a sobredita Magestade não tomará resoluções ou fará nomeações de pessoal, sem aviso e conhecimento de S. Ex.<sup>a</sup> como Almirante.

Que S. M. Real de Portugal, no caso de recuperar o dito reino no todo ou em parte, em as praças que lá possue ou vier a possuir de futuro, não fará pagar aos Hollandezes, Zelandezes e habitantes de Antuerpia e provincias adjacentes senão a metade dos direitos que ás outras nações for exigido, tanto nas mercadorias importadas como nas exportadas, durante o periodo de trinta annos.

Que a citada M. Real debaixo das condições acima indicadas receberá o auxilio de doze navios de guerra de trezentas a quatro centas toneladas cada um, com todos os accessorios guarnecidos com 1200 marinheiros e 144 grumetes, 100:000 libras de polvora, sendo os ditos marinheiros pagos e sustentados durante seis mezes, com a condição porem de que estas despesas serão restituídas por S. M.

A somma de todas estas despesas subirá approximadamente a 350:000 florins, dos quaes serão necessarios 50:000 florins para o armamento dos navios e lançal-os ao mar.

Assim, os preponentes da Hollanda, Zelandia e da cidade de Antuerpia farão os possiveis exforços para alcançar o dinheiro necessario, sob condição de que as seguranças acima indicadas sejam mantidas e que os Estados-Geraes deshonorem e indemnisem das quantias que adiantarem, ou da quantia garantida pelas canções supra-ditas, salvo o direito de as haver da dita Magestade de Portugal.

Alem disto a citada Magestade prometerá não fazer paz ou aliança com o Rei de Hespanha, sem previamente a ter comunicado a Sua Alteza e Excellencia.

Sua Magestade não poderá servir-se dos ditos navios de guerra em prejuizo e contra outros reinos soberanos ou republicas, senão contra o dito Rei de Hespanha.

Os ditos navios de guerra acima mencionados, nunca, com con-

sentimento da dita Magestade, serão alliados ou subordinados a outra potencia ou poderão servir a qualquer outra authoridade.

Finalmente, em consideração pela declaração do embaixador de que a Sua Magestade Real não seria possível dar garantia alguma além de uma sua carta-patente e da obrigação de tanto ella, como todos os seus almirantes, commandantes e capitães, de seus navios de guerra, incluindo os doze auxiliares, prestarem juramento de manter e realisar as condições acima indicadas, isto não só a favor dos negociantes que tiverem pago os direitos indicados como todos os outros supra mencionados.

Sua Magestade dará como peuhor todas as suas possessões, domínios e especialmente as Ilhas dos Açores.

(*Archivo da Cidade de Bruges Wittenbruck D, fl. XLIII*).

*Extrahido da obra de M. Emile Vanden Bussche: Flandres et Portugal, Bruges 1874.*



## Carta de Lisboa de 13 de março de 1581.

(*Traduzida do Hespanhol*)

O que se diz de D. Antonio é tão variavel e confuzo que não merece credito. Uns dizem que S. M. sabe aonde está e tem recebido recado d'elle, pelo que esperão que os seus negocios acabarão bem. Outros dizem que não está n'este reino, outros julgam que sim, e que nunca elle foi mais querido nem desejado do que presentemente, e que S. M. tracta os seus negocios com muita cautella e segredo, e em breve se verá em que parão.

.....

Domingo á noite forão prezos pelo Agnazil Mór de Portugal, de entre os muitos creados, que aqui se achão, do Bispo da Guarda, dois que forão levados para fóra do povoado, para parte aonde, segundo dizem, lhe farão confessar aonde está escondido o dito Bispo. (\*)

(*Bibl. Nat. de Paris, Cod. Français n.º 16:108, fl. 26, 27 v.º e 74.*)

## Carta de Lisboa, 13 d'abril de 1581.

*(Traducção do Francez)*

Recebi a vossa de 4 d'abril com as que me enviastes com destino para Santarem, das quaes resolvi ser eu proprio portador, para as entregar nas mãos da pessoa a quem são dirigidas, pois não me attrevi a envial-as por mão de terceira pessoa attendendo aos perigos do tempo prezente, em que ninguem pode sair uma legoa fóra de Lisboa, por mar ou por terra, sem ser revistada, principalmente sendo portuguez. Por ser coisa em que tanto vos empenhaes, julgo ser do meu dever leval-as eu proprio. De Santarem tenciono ir até á corte d'este rei, por causa dos negocios de um mercador de Bayona, credor de oito mil e quinhentos escudos, valor de trigo, que em tempo dos Governadores, vendeo a D. João Tello, um dos ditos Governadores, que nunca llios pagou, tendo-o depois enviado para o Meirinho Mór, hoje Vedor da Fazenda, sem nada poder alcançar. Nesta occasião verei tambem se posso alcançar licença para servir de consul, conforme com a nomeação de Pierre Dor e enquanto elle não vier exercer o cargo, ou que vós me favoreçaes alcançando provisões de S. M. Christianyssima, tendo em attenção os serviços, que por tanto tempo tenho prestado aos negocios dos mercadores francezes, como vós sabris que tenho feito ha dez annos sem proveito algum. Pelo que vos supplico, senhor, a vossa protecção, attendendo aos meus serviços no passado como aos que no presente continuo a prestar, pois eston certo que se por vossa intervenção S. M. Christianissima, nomear um francez, sem demora os hespanhoes tractarão de prehencher o logar em um seu affeiçãoado, como já ha bastantes portuguezes junto ao Duque d'Alba. O que seria um desserviço de S. M. C. e de seus vassallos.

Escreverei de futuro mais frequentemente e com minuciosidade a respeito dos negocios d'este paiz, mas prezentemente, o perigo é grande por causa da desconfiança dos hespanhoes, e dos espias que tem em toda a parte, muito bem pagos para descobrir e surprehender aquelles que nos vemos todos os dias, de maneira que não ha em quem confiar.

O Duque d'Alba tem grande numero d'espiões n'esta cidade aos quaes promette e dá muito. Se alguem diz uma palavra suspeita, logo é preso como aconteceo a dois francezes, que soffrêrão tormento durante dois ou tres dias, por dizerem que eram amigos d'um francez chamado Pierre Dor, que se dizia consul dos francezes, e estava n'esta cidade para embarcar D. Antonio em um navio francez que fóra da barra esperava o dito D. Antonio e o tal consul, os quaes estavam escondidos em parte que só elles dois sabiam bem como dois ou tres outros francezes da sua companhia. A ambos os prezos fizeram grandes promessas se descobrissem o segredo, mas apesar de todas as

torturas que lhe deram, nada confessaram. Tem se como certo que o dito consul esteve n'esta cidade, tendo desembarcado a cinco ou seis legoas de Lisboa vestido de marinheiro com a barba rapada, e que sahio depois em um navio biscainho com D. Antonio.

Tudo isto assim pode ter acontecido, visto que um patricio do dito consul, que morava com elle, e cá ficava para lhe remeter a sua bagagem, embarcou a toda a pressa no dito navio na mesma occasião, e a justiça depois tem no procurado e ao consul igualmente, e julgo que se os tivessem agarrado os teriam enforcado, segundo se diz. O Duque d'Alba tem feito grandes diligencias e promettido quatro mil escudos a quem lhe descobrir o dito consul. Fui chamado, bem como Chastagnier, para dizermos o que soubessemos, promettendo-nos muito dinheiro, e que nos deixariam em paz se revelassemos alguma coisa, por forma que durante os ultimos quinze dias estive sempre receioso, por ver prender algumas familias francezas as quaes, só por suspeitas atormentavam. Tambem foram castigados dez ou doze portuguezes de uma caravela portugueza que levava viveres, refrescos e outras coisas, tendo por conductor um capitão portuguez, commendador, aos quaes todos deram tormentos tão fortes, que se diz, confessaram algumas coisas, e que D. Antonio devia embarcar em navio francez que estava fóra da barra. Pelo que sem demora sahio um navio de guerra e tres galliões, e por ali se demoraram oito dias e dizem os soldados hespanhoes que lá estiveram que encontraram cinco ou seis navios francezes, que fugiram logo que conheceram os navios hespanhoes. Nós, porém, ouvimos pelo contrario, a um sargento da companhia biscainha, dizer que os navios francezes lhe deram uma investida que os obrigou a fugir, o que se torna verosimil por que dos navios hespanhoes uns foram a Setubal e Gezimbra, outros voltaram para aqui, com intervallo de tres a quatro dias uns dos outros.

Todos os navios francezes foram embargados ha um mez, e ainda não poderam sair. Seis dos capitães d'estes navios foram á corte e obtiveram licença de partir, mas ha ainda vinte que estão retidos. Assevere-vos, senhor, que os francezes soffrem muito prezenemente n'este paiz, carecendo de remediar os seus males por via de um consul, e receio que se não lhe applicardes este remedio de prompto, depois de ter servido tanto tempo de graça e com tanto trabalho, um tal Pero Dias e outros que solicitam o logar todos os dias, do Duque d'Alba, e lhe servem de espiões, acabarão por ser providos se não vos dignardes regular este assumpto. Os pobres mercadores francezes são accusa-los uns de serem da Rochella, (*protestantes*) outros corsarios, outros de levarem o ouro e a prata, e com estes suppostos crimes os vão prendendo, posto que como innocentes espero que se livrarão.

Corre como certo que as ilhas Terceiras se rebellaram contra o rei de Hespanha, e para lá envião forças por se dizer que são ajudados por estrangeiros e que tomaram um navio que vinha do Perú.

Os hespanhoes por temor fortificação este paiz, e os portuguezes nutrem a esperança de se verem em liberdade qualquer dia. Uns e outros matão-se a cada passo como cães: ha quinze dias os hespanhoes mataram mais de trinta portuguezes, no seu acampamento, entrando n'este numero molheres e crianças. Devendo confessar-se que forão castigados cinco, e que se tem lançado pregões por todas as ruas, prohibindo com grandes penas estas desordens, por forma que os pobres portuguezes não se atrevem a fallar, e serão como escravos, e callo o resto por ser mui longo de escrever.

Nos ultimos cinco ou seis dias tem sido prezos mais de quatrocentos partidarios de D. Antonio, e diz-se que os dez ou doze que forão apanhados na caravella, entre os quaes ha alguns fidalgos, sofrerão a morte hoje ou amanhã, com o que o povo está muito contristado e julgo que se este esperasse algum soccorro estrangeiro se rebellaria facilmente com uma parte da nobreza.

Este paiz está em perigo de morrer de fome, se não vierem trigos de França, por que ha pouco e muito caro; o mez d'abril vae correndo muito secco, e os navios francezes com o exemplo dos que cá estão embargados, não se atreverão a trazer mais trigo. Diz-se que todos os navios estão embargados em Flandres.

Partiram cinco navios para as Indias ha 6 dias, levando o Vice-Rei D. Francisco de Mascarenhas, com pouca gente toda portugueza e alguns passageiros hespanhoes. Os navios da costa da Mina ainda não partiram. Anda fugido um francez que dizem ajudou o embarque de Duarte de Castro e d'outros fidalgos portuguezes, pelo mesmo tempo que D. Antonio devia effectuar o seu embarque.

Tambem está preso um sapateiro que se diz ter feito botas para D. Antonio, e por não o ter denunciado o julgão seu affecto e o condemnaram á morte.

(*Bibl. Nat. de Paris, Fonds Port., N.º 66, f. 29 e 30 v.º.*)

Tres dias depois de escripta esta carta, foi jurado Philippe II, como rei de Portugal, pelas cortes reunidas em Thomar, aos 16 d'abril de 1581.

### **Aviso da passagem de D. Antonio, Rei de Portugal, por Medina del-Campo.**

(*Traduzido do Hespanhol*)

Escrevem de Medina del Campo que no sabado 27 de maio succedeo o seguinte: aqui amanheceo o Aguazil maior de Valladolid, por nome D. Juan Velasques, com muitas forças e cercou a casa de Christovam de Ebaso(?) portuguez que ali vive, e entrando dentro encontron na cama trez cavalleiros portuguezes, um chamado Duarte de Castro, general que foi da cavallaria de D. Antonio, que prendeo junto com os outros dois que dizem ser um o Conde de Vimioso e o outro suspeito ser D. Antonio.

Ao primeiro apprehenderam dez mil escudos, e aos outros dois, seis dobrões de cem escudos d'ouro e trinta de dez e mais dois anéis que valiam quatro mil escudos.

Com grande vigilância foram todos conduzidos, dentro n'um coche, para Valhadolid. Dizem que hião para França.

(*No cñ. cod. 16:108, fl. 74.*)

**Aviso do soccorro e exercito que se deve enviar de França para Portugal. de Lisboa 28 de maio de 1531.**

(*Traducção do Hespanhol*)

Corre aqui a noticia que por ordem do rei de França se embarcam em Bayonna quatorze ou quinze mil francezes, para virem ajudar as dissimuladas intenções dos rebeldes portuguezes, que se allegram com a sua chegada e ameaçam descarregar sobre os castelhanos, uma vingança certa dos agravos que pretendem haver recebido d'elles. Cada vez os portuguezes mais se irritam com a vista das execuções que S. M. manda fazer e particularmente com a morte de um letrado grande amigo de D. Antonio, que foi degollado nesta cidade em 22 do corrente, por se dizer que tinha mandado fretar um navio para D. Antonio se embarcar para França. A sua morte foi em geral tão sentida, que pelo rumor do povo se pode facilmente conhecer o desejo que tinham de a impedir, e depois de a vingar se o podessem fazer na occasião, contra a forte guarnição hespanhola, protegida pela artilharia do castello assestada contra a cidade. Em falta de hymno acompanharam a execução com uma cantiga que dizia «*Appressai-vos Castelhanos por todo este mez, que la vem D. Antonio com a armada do francez*».

Pelo que se pode ver qual a segurança que aqui temos entre estes barbaros, apezar do que, segundo dizem, quer S. M. desarmar a guarnição d'esta cidade, e enviar mil soldados escolhidos deste Terço, com D. Pedro de Valdez, ás ilhas Terceiras, juntamente com 200 mosqueteiros e 400 arcabuzeiros, soldados velhos e 300 bizonhos e os restantes aventureiros. Portuguez não irá nenhum excepto os pilotos, officiaes, fornecedores e gente de serviço.

Oito galeras das que aqui se achavam, sahiram á pressa, para ir proteger as costas contra os muitos prejuizos que lhe causavam certas galeotas turcas.

De D. Antonio nada se diz, sómente se suspeita que se escapou. Um Filho do Conde de Vimioso, está prezo em Alemquer, a cinco legoas de distancia d'aqui, sob a guarda de D. Jeronymo de Mendoça.

(*Cñ. Cod fl. 75.*)

**Aviso dado de Lisboa aos 3 de junho de 1531. sobre o desaparecimento de D. Antonio, e preparativos para receber o Rei Catholico.**

*(Traduzido do Francez)*

Há 18 dias sahirão quatro galleras do rei d'Hespanha, deste porto de Lisboa para correr a costa, encontraram um navio de guerra francez que se diz pertencer ao Sr. de Connac, com sessenta ou oitenta homens de guarnição, que foi batido e tomado pelas galleras com perda de muitas vidas por parte dos hespanhoes.

Dos francezes só sobreviveram sete que immediatamente foram enforcados nas galleras: o navio foi levado para o Algarve.

Julga-se que D. Antonio se escapou a bordo de um navio.

D. Antonio de Cascaes (*aliás de Castro*) trabalha sempre por alcançar alguma recompensa, mas fazem pouco caso d'elle e dos seus similhantes.

São grandes os preparativos para a entrada do Rei Catholico em Lisboa.

Os ossos do Rei D. Henrique vão ser transportados de Almeirim para Belem, jazigo dos Reis de Portugal.

Tudo está em paz, mas o povo e parte da nobreza suspira sempre e conserva esperanças em D. Antonio.

Chegaram grande numero de navios francezes carregados de trigo, sem o que Lisboa morria de fome.

Cortaram a cabeça a um advogado que tinha sustentado os direitos de D. Antonio.

Tambem foi decapitado um fidalgo de boa linhagem por ter consentido no embarque de D. Antonio, tendo sido encontrado em um batel com um ajudante cavalleiro do habito de Christo, o qual foi condemnado por toda a vida a servir nas galés da Sardenha; os restantes tripulantes foram mortos e todos os seus bens confiscados para a corôa de Portugal.

.....  
.....

Publicou-se em todo o reino de Portugal um pregão para que todos os partidarios ausentes de D. Antonio, para que dentro em doze dias compareçam perante um Juiz a allegar seu direito, e lhe será feita justiça, sob pena de confisco de todos os bens, e de a sua vida ficar á mercê do Rei.

O Duque de Bragança, condestavel de Portugal, junto ao Rei, e do seu conselho, é favorecido, estimado e gratificado por S. M.

Aparelha-se uma armada de 40 velas para ir contra as ilhas Ter-



ceiras, que se conservam fieis a D. Antonio, o que causa muito receio, por causa dos navios da India.

(*Cit. Cod. fl. 84*).

De Lisboa, 4 de junho de 1581.

(*Traduzido do hespanhol*)

S. M. passa bem e neste reino não sómente nada é desejado, mas segundo se entende, procuram todos abandonal o, conservando os principaes as apparencias, mas em particular o accusão de tyrano injusto, perturbador do direito, que nunca teve (segundo dizem) á coroa de Portugal (1) por que se o tivera assim o teria declarado seu tio D. Henrique, pois teve bastante tempo de o fazer antes de morrer, como igualmente não faltou aos Governadores para fazerem a declaração de quem tinha mais direito, desenganando ao pobre povo cuja cegueira foi causa de que em tantas partes derramasse seu sangue pela defeza da patria. Protestando reclamar sempre perante Deus a justa vingança de seus inimigos, esperando que como instrumentos da justiça divina, a executarão na pessoa de S. M. e de todos nós outros castelhanos, não permittindo que algum volte vivo a Castella. Acrescentam: quẽ os Portuguezes já não temem os perigosos tiros de mosquete que tanto destroço fizeram na entrada d'esta cidade e n'outras partes, apezar de conservarem na memoria os grandes males que lhe causaram, nem tam pouco temem os furiosos e irremparaveis tiros d'artilharia, para impedir a execução d'esta vingança em occasião propicia e sob a egide da liberdade. Não ha meio de os persuadir da muita piedade, justiça e christandade de S. M., repellem estas tres coisas tão proprias de sua real pessoa, dizendo que se elle fosse tão catholico, como se diz, não perturbaria os justos meios, que com tanto zelo o summo Pontifice procurou evitar a guerra injusta, que cruelmente fez e lhe faz perder os nomes de pio, justiceiro e catholico, pois contra a intenção do Papa, amedrontando os animos portuguezes com um exercito de gente barbara e cruel, (2) e corrompendo-os com dadivas se fez acclamar Rei deste Reino. Dizem mais (com pouca razão e fundamento) que se pensa actualmente em entregar á Flandres todo o commercio maritimo desta cidade, mas que ella será primeiro abrazada do que consinta em tal, e bem assim que não abandonarão a amizade e

(1) Dizem em publico, n'esta cidade que el Rei D. Henrique está no inferno, pois conhecendo a quem pertencia a successão da corôa, não o declarou antes de morrer.

(2) Dizem que submetteo o povo com os males da guerra, e os nobres com muitos presentes.

boas relações com o Rei de França de quem recebem continuamente tantos trigos e outros generos proprios para seu sustento, o qual esperam que Deus permittirá algum dia, possa tirar vingança: da prisão de seu avô o grande Francisco, da morte de sua irmã a bondosa rainha D. Izabel, recuperando o reino de Navarra e os estados de Milão.

Em fim concluem, que julgam impossivel S. M. poder permanecer n'este reino, tendo sido causa de tantos damnos como os da passada guerra, em que injustamente pereceram sessenta mil almas (1) que talvez soffrem tormentos, que todos recahirão sobre a de S. M. como tambem terá de responder pelos infinitos roubos, e por mais de oito milhões gastos na guerra, o que tudo se teria evitado se S. M. tivesse esperado pela sentença sobre a successão deste Reino de Portugal, que seria lavrada conforme o direito, e nunca por trez Governadores subornados que a não podiam dar.

Taes são os festejos que no seu intimo os portuguezes tem preparado para receber a S. M. que de forma alguma poderá viver com segurança entre elles, pois dizem que só por alguns dias poderá ser rei de Portugal, poro que perpetuamente o seja de Portuguezes.

Deve considerar-se qual não é a paciencia de S. M. para soffrer tudo isto e consentir que a loucura e vaedade d'esta nação barbara levantem calumnias com tão pouca consideração, para diminuir a justiça, clemencia, bondade e catholico zelo de S. M., a qual, a não lhe pôr cobro, infallivelmente seguirão os seus maos intentos desemfreadamente, como já começam a manifestar com a recusa de dar apozentadoria a S. M. n'esta cidade, apezar de n'ella haverem mais de doze mil casas grandes e suficientes para apozentar um personagem, não querem dar nenhuma para os tres ou quatro individuos que vem com S. M. . . . . *(umas linhas que não se entendem).*

D. Antonio fugio disfarçado em frade, para Inglaterra: ainda que ha apostas em contrario, e que os pilotos portuguezes da armada de D. Pedro Valdez com destino ás ilhas Terceiras, darão com ella á costa, salvando-se elles sobre madeiros. Deste plano poucos tem conhecimento.

S. M. chegou sexta feira a Santarem aonde não foi recebido com tanta satisfação como mostraram na aclamação de D. Antonio, indo de passagem para Almeirim. Em quatro dias chegará a Almada que dista de Lisboa um bom quarto de legoa, do outro lado do rio.

(Dito Cod. f. 88.)

---

(1) N'este particular, aproveitam-se do apparecimento de um cometa ás 11 horas da noite, com forma de uma espada, sobre o castello d'esta cidade, que pouco a pouco caminha para o lado aonde estão as galleras hespanholas, para o tomarem como o prognostico de vingança.

**Carta particular de Luiz de Paiva de S. Miguel, para Lisboa. em 20 de junho de 1582.**

(Traduzida do hespanhol)

O portador desta leva mais duas, por que depois de as ter escripto chegou a galeota que enviámos á Terceira trazendo dois individuos naturaes d'aquella ilha, um dos quaes tinha sido creado de Manoel da Silva, conde de Torres Novas, (1) governador, almirante mór, que se tracta por excellencia e debaixo do palio, como rei, vae ás egrejas.

Dizem que a armada que cá veio peleijar com nosco teve 150 homens fóra de combate, entre mortos e feridos: sendo tambem morto o capitão mór d'ella, ao qual enterraram arrastando por terra bandeiras pretas. A terra em si está mui forte com 17 fortalezas nos logares em que o inimigo poderia desembarcar. Dizem que n'aquella ilha ha uma força de nove mil homens entre nacionaes e estrangeiros: no porto d'Angra estão quatorze náos e duas galleras armadas e promptas para tomar as náos da India, e determinadas a sacrificar todas as vidas para o conseguir.

Receberam cartas de França, esperando a toda a hora ver chegar mais doze náos. Este mez passado de lá lhe vieram 700 quintaes de polvora e 50 peças d'artilharia. Dizem mais que depois das doze náos partirem lhe enviarão mais 50 velas com ordem de D. Antonio para matarem todos os castelhanos que guarnecerem os navios aprizionados e tomarem toda a fazenda que lhe pertencer, pompando a vida e a fazenda aos portuguezes que se acharem nos ditos navios, tomando porrem as mercadorias do Rei e dos negociantes.

Na ilha Terceira cunham moeda pela seguinte maneira: de um lado com a letra: *Antonius Rex Portugal*; e da outra: *in hoc signum vinces*. As moedas de 1000 reis são do tamanho regular mas mais delgadas e tem de um lado o habito d'Aviz e do outro as armas reaes. A moeda de prata é do tamanho da portugueza de ouro, e do mesmo modo mui bem feita com o habito de Christo d'um lado e do outro as armas reaes: o seu valor é de um ducado. Os tostões são como os nossos, porem, com as palavras acima ditas, e maiores do que os feitos em Portugal.

O real é do tamanho do nosso meio real tem d'uma parte um A e da outra uma pomba que representa o espirito santo. Sabemos isto, por que vimos estas moedas no galeão que tomou o batel em que vão os linguas. Por agora nada mais, senão que lhe desejo muita saude para conforto das meninas, e me encomendo primeiramente a benção de Deus e depois á sua. Encomendo-me a Deus como todos, por

(1) Alias, Torres Vedras.

que dizem que a armada hade voltar aqui a peleijar com nosco, do que estamos assaz temerosos, pois dizem que na tal armada vem Monsieur de Strozi, que é um grande senhor de França ao qual chamam lá o *Sansão*. Desta ilha de S. Miguel, hoje 20 de junho de 1582. De seu obediente filho — Luiz de Paiva.

(*Dito Codice 16:108; o numero da fl. esqueceo ao copista, mas posterior á 88*).

### La orden que el marquis tuvo estando la armada surta sobre Villa Franca.

Por quanto avyendo pazes entre Su Mag.<sup>te</sup> y el Rei de Francia salio y dió armada de aquel Reino en favor de don Antonyo prior del Crato a tomar y señorear se de la ysla de San Miguel tierra de su mages.<sup>te</sup> como lo hizo con intento y concierto de acometer y ofender otras islas, tierras y senorios de su mag.<sup>te</sup> en quebrantamiento de las dichas pazes que ay entre su magestad y el dicho Rei de Francia y dio batalla a su Real armada y fue Dios servydo que la armada francesa fue rota y vencida por la de su magestad de que soi capitan general, y aviendos-e muerto mucha gente de los inimigos francezes fueron presos 28 señores y 52 cavalleros y 313 soldados y marineros; y por que tan grande delito no quede sin pugnicion para castigo de los tales contravenedores a las dichas pazes e exemplo de los de mas que lo supieren, vieren y oyeren. — Ordeno el licenciado Martin de Aranda auditor general desta felice armada y exercito haga degollar y degnellén a los dichos señores y cavalleros á vista desta armada y exercito en el cadahalso que para este efecto se ha hecho en la plaça de Villa Franca de la ysla de San Miguel, publicando-se primero en alta voce esta my orden y los de mas soldados y marineros y gente de la armada de diez y siete años arriba que se ahorquen en entenas de las naos y otros en horcas en la dicha villa de manera que los unos y los otros naturalmente mueran y los de 17 años abaxo ayan la pena que fuere my voluntad porq̃ asy conviene al servicio de Dios y al de su magestad y del dicho Rei de Francia.

La qual dicha orden se executo en las personas de los dichos señores y cavalleros, soldados y marineros el dicho dia mes y año como en ello se contiene.

(*Cit. Cod. f. 345 r.º*)

A esta carta se referio o Dr. Fructuoso na noticia impressa no Vol. II, p. 415 d'este *Archivo*.

## Carta de Dom Antonio aos da fortaleza da ilha de San Miguel.

Honrados capitans e soldados da nação espanhola: Eu R<sup>l</sup> Rei vos envio sandar. Até aqui esperei sem mandar bater essa fortaleza parecendo-me q̃. como gente de tanto valor e entendimento e q̃. sabem as forças em que estou, das que espero que se hem sem mais sangue deixar-me esa fortaleza como o demanda a rezam da guerra e a justificação de minha causa: agora antes de pasar avante vos quys ainda mandar advertir desta minha vontade e dizer-vos por esta carta de assignação que serei contente por escusar hos danos que do contrairo se poderiam seguyr de vos deixar yr pera vossas terras e vos mandarei dar embarcações e salvo conduto de minhas armadas e perdoarei aos portuguezes que com vós estão livremente porque a minha tenção he a herdade de meus Reinos e não faço agora por ambição nem por vingança; he asentado ho asy entre vós, podereis mandar a mym quem vos parecer pera concrnyr as comdições que forem justas e rezoadas; o qual poderam juntamente ver as cartas que aqui tenho del Rey de Castella que antomtem se tomaram em hua caravella ao alferes Gaspar de Carriam partido de Lisboa a 7 deste mes em que podereis ver a conta que deveis fazer do soccorro que esperais, da reposta desta carta se agoardará até que se ponha o sol. Escrita neste alojamento o je sexta feira 20 de julho de 1582—Rey. —Pera a gente da fortaleza da cidade de Ponta Delgada. Por El Rey aos capitães e soldados da nação espanholla que estam na fortaleza da cidade de Ponta Delgada.

Está tresladada al pie de la letra como la original.

Antonio Herrera na sua obra *Cinco Libros de la Hist. de Port.* pag. 166 reproduzio esta carta e a pag. 167 a resposta com pequenas variantes.

## Respuesta de la dicha carta.

Ex.<sup>mo</sup> Señor—La de V. Ex.<sup>a</sup> se ha visto y por ella nos pide le entreguemos esta fortaleza, aqui la guardamos por El Rey Don Felipe ñro (*nuestro*) señor y estamos con determinacion de defenderla hasta por el se nos mandar otra cosa y assy la hemos de defender hasta morir. Agora venga una armada o no que en su confiança no nos encerramos si no por fazer lo que devemos a verdaderos vasallos de ñro Rey. Desta fortaleza oy vienes 20 julio 1582 —Don Lorenzo de Noguera, Don Juan del Castillo, Martin Afonso de Melo.

## Carta de Fernão Gomes

17, Set., 1582. Lisboa. Muy mag.<sup>co</sup> Sñr.—Tube mucho plazer con esta de v. m. de 8 del presente en la qual me dize aver recebido mis cartas aunq̃ no me declara bien (o yo no lo entendo) q̃ le sean todas dadas. Sepa v. m. q̃ con todos los ordinarios tengo escrito y mucho mas plazer recebi con saber de conualessencia de su salud q̃ Dios ño sor por muchos años conserve.

El marques entro en esta ciudad al 10 del presente con corenta navios chicos y grandes en q̃ entran los dos galeones de la armada de Portugal y dos naves de la India deste Reino q̃ truvo en su compania. La copia de soldados puesto que dizen seren ocho mil soldados no se save de cierto, ansy porque aun no son desembarcados ni los dexan desembarcar, como porque se quedaran muchos alla.

En la isla de San Miguel quedaran dos mil soldados con diez capitanes y por cabo dellos el capitan Inigues. Item don Christoval de Erasso capitan general de los galeones de la flota de las Indias, se apartó con siete naves del armada en busca de las naos de Indias. Llevo en ellas los soldados que podia llevar. Viene recado (quasi cierto) que el dicho don Christoval avia rendido dos naves francesas que encontrara, pero no saben dezir sy eran del armada de Strossy si de cosairos, cada dia se espera por el dicho don Christoval porque ya tiene recado que las naos de la India estan acá posto que aun falten dos dellas que partiron en conserva de las tres que an llegado. Con la venida de don Christoval avisare que naos ayan sido las que tomó.

El marques dizen aver llegado a la Tercera y que estãdo a la vista della se diera una grande tormenta que duro dos dias y le fue forçado volver-se con mucho riesgo de perder se y que mylagrosamente se recoyo y hizo la vuelta de la mar por que estaba ya muy cerca la tierra. Sabera v. m. que S. Magestad estaba de acuerdo con el xarife que le queria entregar Larache antes que al turco y que Su Magestad defenliesse al lagar y aquella entrada, y pera este effeto y la entregua, avera tres semanas que daqui salieron ocho galeras con seis cientos soldados y avian de tomar dos mil que estavan apretados en Andaluzia, y con ellos avia de salir el Duque de Medina Celi y porque el se hallo malo de una pierna se encargo este negocio al capitan Monsedoca, dizen a ora que tiene Su Magestad recado que el xarife (por ciertos recados que ha tenido del turco) falta con lo prometido, o faltara, y que por la incertesa que Su Magestad desto tiene manda que estos soldados que vienen con el marques esten a punto y que no desembarquen por que sy el xarife faltare cõ lo prometido, en fin deste mes dem sobre Larache y le ganen antes que a la entrada del verano, porque entonces podera ser socorrido ocupado por el turco, porque claro esta que sy el xarife falta a lo prometido deve de ser

por estar de acuerdo con el turco. Esto es lo mas cierto. Siendo posible que esten los soldados a punto para otro effeto de lo que socediesse avisare a S. M.

El viernes passado que fueron 14 del presente se apregonó hun perdon general en que Su Magestad perdona hasta los exceduados sacando a los que estan ausentes y andan con Don Antonio. Mañana se començan las fiestas que se hazen en el terrero de palacio, averá lanzas y toros y otros regozijos, duran dos o tres dias, hizo la parrochia de los mercadores una procission y tan costosa y sumtuosa que las hechuras de los adereços passaran de costo de ochenta mil ducados (dixo la emperatriz que avia la venda por bien empleada a estas partes aun que no fuera por mas de que por verla, y en effeto se hizo cosa notable: la descriçion se embiara a v. m. que pienso la retratan.

Yo estoy esperando recado de v. m. pera que avise de lo que conviene hazer se porque esperamos en Dios de hazer buena mercaderia nuestros compañeros y los de alla porque lo que no se gana en panos se ganara en sedas. Y so aviendo otra cosa aunque harto tengo escrito. Guarde nuestro Sor la mag.<sup>ca</sup> persona de v. m. como deseo. De Lisboa a 17 de setbre (*setembro*) de 82 (1582).

Besa las manos a v. m. su servidor—Fernan Guomes.

(*Dito Cod. f. 397.*)

Los portugueses tienen doblado deseo ansy para vengar la factura de l'armada de Francia como para seguir su libertad, y desseamos saber si la quebra de Strossy sera causa para que el Rey de Francia y los de mas que ayudan al rey D. Antonio dexen de le ayudar, y concurriendo como de antes (lo que no dudamos) nos avise de todo porque los espagnoles echan fama que El Rey Don Antonio no volvera yamas a Francia lo que no podemos creer de los principes que concurren en esta causa que dexen lo començado. Los navios del Perú no an venido y entiende se que Don Antonio con l'armada que ay por alla avra hecho algun effeto aviendo quien se la impida. Sobre todo se entienda que con mayor voluntad estan los portugueses de lo que nunca estuvieron para seguir los primeros deseos como se fueran siendo avisados de alla a que hagan lo que conviera. E v. m. se fuere avise de como, y con quien aya de correr este trato hasta que se concluya la total destruycion destes ladrones.

(*Dito Cod., f. 399.*)

Não tem assignatura: parece ser ordem dirigida a espião secreto.

En Lisboa a 17 de septiembre de 1582. Ya se ha visto como el marques de Sancta Cruz se partio la buelta de la Tercera para le dar

una vista y ver lo que los de dentro harian, aviendo ordenado a don Cristoval de Erasso que con siete naves del armada. viniesse acompañar a dos de la India que avian llegado a la ysla de San Miguel como lo hizo, el dicho marques descubrio la dicha Tercera sabado primero de septembre y estando cerca della se altero el tiempo tan guensamente que le fue necessario alargar-se y se ovieron de apartar, las unas naves de las otras con harto peligro corriendo la buelta d España hasta que llegaron casi cinquenta leguas de Lisboa que començo el tiempo a melhorar-se y el marques a guardar larmada y assi alcanço las dos naos de la India y otras quatro de las de Don Christoval que aviendo corrido el mismo temporal se avian apartado del, del qual y de otras tres naves de las que llevaba no se sabe, inda otras tres que venian con el dicho marques, entiendese que avian ido la buelta del Andaluzia, el dicho marques llevo a Cascaes, con todo el resto del Armada y naves de la India el viernes de mañana a 14 deste, y el sabado despues de comer, hizo su entrada en este puerto con 42 naves y galiones y entre ellas la capp.<sup>a</sup> (*capitana*) francesa (que linda nave) que fue mucho de ver — fue luego a besar las manos a Su Magestad y a la serenissima emperatriz y al Sr. Cardenal los quales estan buenos, a Dios gracias,—y todos con general contentamiento, como es razon — Mañana sera la fiesta de los toros que hasta aora se ha defrido.

(Dito Cod. f 400.)

La relacion verdadera de lo que se ha entendido de la Tercera de personas a quien se debe dar todo o credito es lo siguiente:

Dizen que Don Antonio que luego que entendio que la armada de Francia era desbaratada por el Marques se fue a la Tercera, y hecho fama que el Marques era perdido e assi se le hizo grande recevimento, pero luego se entendio la verdate de lo que avia passado y en más de ocho dias no se trato de cosa ninguna antes hubo grande silencio.

De los avisos que tuvieron de la isla de San Miguel entendieron la justicia que el Marques hizo en los francezes, por lo qual Manoel da Silva que se intitula Conde de Torres Vedras quiso hacer lo mismo en sesenta castellanos que alli venian, y que a no estar alli Don Antonio lo pusiera en execucion el qual no dio lugar a ello.

Dizen que a los dos de septiembre quando el Marques se hallo sobre la isla, Don Antonio tubo gran temor y que la gente de la tierra la que está a devocion de Su Magestad se començava a mostrar aun que no de manera que se castigase ninguno, y que se el Marques huviera echado gente en tierra se la degollaran toda por que avia mas de 4:500 francezes, los 3:500 de guerra y los mill marineros, y la gente de la isla la qual estava con determinacion de morir primero que rendir-se —y que acavada de hazer una fuerza que han-haziendo junto a Santa Cathalina, hazia sudueste de la ciudad queda toda la



ista inexpunãble cerrada con una llave, y a la fabrica de la fuerza acuden con grandissimo calor toda la gente de la tierra sin sueldo ni racion; y en la playa que es adonde se temen se pueden desembarcar han echo dentro del agua altura d' hombre unos bancos con unas ruedas de piedras para effeto de los barcos con que saliese la gente— se encallen alli y que no puedan yr atras ni adelante y la orilla del agua en madera y tablas gruesas muchos abrogos de hierro.

Dizen tiene quarenta vaxelles probeyos de todo lo necessario, los quatorze dellos de hasta 300 a 350 toneladas, y todos los demas navios carabelas y pataxes son de 50 a 60 y 100 toneladas, y todos estos son bien artillados con la artillaria de la tierra, de mas de la que ellos tenían.

Tambien, enbarcado seys dosenas de escalas todas calçadas de hierro y cantidad de picas, palas y açadones y toda suerte de herramienta de campaña, y maestros para ello.

Dizen tienen dos mill quintales de polvora y que a trueco de mercadorias les trayan polvora, plomo y enerda y lo de mas necessario de manera que de municion estan muy bien proveydos.

Tambien dizen avian metido en la armada gran cantidad de vino, biscocho, carne y todo genero de bastimentos, de lo qual se provyeron los de las yslas de tal manera que ellas quedavan con mucha falta y hambre, que lo que antes valia cinco ahora valle veyente.

Dizen que Don Antonio no tenia dineros y a esta causa avia baido moneda, y la hecho moneda de oro que pesa ocho reales castellanos que valya mill mrrr. (*mil reis*) y plata de valor de real y medio valya cinco reales, y son la de mas monedas de alquimia y cebre, al mismo respecto, y por señal les hecho un Açor.

Tambien se dize que nueve dias antes que Don Antonio llegase Manuel da Silva saco de limosna para D. Antonio 95600 rs.: e esto en cada casa entre las mugeres, e ellas le davan carillos y manillas dorro y otras joyas de oro y plata, y estan publico que los francezes tuvieron que notar aunque se cree que fue industria para entender las voluntades.

Dizen que de la gente de la ysla ay debaxo de sus banderas 9500 hombres de guerra todos arcabuseros y mosqueteros y estas armas las troxeron de Francia.

Dizen que ay 800 negros mui diestros de espada y rodela y montante y son forros.

Dizen que ay 2500 hombres de guerra francezes y inglezes, debaxo de sus banderas.

La gente que lleva en la armada es la segniente:	
Cento y cinquenta hombres de los sospechosos de la tierra	150
De la gente de la ysla . . . . .	2000
De la gente francesa e inglesa . . . . .	2000
De gente de mar . . . . .	1000
Clerigos sospechosos . . . . .	70
Cebriano de Figueredo, gobernador . . . . .	1
Monsieur de Sante Solimne, general de la gente francesa	1
Frey Pedro de la ordre de S. Francisco su confessor . . . . .	1
Y mas otros onse frayles predicadores devotos del dicho	
D. Antonio . . . . .	11

---

 5.234

Dizen que el designo que llevaba era yr a la ysla de San Miguel y se la pudiesse tomar bien, y sino saquear las villas, depues yr a la isla de la Madera y hacer lo mismo y dar la buelta a las islas de Canarias, y hacer por todo todo el mal possible.

Quedavan en la isla Tercera 500 francezes.

Los monasterios de monjas y frayles que estan a devocion de Su Magestad.

San Gonçalo monasterio de monjas, está a devocion de Su Magestad y por este respecto el Padre Frey Melchior de la orden de S. Francisco que es vicario general y Mannel da Silva y otros Frayles las saquearon y les hizieron muchas vexaciones y se las hacen cada dia.

El monasterio de Jesus de monjas que está en la Playa, y el dia de nuestra Sr.<sup>a</sup> d'Agosto que era la fiesta dalli y estaba el gobernador y toda la gente principal de Don Antonio y el predicador comenco por los Reyes a predicare, y una monja Germana de Gaspar Ome de Acosta, dixo a voces desde el coro que predicasse el evangelio y dexasse los Reyes, y escandalizado la gente el predicador se abaxo del pulpito, y aquella no se saliendo del coro de martines, preguntando unas a otras que quien vivia—unas decian que Su Magestad, y otras que Don Antonio, fue de manera que descalcalcaron muy mal mas de nueve monjas y las de la parte de Su Magestad vencieron, y acudio el vicario general y echo doce dellas en el ciego.

*Scripto*—Relacion venida de San Miguel a los 20 de novembre de 1582.

(Dito Cod. f. 449.)

Carta d'Amaro Lopes da Costa à Rainha de França; 12 de fevereiro de 1583.

(Inedito)

Sñr.<sup>a</sup>

Tão confiados estamos todos os moradores destas ilhas das misericórdias e m.<sup>s</sup> (*mercês*) do Altíssimo e poderoso Ds (*Deus*) e que se lembra de nossas aflições e trabalhos q̃ per mais q̃ o inimigo se glorie de nossos males não prevalecerá contra nós: e hua das principaes razões que a isso nos move he termos a Vossa Magestade Christ.<sup>ma</sup> tão propicia e tão zelosa de nossa liberdade, comtanto animo para nos libertar q̃, ao inimigo faz enfraquecer o seu p.<sup>a</sup> nos offender. E esta certeza pregei muitas (*vezes*) ao povo desta ilha, e lhe li a carta de que V. M.<sup>de</sup> Christ.<sup>ma</sup> me fez m. (*mercê*) e hõrra (*honra*) da qual claramente se mostra o que esperamos e temos por certo alcançar de V. M.<sup>de</sup>, pella qual razão tenho por muytas vezes persuadido em meus sermões e publicas praticas aos homẽs destas ilhas, a obrigação q̃, todos temos de rogar ao Altíssimo Ds (*Deus*) angmente a vida a V. M.<sup>de</sup> Christ.<sup>ma</sup> por muitos annos e assy o fazẽ todos cõ aq̃le (*aquelle*) amor etño (*eterno*) igoalhu.<sup>to</sup> como fazẽ pello nosso proprio Rey D. Ant.<sup>o</sup>. E ainda q̃ não *tiramos outro maior* testemunho desta verdade, q̃ terem cõ nosco o capitão Fr.<sup>co</sup> de Carlos, feitor de V. M.<sup>de</sup> bastava p.<sup>a</sup> vivermos sempre obrigados; porq̃ este cõ seu esforço fidelidade e diligencia q̃ faz e mostra, nos tẽ a todos m.<sup>to</sup> obrigados e pcede (*procede*) em suas cousas tão intr.<sup>a</sup>, mente (*inteiramente*) e cõ tanta prudencia q̃ se deve V. M.<sup>de</sup> Christ.<sup>ma</sup> de aver per bẽ servida dos serviços q̃, este faz: e tẽ a-lẽ de tudo isto outra avātage per q̃, he mais amado q̃, todos os outros capitães: q̃, assi como elle em tudo vive sem scandalo algũ nẽ afrõta dos moradores desta ilha, assi o faz cumprir intr.<sup>a</sup>, mente aos seus, per todas estas razões podemos dizer q̃, se lembra m.<sup>to</sup>, de nos o Altíssimo Ds, pois temos a V. M.<sup>de</sup> Christ.<sup>ma</sup> por nossa parte a quẽ o mesmo sñr cõmũique sempre seu spirito e assista cõ sua graça p.<sup>a</sup> o servir a elle e a nos libertar e resituir ao antigo estado. Scripta em esta sempre leal cidade de Angra aos 12 dias de fevr.<sup>o</sup> deste prezente anno de 1583.

Amaro Lopes da Costa.

(*Sobscripto*) A' Raynha Mãe do Christiauíssimo Rey.

(*Bibl. Nac. de Paris, Fonds Port. n.<sup>o</sup> 66, f. 65:*)

D'este Amaro ha 2 cartas de 1581 no Vol. IV, p. 239 e 243 d'este *Archivo*,

# CONSULTAS DA MESA DA CONSCIENCIA E ORDENS

(Continuado do Vol. VII, pag. 337.)

---

## Consulta de Simoa Soeira, Viuva, da Ilha Terceira; de 20 d'agosto de 1598.

Havia pedido para se dar a sua filha, o officio que seu defunto marido Fernão Martins de Sousa tinha de escrivão dos residuos das Ilhas do Fayal, Pico, Graciosa e S. Jorge. pelo ter servido bem muitos annos. O corregedor informon que elle o serviu oito ou nove annos bem, que ficou um filho que o não pretende, e uma filha Maria Pereira de mais de 20 annos, e pobre a quem é justo se dê, e o officio está vago, pelo falecimento de Fernão Martins ha mais de um anno. A meza informon neste sentido em Lisboa 20 d'agosto de 1598 — El Rey conformon-se e fez-lhe a mercê do officio por carta de 21 de setembro.

(Arc. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Consc. e Ord. n.º 16— fl. 1).

---

## Consulta sobre a nomeação que pede dos beneficios o bispo d'Angara (*sic*) (\*) 14 de setembro de 1598.

Dom Hieronymo Teixeira electo bispo d'Angara fez petição a V. Magestade nesta meza dizendo que os bispos seus antecessores tiveram sempre as nomeações dos beneficios do dito bispado, e com suas informações se proverão até agora, por virtude da provisão, cujo traslado com esta será, e que así convem que seja pera mais authoridade da divindade pontifical, e pera que os ditos beneficios ajão pessoas benemeritas, que tenham as qualidades para isso requesitas, e não os que os vem pedir que são ordinariamente os que tem menos partes e

---

(1) A' margem tem a nota: Por carta de 7 de dezembro de 93. Conformassee Sua Magestade com os mais votos.

merecimentos. Pede portanto a V. Magestade lhe faça mercê de mandar passar outra semelhante provisão para que possa uzar da dita nomeação e que sem ella se não passem presentações alguas dos ditos beneficios nesta meza.

Pareceo a hum voto que V. Magestade deve de ser servido fazer ao bispo a mercê que pede por ter ja as letras do seu bispado, e ser mais conveniente e proveitoso para boa provizão dos beneficios que o proprio prelado e pastor informe de sufficiencia e partes dos que hão de ser providos que não tomar se informação de outras pessoas, a que não vai tanto em que o bispado tenha os ministros que devem ter as partes necessarias para os beneficios serem bem servidos: principalmente por que o dito bispo viziton o dito bispado nas conzas da fe e tem noticia das pessoas delle e se agravon de se proverem alguns beneficios em pessoas de nação por falta de verdadeira informação.

E a dous votos pareceo que ao dito bispo se devia passar a provizão que pede com clauzulla que não uzara della senão depois que pessoalmente rezidir em sua sse, visto como antes disso não pode ter noticia de todas as pessoas que pretendem os beneficios das igrejas do dito bispado para informar das qualidades e partes dellas, e a meza podera escolher pessoa que bastantemente possa informar ou a elle se assim parecer, e quanto a vizita que o dito bispo fez na dita ilha, ha muitos annos, e depois disso pode haver muitas pessoas, de que não terá conhecimento. E hum voto declaron que tinha informação que se não passava aos ditos bispos semelhante provizão senão depois de estarem em seu bispado. — Em Lixboa 14 de setembro de M. D. Lxxxxbiiij (1598).

(*Arc. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Més. da Consc. e Ord. n.º 16 — fl. 7.*)

---

### Consulta sobre se reformar a Igreja do logar do Fayal: de 23 de Março de 1599.

Hieronymo d'Abren vigario da Igreja de Nossa Senhora da Graça do logar do Fayal termo de villa Franca da ilha de Sam Miguel fez petição a V. Magestade nesta meza, que no mez de outubro de 97, forão os Inguezes a dita Ilha com hua poderosa armada e que entre muitos excessos que fizerão foi queimarem a Igreja e capella, e sacristia do dito logar de maneira que tudo ficou abrazado, e que por no dito logar não haver outra igreja em que se possa administrar os sacramentos aos freguezes padecem muita falta delles. Pello que pedem a V. Magestade havendo respeito a muita necessidade que disso tem

lhe faça mercê de mandar passar provisão para que o feitor de V. Magestade da dita Ilha possa mandar reformar a dita Igreja, capella e sacristia com a brevidade que for possível. Emformou o bispo de Angra que esta igreja de Nossa Senhora da Graça do lugar do Fayal da ilha de Sam Miguel fora queimada dos ingrezes e que lhe parecia que devia V. Magestade mandar que a custa de sua fazenda se refizesse como mandou fazer a quatro da ilha do Fayal, pella traça e no lugar que parecer milhor as pessoas a que V. Magestade commetter esta obra. Pareceo que esta igreja a deve V. Magestade ser servido mandar refazer com a brevidade que for possível á custa de sua fazenda no lugar e pella traça que parecer mais conveniente, conforme ao parecer do bispo e feitores da fazenda de V. Magestade visto haver sido queimada pelos ingrezes, e as informações que sobre o caso se honverão dos bispos de Leiria e d'Angra. Em Alconchete 23 de março de M. D. Lxxxviiiij (1599).

(Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Cons. e Ord., n.º 16—fl. 14 v.º).



**Consulta sobre Inez Travaços sobre o officio de escrivão do mãoposteiro moor da Ilha Terceira; de 20 de fevereiro de 1600.**

Inez Travaços viuva de Antonio Roque morador na Ilha Terceira fez petição nesta mesa dizendo que V. M. fizera mercê ao dito seu marido do officio de escrivão dante o mamposteiro moor dos cativos da dita Ilha por mritos serviços que a V. Magestade fizera no tempo das alterações e que por ser do serviço de V. M. padecera muitos e immensos trabalhos e foi levado a Inglaterra, pede a V. Magestade lhe faça mercê do dito officio para hum filho do dito Antonio Roque seu marido que ella criou.

Ouvessa informação do desembargador Christovão Soares, corregedor que foi nas ilhas dos Açores e informou que Antonio Roque, marido que foi da supplicante Inez Travaços fora preso e embarcado para Inglaterra, no tempo das alterações da Ilha Terceira por ser do serviço de V. M. e lhe fora feita mercê por seus serviços e bom procedimento do officio de escrivão da rendição dos cativos, e que o dito defunto servira bem e fielmente e por sua morte lhe fiquara hum filho bastardo de sinquo ou seis annos que a supplicante Inez Travaços criou, e o tem consigo posto que não he seu filho, e que he molher honrada e pobre e que do seu marido não fiquarão filhos legitimos, pelo que fazendo V. Magestade mercê do officio ao moço para o aver

de servir em tempo habil e da serventia delle em quanto o proprietario não tiver idade pera o servir a pessoa da obrigação da suplicante que a favoreça, e ajude a passar suas necessidades com o rendimento delle será serviço de Deos e de V. Magestade com tanto que nomeie ella primeiro a pessoa que o aja de servir que tenha as partes que se requerem pera cumprir as obrigações do officio.

Pareceo que deve V. M. ser servido de fazer mercê deste officio ao filho do dito Antonio Roque e da serventia a Inez Travaços, sua molher, na forma e maneira que declara em sua informação o desembargador Christovão Soares, visto o que na informação diz e as causas e rezões que allegão. Em Lisboa a 20 de fevereiro de 600 (1600).

(*Arc. nac. da T. do T., Liv. 16 de Cons. da Mes. da Cons. e Ord. fl. 33*).



**Consulta sobre se dar o officio de escrivão do mamposteiro mor dos cativos da ilha de S. Jorge a Pedro Gomes d'Avilla, (e o de mamposteiro dos cativos e de thezoureiro das fazendas dos defuntos da Graciosa a Manoel Fernandez de Quadros)**  
1602.

Pero Gomes d'Avilla morador na villa das Vellas ilha de São Jorge fez petição a V. Mag. nesta meza dizendo que na dita Ilha não ha escrivão dante o mamposteiro mor dos cativos por ser falecido o que servia e que indo o Corregedor por correição à dita Ilha e achando vago o dito officio o provera a elle suplicante na serventia por tempo de seis mezes o qual está servindo. Pede a V. Mag. lhe faça mercê do dito officio e escreveo o Corregedor das Ilhas dos Açores Leonardo da Cunha a V. Mag. nesta mesa que provera de escrivão dos captivos da quella Ilha de S. Jorge a Pero Guomes d'Avilla por ser pessoa apta e sufficiente para o dito officio o qual estava por prover de muitos annos a esta parte e que he necessario haver pessoa que o tenha de propriedade porque andando os papeis dos cartorios por muitas mãos se perdem e não ha quem saiba dar rezam do que pertence aos cativos e que o suplicante Pero Gomes d'Avilla he rico e dos da governança da terra e tem todas as partes que se requerem para servir este cargo fazendo-lhe V. Mag. delle merce e que por lhe pedir esta carta de enformação lhe dera na forma extravagante e que o provimento que nelle fizera da serventia do dito officio por tempo de seis mezes fora conforme a provisão que pera isso tem de V. Mag.<sup>da</sup>.

Pareceo que vista a enformação do Corregedor deve V. Mag. prover ao suplicante no officio que pede.

O mesmo Corregedor da Ilha dos Açores (*sic*) Lionardo da Cunha

escreveo a V. Magestade nesta mesa dizendo que indo por correição á Ilha Graciosa achara não haver nella mamposteiro mor da rendição dos captivos por cuja falta se não punhão em arrecadação as esmolas e cousas que pertencem aos cativos e que por a provisam que tem de V. Mag. pera prover naquelles cargos que achar vagos provera a hum Manoel Fernandez de Coadros no dito cargo de mamposteiro mor dos cativos daquella dita Ilha, por ser pessoa de calidade e rico e ter as partes necessarias pera poder bem servir aquelle cargo, que lho encarregara por tempo de seis meses conforme a dita provisão e lhe dera esta carta de enformação pera V. Mag. lhe fazer mercê deste officio em propriedade e asi o de thezoureiro das fazendas dos defunctos que tambem está vago e escreve por commissão de Belchior Estacio provedor dos defunctos da Ilha Terceira e das mais dos açores, e que he grande inconveniente andarem estes officios por serventias e que será muito grande serviço de V. Magestade darem-se de propriedade ao supplicante, por ser pessoa nobre e abunda e que os servirá como cumpre.

Pareceo que vista a enformação do Corregedor das Ilhas Leonar-do da Cunha V. Magestade deve prover o supplicante nos officios de que faz menção. Em Lisboa a 9 de fevereço de 1602 annos.

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da M. da Cons. e Ord. 16—f. 136.*)

---

**Consulta sobre se dar o officio de escrivão dos defunctos da Ilha de S. Miguel (e Santa Maria) a Manoel Lobo Cabral; de 10 de março de 1602.**

Representando este que tendo servido durante seis annos o referido officio nas duas Ilhas, e ter em sen poder o cartorio e papeis relativos aos defunctos e captivos e correrem risco de se perderem passando para ontras mãos, e por certa arrecadação importante que S. Magestade mandou agora fazer na dita Ilha, de que elle tem os antos, pedem-se lhe concedesse supprimento por mais tres. A meza em vista das boas informações que houve do procedimento do supplicante informou favoravelmente. Em Lixboa a 10 de março de 1602.

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Cons. e Ord. n.º 16—fl. 148.*)

---



**Consulta sobre se fazer hua freguezia de Nossa Senhora de Guadalupe na Ilha Graciosa e se fazer vigario della Maximiano Picanço Correa; de 30 d'abril de 1602.**

Dom Hieronymo Teixeira Cabral bispo das ilhas dos Açores escreveu a V. Magestade nesta mesa que na vizitação que pessoalmente fez na Igreja de Santa Cruz da Villa de Santa Cruz da Ilha Graciosa achára, na que por mandado do bispo dom Manoel de Gouvea seu antecessor se fez na dita Igreja o anno de 96 (1596) provido o capitulo que será com esta, o qual por ser muito necessario por serviço de Deos e descarrego da consciencia de V. Magest.<sup>e</sup> pellas causas nelle justamente allegadas o aprovara. E avendo V. Magestade por bem de dar seu consentimento para que se crie a parochia de Nossa Senhora de Guadalupe no dito capitulo contenda nomee por vigario della a Maximiano Picanço Correa que pelo dito seu antecessor nella foi nomeado por ter as partes e sufficiencia que para isso se requiere e dá delle informação a V. Magestade para que lhe faça mercê de mandar passar sua carta de apresentação para elle ser confirmado e provizão de mantimento como tem as mais Igrejas daquelle bispado que tem o numero de duzentos fogos que são quarenta mil rs. em quada hum anno e tres mil rs. de hua capella dos Infantes pagos assi e da maneira que se pagão os ministros ecclesiasticos.

Pareceo que V. Magestade deve ser servido dar licença para esta freguezia se crear e erigir de novo na forma que declara o bispo, vistas as causas, e rezões que se allegam no capitulo da Vizitação. Em Lixboa 30 abril de 602 (1602).

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mez. da Conse. e Ord. 16, f. 156 v.º.*)

**Consulta sobre Pero Affonso d'Ornellas da Ilha Terceira; de 14 de novembro de 1602.**

Representa que por estar vago o officio de escrivão dos residuos das Ilhas do Fayal, Pico, Graciosa e S. Jorge foi elle provido na serventia delle pelo Juiz, por falecimento do proprietario Fernão Martins de Sousa; que deste só ficaram dois filhos: o mais velho Antonio Pereira de Sousa, está casado na Ilha de S. Miguel, e renunciou o officio, e a mais nova Maria Pereira de Sousa muito pobre com quem o supplicante casou na esperança de alcançar o officio de seu sogro. Pareceo em vista das informações, e que o officio poderá render cada an

no até 30\$000 rs., que se lhe fizesse mercè delle. Em Lisboa a 14 de novembro de 1602.

(*Arc. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Consc. e Ord.*  
*n.º 16, f. 177 r.º*)

---

**Consulta sobre o Vigario e beneficiados da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da ilha d'Angra (*sic*); de 5 d'outubro de 1603.**

O Vigario e beneficiados de Nossa Senhora da Conceição da Ilha d'Angra dizem em sua petição que visitando pessoalmente o bispo a dita Igreja entre muitas couzas que proveo de serviço de Nosso Senhor e de V. Magestade e descarrego de sua consciencia achou ser a freguezia grande e os ministros desta Igreja poucos por terem obrigação continua de choro e rezando nelle as horas canonicas cantarem as missas com diacono e subdiacono por ser a principal igreja desta ilha e de povo numeroso, e na administração dos sacramentos acompanharem dons dos beneficiados e não bastarem para todas estas couzas. Pareceo bem ao dito bispo apresentar mais hum beneficio alem dos nove que tem havendo o V. Magestade por bem, posto que mais herão necessarios para serem dez e se poderem melhor celebrar os officios divinos comprirem com suas obrigações e a ser a freguezia tão grande que he a metade da cidade e que havendo V. Magestade por bem de crear o dito beneficio ha de ser com a mesma penção de vinte e quatro mil rs. que os mais beneficiados da dita Igreja tem.

Viosse nesta mesa a petição do Vigario e beneficiados da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Angra e a vizitação que o bispo da dita Ilha fez, e pareceo que se não devia de acrescentar este beneficio que o bispo diz ser necessario, visto ter a dita Igreja nove beneficiados afora o Vigario e coadjutor que he grande numero e sobejo para o serviço de hũa igreja. Podia V. Magestade ordenar ao bispo que della passasse dons beneficiados para outra igreja que estivesse mais necessitada de ministros para onde o bispo pede acrescentamento de mor numero com maior razão do que pede para esta de que se trata. Em Lisboa 5 outubro de 603 (1603).

(*Arc. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Consc. e Ord.*,  
*n.º 16, f. 278 r.º*).

---

**Consulta sobre o Vigario e thezoureiro da Ilha do Pico para acrescentamento; de 5 d'outubro de 1603.**

O Vigario e thezoureiro da Igreja da Ilha do Pico dizem em sua petição que vizitando o bispo das ditas Ilhas a Igreja de S. Mateos per a porção que a elles supplicantes se paga ser pequena e senão podem sustentar por muito trabalho que tem, proveo por descarrego de sua consciencia acrescentar alem da porção que de antes tinham a elle Vigario dez mil reis, e a elle thezoureiro mil e quinhentos reis tudo pago assi e da maneira que a mais porção se lhe paga até agora como se via da vizitação que apresentavam, pedem a V. Magestade o aja assi por bem, e mande que o pagamento se lhe faça na forma provida.

Vio-se nesta meza a petição do Vigario e thezoureiro da Igreja de S. Mateos da Ilha do Pico, e assi a vezitação que o bispo das ditas Ilhas fez na dita Igreja e pareceo que se devia de acrescentar cinco mil reis ao Vigario para que ao todo aja trinta mil reis em conformidade do que se tem acrescentado aos mais vigarios. E a tres votos pareceo que ao thezoureiro se acrescentase mil e quinhentos reis por que com os quinhentos que já tem aja ao todo dous mil reis, e a um voto pareceo que bastava fazer-lhe acrescentamento de quinhentos reis, para ter ao todo mil reis que com o moio de trigo e vinho que deve ter para as missas parece bastante ordenado.

Pareceo mais aos ditos tres votos que se devia acrescentar á fabrica dous mil reis cada anno para que ao todo aja seis mil reis em conformidade da vizitação do bispo e a hum voto pareceo que se lhe não acrescentasse nada visto gastarem quatro mil reis por serem de cada anno e o que se poupa de hum sobeja para outro por não ser cada anno necessario fazer vestimentas nem cousas novas. Em Lisboa a 5 de outubro de 603 (1603).

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Cons. e Ord. n.º 16 — f. 279 c.º*).

---

**Consulta sobre se acrescentarem na ygreja de S. Miguel de Villa Franca mais dous beneficios pera que ao todo aja dez: de 17 de julho de 1606.**

Os officiaes da Camara de Villa Franca da ilha de São Miguel enviáráo a esta mesa lha carta testemunhavel feita pello doutor Lopo Gil Fagandez adeam na sse de Amgra e vizitador no esperitual e temporal em todo o dito bispado e nella hum capitulo da vezitação que o

bispo Dom Jeronimo Teixeira Cabral do mesmo bispado fez, o qual capitulo dizia que a dita igreja de São Miguel he a mais antiga daquella ylha e de muito numero de gente e trabalhosa de servir, por nella se rezarem todas as horas em coro e se cantarem todos os Domingos e (dias) Santos missas com diacono e sodiacono e dous dos beneficiados serem obrigados a acompanhar os sacramentos e assim não fiquam no coro copia bastante pera que os officios devinos se fação com a desemcia devida pellas quaes rezões o bispo Dom Manoel de Gouvêa que servio o dito bispado lhe paresera devia V. Magestade acrescentar e criar de novo dous beneficios mais, o que não teve effeito por falta de quem o requerese sendo muito necessario, pera o que V. Magestade avia de aver por bem dar seu consentimento pera de novo se criarem com o mantimento e ordenado que tem e tiverem os mais beneficiados e que os officiaes da Camara o mandassem requerer nesta mesa da consciencia e ordens pera que na dita igreja aja dez beneficiados como ha na villa da Ribeira Grande e em outras de menos serviço que esta: e com este capitulo de vezitação enviãrão hua carta sua em que deziã que vezitando os bispos asima nomeáo a dita ilha de S. Miguel que de poucos annos a esta parte cresceo nella muito povo e com elle creserão as obrigações aos mynistros ecclesiasticos maiormente na igreja primispal do Arcanjo São Miguel de Villa Franca cabeça de toda a ilha, onde os officios devinos se fazem com solenidade avendo nella só oito beneficiados alem dos quaes assi por a camara e povo com muita ynstansia o pedir como por ser serviço de Deos e obrigação do cargo a elles commettido, criãrão na dita igreja mais dois beneficios simples pera mais comodamente poderem faser chorro (*coro*) e assistir no ministerio do altar e acompanhar os sacramentos, por que muitas vezes correm estas conssas todas juntas e não se pode suprir a ellas como convem pelo que por consolação do povo e principalmente pera onra de Deos em que o catholico zello de V. Magestade mais resplandesse, pedião ouvesse por bem de dar seu consentimento, na criasam destes dous beneficios sem os quaes a dita igreja não pode ser bem servida; alem do que dezião mandamos ao provedor da fazenda de V. Magestade da dita ilha nos informase do comthendo na carta da Camara e capitulo da vesitação tomando ynformasão em segredo de pessoas dignas de ffee, da necessidade que destes beneficios avia, nos escreveo dizendo que, por emformasão que tomara de pessoas de confiãmsa soubera que a ygreja de São Miguel de Vila Franca hera grande e que os beneficiados della tinhão muito trabalho, por serem poucos e que era muito necessario aver mais dous para serem dez, como tem a ygreja da Ribeira Grande e lhe parecia que fazendo V. Magestade mersê de criar estes dous beneficios que não haja mais beneficiados na dita ygreja, por que estes são bastantes.

Pareseo que vista a necessidade que ha de se criarem estes dous

benefícios como consta no capitulo da vesitação e carta da Camara e informasão do provedor da fazenda de V. Magestade deve ser servido dar consentimento pera o bispo os criar, na forma custumada. Em Lisboa 17 de julho de 1606.

Reformon-se. . . . 1.<sup>a</sup> vez a 17 de junho 607.

(Arch. nac. da T. do T., Reg. da Mes. da Cons. e Ord., n.º 15, fl. 62 v.º).

---

**Consulta sobre haver acrescentamento o thezoureiro da Igreja de Sam Sebastião da Ilha de Sam Miguel, cidade de Ponta Delgada; de 16 de outubro de 1606.**

João Pereira, clérigo de missa, thezoureiro da Igreja de S. Sebastião da cidade de Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel fez petição a V. Magestade nesta mesa offerecendo com ella um capitulo de vizitação que na dita Igreja fez Dom Hieronymo Teixeira Cabral, bispo d'Angra e ilhas dos Açores, em que declara que por quanto o thezoureiro da dita igreja não tem porção conveniente pera sua sustentação nem o necessario pera as obrigações da sanchristia e igreja pede o dito bispo a V. Magestade em a dita vezitação e o dito thezoureiro em sna petição que elle seja servido haver por bem que o dito thezoureiro seja acrescentado em dous mil reis, pera com os dez mil reis e o moio de trigo, que tem de mantimento aja ao todo doze mil reis e o moio de trigo e que alem disto aja mais dous mil reis pera os gastos e despesas da samcrístia e hum quarto de vinho da ilha da Madeira pera as missas, por ser aquella igreja a principal das Ilhas depois da See.

Informou o provedor da fazenda de V. Magestade que o thezoureiro da igreja de São Sebastião da cidade de Ponta Delgada, tinha muito trabalho e obrigação de dar cera pera a capella de V. Magestade e hosteas e vinho pera as missas que são muitas e outras muitas cousas, por concorrerem naquella igreja muitos officios e ter de ordinario nella quatorze clérigos, dando a todos hosteas e vinho para as missas.

Pareceo que, visto o capitulo da vizitação e informação do Provedor da fazenda de V. Magestade, deve V. Magestade ser servido que ao thezoureiro se acrescente os dous mil reis em seu mantimento pera que aja ao todo 24\$000 mil reis em dinheiro e o moio de trigo e que pera a sanchristia aja os dous mil reis que se declara no capitulo da vezitação pera as despesas da sanchristia e o quarto de vinho da ilha da Madeira pera as missas, como tudo no capitulo da vezitação

se declara. Em Lisboa dezaseis de outubro de mil seis centos e seis annos.

(Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Cons. e Ord. n.º 15 — f. 79.)

### Consulta sobre o Vigario. Beneficiado e Cura da Igreja de S. Roque da Ilha Terceira; doze de mayo de 1607.

Nesta meza fizeram petição o Vigario e beneficiado cura e thezoureiro da Igreja de San Roque do Lugar dos Altares da Ilha Terceira, dizendo que vezitando o bispo d Angra Dom Jeronimo Teixeira Cabral pessoalmente a dita Igreja achou que elles viviam com muita necessidade e miseria pelo pouco ordenado que tem com seus beneficos, pelo que pareceo ao dito bispo que por descargo da consciencia de V. Magestade e da sua os devia acrescentar em seus mantimentos na maneira seguinte: ao Vigario dez mil reis alem dos 30\$000 que até agora houve, pera que daqui em deante tenha 40\$000 de mantimento cada anno e ao Beneficiado 6\$000 alem dos 15\$000 que até agora houve, pera que haja 21\$000 cada anno, e ao cura 4\$000 alem dos 18\$000 que atégora houve para que daqui em deante tenha 22\$000 cada anno: e ao thezoureiro mil e quinhentos reis, alem dos quinhentos reis e um moio de trigo que atégora houve para que daqui em deante haja 2\$000 em dinheiro e o dito moio de trigo, e pera despesas de sacristia que não tem mais que tres mil rs. lhe acrescentou mais 2\$000 rs. pera que tenha 5\$000 rs. cada anno e para a fabrica grossa della que não tem mais que 4\$000 lhe acrescentou mais 2\$000 pera que tenha e haja 6\$000 cada anno, pelo que pedem a V. Magestade que, havendo respeito ao pouco ordenado que tem e ao capitulo da visitação que o bispo fez na dita Igreja e ao trabalho que levam no servico, e celebração dos officios divinos della lhe faça mercê haver por bem que hajam os ditos acrescentamentos

Na qual petição se poz despacho nesta mesa em que pareceo que os supplicantes devem ser acrescentados, no que se contem no capitulo da vezitação visto as causas nelle declaradas.

E indo a assignar por V. Magestade a provisam do dito acrescentamento veio entre outras duvidada a dez de outubro de 602 (1602) com duvida que dizia que nam havia V. Magestade por bem de assignar a dita Provisam, por quanto lhe não fora primeiro por Consulta e que se houvesse informação do provedor de sua fazenda das ditas ilhas e com ella se lhe consultasse.

E tornando-se a ver nesta mesa, com a informação que se, do provedor da fazenda de V. Magestade, houve, pareceo, que, visto o

que o dito Vigairo, beneficiado, cura e thezoureiro da dita Igreja allegam na dita petição e o Capitulo da Vezitação que o dito bispo fez na dita Igreja, e o trabalho que levam no serviço e celebração dos officios divinos della, e a obrigação que V. Magestade tem, pelas lettras apostolicas da creação do dito bispado de Angra, de lhes dar congruas porções com que se possam sustentar, sendo providos em vezitação, V. Magestade deve haver por bem que elles hajam os ditos acrescentamentos e os comecem a vencer des o primeiro do anno de 603 em diante em que na dita mesa se lhes deu despacho. Em Lisboa a doze de mayo de 607. (e se tornou a reformar em novembro de 607).

(Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mesa da Cons. e Ord. 15—f. 114.)

---

**Consulta sobre os logares de mamposteiro mór dos captivos e thezoureiro da fazenda dos defuntos, no Fayal e Pico; de 12 de maio de 1609.**

O Licenciado Francisco da Silveira, morador na Ilha do Fayal fez petição nesta meza dizendo que na dita Ilha não ha mamposteiro mor dos captivos, nem Thezoureiro da Fazenda dos defuntos, assim como tambem este ultimo cargo não ha na Ilha do Pico, e pede se lhe dê os referidos cargos, sobre o que consultou a mesa, que é justo que se lhe deem os referidos cargos, por ser homem nobre, christão velho, e rico. Em Lisboa a 12 de maio de 1609.

*Resposta*

Conformo-me com esta Consulta. Em Lisboa a 4 de junho de 1609. —O Marquez.

(Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes da Cons. e Ord., 61—f. 8.)

---

**Consulta sobre o claustro da Sé d'Angra; de 3 d'agosto de 1609.**

O Bispo de Angra escreveu a V. Magestade nesta mesa dizendo que a obra da See daquella cidade estava já em bons termos, porem que ficará imperfeita, se não tiver uma claustra derredor, como tem as mais Sees do Reino, por ser muito necessaria, o que se não faz por

ser fora da traça e modello; e pedio a V. Magestade lhe fizesse mercê de licença pera que da mesma fabrica, podesse elle Bispo ordenar o que lhe parecesse; ao que V. Magestade foi servido mandar-lhe responder que pera se poder resolver no que se deve fazer ácerca da dita obra lhe era necessario ver o trasumpto da traça que está feita para esta obra com o sitio e tençam que o Bispo tem doode se haja de fazer a claustra com o orçamento do que poderá fazer de ensto, e que o dito orçamento se fizesse pelos officiaes de V. Magestade havendo os na dita Ilha e em sua falta se faria per outros ajuramentados, encomendando ao Bispo, que de tudo enviasse a V. Magestade os papeis necessarios, com toda a clareza que fosse possivel, para V. Magestade lhe mandar responder como fosse servido, ao que o Bispo satisfêz com os papeis que com esta enviamos a V. Magestade, os quaes foram mostrados a Bathazar Alvarez, architecto de V. Magestade para os ver, e fazer outra traça, com as mais de clarações que lhe parecessem necessarias, ao que satisfêz com a traça e relação della, o que todo, uma e outra enviamos a V. Magestade para mandar o que houver por seu serviço. Em Lisboa a tres de Agosto de 609 (1609).

#### *Resposta*

Em carta de S. Magestade de 25 de Agosto de 609.

Vendo a Consulta da Mesa da Consciencia que veio com carta vossa de nove do mez passado sobre a claustra que se pretende fazer na See da cidade de Angra, e as traças para esta obra que com ella enviastes, me pareceo, antes de me resolver, encomendar-vos (como o faço) que ordeneis se declare se esta fabrica é perpetua e que dinheiro ha de presente caído, e se estão de todo acabadas as obras daquelle See, ou o que falta, enviando-se uma particular relação de tudo isto.—O Marquez.

(Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mesa da Consc. e Ord. 61—f. 23 v.º e 24.)

#### Consulta sobre o Licenciado Pedro Monteiro; de 20 d'outubro de 1609.

Vimos a carta que o Bispo de Angra, que com esta será, e por não sabermos a causa que V. Magestade teve para mandar dizer por Pedralvares (*Pedro Alvares*) Pereira ao Bispo que se não servisse do Licenciado Pedro Monteiro, que na Ilha de São Miguel serviu de ouvidor do ecclesiastico, nos não podemos resolver no que V. Magestade deva responder ácerca do que o bispo pede. Em Lisboa a 20 de outubro de 609 (1609).



*Resposta*

Per carta de Sua Magestade de 25 de Agosto de 609.

Vy duas consultas da Mesa da Consciencia, uma sobre o que o bispo de Angra diz que lhe escreveo Pedro Alvares Pereira da minha parte de que se não servisse do Licenciado Pedro Monteiro, e hei por bem que se lhe escreva que pode occupar ao dito Licenciado nas cousas que lhe parecer, encarregando o de ter a boa correspondencia devida com meus ministros.—O Marquez.

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Cons. e Ord.* n.º 61— fl. 23 v.º e 24).



**Consulta sobre os Ecclesiasticos das Ilhas Terceiras; 2 de maio de 1614.**

Vio-se nesta mesa por mandado de V. Magestade o capitulo da carta de 2 de abril passado em que V. Magestade diz que tendo entendido que tratando se de executar a ordem que mandou dar para se consignar o pagamento da gente de guerra da Ilha Terceira nos rendimentos da Alfandega preferindo-se esta consignaçoão a todas as outras, se pretende por parte dos ecclesiasticos que nisto se lhe fez agravo e que não de haver pagamento do que lhes tocar de seus ordenados de trigo nos dizimos e de dinheiro do patrimonio real não se havendo de entender assim, por quanto a vontade de V. Magestade e dos senhores Reis, predecessores de V. Magestade foi sempre que se lhe pagasse o trigo dos dizimos e o dinheiro do que chamam das menças, e a nova ordem lhes não prejudica como parece do assento que se havia feito sobre esta materia com o bispo e cabido, e que para se averiguar esta cousa melhor, encomenda V. Magestade ao Viso Rei a remetta a esta mesa, ordenando-lhe que se veja nella, e do que na materia parecesse se fizesse brevemente consulta que se enviasse a V. Magestade.

E assim se viu a copia do assento que se tomou por mandado d'El Rey Dom Sebastião, que Deos tem, com o Bispo e Cabido sobre o pagamento dos ordenados dos ecclesiasticos que com esta tornamos a enviar, e visto e examinado este negocio:

Pareceo que os ecclesiasticos nenhuma razão tem de se agravarem da ordem que V. Magestade tem dado acerca de mandar consignar o pagamento da gente de guerra que está na Ilha Terceira nos rendimentos da Alfandega, que se cobrão e nenhuma obrigação tem ao pagamento dos ordenados ecclesiasticos, por pertencerem a V. Magestade como Rei e não como governador e perpetuo administrador

da ordem de xpō (*Christo*) e somente o trigo dos dizimos e o dinheiro das meunças (que também rezulta de dizimos) que pertence a V. Magestade como governador está obrigado primeira e principalmente aos ditos ordenados como V. Magestade tem ordenado pelo dito assento. Lisboa 2 de maio de 1613 (*com as rubricas*).

(*A margem*) Por carta de S. Magestade de 13 de Junho de 1613.

Outra sobre a perda que os ecclesiasticos da Ilha Terceira dizem que recebem de consignar no rendimento da Alfandega o pagamento da gente de guerra e com o que nesta parece me conforme. — Dom Francisco de Castro.

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mez. da Consc. e Ord. n.º 62 f. 203 v.º*).

### Consulta sobre o logar de Provedor dos Residuos na Terceira; de 14 de março de 1634.

(*Extracto*)

Fez petição, Francisco Barreto da Silva, fidalgo da casa real, natural e morador na cidade de Angra da ilha Terceira, dizendo que o cargo de Provedor dos Residuos e Capellas da dita ilha, que vagou por morte de Vasco Fernandez Rodovalho, e de cuja propriedade se fez mercê a um seu neto de oito para nove annos de idade, se serve ha alguns annos de serventia por provimento dos Corregedores; e que estando-o servindo ultimamente Estevão de Vasconcellos, foi suspenso pelo Corregedor Fernão Gameiro Mação, na residencia que lhe tomou, provendo nelle um seu sobrinho Antonio Gameiro, que o serve; que nelle Francisco Barreto concorrem os requzitos necessarios, pelo que pede a serventia d'elle durante a menoridade do proprietario. A mesa tendo-se informado com o Desembargador Manoel Corrêa Barba, pela muita noticia que tem das coisas da ilha Terceira, onde serviu de corregedor, foi informada que Francisco Barreto era das pessoas mais nobres da ilha, aparentado com muita nobreza do Reino e que nelle concorriam todas as partes para obter o que pede; por isso consultou que se lhe devia fazer mercê da serventia durante um anno, se tanto durar a suspensão de Estevão de Vasconcellos, e acabado elle, pelo mais tempo que decorrer em quanto elle ou o proprietario não poderem entrar a servir o. Lisboa 14 de março de 1634 (*assignados*) o Conde de Castro P. = Mascarenhas = Pereira = Carvalho = Brito = Mascarenhas.

(*À margem*) Em carta de S. Magestade de 5 de abril de 1634 se fiz ter se resolvido na conformidade da consulta.

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Consc. e Ord. n.º 68, f. 26.*)

---

**Offício para o Dr. Ambrosio de Sequeira sobre um emprestimo nas ilhas; de 23 de março de 1634.**

Pelo desembargo do Paço ha v. m. de receber hua provisão de S. Magestade para informar sobre os embargos com que vierão os moradores das Ilhas dos Açores a se não repartir o emprestimo que S. Magestade nellas mandou pedir, e o procedimento que nisso houve. E pois v. m. leva ordem de S. Magestade para correr com a repartição e cobrança deste emprestimo me ordenou o Sr. Viso-Rey dissesse a v. m. de sua parte que por quanto se entende que as duvidas de que se trata procederão da emulação de pessoas que querião intervir na materia, que v. m. com este presupposto faça a dita repartição na forma que se lhe ordena com todo o bom modo que v. m. procura e que se abstenha de fazer a informação que se lhe comette pelo Desembargo do Paço, quando tentando as cousas entender que se poderá fazer a cobrança sem ser necessario chegar se a demonstração pelo que tem passado, e que de tudo isto avizará v. m. tanto que chegar, com o que se lhe offerecer. Deus Guarde a v. m. &c. De caza a 23 de Março de 634 (1634).—Phelippe de Mesquita.

(*Arch. nac. da T. do T., Liv. de Reg.<sup>to</sup> das dispos. do Viso Rei em Lisboa, f. 148 v.º.*)

---

**Consulta de Estevão de Vasconcellos da Camara, Provedor dos Residuos e Capellas da Ilha Terceira; 2 de junho de 1634.**

Estevão de Vasconcellos da Camara, Provedor dos Residuos e Capellas da ilha Terceira fez petição a V. Magestade em que diz que os Corregedores das ilhas dos Açores, se quizeram intrrometer indevidamente em tomar conhecimento das apellações e agravos das suas sentenças que elle remette á Relação d'esta cidade, na forma de seu

Regimento, e outrosim se quizeram intrometter em prover a serventia de escrivão do dito cargo e outros officios dos orfãos; e que agravando por diversas vezes todos seus antecessores tiveram provimento por sentenças de desagravo, e o mesmo teve elle Estevão de Vasconcellos contra o Corregedor Fernão Gameiro Mação, que actualmente serve, de maneira que tem nove sentenças da Relação, conformes todas, para os corregedores se não poderem intrometter nas consas tocantes a seu officio de Provedor dos Residuos e orfãos, como consta da certidão junta.

E porque todos os corregedores que vão de novo por acrescentarem e ampliarem sua jurisdição, se intromettem no officio do supplicante, querendo lhe impedir sua posse, não lhe guardando as ditas sentenças, nem dal-as á execução com grande perda d'elle Estevão de Vasconcellos, que vindo pessoalmente a esta corte, em seguimento deste ultimo agravo, foi roubado de Hollandezes, e sendo pessoa de tanta qualidade peregrinou por tantas e tão diversas terras, e anda nesta corte, com grande despesa de sua fazenda, e porque teme que os Corregedores, que succederem ao mesmo Fernão Gameiro lhe não cumpram as ditas nove sentenças, buscando outras razões, para lhe impedirem o exercicio de sua jurisdição, não só em prejuizo das partes, mas tambem em descredito de nove sentenças conformes da Relação, sendo o officio de Provedor dos Residuos e orfãos da data de V. Magestade neste Tribunal; pede a V. Magestade lhe faça merce, visto o que consta das sentenças juntas, mandar-lhe passar Provisão para que os corregedores da Comarca presente e futuros, com pena de quinhentos cruzados para captivos e de virem emprazados a esta corte, se não intromettam em conhecer dos feitos e cousas do Juizo d'elle supplicante, nem dos officios dos residuos e orfãos, na forma das sentenças da Relação, porque de outra maneira não poderá ter recurso a molestia que se lhe faz, pois cada Corregedor que entra de novo, lhe dá occasião a tirar um agravo.

O que Estevão de Vasconcellos da Camara refere na sua petição, se Justifica com a certidão inclusa, em que se declaram as muitas sentenças, que os Provedores dos Residuos e capellas seus antecessores, alcançaram em seu favor, e a que elle tambem alcançou de proximo, vai a f. 19 de que claramente se vê o pouco fundamento com que os corregedores os avexam, e molestam, como o corregedor Fernão Gameiro Mação fez a Estevão de Vasconcellos, o que den causa a ser roubado e levado a Flandes, e passar grande molestia; e para evitar semelhantes procedimentos em dano e desprezo da justiça, pois se encontram, com o que está determinado por tanto numero de sentenças: Parece que deve V. Magestade ser servido de mandar passar a Estevão de Vasconcellos a Provisão que pede, assignada por sua Real Mão.—Lisboa 2 de Junho de 634—O Conde de Castrol P.—Mascarenhas—Pereira—Carvalho—Brito—Mascarenhas.

(*À margem*) Diga a Mesa como lhe toca consultar este negocio, sendo sobre materia de jurisdicção, e envie-se-me com esta consulta copia autentica da carta ou Provisão por que Estevão de Vasconcellos foi provido neste officio.—Lisboa 15 de Julho de 634. Dom Diogo de Castro Viso-Rey.

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Consc. e Ord. n.º 68 fl. 42 v.º*).

**Officio para o Dr. Miguel Soares Pereira, agente de Roma, sobre a nomeação do bispo d'Angra; de 7 d'outubro de 1634.**

Pelo Correio de 2 de setembro passado se remettêrão d'aqui a v. m. a habilitação do Padre Mestre frei Antonio da Ressurreição a quem S. Magestade tem nomeado por Bispo d'Angra, e porque agora se entendeo que na legacia faltou a fazer-se menção do consentimento que devia dar o seu prelado, e por este respeito se poderá dilatar a expedição das suas Bullas, me pareceo remettel-o a v. m. como o faço, para que v. m. ordene que se remedeie esta falta, que supposto não foi pela parte que nos toca, com tudo receberei muita mercê em v. m. o querer ordenar assy para que com a brevidade possivel se expidão estas Bullas. Nosso Senhor &. De Lisboa a 7 de outubro de 634.—Philippe de Mesquita.

A 2.ª via foi pelo correio de 28 de outubro com o 2.º maço das habilitações.

(*Arch. nac. da T. do T., Liv. de Reg.º das dispos. do Viso-Rei em Lisboa, f. 238 r.º*.)

**Officio para o Conde de Villa Franca, sobre o logar de Ouvidor na ilha de S. Miguel; de 16 d'outubro de 1634.**

Tem se entendido que está vago o cargo de Ouvidor da Ilha de São Miguel, por falecimento do Licenciado Matheus de Moraes, por cujo respeito se deixam de dar a execução algumas ordens de S. Magestade, do que aviso a V. S.ª da parte do Sr. Viso-Rei, para que V. S.ª proveja esta Ouvidoria com toda a brevidade, procurando que a pessoa que nomear para ella seja letrado, aprovado para o serviço de S. Magestade. Nosso Senhor &. De casa a 16 de outubro de 634.—Felipe de Mesquita.

(*Arch. nac. da T. do T., Liv. de Reg.º das dispos. do Viso-Rei em Lisboa, f. 233.*)

**Mercê dos officios de Provedor dos Resíduos, orfãos e Capellas da ilha Terceira a Vital de Bettencourt de Vasconcellos; de 27 de junho de 1636.**

Havendo V. Magestade feito mercê a Vital de Bettencourt de Vasconcellos da propriedade dos officios de Provedor dos Resíduos, orfãos e capellas da ilha Terceira, para um seu filho, neto de Vasco Fernandez Rodovalho, proprietario que delles foi, por o dito Vital de Bettencourt falecer sem o nomear, e seu filho mais velho, chamado tambem Vital de Bettencourt de Vasconcellos se habilitar para a successão dos ditos officios, e ser assim conforme a direito, precedendo primeiro haver pago a meia annata, se lhe mandou passar Provisão dos mesmos officios e enviando se a assignar por V. Magestade avisou o Secretario Gabriel d'Almeida de Vasconcellos, que V. Magestade não fora servido assignal a, por a materia ser de qualidade que lhe houvera de ir por consulta, e mandava que ouvindo-se aos mais irmãos, e o dito Vital de Bettencourt, com sua resposta se consultasse por este tribunal o que parecesse.

E havendo se feito assy, responderam Vasco Fernandez Rodovalho e Dona Catharina de Vasconcellos, que está recolhida para haver de ser religiosa, irmãos inteiros do dito Vital de Bettencourt de Vasconcellos, que por a elle, como mais velho, pertencerem os ditos officios, não tinham duvida, a que os pedisse a V. Magestade e entrasse nelles; de que se enviaram papeis de que consta o referido. Pelo que parece que V. Magestade deve ser servido de fazer mercê ao dito Vital de Bettencourt de Vasconcellos, da propriedade dos ditos officios, em cumprimento da promessa que seu Pae tinha para seu filho, por ser o mais velho, e que se lhe passe delles o despacho costumado. Lisboa 27 de junho de 1636=O Conde de Castro P.=Mascarenhas=Noronha=G. Mascarenhas.

(*A margem*) Em carta de S. Magestade de 13 de Agosto de 636.

Outra sobre Vital de Bettencourt de Vasconcellos e lhe faço mercê da propriedade dos officios de Provedor dos Resíduos, orfãos e Capellas da ilha Terceira que foram de seu pae, em cumprimento da promessa que lhe estava feita delle, para hum seu filho, e se lhe passe o despacho costumado.

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Cons. e Ord., n.º 68 — f. 198 v.º.*)

---

**Nomeação para Provedor dos defuntos da ilha Terceira;  
de 28 de junho de 1636.**

Balthazar Rodrigues Coelho, escrivão das fazendas dos defuntos e ausentes da ilha Terceira, escreven nos ultimos navios que daquella ilha vierão, que Gaspar de Freitas da Costa, proprietario do officio de Provedor dos mesmos defuntos, e que não tem filhos, tem chegado a estado, por sua muita idade e enfermidade, que está incapaz de servir, e muitas vezes serve ontrem por elle, e como o officio anda por differentes mãos, nem se serve como convem, nem os thezoureiros tem a quem respeitem, nem remetam o dinheiro dos defuntos a este Reino, com grande dano das partes, a que pertence.

Para remedear este dano, se puzeram editos de quinze dias, na forma das ordens de V. Magestade e deram petições em que pedem o mesmo officio, o Licenciado Francisco Loureiro Raposo, deão da See d'aquella cidade, e alega ser natural deste Reino, independente dos moradores daquella Ilha, pessoa de letras, partes e bom procedimento; E Jorge Dias de Sá e João Juiz Teixeira, que não alegam causas algumas, nem serviços, mais que serem moradores naquella Ilha. O thezoureiro geral dos defuntos, a quem se pediu informação diz que de Jorge Dias e João Luiz não achou noticia alguma, nem allegam causas que o obriguem a se tratar delles, nem solicitam seus negocios e que o deão Francisco Loureiro lhe parece que fará muito serviço a V. Magestade e proveito ás partes, por ser pessoa zelosa e pratica e que ainda para o experimentar lhe poderá V. Magestade fazer mercê de o prover por um ou dous annos, e conforme for procedendo, se lhe prorogará por mais tempo.

Este tribunal é do mesmo parecer, por este officio não ser de recebimento, e a jurisdição que exercita ficar melhor reputada na pessoa do Deão que em outra qualquer pessoa da ilha.—Lisboa a 28 de junho de 1636—Conde de Castro P.—Mascarenhas—Noronha—Mascarenhas.

(*À margem*) Proponham-se mais pessoas mandando fazer diligencia à ilha. Em Lisboa 9 de Julho de 636—A *Princeza Margarida*.

(*Arch. nac. da T. do T., Reg. de Cons. da Mes. da Cons. e Ord. n.º 68 f. 198 v.º*).



# CRISE MONETARIA NOS AÇORES

---

**Carta de D. Fr. José d'Ave Maria, Bispo d'Angra, á Rainha, sobre a introdução de moeda falsa nos Açores; de 27 de setembro de 1794.**

Senhora. -- A consternação em que tem posto todo o povo desta cidade e Ilha, assim como o das Ilhas do Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Flores, o abuso que se tem feito do Edital de 24 de fevereiro de 1793, passado pelo Governo preterito, debaixo de cujo azilo, por uma sinistra e violenta intelligencia do mesmo Edital, cuja formalidade consta do documento n.º 1.º, se entrou a introduzir e multiplicar uma moeda fundida e conhecidamente falsa, até no intrinseco da sua materia. Esta consternação, pois, comoveu e abalou os animos dos officiaes da Camara desta cidade a fazerem a representação datada em 12 de julho do presente anno, constante do n.º 2.º a este Governo interino, pedindo providencia sobre um mal, que se tinha augmentado e crececia de dia em dia, e que ia a destruir e arruinar o estado destas Ilhas.

Depois de receber-se na Secretaria deste Governo a dita representação creceo o mal que ella expõe, principiou a ver-se uma disposição e principio de fome, porque os proprietarios dos generos da primeira necessidade os não queriam vender por similhante moeda, na certeza de que esta de nada para o futuro lhes poderia aproveitar: chegaram-me varios clamores a este respeito: o que tudo me obrigou a que no Congresso da Junta da Real Fazenda de Vossa Magestade, na tarde do dia 3 de setembro deste mesmo anno, expuzesse, como expuz o estado das cousas e a urgencia de dar se remedio a uma tão consideravel consternação, concluindo, que, pelas informações que eu sobre este particular tomei, se não deviam deitar nos cofres publicos da mesma Junta, quantias algumas de similhante moeda, ao que annuiciaram os seus Deputados, á excepção do Ministro Corregedor, que commigo exercita o emprego deste Governo interino, na forma da Lei de 12 de Dezembro de 1770, pois me disse ter que me communicar a es-



se respeito; e vendo que o mesmo Ministro me não procurou a esse fim, até ao dia 6 do dito mez de setembro, e considerando que elle pertendia metter tempo, o que augmentava os prejuizos, que estavam bem publicos, lhe dirigi a Carta constante n.º 3, ao fim de se fazer um Congresso de todos os Ministros desta Ilha, das Camaras da mesma, das pessoas literadas, e de todos os estados, para se tomar a deliberação, que parecesse mais justa: porem a esta minha Carta recebi a resposta que consta do n.º 4, datada em 9 do dito mez, ao meu ver muito impropria ao espirito da minha proposição.

Na presença deste dissenso resultou juntar-me na Casa do despacho do Palacio dos Governadores destas Ilhas (pois na do palacio destinado por Vossa Magestade para a minha residencia, não acha o dito Ministro Corregedor, casa capaz) juntamente com o mesmo Ministro, e com o Desembargador, Provedor da Real Fazenda de Vossa Magestade e superintendente Geral das alfandegas de todas estas Ilhas pelo Regio Alvará de 25 de setembro de 1769 e como tal com graduação de Corregedor da Comarca pelo outro Alvará de 26 de maio de 1766 e porisso Ministro de letras de maior graduação, que na forma da sobredita Lei de 24 de fevereiro de 1770, se deve convocar nos casos de dissenso e discordancia entre mim e o dito Ministro Corregedor, e na conferencia que tivemos em 10 do dito mez de setembro, concordando commigo aquelle Ministro Desembargador Provedor, se assentou em proceder-se á convocação dos Ministros e Camaras e mais pessoas acima ditas, em cujo acto fez o mesmo Ministro Corregedor os protestos que delle se mostram, e consta do n.º 5.

Convocaram-se pois as mesmas Camaras, Ministros e mais pessoas no dia 16 do mesmo mez, em que eu propuz as causas e motivos que me urgiram para este procedimento, da forma que consta do n.º 6, e antes dos convocados nesse Congresso darem o seu voto deliberadamente, e segundo o seu entender, leu o dito Ministro o seu sentimento, que levava por escripto, constante do n.º 7, revestido todo de um espirito de desanimar a todos, que não estivessem do seu partido, alem do soborno, que sei e eston informado houvera. Porem, não obstante esse projecto, sempre os Ministros, Provedor, Juiz de Fora, da Praia, os officiaes da sua Camara, dois Camaristas da desta cidade, e outras pessoas mais de religião e sciencia, se oppuzeram clara e expressamente ao curso da moeda que estava girando como conhecidoamente falsa: outras pessoas muito mais em numero votaram simplesmente que se observasse o Edital de 24 de fevereiro de 1793; outras, menos em numero do que as sobreditas, disseram que se acomodavam com o voto do dito Ministro Corregedor.

Porem, estas que votaram, seguindo ao dito Ministro, foram pessoas leigas, faltas da sciencia e noticia das Leis, não entenderam o que quiz concluir o dito Ministro, e muitas dellas não attenderam ao que elle len; e as que votaram que se observasse o Edital, seguiram um

systema seguro, porque, como geralmente se tem assentado que do dito Edital se abuzou, vieram elles a convir em que se emendasse o abuso, e por esse motivo nenhum votou que corresse a moeda de que todos se queixavam e a tinham por falsa, á excepção dos que a fabricavam; e reflectido o assento todo dicto n.º 6 com o mappa dos votos n.º 8, assim se ha-de conhecer e entender, e até o protesto que consta do n.º 9, fizera o Ministro Juiz de Fora desta cidade, está mostrando isso mesmo: por que elle não protesta contra a resolução que houver para não correr a tal moeda, mas sim da que houver de correr contra a forma do Edital, que no seu literal sentido e espirito, não azilla, nem podia azillar o curso desta falsa moeda, bem conhecida como tal por todos.

Depois deste Congresso fiz outro particular no Palacio da minha residencia, de pessoas da minha confidencia, e no dia 18 me tornei a juntar com o mesmo Ministro Corregedor na sobredita casa do despacho, para conferirmos sobre os votos do dito Congresso; e seguindo eu nessa conferencia o sentimento do mesmo Ministro, expressado em ultimo lugar do seu voto, dict. n.º 7, a respeito das apolices, para com ellas correr só cobre e sarrilha, não conveio e foi de parecer que se fizesse um novo Congresso dos Ministros desta Ilha, de dois officiaes da Camara desta cidade, de trez commerciantes, e trez advogados, como se vê do assento n.º 10, e com effeito se fez esse congresso no dia 19 do mesmo de setembro, como consta do n.º 11 e devendo o dito Ministro concordar com o unanime consenso deste Congresso, pedido por elle mesmo, discordou de forma que foi necessaria a conferencia de 20 do dito mez, constante do n.º 12, em que se convocou o sobredito Ministro Provedor para o desempate, na forma da sobredita Lei, e veio a concordar-se, em que girasse todo o dinheiro velho de prata, que sempre giron, e que antes do conflicto, que deu causa ao Edital de 1793 estava girando, suprimindo-se toda a moeda conhecidamente nova de cunho ou fundida; e dessa forma se passou o Edital constante do n.º 13, datado do sobredito dia 20 de setembro; fundada esta deliberação no Assento tomado em 3 de outubro de 1771, no tempo do primeiro governo destas Ilhas, constante do n.º 15.

A respeito desta deliberação tambem fiz o meu protesto, n.º 14, de não ser responsavel em forma alguma, por se mandar correr o dinheiro velho, alem da sarrilha, por me parecer que só com o giro da sarrilha se evitava toda a maliciosa ardileza de se tornarem a perturbar estes povos, com introduções de moeda falsa, e fabricada ao arbitrio de cada um; porem a falta de cobre e de moeda sarrilhada que se me representou, e o que contem o assento n.º 14, me obrigou a convir debaixo desses meus protestos, os quaes hei por declarados e repetidos em toda e qualquer acção que obrar, para a execução do mesmo Edital, que todo é declaratorio do primeiro.

Sobre esta providencia, toda interina e dependente da de Vossa

Magestade, que agora ainda mais se precisa, me parece que não vem a propósito os fundamentos que tomou aquelle Ministro Corregedor na Carta, n.º 4, e no seu voto por escripto, n.º 7, os protestos que tem feito, e que nem estes me devem aterrar, attento o fim a que a minha acção se tem dirigido, que todo foi o de extinguir, pelas raizes, as fabricas de uma moeda falsa, que tem nestas Ilhas constituido uma dura escravidão, debaixo da qual tem gemido os moradores das mesmas que não fabricam essa infame moeda.

Eu vou a reduzir os fundamentos do dito Ministro a quatro pontos: o primeiro o ter dado (*conta*) a Vossa Magestade, o governo preterito e tambem este interino, que a deu em data de 22 de março do presente anno, e que porisso é um formal attentado contra a regia auctoridade de Vossa Magestade o innovar coisa alguma: o segundo não haverem acrescido circumstancias de novo, como motins, sedições, fomes, falta de cultura das terras e do commercio dos generos de primeira necessidade, tudo causado pela moeda: e que só estas circumstancias poderiam urgir para não se dar o supposto attentado: o terceiro consiste nos prejuizos da Real Fazenda, dos particulares e dos cofres de varias repartições, entre as quaes, a do subsidio literario; o quarto e ultimo em ter girado a mesma moeda na boa fé e debaixo da auctoridade do sobredito Edital de 1793 e ser uma moeda confuza e univoca com a que girava antes do mesmo Edital, e que não será facil discernir-se a que entron a girar depois da sua publicação.

A estes fundamentos junta outras circumstancias, que todas mostram conhecer o mesmo Ministro viciada a dita moeda, tanto que aponta a providencia para separar se a peor, e mais inferior, de se multiplicarem contrastes, que a separem na presença de um tabellião e de um fiscal, indicando no seu Parecer, n.º 7, que basta ser de pratta, ainda que não tenha o toque legitimo e verdadeiro, assim por se não cogitar até agora desta circumstancia, como porque o dinheiro velho cerceado, que corria, o não tenha geralmente.

Tambem aponta a providencia de se fazerem taxar os viveres e generos e reduzi-los ao seu justo valor, para levar o vexame dos preços a que tem subido, por causa da mesma moeda, e no fim do seu dicto parecer, recorre ao remedio e providencia das apolices, quando não seja contra o dito Edital: porem nenhuns desses fundamentos, e nenhuma dessas providencias são attendiveis nas circumstancias do estado em que as coisas se acham.

Quanto ao primeiro fundamento, engana-se o dito Ministro, em dizer que depois d'aquelle primeiro Edital, e depois das contas que se tem dado a Vossa Magestade, é attentado innovar coisa alguma, sem ordem de Vossa Magestade, porque como se viam crescer de dia em dia as fabricas da dita moeda, e ha cinco mezes pouco mais ou menos com maior força, não é, nem pode ser attentado o providenciar-se que porem e que se destruam essas fabricas, de mais de não ter havido

ordem alguma de Vossa Magestade expedida a tomar informação e conhecimento do caso, sem cujo passo se não pode dizer affecto o negocio a Vossa Magestade, e ligadas as mãos dos seus ministros, para não providenciarem em caso de tanta consequencia.

Quanto ao segundo fundamento, em que o dito Ministro pondera, não haverem circumstancias que urgissem a nova providencia, sem culpa de attentado, igualmente se engana; por que a continuação das fabricas que se não podem negar e elle Ministro o tem visto na Devassa actual, em que se descobrio um dos famigerados fabricantes, e se lhe acharam vestigios fortes para realizar um corpo de delicto, tem causado uma desordem muito grande, tem sido origem de se ter padecido nesta cidade muita fome, e de faltarem os generos, ainda da primeira necessidade, porque por uma parte uns os não queriam vender por similhante moeda, e pela outra os fabricantes se avançavam a comprar tudo por todo o preço, e alli temos uma causa argentissima para providenciar o giro de similhante moeda; sendo aliás sufficiente o ver-se que crescia de dia em dia, e que era conhecidamente falsa, para se fazer suspender, sem sombra de attentado, antes seria attentar contra as leis de V. Magestade depois de se conhecerem estas circumstancias o deixar-se girar tal moeda.

Quanto ao terceiro fundamento que consiste nos prejuizos da Real fazenda dos cofres de varias Repartições, entre as quaes o do subsidio litterario e das quantias paradas em mãos de particulares confesso que não são pequenos esses prejuizos, porem elles vem desde a abusiva acceitação dessa moeda, e porisso ja estão causados e não se originam agora; e quanto mais tempo girar semelhante moeda, mais se hão-de augmentar; e nestes termos o incommodo de parar para já o curso dessa moeda é menos prejudicial do que o damno certo, que infalivelmente rezulta della continuar, e maior e mais certa esperanza tem os povos de se melhorarem arrancando-se dentre elles essa pestilencia, do que deixal-os enlodados na mesma, continuando debaixo de um cruel jngo dos fabricantes.

Quanto ao quarto e ultimo fundamento de ter continuado o giro da mesma moeda em boa fé e debaixo da auctoridade do Edital, sendo confundida com a velha, sem da mesma se poder facilmente dividir e separar, nem distinguir a que se multiplicou depois do mesmo Edital, é um sentimento esse do dito Ministro contra o conhecimento geral de todos que unanimemente assentam que ao tempo do dito Edital e do conflito que deu causa ao mesmo não corria a moeda fundida que depois entron a correr, e que ha mezes a esta parte se tem augmentado escandalosamente; e pelo que respeita á boa fé, ella tem sido tal, maxime nestes ultimos mezes, que para ter auctoridade a dita moeda, era preciso contristar-se; e como? Em papel, fazendo o contraste uns cartuxos de dez, vinte ou mais mil reis, lacrando-os, e pondo-lhes um letreiro de como estavam contrastados, sem marca alguma

em cada uma da mesma moeda: e isto não é — o embrulho incluso o mostra-a formalidade de contrastar: nem isto faz com que se conheça cada um tostão. v. g. por contrastado nem tira que em lugar do mesmo dinheiro se introduza outro, e assim desta forma eram as partes obrigadas a acceitarem similhante moeda, com ameaças e execuções de prizões como o dito ministro o praticou: e aqui temos a boa fê, com que tal moeda tem girado e debaixo de um exame do contraste que reprovava muita da que já tinha aprovado.

Confutados os ditos fundamentos, passemos ás providencias, que aponta o mesmo Ministro, com as quaes dá uma clara idéa, de que bem conhece ser a moeda viciada e falsa; a primeira é a de se multiplicarem contrastes com assistencia de um tabellião e um fiscal: porem essa providencia ha já experiencia que nenhum effeito pode produzir; porque os contrastes terão as insinuações que teve o outro, depois da publicação do sobredito Edital de 1793, e taes que os façam ter por boa a moeda, que não for de prata legitima, e o mesmo Ministro nos deixa já em má fê no dito seu parecer n.º 7 em quanto no mesmo diz que a moeda velha cerceada nunca tivera geralmente o toque legitimo, e que como não era dinheiro feito no nosso reino não se devia regular por esse toque; porem das attestações que ofereço debaixo dos n.ºs 16 e 17 se está mostrando que toda essa moeda velha, falando geralmente, tem o seu toque legitimo e verdadeiro, e ainda que seja feita fora do Reino sempre o deve ter, attento o disposto na Lei de 20 de outubro de 1785, e mandando o sobredito Edital, que havendo duvida se tocasse, é o mesmo que querer que tivesse o toque legitimo e verdadeiro.

Quanto á providencia de se rebaixarem os preços aos trigos, aos viveres e mais generos, sem se cortarem pela raiz as fabricas, seria mais em beneficio dos fabricantes essa providencia, do que daquelles que o não são, nem da mesma podia rezultar que elles ficassem com as mãos atadas, para não continuarem as suas fabricas, e não se avancarem a comprarem por preços excessivos aos taxadores todos os generos, só para dar saída á infame moeda, que fazem correr por 100 rs. e 200 rs. até 20 reis.

E quanto em fim ás apolices, ultima providencia que aponta, elle mesmo se apartou desse sistema na conferencia do dia 18 de setembro, como se vê do n.º 10, e por ellas certamente se não acudia ao commercio economico, e nestes termos nenhuma dessas providencias podiam fazer cessar a continuação das fabricas da dita moeda falsa.

Emfim aquelle Edital de 1793 deu uma providencia de que se tem feito um reprovado e escandaloso abuso; porem as insinuações ao contraste, a quem o dito Ministro desculpa, as prizões por se não acceitar a moeda que entron a apparecer, sem verdadeiro conhecimento de causa e de injusta pertinacia; a falta de animo de sofrer uma longa prizão até recorrer a V. Magestade, pelos sens Regios Tribunaes,

e a falta de vigilancia e grande ommissão que tiveram os Ministros desta Commarca sobre esse importantissimo ponto, é que foram a causa desse abuso, e de se encherem os cofres de sommas grandes dessa infame e falsa moeda, não succedem porem assim na jurisdicção da Villa da Praia desta Ilha, em que o Ministro Juiz de fora da mesma acantellou os seus respectivos cofres de outra forma.

Nos da Junta da Real Fazenda de V. Magestade entraram quantias grandes no tempo do Governo preterito, e neste interino e no primeiro cofre de janeiro do presente anno entraram quantias que logo saíram, e do proprio e especifico dinheiro da entrada para se fazer o pagamento aos filhos da Folha; e por não serem bastantes essas quantias, se tiraram dos cofres as que foram necessarias para o seu inteiro pagamento, e do dinheiro do Governo, no preterito, e depois desse mez e desde o de fevereiro em diante, em que já estava residente nesta Ilha o dito Ministro, Doutor Corregedor, continuaram varias entradas em dinheiro contrastado; e algum dos amigos e parentes do mesmo Ministro, remettido da Ilha do Faial debrixo de guias dos contrastes da mesma, que eu presumo ser em boa fé e dinheiro capaz dos Ministros de V. Magestade fazerem recolher nos ditos cofres, porem, pelas informações que tive da infidelidade e impericia dos contrastes, e as mais que me obrigaram a Carta n.º 3. protestei logo de não consentir que entrasse quantia alguma nos ditos cofres de simillitante moeda; assim protesto de não ser responsavel por todo e qualquer engano que se ache nos mesmos cofres, pois que todo elle deve recair nos verdadeiros cumplices e auctores, que do mesmo vieram a locupletar-se á sombra de todo esse dolo.

Com a publicação do Edital n.º 13 ficaram os povos em socego, porem a cobiça dos fabricantes e interessados, vendo que de alguma forma se atalhavam os meios da dita sua cobiça, entraram no projecto de excitar desordens com requerimentos sinistros: vendo se por esse meio conseguem a tornar a girar a dita moeda, e por consequencia o uzo das suas fabricas; porem sobre este ponto hei-de pôr todo o esforço para sustentar o Real nome de V. Magestade, e o seu alto poder, para mais se não tornar a offender com uma moeda tão conhecida e falsa, não obstante o procedimento, que me consta tivera no dia 6 do corrente o dito Ministro Corregedor, em que dera ordem para se prenderem os que não quizerem aceitar a moeda que corria ao tempo do sobredito primeiro Edital, e ainda a fundida, porque hade isto dar causa a continuar, e introduzir se moeda falsa, como succedem depois do mesmo Edital.

Na ponderação de todo o exposto, é bem clara e evidente a urgentissima necessidade em que os povos destas Ilhas ficam de uma proficua providencia, com a qual se mantenham em socego e quietação e vivam confiados em uma moeda que lhes possa servir para o seu commercio, com certeza e fidelidade; e esta providencia esperam

da Pia Maternidade de V. Magestade, em cuja Real presença contra-protesto os protestos que me fez aquelle Ministro, attento o fim a que se dirigio toda a minha acção.

A Real Pessoa de V. Magestade conceda o Altissimo as felicidades que todos seus Vassallos desejam. Angra 27 de setembro de 1794.  
—Fr. José, Bispo de Angra.

*(Arch. nac. da T. do T., Pap. do Min. do Reino, maç. 613).*

**Officio do Dr. Luiz de Moura Furtado ao Ministro do Reino José de Seabra da Silva; de 27 de maio de 1795.**

Tenho a honra de participar a V. Ex.<sup>a</sup> que no dia 19 do corrente aportei a esta Ilha aonde desembarquei logo, e entreguei ao Ex.<sup>mo</sup> Bispo a carta que V. Ex.<sup>a</sup> me envion na vespera da minha partida dessa Corte, dirigida ao mesmo Ex.<sup>mo</sup> Prelado e mais pessoas encarregadas do Governo desta Ilha. E não podendo caber no tempo, nem ainda as primeiras disposições da minha commissão, porque apenas o tive de desembarcar a minha pessoa, por não dar logar o tempo a dar, nunca, fundo a Fragata neste porto, posso sim afirmar a V. Ex.<sup>a</sup>, para o pôr na presença de S. Magestade, que encontro nestes moradores uma geral satisfação, na esperança de gozarem da paz e da abundancia a que os vem restituir a providentissima lei de 8 de janeiro do corrente anno; cujo annuncio só foi bastante a serenar as primeiras desordens desta Ilha, desde nove de Março em que aqui chego substanciado o seu transumpto.

Não assumi ainda o cargo de Corregedor desta Ilha e suas dependencias, de que S. Magestade foi servida igualmente incumbir-me, por estar este ministro e mais Deputados da Junta actualmente empregadas na expedição dos despachos da Fragata, que por não poder entrar no porto, lhe é forçoso retirar-se já, e não havendo por ora outro objecto de que possa dar conta a V. Ex.<sup>a</sup> o farei successivamente de todos os acontecimentos da minha Commissão, logo que esta principie.

Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Angra 27 de Maio de 1795.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva.

O Desembargador Juiz da Commissão

*Luiz de Moura Furtado.*

## Officio sobre a troca da moeda; de 10 de julho de 1795.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—Tenho a honra de participar a V. Ex.<sup>a</sup> que no dia 6 do mez passado dei principio nesta Capital á troca da moeda destas Ilhas: abrindo ao mesmo tempo a devassa determinada no alvará de 8 de janeiro que tenho concluida, e não remetto já á presença de V. Ex.<sup>a</sup>, porque alem de não conter, por ora, coisa que seja digna de prompta providencia, pretendo conservar-a sempre aberta, até findarem os manifestos do dinheiro, para conter e conservar estes povos no temor de se implicarem de novo neste crime, e evitar ao mesmo passo a fraude e malicia com que poderiam multiplicar o mesmo dinheiro, na esperança da promettida realização do que ficam perdendo na sua actual troca.

Já por estas Ilhas não corre outro dinheiro que a serrilha, como genero á convenção das partes, e a nova moeda que diariamente vae saindo, em troca da viciada: e posto que isto vae suprimindo o commercio diario, não chegará nunca toda a troca resarcir o grande vacuo de quatrocentos mil cruzados de moeda falsificada, que já achei interdita e se conserva cerrada e lacrada por ordem do Corregedor preterito para não correr; e como neste computo fundavam estes illudidos povos a sua opulencia, e o capital para as suas negociações, compras, vendas e pagamentos de dividas fiscaes e particulares, é forçoso que tudo isto esteja parado, e nem de modo ordinario convalescerão estes moradores de mal tão grave, sem algum auxilio do Throno.

Todo o dinheiro cerceado e de bom toque não chegará a duzentos mil cruzados de valor intrinseco, e ainda será menos se as partes, sempre vigilantes nos seus interesses, se acordarem de o derreter, e vender em outra parte sem o desconto de 25 por cento do Cambio que aqui corre, visto que não sendo obrigadas a apresental-o para a troca, lhes fica sendo licito negoceallo como genero aonde lhes for mais conveniente; mas este mesmo melhor preço que possam achar em outra parte, em uma somma tão insignificante, mal pode compensal-os da perda d'aquelle Capital amortizado, que vae enervar as forças deste Estado, pouco menos que apopletico na sua actual situação.

En ja dei conta neste artigo ao Senhor Marquez Mordemo-Môr, e interpondo o meu parecer, foi este, que mandando S. Magestade para estas Ilhas quatrocentos mil cruzados, de valor phisico em moeda de cobre, para correr por oitocentos, e cento e cincoenta mil cruzados em moeda de prata, para correr com a Senhoriage por duzentos, com este milhão ou o seu representativo em bilhetes em quanto pelo dito modo se não resgatarem, se remia todo o dinheiro destas Ilhas; não perdiam os povos nada da sua massa, e Sua Magestade adeantando da sua fazenda unicamente o valor intrinseco de quinhentos e cincoenta mil cruzados, perdoando por esta vez a Senhoriage, vinha a indemni-



zar-se logo de duzentos para trezentos mil cruzados, que poderá produzir o valor intrinseco de toda a prata que aqui girava boa e má, e ficarão estes povos em debito do resto, que muito voluntariamente pagariam por qualquer contribuição que a Mesma Senhora suavemente lhes impozesse; até aqui as minhas vistas, que V. Ex.<sup>a</sup> combinará mais sabiamente em beneficio destes affictos povos.

Pelo conceito que V. Ex.<sup>a</sup> tem formado do Corregedor de S. Miguel, deleguei naquella Ministro alguns artigos da minha Commissão, para que alli se observasse a um mesmo tempo as formalidades que aqui estou praticando e que o contrario se fazia incompativel com as providencias que tenho estabelecido e são relativas a todas as Ilhas; visto que a distancia e a indispensavel assistencia nesta capital, para tantos e tão differentes objectos, me impedia o ir pessoalmente a esta diligencia: naquella Ilha nem corre outro dinheiro mais que a sarrilha e cobre, nem do antigo bom e mau ha já porção alguma, porque aquelles moradores introduziram nesta cidade todo o que tinham viciado e lhes introduziram os inglezes.

Ao Faial, Pico e S. Jorge tenho eu tenção, se o tempo me der lugar, de passar ainda no resto deste verão, porque de inverno é impraticavel esta viagem nos perigosos barcos que deste porto navegam a todo o risco, pelos arrebatados canaes daquellas Ilhas, onde eu de-sejo ir, mas tambem voltar a salvamento.

Sirva-se V. Ex.<sup>a</sup> distribuir-me as suas ordens, para que eu de-baixo dellas possa sempre conduzir-me com o acerto que é inseparavel dos meus sentimentos.

Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Angra 10 de julho de 1795.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Sylva.

*Luiz de Moura Furtado.*

**Officio ao Ministro José de Seabra da Silva, por Luiz de Moura Furtado, sobre o mesmo assumpto; de 24 de setembro de 1795.**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—Vou offerer na presença de V. Ex.<sup>a</sup> a Copia inclusa da representação que me fizeram os homens de negocio da praça de S. Miguel, e o modo com que a ella deferi provisionalmente, para que V. Ex.<sup>a</sup> se digne illustrar-me sobre este facto, e poder eu acertar em todos os que se oferecerem sobre o mesmo assumpto, segurando a V. Ex.<sup>a</sup> que a cada passo me estou vendo em um vacuo entre os desejos de acertar e os sustos de errar; pois que se as partes tomarem o partido por mim indicado de virem a esta commissão trocar a sua sarrilha infinita (que foi o meio termo que achei mais ad-quado que achei de aplacar o furor da pretendida coacção) não deixa-

rei de ver-me preplexo no desempenho desta providencia, por que os trinta contos de reis que trouxe em dinheiro e bilhetes se tem distribuido na troca do dinheiro desta Capital, e apenas restará pouco mais de uma terça parte destinada ao que vier concorrendo das Ilhas subalternas, como nesta mesma data represento ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquez Presidente do Real Erario, para me soccorrer com dinheiro e Bilhetes, ao menos na concorrente quantia das 1:188 barras de prata fina e de bom toque, que desta Commissão tenho remettido ao mesmo Real Erario.

Outro objecto vou deliberar com igual incerteza da Regia approvação, que é a admissão das patacas Castelhanas, como genero á convenção das partes, da mesma sorte que a serrilha, porque instado dos moradores do Pico e do Fayal de abundarem daquella moeda pelo frequente commercio que tem com os hespanhoes, e de não terem outro dinheiro, em que pagar á Fazenda Real os preços dos contractos, que estão devendo ao Cofre desta Junta, que chegou ao estado de fazer ponto, pela falta de cento e cinquenta mil cruzados, que nelle havia de dinheiro reprovado, e que tenho ido remettendo na mesma especie para o Erario; lembrando-me pela outra parte da instrucção de V. Ex.<sup>a</sup> de que seria indiscreção e erro crasso fechar a porta á prata estrangeira, não abundando della o Reino e Conquistas, estou rezoluto a convocar a Praça desta Ilha para estabelecer o prego ás patacas castelhanas, da mesma sorte e com a mesma segurança, com que já o fizeram á serrilha; e deste expediente ficaria eu interiormente satisfeito, se não olhasse tantas vezes para o §.º 3.º do Alvará de 8 de Janeiro do presente anno, em que admittindo expressamente a serrilha para a troca parece excluir outra qualquer moeda; bem que me occorre por outra parte que a lei teria em vista somente a serrilha, por ser a unica moeda boa, que corria nestas Ilhas, e não haver outra igual, que fizesse o mesmo objecto de admissão no giro do commercio, e que fosse comprehensiva dos mesmos principios politicos acima ponderados: mas como esta interpretação não deixa de ser arbitraria, queira V. Ex.<sup>a</sup> auxiliar-me com as suas luzes, pois que na solidão em que me vejo entregue a mim só, careço das instrucções de V. Ex.<sup>a</sup> para fazer o mais, ou desfazer em um momento o que involuntaria e atribuladamente tiver desaccertado.

A Commissão delegada ao Corregedor de S. Miguel está desempenhada e concluida: a desta Capital vai continuando e findará até dezembro, com o exacto cumprimento das ordens que tenho expedido aos Juizes de fora do Pico, S. Jorge e Fayal: a esta ultima Ilha, onde tenho de passar pessoalmente, não fui ainda, porque a diligencia em Angra tem sido trabalhosa e levado todos os disvelos: para a primavera irei áquella Ilha, sendo chegado já o novo Governo, e por todo o mez de Junho espero ver concluida esta Commissão e ter enchido as Reaes ordens e respeitaveis preceitos de V. Ex.<sup>a</sup>.

Deos Guarde V. Ex.<sup>a</sup>, muitos annos. Angra 24 de Setembro de 1795.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Sylva.

*Luiz de Moura Furtado.*

**Officio de Luiz de Moura Furtado ao Ministro, dando conta da commissão de que fora incumbido—troca da moeda nos Açores; de 18 de maio de 1796.**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Devendo dar a V. Ex.<sup>a</sup> uma exacta conta do estado presente da minha Commissão, vou expender na presença de V. Ex.<sup>a</sup> todos os seus acontecimentos, desde os ultimos, de que a V. Ex.<sup>a</sup> já dei parte.

Vieram do Real Erario em data de 7 de Março do corrente anno vinte contos seis centos e tantos mil reis em moeda de prata e de cobre, e duzentos vinte oito contos em papel, tudo remettido á Junta da Fazenda para a troca da moeda destas Ilhas: como porem esta não podia observar, nem a oitava parte d'aquelle somma, por estar a dita troca muito adeantada, como a primeira remessa de setenta e cinco mil cruzados, que o anno passado trouxera em minha companhia, e vinham desta segunda a ficar no cofre amortizados mais de quinhentos mil cruzados, deliberou a Junta emprestar delles ao seu mesmo Cofre a quantia de cem mil cruzados, para pagamento dos filhos da Folha, e outras dividas preteritas, que pela sua diuturnidade causavam já uma geral opressão neste povo, e até ao mesmo cofre, que, tendo com elle relações directas e indirectas, não podia arrecadar divida alguma, das muitas e importantes a que é tambem credor.

Como este emprestimo consistisse a maior parte em papel, e só a decima era dinheiro, parou repentinamente a circulação deste, escondido nas mãos dos particulares, até o ponto de não haver nas tendas, e nas lojas a moeda necessaria para a troca dos Bilhetes e appareceu a confusão.

Como estes prejuizos estão regularmente radicados na ambição e obcecação dos poderosos, sendo entre elles o clero, que pela sua izenção costuma ter no povo a maior influencia, em attenção principalmente a isto, fui precisado a occorrer com o Edital, cuja copia offereço na prezença de V. Ex.<sup>a</sup>, em demonstração do vexame que experimentava esta cidade, e da soltura com que se discorria sobre a inutilidade dos Bilhetes.

Com effeito a providencia foi opportuna, como mostrou o successo; restabeleceu-se o dinheiro monopolizado, trocaram-se os Bilhetes sem maior difficuldade, e desapareceram a fermentação, ou por melhor conselho ou por temor; sem contudo me deixar persuadir da geral satisfação porque a não pode haver no commun dos povos, quando se

trata de coarctar-lhes os seus interesses particulares, que sempre quero preferir ao interesse publico, a que eu irei sempre attento, por meio de uma exacta vigilancia.

A minha habitual molestia, me impede o dirigir, como devia, esta de mão propria; o que V. Ex.<sup>a</sup> por sua inata benevolencia será servido relevar na presente occasião, e em todas permittir-me as suas ordens, e dar-me todas as Instrucções, de que tanto necessito, para o acerto da minha Commissão e do melhor serviço de S. Magestade.

Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Angra 18 de Mayo de 1796.  
Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva.

O Juiz Commissario *Luiz de Moura Furtado*.

### **Edital sobre as providencias para a troca da nova moeda nos Açores; de 6 de maio de 1796.**

O Doutor Luiz de Moura Furtado, professo na Ordem de Christo, do Desembargo de Sua Magestade, sen Desembargador da Relação e Casa do Porto e Juiz Executor do Regio Alvará de 8 de Janeiro de 1795, sobre a troca da Moeda nestas Ilhas dos Açores, e em todas ellas com Alçada por Sua Magestade que Deos Guarde &.

Faço saber a todos os moradores desta Ilha, que sendo constante, e já notoria a difficuldade que nesta cidade se experimenta no giro dos Bilhetes Regios, que representam a moeda de 4\$800 rs. affectando, principalmente os vendilhões e taberneiros falta de prata e cobre nas tabernas para os trocarem, porque seus amos lhes tiram dellas diariamente o dinheiro em pequenas porções: assim como as pessoas que vão comprar, umas vezes affectando a necessidade de comprar, que na realidade não tem, outras vezes pedindo Bilhetes emprestados, com o fim de gravarem as ditas vendas e lojas com multiplicados trocos, que nem sempre podem ter, para satisfazer a todos, e que só é natural que haja, quando reine em todos geralmente a boa fé e o desejo de coadjuvarem, e concorrerem mutuamente, não só para que os Bilhetes e o dinheiro girem ao mesmo tempo com igualdade, mas tambem evitarem por este modo a carestia e a usura dos rebates, que são inherentes á supressão e estagnação repentina da moeda na mão dos ambiciosos e avarentos, que embebidos no interesse proprio, e esquecidos do bem publico, para que todo o Vassalo fiel tem obrigação de concorrer, por serviço de Deos e da Soberana Magestade que temporalmente nos governa, e que sobre estas Ilhas tem derramado em todo o tempo e principalmente ha um anno todos os effeitos da sua piedosa, Real beneficencia em commum beneficio dos seus moradores; não sendo menos estranhavel o abuso que do giro dos mesmos Bilhetes se tem feito nos pagamentos em grosso de quantias avultadas, relativas a dividas Fiscaes e particulares, e a compras e rema-

tações judiciais, oferecendo os devedores e compradores tudo em Bilhetes e nada em dinheiro, com insuportavel vexame dos interessados e manifesta fraude do Alvará de 8 de Janeiro de 1795, e mais instruções particulares que não permittem que em umas mãos se monopolise a moeda, e em outras só parem os Bilhetes; vendo aliás um exemplo bem contrario na Junta da Real Fazenda, que com vistas bem diferentes na troca actual do dinheiro manifestado, está fazendo pagar às partes, as suas respectivas quantias em Bilhetes e dinheiro juntamente, umas vezes metade em dinheiro, e outra em Bilhetes, outras vezes tres partes em Bilhetes e uma em dinheiro, e assim á proporção e nunca menos de uma parte em dinheiro e nove em Bilhetes; tendo a tudo attenção e para evitar, quanto possivel a presente desordem, e precaver que ella se não augmente com os livres e arbitrarios discursos, oppostos ao bem commum, e publico socego destes moradores até o ponto de ser preciso usar de outros recursos e incommodar com elles o Alto Ministerio da mesma Senhora, que a mim tem commettido todo o expediente deste importante negocio, e pondo em execução as snas Reaes ordens, determino a todos os sobreditos respeitos o seguinte:

1.º—Todo o vendilhão ou taberneiro, homem ou mulher, que recusar trocar Bilhete de 4\$800 rs., quando se fôr á sua venda fazer emprego de oito centos reis e dahi para cima, será preso na Cadeia por tempo de dez dias, donde não será solto, sem pagar seis mil reis de condemnação para a despesa dos expostos, e isto pela primeira vez, e pela segunda vinte dias de cadeia e trinta pela terceira, sempre com a sobredita pena pecuniaria.

2.º—Na mesma pena incorrerão os proprios donos das tabernas, se dellas tirarem o dinheiro que fôr necessario para as trocas.

3.º—Todo o caixeiro de loja de Mercador que recusar trocar Bilhete, indo-se á sua loja fazer emprego de mil e duzentos reis para cima, incorrerá nas penas acima mencionadas; e nas mesmas incorrerão tambem os Patrões, se retirarem das lojas o dinheiro, de sorte que difficulte aos caixeiros a troca expressada.

4.º—Toda a pessoa, contra quem se provar que foi com Bilhete alheio, fingindo ser seu, a qualquer venda ou loja, affectando a necessidade de comprar qualquer coisa, só com o fim de trocar Bilhetes e fraudar por este meio a presente providencia, de igualdade e facilidade da permutação incorrerá nas penas sobreditas; e nas mesmas incorrerá a pessoa que para o dito fim emprestar o dito Bilhete ou Bilhetes.

5.º—Toda a pessoa, contra quem se provar que rebaten Bilhete e deu por elle menos do seu justo e legal valor de 4\$800 rs. será preso, summariado e remettido á ordem de S. Magestade, para as Cadeias do Limoeiro.

6.º—Toda a pessoa, que fizer pagamento Fiscal, Judicial ou particular que não seja ao menos nove partes em Bilhetes, e uma em di-

nheiro, em proporção da sua divida, occasionando a perturbação e desordem será presa por tempo de quinze dias na prisão, que lhe for competente.

7.º—E toda a pessoa finalmente de qualquer estado e condição que seja, que em publicos discursos, ou em conventiculos particulares censurar ou murmurar da auctoridade, introdução, legitimidade dos referidos Bilhetes e da utilidade publica, que resulta do seu estabelecimento, e for comprehendida na Devassa de tão detestavel crime, será presa e remettida com os autos como rebelde á ordem de S. Magestade, para uma das Cadeias do Limoeiro.

E para que venha á noticia de todos e ninguém alegue ignorancia, mandei lavrar o presente, que depois de apregoado ao som de caixa, será fixado nos logares publicos desta cidade depois de registado nos Livros desta Commissão. Dado e passado sob meu signal e sello Regio que serve na mesma Commissão, nesta cidade de Angra aos seis de Maio de mil sette centos noventa e seis. Manoel Bernardes de Abreu e Lima, official do Erario Regio e escrivão da Commissão o fiz escrever.—Logar do sello=Luiz de Moura Furtado=Manoel Bernardes d'Abreu e Lima.

### Officio de Luiz de Moura Furtado á Rainha sobre a moeda nos Açores; de 9 de Maio de 1796.

Senhora.—Por provisão do Real Erario de 7 de março de 1796, é V. Magestade servida em rezulta das minhas contas de 24 de setembro do anno proximo passado e 21 de Janeiro do corrente anno aprovar as providencias que tenho praticado a respeito dos dinheiros sigillados, as quaes devo continuar, unido sempre ás Instrucções, que me foram dadas sobre este objecto: E que para continuar na minha Commissão é V. Magesta le servida remetter á Junta da Fazenda desta Capitania pelo Bergantim - Santissima Trindade—treze contos setenta e cinco mil cento vinte e cinco reis em moeda de prata: seis contos novecentos vinte e um mil oitocentos setenta e cinco reis em cobre, e duzentos vinte e oito contos, quatrocentos e oitenta mil reis em Bilhetes. Toda esta remessa chegou a salvamento pelo sobredito Bergantim, e em execução destas ordens de V. Magestade mandei apresentar nesta Commissão todo o dinheiro sigillado, que parava da mesma forma em poder das partes, para se derreter nesta fundição, e reduzido a barra, pagar o seu tal ou qual valor intrinseco, que se lhe achar no seu toque, ou em dinheiro ou na mesma barra, a arbitrio e eleição de seus donos, segundo o espirito das sobreditas Instrucções particulares, a que V. Magestade me manda em tudo cingir.

Neste logar se me offerece representar a V. Magestade, que sendo incomparavelmente maior a somma que se tem distribuido a estes povos em Bilhetes do que em dinheiro á proporção de uns e outros;

tem isto occasionado um grande embaraço no giro dos mesmos Bilhetes, pela repentina estagnação e monopolio que todos tem feito da moeda de prata e cobre, faltando porisso o dinheiro necessario para a troca e permutação dos mesmos Bilhetes, e sendo me preciso proceder contra a malicia dos monopolistas, e occorrer com algumas providencias publicas, com que espero atalhar esta principiada desordem, da qual a V. Magestade dará uma perfeita noção a copia inclusa do Edital que no presente dia mandei afixar nos logares publicos desta cidade.

Como porem o bom successo desta providencia depende da experiencia do seu effeito e presentemente não ha neste porto embarcação alguma para essa corte, que haja de levar com brevidade esta noticia, me occorre expor a V. Magestade que seria muito conveniente remetter á mesma Junta Bilhetes menores até valor de duzentos reis, porque no caso de se verificar irremediavel o sobredito monopolio, virá a faltar (sem esta providencia) o dinheiro para o giro diario destes povos; assim como ficará á Junta de acordo de não usar dos mencionados Bilhetes inferiores no caso de não ser precisa esta ultima providencia, quando as do Edital hajam produzido o bom effeito que von a promover-lhe com todo o vigor.

Angra 9 de Maio de 1796.

O Juiz Commissario—*Luiz de Moura Furtado.*

**Officio do Contador Geral á Rainha, sobre a troca da moeda nos Açores; de 20 de junho de 1796.**

Senhora. —O Edital incluso, que o Desembargador, juiz Commissario da diligencia da troca da moeda nas Ilhas dos Açores, fez publicar nas mesmas Ilhas, seria efficaz a destruir o monopolio da moeda e a fazer reciproca a troca dos Bilhetes, se os homens se regessem pela razão, contribuindo todos para a felicidade geral dos mesmos homens; porem como o espirito da cubica é quem domina os monopolistas, uzurarios e ambiciosos, olhando só á propria utilidade, não será facil tirar do mesmo Edital outros fructos, que não sejam os castigos e as penas, nelle comminadas.

Para se evitarem é necessario acudir-se-lhe com um prompto remedio, o qual parece dever ser minorarem-se as remessas do dinheiro em prata, acrescental-as em moeda de cobre, e ordenarem-se Bilhetes mindos até o valor de duzentos reis, com os quaes se facilitam muito os trocos, que pela apressada usurpação da prata se não podem conseguir; segundo o mesmo Ministro encarregado da diligencia tem representado a V. Magestade, nas antecedentes contas que deu.

V. Magestade, porem, Mandará o que for Servida.

Contadoria Geral das Provincias a 20 de Junho de 1796.

*Manoel Clemente Cardoso Soeiro.*

**Carta de Luiz de Moura Furtado, ao Ministro; de 8 de julho de 1796.**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—Tenho a honra de ir beijar a mão de V. Ex.<sup>a</sup> com anciosos desejos da conservação da sua preciosa saude, e rogar-lhe a sua poderosa protecção á minha familia nessa corte e a mim neste labyrintho, principalmente no expediente deste governo, aonde parece milagre ter-se conservado a ordem debaixo das apparencias da harmonia. que não pode durar muito, quando de alguma das partes faltam os conhecimentos necessarios e por consequencia o calor e firmeza: um dia de demora do Governo proprietario nesta Ilha é prejuizo fizico para todo este Estado. ninguém o percebe, porque poucos são e bem poucos os que aqui se interessam no bem publico, e só eu que o não posso remediar o conheço: nenhuma pessoa tão empregada como eu se vin nunca tão desamparada: aqui, Senher Ex.<sup>mo</sup>, tudo falta; formal e material tudo padece, e, destituido de todos os recursos, um homem só é muito pouco para sobresahir a tantos acontecimentos como cada dia sobrevem, quanto mais eu que não sou ainda um homem, mais que nos desejos de ser honrado, e de que não perigue nas minhas mãos o serviço de S. Magestade e a minha fama.

Mande-me V. Ex.<sup>a</sup> um Governador, em cujo amplo poder descanse sem emulação nem controversias o bem destes povos e conseguindo este beneficio para elles e para mim, eu implorarei depois da benignidade de V. Ex.<sup>a</sup> o que tiver merecido pelos sacrificios que tenho feito e que nunca sahirão do meu peito, senão para o de V. Ex.<sup>a</sup>, para lhe dar o valor que merecerem e com o que me darei por altamente compensado.

Outra vez entrego á piedade de V. Ex.<sup>a</sup> a minha mulher e os meus filhos, que sei que padecem e gemem em silencio; uma voz de V. Ex.<sup>a</sup> os pode pôr em um estado de mais consolação. Um filho João, que está com sua Mãe, já de oito para nove annos e que pela sua indole amo ternissimamente, corre já um grande risco, fora das minhas vistas, por falta de educação e de não possuir eu com que o metter em um collegio; attenda V. Ex.<sup>a</sup> a estas honestas supplicas, se tanto merece quem não tem outras virtudes mais que a de ser grato e idolostrar a V. Ex.<sup>a</sup>.

Sou com o maior respeito

De V. Ex.<sup>a</sup>

O mais humilde Compadre e  
reverente captivo

*Luiz de Moura Furtado.*

Angra 8 de Julho de 1796.



**Representação do Provedor da Fazenda nos Açores, à Rainha, sobre a moeda nas ilhas; de 8 d'outubro de 1794.**

Senhora.—O Provedor da Fazenda das Ilhas dos Açores vae pôr na Real Presença de Vossa Magestade, que entrando no conhecimento da desordem com que na Junta da mesma Fazenda d'aquelle Estado se tratava a administração economica da dita Fazenda, assim nas arrematações dos contractos de sua competencia, como nas despesas que arbitrariamente mandava fazer o Governador defuncto Diniz Gregorio de Mello Castro e Mendonça por portarias e despachos avulsos, representou muitas vezes naquelle Tribunal estes abuzivos procedimentos e devendo abraçar-se estas suas representações fundadas nas leis e ordens de Vossa Magestade, e em beneficio de sua Real Fazenda, muito pelo contrario continuou aquelle Governador no seu despotico abuzo: de maneira que já nas arrematações celebradas em 1784, para terem principio em 1785, á força de muitas instancias, e para haver de assignar os mesmos autos, se lhe declarou na certidão que forma o documento n.º 1, não querer elle, nem ser de voto de se arrematarem os contratos e rendas reaes por menos preço dos d'aquelle trienio então corrente.

Esta mesma insistencia fez em todos os mais trienios que se seguiram, e querendo se lhe escrevesse o seu voto, e se lhe dessem ressalvas, nunca mais aquelle Governador quiz que assim se praticasse, até que acontecendo o seu falecimento, e succedendo-lhe no Governo o Ex.<sup>mo</sup> Bispo fez na sua presença e do Juiz de Fora, de Angra a representação que forma o documento n.º 2, nas sessões de 14, 18 e 27 de Janeiro do anno corrente, em que já girava grande copia de moeda falsa fabricada n'aquellas Ilhas, e ultimamente querendo repetil-a na Sessão de 18 de fevereiro, em que já se achava tambem presente o Corregedor da Commarca, tambem Governador, teve o mesmo effeito, e nada se lhe attenden, como mostra a certidão inserta no mesmo documento n.º 2.º.

Antes por querer aquelle Corregedor obsequiar seus parentes e amigos interessados nos contratos das Ilhas do Faial e Pico fez, que os Editaes, que pela mesma Junta se haviam mandado expedir e affixar nas ditas Ilhas, para proceder-se a novas arrematações, em precisa execução da Ordem expedida pelo Real Erario, em data de 26 de Novembro de 1793, se supitassem, bem como os lances que já se haviam dado nos Dizimos da Ilha do Pico, constantes do documento n.º 3.º, afim de permanecerem as antecedentes arrematações, declaradas nullas n'aquella ordem superior, frustrando assim a sua devida execução com pretextos apparentes e sofisticos, em prejuizo da Real Fazenda, porque o contracto dos Dizimos da Capitania de Angra, diimi-

nuin 225\$000 rs. a dinheiro e a trigo 38 moios por anno: o da Capitania da Villa da Praia 100\$000 rs. e a trigo 56 moios; o da Ilha do Fayal 270\$000 rs. e a trigo 23 moios; e o da Ilha do Pico 2:400\$000 rs. e a trigo 16 moios, que ao todo importa esta annual diminuição a dinheiro em 2:995\$000 rs. e a trigo 135 moios, e a redizima de tudo isto, o que dá um cabedal consideravel neste Estado das Ilhas.

Eis aqui, Senhora, como aquelle Ministro fazendo corpo com o Juiz de Fora, trata a Fazenda de Vossa Magestade, para beneficiar os seus parentes e amigos: continuará sem duvida esta desordem se Vossa Magestade não der promptas providencias, porque as minhas forças e instancias nada podem concluir com sujeitos que, abandonando suas obrigações, só tratam dos seus interesses ou paixões particulares, e de nenhuma forma querem executar as ordens expedidas pelo Regio Erario, abuzo que traz a sua origem do governo passado; o que me custa a dizer, mas é verdade pura, e eu conheço-a devo falar a Vossa Magestade, apesar da muita brandura do meu genio e da imparcialidade com que tenho vivido ha onze annos e meio nestas Ilhas.

O dito Corregedor tem feito todos os esforços para continuar o giro de uma moeda falsa e reprovada com o bem conhecido designio de fazer entrar nos cofres regios maiores sommas vindas dos ditos seus parentes e aliados, com pretextos tambem sofisticos e aparentes e chamando para o seu partido sujeitos, que lho abonam, uns levados da lizonja outros do respeito e ameças e outros finalmente porque talvez inundados no detestavel delicto de fabricantes da mesma moeda; e porisso querendo aquelle Ex.<sup>mo</sup> Bispo occorrer a esta grandissima desordem, elle foi sempre oposto e de contrario parecer.

Vossa Magestade tem por timbre a clemencia, e por puro effeito desta ha-de dignar-se providenciar e remedear tantos e tão escandalosos factos, com que estes povos vivem vexados e illudidos (falo d'aquelles que nos ditos factos não participam) e ao mesmo tempo pôr em cautella a sua Real Fazenda, para que não experimente maior prejuizo. Angra 8 de outubro de 1794.

O Provedor da Fazenda Real das Ilhas dos Açores.

*Estevão Machado de Mello e Castro.*

**Documentos a que se refere a representação anterior.**

**N.º 1**

Saibam quantos este publico instrumento dado e passado em pu-

blica forma ex-officio de mim Tabellião ao deante nomeado e assignado virem, com o theor de uma attestação, e seu reconhecimento que me foi apresentado pelo Desembargador Provedor da Fazenda Real nestas Ilhas o doutor Estevão Machado de Mello e Castro; cujo theor é o seguinte:

João Cabral de Mello, bacharel formado pela Universidade de Coimbra e Escrivão da Junta da Fazenda Real destas Ilhas dos Açores: Attesto que o Desembargador, Provedor Estevão Machado de Mello e Castro não foi de voto que se fizessem as arrematações, cujos lanços não chegavam ao preço do actual trienio: E por ser verdade passei a presente por ordem vocal da mesma Junta, e na presença della de que dou fê. Angra trinta e hum de Julho de mil sete centos noventa e quatro. João Cabral de Mello.

Reconheço a letra da attestação supra e nome ao pé della ser da propria mão e punho do Escrivão nella contemplado. Angra sete de Agosto de mil sete centos noventa e quatro, Francisco Lopes Pinheiro, Tabalião que o escrevi e assignei em publico e razo &. Logar do (signal) publico. Em testemunho de verdade = Francisco Lopes Pinheiro.

Confere com a propria attestação e seu reconhecimento, a que me reporto, em poder do dito apresentante, que de a receber ha-de aqui assignar, de que passei o presente instrumento, que conferi e vai como no proprio original se contem. Angra seis de outubro de mil sete centos noventa e quatro, Francisco Lopes Pinheiro, Tabaliam o escrevi e assignei em publico e razo &.

Em testemunho de verdade  
*Francisco Lopes Pinheiro*  
*Estevão Machado de Mello e Castro*

N.º 2

Saibam quantos este publico instrumento dado e passado em publica forma ex-officio de mim Tabalião ao deante nomeado e assignado virem, com o teor de uma representação, certidão ao pé della e seu reconhecimento, que me foi apresentado pelo Desembargador, Provedor da Fazenda Real nestas Ilhas o doutor Estevam Machado de Mello e Castro, cujo theor de verbo ad verbum o seguinte: (sic)

Aos quatorze de Janeiro de mil sete centos noventa e quatro annos, sendo na salla em que se faz a Junta da Real Fazenda, em presença do Ex.<sup>mo</sup> e Reverendissimo Senhor Bispo, actual presidente della, e dos deputados Provedor da Fazenda e Juiz de Fora desta Cidade, ahi por aquelle Provedor foi representado que para se evitar a confusão e desordem; até agora praticada, era nestes termos necessario que d'aqui em deante se pozesse em pratica a inviolavel observancia da lei fundamental do Real Erario e Conselho de Fazenda de vin-

te e dous de Dezembro de mil sete centos sessenta e um, em tudo que for applicavel, pelo determinar assim a da creação desta Junta, e que na conformidade das ditas leis, e das mais que se lhe seguiram e ordens, que se acharem expedidas a este Tribunal, pelo do Regio Erario se apromptem os livros necessarios para a escripturação, e que esta se faça como a dita Lei determina. Item que os arrematantes, almoxarifes, recebedores, exactores, ou Administradores façam effectivamente seus pagamentos nos tempos devidos á boca dos cofres, sem que nestes se admitta encontro, nem compensação, qualquer que ella seja, e em moeda, segundo a ordem que veio do Erario, que não seja adulterada, nem da que se tem fabricado e introduzido de alguns annos a esta parte e que agora gira com o maior excesso e escandalo por falta de castigo e permissões menos cordatas e contrarias ao espirito e á letra da ordenação do Livro quinto, titulo doze. que reputa por moeda falsa, ainda aquella que se achar feita da propria materia, e com a mesma formalidade da cunhada por auctoridade real.

Item, que os pagamentos que a Real Fazenda dever fazer a seus legitimos credores sejam igualmente feitos á boca do mesmo cofre, depois de legitimados na forma da dita Lei e das mais, que se tem seguido, e ordens do mesmo Erario. — Item. que não devendo fazer-se despesa alguma, sem ser por ordem da Junta é necessario que nella se proponham todos os requerimentos que respeitarem a pagamentos e despesas e que se tome por termo escripto em livro, que para isso ha n'este tribunal, o voto de cada um dos Deputados, e se junte nos papeis de despesa e contas como Sua Magestade manda, e que a este louvavel exemplo se pratique esta mesma formalidade de termo em qualquer materia que depender de votos. para em todo o tempo se saber qual seja ou fosse o de cada um dos Deputados; o que até agora se não quiz praticar por mais instancias, que elle Provedor fizesse neste Tribunal: o que sendo ouvido pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Bispo &.

Mathias José Cordeiro, official da contadoria da Junta da Real Fazenda, e que sirvo interinamente de Escrivão da Junta. por auzença do Escrivão da mesma João Cabral de Mello: Certifico que o Senhor Desembargador Provedor da Real Fazenda Estevão Machado de Mello e Castro fez naquella Junta a representação constante deste papel nas Sessões de quatorze, dezoito e vinte e sete de Janeiro do corrente anno, requerendo com instancia que se mandasse escrever e tombar em livro, e que se lhe desse execução em beneficio da Real Fazenda; mas não se lhe attendeu pelo Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Presidente e Deputado o Doutor Juiz de Fora; antes pelo contrario lhe extranharam este seu procedimento, nascido do constante zelo e fidelidade com que sempre tratou e quiz se tratasse a mesma Real Fazenda: o referido passa na verdade. Angra trinta de Janeiro de mil sete centos noventa e quatro. Mathias José Cordeiro.

Reconheco a letra &. Angra 2 de fevereiro de 1794. Francisco Lopes Pinheiro &.

Confere &. Angra 4 de outubro de 1794 Francisco Lopes Pinheiro &.

N.º 3

Saibam quantos este publico instrumento dado e passado em publica forma ex-officio de mim Tabaliam ao deante nomeado e assignado virem com o theor de um documento que me foi apresentado pelo Desembargador Provedor da Fazenda Real nestas Ilhas, o doutor Estevão Machado de Mello e Castro, cujo teor é o seguinte:

Diz Bruno Nicolau Ferreira, negociante e morador na villa do Fayal que para bem do seu direito lhe é necessario por certidão o Edital que veio da Real Junta de Angra para efeito de se rematarem os dizimos desta Ilha do Pico, e do lanço ou lanços, que houverem sobre o mesmo dizimo pretende que V. M.<sup>ce</sup> lha mande passar de forma que faça fê=Pede a Vossa Mercê. Senhor Dontor Juiz de Fora se sirva deferir-lhe assim e receberá mercê=Passo do que constar=Almeida.

José Antonio de Queiroz Carreira, Escrivão da Camara nesta Villa da Magdalena do Pico certifico e porto fê que de emmanando (*sic*) lha Regia Provisão do Tribunal da Real Junta de Fazenda destas Ilhas para o fim de se fixarem Editaes e se receberem lanços, para nova arrematação dos dizimos desta Ilha na conformidade das ordens de Sua Magestade, expedidas pelo Real Erario se fixaram, e se acham afixados Editaes para o referido, em consequencia dos quaes se tem dado até o presente os lanços seguintes:

1.º Lanço. Aos 27 dias do mes de Fevereiro de mil sete centos noventa e quatro annos nesta Villa da Magdalena do Pico, e casas da residencia do Dontor Joaquim José de Almeida, Juiz de Fora e orfãos de toda esta Ilha do Pico, perante o dito Ministro e mim Escrivão compareceo Estacio Machado Mauricio, em nome e como procurador de Victoriano José de Sequeira commerciante da Ilha do Faial, pelo qual foi dito que em o presente trienio da arrematação dos dizimos de toda esta Ilha do Pico, lançava por cada um anno em grão cento e vinte e cinco moyos de trigo, e nas miunças seis contos e quinhentos mil reis; com o protesto de ser ouvido seu constituinte por outro maior lanço, que se haja de prestar nesta Ilha, ou em qualquer Tribunal, aonde venha a ser rematado o dito contracto; cujo (*sic*) afiançará no acto da arrematação sobredita com as fianças que nomear, e o respectivo Tribunal julgar idoneas idoneas, o que tudo disse na conformidade dos poderes da procuração que apresentou e ajuntou para ser remetida com o referido lanço, e assignou com o dito Ministro e commigo José Antonio de Queiroz Carreira, Escrivão da Camara que o escrevi= Almeida= Estacio Machado Mauricio= José Antonio de Queiroz Carreira.

2.<sup>o</sup> Lanço—Aos 27 dias do mes de Fevereiro de mil sete centos noventa e quatro annos, nesta Villa da Magdalena do Pico e Casas da morada do Doutor Juiz de Fora e Orfãos de toda esta Ilha do Pico Joaquim José de Almeida, perante o dito Ministro e de mim Escrivão compareceo Bruno Nicolau Ferreira, Commerciante da Ilha do Faial, pelo qual foi dito que em o presente trienio da arrematação dos Dizimos de toda a Ilha do Pico, lançava por cada um anno em grão cento e vinte e cinco moios de trigo, e nas miunças seis contos e seis centos mil reis, e que protestava de ser ouvido por todo e qualquer lanço que se haja de dar superior ao que tem prestado, ainda que seja igual ou superior ao da arrematação do trienio proximo passado, tanto nesta Ilha, como no Tribunal da Junta da Fazenda, ou na do Real Erario, aonde se haja de lançar ou arrematar; havendo attenção á redução da moeda, no caso da arrematação ser feita em o dito Tribunal do Real Erario. Apresentando em o acto da arrematação fianças idoneas e á satisfação do respectivo Tribunal, e de como assim lançou e protestou assignou com o dito Ministro e commigo José Antonio de Queiroz Carreira, Escrivão da Camara que o escrevi=Almeida=Bruno Nicolau Ferreira=José Antonio de Queiroz Carreira.

Copia verdadeira d'aquelles termos da onde passei a presente que vai na verdade sem cousa que duvida faça, escripta em duas meias folhas de papel, numeradas e rubricadas no alto dellas de meo cognome breve, que diz=Queiroz=Em fé do que me assigno de meus costumados signaes. Magdalena em de Março de mil sete centos noventa e quatro. José Antonio de Queiroz Carreira, Escrivão da Camara que o escrevi. —José Antonio de Queiroz Carreira.—Conferida, Queiroz.

O Doutor Joaquim José de Almeida Juiz de Fora e Orfãos e das Justificações ultramarinas de toda esta Ilha do Pico &. Faço certo que por fé do Escrivão que esta passou, em como a letra e signal da certidão retro, ser da propria mão e punho do Escrivão nella contemplado o que hei por justificado. Magdalena do Pico doze de Março de mil sete centos noventa e quatro. Antonio Garcia de Miranda, Escrivão do Geral que o escrevi=Joaquim José de Almeida.

Concorda com o proprio original a que me reporto em poder do apresentante, que de a receber ha de aqui assignar, de que passei o presente instrumento, que conferi e vai como nelle se contem. Angra seis de outubro de mil sete centos noventa e quatro annos. E eu Francisco Lopes Pinheiro, Tabalião a escrevi e assignei em publico e razo &. Em testemunho de verdade Francisco Lopes Pinheiro=Logar do signal publico=Estevão Machado de Mello e Castro.

**Editai sobre a moeda nova; de 17 de Janeiro de 1795.**

O Doutor Manoel José de Arriga Brum da Silveira, do Desembargo de Sua Magestade, que Deos Guarde, Corregedor com Alçada nesta Commarca de Angra e nella Intendente Geral da Policia &c.<sup>a</sup>.

Faço saber que attentas as criticas circumstancias em que actualmente me consta se acham os povos desta Commarca a respeito da moeda e a obrigação que me insta, como Presidente da mesma Commarca, e nella Indendente Geral da Policia, por uma parte de procurar-lhes todas as possiveis commodidades e o seu maior bem ou em colisão de males o menor, e por outra de remover tudo quanto pode alterar a sua paz e socego e por ambos aquelles titulos o de acantelar todo o prejuizo da Real Fazenda e manter illezos os Direitos e Regalias do Throno é de indispensavel necessidade e serviço de Sua Magestade que conste quanto dinheiro ha do chamado novo, isto é, aquelle a que vulgarmente se dizem Epocas, que existe em poder dos sobre-ditos povos: por tanto mando que toda a pessoa de qualquer sexo, estado ou graduação que seja desta cidade e Villa de S. Sebastião e seus termos, no espaço de trinta dias contados da publicação deste, venha por si ou por seu legitimo procurador ás casas da minha residencia manifestar perante mim todo o dinheiro mencionado com a cominação de que não o fazendo no sobredito termo de mais de o perderem, a terça parte para os denunciautes, e as outras para a Real Fazenda ficarão suspeitos de factores de moeda falsa as pessoas, que se aproveitam deste intervallo para augmentarem a prejudicial massa da mesma moeda: bem entendido, que se não poderão no entretanto, e até nova ordem, servir de modo algum desta casta de moeda, pena de incorrerem irremessivelmente na perda delle em dobro para as despesas dos expostos, e dez dias de Cadeia, como igualmente incorrerão pela primeira vez na pena de seis mil reis para as sobreditas despesas dos expostos, todos os que duvidarem ou recusarem a aceitar o dinheiro chamado *Velho* de prata grande ou pequeno, como girava e sempre giron nestas Ilhas, não sendo de fresco cerceado ou pedirem nomeadamente serrilha ou cobre ou generos, pelos que tiverem a vender, ou se provar que os occultaram, para os não venderem na sobredita forma: e pela segunda vez, alem da referida pena em dobro, incorrerão nas dos revoltosos e sediciosos. E outrossim faço saber que para evitar-se toda a fraude que dos ditos manifestos possa acontecer, mandando que os manifestantes tragam o dito dinheiro que houverem de manifestar já em saccos proporcionados ás suas quantias, que no acto do mesmo manifesto e feito este se lhes tornarão a entregar, mas cosidos, lacrados, numerados e rubricados pelo Escrivão ou tabellião respectivo, para assim mesmo sem vicio ou lesão alguma os conservarem, a-

té que competentemente lhes sejam pedidos.

E porque nem a todos é accessivel a necessaria experiencia e intelligencia para a prompta distincção das ditas moedas chamadas *Nova e Velha*, não deverá esta razão obstar para satisfazer á denuncia preceitada; porque no dito logar do manifesto haverão (*sic*) os necessarios peritos juramentados, que decidam uma semelhante questão, ou já no mesmo dito acto, ou sempre que, em quanto este se não concluir, elle correr entre as partes que ficarão, na intelligencia de que serão castigados com a pena de seis mil reis para as sobreditas despezas dos Expostos, e com as mais que forem arbitrarias aos respectivos Magistrados, se se lhes provar que por malicia se excitaram similhantes questões. E para que chegue á noticia de todos, mandei passar o presente, que vai por mim assignado e sellado com o sello desta Commarca, e se publicará nesta cidade, Villa de S. Sebastião e Freguezias dos seus termos; e depois de registado na Chancellaria se remetterão outros do mesmo theor, aos Ministros Doutores Juizes de Fora das Commarcas e Commissarios de Policia para os fazerem publicar em toda a Commarca cada um nas Villas e Freguezias dos seus respectivos territorios, e executar como neste se contem, lançando-se de tudo as competentes fês aonde couvier. Dado em Angra aos 17 de Janeiro de 1795. Thomaz José Froes, Escrivão da Correição e chancellaria o escrevi.—Manoel José de Arriaga Brum da Silveira.—Logar do sello.—Antonio José de Lima Sousa.

**Officio do Bispo d'Angra á Rainha, ácerca da moeda falsa nos Açores. e queixando-se do Corregedor: de 1 de Março de 1795.**

Senhora.—Porque a consternação destes habitantes não cessa, antes de dia em dia se augmenta com as repetidas violencias e despotismos do Corregedor desta Commarca, considero-me na indispensavel obrigação, não só como parte deste Governo, mas ainda como pastor destes povos (que o que deseja é o seu socego e felicidade) de chegar novamente ao pé do Real Throno de Vossa Magestade.

Aquelle Ministro, senhora, fazendo sempre um particular estudo em transtornar toda a boa ordem que pode emanar da suspensão da moeda falsa, não tem cessado de tomar todas as medidas para fomentar a desordem e perturbação publica: tudo a fim de que, não melhorando estes habitantes de condição, venham a clamar pelo giro da mesma moeda falsa.

No principio deste anno tiveram estas suas sinistras diligencias uma mais ampla execução com a chegada de uma embarcação dessa Corte em o primeiro de Janeiro: pois vendo o dito Ministro que não havia resolução das contas dadas a Vossa Magestade, e mal persuadi-



do de Vossa Magestade não lançar tão cedo os olhos da sua piedade para estas Ilhas, mandou logo girar diversas qualidades de dinheiro falso, violentando ao mesmo tempo muitas pessoas a venderem os seus effectos e mercadorias por elle, e até intromettendo-se no governo economico do paiz, fazendo os Almotacés instrumentos dos seus deignios; tudo isto illustrado de um tão grande aparato de terror, que chegou a prender alguns individuos nas enxovias da cadeia, e a expollos ignominiosamente carregados de ferros na Praça publica desta cidade,—por nenhum outro delicto, senão por repugnarem acceitarem uns tostões dos seus apaixonados cunhos.

E ainda que com a chegada de outra embarcação quinze dias depois da primeira, que deu por noticia achar-se despachado por Vossa Magestade um Ministro, para vir sindicar destas desordens, mudou alguma cousa de sistema o sobredito Ministro Corregedor, fazendo publicar o Edital de que envio a Vossa Magestade copia, pelo qual repentinamente suspendeu e mandou recolher aquella mesma moeda, que os dias antecedentes tinha obrigado a acceitar-se com exemplarissimos castigos; nem porisso tem diminuido a consternação deste povo, nem deixa o mencionado Corregedor de continuar na mesma destructiva carreira: pois embarçando agora o giro da serrilha, dinheiro mexicano não cortado, e o cobre adoptado pelo Edital de vinte de setembro passado com a prohibição de se não pedir nomeadamente estas qualidades de dinheiro, e com o estabelecimento do giro do outro, por elle novamente aprovado, o qual ainda que chamado *Velho*, é tão indigno e de tão pouco valor como o *Falso*; vem com esta novidade a dar o ultimo golpe ao Commercio, e a augmentar consequentemente a confusão e penuria, pondo as cousas em estado de se não poder acudir a uns, sem gravissimo prejuizo dos outros e sem conduzir o todo destes habitantes a uma ruina irreparavel.

Eu já representei a Vossa Magestade o nenhum caso que este Ministro faz dos meus avisos, a nenhuma subordinação que tem ao governo superior de que com elle estou encarregado, e a sua renitencia em juntar-se commigo, para os desempates de terceiro: por estes motivos gemem estes habitantes sem remedio. Esta sua despotica conducta manifesta-se novamente da nenhuma parte que me deu do seu novo Edital, incompativel com o que este Governo fez publicar em setembro passado; e das violencias que está praticando contra os avisos que lhe tenho feito de não convir como parte deste Governo em cousa alguma desta natureza.

Uma das suas despoticas e bem ruinosas acções é o impedimento que actualmente está pondo ás exportações do grão em uma colheita tão abundante como esta, contra as expressas ordens que Vossa Magestade foi servida expedir ao Governo preterito pela sua secretaria do Ultramar em datas de 20 de Agosto e 13 de Novembro de 1789,

que não só declaram por franca e livre a mesma exportação, mas ainda ordenam aos Ministros destas Ilhas que prestem aos exportadores toda a cooperação e auxilio e até lhes ordena a prompta expedição dos navios, que em si receberem aquelles generos, contra a prejudicial pratica que este Corregedor observa em demoral-os; pois o que verdadeiramente se segue de semilhantes prohibições é um abatimento de Commercio e Agricultura como sabiamente advertem as mesmas ordens de V. Magestade; e isto se faz muito mais sensivel nas actuaes circumstancias em que o commercio está já tão amortecido que se acha esta Ilha exaurida de todos os effeitos de importação.

O proprio pretexto de necessidade publica, que o dito Ministro toma para estes impedimentos, e para as constrangidas vendas do mesmo grão, lhe servem de condemnação.

A falta que o povo experimenta não nasce da esterilidade da colheita; pois a abundancia do anno foi tal, que não ha memoria de outra igual; nasce sim do giro da infame moeda que elle patrocina, e pela qual com justa razão ninguem quer dar o que possui; e é evidentissimo, que logo que elle se abstivesse daquelle maligno patrocinio, e não embaraçasse o giro da moeda solida, todos concorreriam a vender os seus generos e se restabeleceria naturalmente a boa ordem.

Devo tambem pôr na presença de Vossa Magestade, que o recolhimento do dinheiro indigno e falso, sendo por mim attingido logo depois da suspensão do seu giro em Setembro passado, nelle não convieo o mencionado Corregedor: e que é tam imperfeito o a que actualmente se está procedendo, e tal a aprovação do dinheiro chamado *Bom* ou *Velho*, que voltando algum delle ás mãos dos mesmos peritos, que o aprovaram, umas vezes o reconhecem por tal, outras o reprovam.

Em uma palavra, Senhora, ainda que este Ministro se está mostrando em extremo zeloso no recolhimento da moeda falsa, ainda que adorna todos os seus procedimentos com uma grande apparencia de zelo pelo bem commum, pelos interesses da Real Fazenda e pelas regalias do Throno de Vossa Magestade; todo o seu objecto é que a dita moeda falsa se introduza e corra, e que reine ao mesmo tempo uma tal confusão, que nella lhe não seja difficiloso salvar-se.

Os cofres da arrecadação da Fazenda de Vossa Magestade conservam-se sem se abrirem até rezolução das contas dadas a Vossa Magestade, apesar das ainda bem proximas proposições em contrario do dito Ministro, que talvez se dirijam a abrir e confundir as quantias de moeda falsa contrastadas e lacradas, que os seus parentes fizeram introduzir nos mesmos cofres, e a meter novamente outras porções da mesma moeda, que tem em sua casa pertencentes aos ditos seus parentes.

Custa-me, Senhora, a fazer estas expressões a Vossa Magestade

pela minha brandura e pelo meu genio me desviar dellas: porem reflectindo em que deixando de dizer a verdade virei a ser egualmente comprehendido nestes factos, bem como auctor das futuras afflicções deste povo, não posso dispensar-me de o fazer.

Se Vossa Magestade se dignar attender ao que lhe tenho implorado, de fazer expedir um recto Ministro a syndicar destas desordens, conhecerá Vossa Magestade plenamente a verdade das minhas representações e a religião em que ellas se fundam: conhecerá Vossa Magestade tambem a prudencia do meu comportamento, não obstante as fortissimas diligencias do mencionado Ministro para impacientar-me e obrigar-me a algum estranho procedimento que lhe seja favoravel; sendo taes os seus ultrages, que até tem feito com que as ovelhas, de quem sou indigno pastor, não me tenho o respeito e obediencia devida e às pessoas encarregadas do meu Ministerio.

Queira Vossa Magestade pelas chagas de Jesus Christo compadecer-se destes povos, acudindo-lhes com o remedio que julgar conveniente, principalmente aos moradores desta Capital, que com o pernicioso sistema, continuas violencias e prisões deste corregedor, mais rapidamente se vão aproximando ao abismo da sua total ruina: e se Vossa Magestade me permittisse a interposição do meu parecer a este respeito, diria sem hezitação, que suspendendo-se todo o dinheiro cortado, e se fizesse girar unicamente a serrilha e o cobre, de que não ha a falta, que o mencionado Corregedor quer persuadir, sentiriam estes habitantes um grande alivio em quanto não chegassem as outras providencias de Vossa Magestade para o seu total socego.

A' promptidão deste remedio se faz muito mais indispensavel, visto que prohibindo-se já na Ilha de S. Miguel todo o dinheiro cortado, e acabando agora de abandonar-se nas Ilhas do Faial e Pico aonde só gira a serrilha, está sendo esta Capital o monturo ou receptaculo da tal abandonada moeda.

Espero que Vossa Magestade me haja por desembaraçado de continuar no governo destas Ilhas; porque, alem das minhas doencas que tenho posto na presença de Vossa Magestade, só assim me poderei restabelecer para continuar a direcção das minhas ovelhas, em quanto Vossa Magestade não me fizer a mercê de me acceitar a renuncia do Bispado que tenho feito nas suas Reaes Mãos.

A muito Alta e Augusta Pessoa de Vo-sa Magestade guarde Deos, como todos os seus Vassallos desejam.

Angra em 1 de março de 1795.

*Fr. José, Bispo de Angra.*

**Copia do Aviso a que se refere o officio de pag. 270:  
11 de junho de 1797.**

Ex.<sup>mo</sup> e Revd.<sup>mo</sup> Sr.—Havendo algum justo motivo de recear que a Esquadra franceza, que é actualmente vigiada pela ingleza, possa destacar furtivamente alguma força que vá insultar esses preciosos estabelecimentos das Ilhas — Açores, e possa damnificar as propriedades de seus Vassallos: E' S. Magestade servida ordenar que continuando-se o recrutamento, e procurando o mesmo official que foi d'aqui encarregado de o fazer disciplinar, os mesmos homens alistados se demorem por ora ahi, até nova ordem, todos aquelles, que chegarem depois dos que devem ter partido com a Fragata Fenix e seu Comboy; e que em todas as Ilhas se dem as mais positivas ordens, afim que se recolham ao interior das mesmas todos os effeitos preciosos, e que se defendam com o maior vigor sem nunca capitularem, pois que os soccorros das forças aliadas, Portugueza e Britannica, correrão em seu soccorro, e os livrarão de qualquer invasão que os francezes possam intentar: S. Magestade ordena igualmente que V. Ex.<sup>a</sup> e Mercês façam proclamações aos povos das Ilhas, em que lhe mostrem os horrores, que os francezes commettem em todos os paizes, que invadem, e de que só tem sido preservados os que se tem gloriosamente defendido. Nas mesmas proclamações devem V. Ex.<sup>a</sup> e Mercês, prometter, em nome de S. Magestade as maiores recompensas a todos os seus fieis Vassallos, que concorrerem com as suas forças, meios e valor para a defeza destas preciosas possessões, a cujo soccorro S. Magestade concorrerá também por todos os meios que lhe for possível. V. Ex.<sup>a</sup> e Mercês, poderão também encarregar da defeza das Ilhas o Major, que ahi está recrutando, e S. Magestade lhe ordena que obre de commum accordo com V. Ex.<sup>a</sup> e Mercês, que também deverão pôr na maior economia as munições e petrechos de guerra, que tiverem nessas Ilhas, e avizar esta Secretaria d'Estado de tudo que poder faltar-lhes, por este mesmo Aviso, que agora se lhe expede. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> e Mercês, Palacio de Queluz em 11 de Junho de 1797.

Sr. Bispo de Angra, e mais Senhores Governadores das Ilhas dos Açores.

**Carta de Luiz de Moura Furtado, ao Ministro; de 8 de julho de 1797.**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—Tenho a honra de pôr na presença de V. Ex.<sup>a</sup> a supplica inclusa e de rogar a V. Ex.<sup>a</sup> a sua alta protecção para conseguir a licença que imploro, pedida, posso afirmar a V. Ex.<sup>a</sup>, com snores de sangue, não só por me ver de novo atacado com os signaes de

sangue pela bocca, de que em dezembro passado, fui pela ultima vez accomettido, mas a afflicção de espirito em que nos tem geralmente o Aviso que este Governo acaba de receber da Secretaria da Marinha em que annuncia o receio justo de serem estas Ilhas insultadas dos francezes: ordenando que se defendam, sem nunca capitularem, na esperança de serem auxiliadas pelas forças portuguezas e britannicas: este rigoroso preceito tem posto no maior terror e abatimento estes infelices habitantes, que se vem sem fortificação capaz de resistir, sem munições, sem armamentos, sem polvora, sem tropa, sem Governador, e em uma palavra, sem nada do que é preciso para uma defeza, e en, Senhor, que não fui creado com isto, que não vim para isto, e que me vejo sem saude, onerado de tantas *despezas* vai para tres annos, como estarei consternado!

Salve-me, V. Ex.<sup>a</sup>, ao menos a vida, pela sua piedade, longe destas Ilhas, aonde tenho tido toda a sorte de angustias, e só a darei por bem acabada na minha primeira carreira: V. Ex.<sup>a</sup> que aqui me poz, V. Ex.<sup>a</sup> daqui me tire, que eu eternamente beijarei a mão bemeifeitora que assim me livra do ultimo perigo que vejo eminente, por tantos modos, se V. Ex.<sup>a</sup> me não vale.

O Ceo prospere e dilate a vida de V. Ex.<sup>a</sup>. Angra 8 de Julho de 1797.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva.

De V. Ex.<sup>a</sup>

O mais reverente Creado e Compadre obrigadissimo  
*Luiz de Moura Furtado.*

Officio de Luiz de Moura Furtado, ao Ministro, continuando a pedir a sua exoneração de Corregedor; 16 de julho de 1797.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—Pelo Brigue Mercurio que aqui chegon de Aviso no dia sete do corrente e sahiu no dia dez, tive a honra de escrever a V. Ex.<sup>a</sup> implorando a sua protecção para me poder retirar desta Ilha para Lisboa, por ter concluido a minha Commissão, e por me achar sem saude e sobretudo ameaçado da invasão dos francezes, que S. Magestade mandou annunciar a este Governo, pelo Aviso de que tambem remetti a copia a V. Ex.<sup>a</sup>.

Como a minha consternação cresce á proporção da confusão desta Ilha pelas difficuldades que se vão experimentando diariamente sobre o modo de a defender, por lhe faltar tudo, como já expuz a V. Ex.<sup>a</sup> e eu me veja na tortura de a ver resistir inutilmente ou desgraçadamente entregar-se é natural recorrer a V. Ex.<sup>a</sup> para me livrar do

perigo e da afronta eminente. A minha diligencia está acabada, e como só para bem della é que S. Magestade me ordenou que eu fosse o Corregedor, havendo cessado a causa parece que deve cessar o effeito, suprimindo-se a minha ausencia pelo Juiz de fora desta cidade, que nos impedimentos da minha molestia tem servido na correição e de Adjunto do Governo.

Eu rogo a V. Ex.<sup>a</sup> esta licença como a minha ultima redempção e com toda a brevidade, Ex.<sup>mo</sup> Sr., pois antes quizera subir a sorte ou o azar de ser prisioneiro no mar, do que passar pelas contingencias ou pelo espectaculo de uma invasão no logar que estou occupando. A minha profunda imaginação dirivada de primissas que não mentem, nem enganam, me faz magoar o coração de V. Ex.<sup>a</sup>; mas a quem, Senhor Ex.<sup>mo</sup>, heide eu recorrer? Enterneça se V. Ex.<sup>a</sup> por mim e mereça á sua compaixão o pôr-me em estado de poder chegar á presença de V. Ex.<sup>a</sup>, beijar-lhe a mão e banhal-a com lagrimas de reconhecimento e gratidão.

O Ceo Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Angra 16 de Julho de 1797.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva.

De V. Ex.<sup>a</sup>

O mais reverente Cr.<sup>o</sup> e Compadre obrigadissimo

P.S. Trago escripta no cerebro a tragica scena de Santa Catharina e aqui com toda a desculpa.

*Luiz de Moura Furtado.*

### Carta regia creando a Junta da Fazenda nos Açores; de 20 d'Outubro de 1798.

Conde de Almada, do meu Conselho, Governador e Capitão General das Ilhas dos Açores. Eu a Rainha vos envio muito sandar, como aquelle que prêzo. Havendo o bem commum dos Povos exigido a imposição dos Direitos e estabelecimento das Rendas Reaes, para com ellas se occorrer ás muitas e importantes despesas que se fazem inevitaveis: não podendo conseguir-se aquelles uteis fins sem que a Real Fazenda seja arrecadada e distribuida com exacção, cuidado e methodo que pelo objecto de tanta importancia, em que utiliza essencialmente a causa publica: e não tendo produzido o seu devido effeito as muitas e providentes ordens, que em diversos tempos se tem expedido para se conseguir o melhoramento da mesma Real Fazenda na Capitania das Ilhas dos Açores, nem para isso foi bastante o Decreto de 2 de Agosto de 1766, que nellas estabeleceram uma Junta, antes pelo con-

trario se tem deteriorado cada vez mais os cofres Regios, por se não dar cõnta das importantes sobras de rendimentos que tem havido desde o anno de 1762, até o presente, e isto em grave damno do meu Real Erario, e das pessoas nelle interessadas; Sou Servida encarregar-vos não só da reforma fios abuzos que se estão praticando, mas tambem do estabelecimento de uma nova Junta da Fazenda na referida Capitania, semelhante no que lhe for applicavel á da Ilha da Madeira; para cujo fim Hei por bem ordenarvos o seguinte: Que o logar de Provedor da Minha Real Fazenda, Officios e ordenados, que lhe são pertencentes, fiquem abolidos e sem algum effeito, como se nunca houvessem existido. Que a referida nova Junta seja composta do Governador e Capitão General, como Presidente della, e dos Deputados abaixo nomeados, que vem a ser, o Corregedor da Comarca, para o qual passará a Jurisdição contenciosa, que d'antes tinha o extincto Provedor, sentenciando as cousas e pleitos das minhas Reaes execuções na Instancia que lhe competir, com apellação e agravo para o Juizo dos Feitos da Fazenda da Corte e Cidade de Lisboa, vencendo de ordenado annual duzentos mil reis; o Juiz de Fora da Cidade de Angra, que servirá de Procnrador da Faxenda, com igual ordenado ao do Corregedor: o Thesoureiro Geral, que hade sempre ser eleito pelo Junta, sendo pessoa de conhecida proteidade e intelligencia, muito abonada e izenta de contracto com a Real Fazenda, pois por elle fica a sobre-dita Junta responsavel, vencendo de ordenado seis centos mil reis: e finalmente o Escrivão della e da Receita e Despesa da Thezouraria Geral, com um conto de reis de ordenado; e tanto o referido Thezou-reiro Geral com o sobredito Escrivão terão voto e assento igual na Junta, em observancia da ordem de 31 de Março de 1769, expedida á Junta da Fazenda da Bahia, da qual se vos remette copia, assignada pelo contador geral das Provincias do Reino: Que a Jurisdição voluntaria fique no corpo da Junta, conforme o dispoe o alvará de 3 de Março de 1770, de que com esta se vos remettem exemplares, para se observarem inviolavelmente no que for applicavel; Que a administração e arrecadação e execuções da Minha Real Fazenda, se faça pela referida Junta, conforme o dispoem as Leis de 22 de Dezembro de 1761, e da mesma sorte que o pratica o Conselho da Fazenda; Que das trez differentes chaves do cofre, que pela carta Regia de 2 de Agosto de 1766, se mandaram estabelecer na Junta passada, fique a primeira em poder do Thezoureiro Geral, a segunda do Escrivão da Fazenda, e a terceira do contador Geral: Que logo sem dilacão se crie a contadoria da Junta, debaixo da inspecção do Escrivão da Fazenda e a cargo de um contador Geral, e de um primeiro Escripturario; vencendo o contador seis centos mil reis annuaes, e o Escripturario trezentos mil reis, com assistencia diaria de manhã, e sendo bem necessario tambem de tarde, para serem guardadas e escripturadas correcta e methodicamente todas as contas dos Thezoureiros, Recebedores

e Devedores á Real Fazenda, na conformidade das Instrucções expedidas e assignadas pelo Contador Geral das Provincias do Reino; Que os ordenados, que ficam enunciciados, sejam todos satisfeitos pelo cofre da sobredita Junta, á custa da minha Real Fazenda; Que a mesma Junta ficará privativamente subordinada ao meu Real Erario, não só para cumprir com punctualidade as ordens que pelo Presidente delle lhe forem dirigidas, sem duvida ou embaraço algum; mas tambem para que pelo mesmo Presidente subam á Minha Real presença os negocios que pertencerem á mesma Junta, e que dependerem de resolução minha, para Eu os resolver como for mais do Meu Real Agrado e conforme á Justiça. Que a referida Junta execute inteiramente o que se lhe ordena nas Instrucções para o seu particular governo lhe Mando expedir pelo Presidente do meu Real Erario, e que devem constituir uma parte essencial e integrante da presente minha Carta Regia. Que a administração dos bens confiscados aos ex Jezuitas das sobreditas Ilhas passem logo para a mencionada Junta, afim de cuidar na sua arrecadação. na forma do Alvará de 21 de Fevereiro de 1766; passando para a respectiva contadoria, as contas que lhe respeitam, para nella serem escripturadas com separação nos livros auxiliares que no sobredito Alvará se contem. Confio do zelo, com que me servis que haveis de concorrer da Vossa parte com a maior actividade, para que esta minha Real resolução tenha o seu devido effeito. O que tudo executareis e fareis executar, não obstante quaesquer Leis, Regimentos e disposições em contrario, que todos hei por bem derogar para este effeito somente, ficando aliás em seu vigor a observancia. Escripta no Palacio de Queluz aos 20 de outubro de 1798. *O Príncipe.*

**Instrucções que a Rainha, Minha Senhora manda dar pelo Real Erario á Junta da Administração e arrecadação da Fazenda Real das Ilhas dos Açores.**

1.º—Por quanto a Rainha minha Senhora, sendo sciente da providencia que seu Augusto Pae havia dado na Carta Regia de 2 de Agosto de 1766, para que a administração e arrecadação das rendas Reaes da referida capitania se fizesse conforme as determinações da dita Carta, e as das sandaveis, e providentissimas Leis de 22 de Dezembro de 1761, mencionadas na dita Carta: E tendo visto que, nem ainda assim, e com tão exuberantes e claras providencias ponde conseguir a certeza do producto de cada uma das ditas Rendas e suas Despezas, nem remessa alguma para o Real Erario do dinheiro liquido que lhe rezulta, deixando ficar tudo o referido sem effeito desde Agosto de 1766 em diante, em que a Junta foi erecta, da mesma sorte que a Provedoria extincta o havia deixado durante o tempo da sua Administração desde 1762, em que o Real Erario se fundou, até á



hora do estabelecimento da mesma Junta: Foi servida na Carta Regia, que será inclusa, de mandar reformar a dita Junta e pôl-a no mesmo pé em que estão as ontras das suas capitánias ultramarinas, para ver se desta sorte se conseguem os referidos fins, até agora negados ás providencias e Leis acima declaradas.

2.º—Nestes termos: o primeiro passo que a Junta deve dar para vir no pleno conhecimento do que nas administrações antecedentes se tem passado, deve consistir indefectivelmente: que no terceiro dia depois de recebidas as presentes ordens, se convoque a Junta passada e a nova, e na presença de todos se abra o cofre della e se conte o dinheiro existente á vista da conta do Livro da Caixa: que se faça logo o balanço das contas dos Devedores e Thezoureiros das Despezas Reaes: que acabadas estas diligencias e despedida a Junta passada se abram e leiam as referidas ordens em plena conferencia da nova Junta, para desde logo ficar certa do que ellas contem: que aos novos deputados, ao contador Geral e ao Primeiro Escripturario se dê posse e juramento na forma da Ley e finalmente que todos estes actos se reduzam a termo circumstanciado e assignado por todos, para ser remettido ao Erario Regio, e por elle subir á Real presença de Sua Magestade.

3.º—Como na Carta Regia de 2 de Agosto de 1766 está determinado que a Junta administre as Alfandegas e arremate os Dizimos de cada Ilha, em grosso ou em ramos, conforme parecer mais util: está ordenado que no Real Nome de Sua Magestade se expeçam as ordens do seu Real serviço a todos os Ministros de Justiça e Fazenda de todas as ditas Ilhas; está determinado o modo e tempo em que os productos das Rendas Reaes devem entrar na Junta e cofre de tres chaves; está fixa a jurisdicção contenciosa, relativa aos pleitos e execuções da Real Fazenda; e está, finalmente, dada a forma do que se deve observar contra os Provedores, Feitores, Thezoureiros e Recebedores alcançados: Manda sua Magestade que se proceda a estes respeito na conformidade da dita carta Regia; na forma do mais que contem a que agora se expede, e na forma das Leis e ordens citadas em uma e outra das referidas cartas. Confia Sua Magestade do zello e actividade de todas as pessoas empregadas na mesma Junta, que cuidarão muito e eficazmente na administração e arrecadação da Real Fazenda, tanto do futuro, como no que pertencer ao preterito, em que o alcance da divida se calcula segundo o rendimento e despesas que tem havido desde o anno de 1762 até o presente em mais de 400:000:5000 reis e de todo se deve dar exacta conta e razão da demora.

4.º—A regularidade com que a Junta se deve comportar nas suas sessões, ha-de ser conforme ao Regimento da Fazenda, ao uzo louvavel dos Tribunaes, e á formalidade praticada nas Juntas da Fazenda Ultramarinas e Erario Regio a que pertence. E logo que tres dos seus

cinco vogaes estiverem juntos poderam entrar em despacho. E quando sobre a deliberação dos negocios se offereçam duvidas de ponderação: Manda Sua Magestade que na Meza da Junta haja sempre um Livro, no qual se tome assento de tudo com separação dos votos contrarios ao accordo da Junta, para constar a todo o tempo.

5.º—O expediente do recebimento e despesa da Thezouraria Geral será somente de tres tardes ou manhãs de cada semana, e isto por que, como o Escrivão da Junta ha-de ser tambem o da Receita e despeza della fica precisando de assistir na Casa da Fazenda para expedir os negocios deliberados nas conferencias antecedentes, para tratar com o Contador Geral a respeito do estado dos devedores e dos Avizos necessarios sobre os pagamentos devidos; e para de dia em dia se ir fazendo a escripturação, em ordem a que no fim do anno se faça sem demora o Balanço geral que deve vir para o Real Erario por observancia das Instruções assignadas pelo Contador Geral da Repartição de que a Carta Regia faz menção

6.º—Conformando-se Sua Magestade com a Instituição e estabelecimento das outras Juntas da Real Fazenda; He servida que a Junta, a Thezouraria Geral, a Contadoria e Escripturnarios della, ou outra qualquer pessoa do seu serviço, não levem propinas das arrematações das Rendas Reaes, nem emolumento algum de tudo aquillo que até agora se levava: E isto por haver a Mesma Senhora compensado essa importancia com duzentos mil reis, que vão determinados na Carta Regia a cada hum dos dois Ministros Deputados, e ao Escrivão, Thezoureiro Geral, Contador e Primeiro Escripturnario com os ordenados que contem a referida Carta Regia.

7.º—Na casa da Fazenda serão tratados os negocios com a separação ordenada no Alvará de 3 de Março de 1770, que será incluso, para a Junta ficar sabendo qual ella deve ser: Quando o Contador Geral for chamado á Junta para o ouvir sobre os negocios do Real Serviço, terá o mesmo assento, que tem os Deputados, sem differença alguma, por ser isso o que assim foi determinado á Junta da Bahia, na Provisão do Real Erario de 12 de Janeiro de 1770, da copia junta. E ao Primeiro Escripturnario, ou outro qualquer Escripturnario, que tambem for chamado lhe mandará dar a Junta assento razo no fundo da Mesa della.

8.º—Como no Erario Regio se ignora a importancia das dividas da Fazenda Real até o anno de 1762, em que elle foi fundado, quando não pode deixar de as haver do tempo da Provedoria extincta: Manda S. Magestade se promova a sua arrecadação, liquidação e ajustamento de contas, conforme ao que está determinado no sobredito Alvará de 3 de Março de 1770, e nos Decretos Regios de 14 de Janeiro de 1769 e de 7 de Maio de 1770 que serão inclusos. E tanto que estiver concluida a cobrança de qualquer divida se fará levantar o sequestro tendo-o havido, e se dará á Parte quitação interina, com que

venha requerer no Real Erario, a que por elle e no Real Nome e Assinatura da Mesma Senhora se lhe deve expedir.

9.º—Sendo pois de grande importancia para o Real Erario o assentamento de tudo o que se ha de pagar pelo Cofre da Junta: E sendo porisso necessario que elle se dirija zелоza e regularmente: Manda Sua Magestade que a Junta faça apresentar a toda a pessoa o titulo que tiver de ordenado, tença, juro, soldo, congrua, ordinaria, ou outra alguma pensão secular, militar ou ecclesiastica, para ser examinado e cotejado com as Folhas antigas, e depois de estar capacitada da sua certeza e legalidade, se formalize nos livros da Casa da Fazenda o assentamento de tudo, para d'elle se extrahirem as folhas annuaes do pagamento: E em quanto não estiver concluido, se faça o referido pagamento pelas folhas mais correctas que henver na Provedoria: E assim que estiver acabado se remetta ao Real Erario a copia authentica d'elle, para ser presente á Mesma Senhora.

10.º—As Folhas e Contas de despeza do expediente da Junta e da administração dos rendimentos ou de outro qualquer motivo: Manda Sua Magestade que se formalizem na contaduria, á vista das clarezas apresentadas e com a certeza das suas importancias, verificadas pelo Contador Geral e Despachos da Junta, serão pagas pelo Cofre della e de outro modo o Thezourreiro Geral recuzará a sua satisfação, sob pena de perder essas quantias, e de ser expulso da Thezouraria, logo que no Erario Regio constar o contrario do que fica determinado. Esta mesma formalidade e legalidade de contas e de Folhas de despesas se observará com o pagamento dos quatrocentos mil reis, que pelas ordens Regias pode a Junta dispendir nos concertos e ornamentos das Igrejas e reparos das Fortificações.

11.º—Quando porem os referidos concertos e ornamentos excederem aos ditos quatrocentos mil reis: Manda Sua Magestade que um deputado da Junta e o Primeiro Escriptuario com os Engenheiros e Mestres respectivos passem a examinar o estado da ruina, reduzindo a calculo certo a sua despeza, para ser remettido ao Erario Regio, e por elle subir á Real presença de Sua Magestade a rezolver o que for servida: Porem se acontecer, caso inopinado, que dependa de prompta providencia, a Junta a dará logo como for necessaria, e dará conta na forma sobredita.

12.º—As Administrações por conta da Fazenda Real, são geralmente prejudiciaes nos rendimentos que tem arrecadação difficil e sujeita a extravios, que animam a vontade e cubica dos transgressores: Ha porem circumstancias em que é muito conveniente recorrer se ao meio de administração por conta da Real Fazenda, como são aquellas rendas que se cobram por entradas, e que se não podem desviar, porque nos Livros das mesmas entradas está feita a sua arrecadação.

13.º—É certo e é especialmente necessario o meio de administração nos casos de diminuição notavel nos lanços, quando não con-

corre a mesma diminuição no rendimento, por qualquer incidente, como o de uma diminuta colheita ou outros equivalentes. E até nos casos de diminuição de rendimento, que por simillantes successos se conhece não serem de duração, mas que em tudo desviam os lançadores, é mais bem entendido um anno de administração, em quanto passam os ditos inconvenientes, ou se removem outras causas de abatimento da renda, do que as arrematações diminutas a título das ditas causas, que ordinariamente se exageram da parte dos lançadores, para conseguirem os contractos mais favoraveis.

14.º—A providencia mais segura para se fazerem as arrematações pelos seus justos preços, é a de haver na Junta da Fazenda uma certa e individual noticia do que rendem, e do estado em que actualmente se acham todos os contractos e mais rendas. Esta noticia consegue-se facilmente, procurando-se saber da contadoria o que tem entregado os rendeiros e recebedores de cada rendimento, assim do anno corrente, como dos antecedentes, e no caso, não esperado, que a contadoria deixe de dar a clareza necessaria, deve-se recorrer á avaliação dos mesmos rendimentos, pelas contas e liquidações anteriores, que delles tiver havido.

15.º—Sabendo-se, como se deve saber, na Junta, o que produzem todos os rendimentos, fica logo manifesto se são competentes os lanços, que se promettem, ou se no contratador ha conluio, para se arrematarem os rendimentos, por menos do seu racionavel preço. Para evitar estes embaraços deve a Junta estar sciente do que tem acontecido nas arrematações antecedentes por falta de exacção, e deixando-se de carregar algumas entradas de rendimentos contractados (especialmente naquelles em que os contractadores cobram) para se suppor que ha perda, ou menos lucro, afim de que não subam as arrematações futuras.

16.º—Porisso é necessario acautellar estes e quaesquer outros dolosos e injustos procedimentos, com muita prudencia, e sem dar o menor signal de se suppor que existam, procurando-se adquirir a confiança de todos, com a qual nada é occulto, e se facilitam os meios de se poderem descobrir. Porem no caso de se chegar a provar, é indispensavel que severamente se castiguem, para emenda de um abuso, de tão perniciosas consequencias.

17.º—Uma das circumstancias mais essenciaes para o augmento das Rendas, é a de serem arrematadas ás pessoas mais abonadas e mais industriosas, porque estas tudo animam, e pelo contrario aquelles que levados da ambição, e sem terem que arriscar se arrojam a cobrir todos os lanços, não fazendo conta alguma ao que rendem os contractos, nem os podendo administrar como devem, vem requerendo quitas com pretextos frivolos, e finalmente dão causa ás execuções, que atrasam as cobranças gravemente, e assustam os contractadores de probidade.

18.º—Nesta intelligencia deverá a Junta cuidar muito em animar os melhores negociantes, preferindo-os com effeito n'aquelles casos em que se conheça que os lances tem chegado a um justo preço, ainda que os outros lançadores destituídos de fundos offereçam alguma coisa mais; porque estes vem ordinariamente a causar maiores damnos na demora dos pagamentos, e no descredito com que fazem a administração das rendas que se lhes contractam.

19.º—O meio de evitar estes damnos e descreditos e a conservação da Fê publica, principalmente no cumprimento das condições e na prompta attenção aos requerimentos dos contractadores, quando são fundados e dirigidos ao augmento das rendas, e á emenda da sua difficil arrecadação, porque faltando-lhes estas promptas providencias, naturalmente se desgostam de pleitos penosos e demorados, quando pelo contrario se animam, vendo se logo attendidos com justiça, alem de não poderem attribuir a perda senão a outros accidentes, que não estavam da parte das condições com que as rendas lhes foram contractadas, nem da brevidade com que as suas representações foram decididas.

20.º—O modo de se perceberem os Direitos conduz igualmente a atrahir os contractadores, e porisso se deve observar em todos os rendimentos, se a formalidade de os cobrar é igual para todos, se é expedita ou sujeita a dolos e descaminhos, e se finalmente é susceptivel de melhoramento, para que bem considerado o vicio se possa prover de remedio, cabendo no expediente da Junta, ou dar parte a Sua Magestade pelo Real Erario, nos casos em que assim for necessario.

21.º—Finalmente, ainda que é principio certo que se não devem demorar as cobranças, e que quanto mais antigas são as dividas, mais custa o embolso dellas, não deixa de haver casos em que um aperto importante desvia os melhores negociantes de contractarem com a Fazenda Real: E porisso muitas vezes (estando em todo o caso a dita Fazenda segura) quando é conhecida a razão da demora, por causa de empate de fructos, ou generos, que possa ter um contractador solido, será bem entendido se lhe dissimule alguma conveniente demora por ser isto coisa muita diversa da relaxação, e d'aquellas contemplações, que ordinariamente se fundam em interesses illicitos.

22.º—Passando ao cuidado de falar dos officios fabris da Capitania, como um dos artigos importantes ao augmento della, occorre que o mais seguro meio de os adeantar, consiste na perfeição e commodo preço das suas obras. Para isto se conseguir é de necessidade estimar e fazer estimar as pessoas empregadas nestes precisos ministerios, na justa consideração de que faltando elles, falta a todos o adorno necessario; é de politica inspirar lhes o estimulo e obrigação de preferirem o consumo das suas obras ás que vem de fora do Reino, porque assim se ajudam uns aos outros com o dinheiro que lhes re-

zulta pelos feitiços das cousas em que trabalham, e se impede a entrada dos generos prohibidos pelas Leis, considerando e crendo sinceramente, que um dos fins, para que ellas foram feitas e promulgadas, se funda em dar subsistencia aos officiaes honravelmente occupados no exercicio e trafico dos seus officios: na execução de cujos principios Manda Sua Magestade que a Junta empregue o seu disvello.

23.º— O Commercio interior e exterior de cada Ilha da Capitania e de todos entre si e com estes Reinos faz outro artigo de consideração e se dirige a que cada familia e individuo, tenha não só o que precisa, mas muito para vender, porque aonde faltam as occasiões de permutar umas cousas por outras, toda a gente vive na indigencia. Para livrar no modo possivel de semelhante agonia Manda Sua Magestade que a Junta cuide na facilidade do transporte dos fructos das terras remotas para as Villas e Logares da beira mar, concedendo lhes feiras francas nos tempos opportunos, e nos sitios mais facéis para as conduções e tendo estes meios por diversos modos e tempos, em ordem a conhecer os mais propicios á communicação do referido commercio interior e exterior, e até animando aos homens bons com alguma prudente gratificação, por ser certo que quando ella se dá bem entendidamente, paga o desembolso com grande vantagem: E a pequena importancia de cincoenta até cem mil reis que nisto se dispendam em cada Ilha, não faz peso ao cofre da Junta.

24.º— Todos sabem, geralmente falando, que a agricultura é o primeiro principio da riqueza, e que o desejo de a conseguir faz a causa da communicação e dependencia entre os homens. Para augmentar esta causa, quer Sua Magestade que o conhecimento do referido principio de riqueza e de dependencia entre tão fortemente no juizo e comprehensão dos povos da capitania, que elles vejam e venham a perceber a utilidade, que disso lhes rezulta: Instruindo para isso as Camaras, e animando-as com algum emprestimo de dinheiro por tempo certo, as que forem capazes disso, para que façam cultivar as terras dos seus Districtos de toda a qualidade de grão em primeiro logar, e das plantações mais proficuas ao bem publico.

25.º— O Rendimento das Alfandegas forma um corpo que é necessario examinal-o attentamente. O passo mais seguro para o conhecer por todos os lados é saber se é melhor administração ou arrematação, ou se o que convem em umas Ilhas não convem nas outras. Para se saber qual se ha-de preferir é necessario calcular e ter a certeza se a importancia dos Direitos por sahida é maior ou menor que a dos Direitos por entrada, porque aquella que for dominante, essa é a que se deve seguir: excepto quando os Direitos dos generos por entrada forem prejudiciaes aos da Ilha, porque nesse caso é mais bem entendida a administração, a fim de ser favoravel á exportação dos fructos do Paiz, o que é fácil conhecer, fazendo vir das alfandegas as certidões com distincção do que importam uns e outros direitos, em

quatro ou seis annos, para calcular sobre o seu rendimento medio, e dahi em diante, em todos elles, em ordem a ficar na certeza do que succede, e de poder deliberar o mais util á Real Fazenda.

26.º—Como um dos fins do estabelecimento da Junta, é evitar os abusos da administração e arrecadação da Real Fazenda, cuja confazão faz conta aos que á sombra della querem engrossar os seus cabedaes, e porisso hão-de rezultar enredos e sugestões, afim de conservar a mesma confazão: Manda Sua Magestade que no tempo da navegação de umas para outras Ilhas, passe o Escriptor da Junta acompanhado de um Escripturario a examinar a pratica com que nas Alfandegas se faz o despacho de todas as fazendas, e a emendar os defeitos que encontrar á vista da Pauta; a estabelecer o methodo das certidões dos rendimentos e despezas que se hão de remetter á Junta; a saber o estado de segurança e arrecadação das dividas antigas; a instruir-se da qualidade do commercio interior e exterior de cada Ilha; e, finalmente, a capacitar-se da probidade dos povos e negociantes, para sobre estas noções se governar a Junta com o acerto necessario e mais conveniente á Real Fazenda. No tempo desta auzencia servirá de Escriptor (sem rezerva de negocio algum) o Contador geral, e por este o primeiro escripturario da Contadoria.

27.º—Na consideração e certeza de rezultar annualmente para o Real Erario, o liquido produto de dezeseis para dezoito contos de reis, e na outra certeza de que os rendimentos da Ilha Terceira (ainda comprehendendo-se nelles a renda do Marquez de Castello Rodrigo) não chegam a satisfazer a despeza certa da mesma Ilha: Manda Sua Magestade que a Junta calcule a quantia que lhe faltar e faça vir das outras Ilhas, ou de uma só, havendo-a nella; ordenando então ás mais que tendo occasião em direitura para Lisboa, remetam ao Real Erario em Letras seguras em primeiro logar, ou em fructos, quaesquer que elles forem dignos de se receberem pelo valor corrente á ordem do Thezoureiro Mór delle, e com os conhecimentos das expedições e segundas vias das Letras, darem conta na Junta, onde serão abonadas as suas importancias: E a Ilha onde não houver fructos, nem Letras, que mande para o cofre o dinheiro que lhe restar; praticando a Junta isto mesmo a respeito do cabedal que no fim do anno lhe ficar em caixa.

28.º—Finalmente quer Sua Magestade saber em cada anno o estado da agricultura, industria e commercio interior e exterior de cada Ilha, das da Capitania, e para assim se conseguir: E' Servida Determinar que a Junta haja essas noticias dos Juizes de Fora, e das Camaras aonde os não houver, e ainda de alguma homem bom e patriótico, escrevendo-se para isso a todos em termos civis.

O referido ordena a Rainha Minha Senhora se execnte e cumpra exactamente em tudo o que não for contrario ás suas Leis, Regimentos, e Alvará novissimo. Palacio de Queluz em 20 de Outubro de 1798.  
=Marquez, Mordomo Mor.

Carta do Conde d'Almada sobre a questão da moeda nos Açores; de 29 de Março de 1800.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—Em continuação da minha carta de 23 de novembro ultimo, que na qualidade de Presidente da Junta da Real Fazenda desta Capitania dirige a V. Ex.<sup>a</sup>, pela Galiota que daqui navegou para essa corte, darei a V. Ex.<sup>a</sup>, conta do resultado das mais averiguações em que a mesma Junta ficava, sobre a effectiva existencia dos dinheiros em cofre.

Achando-se pois no da commissão do Desembargador Luiz de Moura 39:904\$150 rs. em moeda de metal e 192:789\$600 rs. na de papel, que fazem a somma de 236:690\$750 rs., se conhecem pelos livros desta Repartição que ainda deveriam achar se mais 1:268\$836 rs., porém requerendo se mais circumpecto exame a este respeito, allegando-se para isso a confusão com que estes e outros pagamentos se faziam, ficou esta differença dependendo ainda de novas conferencias; se bem que todos deixaram de ser favoraveis, quando (assim como já apparece nma) concorram algumas partes produzindo documentos que as habilitem para receber addições d'aquellas que, por estarem lançadas em despeza, se reputavam effectivamente pagas.

No cofre dos Novos Direitos se contaram 1:728\$635 rs. em moeda de metal 1:819\$200 rs. em moeda de papel e 200 rs. em moeda falsa, que tudo somma 3:548\$035 reis e que são 257 rs. mais do que pelos livros desta arrecadação se mostrava que devia existir.

No cofre das Capellas vagas existiam 550 rs. em moeda de cobre e 16\$100 rs. em moeda reprovada, mas quasi toda de boa prata; e não devendo, pelos livros competentes, existir mais do que 15\$740 rs., se conhece haver nelle, por consequencia, um acrescimo de 910 rs.

Estavam no cofre dos bens confiscados 1:235 rs. em moeda de metal e 561\$000 rs. em moeda de papel, ou 565\$235 rs. ao todo, que são menos 222\$966 rs. do que devera existir, segundo os seus respectivos livros de receita e despeza, e pelos quaes diz o Dotor Corregedor, que é quem administrava este cofre, que não deve responder com o pretexto de reflectir esta differença nos seus antecessores, a não haver equivocação no antigo ajuste, e encerramento de que ella traz a sua origem, pois que não era (ainda diz elle) costume contar-se o dinheiro, nem fazer-se a conferencia que agora se fez, quando passava de um para outro corregedor.

Ainda que na casa da Junta existisse o cofre da receita e despeza dos defunctos e ausentes com os seus competentes livros, não conhecem a Junta do que nelle existia, ou devia existir; por que pertencendo o seu rezido a partes que cobram por mandados dos Ministros que o administram, se persuadiu que não era da sua inspecção, principalmente por que ainda não encontrou ordem alguma por que elle alli deva existir.



De tudo o referido se formalizou no dia 20 de dezembro o termo de ajuste e encerramento assignado pelos deputados de ambas as Juntas, e a elle se refere o saldo total de 261:066\$412 rs. que se lançou em debito ao novo Thezourreiro Geral, a saber em moeda de papel 197:899\$200, em moeda de metal 54:606\$894, e na moeda reprovada 8:560\$318. Previno a V. Ex.<sup>a</sup> de alguma insignificante differença que se possa encontrar nestas tres classes de moeda, calculando com as sommas de que na outra minha carta dei conta a V. Ex.<sup>a</sup>, por procederem estas da ultima conferencia que precedeo ao dito termo de ajuste, e encerramento, com a conclusão do qual se houve por despedida a Junta velha.

Mesmo com o principio deste anno se começou a seguir a nova formalidade e methodo que S. A. R. determina; não tendo sido por hora ainda possível remover mais do que alguns dos muitos inconvenientes que cada dia se oppoem ao seu progresso, e que eu, ajudando-me dos bons officios que a contadoria me administra, espero cortar e destruir.

Os embaraços que a isto se me offerecem, reservo em communicar a V. Ex.<sup>a</sup> pelo comboio, para quando tambem deixo a remessa das certidões dos termos de que nesta e na outra faço menção, e de tudo o mais que a estes respeito julgar conveniente, assim pelo menos receio de descaminhos, como por evitar repetições; rogando tão somente por ora a V. Ex.<sup>a</sup> que se digne para então annuir aos meus peditorios e illustrar-me com os seus prudentes arbitrios, para que eu por meio delles em tudo acerte, e em tudo consiga os fins que unicamente me proponho de bem servir a S. A. R. na certeza de que só assim continuarei a lisongear-me do seguro azilo que felizmente sempre tenho encontrado nas rectas intenções de V. Ex.<sup>a</sup> que Deus Guarde muitos annos. Angra 29 de Março de 1800.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquez Mordano Mor.

*Conde de Almada.*

### Carta de 7 de maio de 1800 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (\*)

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Em observancia da Carta Regia de S. A. R. datada de 2 de Dezembro de 1799 tenho feito embarcar na Fragata Fenix as pessoas designadas na dita Carta, apesar de conhecer pelo que aqui tenho presenciado e observado, ser bastantemente apaixonado o officio dirigido a V. Ex.<sup>a</sup> pelos dois membros do Governo interino, Corregedor e Intendente da Marinha em data de 25 de outubro do mesmo anno, e que deu motivo á determinação da dita carta Regia.

Eu, Ex.<sup>mo</sup> Snr., conheço o quanto são pias e beneficas as inten-

(\*) Parece ser do Conde d'Almada.

ções de S. A. R., e este mesmo espirito observo nas de V. Ex.<sup>a</sup> e por isso me animo a dizer-lhe que neste pouco tempo de existencia nesta Ilha, me tem dado os ditos dois membros as mais exuberantes provas de animos inquietos e vingativos, coadjuvados por huns poucos de individuos que andam aos seus lados, sem reflectirem nos prejuizos que necessariamente vão seguir-se ás ditas pessoas mandadas embarcar, arrancandoas do centro das suas casas, e de entre as suas familias a quem servem de azylo, e que pelas suas faltas ficam expostas a indiziveis incommodos.

E para S. A. R. e V. Ex.<sup>a</sup> entrarem na idéa da conducta dos dois membros já referidos, será bastante reflexionar, que devendo concorrer os trez por quem a Lei chama para a Successão do Governo, visto que todos elles aqui estavam presentes ao tempo da expedição daquelle officio, foi este só unicamente assignado pelos sobreditos dois, e entre elles somente tratado, e suposto queiram pretextar esta irregularidade e contravenção da Lei, com a quimera de que o Deão, primeiro chamado nella se negava ás sessões e conferencias, que entre todos deviam ter, por illudido do Secretario do Governo; contudo, esse affectado pretexto é aparente e ficticio, pois que nem se mostra tal illusão, porque a não provam as papeletas com que querem corroboral-a, dirigindo-se estas a materias insignificantes e a despachos de tarifa, visto que se encaminhavam a um sujeito que entrava de novo naquelle emprego, em que, segundo me consta, taes despachos de tarifa foram sempre feitos não só pelo Secretario, mas até mesmo pelo official da Secretaria em todo o tempo do Governo do defuncto Diniz de Mello e Castro, e nem porisso este se disse illudido por elles.

E nem, outrosim, se mostra que o dito Deão se negasse ás conferencias necessarias, antes, pelo contrario, outro officio datado de 20 do dito mez de outubro consta a concorrência de todos tres, e dizendo-se no de 25, que elles ficavam em boa harmonia, é bem claro, pela combinação desta ultima asserção com a do dito pretexto, ser este affectado e consequentemente inegavel, que elles muito de proposito, e pelo seu livre arbitrio o excluiram e não conferiram com elle este dito officio, e para que delle não viesse a ter noticia deixaram de fazel-o registar, cuja falta tambem pretextam com a do segredo no secretario, defeito este que até hoje lhe não pude conhecer.

Se o dito officio fosse sincero, e não contivesse o refinado odio daquelles dois membros e huns poucos de intrigantes que lhes fazem sociedade, contra as pessoas a quem elles tinham em vista macular, para saciarem aquelle mesmo odio, elles não deixariam de conferil-o com o dito Deão, nem este recusaria assignal-o e então se faria registar, mas como lhes faltava aquella precisa qualidade de sincero, e manifestamente se conheciam os odiosos fins que se propunham, julgaram necessario occultar-se lhe, prival-o de voto sobre o seu contheudo e ultimamente pretextarem estas irregularidades com quimeras,

precipitando-se, por impulso das suas paixões, até ao ponto de persuadirem o que nunca houve, certos, de que, se chegassem a propor-lhe os factos contidos n'aquelle officio, elle Deão pela sua prudente e imparcial conducta, lhos refutaria e nunca aprovaria um tal projecto tão falto de justiça.

Para macularem ao Coronel de Milicias da Villa da Praia desta Ilha, um dos alvos a quem o odio fazia tiro, querem aquelles dois membros imputar-lhe, que elle, á força de empenhos, recrutara para o seu Regimento uma grande parte de moços solteiros, que tirara das ordenanças, para o não serem como deviam ser para a tropa paga, mas até nisto faltam á verdade; porque o dito Coronel, assim como o do regimento desta cidade receberam ordens repetidas, para darem baixa aos velhos estropiados, que a pediam, e inteirarem os seus regimentos com os que o não fossem; e como não achassem outros se viram na precisa necessidade de os completarem com solteiros, mas ainda assim maiores de vinte annos, servindo-se da pratica do sargento Mór Charmont, que aqui veio recrutar gente para a tropa do reino, e para que só fazia escolha de moços de 16 até 18 annos de idade, persuadindo-se os Coroneis, á vista desta pratica, que ahstando os maiores de vinte annos, não defraudavam o recrutamento da tropa paga, e quem obra com esta boa fé, não merece o mau conceito que se lhe impõe no dito officio.

Além do que, como os mesmos governadores interinos mandaram comparecer aquelle regimento autorizando o Sargento Mór do batalhão para delle tirar a quarta parte desses moços solteiros, e elle na sua parte que deu ao governo diz que não achou mais que o diminuto numero de sessenta e tantos e estes ainda em duvida de serem escusos, bem se mostra de affectado o cargo que a este respeito se quer fazer ao dito Coronel, deixando-se em silencio o da cidade, por não ser este o alvo dos seus tiros odiosos.

Tinha V. Ex.<sup>a</sup> a certeza que não ha povos mais humildes, nem mais susceptiveis de subordinação do que os desta Ilha (segundo tenho notado até o presente) por mais graduados que sejam. Eu assim o vejo verificado, e V. Ex.<sup>a</sup> virá tambem a conhecê-lo.

Não foi, Ex.<sup>mo</sup> Sr., o recrutamento para o novo Batalhão, nem o zello do Real serviço que motivou o retiro do Coronel de Milicias para a Villa da Praia, nem o beneficio que se figura aos individuos que formam o seu Regimento, porque quanto a estes, segundo as suas respectivas situações pela maior parte sentem o maior incommodo em irem á dita Villa e dalli partirem para esta cidade, onde ha muitos annos estão fazendo o serviço alternado com os do Regimento da mesma cidade, do que vindo a esta em direitura das suas situações, e quanto ao serviço en tenho presenciado, não padecer este por estar o Coronel na Cidade; finalmente quanto ao dito recrutamento, havendo elle de fazer se como se fez no Castello de S. João Baptista da mesma ci-

dade aonde o dito Regimento veio, nenhuma precisão havia d'aquelle retiro do Coronel para a Praia, por semelhantes fias, bem que, quando podesse figurar-se alguma procisão, estando o regimento commandado pelo seu respectivo Sargento Mor, desde que o Coronel passou a Vereador desta cidade aonde sempre foi morador, a exercer a jurisdição de Juiz, pela Ordenação, na vacatura do Juiz de Fora; podia muito bem o mesmo Sargento Mor ir commandar o Regimento na dita Villa, ficando o Coronel, como estava na cidade, occupado tambem naquelle serviço publico, maxime não havendo então na mesma cidade outro Vereador proprietario, como até agora não houve.

Mas como eram muitas e diferentes as vistas d'aquelles dois membros do Governo e daquelles, a cuja intriga fazem testa, pretextando-se com o § 9 do Alvará de 7 de Julho de 1764, que se contenta com a residencia dos Chefes na sua commarca, onde aquelle Coronel estava, quizeram restringir-lhe essa residencia no districto da Villa da Praia, para por este meio introduzir o Corregedor, como introduziu, no exercicio d'aquella jurisdição de Juiz pela ordenação a Antonio Manoel Siuve Borges, que não era Vereador da Panta actual, e que anticipadamente assim o tinha procurado com todo o excesso, por outros meios mais extravagantes, e em que bem manifestou a sordidez dos fins que se propunha, e quererem tanto o dito corregedor, como o Intendente, intimos amigos com os contratadores dos Dizimos da Ilha das Flores e Corvo, dar-lhes uma satisfação; porque estando os ditos contratadores na quasi posse de trazerem este contrato de muitos annos por um preço diminuto, e pretendendo continuar nessa mesma posse, pela rematação a que no mez de Julho do anno passado, de 1799, se procedeo foi encontrar ao dito Coronel e Provedor da Fazenda, então Deputados á Junta desta, e que como taes impugnaram a rapida rematação que se lhe pretendia fazer, por voto dos dois membros, antes que houvessem de concorrer outros licitantes que se estavam habilitando e vieram depois a ser admittidos a lançar no dito contrato, por effeito da impugnação dos sobreditos Coronel e Provedor, e d'aqui resultou o interesse e augmento consideravel para a Real Fazenda. E devendo estes dois membros do Governo mostrar o maior zello e actividade neste objecto de tanta ponderação, para bem satisfazerem as obrigações do logar que exercitavam e que S. A. R. lhes tinha confiado, motivos estes para não deverem consentir em que os interesses da Fazenda se suprimissem á força dos impulsos de amizade e ficassem balanceando para o futuro a entrega dos seus pagamentos, em que os dois Deputados do Governo consentiram, fazendo arrematar a D. Anna Custodia a renda das imposições da Villa da Praia, e a Antonio da Silva Ramos para si e dita D. Anna Custodia, todos irmãos do Feitor da Fazenda, os contratos dos Dizimos e Minças desta cidade e da Villa da Praia por mais de sessenta mil cruzados, sem que em nenhum destes contratos se satisfizesse á solemnidade

indispensavel da prestação de necessarias fianças, consentindo tambem em que o dito Feitor fosse fiador de alguns rendeiros, a quem se remataram outros contratos, como tudo consta dos termos lançados nos livros das arrematações, que existem na contadoria, e não só por este facto, como tambem pelo desarranjo em que achei os livros da escripturação das entradas e sahidas do dinheiro do cofre, chegando a tal excesso a indolencia e pouco zello que tinham estes dois membros, pelo augmento e segurança da Real Fazenda, que sendo preciso a esta Junta pôr execução a ordem que do Erario Regio lhe foi expedida em 11 de Fevereiro no presente anno, na qual lhe ordenava remetteste 19:520\$940 rs. dos preços porque foram arrematados alguns dos bens que eram dos ex-Jezuitas e Capellas vagas, tudo na Ilha de S. Miguel, se não pode satisfazer a esta determinação, sem primeiro se proceder a uma rigorosa averiguação (em que já fico cuidando) por causa das illegalidades com que se acham feitos alguns dos termos de arrematações, não só por estes se acharem lançados sem a devida assignatura dos proprios arrematantes ou seus procuradores, como tambem pela falta de declaração do tempo em que ficavam obrigados a fazer as suas entregas no Real Erario, sendo corroborada esta falta tão prejudicial aos interesses da Real Fazenda com a assignatura dos dois Deputados, Corregedor e Intendente, ficando igualmente bem manifesto, que pela opposição feita aos arrematantes dos Dizimos da Ilha das Flores e Corvo, se originou maior incendio de odio nos ditos Corregedor e Intendente contra os mesmos dois Deputados oppostos, em beneficio do augmento da Real Fazenda, sendo tudo maquinado por obsequio aos seus intimos amigos contratadores, de quem tambem é parcial o dito Antonio Manoel Sinve Borges.

Esta é, Ex.<sup>mo</sup> Sr. a verdade do caso, e de que eu estou cabalmente informado, e não foi, nem o recrutamento, nem o zello do serviço, nem o beneficio dos individuos que formam aquelle regimento, quem motivou a restricta rezidencia do dito Coronel na Villa da Praia, e porque foi bem conhecido que estes dois membros do Governo, justamente capacitados e persuadidos de que o Deão se havia oppor ao seu odioso intento, deixaram de proposito e caso pensado de communicar-lho, e para que lhe não podesse vir á noticia, deixaram tambem de registal-o, e a seu salvo e sangue frio maquinaram esta trama com que vão causar tantos prejuizos e inquietações a todos os contemplados na Carta Regia.

José de Bettencourt, Pai do dito Vital de Bettencourt já estava livre da culpa que se lhe attribuia e de que lhe fez cargo no dito officio por sentença do Tribunal Superior da Casa da Supplicação de que remetto copia, N.º 1, para que V. Ex.<sup>a</sup> veja a energia dos seus fundamentos, e que para a prolação da dita sentença não necessitou elle de outras provas mais que aquellas mesmas que o seu adversario Antonio Manoel Sinve contra elle produzín nos autos, mas sem embargo

disso,ahi vai outra vez preso, porque S. A. R. assim o manda, e logo que a Fragata se fizer á vella para essa capital executarei sem perda de tempo a ordem do mesmo Senhor, mandando tirar a devassa a que se manda proceder pelo Corregedor desta Commarca.

O Vereador José Theodoro tambem se manda ir; não me consta ter ontra culpa mais, que haver-se opposto, na qualidade de protector dos expostos, á entrega que se mandou fazer ao Intendente de uma prelinha exposta, que com effeito conseguio por portaria do Governo interino, de que elle era membro, tendo a o dito protector destinado para sua Mãe, e avisado da ama que a creava para delle receber o premio da creação; e d'aqui se lhe originou o odio da mesmo Intendente e foi porisso um dos comprehendidos no dito officio nominalmente; bem como o Provedor que foi da Real Fazenda por contendas e conflictos de jurisdições entre elle e o Corregedor, em quanto Juiz da Alfandega, e entre o mesmo Intendente, como V. Ex.<sup>a</sup> ha de ter sido constante.

O Padre Antonio Leal que havia muitos tempos se achava secularizado e só tinha conservado o habito da ordem de N. Senhora do Carmo, em que tinha sido professo não me consta tivesse commettido culpa mais, do que o ser hospede da dito Provedor, que por urbanidade lhe dava um quarto e mesa, e é por isso que se lhe maquinou o exterminio para a Ilha do Faial e Convento em que havia sido religioso, e se elle não estivesse secularizado, o que era bem constante, por ser tratado em antos publicos como se vê no n.º 2, não seria o respectivo prelado tão omisso que tivesse deixado de promover que elle se recolhesse á sua conventualidade.

Vai tambem Francisco Antonio Pereira na conformidade da ordem de S. A. R. sem embargo de haver aqui entrado em livramento ordinario da culpa que lhe rezultou ou por que foi pronunciada na devassa tirada pelo Juiz pela ordenação, por occasião do insulto e attentado contra o Sargento Mór do batalhão.

Tenho manifestado a V. Ex.<sup>a</sup> a principal origem, d'onde rezultou as queixas porque são mandadas embarcar as pessoas que a ordem de S. A. R. me determina, mas note V. Ex.<sup>a</sup> que particulares e odiozas intenções são a causa de tantos prejuizos. A Ilha está em socego até agora, e os habitantes tranqullas, e não são esses que se mandam ir, os que promovem a intriga.

O que eu observo é que depois da minha chegada não apparecem pasquims, e que nem as precauções tomadas pelo governo interino as fizeram cessar, nem eu tive occasião de a esse respeito praticar procedimento algum; pelo que eu devo persuadir-me e estar certo de que o amor e a imparcialidade são e devem ser as bases fundamentaes de um bom governo.—Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> Angra 7 de Maio de 1800:

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. D. Rodrigo de Sousa Continho.

(Não tem assignatura.)

N.º 1

Copia—Sentença.

Accordam em Relação &.<sup>a</sup> Aggravado foi o Aggravante pelo Corregedor da Ilha Terceira na pronuncia em que o obrigou a prisão pela culpa arbitrariamente imputada e attribuida, provendo em seu aggrav, vistos os autos dos quæ se mostra que o Aggravante não sendo Vereador actual, foi contudo convocado pela carta do Escriptão da Camara, copiada a folhas seis para assistir a uma Vereação que se propunha para o dia seguinte, então o Aggravante na reversal que se lhe fez cargo, dirigida ao dito Escriptão, sem preterir os limites da moderação e da decencia nada mais disse, do que o escusassem d'aquella assistencia pelo motivo da suspeição que tinha para concorrer com o Juiz autuante em qualquer funcção de officio, suspeição de nenhum modo pretextada, mas antes existente e verdadeira pois consta pelos documentos, folhas vinte e cinco que o Juiz autuante, por meios extraordinarios e insolitos, tinha maquinado e até conseguido a inhibição do Ministerio de Juiz pela Lei, que em virtude da nomeação da pauta competia ao coronel Vital de Bettencourt de Vasconcellos e Lemos, filho do Aggravante, nem as expressões de que usou, de serem illegitimos os procedimentos, com que se havia suprido o Judicial e Civil do logar de Juiz pela Lei, podem considerar-se offensivas do Juiz autuante, pois dellas costumam servir-se as partes, quando se suppoem offendidas nos seus Direitos, e menos induzir desobediencia que fosse susceptivel de procedimento Criminal: portanto e o mais dos autos, revogando o dito corregedor o seu despacho, haja por inepta a pronuncia e mande soltar o Aggravante. Lisboa &.

N.º 2

Vicente Ferreira de Vasconcellos, presbytero secular do habito de S. Pedro, Notario Apostolico por S. Santidade ubique dos approvados na forma do Sagrado Concilio Tridentino &.

Certifico que em meu poder e escriptorio se acham uns autos de indulto Apostolico e outras graças mesmo apostolicas, para effeito de transição ao habito secular de S. Pedro, em que é impetrante o Reverendo Frei Antonio Leal Marques, Religioso carmelita e apresentado ao Ex.<sup>mo</sup> e Reverendissimo Senhor Bispo D. Frei José da Ave Maria Leite Costa e Silva, hoje falecido em dez de novembro de mil sete centos noventa e quatro e no mesmo dia autuado tudo e por virtude della se processaram autos das diligencias necessarias que determinou o Santo Padre Pio Sexto de Gloriosa memoria e Senhor Nuncio destes Reinos e Senhores de Portugal, com os regios beneplacitos de Sua Magestade Fidelissima que Deus Guarde para a sua execução, e sendo findo o dito processo teve o mesmo Rev.<sup>do</sup> Religioso sentença da justificação das suas premissas e clausulas na forma dos mesmos Indultos e o

houve o mesmo Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Bispo por dispensado para poder transitar daquelle habito ao de secular de S. Pedro, por força da dita sentença de secularização proferida em vinte e cinco de Agosto do dito anno pelo mesmo Ex.<sup>mo</sup> Senhor, de que passei Carta de sentença na forma do estilo deste Juizo apostolico, que entreguei ao mesmo em vinte e seis de Agosto do dito anno, e por me ser pedida a presente a passei ex-officio nesta cidade de Angra aos quatro de Maio de mil e oito centos. Sobredito Vicente Ferreira de Vasconcellos. Notario apostolico fiz escrever, assignei e de meu publico (*signal*) corroborei: leva a entrelinha que diz=uns autos=o que fiz por verdade, sobre-dito o declarei. O Padre *Vicente Ferreira de Vasconcellos*.

Logar do sello entre a inscripção=In verita + tis signum.

### Carta do Conde d'Almada; de 14 de maio de 1800.

III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.=Recordando-me sempre da palavra que V. Ex.<sup>a</sup> me deu de proteger me, eu lanço mão della em beneficio dos que por ordem de S. A. R. são mandados ir nesta Fragata uns presos e outros soltos, V. Ex.<sup>a</sup> ha-de valer lhes e a todos desta Ilha.

O Corregedor desta Commarca unido com o Intendente da Marinha motivaram ambos as desordens de que V. Ex.<sup>a</sup> vai a ser sciente, teve este corregedor a astucia de fazer ir preso um dos Chefes das principaes familias desta Ilha José de Bettencourt, por uma resposta que deu ao Escrivão da Camara, pela qual foi pronunciado e preso, cuja pronuncia foi julgada inepta pela Relação; tambem entre outros que são mandados ir, é o meu secretario, Gregorio Raymundo Vidal, Vital de Bettencourt, filho do dito José de Bettencourt, e o Provedor que foi da Fazenda, Estevão Machado, sendo todos victimas da intriga deste Corregedor. Todos os que vão me persuado que, logo que forem ouvidos, moverão o coração de S. A. R. e tambem o de V. Ex.<sup>a</sup> e farão com que se castiguem os seus calumniadores. O meu Secretario, espero que V. Ex.<sup>a</sup> o attenda, e elle fará ver a V. Ex.<sup>a</sup> quanto esta terra se tem inquietado com este Ministro.

A residencia do dito Provedor V. Ex.<sup>a</sup> verá que é uma prova do seu bom caracter e merecimento, e vai este homem na maior amargura, V. Ex.<sup>a</sup> ha de attendel-o para que venha occupar o logar de Corregedor, e não sendo este peço a V. Ex.<sup>a</sup> outro de igual merecimento, que venha logo na primeira occasião, predicamentando o S. A. R. Esta terra necessita um Ministro prudente como elle não é. Das contas que dou pela Secretaria dos Negocios da Marinha cujas (*sic*) tambem remetto a V. Ex.<sup>a</sup> sobre os factos acontecidos com o Intendente (\*) e Corregedor (\*\*) ficará V. Ex.<sup>a</sup> na certeza do caracter deste

(\*) Manoel do Nascimento Costa.

(\*\*) José Accursio das Neves.



Ministro, e a razão que tenho para supplicar a V. Ex.<sup>a</sup> queira concorrer para o socego e tranquillidade do meu espirito.

Pelas ordens que V. Ex.<sup>a</sup> me envia de 8 de fevereiro e 2 de março, de que fico certo, se mostra haver-se estranhado o achar-se nos cofres dinheiro falso; tambem Ex.<sup>mo</sup> Sr. en o estranhei, e querendo vir no conhecimento de tal acontecimento, entrei por mim mesmo a ver e estudar o character de cada um dos clavicularios e do Escriptão da Fazenda João Cabral, para buscar do mais christão e de mais sã consciencia as primeiras e mais seguras ideas sobre tão importante investigação, e achando que o Provedor da Fazenda gozava de credito universal de probidade, e que toda a gente dizia = que se este homem não fosse, estariam as Ilhas absolutamente perdidas, e sabendo mais por um documento que vai junto por copia ao termo que se lavrou e se remette a V. Ex.<sup>a</sup> por officio da Junta, o qual documento elle leu naquelle Tribunal, na minha presença, para mostrar que o seu proceder fora sempre opposto ao de todos os outros sobre a arrecadação da Fazenda, no qual documento faz ver que elle fora sempre um exacto observador das Leys da Administração, sendo só o que fomentava o regulamento da entrada e augmento dos rendimentos, achando sempre opposição, e sabendo por muitas pessoas de probidade que este Provedor começoa a ser mal visto e intrigado dos Deputados da antiga Junta, mais do que estava desde o momento em que elle se oppoz á arrematação dos dizimos destas Ilhas, pois que assim se cumpriam as Reaes ordens de 6 de Maio de 1799, sendo o Corregedor voto contrario á testa dos mais, o que tudo não deixara de ser constante no Conselho da Fazenda: em consequencia de tantas provas julguei, Ex.<sup>mo</sup> Sr., que era elle a quem en devia onvir e de quem me devia informar, muito maiormente por elle haver dito na Junta que ignorava o como alli se achava tanto dinheiro falso. Delle me certifiquei dos factos seguintes que eu já sabia. Que o dito Corregedor sempre viveu e vive com muita intimidade com o Feitor da Fazenda e com o Escriptão que foi João Cabral, e com as mais pessoas que arrematavam os contratos, chegando o mesmo Feitor a acceitar o ramo em presença de todos os Deputados e com escandalo dos lançadores para sua irmã D. Anna Custodia, da renda das imposições da Villa da Praia, e seu irmão Antonio da Silva Ramos para si e sua irmã dita D. Anna Custodia os contratos dos Dizimos e Minças desta cidade e da Villa da Praia, por mais de sessenta mil cruzados, sem que de nenhum destes contratos se prestassem as necessarias fianças, sendo o dito Feitor, Fiador de alguns rendeiros, a quem se arremataram outros contratos, e porque na arrematação deste ultimo triennio o dito Provedor e Vital de Bettencourt, Juiz Vereador, vendo que outros lançadores, da amizade do dito Corregedor, queriam arrematar os dizimos das Flores, com um abatimento extraordinario, e sem quererem admittir mais lançadores, cuja cabeça, para se arrematarem, eram o Corregedor e In-

tendente, foi tal o odio concebido contra os dois, que impugnaram esta arrematação, em beneficio da Real Fazenda, que chegou ao excesso de affectadamente os arguirem, pondo na presença de S. A. R. as queixas porque agora são chamados. Dos desarranjos das contas do Escrivão da Fazenda João Cabral, que tanto defende o mesmo Corregedor, colligirá V. Ex.<sup>a</sup> os culpados.

Para devassar, Ex.<sup>mo</sup> Sr., não tenho Ministro, porque o Corregedor foi claviculario, o Procurador da Fazenda não veio neste comboio, e por tanto não posso deliberar-me; quanto mais que para esta devassa precisa se Ministro que saiba do antecedente estado das cousas.

Pela ordem que V. Ex.<sup>a</sup> mandou á Junta em 11 de fevereiro do presente anno, manda V. Ex.<sup>a</sup> remetter 19:520\$940 dos preços por que foram rematados alguns dos bens que foram dos ex jezuitas e capellas vagas, todos da Ilha de S. Miguel, os termos que se acham lavrados, nem todos tem as assignaturas dos arrematantes, ou seus procuradores, e menos se declarou nelles o tempo em que ficavam obrigados ás entregas no Real Erario, pelo que agora se cuida em suprir esta falta, para depois se expedirem as ordens, declarando o tempo em que devem satisfazer; todos os termos são assignados pelo Corregedor e Intendente da Marinha, e nenhum destes pelo Provedor da Fazenda.

A afflicção em que fica a nobreza desta Ilha pede prompta consolação, esta é a que eu suplico a V. Ex.<sup>a</sup>, e não consiste em mais do que em restituir estes homens com honra, castigar os verdadeiros delinquentes, e dar-lhes um Corregedor prudente, e que seja quem venha devassar dos factos succedidos, que o Corregedor e o Intendente poz na presença de S. A. R. e não ser o mesmo Corregedor que tire a Devassa, como me é ordenado, pois neste caso fica sendo Juiz e parte. Isto assim feito em protesto pela felicidade desta Ilha e contentamento dos seus habitantes.

Rogo a V. Ex.<sup>a</sup> de por mim beijar a Mão de Sua Alteza Real, segurando ao Mesmo Senhor os mais fieis votos da minha fiel vassalagem.

A pessoa de V. Ex.<sup>a</sup> Guarde Deos muitos annos, como desejo.  
Agra 14 de Maio de 1800.

De V. Ex.<sup>a</sup> (a)

O mais fiel am.<sup>o</sup> e Captivo muito  
obrigado.

*Conde de Almada.*

*(Todos os documentos desde pag. 241 até aqui são extrahidos do Arch. nac. da T. do T., Pap. do Min.<sup>o</sup> do Reino, maç. 613 e 614.)*

---

(a) Deve ser dirigida ao Marquez Mordomo Mór.

# MEMORIA HISTORICA

SOBRE

## A MOEDA NOS AÇORES

POR

*Bernardino José de Senna Freitas*

1870

«Inedita»

São as moedas uns documentos, com que  
... se auctorisam as historias, porque, por el-  
las se entra no conhecimento da grandeza e  
poder dos soberanos...

*D. Antonio C. de Souza.*

### I

O numerario é o principal agente da circulação: é a este instrumento que devemos em grande parte nossas riquezas e civilização.

*Inst. de Econ. Polit.*

Descobertas as ilhas da Madeira e dos Açores, ordenaram os reis D. Duarte e D. Affonso 5.<sup>o</sup> que n'ellas corresse o dinheiro reinicola; sendo assim expressamente determinado na doação da ilha da Madeira, feita pelo primeiro, (1) e da do Corvo feita pelo segundo; (2) devendo presumir-se, que o mesmo fôra disposto nas doações das outras ilhas, sem que alguma permittisse que fosse cunhado pelos altos donatarios, ou introduzido de paizes estrangeiros. (3)

Apesar disto, começara a correr no archipelago Açoriano a moe

(1) Carta de 26 de setembro de 1433.—*Prov. da Hist. Geneal.* Tom. 1, N.<sup>o</sup> 23 L.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup>, pag. 442.

(2) Carta de 20 de janeiro de 1453.—*Prov. da Hist. Geneal.* Tom. 3, N.<sup>o</sup> 26.

(3) Os governos reservam para si o direito exclusivo de cunhar moeda, em ordem a prevenir os abusos, que os individuos poderiam fazer nascer d'esta manufactura não fazendo a moeda com a mesma fiura e pèzo, que o cunho indica.

da *hispanhola*, e muito pouca da do reino; chegando aquella a obter um valor superior ao intrinseco.

Investiguemos a causal d'esta apreciação.

Havia ordenado el-rei D. Affonso 5.º, que a *moeda estrangeira* girasse em Portugal pelo seu valor intrinseco, derogando n'esta parte a Ord., que permittia que as moedas denominadas *Henriques* de Hispanha, corresseem com valor certo. (1)

E isto que geralmente se ficou observando, foi subseqüentemente roborado por Elrei D. João 3.º quanto ás outras qualidades de moeda, que n'essa epocha se tinham introduzido em Portugal. (2)

Assim que, tinham curso legal, afora as moedas reinicolas, segundo a Ord. velha, outras moedas não nacionaes, pelo peso e bondade de ouro. (3)

N'esta observancia se proseguio até ao anno de 1578, em que el-rei D. Sebastião para alcançar maior quantidade de numerario, quando emprehendeu a sua ulterior e infausta expedição permittio que tivesse curso em Portugal os *reales de Castella*, declarando-lhes, poreim, valor certo e vantajoso, a fim de facilitar a sua introducção. (4)

## II

Receiosos os povos de que lhes adviesse alguma ruina, e até mesmo por impulsos de sentimento de nacionalidade, com a emissão de moeda estrangeira, e nomeadamente a *hispanhola* em grande copia, quando Filippe 2.º invadira Portugal, entre outros capitulos, que lhe foram propostos, *e elle jurou* nas cortes reunidas em Thomar no anno de 1584, se incluio,—o de que *unicamente a moeda portugueza correria* n'aquelle reino. (5)

Já que o poder da força conculcára a força do direito, não os deixando um rei nacional, comprazião-se, ao menos, de que o seu poder lhes fosse conservado moralmente correndo em suas terras tão somente as moedas de cunho portuguez, sem mistura das estrangeiras porque aquella era representativa da nossa antiga nacionalidade, liberdade e independencia.

Os nossos antepassados forão tão presadores e ciosos da sua na-

(1) Esta lei se acha compillada no L.º vermelho N.º 13 que vem impresso no Tom. 3.º dos *Ineditos* pag. 439.

(2) *Collecção* de Duarte Nunes de Leão—Part. 4, Tit. 11.

(3) Manoel Severim—*Noticias de Portugal*.

(4) Duarte Nunes de Leão,—Part. 5, Tit. 8. Segundo disse Sr. Manoel dos Santos, este mesmo rei quando foi devotivamente a *Guadalupe* mandou lavar moeda do valer de 40:000, e 30:000—*Hist. Sebastica*.

(5) *Port. Rest.* Part. 1. liv. 1. Este *capitulo*, a que alludimos era o 8.º.

cionalidade, que nas côrtes convocadas por occasião do casamento de el-rei de Castella, D. João 1.º, com a nossa infanta, D. Brites, filha de el-rei D. Fernando, pediram e conseguiram os nossos deputados, que nas clausulas sponsalicias se declarasse, — que vindo a Portugal a servir com aquella, os reis que n'elle succedessem *fariam escrever todas as cousas do governo publico na lingua portugueza*.

E o mesmo alcançaram os nossos deputados nas cortes, em que el-rei D. Manoel fez jurar o principe D. Miguel, seu filho, por successor de Portugal.

No regimento, que el-rei D. Manoel no anno de 1499 (1) deixára para se governar o reino, depois que o principe seu filho herdasse a corôa de Castella, e succedesse n'aquelles reinos, ordenava, — que a principal cousa era, que o principe e seus successores governassem as cousas d'estes reinos por pessoas *naturaes d'elles, e não por estrangeiros* que não sabiam os costumes da terra, nem se podiam tambem conformar com os outros naturaes d'elles; — que todos os empregos se conferissem a portuguezes: — que se tivesse de pôr em Portugal lugar-tenente, ou vice-rei, ou governador, *só fosse natural d'este reino*; em maneira que nem no reino, nem nas comarcas, nem nas villas, se não mettesse na governança outra pessoa alguma senão portuguez: — que quando o principe ou seus herdeiros entrassem de Castella ou de Aragão, os officiaes de justiça hispanhoes largariam as varas, e as tomariam os portuguezes: — que em quanto seu filho e herdeiros estivessem em Hispanha, sempre trariam a seu lado desembargadores portuguezes, e escrivão de puridade, e algum vedor da fazenda, para com elles despachar todos os negocios que tocassem ao reino de Portugal: — que todos os diplomas, escripturas, doações, privilegios e sentenças *tudo se fizesse em lingua Portugueza*.»

Mas o astuto castelhano, como soberano estrangeiro, intruso e perjuro, zombando da nação portugueza, antepondo os interesses commerciaes de Hespanha aos deveres de cumprir os solemnes juramentos dados aos representantes de Portugal reunidos em cortes; observando Filippe 2.º que as suas frotas da India e d'America faziam na ida escala pela ilha da Madeira, e na vinda pelo archipelago dos Açores, ordenou pelo seu alvará de 25 de novembro de 1582, que os reales de prata corressem nas ilhas da Madeira e Porto Santo; e poucos dias, por outro alvará de 12 de dezembro do mesmo anno, tornou extensiva esta disposição a todas as ilhas dos Açores; (2) sem previamente ouvir as camaras das referidas ilhas sobre a conveniencia da adoção d'esta medida, a qual geralmente se observou entre aquelles po-

(1) No Tom. 2.º, pag. 398 das *Provas da História Genealogica* por D. Antonio Cactano de Sousa.

(2) Idem, Tom. 4.º, pag. 338.

vos insulares, sem alteração, durante os calamitosos doze lustros, que estivemos sob o dominio hespanhol. (1)

### III

O inafortunado filbo do inclito infante D. Luiz, aclamado rei de Portugal por uma grande parte da nação, exercendo por este motivo todos os poderes magestáticos, mandou cunhar moeda, tanto em Lisboa como na ilha Terceira. (2)

A necessidade, que tivera D. Antonio, Prior do Crato de manter a sua tropa, tanto a nacional como a estrangeira, que tinha na ilha Terceira, em defeza dos seus direitos, a grande despeza com o augmento das fortificações d'aquella ilha, em que chegara a assestar trezentas peças de diversos calibres; tendo de fazer outras não pequenas no grande numero de funcionarios, que mantinham nas repartições e tribunaes que ali estabelecera, tudo isto lhe absorvia o pouco numerario que na referida ilha girava proveniente dos rendimentos publicos, os quaes iam em diminuição, em consequencia da estagnação do seu commercio.

Para prover de remedio sobre este particular, D. Antonio por seu alvará do primeiro d'abril de 1582 estabeleceu na cidade d'Angra, ilha Terceira uma casa de moeda, e n'ella mandou cunhar moedas de prata e cobre, provinciaes batendo-se umas novas, e contra-cunhando-se outras com augmento de valor.

Dizia o Prior do Crato, que desejando elle não vexar os povos, e subditos; e buscando alguns modos e meios com que os moradores da sua munito nobre e sempre leal cidade d'Angra, e os das mais ilhas dos Açores se valessem n'aquella presente necessidade, e bem pudessem acudir às da guerra, sem vexação sua, lhe parecia que devia mandar receber toda a moeda de cobre, que nas ditas ilhas corresse, e mandal-a cunhar com um cunho e divisa de regente, e reduzil-a ao preço antigo; recommendando outro-sim aos moradores d'aquellas ilhas, que da publicação d'este alvará a oito dias seguintes não usassem mais

(1) *Synopsis Chronol.* — Tom. 2 pag. 218 e 220. Os portuguezes sujeitaram-se debaixo da condição expressa dos reis de Hespanha respeitarem as leis e costumes do reino ajustando os Tres Estados, reunidos em côrtes, que se faltassem a estas condições, ficavam os Portuguezes desobrigados da obediencia. E de feito faltaram a quasi todas. (*Port. Rest.* Part. 1.ª liv. 1).

(2) Os portuguezes, diz Mr. Ferdinand Deniz, não puderam por muito tempo esquecer que D. Antonio representava o infante D. Luiz, em quem outr'ora se haviam fundado tantas esperanças.

Na situação do fundador da casa d'Aviz, olhando sob um ponto de vista politico, não lhe faltou a afeição dos povos. (*Port. Pitt.* Tom. 2).

da dita moeda sem ser cunhada com uma cruz (1), que eram as armas, da referida cidade, a qual levariam á sobredita casa da moeda a officiaes, que para isso mandaria deputar, onde lhes seria paga no preço que corria; e depois de cunhada pela maneira referida, os *patacões* valeriam 10 rs.; e as moedas de *real e meio* a 5 rs., e as de *real* a 3 rs., e as de *meios reaes* a *real* que era o preço porque corriam antigamente. (2)

No pateo do antigo hospital da cidade d'Angra, foi estabelecida a casa da moeda, (3) servindo de mestre um habil ourives; nomearam outros officiaes peritos, bem como um Juiz e escrivão.

Alli bateram moeda douro, prata e cobre;—cunharam-se moedas de prata com o valor representativo de cruzado, tostão, meio tostão e vintem. Dobrou-se depois o seu valor contracennhado o cruzado em oito tostões, o tostão em dois tostões; igualmente se lavraram moedas de cinco tostões, e de dez tostões, que ficaram valendo, as primeiras dez tostões, e as segundas dois mil reis, finalmente tambem se cunharam moedas de cobre de quatro e de dois vintens; assim como os patacões, que passaram a valor de dez reis, as moedas de real e meio a cinco reis, e as de real a tres reis. (4)

Estas medalhas tinham no seu anverso por distinctivo um açor junto d'uma cruz da ordem de Christo, com a legenda de D. Antonio como rei de Portugal e dos Algarves; a cruz de Christo por ser o emblema do escudo das armas da cidade da ilha Terceira; o açor por ser

(1) Fôra a cruz da ordem de Christo as originarias, armas da cidade d'Angra, por espaço de seculos, porem depois que estiveram os emigrados, e se estabelecera o novo regimen, pelo espirito enovador da epoca foi aquelle escudo substituido por outro sem a cruz tendo em lugar della tres braços empunhando espadas.

(2) *Hist. Ins.* c. 27, liv. 6. §. 304—*Annaes da Terceira*, cap. 7, pag. 263, an. de 1582, e pag. 684.

(3) *Annaes da ilha Terceira* por Drummond.

Não devemos deixar passar desaperecebida uma inexactidão, que deparamos na *Typographia Historica da ilha Terceira*, quando trata d'esta casa de moeda.

Na Part. 2.<sup>a</sup> a pag. 133 diz que — «havendo pouco dinheiro, e sendo necessario muito para o soldo dos militares, e gastos das fortificações inventou D. Antonio, Prior do Crato, casa da moeda, e a collocou no lugar do hospital da Boa Nova.» — Este hospital ainda não existia n'aquella epoca nem casa alguma havia n'aquella localidade. O hospital começara a construir-se entre os annos de 1766 a 1767, sob a direcção e por determinação, do primeiro governador e capitão general, que tivera a ilha Terceira, D. Antão d'Almada; alim de serem ali curados os militares que presidiavam o castello, os quaes até então foram tratados no hospital da Misericórdia da cidade d'Angra. Em mais remota epoca apenas existia a ermida de N.ª S.ª da Boa Nova, que sendo augmentada depois, ficou anexa ao hospital, como ainda presentemente se acha, passando a sua festa a ser feita a expensas do governo, durante o antigo regimen, e actualmente por devotos. (L.ª 1.ª, dos Capitães Generaes, f. 5 e seg.)

(4) Prohibio Filipe 2.º o curso d'estas moedas, por alvará de 4 de fevereiro de 1582.

o emblema d'estas illas, denominadas dos Açores, pelas muitas aves d'este nome que os descobridores d'este archipelago encontraram n'estas illas.

Na época do estabelecimento da referida casa da moeda, época de provações do mais acrisolado patriotismo, em que a ilha Terceira fôra theatro de tanta lealdade pela causa nacional, de tanta heroicidade pela liberdade e independencia da nação portugueza, preferindo a pobreza á traição, a morte á deshonra, os grilhões d'ouro das principaes familias terceirenses, as arrecadas e firmas de suas esposas, os braceletes e aneis de suas filhas, as baixelas de prata dos abastados, as preciosas joias dos opulentos, tudo fôra offerecido a D. Antonio como seu rei natural, por estes portuguezes fieis, para o cunho da nova moeda que seria não só representativa d'um valor monetario, mas bem mais dos sacrificios e lealdade d'um povo que isolado no meio do atlantico, em um penedo semi engolido pelo oceano sabia sustentar as gloriosas tradições dos seus progenitores.

Baldada fora tanta dedicação, porque a D. Antonio faltara uma pena como a do Padre João das Regras, e uma espada como a do condestavel D. Nuno Alvares Pereira.

## IV

Restaurados os foros da nossa independencia e liberdade, pela feliz e jubilosa aclamação d'el rei D. João 4.<sup>o</sup>, proenron elle supprir as urgencias da nação, exhausta de recursos pelas exigencias e tributos, com que o governo dos Philippes a empobrecera, ordenando que a moeda nacional, fosse d'ouro ou de prata, tivesse maior valor declarando entre as de prata, que as de 320 subissem a 480 rs., os meios tostões a 60 rs., as de 80 a rs. a 100 rs., e os 40 a 50 rs.

E porque quando levantou o preço do marco de prata senão pôde recolher todo o dinheiro, que então corria, e trocal-o por moedas novas mandou contra cunhar-as com o algarismo do novo valor, esculpindo no tostão 120 rs., nos quatro vintens 100 rs., no meio tostão 60 rs., e nos reaes singelos, que chamaram de dois vintens, 50 rs. (1)

Para este fim abriram-se casas de moeda em differentes pontos do reino, em utilidade dos povos. (2)

Foram exceptuadas as patacas e meias patacas, vintens e dez reis de prata: e dava se de mais ao dono dois por cento: mandando-se des-

(1) Lei do 1.<sup>o</sup> e Prov. Reg. de 19 de julho de 1641. Revogado pela lei de 3 de fevereiro de 1642, que mandou contra-cunhar, e Prov. de 21 d'abril de 1644.

(2) Cunharam-se moedas em Traucoso, Castello Branco, Coimbra, Evora, Thomar, Beja, Braga e Tavira, sob a inspecção das camaras e juizes de fora e provedores na conformidade do alvará e reg. do 1.<sup>o</sup> de fevereiro de 1642, § 7.<sup>o</sup>



fazer toda a moeda á excepção dos reales castelhanos de 8 e 4 para se fundirem de novo. (1)

Ao passo que elrei d'est'arte acudia ás urgencias da causa publica, deixou á escolha das côrtes os meios proporcionados para a defeza do paiz, e offereceu para as despesas da guerra, e as maiores necessidades do thesouro publico, todo quanto dinheiro lhe sobejasse d'uma pequena porção dos seus rendimentos da casa de Bragança, que exceptuara para mantença da sua real familia, offerecendo igualmente todas as suas joias e prata lavrada: tendo primeiro que tudo levantado os tributos, com que Castella opprimira o nosso Portugal.

A cujo proposito disse o nosso Sá de Miranda:

«Elles bebem, homem sua;  
Doe-lhes pouco a dor alheia,  
Querem que nos dêa a sua.»

E o nosso sentencioso Bernardes assim dizia:

«Não se nega que aos príncipes são devidos alguns tributos; porém, tanto que o pedir passa a espremer, já o que se tira é meio sangue; e até um pucaro d'agua pareceu a um bom rei sangue, porque custára snor e perigo dos que lh'a trouxeram. (2)

Não se olvidando dos seus fieis subditos açorianos, um soberano tão solícito e zeloso como sempre fôra elrei D. João 4.<sup>o</sup> fez elle partir para a ilha Terceira o seu benemerito general, Antonio de Saldanha, com poderes descriptonarios a fim de assumir o governo supremo de aquelle archipelago, e prover sobre todos os negocios attinentes áquellas ilhas, levando ordem de fazer pôr em execução n'estas ilhas a lei de 3 de fevereiro de 1642 sobre o cunho da nova moeda; e contemporaneamente escrevêra el-rei á camara da cidade d'Angra a seguinte carta que passamos a transcrever, por ser dos nossos historiadores documento pouco conhecido.

«Juizes, vereadores, e procuradores da cidade de Angra da ilha Terceira: Eu elrei vos envio muito saudar: Em cumprimento do que vos mandei escrever enviei em principios d'estê anno a Tristão de Mendonça Furtado, do meu conselho, por meu capitão general de mar e terra, a essas ilhas com treze navios, a concluir a empresa da restauração da fortaleza de S. Philippe; e por os tempos serem contrarios arribaram os mais d'elles a este porto, e outros derrotaram; e Tristão de Mendonça se afogou desgraçadamente; pelo que resolvi enviar á mesma empresa e com o mesmo cargo, Antonio de Saldanha, do meu conselho e do de guerra, que leva em sette caravelas a mais gente que pôde ser, de que vos quiz avisar, para teres entendido. Praza a

(1) Alvará de 8 de junho de 1642. — *Port. Rest.* Part. 1.<sup>a</sup>, liv. 3.<sup>a</sup> — *Not. de Port.* por Manoel Severim, Dix. 4. §. 34.

(2) Padre Manoel Bernardes—*Nova Floresta*.

Deus o leval-o a salvamento; e que a facção se consiga com prospero successo para que os moradores d'essa cidade descansem dos trabalhos da guerra tão dilatada: E podeis estar certos que o bem que n'ella tendes procedido folgarei de vos fazer mercê, e a essa cidade em tudo que se offereça e houver logar. Escripta em Lisboa a 10 de março de 1642—Rey.—(1)

Quando elrei endereçava estas expressões aos povos da Ilha Terceira, e lhes enviava tropa e um habil e denodado general, afim de fazer com que os castelhanos, encerrados no castello, depozessem as armas e se entregassem, já o referido castello estava descercado, tendo capitulado as tropas hespanholas no dia 4 do sobredito mez de março do mesmo anno (2)

Poucos dias depois da entrega do castello, chegou á ilha Terceira o general Antonio de Saldanha com um regimento de infantaria, munições de guerra e grossa artilheria, sendo recebido com a maior solemnidade.

Foi encontrar os habitantes da cidade d'Angra divididos em parcialidades occasionando as dissensões da ambição do governo.

Conciliou os animos; fez acabar a origem d'essas divisões, em poucos dias organisou um regimento; estabeleceram a casa da moeda para o novo cunho, passando as moedas d'ouro que valiam quatro cruzados, a valer 3\$000; as patacas que passavam a 320 rs. a 480; os tostões a 120; a tres vintens os meios tostões; e posteriormente se contracunharam as patacas de 480 rs. a 600 rs. e as moedas de 240 rs. a 300 rs. (3)

O general Antonio de Saldanha poucos dias decorridos depois da sua chegada á cidade d'Angra enviou um navio á ilha de S. Miguel, com ordens ao conde de Villa Franca, governador e donatario n'esta ilha, afim de que alli fizesse pôr em execução sobre o cunho da moeda o que determinava a novissima lei, á semellhando que na ilha Terceira já se estava praticando.

Em virtude d'estas determinações, o Conde de Villa Franca fez reunir a camara da cidade de Ponta Delgada, e estando presente o desembargador Manoel Figueira Delgado, corregedor da comarca, e o doutor juiz de fóra Luiz Gonçalves Pinheiro, ali foi apresentada e lida a ordem, que o capitão general d'estas ilhas, Antonio de Saldanha a elle conde de Villa Franca, D. Francisco da Camara, havia dirigido; e porque estava a embarcar para Lisboa, e não podia dár execução áquellas ordens; que havia mister a camara tomasse um accordo sobre este momentoso assumpto. Em seguimento deliberou-se: que o supra-

(1) Archivo antigo da Camara da Cidade d'Angra, L.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> f. 296 v.<sup>o</sup>.

(2) No L.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> f. 280 do archivo antigo da Camara d'Angra se acham tombados os diversos artigos d'esta capitulação.

(3) Conde da Ericeira — *Port. Rest.* Part. 1.<sup>o</sup> liv. 3.<sup>o</sup> pag. 143 — *Annaes da ilha Terceira* — *Phenix Angreuse* — *ms.*

citado desembargador corresse com este negocio, estabelecendo uma casa de moeda na cidade, e outra na Villa da Ribeira Grande, para maior commodidade dos povos que fossem ao cunho da moeda: ficando o dito juiz de fora inspecionando exclusivamente sobre o cunho da moeda na cidade, segundo o regulamento estabelecido para a execução da lei; e se tomaram outras providencias. (1)

O autor usa da mesma expressão viciosa que se encontra nos documentos citados, de «casa da moeda» e «cunho da moeda», pois na realidade não se tratou de cunhar, mas simplesmente de carimbar a moeda corrente, para correr com valor diverso e superior.

E. DO CANTO.

## V

Empunhando o sceptro elrei D. Affonso 6.º, vio succederem as victorias umas apòz outras, e o grande exercito hespanhol, commandado por D. João d'Anstria é afinal desbaratado por D. Sancho Manoel conde de Villa Flôr.

Recresciam, porem, as despezas da nação porque redobravam os esforços; lidava-se para dar a paz aos povos, e curava-se dos meios d'equilibrar a receita do thesouro publico, sem aggravar os povos, e sem desnudar os templos das suas preciosas alfaías, nem as sagradas imagens dos seus adereços.

Julgando os do conselho d'elrei, que da moeda conviria tirar alguma utilidade para acudir ás urgencias da lucta, em que os verdadeiros e leaes portuguezes estavam empenhados, ordenou elrei D. Affonso 6.º, que se lavrassem moedas de novo cunho, augmentando-lhe vinte e cinco por cento sobre o seu valor, marcando-se as moedas de 400 rs. em 500 rs., as de 200 rs. em 250 rs., as de 100 rs. em 120 rs., as de 80 rs. em 100 rs., e as de 40 rs. em 50 rs. (2)

N'esta conformidade assim se lavrara moeda nas casas de cunho estabelecidas na ilha Terceira e na de S. Miguel, dando-se novo cunho tanto na moeda nacional como na hespanhola, que corria naquellas ilhas, e que ali se considerava como moeda corrente: foram ordens regias á Camara da Cidade de Ponta Delgada para que nomeasse escriptão para casa da moeda, que se mandava carimbar, e que de thezoureiro servisse o feitor da real fazenda. (3)

Por um bando mandou publicar o governador da ilha de S. Miguel, Manoel de Sequeira Perdigão, as soberanas determinações acer-

(1) Archivo antigo da cidade de Ponta Delgada, L.º de accordãos do anno de 1641 e 1644, f. 102 v.

(2) Alvará de 22 de marco de 1663. — M. Severim — *Not. de Port.* Disc. 4.º.

(3) Carta regia de 9 de fevreiro de 1664. — Arch. ant. da camara, L.º 2.º, f. 32 v.º.

ca do cunho da moeda, por lhe constar que o dinheiro que entrava n'aquella ilha, ido das ilhas *Canarias* se distribuia sem ir ao cunho; pelo que ordenava, que logo depois de qualquer navio dar entrada no porto d'aquella cidade, levassem o dinheiro n'elle vindo á casa da moeda para ser trocado, ou contracunhado; recebendo a real fazenda a parte que lhe devia pertencer; cominando aos infractores a devida pena de perdimento. (1)

As moedinhas hispanholas subiram a 75 rs. os tostões a 150 rs., e as pezetas de 200 rs. a 300 rs. (2)

Igualmente para utilidade publica el-rei D. Pedro 2.<sup>o</sup> mandara cunhar moeda de novo cunho e valor; ordenando que a dos reinados precedentes tivesse preço mais alto, e que as estrangeiras só fossem acceitas a pezo; desejando desta maneira dar remedio aos damnos, que resultaram da redução das moedas de prata cerceadas, e das d'ouro das fabricas antigas que havia mandado correr a peso, em quanto se não reduziam; e por esta nova disposição foi servido resolver, que a moeda se levantasse vinte por cento mais do valor porque corria, e dando toda esta maioria, em conveniencia e utilidade dos povos.

As moedas d'ouro das fabricas novas de 4:000, ficaram correndo a 4:800, as meias moedas de 2:000, a 2:400, os quartos de 1:000 a 1:200.

Das moedas d'ouro das fabricas antigas, que corriam a peso, passou a correr a outava a 1:500, a onça a 12:000, o marco a 96:000 e o grão a 20 rs.; e correspondendo nas moedas d'ouro da fabrica nova a outava a 1:600, a respeito de maior extrinseco, com que sahia da casa da moeda se não dava mais valor que o intrinseco de 1:500 por outava nas moedas das fabricas antigas, que se mandavam correr a peso, porque como precisamente tinham de ser reduzidas, viriam a perder as partes na redução toda a maioria que lhes desse, porque essa mesma se lhes diminuiria na senhoriagem e braçagem do seu valor. As moedas de 500 rs. passaram a correr a 600 rs., as de 250 rs. a 300 rs., as de cruzado a 480 rs., as de dois tostões a 240 rs., os tostões a 120 rs., os quatro vintens a 100 rs., os meios tostões a 60 rs., os dois vintens a 50 rs. e os vintens pelo mesmo que corriam.

(1) Arch. ant. da camara de Ponta Delgada, L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup>, f. 85 v.

(2) Um facto tivera lugar, no tempo de elrei D. João 4.<sup>o</sup> com o conde de Villa Franca, D. Rodrigo da Camara, pae do conde do mesmo titulo D. Francisco, de quem aqui fallamos, mui digno de ser rememorado, e por isso na presente nota o referimos. Conta-se que o conde de Villa Franca D. Rodrigo da Camara depois de haver proclamado na ilha de S. Miguel a elrei D. João 4.<sup>o</sup> se dirigira a Lisboa: então, arrojando aos pés d'elrei uma cadeia d'ouro, que elle tinha do rei intruso, de Philippe de Hespanha:

«Senhor, elle lhe dissera, eu não quero de hoje ávante apresentar alguma distincção honorifica, não a havendo merecido, prodigalizando em serviço vosso a minha vida.»

Factos Memoraveis da *Hist. Port.*—por L. A. e A. M.—1826.

E por se evitarem os embaraços, que resultariam ao commercio, por não correrem n'este reino patacas de menos peso que de sete outavas, foi permittido que corresse[m] todas as patacas, meias patacas, reales dobrados e singellos de qualquer fabrica que fossem a respeito de 100 rs. a outava ficando nas suas quantidades como moeda corrente.

O ouro ficou igual com a prata proporcionando-se o valor intrinseco dos onze dinheiros de prata, aos vinte e dois quilates de ouro, ficando a pagar-se na casa da moeda de Lisboa e na da cidade do Porto o marco de ouro a 96:000, a onça a 12:000, a outava por 1:500 e a este respeito os grãos: o marco de prata a 6:000, a onça a 750 rs., a outava e o grão respectivamente.

E por não ser justo que ficasse no arbitrio dos ourives a lei que devia ter o ouro e a prata, que lavrassem, não sabendo as pessoas que comprassem metaes o preço correspondente ao valor intrinseco; foi determinado que o ouro que se lavrasse na rua dos ourives seria de vinte quilates e meio, e se pagaria a outava a 1:400 rs., a onça a 11:200 rs., o marco a 89:600 rs., e os grãos respectivamente: e que a prata lavrada seria de lei de dez dinheiros e seis grãos, e se pagaria o marco a 5:600 rs., e as onças ou outavas e grãos correspondentemente. (1)

O corregedor das ilhas dos Açores, (2) que então se achava em correição na ilha Terceira, logo que a supracitada lei foi remettida, de commun accordo com a camara da cidade d'Angra fez publical-a e cumpril-a, quanto ao novo valor da moeda do reino, e quanto á hespanhola que corria antes a 150 rs., 300 rs., e 600 rs.; affin de que d'ali em diante só fosse aceita a peso.

Depois d'esta deliberação tomada, reconhecendo as diversas autoridades, que a lei, em parte, não era exequivel n'aquellas ilhas, por isso que não podia verificar-se o peso nas *moedinhas* que nas ilhas corriam a 75 rs., por serem as que quotidianamente usava o povo como trocos nas suas transacções, assim na cidade como nas freguezias ruraes, onde não havia, nem facilmente podiam haver, as balanças exatas, que era mister houvessem para pezarem as mencionadas moedinhas: ordenon o corregedor da camara por seu edital de 28 d'agosto de 1688, que os *reales singelos*, isto é, a sobredita *moedinha* ficasse correndo a 80 rs., cada uma, por ser o preço que correspondia mais ao seu valor, intrinseco: evitando a confusão que resultaria entre as classes pobres, que não tinha outro genero de dinheiro com que se remediasse em suas precisões, e a classe proletaria no seu commercio interno.

(1) Lei de 4 d'agosto de 1688.—L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> do reg.<sup>to</sup> geral da camara da cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, f. 117.

(2) Arch. ant. da camara da cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> d. registo geral, f. 178 v.

E por esta forma ficaram correndo na ilha Terceira os ditos *reales singelos* a 80 rs., e os de 150 rs., a 300 rs. e 600 rs. a pêsso na conformidade da supracitada lei; (1) cuja disposição se tornou extensiva ás mais ilhas dos Açores, para que não ficasse paralisado o seu commercio interno, até que sua magestade resolvesse esta providencia interna.

Posto que d'este modo a lei não fôra, em parte, observada nas ilhas, todavia a causa era do povo, e era a suprema lei, e aos interesses dos povos nunca os nossos soberanos se mostraram surdos ou indifferentes.

O referido desembargador corregedor deu parte a elrei, da sua deliberação d'accordo com a camara municipal da cidade, pelo tribunal do desembargo do paço, pelo qual baixou a provisão de 6 de novembro d'esse anno, approvando elrei quanto se havia feito em beneficio d'aquelles povos. (2)

A pureza da prata e o sufficiente peso com que as moedas hispanholas eram fabricadas, davam logar a estas sensatas deliberações.

Eram as *moedinhas* que ficaram correndo por 80 rs., preferidas ás outras moedas hispanholas, que ali tinham curso, por isso que áquellas, fora fixado um valor invalor (*sic*) invariavel, e as outras moedas castelhanas, ficaram sujeitas a serem recebidas a peso e consequentemente variaveis no seu preço.

E tanto assim era, que nos contractos se estipulava o pagamento n'aquella qualidade de moeda, isto é, os taes *reales singellos*, vulgarmente chamados pelo povo *moedinhas*. (3)

Não sendo porem sufficiente as sobreditas providencias conducentes a melhorar os negocios monetarios d'aquellas ilhas, dirigio um dos ministros d'elrei D. Pedro 2.<sup>o</sup> um officio ao conde da Ribeira Grande, governador e donatario da ilha de S. Miguel, versando sobre a maneira de se trocar o dinheiro, que então corria na referida ilha a peso, e reduzir-se a moeda nova então corrente em Portugal; e por conta de quem deviam ser as perdas e custas, que houvesse no troco.

Não querendo o conde governador tomar sobre si a responsabilidade da resposta ao governo em negocio tão momentoso, e desejando ao mesmo tempo ouvir os pareceres de pessoas competentes, no palacio da sua residencia na cidade de Ponta Delgada, fez uma numerosa reunião á qual compareceram o desembargador corregedor da comarca, José Gomes d'Azevedo; o juiz de fôra, José Botelho de Sequeira; os vereadores da camara da cidade e os das camaras das villas da Lagôa, Agna-de-pão, Villa Franca, Ribeira Grande e Nordeste;

---

(1) Arch. antigo da Camara da Cidade de Ponta Delgada ilha de S. Miguel —L.<sup>o</sup> 2.<sup>o</sup> do registo geral f. 178 v.<sup>o</sup>.

(2) Idem, f. 181.

(3) Sirva de exemplo o que se refere no livro — *Vida da madre Thereza d'Annunciada* — a pag. 254 da ed. de 1763.

muitas das pessoas da ilha mais nobilitadas, illustrados ecclesiasticos: diversos proprietarios e negociantes.

Expoz o Conde da Ribeira Grande o motivo d'aquella reunião, fez ler as já referidas ordens e quisitos, que havia recebido do governo, e pediu que cada qual desse seu parecer com toda a franqueza, a fim de que se respondesse a elrei segundo o que fosse accordado n'aquella assembléa.

Depois de larga discussão lavrou-se a acta d'essa sessão:

«Anno do nascimento de N. S. Jesus Christo de 1697, aos 19 dias do mez de julho do dito anno, n'esta cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, nos paços do Ex.<sup>mo</sup> Sr. conde da Ribeira Grande, governador e capitão general d'esta ilha &....

«Sobre o que ajustaram:

—que o melhor meio era vir dinheiro a esta ilha, sendo sua magestade, que Deus guarde, servido mandal-o:

—que as perdas e custas, que sobre esta materia se fizerem, sejam por conta das pessoas que forem senhores do dito dinheiro, pagando cada um conforme a quantidade que trocar, soldo á libra:

—que n'esta ilha poderá haver cem mil cruzados:

—que o dinheiro de Hespanha correrá da sorte que corre no reino:

—que os *reales* a que na ilha chamam *moedinhas*, que corriam sem peso por valor de quatro vintens, corram como corriam:

—que a respeito dos trocos, e por não haver perda n'ellas, era conveniente ao povo se usasse d'ellas:

—que para o troco viessem moedeiros e officiaes necessarios, na fórma que foram ás mais partes do reino:

—que as custas d'estes officiaes fosse por conta do senhor do dinheiro....» (1)

Onvidas posteriormente pelo governo as diversas camaras das outras ilhas do archipelago, que pouco discordaram do parecer da supracitada reunião, veio afinal resolvido este grave negocio conforme o parecer accordado na ilha de S. Miguel, com pequenas eliminações.

O conde da Ribeira Grande, como mui prudente que era, fez outra reunião no seu palacio, não menos respeitavel á primeira a fim de lhe communicar as ordens, que acabava de receber, e para se deliberar sobre a maneira de se lhes dar execução.

Unanimemente se resolveu, —que se tornasse a representar a elrei, pedindo os officiaes necessarios para assistirem na ilha á redução da moeda, vencendo os salarios que se costumavam dar em semelhantes diligencias:

—que de cada um marco de prata de 6:400 rs., que lhe entregassem as pessoas que lh'o apresentassem recebesse 6:000 rs. em di-

(1) Arch. ant. da Camara de Ponta Delgada—L.<sup>o</sup> d'accordãos—f. 56.

nhheiro corrente ficando um cruzado para o thezouro publico, para fabrico do mesmo dinheiro, e para pagamento d'um moedeiro:

—que para os mais cunhos se podiam destinar na ilha pessoas, sem com ella se fazer despeza alguma:

—que as camaras ali reunidas n'aquella assembléa, se obrigassem, pelos seus bens, a lhes assistir, com tudo o que fosse necessario para pagamento dos ditos salarios:

—e que sendo tambem necessario se tiraria mais um tostão de cada um marco de prata, para esta despeza, alem do cruzado, que se havia de tirar para o fabrico do dinheiro:

—que toda a moeda que estivesse cerceada e as que não tivessem peso de sete outavas e meia, e as de tres e seis tostões, e as moedas velhas de seis vintens, e as de cento e cincoenta reis, todas estas moedas se deviam trocar, e ir ao peso; e só ficassem correndo toda a prata que tivessem sete outavas e meia que não fosse falsa, em qualquer tempo se havia de cortar, e cortada entregar-se a seu dono:

—que ficariam tambem correndo as *moedinhas castelhanas*, que n'aquella ilha corriam por quatro vintens, como até então correram:

—que parecia a todos os presentes, que o dinheiro que poderia haver n'aquella ilha, que se havia de trocar, e ir ao peso, das moedas acima declaradas, seriam cem mil cruzados, pouco mais ou menos, em que entraria o dinheiro da fazenda, que se achava n'alfandega, e outros depositos da Fazenda Real, entendendo-se que d'este dinheiro seriam dez mil cruzados, pouco mais ou menos, em moedas de seis e tres tostões, que tinham o pêsó, e que até então, corriam sem serem serrilhadas.» (1)

Todas estas operações monetarias trouxeram á ilha de S. Miguel uma crise commercial.

A camara da cidade reunindo-se no dia 19 de junho de 1706, ponderando que algumas pessoas d'aquella cidade tinham em seu poder dinheiro da Fazenda, e effeitos que de fóra tinham vindo, e queriam embarcar, o que era muito prejudicial, em razão do pouco numerario que havia, do que resultava não terem os povos com que pagarem as contribuições nem com que comprarem o necessario, por não ter entrado dinheiro na ilha, e só haver aquelle que para ella os castelhanos traziam das illas canarias, no tempo que para ella vinham commerciar; pedindo a razão, que sendo este dinheiro produzido de fazendas que para a dita ilha entraram, se tirasse o procedido nos generos da terra, para por este modo terem sabida com utilidade de seus moradores e em beneficio da mesma ilha; accordou a camara:

—que fossem notificadas todas as pessoas, a quem viessem fazendas de fóra, não embarcassem dinheiro algum para fóra da ilha

(1) Arch. ant. da Camara de P. Delgada—L.º dos accordãos d'este anno.



com pena de dois mezes de cadêa, e perdimento do mesmo dinheiro, a metade para quem denunciasse ou achasse e outra para as despesas do concelho. (1)

## VI

Feita a paz de—Utrecht—entre Portugal e a Hespanha, pelo tratado de 13 de fevereiro de 1713, recobrando Portugal a parte de *Guyanna*, que perdera entre *Oyapok* e *Amazonas*, e a parte da margem septentrional do *Rio da Prata* com a *Colônia do Sacramento*; assim renovadas as nossas relações com Hespanha, concorren às ilhas dos Açores, nomeadamente à Terceira e S. Miguel, pelo commercio que entertinham com a ilha da Madeira e esta com as Canarias e a America, grande quantidade de moeda Hispanhola.

Ainda outra razão era a canzal do copioso dinheiro hespanhol, que começava a circular n'aquellas ilhas.

De todas ellas transmigravam annualmente muitas pessoas para a nossa America, e d'esta para a *Colônia do Sacramento*, onde faziam pelo *Rio da Prata* um importante commercio com os hispanhoes, de que se pagavam, quasi sempre em dinheiro hispanhol; quando aquelles volviam aos patrios lares, consigo traziam para as ilhas dos Açores grandes capitaes em moedas hispanholas.

Copia deste numerario era de dinheiro *cortado*, o qual tendo de valor intrinseco 160 rs., como a pezeta, o faziam girar a 200 rs. como esta dando-lhe a denominação de *quartos mexicanos*: igualmente traziam *meios quartos* que tambem faziam correr a 100 rs.; bem como *quarto de quartos*, que proporcionalmente corriam a 50 reis, e dos quaes havia abundancia extraordinaria.

Lembrados, porem os povos açorianos, que por largos annos foram iguaes moedas recebidas n'aquellas ilhas como dinheiro corrente; e ao mesmo tempo reconhecendo que não deixava de ser trabalhosa e arriscada a operação de a receberem a peso, insensivelmente a foram acceitando, por preço certo, qual tivera no reinado d'elrei D. João 4.<sup>o</sup> por ser reciprocamente util, tanto a quem a trazia, com ágio de 25 por cento sobre o valor que lhe davam em Hespanha como a quem a recebia, ficando-lhe em proporção com a moeda do reino.

Com este ágio de 25 por cento evitaram que os estrangeiros lh'a tirassem, visto que o seu valor se achava equilibrado com a prata hispanhola, e guardavam esta moeda a fim de a remetter para Lisboa, quando os generos da sua exportação não chegassem a compensar os que de Portugal recebiam: E com este justo equilibrio entre a moeda

---

(1) Arch. ant. da Camara da Cidade—L.<sup>o</sup> d'accordãos—f. 172.

*portugueza* e a *hispanhola* por muitos annos conservou a ilha da Madeira bem florente o seu commercio, e fora sempre em incremento o das ilhas dos Açores, em quanto a cobiça e a impunidade não adulteraram aquella moeda corrente. (1)

A moeda de cobre tambem tivera diversos valores. Na ilha de S. Miguel chegou a haver escacez para as pequenas transacções do povo e dos homens do campo, apparecendo no commercio interno a cada passo difficuldades de trocos para escambar moedas de prata por moedas de cobre, em consequencia da camara da cidade de Ponta Delgada haver deliberado, por seu accordão de 22 de novembro de 1712, que a moeda de cobre não corresse senão os vintens por dez reis e estes por cinco reis, resultando d'esta medida sair grande quantidade de moeda de cobre para a ilha Terceira: d'onde continuaram a ir á de S. Miguel especuladores e agiotas compral-a, dando mais alguns reas, do que era o preço por que geralmente corria; motivando a exportação d'esta moeda subsidiaria, tão necessaria ao trafego commum da vida, os clamores d'alguns proprietarios, e as vozerias ameaçadoras do povo.

A camara da cidade em sessão extraordinaria accordou no dia 26 de janeiro de 1718, invalidar o outro accordão de 22 de novembro 1712 fazendo publicar por pregões:

—«Que a sobredita moeda de cobre corresse pelas marcas que tivesse assim e da mesma forma que havia corrido no tempo em que entrara na ilha de S. Miguel vindo de Portugal; porque d'esta maneira senão poria valor, nem se levantaria a referida moeda, attendendo-se por este modo ao bem commum.» (2)

A escacez da moeda de cobre, não obstante estas providencias interinas, continuou a fazer o objecto de diversas representações, que subiram á soberana presença pelas camaras não só da ilha de S. Miguel mas tambem das outras ilhas do archipelago.

Attendendo elrei D. José ás representações d'aquelles povos no anno de 1750 mandou cunhar trinta mil cruzados em moeda de cobre, considerada provincial e especial para correr nas ilhas dos Açores, tendo no anverso as armas reaes com a legenda.—*Pecunia Insulana*.

—e no reverso, o seu augusto nome e o valor da moeda — dez reis X. (3)

(1) Pelos annos de 1642 quando n'aquellas ilhas a agricultura ainda mal ia saindo da decadencia a que anteriormente chegára, pelo desprezo com que o governo hispanhol olhava para as necessidades publicas d'aquelles habitantes, fôra-lhes mister supprir com metalico o saldo das remessas, que buscavam da capital e por isso consta, que toda a moeda de cunho Portuguez se remetia para Lisboa. (Inedito do Padre Maldonado—*Phenix Angrense*.)

(2) Arch. ant. da camara da cidade—L.<sup>o</sup> d'accordãos, f. 81.

(3) Res. de 14 d'agosto de 1750, declarada pela Res. de 20 de dezembro do mesmo anno.

Como, porém, a grandeza desta moeda insulana era igual á de cobre, que corria em Portugal por dez reis, para o continente veio vindo toda em pagamentos, e outras transacções, ficando assim confundida com o dinheiro de cobre propriamente do reino: tornando por esta causal a experimentar-se difficuldades nas transacções internas.

Quando o marquez de Pombal se occupava acuradamente de dar uma nova forma de governo ás illhas dos Açores fazendo grandes reformas em todos os ramos da publica administração insular e fomentando a sua industria agricula e commercial, foi então promulgado o alvará de 19 de julho de 1766 ácerca da moeda d'ouro, prata e cobre, olvidando os prejuizos, que ao thezouro publico e ao bem commum, dos povos se tinha seguido nas illhas dos Açores de se haver introduzido n'ellas moedas de cunho estrangeiro e até mesmo de cunho nacional, que significavam pela sua figura exterior; prohibindo que corressem as sobreditas moedas estrangeiras, para que só corressem nas mesmas illhas as que fossem fabricadas com o real cunho nacional.

O abuso com que nas illhas dos Açores se foram introduzindo as referidas moedas estrangeiras e nacionaes, diminutas no valor numeral havendo sido verosimilmente fabricadas para se introduzirem com aquellas legiveis diminuições: d'este abuso resultou, que nem os arrendamentos dos bens pertencentes ao Estado e aos particulares, situados nas sobreditas illhas, podiam ser regulados nas arrematações e contractos, que d'elles e sobre elles se costumavam fazer; nem os productos das mesmas irregulares arrematações e arrendamentos se podiam transportar das referidas illhas para Portugal, sem prejuizos excessivos e taes que reduziam os transportes d'elles a termos de serem impossiveis; nem tambem o commercio interno das referidas illhas podia n'ellas girar sem continuados enganos e enormissimas lezões.

O concelho da fazenda dirigio uma consulta á soberana presença conducente a darem-se as mais convenientes e promptas providencias, que fizesse cessar nas illhas este estado de cousas.

Estabelecer-se então na cidade d'Angra, que era a capital das nove illhas dos Açores, uma junta da fazenda composta do governador e capitão general, do corregedor da comarca, do provedor da fazenda, do juiz de fóra e dos dois vereadores mais antigos da camara da mesma cidade; a qual junta se congregaria na casa do mesmo governador; nas terças, quintas-feiras, e sabbados de cada semana devendo ter em cada uma das suas sessões tres horas de despacho.

Determinou-se a esta junta, que logo que se instalasse por editaes notificasse a todos os habitantes d'aquellas illhas, que todas e quaesquer pessoas, de qualquer estado, qualidade ou condição que fosse, que em seu poder tivesse moedas, que não fossem fabricadas com os reaes cunhos nacionaes, ou que ainda parecendo conformes com elles se achassem diminutas nos pesos das suas respectivas especies, as apresentassem á mesma junta, no termo de dez dias contados

continua e successivamente da hora da publicação do edital, contendo a lei sobre a moeda; debaixo da pena de que depois de haver passado o referido termo peremptorio, todas as moedas estrangeiras ou ainda nacionaes diminutas que se achassem nas mãos dos particulares. Ihes seriam confiscadas, a metade a favor dos officiaes da justiça, que as apprehendessem, ou das pessoas que as denunciasssem; e a outra metade a favor das obras dos quartéis dos soldados e hospitaes militares; e isto alem das penas estabelecidas contra os falsificadores da moeda: a respeito d'aquelles, que introduzissem especies diminutas, que fossem simuladas de cunho d'estes remos e seus dominios; ou que d'ellas uzassem passando-as a terreiras pessoas.

Outro sim foi determinado, que na casa da referida junta se estabelecesse uma balança dirigida pelos fieis peritos da casa da moeda de Lisboa, que para este effeito foram mandados para a ilha Terceira; os quaes na presença da mesma junta e das partes interessadas, ensaiariam e pesariam todas as referidas moedas estrangeiras e nacionaes diminutas, reduzindo-as a marcos, onças, outavas e grãos para se pagarem aos interessados n'ellas pelo cofre, que igualmente n'esta occasião foi mandado estabelecer para este fim na casa da sobredita junta, com tres claviculars, tendo uma das chaves o governador e capitão general outra o Provedor da fazenda, e o juiz de fóra a terceira.

As moedas eram pagas pela seguinte forma: o ouro de 22 quilates á razão de 1:600 rs. por oitava; 12:800 rs. por onça; 102:400 por marco:

A prata de 11 dinheiros á razão de 100 rs. por oitava; 850 rs. por onça; 6:800 rs. por marco: computando se a este respeito todas as moedas que nos ensaios dos referidos toques se achassem de 22 quilates, ou de onze dinheiros para baixo, com os abatimentos das ligas, com que n'elles se mostrassem corrompidas ou falsificadas pelos introductores.

Semelhantemente o mesmo se praticou com as moedas de cobre estrangeiras e as nacionaes que se achavam em circulação n'aquellas ilhas; de maneira que as segundas das referidas moedas, que não eram diminutas se entregavam ás pessoas, a quem pertenciam, para d'ellas uzarem, e as primeiras das mencionadas moedas, depois de se terem pago a peso pelo preço de 160 rs. cada acratel, ficaram absolutamente extinctas, para mais não correrem; debaixo das penas estabelecidas contra os falsificadores da moeda, para se executarem nos que depois de passado o termo acima indicado, introduzissem a precitada moeda de cobre estrangeira, ou della uzassem nas ditas ilhas.

Considerando ao mesmo tempo o legislador a impossibilidade que havia de se calcular com certeza toda a importancia das moedas estrangeiras, e nacionaes diminutas, que se achavam na ilha Terceira, para se remetter logo a ella d'uma vez toda essa importancia, foi determinado que as pessoas que levassem para trocar a somma de

400:000 rs. e d'ahi para baixo fossem pagas á vista sem diminuição ou quebra alguma:

Que as que apresentassem da somma de 100:000 rs. até a de 400:000 rs., fossem pagas á vista com a metade do cabedal, que tivessem entregado:

Que as que apresentassem de 400:000 até 3 mil cruzados, fossem pagas á vista, com uma terça parte dos respectivos cabedaes por ellas exhibidos:

Que as que apresentassem de 3 até 12 mil cruzados, fossem pagas á vista com uma quarta parte do que houvessem apresentado:

Que da referida somma de 12 mil cruzados para cima regulasse a junta da fazenda por um prudente arbitrio, o que pudessem ser competente ás partes interessadas, segundo as circumstancias, que n'ellas concorressem, para a manutenção das suas despezas, e creditos diários, até receberem a totalidades dos seus respectivos capitaes. — E pelos excessos, que houvessem desde o dinheiro entregue ás partes interessadas até á totalidade das sommas, a que os interessados ficavam acredores, se lhes lavrassem appolices sobre o thezoureiro mór do real erario (thesouro publico hoje) com o termo de dois mezes, para n'elle se lhes fazerem os seus respectivos pagamentos á vista das sobreditas appolices originaes, assignadas por todos os ministros da sobredita Junta; apresentando-se com conhecimentos nos versos d'ellas, sobrescriptos ou pelos mesmos interessados, ou pelas mesmas pessoas, que elles constituissem; e outrossim que no entretanto fossem as referidas appolices, recebidas como dinheiro liquido para os pagamentos do real fazenda, bem como das partes.

Foi, porem, facultativo aos interessados receberem os seus ditos capitaes na cidade d'Angra, no praso de tres mezes, pela referida junta; na qual se ordenou que ficassem no mais inviolavel segredo da justiça as quantias, que as partes n'ella apresentassem, sem que nas suas importancias se admittissem embargo ou pinhores; e sem que d'ellas se pudessem extrair certidões, ou dar informações: debaixo das penas de real desagrado, e de pagarem dobrado a favor dos donos dos dinheiros as quantias, de qualquer pessoa da referida junta d'esse informação ou passasse certidão, ou escripto algum posto que fosse particular e não judicial.

Em beneficio do commercio açoriano, se providenciou sobre a moeda hispanhola, que vinha das ilhas Canarias.

Permittio-se que as moedas d'onro do reino hespanhol pudessem ter entrada na ilha Terceira e as mais do archipelago; com tanto, porem, que os dobrões chamados *acho* com sete oitavas e meia de peso, não fossem recebidas por mais de 12:000 rs. os meios dobrões, tendo tres oitavas e tres quartos de oitava de peso, por mais de 6:000 rs.: os dobrões de *adois* tendo oitava e meia e vinte sete grãos de peso por mais de 35:000 rs., — os dobrões simples tendo sessenta e

sete grãos e meio de peso, por mais de 4:500 rs.:—e as patacas d'ouro tendo trinta e seis grãos e tres quartos de peso, por mais de 750 rs.;—com tanto que, pelo que pertencia ás moedas de prata, não pudessem ser recebidas na entrada, isto é,—as patacas denominadas —gordas, ou pesos fortes, com sete oitavas e meia de peso, por mais de 800 rs.; as meias patacas com 3 e 3 quartos de peso, por mais de 400 rs.; e com tanto que as pesetas, reales e meios reales, pela grande e notoria diminuição, que n'estas moedas se tinha introduzido, não pudessem entrar senão por péso á rasão de 6:800 rs. o marco; de 850 a onça; e de 106 rs. a oitava.

E para se obviar ao mesmo tempo á desordem de correr no commercio interior d'aquellas ilhas, moeda, que não fosse fabricada no cunho portuguez, foi prohibido que as sobreditas moedas de cunho estrangeiro, (aliás permittidas pela primeira entrada) pudessem de qualquer modo ou maneira que fosse girar no commercio das ilhas dos Açores, entre os particulares d'ellas; debaixo das penas de nullidade dos pagamentos, que com ellas se fizessem, para não produzirem o effeito d'extinguirem as dividas, nem prestarem impedimento ás acções, que pelas referidas dividas fossem intentadas em juizo ou fóra d'ella, contra os que se houvessem servido da mencionada moeda reprovada, para com ella fazerem pagamentos.

E para que as referidas moedas cuja introdução permittio o citado alvará de 19 de julho de 1766, pudessem ter prompta e util sahida em beneficio das pessoas, que as recebessem na sobredita forma, foi ordenado, que os thesoureiros das diversas alfandegas d'aquellas ilhas; bem como os das provedorias da fazenda; os administradores dos tabacos; e os contractadores das rendas reaes logo que as indicadas moedas estrangeiras lhes fossem apresentadas, ficassem obrigados a recebê-las até ás quantias dos seus respectivos recebimentos pelos valores e pesos acima declarados; devendo satisfazer os valores das taes moedas estrangeiras, que lhes fossem apresentadas, em outras moedas d'ouro ou prata, corrente n'estes reinos, sem móra ou excusa alguma; debaixo da pena de pagarem ás partes offerentes o dobro das quantias, que houvessem recusado receber; a metade para as mesmas partes; e a outra metade a favor dos quartéis dos soldados, e dos hospitaes militares:—Outrosim foi determinado, que pelos mesmos valores e pesos, já designados, lhes fossem recebidas as referidas moedas estrangeiras no thesouro publico.

Teve-se também em consideração que podendo acontecer entram no porto da cidade de Angra, com a occasião de commercio, que n'ella se fazia algumas moedas estrangeiras, para d'ella passarem a outros paizes também estrangeiros; foi estabelecido que manifestando-se a sobredita moeda estrangeira ao governador, capitão general da mesma ilha; e constando, que a referida moeda, que se houvesse de ex-

trahir, era com effeito estrangeira: lhe fizesse expedir os despachos da sahida.

Finalmente foi determinado, que o corregedor da comarca d'Angra passasse successivamente á illa de S. Miguel, e na cidade de Ponta Delgada estabelecesse n'ella para os mesmos effeitos, outra junta composta d'elle corregedor, do ouvidor, do juiz ordinario, do capitão mór, e dos dois vereadores da camara mais antigos: os quaes tambem praticariam o mesmo que acima ficon estabelecido para a cidade d'Angra; cuja junta faria passar d'ella as quantias de dinheiro do cunho nacional, que parecessem competentes para os trocos acima declarados, e que se guardasse o referido dinheiro, e o que por elle se trocasse, em cofre de tres chaves das quaes teria uma o dito corregedor, outra o ouvidor, e o capitão mór a terceira: E que a mesma junta faria affixar editaes nos lugares publicos da ilha de Santa Maria afim de que os moradores d'ella no termo d'um mez viessem apresentar, por si ou por seus procuradores, na sobredita junta, as moedas que tivessem dos sobreditos cunhos reprovados.

E logo que o sobredito corregedor houvesse concluido as referidas diligencias, passasse á ilha das Flores, e estabelecesse na villa de Santa Cruz outra junta composta d'elle corregedor, dos tres juizes ordinarios da mesma villa, da das Lages e do Córvo; e dos capitães-móres de cada uma das referidas ilhas; devendo fazer em ambas affixar editaes na sobredita forma com o termo de quinze dias; para os moradores d'ellas apresentarem as moedas reprovadas, e receberem os valores d'ellas em moeda nacional; praticando-se em tudo o mais o que estava acima estabelecido para as demais ilhas.

Assim que, com estas providencias complexas, procurou o Marquez de Pombal, (ainda conde de Oeiras) que o referido alvará de 19 de julho de 1766 fizesse cessar a crise monetaria, que estava intorpecendo, com grande damno, o commercio interno e externo do archipelago das ilhas dos Açores.

## VII

Pelos annos de 1780 a 1781 começaram a apparecer nas ilhas dos Açores alguns *tostões* falsos, com a denominação que o vulgo lhe dava de *Faial* e de *Corpo Santo* por serem fabricadas na ilha do Faial por um ourives do bairro da cidade d'Angra chamado o *Corpo Santo*; porem era essa moeda falsa tão diminuta a principio introduzida na circulação do commercio interno, que apenas em dez mil reis se encontraram dois tostões das taes moedinhas.

Cautelosamente feita a introdução d'esta moeda falsa não só na

ilha do Faial e na do Pico, mas já na ilha Terceira ella foi augmentando de quantidade na circulação.

Um ou outro individuo, e até mesmo nas casas de commercio, davidaram, por algum tempo, recebê-la em suas transacções, e nos trocos, mas pela carencia de numerario, para as pequenas transacções commerciaes do povo, foi girando esta moeda, de maneira que nas permutações, nos mercados e nas lojas era recebida como moeda corrente e legitima.

A tolerancia das autoridades judiciais e fiscaes sanctificou o abuso e o delicto: e d'aqui resultou cercearem as moedas legaes de prata, que andavam na circulação, para continuarem na especulação e fabricação d'estas moedinhas.

A impunidade tornou cada vez mais animosos os moedeiros falsos; e já não era um só ourives a emprehender mas outras pessoas; de modo que encheram os mercados publicos com esta moeda.

Haviam entre as moedas hispanholas que circulavam na ilha Terceira, no Fayal e nas outras ilhas dos Açores, umas que eram circulares e de forma perfeita, chamadas *serrilhas*, *pecetas*; (ou *pezetas*) e outras que eram cortadas em lados designaes, e de finissima prata, chamadas *quartos mexicanos*.—Eram estes que pelas suas qualidades especiaes mais facilmente eram cortados, roubando se a sua prata; operação esta que se podia repetir por vezes, até ficarem reduzidas a diminuto peso, e a notavel pequenez.

Cerceadas assim as referidas moedas foi ronbo e falsificação uma grangearia em todas as ilhas dos Açores desde o anno de 1780 em diante e sempre na razão crescente; e os perpetradores d'este delicto não temendo a acção da lei fundiam ou cunhavam elles mesmos moedas similhantes, mas diminutas, de prata ou d'outros metaes brancos; e o que é mais notavel, sem que ao menos houvesse n'estas moedas uniformidades de cunho; chegando a cousadia dos moedeiros falsos a tal ponto, que não tendo já dinheiro hespanhol que recortar, serviram-se uns das peças de prata que desmanchavam fazendo de cada *oitava cinco ou seis tostões*; e outros que de nenhum modo a podiam adquirir, o fundiam de toda a qualidade de metal branco.

Esta moeda era vulgarmente chamada *cascalho*, e corren nas referidas ilhas como se fôra moeda legitima, e autorizado o seu curso.

Sendo cada vez maior o numero dos fabricantes d'esta moeda falsa e proporcionalmente o roubo publico, começaram os particulares a reter e guardar o dinheiro bom e legitimo que possuiam, e a fazer correr só o tal *cascalho*, que recebiam.

E desejando alguns extinguir esta moeda falsa regeitando-a em pagamentos, e querendo outros agiotas com a sua depreciação, pactuarem entre si alguns capitalistas e logistas da ilha Terceira, fizeram parar totalmente o commercio interno e ainda mesmo a compra e venda das consas diariamente precisas á vida, e sem que, como lhes cun-



pria, tivessem representado á respectiva autoridade contra a circulação d'esta moeda.

Esta foi uma das crises monetarias mais graves, que experimentaram mais ou menos todas as ilhas, e nomeadamente, a sêde do governo d'aquellas ilhas pela difficuldade de se darem de prompto as medidas, que o publico reclamava.

O governador e capitão general providenciando sem detença sobre este tão momentoso assumpto, mandou por um pregão, com tamboures, pelos logares mais publicos da cidade, annunciando a todos os habitantes: — que elle ordenava que corresse toda aquella moeda de prata, que até ali havia corrido, com exclusão, porem, da conhecida-mente contrafeita, em quanto o governo de Sua Magestade não desse as providencias, que o caso pedia.

Esta medida não foi geralmente bem acolhida pelo publico: alguns negociantes a stygmatisaram: mas o capitão geral para mostrar que nella havia procedido com toda a imparcialidade, até quiz que os seus vencimentos lhes fossem pagos n'esta moeda; e passando logo depois a fazer partir para Lisboa o seu ajudante d'ordens, com officios ao governo, versando sobre este momentoso objecto.

D'um delles, na data de 21 de julho de 1786,—transcrevemos os seguintes trechos:

«A indigencia da moeda, que gira n'estes paizes, já en fiz conhecer n'essa corte, pelos officios que em outro tempo remetti para a secretaria d'estado dos negocios do reino; e as desordens, que é necessario que resultem d'esta indignidade são demasiadamente sensiveis, para que eu me cause em as apontar a V. Ex.<sup>a</sup>.

«Com effeito, alem de nenhuma razão que ha para se soffrer em um paiz, que tem a honra e a felecidade de ser sujeito a sua magestade fidelissima, o curso d'uma moeda de cunho estrangeiro, e indisivel o embaraço, que causa cada dia entre estes povos, esta casta de moeda.

«Ha disputas, bulhas, pancadas sobre aceitar ou não aceitar o dinheiro. De um dizem que é novo, de outro que é do Fayal, fundido amarello; e finalmente sem um signal certo e caracteristico, da sua boa ou má qualidade: querem matar-se por isso sustentando uns uma cousa, outros outra; e nem os louvados, a que muitas vezes recorrem n'estas disputas são melhores conhecedores, nem as suas decisões sem replica.

«Tenho dado todas as providencias, de que é capaz a minha curta idéa, para atallar estas desordens, mas debalde. O mal é inveterado: o remedio impossivel.

«Cerceia-se sempre a moeda não obstante não ter já que cercear.

«Vê-se dinheiro de novo, sem se saber como, nem d'onde veio; e por mais diligencias que tenha feito por mim, e mandado fazer pelo corregedor e pelo jniz de fóra, nada se tem descoberto. Crê-se, com-

tudo, que parte d'este dinheiro o introduziram os inglezes na ilha do Fayal, e parte tem vindo da Hollanda.

«E' dizer bastante, para V. Ex.<sup>a</sup> se persuadir da necessidade que ha de reformar esta moeda. O modo, porem, com que isto se deve fazer, é que pede toda a attenção e melindre. Exporei a V. Ex.<sup>a</sup> os meus sentimentos: e V. Ex.<sup>a</sup> obrará segundo entender que é mais acertado.

«Dons são os meios, que para chegar a este fim e logo e naturalmente se offerecem, a quem pensa esta materia; um com prejuizo de sua magestade; outro com prejuizo dos povos.

«Este ultimo sobre tudo de nenhum modo se deve admittir.

«A pobreza d'estas ilhas é por si só nimiamente grande, para se lhe poder ajuntar a mais pequena perda. Deveria recciar-se uma miseria geral, e a ruina inteira d'este archipelago: e devemos fiar da grandesa de sua magestade, que ella sacrificaria mais depressa os seus thesouros ao bem dos seus vassallos, do que os seus vassallos á conservação dos seus thesouros.

«Mas não haverá um meio de conciliar estes dons grandes interesses, beneficiando estes povos sem prejudicar a sua magestade?

«Do que a experiencia me tem mostrado julgo prudentemente, que a moeda d'estas ilhas tem de valor real e intrinseco, uma por outra, bem *cem por cento* de menos aquillo porque corre.

«Eis aqui em que me fundo para o julgar assim.

«De tostões antigos 40:000, e não cerceados, pesaram segundo a experiencia que fiz, 64 oitavas e meia.

«De serrilhas 10:000 ou pezetas castellhanas, pezam 78 oitavas.

«De tostões que correm geralmente, — 10:000 pezaram 27 oitavas e meia.

«De meios tostões, escolhidos, 10:000 pesaram 52 oitavas.

«De meios tostões, ordinarios 10:000 pesaram 38 oitavas.

«Vindo assim a corresponder no todo dos 50:000 pesados, 49  $\frac{4}{5}$  oitavas ou 4:357  $\frac{1}{2}$  conforme a lei a cada 10:000 que é 429  $\frac{853}{1743}$  por cento de menos do seu valor ideal, ou d'aquillo porque correm.

«Segundo isto na hypothese de se não dever prejudicar a estes povos nem lesar a fazenda de sua magestade, o mais que fôr possível, parece-me:

«que se sua magestade mandar cunhar uma moeda, que tenha de valor real e intrinseco 150 por cento menos do que for o seu valor ideal:

«Por exemplo, — a moeda de *dois tostões*, com oitenta reis de prata: a de *tostão* com quarenta reis; e a de *meio tostão* com vinte reis; que se terá bastantemente occorrido a uma e outra cousa, especialmente attendendo, a que a moeda das outras ilhas não está tão viciada, e que o *cobre*, que pôde vir, como logo se dirá e não tem bastante proporção no seu valor intrinseco, como o valor intrinseco da moeda de prata (porque o *cobre* é pouco) com que se deve peramutar, in-

demnistrará provavelmente a sua magestade de qualquer cousa, que n'este calculo possa ir contra ella, e lhe salvará demais a despesa do cunho.

«Não será preciso, porem, que haja de prata mais do que as sobreditas tres moedas de 200 rs., 100 rs., e 50 rs., pesando a primeira como fica dito, 80 rs.:—a segunda 40 rs.:—e a terceira 20 rs.; e podem ser contudo,—a primeira do tamanho de seis vintens d'esse reino;—a segunda do tamanho de tres vintens:—e a terceira como a metade.

«O mais será melhor que seja de cobre, fazendo-se uma moeda de *cintem* do tamanho de *dez reis*:—a de *dez reis* do tamanho de *cinco reis*, a de *cinco reis* mais pequena á proporção.

«E d'este cobre devem ser duas partes, no que sua magestade utilisará, talvez longe de se receiar que perca; e o povo não terá de que se queixar visto que recebe o mesmo valor ideal, (seja o que fôr de valor real e intrinseco) e tem de mais a utilidade de se servir d'uma moeda limpa, corrente, não sujeita ás duvidas e embaraços que continuamente se encontram na que presentemente corre.

«O ponto está que esta moeda, assim a de prata como a de cobre, seja bem serrilhada, e d'um cunho difficultoso, para se evitar o cerceamento e se não poder contrafazer.

«Não é preciso dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, que esta moeda deve ser tão particular a estas ilhas que nem na da Madeira corra; porque achando-se ali frequentemente letras de cambio, e aqui raras vezes generos que se remetam, ou que façam conta, remettendo-se todo o dinheiro se passará para lá, e se recahiria em uma igual desordem; para evitar a qual tomou esta camara, (da cidade d'Angra) antigamente a estranha resolução, (que contudo sua magestade approvou) de levantar ao dinheiro o valor de *25 por cento*, como actualmente corre. (1)

«Isto supposto, poderá sua magestade sendo servida, mandar cunhar d'esta casta de dinheiro, *trezentos mil cruzados*, a saber:

«Em prata cem mil cruzados: que já V. Ex.<sup>a</sup> vê, que não são mais que *quarenta mil*, de valor real e intrinseco.

«Em moeda de cobre *vinte mil cruzados*, que sendo tituladas da forma que dito fica, isto é, com *cem por cento de mais* do porque correm n'esse reino as similhantes, seriam *cem mil cruzados*, de valor real, se estas moedas de cobre tivessem exactamente de valor intrin-

---

(1) Em nenhuma das ilhas dos Açores até essa epoca, se havia estabelecido sobre o valor da moeda o agio de 25 por cento, para se evitar que se exportasse o numerario e escaceasse no seu commercio interno. Seguiram depois todas as mais ilhas do archipelago o exemplo da ilha Terceira sendo esta base estabelecida entre o commercio interno e externo; ficando assim considerada *moeda fraca* a das ilhas porque tinha o cambio de 25 por cento de mais, ficando considerada moeda forte a de Portugal, porque tinha o cambio de 25 por cento de menos, em relação á moeda insulana.

seco a metade d'aquillo porque deverão correr, mas sendo certo que o não tem, como a moeda de *dez reis* d'esse reino não tem *dez reis* de valor real, segue-se por legitima consequencia, que *duzentos mil cruzados*, n'esta sorte de moeda, são menos de *cem mil cruzados* de valor real e intrinseco, e por esta conta menos de *cento e quarenta mil cruzados* de valor real darão, segundo o meu calculo, os *trezentos mil cruzados* de valor ideal, que eu julgo preciso para *extinguir* o dinheiro d'esta ilha (Terceira).

«Estes *trezentos mil cruzados*, pois, em valor ideal, ou menos de *cento e quarenta mil cruzados*, em valor real, postos nesta ilha, ou d'uma vez, ou por partes, receberá sua magestade dos habitantes d'ella outro tanto valor, que, segundo os principios, que deixo estabelecidos, serão os mesmos *cento e quarenta mil cruzados* de valor real e intrinseco, ou com pouca differença, com declaração, porem, que se estes *trezentos mil cruzados*, o que sua magestade julgar a proposito mandar não bastarem para esgotar todo o dinheiro d'esta ilha, (Terceira) quererá sua magestade providenciar, *que o outro corra até rir mais dinheiro*, com que toda se absorva.

«Isto feito n'esta ilha se passará a fazer o mesmo nas outras; mas em nenhuma se pesará o dinheiro pelos embarços e difficuldades que isto tem; e não haverá grandes receios de perda, segundo o que acima digo, que, se não é exactamente ao justo, é muito proximo a isso; sómente se não receberá o *que for amarelo*, que não sendo prata se pretende fazer passar por ella.

«Eis aqui, me parece, o meio mais natural e innocente de reformar a moeda d'estas ilhas, sem prejuizo de sua magestade, nem d'estes povos, ao menos sem grande prejuizo d'uma e d'outra parte; por que o meio de tomar a moeda pelo seu pêsso, que é um valor real, e pagal a segundo elle por um valor ideal como já em outro tempo se assentou, alem do trabalho e difficuldade da mão d'obra, seria sómente o meio de destruir estas ilhas que subsistindo mal com o que tem, se abismariam infalivelmente reduzidas a uma terça ou quarta parte; sobre todo o commercio cahiria um recurso, e com elle todas as suas vantagens.

«Sendo o que a este respeito me occorre dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, que fará das minhas confusas idéas o uzo que melhor lhe parecer, bem certo da necessidade que ha de reformar esta moeda, e de *reforma! a sem prejuizo d'estes povos*, que deverão mais esse beneficio à grandeza de sua magestade e aos bons officios de V. Ex.<sup>a</sup>.» (1)

Em tanto que este benemerito e illustrado governador e capitão general das ilhas dos Açores D. Diniz Gregorio de Mello Castro e Men-

(1) Archivo antigo do governo dos capitães generaes (no Governo Civil d'Angra) L.<sup>o</sup> 1 da correspondencia com o ministerio, f. 73 v.

donça, propunha com intelligencia e prudencia estas providencias (1) ao mesmo tempo na ilha do Fayal, uma das mais apontadas procedencias da alludida moeda falsa, o seu respectivo juiz de fora o Dr. José Felipe Ferreira Cabral, mandava n'aquella ilha pôr pregão,—que se não pozesse duvida alguma em todo o dinheiro novo, (como o chamavam) corresse com pena de trinta dias de cadêa, e seis mil reis para o concelho.

- De cuja medida resultou, que os moedeiros falsos, d'aquella ilha vendo que assim se dava um curso forçado á moeda das suas fabricas, a mais e mais a foram lançando nos mercados d'esta ilha; e mais e mais, foram cerceando a moeda legitima de prata, nacional e estrangeira, que apparecia na circulação.

Na ilha de S. Miguel não chegou a crise monetaria a tão lamentavel estado; porque apparecendo na cidade de Ponta Delgada, no anno de 1783 algum dinheiro cerceado, que diziam uns que era fabricado na ilha do Fayal e outros, que era importado de Inglaterra, os veadores da Camara da Cidade de accordo com o corregedor da comarca, rennidos em sessão, e convocados quatro dos principaes proprietarios, e capitalistas da mais reconhecida probidade, ali se delibrou e fez publico por editaes affixados nos lugares mais publicos:

«Que corressem os tostões e meios tostões mexicanos, ou quartos sendo antigos:

«Que se regeitasse de toda a qualidade de dinheiro, aquellas moedas que fossem novas ou falsas tanto no metal e cunho, como no cunho ainda que fosse estampado em prata:

«Que toda a pessoa que tivesse d'este dinheiro o conservasse sem lhe dar uzo algum; e só o poderia entregar a quem lho d'esse.

«Que seria obrigado a acceitalo pagando com moeda que não fosse falsa. . . . » (2)

E com este edital sannou-se por algum tempo a introducção e circulação d'alludida moeda falsa na ilha de S. Miguel; medida esta que o capitão general approvou.

O alvitre proposto ao governo, pelo capitão general, teve o seu

(1) Um escriptor agoriano, fallando d'esta autoridade, assim se expressa:

«Governava então esta e mais ilhas dos Açores, o capitão general Diniz Gregorio de Mello Castro e Mendonça varão d'assignaladas virtudes, e que deixou do seu governo na ilha Terceira as mais honrosas memorias, sendo considerado, até hoje, a mais insigne autoridade que de Portugal tem vindo a estas terras; o que melhor soube distinguir os homens de bem dos mal intencionados, sendo só rigoroso na imposição d'asperos castigos, com os atrevidos e tumultuarios: fallecendo no 1.º de dezembro de 1793. . . . »

(Costa Rebello & — *Apontamentos para a Historia das ilhas dos Açores*, 1786 a 1787, publicados no = *Incentivo* = da ilha do Fayal, de 9 de janeiro de 1858, n.º 49.

(2) Archivo antigo da camara de Ponta Delgada, da ilha de S. Miguel L.º d'accordãos d'este anno.

=praz-me= accetando as suas ideas, e louvando o seu zelo; porem só uma parte d'aquelle projecto foi posta em execução enviando o governo para a ilha Terceira moeda de cobre provincial, cunhada em Lisboa para este fim, segundo as indicações recommendadas por D. Diniz Gregorio de Mello Castro e Mendonça.

## VIII

Em outubro do anno de 1792 reappareceram na ilha (Terceira), em quantidade immoderada, as moedas falsas que antigamente tinham sido prohibidas na circulação, e em grande parte diversas d'aquellas contrafeitas, que precedentemente tiveram mais ou menos accetção; o que originou uma assustadora crise monetaria na referida ilha.

O estaque do tabaco começou a regeital-a, e logo os logistas e os mercadores publicos.

Augmentava de dia a dia a quantidade d'esta moeda introduzida em giro, e recrescia de hora a hora a desconfiança d'uns e a má fê d'outros; chegando os receios a tal ponto, que todos duvidam receber ainda aquella mesma moeda legitima, que sempre na referida ilha tivera curso legal, sob o titulo de mexicana, posto que cerceada havia já muitos annos.

D'esta regeição total da moeda que andava nas permutações commerciaes, resultou a consternação em todas as classes da sociedade, por não haver, particularmente no povo miúdo, outra moeda equivalente com que arudisse ás precisões da vida.

A'cerca d'este assumpto tão grave e de tanta magnitude representou ao governo o capitão general, em seu officio de 28 de janeiro de 1793, dirigindo-se ao ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e ultramar, Martinho de Mello e Castro. Em seguida trasladamos alguns dos seus trechos:

«O negocio mais intrincado e mais perigoso em consequencias que tem havido, durante o meu governo n'estas ilhas é o que agora succede:

«Estará V. Ex.<sup>a</sup> lembrado do que eu tenho posto na sua presença, por varias vezes a respeito da indigna moeda d'estas ilhas.

«Representei como era cerceada, adulterada, contrafeita e tão deforme, que frequentemente havia bulhas e pancadas, sobre ser tostão ou meio tostão, velho ou novo, do Corpo Santo ou do Fayal, fundido ou areiado, e outros differentes nomes, com que se pretendia distinguir o dinheiro bom do máo, ao mesmo tempo que nenhum tinha um caracter distinctivo, assim pela variedade dos cunhos, como pela pequenez e transfigurações para assim dizer, varias, por onde tinha pas-

sado, sendo muito frequente ver-se feita tostão o que em outro tempo tinha sido meio.

«D'aqui resultou, que uns diziam que tal moeda era de tal dinheiro; outros sustentavam que era diferente, e ainda a mesma moeda parecia a uma mesma pessoa, umas vezes d'uma especie, e outras vezes d'outra; de modo que ser tostão, ou meio tostão, d'este ou d'aquelle nome era materia d'opinião.

«En fiz ver a V. Ex.<sup>a</sup> algum d'este diferente dinheiro, que é já hoje do melhor que para aqui se topa, por ser o que actualmente ha de muito peor qualidade, e ainda mais vil.

«Com tudo com este mesmo dinheiro, tão indigno como eu o tenho representado a V. Ex.<sup>a</sup>, e como lh'o não posso bem representar, se tinham até agora contentado estes povos, sômente com algumas difficuldades, e barulhos de vez em quando que a justiça procurava prudentemente socegar, fazendo que se acceitasse, o que era de prata; visto não haver, fôra d'este signal, outro egualmente evidente e decisivo, para se distinguir o dinheiro novo do velho, como elles se explicavam, pela multiplicidade e variedade de cunhos, ainda mesmo n'esse chamado velho, como já acima observei.

«De repente, porem, appareceu outra casta de dinheiro, menos conhecido.

«Correu este por algum tempo, sem difficuldade ou duvida, ou sem mais do que o outro.

«Como a quantidade crescia, houve escrupulosos que entraram a duvidar.

«Fizeram outros o mesmo, e em poucos dias se levantou uma poeira tal, que nem os mercadores nas lojas, nem os tendeiros nas tendas, nem finalmente nas praças, (isto é, nos mercados) se accitava dinheiro algum, *ainda aquelle mesmo que ha dez, vinte ou trinta annos geralmente corria e passava por bom*, pertendendo sômente d'aquelle moeda original, que elles mesmos não conheciam bem, e que é cousa que já se não descobre, excepto na mão d'algum avarento alguma pequena quantidade; e era por consequencia pertender um impossivel.

«Por fim chegaram a fechar-se algumas lojas e tendas; e o fariam certamente todas senão temessem que esta medida me fizesse romper em algum procedimento forte contra os auctores d'ella como fui certificado.

«Soube en d'estas desordens, e esperava que o tempo as compozesse, como já tinha feito a outras da mesma natureza.

«Não succedeu, porem, assim; foi em augmento o barulho, e não se via mais do que ranchos de gente, e a mostrarem-se uns aos outros dinheiro, e disputarem,—se era bom ou máo; outros a lastimarem-se, de que não tinham com que comprar o preciso para a sua casa, amal-diçoando o dinheiro que para nada lhes prestava.

«Era com effeito lastima ver vir um pobre homem do campo ven-

der uma bagatella para comprar um bocadinho de pão, a fim de remir a fome de seus filhos; e ou não se atrever a acceitar o tal dinheiro, pelo que ouvia, ou acceitando-o não se poder servir d'elle para acudir á sua vexação que o obrigara a caminhar leguas!

«Isto mesmo succedia aos da cidade, onde até o açougue esteve a termos de se fechar; e se não se fechou como todas as lojas e tendas, nem por isso se vende senão muito pouca coisa; e está precisamente isto em um estado, que tem parado o giro de todo o commercio e muneio, e nem se paga, nem se cobra divida alguma por não haver dinheiro que contente igualmente a todos.

«Em toda esta consternação, que é indizível, só uma cousa me satisfaz,—é ver a subordinação de estes povos, que em tão geral vexame (excepto um ou outro caso insignificante) não fazem mais que lastimar-se, e esperarem socegradamente de mim, vista a distancia em que se acha sua magestade, o remedio do seu mal.

«Ora eu vejo por uma parte que a bondade e autoridade da moeda, são requisitos necesarios para se admittir o seu giro.

«Duvido que d'estas illas, não só d'esta, que deu motivo ao barulho, de que tracto, mas a outra, já ha muitos annos admittida, tenham estas qualidades.

«Ao menos não o posso certificar; e poucos haverá que o possam fazer, visto se não poder conhecer perfeitamente a que foi originariamente tolerada, que é a que ficou aqui do tempo dos castelhanos.

«Por esta parte, percebo o que sua magestade ordenaria n'este caso, a estar presente, ou a caber no tempo, sem uma inexplicavel confusão d'estes povos, esperar a sua real providencia, pelo que ordenou em uma necessidade, sem comparação menos urgente, o Sr. Rei D. Pedro 2.<sup>o</sup>, no seu decreto de 9 d'agosto de 1686; pois succedendo-se cercear se n'esse reino a moeda e sendo sem duvida que seria uma pequena quantidade a respeito da multa que haveria sem ser cercçada, para sustentar e enterter o giro commercial e mutuo muneio da vida, ordenou pelo sobredito decreto, attendendo á necessidade publica, *que corresse a cerceada até dar outra providencia*.

«Disse — em uma necessidade, sem comparação, menos urgente, —porque a prohibir-se n'estas illas o dinheiro chamado *novo* não ficaria do outro senão algumas insignificantes e muito incapazes de fornecer as necessidades communs, o que, no caso do reino se não poderia verificar.

«E a razão é porque não havendo aqui prata sufficiente, e não entrando dinheiro de fora, todo este dinheiro a que chamam *novo*, é feito do velho; e tanto por consequencia deve haver menos d'aquelle quanto ha mais d'este, que é quasi todo.

«Eu que faço o meu unico estudo em proceder de modo, que não desmereça a sua magestade a honra, que se tem dignado fazer-me, de approvar até hoje os meus procedimentos, persuadido como devo



crer, que a minha vontade é sempre acertar e servir-o o melhor que me é possível; ainda que os meus fracos talentos possam fazer por ventura algumas vezes não serem as minhas obras tão boas como as minhas intenções; eu digo vendo as leis por uma parte, e a necessidade publica e a bondade de sua magestade pela outra, convoquei uma junta de ministros seculares e ecclesiasticos, camara, nobreza e povo, á imitação do que em outras necessidades talvez menos urgentes, tem praticado com approvação de sua magestade, outros governadores; afim de se accordar nos meios proprios, de remediar uma consternação tão geral, que tinha tudo posto em confusão e desordem, e o resultado d'esta junta, que não dicidio nada afinal: mas que servio d'enterter o povo, na esperança de que brevemente se veria socegado visto que se começavam a tomar medidas sobre a materia; é o que V. Ex.<sup>a</sup> verá da copia do termo, que então se fez e vae sob o n.º 1; e a copia sob o n.º 2 é da ordem que eu mandei publicar em consequencia de assentado na junta:

«Concluida esta diligencia prévia, que mostra bem o escrupulo com que procedo n'esta materia delicada, e o desejo que tenho de aceitar e merecer por isso a approvação de sua magestade unica ambição que tenho, heide convocar nova junta para se ultimar este assumpto, porque a necessidade continua, e cada vez mais, se faz maior: e é de natureza que não admite demora.

«Deos N. S. pela sua mizericordia queira dar-me luzes para eu conhecer o que heide fazer nesta consternação publica, inspirando-me num meio que seja egualmente proprio a remedial-a, e digno da approvação de sua magestade.

«O meu desejo bem se vê que é encher estes dous fins; porisso não quiz resolver nada.

«De tudo darei conta a V. Ex.<sup>a</sup> para o pôr na presença de sua magestade, para que a mesma Senhora seja servida de prevenir para o futuro semelhantes desordens com a introdução da moeda provincial, segundo o plano, que já tive a honra de pôr na presença de V. Ex.<sup>a</sup>, ou outro que seja mais acertado: mas de nenhuma sorte a lei que sobre isto se fez, porque essa trazia a ruina total d'estas ilhas. (1)

«Nas ilhas do Fayal e Pico vai a mesma e maior desordem: e as devassas, que estão abertas, temo que cheguem a um ponto em que seja mais do serviço de sua magestade sustal-as do que continuá-las; visto ir-se reconhecendo, que é uma porta aberta para satisfação de odios e más vontades, mais depressa do que para se chegar ao conhecimento dos verdadeiros auctores d'estas fabricas, receando-se que

---

(1) Sobre a conveniencia e a desconveniencia da adopção da lei, a que allude o capitão general, isto é, o alvará de 49 de julho de 1766, escreveram suas reflexões alguns homens ilustrados em sciencias economicas da ilha Terceira e S. Miguel, sustentando alguns a conveniencia dos §. §. 8, 9, 10 e 11.

haja poucas famílias ou pessoas, especialmente das de mais qualidade em que directa ou indirectamente se não toque nas sobreditas devassas.

«Não fallo já no crime de acceitar o contestado dinheiro, porque esse não pode ter lugar n'estas ilhas, pela difficuldade de conhecê-lo, e a boa fé com que mutuamente se deve acceitar.

«O que mais que tudo desejo, é que sua magestade e V. Ex.<sup>a</sup> conheçam que a minha vontade n'esta, assim como em todas as outras transacções, não só deste genero mas da minha vida, é merecer o louvor da mesma graça, que se não fossem as minhas oppressões, e o bem de meus filhos, para que devo olhar, seria toda a recompensa que en pertenderia, não só por quarenta annos de taes e quaes serviços, que tenho tido a honra de fazer-lhe, mas de seculos d'elles, se me fosse possível fazer-lhe-os . . . » (1)

De feito o benemerito governador e capitão general, Diniz Gregorio de Mello Castro e Mendonça, (2) convocou uma segunda junta, no dia vinte de fevereiro do supracitado anno, (1793) no palacio da sua residencia na qual compareceram os ministros, letrados, assim civis como ecclesiasticos, d'aquella cidade, o deão e capitulares da sê d'Angra, os prelados das religiões, a camara, nobreza e povo.

N'esta respeitavel assembléa fez vêr, que tendo-se passado um edital, por deliberação tomada na anterior reunião convocada no dia 28 de janeiro, afim de que os moradores da ilha Terceira, d'entro do termo de 15 dias delatassem as quantias de dinheiro que possuissem, do que n'essa epoca novamente introduzido, se não podera completamente conseguir o desejado resultado, talvez porque a confusão da moeda, já havia annos geralmente corrente, não deixava bem distinguir, pela variedade dos seus differentes cunhos, a moeda novamente introduzida, da antiga de cuja bondade e autoridade sempre nas referidas ilhas se duvidou.

Algumas pessoas fizeram uzo da palavra, assim para mostrarem a inefficacia das medidas tomadas precedentemente; como outros para sustentarem a urgencia da adopção d'outras que parecessem mais praticas.

E não sendo possível chegar-se a um accordo sobre a selecção ou escolha das moedas, por ser nas circumstancias expostas um impossível identificar-se o cunho da que fosse permittida a sua livre circulação; conveio-se afinal:—que o capitão general animado pela sua reconhecida prudencia e zêlo pelo bem publico, lhe fosse concedido um voto de confiança; a fim de que tomasse as medidas que lhe parecessem mais conducentes ás exigencias do momento.

(1) Archivo antigo dos capitães generaes (no governo Civil d'Angra) L.<sup>o</sup> 1.<sup>o</sup> da correspondencia com o ministerio, f. 88 e seg.

(2) Era ascendente da actual e distincta casa das condes das Galvâs.

Com estes poderes descripticionarios tomou o capitão general a deliberação de fazer expedir, e publicar um edital, no dia 24 de febreiro para que *interinamente* corresse toda moeda de prata do mesmo modo em que sempre girára de qualquer marca e cunho que fosse; dando em taes termos para signal infalivel da bondade ou maldade do dinheiro em questão, *ser ou não ser de prata*; persuadido de que por esta forma se adquiriria a quietação e socego d'aquelles povos, como effectivamente succedeu.

«Qui prévient le besoin, prévient souvent le crime.

«La paupreté de grande et le faste révolte.»—*Dellile*.

As formaes palavras do referido edital eram as seguintes:

«Girasse toda a moeda de prata de qualquer cunho ou marca que fosse, e da forma que sempre giron; e que á excepção dos vintens, dez reis e cinco reis de cobre, se não admittisse o uso d'outro qualquer dinheiro, posto que disfarçada com o nome ou capta de prata; e que com elle se não comprasse, se não vendesse, se não pagassem dividas, e se não fizesse contracto algum...; e quando as partes tivessem duvida na sua materia e qualidade, o apresentasse ao contraste para este o declarar corrente, no caso de o ser; e não o sendo que fosse cortado e reduzido a estado de se não uzar d'ella.»

O solícito capitão general, dando parte ao governo das ulteriores medidas que tomara sobre este momentoso assumpto, d'est'arte se expressava em seu officio de 26 de março do mesmo anno: (1793)

«Pelo meu officio de trinta de janeiro passado, e documentos que o acompanharam fiz vêr a V. Ex.<sup>a</sup> o estado em que estavam as cousas a respeito do dinheiro; d'este que tambem agora ponho na sua presença munido tambem dos respectivos documentos, será constante a V. Ex.<sup>a</sup> as medidas que tomei, para restituir a paz e tranquillidade a estes povos; que com effeito ficam socegados e satisfeitos.

«Findos que foram os quinze dias do primeiro edital, convoquei nova junta, e mais numerosa; e á vista das poucas que se delataram, e das grandes quantias proporcionalmente, que declararam, se pode formar um provavel juizo do muito que havia d'este dinheiro; e a razão porque não se dilataram mais foi a mesma que legitima o curso do mesmo dinheiro, isto é, a difficuldade de se conhecer...

«Certificado, pois, da vexação do povo d'esta ilha, que era maior do que se pode dizer, pela falta da circulação d'esta tal e qual moeda segundo se vê do termo, que então se fez e cuja copia vaé com este, mandei publicar o edital da copia tambem inclusa, onde só dou por signal infalivel, (e não pode haver outro) da bondade ou maldade do dinheiro em questão ser ou não ser de prata: E com isto parou toda a desordem e ficou tudo não só accommodado, mas satisfeito.

«Todavia, isto apenas foi uma providencia interina para obviar

o mal presente; mas para o que pôde vir, será preciso rogar a sua magestade queira dar outra absoluta e mais efficaz.

«Na ilha do Fayal vae ainda maior desordem e alguma tambem na ilha de S. Miguel.

«Finalmente em todas estas illhas tem havido maior ou menor novidade sobre o ponto da moeda; e todas as illhas estão necessitadas que sua magestade attenda para isto.

«Eu lembro o plano, que d'aquí mandei, como unico que se pôde adoptar, sem prejuizo de sua magestade, n'ém d'estes povos, que não podem com a menor perda.

«Não ha nada que innovar n'elle, excepto talvez sobre o peso em razão de continuar sempre a cercear se, e consequentemente ir diminuindo aquelle; e por isso mesmo, quanto mais se demorar a providencia, mais difficullosa se hade fazer esta ao tempo de se dar que ha-de ser de necessidade um dia ou outro.» (1)

Um escriptor da ilha do Fayal, na sua=Memoria sobre a moeda =referindo-se ligeiramente sobre estes factos assim se expressa:

«Nos annos de 1786 e 1787 se entrou em todas estas illhas a fazer dinheiro novo, não em muita abundancia, mas logo se deu por elle; e o juiz, que então era, o Dr. José Filippe Ferreira Cabral, mandou por um pregão, que se não puzesse duvida alguma que todo corresse, com pena de trinta dias de cadeia, e seis mil reis para o conselho.

«Sucedeu, pois, que d'ali em diante se entrou a fabricar lentamente, em maior porção, e quando foi em 1790, 1791, 1792 até janeiro de 1793 era já em tanto excesso, que absolutamente não havia um tostão em todas estas illhas que não fosse *noro*; de *forma* que até a *prata* que o seu regular preço era de 100 até 120 reis, chegou a comprar-se a 320 rs. cada oitava; como tambem a *serrilha*, que davam por cada uma quarta a 400 rs., isto os que faziam dinheiro, que eram tantos que se dizia que n'esta ilha excediam ao numero de cem.

«Chegou a tanto a desordem que não só furtaram um castiçal de prata da capella mór da egreja do Carmo senão arrombaram a ermida de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Livramento e levaram o calix e ponde escapar a patena, suppõe-se por medo no acto do roubo.

«Reduziram todo o dinheiro velho a serrilhas a um maldito dinheiro tão desfigurado, que a maior parte não tinha figura tanto na pequenez como no cunho; e ultimamente vendo que já não havia *prata*, entraram a fazel-o de muitos metaes, como latão, cobre, estanho &c.; e até se viraram aos alfinetes, que não licon algum nas lojas; e até *colheres de metal branco*, d'ellas fizeram dinheiro; fazendo-o tambem na cadeia os presos, que a justiça prendia.

«O povo que foi vendo isto, entrou a pôr duvida na accitação,

(1) Arch. ant. dos capitães generaes, L.<sup>a</sup> 1.<sup>a</sup>, f. 90 v.<sup>a</sup>.

de forma que para se receber iam com o tal dinheiro á casa do juiz do officio de ourives, para o tocar e com ordem da justiça, para este cortar o que fosse viciado. Assim se executara, cortando bastante; e alem d'isso lhe pagavam; mas foi crescendo a desordem de forma que finalmente veio a parar em que pessoa alguma o queria acceitar.

«Entraram então os povos a governarem-se com o troco dos effeitos, como dando na pesqueira os creados das casas vinho, milho, inhames e outros generos por peixe; e da mesma maneira os que podiam fazer se iam valendo dos effeitos; via-se a maior consternação: e então o juiz de fóra que estava de novo, o Dr. Ferreira Maciel, vendo a desordem que ia no povo, mandou lançar pregão: — que todo o dinheiro que fosse prata se aceitasse. Não valendo cousa alguma tal pregão, porque como já lhe tinham perdido o respeito com muitos pasquins, que espalharam já delatando-lhe os fabricantes, já pedindo-lhe a captura d'elles, já finalmente increpando-o de pouco vigilante e parcial, ninguém observou tal pregão.

«Havia tanto medo dos ladros fabricantes, que até algumas egresjas chegaram a guardar os castiões e lampadas de prata, e pôr em seu logar de latão com medo que fossem roubados. . . . .» (1)

## IX

Chegando novas á ilha de S. Miguel da crise monetaria, que havia abatado e entorpecido o commercio interno da ilha Terceira e Fayal, tendo posto os seus habitantes na maior angustia; e sabendo-se contemporaneamente as providencias interinas que havia dado o benemérito capitão general, começaram os negociantes da cidade de Ponta Delgada a regeitar toda a moeda desacreditada, á excepção das *pezetas castelhanas* as quaes abundavam na ilha de S. Miguel.

Em consequencia d'esta inopinada resolução do corpo commercial, dirigiu se a camara de Ponta Delgada ao capitão general expondo-lhe em sua representação de 25 de maio de 1793 o seguinte:

«A camara da cidade de Ponta Delgada expõe reverentemente a V. Ex.<sup>a</sup>, que toda a ilha de S. Miguel se acha n'uma grande consternação, em razão do empate que actualmente soffre o giro do commercio, por se regeitar a moeda que corre nas mais ilhas dos Açores, por effeito da providencia interina que V. Ex.<sup>a</sup> foi servido dar até segunda ordem.

«Em uma situação tão critica se tem lembrado a mesma camara da sandavel providencia dada no alvará de 20 de outubro de 1785,

---

(1) Costa Rebello=O Incentivo—folha politica e litteraria da ilha do Fayal n.º 49 de 9 de janeiro de 1858.

para fazer girar aquella moeda, que não for de lei, unicamente pelo seu peso se a materia não for falsificada.

«Como, porem, a moeda castelhana está auctorisada para correr nas ilhas, dos Açores, na qualidade de dinheiro provincial, desde o tempo da occupação dos Filippes, e se recebesse assim mesmo nas casas fiscaes, e administrações publicas, entende o senado que não pode innovar sobre uma materia de tanta ponderação sem ordem superior; e espera que V. Ex.<sup>a</sup> attendendo ás funestas consequencias d'um caso tão desesperado, haja por bem ou ampliar á sobredita ilha as providencias dadas na capital, ou occorrer a uma grande desordem como esta com aquelle remedio, que lhe parecer mais opportuno e com aquella brevidade que o caso pede.» (1)

Mais d um mez depois d'esta representação recebida é que houve da ilha Terceira, embarcação para a ilha de S. Miguel; e respondendo o capitão general Diniz Gregorio á Camara de Ponta Delgada sob a data de 8 de julho o fez pelo seguinte theor:

«Foi me presente o officio de V. M.<sup>ce</sup> de 25 de maio passado sobre a grande consternação em que se acha essa ilha, por causa do empate, que actualmente soffre o giro do commercio, em razão de se regeitar a moeda que corre nas mais ilhas, pedindo-me, por fim, uma providencia igual á que dei interinamente n'esta capital em semelhantes circumstancias.

«Devo dizer á V. M.<sup>ces</sup> que para eu vir a este passo, a que V. M.<sup>ces</sup> alludem, precederam diligencias que V. M.<sup>ces</sup> não tem feito: por isso não posso dar presentemente outra providencia que não seja a de ordenar a V. M.<sup>ces</sup>, que convocando a nobreza e povo, como tambem o clero, e com muita especialidade os commerciantes, ouça sobre esta materia os seus pareceres; e indaguem sobre a necessidade ou não necessidade de se fazer girar essa casta de moeda, que examinaram tambem, se ha annos que corre: e se tolera; ou se é inteiramente nova e apparecida de repente, e ultimamente, se é de prata, e. se snpprimida ella, por nova e defeituosa haverá bastante dinheiro serrilhado, ou outro conhecidamente bom, com que se possa enterter o commercio e uzo commum da vida, sem prejuizo da lóã fé, com que até agora se acceitou o outro e sem se arruinarem respectivamente ás suas forças os individuos que o possuem. Do que tudo formarão um auto, que me remetterão, para eu á vista d'elle dar interinamente as providencias, vista a distancia em que se caha sua magestade. . . . »

Em consequencia d'esta prudente e sensata resposta, propria da

---

(1) Assignaram esta representação o juiz de fóra presidente da camara, Antonio Luiz Borges Rebello da Silveira,—e os vereadores Agostinho Cymbron Borges de Sousa,—Luiz José Velho de Mello Cabral,—José Jacinto d'Andrade A baquerque Bettencourt,—Pedro Barbosa da Silva.

rectidão e imparcialidade com que sempre procedia Diniz Gregorio de Mello e Mendonça, a camara da cidade da ilha de S. Miguel se reuniu em sessão extraordinaria, no dia 24 de julho do precitado anno, sob a presidencia do seu juiz de fora, que então era o Dr. Antonio Luiz Borges Rebello da Silveira; havendo previamente convocado para esta reunião um grande numero de pessoas de todas as classes da sociedade; sendo esta a reunião mais popular e numerosa, que até áquella época houve na camara de Ponta Delgada.

Trazido ao campo da discussão o para que eram ali reunidos, divergiram os pareceres: uns sustentavam que se havia supprimir a moeda que não fosse perfeita e circular, porque em quanto corresse a recortada (ainda que estivesse no seu primitivo estado) sempre ficaria lugar aos falsificadores para a recortar, e aos fabricantes para a fundir ou contra cunhar.

Opinavam outros: que esta supressão faria grande falta na circulação necessaria, e causaria consideravel prejuizo a quem tivesse aultada porção d'esta moeda.

A este parecer se encostava com signaes de approvação o supracitado juiz de fôra (que era oriundo d'aquella ilha) e não pequeno numero de negociantes.

O Dr. Antonio Francisco de Carvalho, natural da referida cidade, grande proprietario, e um dos primeiros exportadores da sobredita ilha, tomando a mão assim discursou:

«Nobilissimo Senado—Meus Senhores:

«Como é publico que o fim que nos junta na respeitavel presença d'este senado é a ordem do Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. governador e capitão general d'estas ilhas, para se calcular n'esta assemblea a conveniencia ou desconveniencia do giro da nossa moeda provincial, falsificada, d'alguns tempos a esta parte.

«E considerando eu por um lado a impertancia d'este negocio, de que pende a tranquillidade, o credito, a riqueza e a subsistencia da minha patria; e por outro lado, que n'esta tumultuosa confusão de vozes, ficariam suffocados os sentimentos particulares, me animo a dar a minha opinião por escripto, tal qual é, a seguinte:

«Ninguem ignora, que todas as differentes qualidades da nossa moeda de prata provincial são externas, fabricadas fora do nosso reino, e introduzidas n'esta ilha á proporção do augmento do seu commercio externo.

«Os monumentos publicos do primeiro seculo do seu descobrimento, dão bem a conhecer que a moeda reinicola aqui girava.

«Ao depois a frequente habitação com os castelhanos, pela nossa sujeição aos Philippes o commercio externo com as ilhas Canarias, Madeira e com as colonias Americanas deram causa á introdução das

differentes moedas de prata serrilhadas e cortadas com que a ilha se rege ha quasi dois seculos.

«Presentemente se acha alterada esta nossa moeda provincial, tanto pela mistura da *nova moeda* falsamente fabricada, ou introduzida, como pelo diminuto valor com que a antiga se acha cerceada.

«E', pois, do nosso dever, o indagar em beneficio, commum: — se no estado actual d'esta desordem convem prohibir a referida moeda falsa e cortada:—ou se se deve tolerar o seu giro.

«Quanto a mim, ponco é preciso reflectir para se concluir, que toda a nossa conveniencia consiste em retermos só aquella moeda boa e legitima, e cujo valor intrinseco, ou arbitrario, corresponder ao intrinseco, isto é, á sua materia e peso; repelindo toda a outra moeda falsa novamente fabricada, ou introduzida de qualquer forma.

«A moeda é o numerador que determina os nossos patrimonios, e por onde os estabelecimentos solidos se calculam; é, pois, da ultima consequencia, que estejamos certos do seu valor real e seguros de que não é falsificada.

«As frequentes necessidades com que os homens se enlaçam na sociedade, as permutações, os serviços industriaes ou pessoas, fizeram estabelecer a moeda, como uma medida certa, que equilibrasse com o seu valor justo todas as cousas corporaes ou incorporaes, que são necessarias para a vida civil e natural.

«Quando ella é boa e verdadeira, tudo fica balançado e o equilibrio é facil.

«Pelo contrario quando a moeda é má, quando é falsificada, não ha nem compensação nem igualdade.

«De qualquer corporação que se considere o homem civil elle será naturalmente prejudicado, logo que girar uma moeda falsificada este equivalente das suas trocas lhe irá diminuindo o patrimonio, a medida lhe será cada vez mais escassa até que se constitua em uma total ruina.

«Eis aqui os males que nos ameaçam, e que já nos cercam, e em que vamos a precipitar a nossa patria, o seu florente commercio, o seu credito, e a sua riqueza, se não repelimos este flagelo d'esta moeda falsa que nos inunda.

«E ainda quando a nossa ruina não fosse tão evidente a respeito dos nossos patrimonios, só a atrocidade do delicto seria motivo sobejo para repelirmos uma — moeda falsificada; na certeza de que este é o unico e mais proporcionado meio de conter esta desordem.

«A lei é rigorosa n'este ponto: o delicto é dos mais atrozes; elle ataca os supremos direitos magestáticos.

«Os crimes de peculato, de falsidade, lesa magestade, e sacrilegio, tudo se une a este horroroso attentado; contudo, nada pode conter o coração do homem máo quando se lhe propõe vantagens interessantes, e a experiencia confirma esta verdade.



«Só, pois, quando esse fabricante falsario, não achar premio no seu delicto, deixará de o perpetrar; o que só se verificará prohibindo o giro de similhante moeda.

«Este é o meu debil sentimento; e reduzindo o á pratica concluo —que as moedas de prata, que só devem correr francamente na nossa ilha são as *serrilhas* de qualquer especie, despresando o demasidado escrúpulo, com que as vejo regeitar, ao mesmo tempo que ellas giram, sem repudio, na nossa corte, e em todas as praças mercantes, com a differença do seu proporcionado cambio.

«E quanto a mais dinheiro, chamado *cascalho* (que era a tal moeda falsificada) seja antigo ou moderno, seja fabricado n'esta ilha ou fóra d'ella, penso que o seu giro se deve prohibir como dinheiro corrente ficando só admissivel nos termos da lei de 20 d'outubro de 1783.

«En bem prevejo que d'este estabelecimento geral nos podem resultar algumas desconveniencias; mas sendo consequencias, não devemos tratá-las presentemente; esperando que este senado tomará as competentes medidas para evitá-las, como lhe incumbe.»

Depois de ler este discurso que foi muito applaudido, o mandon para a mesa.

Com a adopção d'este parecer, que foi votado pela maioria, ficaram os povos da ilha de S. Miguel na pacifica posse de só ter livre circulação as *pezetas castelhanas*, ali chamadas vulgarmente *serrilhas* e regeitadas totalmente as moedas falsificadas.

Contra a especulação publica, porem, decorridos poucos mezes apoz estas providencias reclamadas pelo interesse publico do commercio e agricultura da ilha, isto é, no primeiro do mez de novembro do referido anno de 1793, o corregedor d'aquella comarca, que então era o Dr. Francisco Luciano de Freitas Esmeraldo, por ventura fascinado pelas astuciosas sngestões dos agiotas e protectores dos fabricadores da moeda refusada, não aguardando o praz-me do capitão general á resolução tomada pela camara na reunião de 24 de julho, fez publicar um edital permittindo que girasse toda a moeda livremente; indo assim em diametral opposição á votação da maioria das mais qualificadas e illustradas pessoas, que compareceram á sessão extraordinaria da camara.

Contra esta medida inconsiderada e imprudente se pronunciarão as corporações do clero, commerciantes e muitos dos principaes cavalheiros.

O sobredito corregedor Esmeraldo era bem intencionado e recto; e vendo esta questão da moeda atravez d'um prisma mais claro, por outro edital no mez de dezembro declarou: que n'aquelle primeiro se não devia entender a moeda falsa; e no segundo foi mais claro e explicito em harmonia com o accordo tomado na camara.

Poucos dias depois investido na corregedoria d'esta mesma co-

marca o Dr. José Joaquim de S. Thiago Figueiredo Gonçalves, e reeando-se que elle desse outra direcção menos conveniente a um negocio de tanta magnitude, como para todos era este da crise monetaria lhe indereçaram um negociante e principaes proprietarios uma representação, affin de que elle integralmente mantivesse as disposições do ulterior edital do seu predecessor.

Acquiescendo á supplica dos signatarios revalidou por outro edital, em termos os mais terminantes a prohibição de girar a moeda falsificada, restringindo o livre curso á moeda serrilhada hespanhola, considerada como moeda provincial. (1)

## X

O finamento do benemerito e illustrado governador e capitão general, Diniz Gregorio de Mello Castro e Mendonça, acontecido no ultimo mez do anno de 1793, geralmente sentido em todo o archipelago açoriano, animando os fabricadores e introductores da moeda falsa, viram-se renovadas as antigas e deploraveis scenas e em maior escala.

Ao salutar edital de 24 de fevreiro de 1793 publicado pelo fallecido capitão general, que n'essa epoca todos interpretavam litteralmente, depois da sua morte lhe davam diversa intelligencia, dando-lhe certeira mente um sentido mais lato; pois sendo o seu espirito fazer girar toda a moeda de prata, de qualquer cunho ou marca, que legitimamente sempre corrêra na ilha Terceira, e algumas sob as vulgares denominações de *tostões d'aguilhada de ponta de barra moedinhas* e outras denominações, que lhe dava o povo, principiaram a sustentar, que em taes palavras se devia entender comprehendida a infame *moeda nova*, que com descaro começaram a fazer apparecer nos mercados, e nos trocos com muito maior excesso, e tão escandalosamente, que se estava conhecendo ser a dita moeda fundida de pouco tempo, areada, e viciada em sua materia, sendo em tennidade a prata que continha; e quasi toda ella reduzida a tostões, tão infimos e tão diminutos que cada um não poderia ter valor intrinseco que excedesse a vinte reis.

Pelo obito do sobredito capitão general, ficára no governo interino das illhas dos Açores um homem venerando, o douto bispo d'Angra D. fr. José d'Ave Maria Leite da Costa e Silva, tendo por adjunto o illustrado corregedor d'aquella comarca o desembargador Manoel José d'Arriaga Brum da Silveira. (2)

(1) Arch. ant. da camara de Ponta Delgada. L.<sup>a</sup> dos accordãos d'esses annos, f. 91 e 92 v.

(2) Por alvará de 12 de dezembro de 1770 ficou regulado que por falta ou ausencia dos governadores e capitães generaes ficaria interinamente no gover-

Os moedeiros falsos, que temeram o bastão de Diniz Gregorio, pareciam querer com a sua audacia vergar a vara, que empunhava Arriaga, e o baculo que sustenta a tremula mão de D. fr. José d'Ave Maria, porem este ainda que vergado ao peso dos annos, tinha coragem evangelica para combater as ambições humanas, castigar o crime, e obstar a essa grangearia culposa, com que mercadejavam. Tomavam a humildade do governador mitrado por fraqueza e irresolução.

Enganaram-se: Para todos os mortaes é todo o logar campanha; e não será soldado senão quem deixar de ser homem (1).

A camara d'Angra de tudo inteirada, endereçou ao governo interino a seguinte

### Representação

«Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup>, e Ill.<sup>mo</sup> Sur.

«A obrigação que nos assiste de procurar todo o remedio e providencias sobre os vexames e oppressões do povo d'esta cidade e seu termo, e ainda o de toda a ilha, que á mesma cidade concorrem, nos obriga a expor na presença de V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> e S.<sup>a</sup> a causa e origem dos maiores vexames, que padece o mesmo povo, a fim de que com o seu alto poder darem as providencias, que parecerem mais proficuas e proporcionadas.

«E' origem de todas essas oppressões a desordem que se vê e descobre na moeda que apparece, porque sepultada, supprimida, ou talvez transtornada a que corria, toda de prata e essa legitima ainda que muito e demasiadamente cerceada, não se vê mais que uma moeda chamada *tostão*, seus cunhos claros, e na sua maior parte de metaes diferentes, e sem valor intrinseco que possa exceder a *rintem* e *trinta reis* conhecendo-se bem e claramente ser fundida e fabricada por individuos esquecidos de ser catholico e christão e até dos preceitos da humanidade, para que toda a nação sempre olha; e fiados em que, posto se devasse d'estes como se tem devassado, que nunca pode haver prova, que os comprehenda, pelas cautellas de que uzam, o que tem mostrado a experiencia, com o nenhum effeito, que tem resultado das exactas diligencias e dos rigorosos summarios, a que se tem procedido.

---

no o bispo, e por sua falta o deão, o corregedor, como primeira auctoridade judicial, e o official militar de maior patente, ou o mais antigo; e que estando no governo apenas dois, quando fossem diferentes em pareceres, chamassem um terceiro, sendo ministro de letras, para ficar resolvida a divergencia; e na falta d'este o vereador da camara da cidade, que fosse mais velho. Com este providente alvará cessaram muitas ambições, questões, intrigas e desordens sobre o governo e preferencias que redundavam em prejuizo publico.

O alvará a que se refere a nota acima, está impresso n'este *Archivo*, Vol. VIII, p. 185.  
(Nota da Redacção)

(1) Militia est vita hominis super terram.—Jacob, L.<sup>a</sup> 7.<sup>a</sup>.

N.<sup>o</sup> 52—Vol. IX—1887.

«E d'aqui provem o irem elles continuando n'essa fabrica de moeda falsa, assim n'esta, como nas mais ilhas, de que se tem espalhado a quantidade, quotidianamente se está mostrando, e com que se atravessam todos os viveres; de forma que tem subido a um excesso de preço nunca visto; e continuando esta desordem, é certa a ruína e dissolução d'esta ilha, pelo que ella se deve evitar, e dar-se-lhe alguma interina providencia, em quanto a não temos de sua magestade. a quem é constante ter-se dado conta do estado das cousas a este respeito pelas suas secretarias.

«Este pessimo mal começou a grassar já em vida do Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Diniz Gregorio de Mello Castro e Mendonça, governador e capitão general d'estas ilhas, e que Deus tem em gloria; e o mesmo Ex.<sup>mo</sup> Sr. vendo a desordem em que o povo se achava, por que então á excepção da moeda de serrilha, que pouco apparecia, de toda a mais duvidava, e estava parado o commercio, e o giro de comprar e vender; e tomando o mesmo Ex.<sup>mo</sup> Sr. sobre o ponto todas as informações necessarias, e nas sessões, que a esse respeito fez deliberou dar a providencia, que deu por força d'um edital, cuja substancia é a seguinte . . . (1)

«Esta providencia d'aquelle Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Snr. está bem clara; d'ella se vê,—que só devia girar a moeda que até então estava girando, fosse de que cunho fosse, de prata, e devia e deve ser a prata do valor da lei, e do toque ou quilate, que é necessario para a moeda; e nenhuma ou outra coisa se deve ou pôde presumir da mente e espirito literal do mesmo edital, que tambem se não pôde sem esse grande entender, que quiz comprehender prata que não fosse do toque e quilate da moeda e dinheiro.

«Porem a reprovada e reprehensivel ambição dos que entraram a fabricar a moeda, abusen d'essa saudavel providencia, porque se está vendo um continuo giro de moeda, que nem cunhos tem claros na sua maior parte; nem é de prata legitima; e se alguma tem é muito menos do que são os metaes que n'ella misturam; de forma que é voz constante, que d'uma moeda de *serrilha* que corre por 200 rs. fazem 1:200 rs., e ás vezes mais; e o peso porque se tem feito essa experiencia, o tem mostrado; e continuando esta manobra, fica a ilha destruida e a poucos passos são os fabricadores senhores de tudo.

«Estas mesmas fabricas tem multiplicado muitos negociantes, ou *tratantes* com o nome de negociantes, sem o serem, e se poderem gosar as regalias dos que o são, como segundo a lei, matriculados; e estes são uns grandes atravessadores a todos os fructos e generos da ilha, sem se desajustarem em preços; espalhando d'essa pessima moeda o que se lhes pede; e convidando assim a venderem lhes tudo o que elles querem comprar: ponto este, para que ha uma grande ca-

(1) Omittimos esta parte porque já demos noticia do edital.

rencia de olhar, porque taes tratantes não são uteis ao commercio, ao publico e á real fazenda: mas sim muito prejudiciaes, porque os seus maiores giros e traficancias, a que elles chamam negociações, são em contrabandos e não em generos. dos que a ilha carece; atenuam o commercio, prejudicam aos negociantes de boa fê, ao publico, e á mesma real fazenda; e por isso se devem evitar absolutamente.

«Em fim de todas estas desordens, tem rezultado subirem até os jornaes dos trabalhadores, dos artifices, dos officiaes de todos os officios, e até dos materiaes para quaesquer obras; e nenhum effeito contra tanta desordem se poderá conseguir, sem que seja por uma providencia sobre a moeda; e nenhuma outra se pôde considerar proficua, a não ser a de se sellar com um signal e sello, toda a que está correndo, e que for de prata, capaz de receber; porque outra qualquer providencia que se dê, se hade abusar da mesma, como a experiencia nos tem mostrado; e assim como a consideração da causa publica foi a base fundamental do sobredito edital; e por emquanto o pedisse a mesma causa publica, esta mesma consideração urge agora, para se signalar a moeda, que deve correr em uma forma, e com uma cautella, que se não possa furtar e adulterar o sello e signal, com que for signalada, pois que só assim poderão cessar as fabricas, que são a causa e origem de toda a ruina, como é sabido.

«Esta providencia em nada offende a pendencia da conta, que se tem dado a sua magestade, nem se oppõe á razão de estar o negocio affecto á mesma Sr.<sup>a</sup>, porque deve ser só interina, e por em quanto não houver regia providencia; e como esta poderá ter demora, o que se vae experimentando, e estamos com um tão grande e pessimo mal á vista, que vae crescendo e nos vae atacando de dia em dia, se deve perceber e evitar com remedio opportuno sem demora, e sem dilação de tempo, pois que toda nos é prejudicialissima.

«Alem d'esta providencia se carece tambem a de se acautellar que não se introduzam sommas d'essa falsissima moeda n'esta ilha de S. Miguel, Fayal, e Pico e de outras mais; ao mesmo passo qua na de S. Miguel já se não consente girar senão *serrilha*, oiro e cobre; na da Graciosa tambem não se aceita senão a mesma qualidade de moeda, e a chamada de *barra*, sendo da antiga, que corria e girava; e nenhuma acceitação se faz d'esta infima moeda, que aqui está correndo; e na do Fayal a vão já expulsando como se vio com o procedimento que na mesma houve com um traficante, que por isso se passou como corrido, á da Graciosa, e d'ahi correram com elle, até que veio para esta pobre cidade, aonde tem feito emprego de toda essa moeda, que nas ditas ilhas lhe não quizeram aceitar nem consentir, o que certamente é para lastimar.

«... Para esta mesma providencia não é bastante um só contraste e ensaiador, devem eleger-se mais; deve encarregar-se lhe juramento para que façam selecção da moeda que for de prata do valor e qui-

late de lei para dinheiro, porque o edital nenhuma outra cousa quer, e demais, salva-se d'alguma forma o disposto na lei de 20 d'outubro de 1785; devem nomear-se sujeitos de inteira intrepidez, que assistam com vigilancia, e fiscaes por parte do bem publico, e vigiar sobre os ensaiadores, e sobre a conserva e guarda dos ferros, que se fizerem para carimbarem a moeda, de forma que se não furem ou desencaminhem; deve encarregar-se juramento ao official que os fizer, para que guarde toda a fidelidade debaixo das penas dos que fazem moeda falsa; e darem-se enfim as mais providencias precantellativas que este ponto para si está exigindo. . . . Camara d'Angra 22 de julho de 1794. . . . »

## XI

Sendo prevenido o bispo governador em um dia de sessão da junta da real fazenda, que o arrematante dos contractos reaes n'aquelle mesmo dia tinha d'entrar nos cofres publicos com diversas porções de moeda: e que constava, que posto que estava *contrastada*, era falsissima na materia e na forma; aguardou o bispo a chegada dos referidos arrematantes; e ora exhortando-os paternalmente, ora repellindo, com prudencia a tenacidade com que resestiam, que a alludida moeda lhes fosse acceite, tiveram afinal de ceder ás snasorias reflexões do bispo levando a moeda registada, e satisfazendo depois com a que, na conformidade do já citado edital estava considerada legal.

Em consequencia do desagradavel aspecto que assim ia tomando a crise monetaria, o bispo significou ao seu adjunto no governo interino, e aos mais ministros, deputados da junta, a instante necessidade que havia de providencias sobre o negocio da moeda, de tanto momento; parecendo-lhe da mais alta conveniencia, que se fizesse uma solenne reunião, de todas as classes da sociedade, a fim de que reunindo-se todas as intelligencias locais e os homens mais competentes, se adoptassem, sem detença, as mais acertadas providencias, que cohibissem os frequentes inconvenientes que eram geralmente apontados como causal do tolerado curso d'essa moeda; sendo outro sim d'opinião, que houvesse alguma sessão preparatoria, antes da sessão publica.

Um *ms.* anonimo que temos á vista escripto n'aquella epoca, fazendo encomios ao bispo, e alludiudo a este facto, assim se expressa:

«Esta proposição (do bispo) causou nojo ao Dr. Corregedor (Mauel José d'Arriaga Brum da Silveira) que ficou de fallar particularmente no dia seguinte com o Ex.<sup>mo</sup> Bispo; mas como quer que se passassem trez, e não apparecesse, lhe foi dirigida uma carta d'offi-

cio para que no dia n'ella determinado comparecesse na secretaria do governo, para ali conferirem o que mais justo fosse.

Todavia compareceo, porem, discordando do que propunha o Ex.<sup>mo</sup> Bispo, foi chamado o dr. procurador da real fazenda para desempatar os votos aa conformidade da lei. . . . .»

Defeito houve a primeira conferencia preparatoria, na manhã do dia 10 de setembro do mesmo anno de 1794, na secretaria do governo e palacio dos governadores.

E propondo o bispo governador:

Se conviria que se fizesse uma numerosa reunião, de clero, nobreza e povo, para se tomarem novas e energicas providencias á cerca da moeda como a elle bispo parecia ser a primeira providencia mais acertada a adoptar?

Sustentou a mesma opinião do bispo governador o desembargador superintendente das alfandegas d'estas ilhas.

Combateu-a o desembargador corregedor, declarando, que protestava não ser responsavel a sua magestade nem ao publico por qualquer incidente que acontecesse d'esta nova resolução que se quera tomar; e que como membro do governo provisório assignaria debaixo deste mesmo protexto todas as ordens e avisos que fossem necessarios para ultimar-se este negocio

Passando o mesmo corregedor a propor:

Se se devia fazer girar a moeda corrente até áquella epoca, em quanto se não dêsse outra providencia em contrario, visto que julgava que nos termos de se convocar a dita reunião, poderia ser a noticia desta convocação causa d'alguma mudança entre o povo; sobre aceitar ou não a dita moeda, por entre elles se pensar que era esta reunião tendente a fazer só girar o *serrilha*, e parecer a elle corregedor violencia continuar a obrigar-os a aceitar a corrente moeda?

Esta duvida do corregedor, por votação, foi resolvida, decididamente, — que a moeda até então considerada corrente, continuasse o seu livre curso, em quanto não houvesse decisão em contrario.

Do que se passára n'esta reunião preparatoria se lavrara uma acta, que temos á vista, sobrescripta pelo official da secretaria do governo, José Francisco Xavier.

Será de menos difficil explicação a posição, um pouco notavel, do desembargador Arriaga n'esta reunião preparatoria, e mesmo como se houve, já na qualidade de corregedor, já na de membro adjuncto do governo interino. em toda esta questão da moeda, sendo a sua opinião por vezes hesitante e contradictoria, se soubermos que o referido corregedor estava aparentado com muitas pessoas das principaes familias da ilha do Fayal, que não pareciam estranhas ao negocio da moeda falsa, as quaes tinham sabido sempre illudir as devassas e os summarios, tornando inutil toda a acção da justiça.

Resolvida pela maioria, de votos, na conferencia supracitada do

dia 10 de setembro, que se convocasse a grande reunião proposta pelo bispo governador, foi prefixado o dia 16 do mesmo mez para a reunião d'esta solemne assemblea; na qual compareceram mais de 200 pessoas—as camaras da cidade, da villa da Praia e da villa de S. Sebastião;—do cabido da sé d'Angra;—dos parochos da maior parte das egrejas da ilha; — dos prelados das egrejas religiosas; — das pessoas mais distinctas da ilha:—dos advogados dos auditorios; — dos principaes proprietarios negociantes e logistas; e alfin todas as auctoridades militares, civis, judiciaes e ecclesiasticas da ilha.

Todas as differentes classes da sociedade ali estavam representadas; todos os interesses foram contemplados; todas as intelligencias foram ouvidas.

A's tres horas da tarde do referido dia 16 se reuniram no palacio da residencia dos governadores e capitães generaes sob a presidencia do bispo governador, D. José d'Ave Maria, o qual em um breve e substancioso discurso propoz á assemblea o objecto da reunião, declarando-lhe que só o zêlo do bem publico era o objecto que tinha em vista, e que o obrigava a pedir a todos, que votassem conforme os dictames das suas consciencias, sem attenderem os interesses proprios.

Aberta a discussão o presidente propoz o seguinte quesito:

E' ou não conveniente o giro da moeda em questão, que está considerada falsa e como tal reprovada?

Pediudo, outro sim que francamente declarassem as medidas, que se deviam tomar, e que fossem mais conformes com a razão e com a justiça; a fim de se obviarem males tão incommensuraveis e restituir os povos á antiga felicidade que desfructaram.

Esta discussão correu com placidez, mas calorosamente porque estava em acção o dualismo entre o bispo governador sustentando uma opinião, e o seu adjuncto no governo, o desembargador corregedor, estabelecendo outra diametralmente opposta á do prelado em um longo discurso, no qual não se restringio á materia em discussão, porem muito longe de mencionar sómente o assumpto sobre que se devia votar, passou a ler a sua motivada tenção, em que de envolta com o seu diffuso parecer ameaça aquelles que o não seguissem. (1)

Findo o discurso do desembargador Arriaga, tomou a mão o Dr. provedor da real fazenda Estevão Machado de Mello e Castro, sustentando que corresse a *serrilha* e cobre: bem como a permutação do trigo e impugnando alguns pontos do discurso do corregedor, por lhes parecerem menos proprios e admissiveis sendo elle um dos membros do governo interino: finalmente concluiu segundo o parecer do bispo governador, por lhes parecer o mais prudente, o mais justo e conveniente na actualidade.

---

(1) Sob o Cap. XII damos a integra do discurso.



O Juiz de fôra João Manoel Pereira da Costa Silveira, levantando-se para responder a alguns pontos do discurso do dr. Mello e Castro, disse, que como deputado da junta da real fazenda, e juiz dos direitos reaes fazia sen protesto; e concluiu seguindo a opinião do corregedor Arriaga.

Fallaram no mesmo sentido, e apoiaram o parecer do corregedor — o arcediago Manoel Ignacio da Silva — o conego José Maria Luné — Jeronimo de Castro — o capitão Diogo José do Rego Botelho — Francisco Muniz Barreto — Alexandre Bento Merens — Francisco Jacome de Bettencourt — José Ignacio Silveira — Manoel Simplicio Ferreira — José da Costa Corrêa — Silvestre Pereira d'Amaral — Antonio Pires Costa — Thomaz José Carvão — João Ignacio Tolledo — Duarte Paim da Camara — Manoel José Garcia — José Ignacio Espinola — José de Barcellos Machado.

Levantando-se todos estes tumultuariamente a fallar e a apoiar calorosamente a opinião do corregedor Arriaga; pediu a palavra o sargento-mór, Felix Caetano Delgado e Mathens José de Mello de Bettencourt sustentando um e outro o parecer do juiz de fôra, Costa da Silveira; e declarando que protestavam pelos dinheiros do cofre; e que exigiam a fiel observancia do edital do fallecido capitão general.

João de Bettencourt de Vasconcellos Corrêa d'Avila opinou, — que corresse a *serrilha*, cobre, e dinheiro chamado de barra antiga.

Hypolito Cesiano Pamplona foi de parecer — que se esperassem as resoluções de sua magestade.

No mesmo sentido fallou o prior do convento da Graça, fr. Pedro de Sant'Anna, o qual entre outras cousas disse — que via a assemblêa tão divergente em um negocio tão grave, para o qual estavam voltadas todas as atenções publicas, pesando sobre o Ex.<sup>mo</sup> Bispo governador toda a responsabilidade das providencias, que o governo interino tomasse, que a prudencia parecia pedir, que se aguardassem as ordens de sua magestade.

Como se a voz do venerando fr. Pedro de Sant'Anna fosse a voz do povo, que eccoasse n'aquelle recinto, se levantaram para apoiar-o os quatro mestres da camara da cidade.

O juiz de fôra da villa da Praia, José Marques da Costa, orou sustentando com diversos argumentos, — que só corresse a *serrilha* e o cobre.

Fallaram no mesmo sentido, o capitão Antonio Borges Leal — João Paim da Camara — o rev.<sup>do</sup> dr. Manoel Lopes Ferraz — o conego João José da Cunha Ferraz, o mestre de campo D. Pedro Antonio Castello Branco, concluindo por pedirem, que fosse posto em pleno vigor o alludido edital.

O vigario Francisco Mendes de Sousa fallou sobre a recrescente necessidade de se prohibir o curso da moeda, que corria com a geral indignação publica; concluindo por pedir, que o governo interino des-

se promptas providencias, a fim de que as *serrilhas* não faltassem em giro.

O dr. José Patricio de Mendonça, assessor da camara da villa de S. Sebastião, discreateou latamente sobre a materia sugeita, mostrando a conveniencia de revalidar-se, com todo o rigor as disposições do edital do finado capitão general Diniz Gregorio, até que chegasse a resolução do governo, sobre o que já lhe havia sido representado ácerca d'esta crise monetaria.

Os vereadores da supracitada villa de S. Sebastião, que se achavam presentes, bem como diversos proprietarios d'aquella localidade que compareceram na reunião, levantaram-se, declarando, que tambem quinhoeavam a mesma opinião.

O revd.<sup>o</sup> dr. Manoel da Silveira Arango, conego e chantre da sé d'Angra, fez diversas considerações tendentes a mostrar a conveniencia de correr a *serrilha* e de se darem desde logo as necessarias providencias, que reclamava a anciedade publica; sem que houvesse n'isso oppressão, nem se faltasse aos preceitos das leis.

O provincial de S. Francisco da cidade, fr. Joaquim Baptista, recopilando os argumentos dos precedentes oradores, com boas razões concluiu, — que corresse a *serrilha*, o cobre e a permutação de generos.

Este parecer foi desenvolvido, com outros argumentos, pelo guardião do mesmo convento fr. Mathens do Rosario; e pelo guardião da villa da Praia, fr. Manoel da Trindade; bem como pelo de St.<sup>o</sup> Antonio do Livramento, fr. Ignacio da Conceição.

O dr. Francisco de Paula de Noronha depois de mostrar a inconveniencia d'alguns dos pareceres, já aqui produzidos, procurou provar, — que só devia permitir-se o livre curso da *serrilha* e do cobre.

E sendo o seu parecer sustentado, em parte por José de Bettencourt e Vasconcellos, accrescentou este, — que tambem corressem os tostões antigos.

Combateu todos os diversos pareceres, José de Bettencourt Silva, sustentando, que eram desnecessarias novas providencias; e que se mantivesse em toda a sua plenitude o citado edital, contra todas as cebrinhas interpretações, que maliciosamente alguns lhe davam.

Domingos Ramos Pimentel, arrematante, de varios contractos reaes, protestou com energia, pelos dinheiros, que tinha, fazendo diversas allegações, sobre a fé dos contractos.

O revd.<sup>o</sup> ouvidor ecclesiastico da villa da Praia, orou pelo curso da *serrilha*, do cobre, e de toda a moeda antiga que não fosse cerceada.

O revd.<sup>o</sup> dr. Anastacio José d'Almeida, fallando contra a distincção da moeda *nova*, ou *velha*, *serrilha* e *cobre* concluiu votando, que corresse toda a moeda n'uma vez que não fosse falsa nem cerceada.

No mesmo sentido fallaram o vigario do Cabo da Praia, e o das Fontainhas.

Antonio de Padua Lopes, foi de parecer, — que corresse todo o dinheiro velho, que sempre corra na ilha.

Diversos proprietarios o appoiaram.

Mandaram para a mesa da presidencia seus pareceres motivados alguns dos principaes cavalheiros da cidade d'Angra, entre estes o dr. Manoel de Barcellos, Jeronimo Martins Pamplona Corte Real, e Antonio Thomé da Fonseca.

Pondo o bispo governador á votação estes differentes pareceres, incluindo o sen. foi approvado, pela maioria de votos, a opinião do dr. corregedor, o desembargador Arriaga, ficando todas as outras prejudicadas, de que se lavrou a seguinte

### Acta

«Em os 16 dias do mez de setembro de 1794, sendo na sala do palacio da residencia dos Ex.<sup>mos</sup> Srs. governadores e capitães generaes d'estas ilhas, convocadas as camaras, ministros seculares e ecclesiasticos, regulares, nobreza e povo, para darem os seus pareceres sobre dever ou não girar a moeda, que actualmente gira, e ahi foi dito pelo dr. juiz de fora, presidente da camara d'esta cidade, que se conformava com o voto do Ill.<sup>mo</sup> Sr. corregedor governador, que trouxe por escripto; e que como deputado da junta da real fazenda, e juiz dos direitos reaes protestava, não ser responsavel por toda a perda e damno resultante ao bem publico e á real fazenda de toda e qualquer determinação tomada contra a formal do edital de 24 de fevereiro de 1793, visto que a este respeito, e d'esta decisão se tinha dado conta a sua magestade, sem cuja resolução nada se podia alterar.

E para constar fiz este assento, que assignou, — José Francisco Xavier, official da secretaria do governo o escrevi; por impedimento do secretario do governador João Manoel Pereira da Costa Silveira.»

Esta deficientissima acta nenhuma luz nos dá sobre esta discussão, que foi importante, não só pelo grande numero de pessoas illustradas e qualificadas, de toda a ilha, que compareceram n'aquella reunião mas maiormente pelo numero das que tomaram parte no debate.

Ouçamos, porem, o que disse no tocante a esta reunião e ás suas deliberações o já citado *ms. anonymo*, coevo com aquelles factos.

« . . . Passou-se depois a ouvirem se todos os ministros, e todos os individuos das diversas corporações, que ali se achavam, e pela sua ordem; e houve mui differentes sentimentos.

«Os votos das pessoas da maior probidade foram do parecer do Ex.<sup>mo</sup> bispo governador; porem foi maior o numero dos que se inclinaram para o dr. corregedor, e para o giro da moeda falsa.

«Mas não era muito que assim succedesse depois de se fazerem

na manhã d'este dia varrer as cadêas, preparar ferros e deitar pela cidade vózes, que seriam presos e remettidos para Lisboa os que votassem na suppressão do falso dinheiro, o que tudo se confirmou, não só pela solicitação de votos, que por insinuação particular, na mesma manhã, fizera o procurador do povo José Christovam de Figueirêdo, mas porque Joaquim José Coelho, mestre da camara, sendo no dia seguinte ao d'assembléa perguntado, da razão que tivera para votar no giro da falsa moeda, respondeu—que fora chamado á casa do dr. corregedor antes de ir para a reunião, e por elle ameaçado e pelo Juiz de fóra, que lá se achava, que o castigariam se o seu voto e os dos mais mestres fosse contrario e opposto ás suas vontades».

## XII

**Discurso do Dr. Corregedor, governador, o desembargador, Manoel José d'Arriaga Brum da Silveira, na sessão do dia 16 de setembro de 1794.**

Senhores!

Como eu fosse de voto contrario á convocação d'esta assembléa e protestasse contra ella e seu resultado, no caso de ser este contra o edital, expedido a favor do giro da moeda corrente, parece-me dever expender os motivos da minha repugnancia, e os d'aquelle protesto, o que passo a fazer.

Primeiro porque havendo-se já dado, não só pelo governo passado, mas pelo actual, em 22 de março corrente conta a sua magestade do estado de consternação em que se achavam os povos d'estas illhas, a respeito da moeda que entre elles gira, na qual, depois de certificar-se a mesma augusta senhora, da admiravel conformidade com que os mesmos povos soffriam os vexames, que nua tão pessima moeda lhes causava, porque viviam (e segunro vivem) esperancados em que sua magestade se dignará um dia, com saudaveis providencias, proprias da sua maternal piedade, ultimar-lhes, d'uma vez, tanta inquietação, se concluia, que lhe supplicavamos, com toda a submissão, quizesse tomar na sua regia consideração um objecto de tanto melindre e ponderação, e dar a respeito d'elle as providencias, que na situação presente das cousas só podia dar-lhe o seu real braço, do qual as esperavamos.

Estando pois affecto á mesma senhora este negocio sem que sobre elle tenha ainda resolvido cousa alguma, é, segundo a expressão da nossa ordem, attentado formal contra o respeito e autoridade devida ao seu real throno, qualquer innovação a que não obrigue uma absoluta e urgentissima necessidade publica.

E esta só deveria reputar-se e ter-se por tal se, havendo desde a publicação do edital expedido a favor do giro interino da corrente moeda, acontecido roubos, assassinos, sedições, tumultos, falta de cultura nas terras, e do giro das cousas mais necessarias á conservação da vida e consequentemente fomes e epidemias, julgando-se a mesma moeda origem de tão grandes males.

N'este caso porque o exige a paz e utilidade publica, seria então prudente a suppressão d'uma tal moeda, e a total derrogação do referido edital, mas como entre os que presentemente compõe este respeitavel congresso, não supponho pessoa alguma que, com verdade diga, que estes males, nos opprimissem ha quatorze dias, não posso considerar senão fantastica e forjada a necessidade publica, caracterisada como, com que, desde então para cá, se tem pretextado ser justa a innovação que se pretende fazer com o presente congresso.

Unas leves e imprudentes murmurações contra nós, os do governo, e mais magistrados, entre aquelles dos habitantes d'este paiz, que não tendo a constancia de soffrer, o que não é, segundo os seus taes ou quaes desejos, julgam não deverem ser igualmente victimas d'um mal, que é geral e só extingnível pelo supremo braço real, é na verdade uma circumstancia, pela lei bem criminosa, pois offende ao respeito que a nossa soberana quer se tenha aos seus delegados; mas sendo um desaffogo dos que teem almas pequenas, não se lhes deve coarctar este refrigerio, que aliaz se lhes faltasse, romperiam em mais perigosos desatinos.

Alguna difficuldade, mas vencível ao menor acêno das justças, da parte dos proprietarios dos generos, assim dos produzidos na terra, como dos importados de fóra em os venderem pela corrente moeda, aquelles do povo que indispensavelmente necessitam para a necessaria subsistencia das suas vidas.

Excessivos preços em todos estes generos, e em tudo quanto a arte e a industria tem inventado, para a manutenção e commodidade d'um povo civilisado: uma insensível e mais propagação d'esta viciosa moeda, grande parte da qual tem sido aqui introduzida das ontras ilhas, em que girava: um contraste em que se tem achado algumas contradições menos por falta de probidade do que opprimido pela lida, em que continuamente o trazem muitas pessoas, que a elle correm, senão é tambem pela difficuldade, que realmente ha, em distinguir este dinheiro.

Tudo isto, supposto seja molesto e incommodo, não o é comtudo tanto, que obrigue ás medidas, que se pretendem tomar, podendo, só por este governo, e sem outra formalidade, remediar-se salvo sempre o determinado pelo edital, e somente restringindo; ou ampliando o mesmo, e muito mais havendo certa noticia de que sua magestade tem tomado já na sua real consideração esta materia e trata de providenciar sobre ella.

E é de recear que sendo as medidas tomadas segundo a figura, em que se lhe representou a causa, mudada esta, não ajuste o remédio com o mal: além de que temos toda a confiança, em que sua magestade disporá as suas providencias de sorte que não sintam estes povos maior prejuizo; e como quaesquer medidas que se tomem destructivas do edital se devam recear totalmente prejudiciaes, e imitar mal a bondade de sua magestade prestar-se a ellas e sacrificar estes povos, objecto tantas vezes da sua piedade e grandeza, a males, que ella não quererá causar lhes, fazendo assim recair sobre um grande numero d'innocentes a pena, que só tocava a essa infame e sordida porção d'alguns comprados que tão indignamente teem trabalhado por destruir na real presença o bom nome, que sempre tiveram os seus concidadãos.

Em segundo lugar que providencias se podem esperar d'esta assemblêa melhores do que aquellas, que dá o dito edital obra da reflexão e prudencia do Ex.<sup>mo</sup> general defuncto; mas fundado nos votos e pareceres d'uma igual assemblêa, que agora se junta talvez para a destruir?

Será por ventura para supprimir-se a moeda cortada, nova ou velha, e correr unicamente a serrilha e o cobre?

Se podesse isto fazer-se seria um meio optimo, e que já muitas vezes tem lembrado, para serenar cabalmente estes povos; mas nas circumstancias em que se acham esta e as mais illas debaixo, eu me não lembraria d'esta visão, se não ouvisse que ha pessoas que assim o publicam.

Passando porem á falta de autoridade para suspender o curso d'uma moeda, approvada, (ao menos a chamada velha) contra a ordem do reino, aonde está esta serrilha, e que meios se tem achado certos, e infalíveis para a fazer girar com a promptidão, que é preciso, para chegar a toda a massa de povo?

Quatro ou cinco pessoas tem serrilhas; e que são quatro ou cinco pessoas com esta moeda; quero suppor cem ou mil, para mais, de trinta mil que a não tem?

As mutuas necessidades da vida, dirão alguns, farão que chegue brevemente a todos: mas este brevemente até onde se estende?

Uma semana?!

Que digo eu?!

Uma semana, um dia que tarde, é necessario que padeçam muitas familias, não só d'aquellas, que não tem cousa propria de que vivam e vivem do que recebem dos outros, mas tambem d'essas que, tendo grande copia de dinheiro, d'aquelle, que mandava acceitar este mesmo poder, que agora o prohibe, não tem algum d'esse que actualmente se quer, e que talvez se reprove, sendo o resultado irem os que o não tem vender-se e empenhar-se aos que o possuem, que, como unicos, em estado de fazerem desembolsos, fixarão a seu arbitrio o

preço das fortunas de cada um, e crescerão tanto, quanto os outros se arruinarão.

Depois em terceiro lugar, como se rafarão d'esta moeda os cofres de sua magestade, que tendo uma grande porção de dinheiro cortado, não tem uma serrilha, e insta o tempo dos pagamentos a um immenso numero de individuos, que ou não tem dinheiro algum ou tem somente d'este reprovado, mas recebido dos mesmos cofres?

Parece-me que podem imaginar alguns, (porque não ha cousa que se não imagine) que só tome a porção necessaria estes pagamentos; mas tem sua magestade dado a alguem commissão para contrair dividas em seu nome, ou pôde alguem fazel-o sem isso?

Suppondo, porem, que, sem embargo da falta de aquella commissão ou auctoridade, e excedidas enormemente as nossas jurisdicções, se admittia e effectuava um tal emprestimo, e que havia pessoas tão simples que quizessem emprestar o seu dinheiro sobre tão fracas cauções; d'onde sairia depois o seu reembolso?

Dos sobejos da ilha de S. Miguel?

Quaes sobejos?

Da alfandega?

Tanto os não ha que o seu total rendimento não basta para as despesas, a que é obrigada.

Dos dizimos?

O remanescente d'este contracto não tem obrigação de pagar em serrilhas mas sim em dinheiro velho e bom.

Os demais remanescentes, nem ainda tem uma similhante obrigação, não sendo obrigados a mais do que a pagar na moeda que girava, quando arremataram e na qual tem recebido o producto dos seus contractos.

Eis aqui, pois, os cofres vazios, e nenhum meio de satisfazer aos filhos da folha: porem esta materia pertence a outra repartição, e não é da jurisdicção do governo, é privativa da junta da fazenda, para onde se devêra remetter, quando tivesse lugar a questão.

Ultimamente quem será responsavel pelo cabedal parado e talvez por isso perdido, assim de muitas partes como de sua magestade, passando provavelmente este ultimo de muito mais de cem mil cruzados.

Porque dizer-se, se sua magestade o manda correr, então correrá; e se o mandar substar, que já está substado, não é responder á carga, que se nos pôde fazer de haver impedido o seu giro, e feito com isso que não estivesse distribuido, ou todo ou parte, ao tempo das ultimas determinações da mesma senhora quando sejam de supprimir.

E n'este caso, seria sentenciar-nos a nós mesmos, e com uma tal sentença, que é de presumir da piedade conhecida de sua magestade, que ella nos mandaria, senão na falta de todo o outro remedio; porque o peor que nos podia succeder era mandar sua magestade não corresse nenhum d'este dinheiro; e é justamente a pena que nos im-

pômos a nós mesmos: e como sua magestade vê que estes povos podem com esta perda, deixal-os-ha com ella; e para se indemnisar do que nós lhe fazemos perder, ou porá um tributo sobre os mesmos povos, ou mandará que lhe paguem as quantias perdidas áquelles, que convieram nos recebimentos das mesmas.

Entre estes cofres ha um, em que interessam não só algumas partes mas immediatamente o mesmo publico, qual é o do subsidio litterario.

Este não pode ser fornecido de serrilha pelos mesmos meios, que tem lembrado para os outros, ainda que illegitima e irregularmente deveria fechar-se de necessidade.

Eis aqui os pobres professores por pagar, e abandonada a instrução e educação da mocidade, objecto da maior attenção de todo o governo bem dirigido; e um e outro prejuizo, podendo-se evitar com o corrigir, do modo possível, os abusos e não destruir o edital; é duro que por uma parte os ministros, que devem zelar os interesses e a causa de sua magestade, lhe causem uma perda tão notavel; e que por outra as partes ouçam, por uma voz, que não é a do throno, a decisão do seu destino, que quando pela piedade de sua magestade, lhe cause um mal perpetuo, na perda do seu cabedal, sempre lhe cause temporal no empate d'elle.

Se se diz que o edital é reformavel n'aquella parte em que não declára o toque da prata, que deve ter a moeda, responde:

Que esta moeda, não sendo nacional, não é feita segundo a lei do reino, quanto mais, que semelhante qualidade só agora se exige n'esta moeda; nem ella a tem geralmente, nem a teve jamais, ou fosse dinheiro cortado, ou mesmo serrilha, se quando informado pelo contraste e mais ourives; de modo que, ser simplesmente prata é o unico signal caracteristico para distinguir a moeda verdadeira da falsa; e o meio conveniente de acautellar o maior damno na causa, visto não poder livrar-se de todo: palavras formaes, com que, no caso d'um cerceamento geral, se explica a lei de 9 de agosto de 1686, que servio de norma á sancção d'aquelle edital n'esta parte.

E quanto a dizer-se, que o dinheiro que actualmente corre não é aquelle, que corria no tempo do edital, parece-me ser questão tanto difficil de resolver, como era n'aquelle tempo distinguir aquelle, que então se chamava *novor*, do que se dizia velho; segundo o declarou uma semelhante assemblea ha quasi dois annos.

E é de presumir, que aquelle edital quando deu por signal distinctivo da qualidade da moeda, o ser ou não ser de prata, teve em vista não só aquellas porções, que se apresentavam e giravam já, mas as que podessem apparecer igualmente, e sobre que houvesse duvida.

Isto é a sustentação da fé e auctoridade publica; que não permitte se engane ninguém; e se teriam enganado pelo espaço de quasi dois annos, a estes povos, em quanto por tanto tempo se lhes fez crer boa



e mesmo se obrigou a aceitar uma moeda, que agora se pretende declarar má, e prohibir-se o seu curso, me obrigou a não assentir com S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> R.<sup>ma</sup> na convocação d'esta assemblêa, julgando primeiramente sem a devida proporção os votos, e pareceres, que n'ella se poderiam dar, por deverem estes ser de mais ou menos ponderação, não segundo o numero dos votantes mas segundo o interesse que cada um tem na materia, não sendo tanto dez votos, de pessoas que, ou não tem dinheiro nenhum para perderem, e talvez dolorosamente se desfizeram do que tinham, ou tem serrilha, de que se valham, na falta d'outro dinheiro, ou certos e immediatos os meios de a terem, como o de uma só pessoa, que tendo cabedal para perder, não tem serrilha de que se valha, nem meios proximos para a poder haver.

Depois porque haviam outros meios para remediar os males, que realmente ha, sem mais grave prejuizo de pessoa alguma, nem alteração do edital, antes com utilidade publica; e estes são:

Regular-se legitimamente o preço dos trigos, e tudo mais á proporção d'elle:

Nomearem-se mais contrastes, que para o serviço publico estejam com um tabellião, em um logar patente a todos:

Recommendar-se-lhe uma maior vigilancia:

Avivar-se mais o que ordena o edital — n'aquella parte em que determina, que ninguém aceite moeda duvidosa, sem se mostrar, e apresentar aos contrastes, para que tocando-a hajam declarar ás partes corrente, nos termos de verificar-se de prata, e para que o capricho ou a teima d'um ou d'outro não forge, e a accumlle mais incommodo, repugnando aceitar alguma d'aquella, que não pode admittir duvida, arbitrar-se para este o castigo estabelecido pela ord. Liv. 4, n.º 22.

Serem effectivamente castigados os contrastes que por alguma omissão sua:

Sobre tudo fazer vender os generos, ao menos os da primeira necessidade, sem embargo de quaesquer impertinentes queixas dos proprietarios, que, entre os dos generos da terra, não são por causa da qualidade da moeda, pois, com pouca differença, foi sempre da mesma indignidade, d'um valor real muito diminuto a respeito do seu ideal, e já de muitos annos, ainda quando a reputavam melhor, causa de desordens entre o povo; mas o receio, que tem de que venha nova moeda, e elles sintam tanto maior prejuizo, quanto mais tiverem da presente.

E igualmente entre os dos generos de fora, porque estes nunca se mandaram buscar pela moeda corrente na terra, pois que nunca para fóra d'ella podia, sem prejuizo, enviar-se, mas sim com os generos, que da terra exportavam, e regularem-se os preços d'estes pelos sobreditos meios, que cessando nos commerciantes de boa fé a razão, de que os altos preços, porque se vendiam, os embaraçava á continuação do commercio, certamente devo crer, que elles se prestarão

com toda a promptidão, a proverem a terra com os generos de fôra, de que tanto ella necessita offerecendo-lh'os por preços commodos, e igualmente razoaveis.

De resto, porque, podendo dar-se todas estas providencias, que necessariamente aliviaríam os povos dos maiores vexames, que os opprimiam, sem usar-se dos meios do presente congresso, sentiriam sem usar se dos meios do presente congresso, sentiriam estes insensivelmente o bem, sem que, ainda que venham a restaurar a mesma incommoda situação, em que se achavam. lhes fosse para isso necessario o haverem soffrido os tristes e criminosos effeitos da fermentação e desasorêgo, que ha treze para quatorze dias tanto tem desafiado a sua virtuosa humildade, e admiravel resignação.

Em taes termos só me poderia lembrar da unica providencia, que mais facil seria de adoptar se. sem prejuizos mais consideraveis, nem da paz e tranquillidade publica, nem da fazenda dos particulares, nem da real qual é: —

A de fazer recolher toda a moeda cortada a um cofre publico; ou ao menos aquella que de novo mais viciada se pndesse conhecer,— dando-se por ella aos seus respectivos proprietarios papel dividido em differentes apolices significativas do valor da moeda supprimida, e fazerem-se girar estas apolices acompanhadas da mais moeda, da serrilha de cobre; se isto não é tambem de algum modo innovar a disposição d'aquelle mesmo edital.

Por tanto, a exacta observancia d'este edital restringindo, como tenho dito, e ampliado nas suas penas para os mais orgulhosos e altivos, auxiliada com as providencias, que tenho proposto, são certamente os unicos e sandaveis meios, que poderão adoptar-se, para restituir estes povos ao seu tal ou qual antigo socego, livrando-o de maiores males, a que ainda não conhecemos certo e prompto o remedio, e conservando os em um menor, com que, já habituados, sabiam os meios de suavisal o.

Não podendo igualmente ter logar o exclusivo curso do dinheiro chamado *velho*, por se darem n'estes os mesmos inconvenientes, que no da serrilha; sendo já hoje tambem raro, e muito mais do que o era ao tempo do edital; em cujo tempo contudo, se julgou não haver tanta copia d'elle, que podesse manter-se o mutuo commercio da vida. sómente com o giro do mesmo dinheiro, e com a suppressão total do que apparecia de novo: alem do que tornamos quasi ao mesmo embaraço de se poder ou não distinguir o dinheiro *novo* do *velho*, por haver do *celho* tambem dinheiro mão; e n'este caso estamos no unico signal do edital, que é ser ou não ser prata, a que devem respeitar as formaes palavras d'elle, de fazer girar do mesmo modo, em que sempre giron, toda a moeda de prata, de qualquer marca e cunho que seja.

Os meios, pois, que tenho lembrado, são os que protesto á face

de todos este congresso somente adoptar, até final resolução de sua magestade sobre esta materia, para assim evitar certas e criminosas desordens, a publica e geral oppressão dos povos, entre quem os miseraveis devem merecer maior contemplação, e ultimamente milhares de demandas, em que apesar de me não poder (salvo contra todo o direito e bôa moral) dispensar de as decidir, em taes circumstancias, a favor da corrente moeda; cunctudo, não deixariam de inquietar, e mais estraga a subsistencia d'estes povos.

Estes os meus sentimentos em tal materia a que a exacta observancia das leis; que só reconheço por superiores, me impelle, e á sombra das quaes usarei de todos os meios que me subministrarem as diffrentes jurisdicções, que exercito, para, os pôr em execução.

O que tudo porei na presença de sua magestade, a quem, como offensivos ao seu respeito e ao dos seus delegados, aos interesses da sua real fazenda, e ao socêgo publico d'estes seus fieis subditos, farei presentes quaesquer movimentos resultantes d'este congresso que não forem tendentes a abraçar o que tenho proposto. — Angra 16 de setembro de 1794.—O corregedor d'Angra—governador.—Manoel José d'Arriaga Brum da Silveira.

### XIII

O theor das expressões com que o desembargador Arriaga, por um modo desusado, ameaçara aquella assemblêa, querendo sobre um tão numeroso, qualificado e illustrado congresso exercer pressão sobre as suas opiniões, arrastando-as para o seu parecer, de sobra foram para que o prudente bispo governador menos duvidasse por viridico, o que no publico se dizia, haver sido a maioria dos votantes a favor do parecer do corregedor em razão da pressão e do elasterio, que elle antes da reunião, havia empregado a sua auctoridade, já como corregedor da comarca e já como governador.

Entendendo, pois, o bispo, que aquella assemblêa, na sua maioria, não votára livremente, e tão conscienciosamente, como elle, no começo do debate, lhe havia pedido, entendem sobrestar em qualquer ulterior e diffinitiva providencia, e em particular quiz ouvir a opinião de pessoas entendidas e imparciaes.

O *ms. anonymo* de que já fizemos menção, mencionando esta prudente deliberação do zeloso bispo governador, assim se expressa:

«Em consequencia dos diversos sentimentos de tantos individuos de que se assignaram termos (actas) nada se concluiu n'este dia 16: e no seguinte 17 de setembro, convocou o Ex.<sup>mo</sup> bispo em sua casa 16 ou 18 pessoas da maior probidade e desinteresse, para as ouvir sobre esta mesma cauza, e abraçar os seus pareceres.

«Com effeito ponderadas maduramente todas a difficuldades e contradicções que se offereciam, cõcordaram.

«Que a moeda se devia supprimir, e que sem isto todas as providencias, que se intentassem dar, seriam frustradas, e que já mais se conciliaria a felecidade e o socego do povo.»

O bispo, forte com a opinião de juizes competentes, remmindo-se no dia immediato, 18 de setembro, em sessão do governo, com o seu adjunto, o corregedor governador, declaron a este bispo; que não obstante a votação da assembléa remmida no dia 16 para se deliberar, sobre que providencias cumpria ao governo interino tomar desde já á cerca de correr ou não a moeda cortada, ou correr sómente a serrilha e cobre; elle bispo insistia em sustentar que as unicas providencias, que se poderiam adoptar, era supprimir toda a moeda cortada da *nova* a *velha*, e por esta darem-se apolices aos seus proprietarios; — e entretanto como isto era d'uma demorada execução, se deveria lançar um edito, para que corresse serrilha e cobre sómente.

Novamente o desembargador Arriaga repellio o parecer do bispo, declarando-lhe: que este remedio interino era justamente o mal que se não podia soffrer uma só semana, e que se pertendia e devia evitar, para o socêgo publico d'aquelles povos; e que de mais elle julgava não dever convir em se supprimir a moeda velha, e que se conhecesse ser até ao tempo do edital, pelas razões que no seu voto apontára, e por haverem exemplos d'aquelle governo em que, no tempo do primeiro governador d'esta providencia, vêmos mandar-se correr toda a *moeda velha* e ainda cerceada, e de minuto valor, e alguma adulterada; fundada esta decisão nas sabias e prudentes razões, que se apontaram; e no tempo do segundo proximo preterito vemos pelo seu edito, mandar se, por iguaes razões, continuar o giro da mesma moeda, apesar de ter apparecido a muita *moeda nova*, e de peor condição do que a da mais antiga, e que o que lhe parecia, a elle corregedor, se devia obrar era, o que já no seu voto, (na reunião do dia 16) tinha proposto, no qual tornava a insistir visto que se davam para uma similhante deliberação as mesmas razões que existiam quando se deram aquellas duas referidas providencias.

Ao que lhe responden o bispo: que de modo nenhum conviria em que corresse outra moeda que não fosse serrilha e cobre; salvo se a moeda cortada corresse a pêsso como mercadoria.

Não se conformando o desembargador Arriaga, declaron que não acquiescia ás idéas de S. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup>, pelos prejuizos, que d'aqui julgava resultantes á real fazenda e ao publico, e por não se julgar com autoridade para dar outra providencia interina, que não fosse somente o conservar as cousas no mesmo estado em que as achára, modificando somente os excessos, e reprimindo os seus abusos; mas de modo nenhum destruir o estabelecido.

Por fim disse o corregedor governador; que vista a discordancia

dos pareceres entre elle e o bispo, para afinal se deliberar com mais acerto e prudencia sobre este momentoso negocio queria ouvir as opiniões dos ministros d'aquella ilha a de dois camaristas, da camara da cidade, a de trez advogados d'aquelles auditorios, e a de trez dos principaes negociantes.

Ao que annuindo o bispo governador se expediram as ordens, para que os referidos individuos se achassem no palacio do governador ás tres horas da tarde, (1) do seguinte dia.

De feito no dia 19 de setembro á hora designada, se reuniram no palacio dos capitães generaes o bispo D. fr. José d'Ave Maria Leite da Costa e Silva, —o corregedor governador, desembargador Manoel José de Arriaga Brum da Silveira, o provedor da real fazenda, desembargador Estevão Machado de Mello e Castro, o Juiz de fôra da cidade, João José Pereira da Costa Silveira, do juiz de fôra da villa da Praia, José Marques da Costa, dois dos principaes cavalheiros da ilha Vital de Bettencourt Vasconcellos Lemos, João de Vasconcellos Corrêa d'Avila, os advogados Manoel Lopes Ferraz, e Anastacio José d'Almeida e José Patricio, e trez dos principaes negociantes, Antonio das Neves Prudencio, João da Rocha Ribeiro, e Domingos Affonso Pimentel da Silva.

Depois de já longamente discutida a materia sugeita, um dos negociantes mais intelligentes, João da Rocha Ribeiro, em nome do corpo commercial disse:

Que a providencia interina de se fazer girar somente a serrilha e cobre, não podia adoptar-se para supprir a mutua necessidade da vida, e serenar a geral consternação, não só porque a não suppunham na terra na necessaria e sufficiente quantidade para o giro do seu negocio interno e economico; mas porque seria difficuloso largarem-na das mãos aquelles que a possuam, lhe parecia ser a unica providencia que n'aquelle estado de cousas a prudencia aconselhava, e que poderia aplacar o desasocego em que se achava o povo da cidade, pela falta do giro da moeda. o mandar-se interinamente girar a moeda de prata *velha*, que girava. e sempre girava n'aquella illa, e a qual era da mente do edital de 24 de fevereiro de 1793 do finado capitão general, fosse a que girasse no commercio, e com que se fizessem as necessarias compras e vendas, acompanhada esta moeda da serrilha. não cerceada, e cobre legitimo, e não fundido; pois julgava-se que suspensa a mais moeda que sem os sobreditos caracteres se havia introduzido, e insensivelmente propagado, não sentiria grande prejuizo o commercio interno e economico da ilha, e que quando a ex-

---

(1) Em um livro especial foi lançada a acta do que se passára n'esta sessão, bem como as actas anteriores e posteriores versando sobre a questão d'esta crise monetaria. Archivo antigo dos capitães generaes, no archivo do governo civil do districto d'Angra.

perencia mostrasse o contrario d'esta sua supposição, em tal caso poderiam dar-se novas providencias, segundo as circumstancias que occorressem; ficando no entretanto incursos nas mesmas penas que declarava o sobredito edital, todos aquelles que maliciosamente pretendessem e effectivamente quizessem introduzir qualquer moeda de differente qualidade da que acima se manda girar; e que o alludido edital fosse revalidado.

Acceita esta opinião, se lavrou uma acta em que todos assignaram, na qual se declaron, que de commun accordo se deliberára, a suppressão da falsa moeda, e que d'ali em diante girasse só a serrilha, o cobre, e o antigo dinheiro mexicano que sempre n'aquella ilha havia girado; ficando, porem, dependente d'outra sessão do governo a definitiva deliberação sobre este assumpto, que estava prendendo todas as atenções publicas por isso que sua Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> declarava — que o seu voto só era o giro da serrilha e cobre, para se evitarem duvidas de futuro; todavia, que não insistia n'esta opinião pelas pessoas assistentes, representarem, que a não se admittir o curso do dinheiro velho e antigo certamente o povo soffreria consternação pela falta de serrilha.

Reunindo-se os membros do governo interino no dia seguinte, (20 de setembro) na sala das sessões no palacio da residencia dos capitães geraes, determinou o bispo governador, que se procedesse interinamente na forma do que fôra accordado na conferencia do dia 19, accrescentando, que não corresse a moeda conhecidamente nova, fundida ou de cunho.

Posto que mui terminantemente assim se expressasse o bispo, ainda n'esta conjunctura não sendo esta determinação conforme o parecer do corregedor — governador, a elle se quiz oppor.

Estando consequentemente cada vez mais tenaz o dualismo do desembargador Arriaga, forçoso foi ao bispo mandar chamar o desembargador provedor da real fazenda, Mello e Castro, para os desempatar: o qual sem embargo da reiteração dos seus protestos feitos pelo desembargador Arriaga, declarou, que concordava em tudo com a opinião de S. Ex.<sup>a</sup> R.<sup>ma</sup>, por lhe parecer a mais justa e conveniente. E lavrando-se do referido uma acta foi pelos membros do governo e pelo governador assignada.

### Edital

Dom fr. José d'Ave Maria Leite da Costa e Silva da Ordem dos Conegos regulares da S.<sup>ma</sup> Trindade, do Conselho de S. M. F., bispo d'Angra e o Dr. Corregedor d'esta comarca, Manoel José Arriaga Brum da Silveira, do desembargo de S. Mag.<sup>de</sup>, governador interino d'estas ilhas dos Açores na conformidade da lei &.

Fazemos saber a todos os ministros, corregedor, provedor, jui-

zes de fora, e juizes por bem da lei, officiaes das camaras e mais pessoas de qualquer estado e condição que sejam d'esta e mais ilhas de baixo, que querendo nós interinamente soccorrer às vexações, que em notorio prejuizo do socêgo publico e particular, n'ellas actualmente se estão experimentando, pela falta do giro da moeda, que se faz indispensavel para acudir às mutuas necessidades da vida; e querendo igualmente atalhar os grandes damnos que ao commercio interno e externo d'estas mesmas ilhas, nos é constante, que resultam d'uma moeda muito viciada e adulterada na sua materia, e forma, que por alguns differentes abusos ha tempos a esta parte se tem insensivelmente introduzido e propagado. contra a expressa determinação do edital de 24 de fevereiro de 1793, que expedido pelo Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador e Capitão general defunto para providenciar sobre a necessidade e consternação então occorrente, pela falta de giro da moeda, sábia e prudentemente só mandou girar da mesma forma em que sempre girou toda a moeda de prata de qualquer marca e cunho que fosse; depois de ouvirmos sobre esta importante materia os differentes pareceres d'um grande congresso, composto dos magistrados e de todos os estados d'esta ilha; e ultimamente outro dos mesmos magistrados; dos vereadores da camara da cidade, dos letrados e commerciantes de mais grosso trato d'ella; tomou-se n'este governo, por desempate de terceiro, o accôrdo:

De mandar girar-se toda a moeda de prata velha, que girava, e sempre girou n'estas ilhas, e aquella que outro sim manda girar o sobredito edital, acompanhada esta moeda da serrilha, não cerceada, e cobre legitimo, e não fundido, ficando suspensa do giro do mesmo commercio toda a outra moeda conhecidamente nova, seja fundida ou cunhada, que não tiver estes caracteres, e ser somente aquella, a que deverá servir para se fazerem as necessarias compras e vendas e mais despezas; e se ordena, que todos aquelles que dolosamente pertenderem, e effectivamente quizerem introduzir qualquer outra moeda de differente qualidade da que por este, e por aquelle dito edital se manda girar, incorram nas penas, que em tal caso a Ordenação do reino.

O que assim se determinou, para que seja inviolavelmente observado, e remediar-se a instantanea e urgente necessidade, em que se achavam os ditos povos, até que nos seja possivel dar-lhes outras providencias, com que ficamos entre mãos, para seu maior socego e utilidade publica, e por enquanto sua magestade não resolver sobre esta mesma materia, que já lhe é notoria, as decisivas providencias, que venham, como esperamos, da sua maternal piedade, felicitar d'uma vez estes povos, e restituil-os a um pleno e total socego.

E para que esta determinação chegue á noticia de todos, e ninguém d'ella possa allegar ignorancia, se mandou fazer o presente, que depois de registado no livro competente, será publicado nos logares publicos d'esta cidade ao som de caixas, perante um dos tabelliães

della, que depois de assim o publicar o fará fixar na porta principal do palacio da residencia do governo, e passará as fês competentes, que entregará na secretaria d'elle, em mão propria do respectivo secretario, e igualmente este se registará na camara d'ella, e se enviarão copias ás villas da Praia, e de S. Sebastião para lá serem do mesmo modo publicadas, affixadas e registradas, e para as ilhas de S. Jorge, Graciosa, Fayal, Pico, e Flores ao mesmo fim. . . . Dado e passado na secretaria do palacio da residencia do governo d'estas ilhas, debaixo de nossos signaes e sello de S. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> aos 20 de setembro de 1794: E eu, José Francisco Xavier, official da secretaria d'este governo, o fiz e subscrevi, por impedimento do secretario d'elle.—Fr. José, Bispo d'Angra, governador—Manoel José d'Arriaga Brum da Silveira.

Affixado este edital no mesmo dia 20, logo se viu a cidade exultando d'alegria; e a abundancia era manifesta.

As lojas de mercearias e de fazendas, as que se tinham fechado, logo que apparecera esta crise monetaria, se reabriram e se forneceram.

Os generos de primeira necessidade que oito dias antes se tinham tirado dos celeiros particulares, com violencia judicial, para se vender ao povo, por 400 reis o alqueire, (a rasa) de trigo e por 300 reis o milho, immediatamente appareceu, sem coacção, e com a espontanea baixa de 100 rs.

As galinhas, frangãos e mais caça vieram a seus justos e antigos preços, do qual tinham subido mais do trespôbro.

Os artistas e proletarios, cujos jornaes estavam exorbitantes aos preços anteriores á crise monetaria e todas as cousas tornaram uma melhor face reentrando no seu estado normal.

«Depois de procellosa tempestade,  
Nocturna sombra, e sibilante vento,  
Traz a manhã serêna claridade  
Esperança do porto e salvamento.»  
(*Camões, Lus.*)

#### XIV

As vozes do zeloso apostolo do archipelago açoriano, como de pae que acudia a filhos afflictos e desvalidos, chegaram aos pés do solio, em que se assentava uma rainha digna d'elle.

Os povos insulares foram attendidos; na cabana do camponez, e no palacio do nobre, e no escriptorio do negociante entrára a alegria



e a satisfação; na casa do falsificador a justiça e a lei; e no coração de todos aquelles habitantes a doce impressão que sentimos ao alcançar o que desejamos.

Provas exuberantes deram elles, ricos e pobres, negociantes e agricultôres, governantes e governados, que punham sua confiança na soberana, a rainha D. Maria 1.<sup>a</sup>; ainda que o mal recrescia, e soffriam duplicadamente as privações, e a estagnação das permutações commerciaes, aguardando com resignação o momento em que chegassem de Lisboa as soberanas providencias, com as quaes cessasse a crise monetaria, e todas as suas incommensuraveis consequencias.

Não desesperaram do remedio, considerando a difficuldade de efficaces e energicas ordens supremas, porque no throno de D. Affonso e de D. João 1.<sup>o</sup>, se assentava a filha piedosa dos Braganças, em que, segundo a expressão d'um distincto escriptor. — resplandeciam reunidas as santidade e a clemencia, a bondade e a humanidade o desinteresse e o amor dos povos, o respeito a Deus, e aos seus ministros, madureza de conselho, attenção a mais escrupulosa em executar, e sobre tudo, efficacissimos designios de pôr em ordem os antigos negocios, para procunar por todos os meios a felicidade da nação . . . . prudente escolha de nteis ministros, habéis, intelligentes e zelosos do bem publico; liberdade aos presos, liberdade aos innocentes, reintegração dos demittidos e exilados; accesso livre aos clamôres do povo, justiça ás partes respeito ás pessoas benemeritas, recompensas devidas á nobreza, reverencia a Deus pelo modo porque se deve, premios á virtude, separação de jurisdicção segundo os seus departamentos, auctoridade aos tribunaes, liberdade de commercio, soccorro e protecção aos operarios, pagar o que se deve a cada um; e maturar os saudaveis projectos em beneficio do povo. . . (1)

Conscio o bispo governador, de que taes eram os sentimentos que animavam a soberana lhe endereçou uma notavel carta, da qual trasladamos os seguintes trechos:

---

(1) Assim se expressou o desembargador Francisco Coelho da Silva; na allocução, que dirigira á rainha, D. Maria 1.<sup>a</sup>, pela occasião da sua aclamação.

Não se julgue que fôra servil, lisongeiro, e hyperbolico na sua oração; motivos de sobra tinha elle.

No prospero e patriotico reinado d'esta excelça rainha foi creada a academia real de marinha, e protegida a das sciencias, bem como estabelecida a academia dos aspirantes da marinha, e a real dos guardas marinhas; foi criada a aula regia de desenho e architectura civil, estabelecida a academia real de fortificação, artilheria e desenho, e igualmente lhe devemos a criação d'uma bibliotheca publica e enriquecida de preciosos monumentos de litteratura nacional e estrangeira; creou aulas para o aperfeiçoamento de todas as artes liberaes; fundou casas de correcção; e nomeou uma junta de juriconsultos, para formarem nma collecção de todas as leis promulgadas pelos seus antecessores; finalmente, para nos resumir-mos, dirigio energicas ordens a todos os prelados diocesanos, para que moralisassem, os povos e os instruissem nos seus deveres para com Deus, e para com a patria.

«Custa-me, senhora, a fazer estas exposições a vossa magestade, pela minha brandura, e pelo meu genio me desviar d'ellas; porem reflectindo, em que deixando de dizer a verdade, viria a ser igualmente comprehendido n'estes factos, bem como auctor das futuras afflicções d'este povo, não posso dispensar-me de o fazer.

«Se vossa magestade se dignar attender ao que l'he tenho implorado, de fazer expedir um recto ministro, e syndicar d'estas desordens, conhecerá vossa magestade plenamente a verdade das minhas representações, e a religião em que ellas se fundam. conhecerá vossa magestade tambem a prudencia do meu comportamento. . . .

«Queira vossa magestade pelas chagas de Jesus Christo compadecer-se d'estes povos, acudindo lhes com o remedio, que julgar conveniente, principalmente aos moradores d'esta capital (Angra) que com o pernicioso systema. continuas violencias. . . , mais rapidamente se vão approximando do abysmo da sua total ruina.

«E se vossa magestade me permite a interposição do meu parecer a este respeito, diria, sem hesitação, que, com a unica determinação de vossa magestade, que suspendesse todo o dinheiro cortado, e fizesse girar unicamente a serrilha e o cobre, de que não ha falta. . . , sentiriam estes habitantes um grande alivio, em quanto não chegassem as outras providencias para o seu total socego.

«A promptidão d'este remedio se faz muito mais indispensavel, visto que prohibindo-se já na ilha de S. Miguel todo o dinheiro cortado, e acabando agora de abandonar-se nas illas do Fayal e Pico, aonde só gira a serrilha, está sendo esta capital (a cidade d Angra) o monturo ou receptaculo da tal abandonada moeda.

«Espero que vossa magestade me haja por desobrigado de continuar no governo d'estas illas, porque alem das minhas doencas, que tenho posto na presença de vossa magestade, só assim me poderei restabelecer para continuar a direcção das minhas ovêlhas, em quanto vossa magestade não me fizer a mercê de me aceitar a renuncia do bispado, que tenho feito nas suas reaes mãos». (1) (*D. Fr. José d'Aze Maria Leite da Costa e Silva*).

(1) Este bispo d'Angra foi dos prelados de mais tacto governativo e prudencial que fez melhor desempenho dos seus dederes pastoraes. Occupou-se seriamente da instrução publica e da do clero; creou aulas, e a expensas suas estabeleceu premios aos professores, que pelo espago de trez annos occupassem o magisterio com dignidade e aproveitamento.

No anno de 1789 sagrou na cidade de Ponta Delgada, illia de S. Miguel, a egreja de S. Francisco, de padres observantes d'esta ordem (actualmente esta é a parochial de S. José da cidade).

Nas graves dissensões, que aquella communidade tivera no anno de 1789 com as suas religiosas do convento de N.ª S.ª da Esperança da mesma cidade, com muita prudencia fez pôr em execução o breve do Papa Pio 6.º—*Dilecto nobis*, que desobrigou as relegiosas freiras da jurisdição dos sobreditos padres franciscanos, e as subjeitou aos bispos d'Angra; executando por esta occasião com

O bispo vivia oppresso por enfermidades e enfadamentos, os espinhos do governo temporal o punham, porque, a cada momento, acintosas opposições por parte dos addictos do corregedor — governador, lidavam por desautorisal-o, desenhando-se e contra ordens umas em opposição ás outras deslocando-se a regularidade do serviço publico, enfraquecendo a força moral, e tornando impossivel.

«A união dos naturaes vassallos (dizia o profundo fr. Gabriel da Purificação, no seu tratado da=*Propriedade da Alma*)=é o terror aos príncipes inimigos. Mais se conquistam os reinos com as guerras civis dos proprios que com a guerra viva dos estranhos.

«Sustentaram seu dominio em Phenicio os Carthaginezes só com a dividirem em parcialidades.

«Se o inimigo nos soubera dividir, era a melhor arte com que nos podia conquistar.

«Axioma é dos philosophos que a virtude unida obra com mais força.

«O ferro por si só não corta; nem o aço só por si, porque, sem o ferro se embota; porem unidos um ao outro na espada, logo ella se faz temida, ainda da mesma mão que a empunha.

«O linho em quanto fôr um fio, é fraco, porem, se na roda se une a muitos pôde arrastar a maior machina».

Materias do serviço publico umas traz outras afinavam a energia e a paciencia do bispo; tormenta que lhe augmentava o antagonismo calculado do desembargador Arriaga, seu adjunto em todos os actos do governo.

A resignação do Bispo D. fr. José Ave Maria, não foi accete; e o governo lhe significou, no real nome, que muito era do agrado de sua magestade a rainha que S. Ex.<sup>a</sup> R.<sup>ma</sup> continuasse por mais algum tempo na gerencia dos negocios d'aquellas ilhas, em quanto não partia o novo governador e capitão general.

Provêo de remedio o príncipe D. João, em nome de sua augusta mãe sobre o transcendente negocio da moeda, com a promulgação da

a maior dignidade e delicadesa as ordens de sua magestade a piedosa rainha D. Maria I.<sup>a</sup>, não obstante o estado da insurreição em que se achavam as 73 freiras, que habitavam aquelle convento, querendo umas ficar sujeitas aos prelados franciscanos, e outras ao diocesano.

As cartas exhortatorias, dirigidas pelo bispo, a estas religiosas, que deu-minou dilectas filhas; bem como algumas das suas pastoraes são dignas das honras da imprensa.

Uma das que vimos impressa no anno de 1783 foi tão apreciada pelas pessoas competentes, que de Roma a mandaram buscar; podendo dizer-se d'este bispo o que d'outro prelado dissera o nosso Padre Vieira: «Que cada palavra era um trovão, cada clausula um raio, e cada razão um triumpho.»

Na casa da portaria do convento dos padres trinos de Lisboa, (hoje demolida) havia o seu retrato. Largamente tractou d'este digno ecclesiastico o padre illustrado fr. Jeronimo de São José na sua bem escripta Historia, «Chronologia da ordem da S.<sup>ma</sup> Trindade», Tom. 2.<sup>o</sup>.

lei de 8 de Janeiro de 1795; e para a sua cabal execução em todo o archipelago açoriano, foi commissionedo o benemerito e integerrimo desembargador Luiz de Moura Furtado sendo igualmente nomeado corregedor da ilha Terceira e suas dependencias com amplos e especiaes poderes; dando-se por acabado o tempo do corregedor Arriaga, que foi chamado á côrte para ser convenientemente empregado, utilisando-se das suas luzes com mais proveito.

Era tanta e tal a consideração que merecia ao ministerio o bispo governador, que ainda antes da nomeação do referido magistrado, Moura Furtado, o governo lhe communicou com o seu pensamento, no seguinte officio, que lhe dirigio o ministro Luiz Pinto de Souza.

«Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Snr. — Pela fragata de guerra = Carlota =, de que é commandante Philippe Huncorne, vai remettida á provedoria d'essa ilha em bilhetes, como em moeda, a quantia que será presente a V. Ex.<sup>a</sup>, á vista da relação inclusa, não sendo possível remetter-se na presente occasião mais avultada somma, pelas razões que a V. Ex.<sup>a</sup> exporá individualmente o ministro que vae encarregado da execução d'esta diligencia, e munido pelo erario regio (hoje thezouro publico) das mesmas instrucções convenientes. O seu bom character e luzes lhe devem segurar um feliz exito, coadjuvado pelo zelo e moderação de V. Ex.<sup>a</sup>, a quem sua magestade ha por muito recommendado tudo, quanto for tendente ao bem dos povos d'essas ilhas, e á prompta execução das suas ordens. O Commandante Huncorne leva instrucções para se não demorar mais do que o tempo indispensavel, para trazer os officios de que V. Ex.<sup>a</sup> o quizer encarregar: o que não posso deixar de participar-lhe para a sua intelligencia e prompta execução. — Deus Guarde a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> — Palacio de Queluz 24 d'abril de 1795. — Luiz Pinto de Souza — Sr. Bispo d'Angra».

A sahida do corregedor governador, foi uma das mais justas e convenientes medidas sendo substituido por um dignissimo magistrado, qual se mostrou que era o intelligente desembargador Luiz de Moura Furtado.

O *ms. anonymo*, que já aqui por vezes temos citado por ter sido coevo com a epoca d'estes acontecimentos, assim se expressa sobre a conducta do desembargador e corregedor Arriaga, pouco antes da chegada do seu successor:

«O doutor corregedor afim de ter uma jurisdicção mais ampla abriu correição, logo que o Ex.<sup>mo</sup> bispo insistio nas providencias a respeito das moedas.

«As violencias que este mesmo magistrado fez n'estes ultimos dias do encalhe da falsa moeda, áquelles que justamente á não queriam acceitar, são constantes, . . . foram presos por não quererem dar por ella os effeitos, que seus donos lhes haviam posto a vender nas suas tavernas.

«Mas não acabam aqui as desordens e as confusões que os se-

quazes do giro da falsa moeda têm motivado, e ainda motivam, para que ella torne a correr, com interesse só d'uns poucos d'individuos, e prejuizo de toda uma republica.

«Ha homens de pessimas intenções, que sacrificam o bem da sua patria, e dos seus concidadãos, a fim de prevalecer o seu systema....

«O povo do logar da Terra—Chã, induzido e enganado por um homem d'este caracter, e que toma parte no governo do dr. corregedor, persuadio o a que viesse representar ao corregedor reprehensões imaginarias, talvez para que este ministro d'aqui exigisse mais um documento fantastico, para com elle figurar melhores contas a sua magestade. Oxalá que os motivos d'estes e outros procedimentos fossem occultos!

«Ao povo da freguezia de S. Bartholomen promoveo, para o mesmo effeito, por interpostas pessoas, que se não ignoram, e que publicamente confessam que as involveram n'estes barulhos.

«Hoje 8 d'outubro, foi o dr. corregedor assignar um termo ao fiel da casa do tabaco, para aceitar e receber todo e qualquer dinheiro de prata; procedimento d'um despotismo, contrario á disposição do ultimo edital do interino governo, que só admitte o giro, do velho e legitimo, que sempre correu; porem, o administrador do mesmo contracto—Antonio das Neves Prudencio, se oppoz a esta deliberação, protestando-lhe não ser responsavel aos contractadores geraes pelo recebimento do tal dinheiro; e pedindo-lhe que mandasse administrar a fabrica.

«Os almotaceis, por ordem sua, fazem estas mesmas violencias, em quanto cabe nas suas alçadas; e em fim vê-se a espada da justiça levantada para proteger aquelles delictos, para castigo dos quaes só se devêra desembainhar.

«Quem não é testemunha d'estes factos que d'elles se capacite; mas tudo é verdade e ainda isto não é tudo o que succede e o que se experimenta . . . »

## XV

Apóz poucas semanas andadas depois do snpracitado officio, em dreeção ao bispo governador, baixou a seguinte carta regia:

«Luiz de Moura Furtado, desembargador da Relação e casa do Porto.—Eu a rainha vos envio muito saudar. Occorrendo circumstancias que fazem mandar ás ilhas dos Açores um magistrado, que possa dar boa satisfação das differentes dependencias, de que hade ser encarregado; e tendo vós pela experiencia do vosso serviço as qualidades proprias para o referido fim: hei por bem que passeis á capital das ditas ilhas, para n'ella cumprirdes o que vos fôr ordenado, assim

a respeito da moeda como de quaesquer outras cousas, que vos forem incumbidas; assim na dita capital, como nas outras ilhas, a que passareis quando necessario fôr: E para bem das vossas commissões, hei outro sim por bem e por esta carta, sem outro titulo, como se livesseis carta passada pela chancellaria, sejaes corregedor da dita ilha e suas dependencias, em quanto eu o houver por bem, e não mandar o contrario; ficando-vos sempre jurisdicção sobre todas as ilhas para os negocios que vos forem commettidos.

Escripta no palacio de Queluz em 18 de maio de 1795 = Principa. = Para Luiz de Moura Furtado.»

Posto que esta carta regia fosse passada n'aquella data, todavia só se deu á execução um mez depois, isto é, a 18 de junho, pondo-se-lhe esta data duplicada, e para a legalisar foi a mesma carta regia referendada pelo ministro e secretario d'estado José de Seabra da Silva.

Partindo para a ilha Terceira o juiz commissario, o desembargador, Luiz de Moura Furtado, foi portador da quantia em prata e cobre de dinheiro provincial, para a troca da moeda, e extincção da cerceada e falsificada, que andava em giro, sendo em prata:

Moedas de 300 rs.	. . . . .	6:504\$000
« de 150 rs.	. . . . .	3:846\$240
« de 75 rs.	. . . . .	2:563\$560

sendo a importancia total da moeda de prata . 12:913\$800

Em cobre:

Moedas de 20 rs.	. . . . .	3:112\$960
« de 10 rs.	. . . . .	1:843\$200
« de 5 rs.	. . . . .	1:280\$000

A quantia total da moeda de cobre . . . 6:236\$160

Em bilhetes Rs. . . . . 11:520\$000

Na mesma occasião foi remettido ao bispo governador o alvará com força de lei de 8 de janeiro de 1795, regulando a troca da moeda, contando todas as disposições para que cessasse a crise monetaria; o seu theor tal é:

«En a rainha. Faço saber aos que este alvará virem: que havendo occasionado a introdução, e uso da moeda estrangeira de prata muitos embaraços no commercio das ilhas dos Açores, sem serem bastantes as saudaveis providencias, que os S.<sup>rs</sup> reis meus predecessores expediram opportunamente em diversas occorrencias; — muito pelo contrario acontecer, que os embaraços e males se augmentaram progressivamente até chegarem ultimamente a precipitar os bons vassal-

los d'aquellas ilhas e os proprietarios commerciantes, e interessados, que n'ellas teem relações, na ultima ruina: procurando homens perversos exaurir os povos, pela introdução d'umas denominadas moedas, que o não são, por consistirem escandalosamente em uns bocados de metaes sem pêsso, sem figura certa, sem cunho e sem toque, que por fim passaram a fabricar-se dentro das mesmas ilhas. E por quanto o ponto extremo, a que estas invenções teem chegado, e que de dia a dia fazem temer justamente d'annos irreparaveis áquelles povos e ao giro do seu commercio, de maneira que nem pode esperar-se pela delonga de providencias mais amplas, e mais solidas, que radicalmente cortem o principio e origem d'elles; sou servida desde logo e provisionalmente ordenar o seguinte:

«**Primeiro**—Prohibo que do dia em que este alvará fôr publicado, em cada uma das ilhas dos Açores, possa mais n'ellas correr como moeda, dinheiro algum estrangeiro d'ouro, prata ou cobre, que só poderá negociar-se como genero, a contento das partes, e pelo preço, que a praça e o mesmo negocio lhe estabelecerem.

«**Segundo**—Para haver nas ilhas moeda corrente, e se poder trocar por ella o dinheiro, de que o presente alvará prohibe o curso: tenho dado providencias, mandando cunhar a competente moeda, e mandando já com este alvará a quantidade que couber no tempo cunhar-se: para supprir a falta do que se fica cunhando, ordenei que se entreguem ás partes *bilhetes* dos valores de 24\$000,—12\$000,—9\$600,—7\$200,—4\$800.—e todos os mais, que se julgarem necessarios d'aqui para baixo para facilitar a permutação da moeda, e o giro natural do commercio. Mando que estes *bilhetes* tenham no commercio de todas as ilhas a mesma validade, como se fosse dinheiro, e que como tal possam correr livremente com todo o credito; e para lho solidar, ordeno que se recebam nos cofres reaes, e por elles se dispendam, em quanto pelos mesmos cofres se não resgatarem.

«**Terceiro**—Toda a pessoa que tiver *pecetas serrilhadas*, ou das *cortadas*, mas não *falsificadas*, nem *cerceadas*, as poderá ir trocar pelo dinheiro, que para esse effeito passam ás ilhas, como está mandado no paragrapho antecedente: bem, entendido, que não é da minha real intenção constranger os proprietarios a fazerem este escandalo podendo achar maior conveniencia em negociar essas moedas.

«**Quarto**—Mando que logo do dia da publicação d'este em cada uma das ilhas, se abra uma devassa pelo corregedor, se ali estiver, ou pelo juiz de fôra sobre a fabrica da moeda falsificada, e deminuta no seu valôr, que com tanto escandalo e ruina dos povos se tem introduzido, para que pela devassa se conheçam os comprehendidos em tão horrorosos delictos, reservando-me o mandal-os processar e castigar, conforme ao que constar da mesma devassa, que cada um dos juizes deverá remetter, com a sua informação á secretaria de estado dos negocios do reino.

«**Quinto**—Toda a chamada moeda que se apresentar falsificada, será logo confiscada e perdida; porem, toda a que fôr bôa no seu toque, ainda que diminuta no seu verdadeiro peso, será recebida e trocada, não como tal moeda mas como metal do toque que lhe corresponder, fazendo-se a conta pelo seu valor intrinseco, e entregando-se em dinheiro, ou em bilhetes, na forma dita, o em que montar o valor intrinseco do metal que se entregar.

«**Sexto**—Considerando por uma parte o grande prejuizo, que causaria aos que na bôa fê guardavam aquelle dinheiro, que agora lhe vae ser trocado, com uma perda que excede a oitenta por cento; e por outra parte, que a corôa não é por modo algum a resarcir tal prejuizo, havido sobre uma moeda que o não éra, e que eu não auctorisei, nem approvei: e considerando finalmente a impossibilidade de se saber, com certeza, e a quanto poderá chegar a perda em tal chamada moeda, para na proporção da sua importancia se poder destinar o modo mais suave de se resarcir este prejuizo, a quem se fizer digno: hei por bem, e por ora, determinar sobre este importante assumpto:

«Que a todas as pessoas que entregarem o tal dinheiro, se façam assentos em livros, com as declarações necessarias dos seus nomes, moradas e occupaões, sendo pessoas conhecidas; e não o sendo deverão apresentar testemunhas, que as reconheçam: declarar se-ha nos ditos assentos o peso que entregarem do tal dinheiro, o valor imaginario, porque corria, o valor intrinseco, que lhes foi pago e o resto do que ficam por inteirar.

«Que d'estes restos se dê a cada um dos possuidores da tal chamada moda, *cautellas* para suas clarezas, que continham as mesmas declarações que ficam escriptas no livro.

«Que estas *cautellas* não deverão girar no commercio devendo cada um conserval-as em seu poder até que eu as mande realisar, depois de me ter sido presente o cumpito da importancia de todas, e de ter determinado o modo da sua realisação.

«E finalmente, que esta realisação nunca poderá ser feita a outras pessoas, que não sejam os proprietarios, que fizeram as entregas, ou a seus herdeiros habilitados, sem que n'esta parte se admittam penhoras, ou passagens ás outras pessoas por cessões, trespassos, ou por outro qualquei modo por mais especioso que seja; e havendo taes passagens, ficarão por esse mesmo facto perdendo a quantia que esperaríam receber pela *cautella* ou *cautellas* que se lhes haviam passado; e as ditas *cautellas* serão cassadas e averbadas juntamente com os assentos do livro, para mais não produzirem effeito *por que a tudo prevalece a causa publica*, da desordem, que se vae evitar, de que corra com valor cousa que ainda o não tem, e que só por graça o poderá ter.

«A troca d'um por outro dinheiro, e *bilhetes*, deverá ser feita ao



mesmo tempo na ilha capital dos Açores concluindo-se dentro d'um mez ou no tempo que for natural; e depois as mesmas pessoas encarregadas d'esta troca irão passando ás mais ilhas, continuando as suas diligencias, em que se demorarão o tempo que acharem necessario, mas nunca mais d'um mez em cada uma, e findas as diligencias se deverão recolher a dar conta das commissões que lhes foram encarregadas.

«Pelo que: mando á mesa do desembargo do Paço &. — Dado no palacio de Queluz em 8 de janeiro de 1795 = Príncipe = com guarda — José Seabra da Silva.» (1)

Estando já no dominio publico este alvará, alguns economistas e juriconsultos das ilhas dos Açores á vista das providentes disposições do supracitado alvará escreveram alguns *breves considerações* um d'elles ligado com os principaes capitalistas da ilha de S. Miguel, o Dr. Carvalho, o fizera com mestria, propria de quem estava mui sciente dos verdadeiros interesses açorianos. Do seu *ms.*, de que era possuidor o seu herdeiro, Jacintho Ignacio da Silveira, Barão de Fonte Bella, da referida ilha transcrevemos os seguintes trechos:

«No exordio d'esta lei se vê quanto foi agradavel ao ministerio o zelo dos que se oppuzeram ao giro do *cascalho*, (assim chamava o povo á tal moeda pequena reprovada) aos quaes tambem chamavam *bons vassallos*; e contrariamente á preversidade dos que intentavam exhaurir os povos pela introdução d'elle.

«§ 1.º — O espirito d'este §. e o seu effeito é conforme com o *meu projecto*, posto que não falle tão claramente, pois não declara *corrente* a moeda estrangeira.

«Creio que a sua execução não deve começar, quando a essas ilhas chegar esta noticia, feita a publicação na chancellaria, como se diz na ordenação; mas quando n'ellas se mandar fazer uma promulgação solenne, acompanhada com a nova moeda como se diz no § seguinte, ficando consequentemente *correndo* ainda agora as *patucas*.

«Ficam pois girando, pelo preço que a praça e o mesmo negocio estabelecerem.

«Como não é *dinheiro corrente*, mas *genero*, ninguem pôde ser obrigado a acceital-o, devendo ser a contento da parte; mas logo que estas convenham em acceital-o, o devem acceitar pelo preço da praça, e o mesmo negocio estabelecerem.

«Isto se roborá com a lei de 20 d'outubro de 1785, que só manda que o dinheiro estrangeiro se acceite a apazimento das partes, sem ordenar que a praça lhe estabeleça preço.

«Esta clausula abstractamente considerada, é *util a estas ilhas*,

---

(1) Liv. 8.º das cartas, alvarás e patentes, f. 172 — Arch. da Secret. de Est.º dos Neg.ºs do Reino, e Tomo V da Collec. de Leis, Decretos e Alvarás de D. José I, &ª. Imp. em Lisboa, na offic. Regia.

porque sempre é util a liberdade no commercio; mas na pratica não sei se o é.

«Sendo certo, que em uma ilha pode a praça estimar a *peceta* em 160 rs. em outra pode a sua praça estimar a em 180 rs.; em outra em 200 rs., ou mais ainda.

«Porem como cada uma d'estas praças consta de poucos negociantes, é visível que estes se podem unir para levantar ou abater este genero, em prejuizo de terceiro ao menos em quanto não houver moeda nova corrente em abundancia, que possa extinguir a necessidade de acceitar *pecetas* contra vontade, ou dos maus pagadores ou dos usurarios que se aproveitam sempre da urgencia alheia.

«Parece, pois, que para conservar a boa fé, a natural probidade, e fazer vêr ao povo, que não foi o interesse mas o bem commum, quem promoveo nos negociantes o desejo de extinguir o *cascalho*; se deviam estes ajuntar n'alfandega, e fazer um *termo*, em que declarem, que no anno de 1795 acceitaram *pecetas* e com ellas pagaram, no valor de 200 rs.; isto dentro d'essa ilha, (de S. Miguel) porque nas outras as distribuiram e acceitaram segundo o preço da praça, de cada uma d'ellas, se lhe fizer conta.

«Para que esta declaração da praça não pareça uma conta chimerica, devem esses negociantes effectivamente fazer *praça*, ao menos uma vez cada semana estabelecendo para isso dia certo, seja na alfandega, ou em outra casa, que destinem para isso junto d'alfandega, e ajuntarem-se n'ella grandes e pequenos, a tratarem e a fallarem com franqueza no que occorrer, bem como aqui (em Lisboa) se faz na *devida proporção*. (1)

«Se é certo (como parece de lei) que as *pecetas* ficam correndo na Madeira, (ilha) no valor antecedente não pôde haver risco em estabelecer este preço no presente anno, para o tempo mostrar se deve, continuar ou reformar este plano.

«E se lá tambem ficarem como *genero*, esta ilha, (de S. Miguel) como a mais rica e commercial é que deve dar tom a todas as dos Açores.

«Nas grandes praças mercantes da Europa em cada semana se declara o valor do cambio do dinheiro estrangeiro; porque sendo muito frequentadas d'uma para outra semana pode mudar o estado do

---

(1) A praça commercial, ou logar da união dos homens de negocio tambem se denomina *bolça*. As provisões, quasi do principio da monarchia, que se acham no archivo da camara municipal da cidade do Porto, denominam a reunião dos homens de negocio *bolça* porque n'aquelle lugar havia uma *bolça* ou caixa d'onde se tiravam certas despesas do commercio, e para que certos negociantes contribuiam. A antiga *praça* de Lisboa, segundo antigos documentos, era na *rua nova*; e a que hoje vemos no *terreiro do paço* denominada *praça* do commercio, foi mandada fazer por decreto de 16 de janeiro de 1758; e segundo os seus *estatutos*, confirmados pelo alvará de 16 de dezembro de 1756 cap. 17 § 19, vinte homens de negocio reunidos constituíam *praça*.

seu commercio; e todas as semanas tem correios para que remetam esta noticia ás outras *praças*.

«Mas ali (nas ilhas) que se vendem sempre os mesmos generos, e que se compram sempre os mesmos fructos, e que não tem frequentes correios, nem certos, bastará que seja todos os annos, se para o futuro se julgar assim conveniente....

«Concluo, pois, que se conseguiu o que mais desejava a maior parte dos commerciantes das ilhas dos Açores: e que a lei ao mesmo tempo que parece prohibir que as *pecetas* sejam dinheiro corrente, o permittio; deixando no arbitrio dos negociantes o estabelecê-lo assim se virem que é util; ou emendal-o, se a experiencia lhes mostrar que o não é; sem que precisem de novo providencia superior.»

.....

§. 2.º — Com estes *bilhetes* se vae evitar o maior desembolço do Erario, (Thesouro Publico) não se precisando remetter logo grandes sommas, os quaes se irão resgatar com a moeda, que se cunhar com a prata recebida do *cascalho* bom, dos *quartos mexicanos*, e das *pecetas* se alguém quizer trocal-as.

.....

§. 3.º — Tudo aqui é conforme a minha opinião; pois se manda receber valor por valor; isto é 40 patacas, ou *quartos mexicanos*, sem vicio por 6\$400 rs. da moeda nova, no que não ha prejuizo; sendo tambem o troco voluntario....

Pode aqui notar-se a profunda politica com que esta lei chama aos *quartos mexicanos* = *pecetas* cortadas, = por que supprimindo aquellas palavras, mostra ignorar que se trata de dinheiro hespanhol. Neste mesmo espirito não quiz declarar *corrente* o dinheiro estrangeiro; dando porem modo com que os negociantes pudessem fazer assim com liberdade.

.....

§. 5.º — Aqui se manda recolher todo o *cascalho*. O metal fica perdido na mão que o apresentar; e este era o meu parecer....

.....

§. 6.º — Como a ilha de S. Miguel está livre d'aquella pessima moeda, pouco lhe interessa a disposição d'este §, e dos seguintes; devendo aqui lembrar o quanto esses moradores devem aos que se esforçaram para supprimir a circulação do *cascalho*; e o quanto se devem resentir dos que pertinazmente a defendiam; entre os quaes me tem infinitamente admirado Francisco Ignacio Jacome, e Joaquim da Costa Barboza, a quem não presumo innocentes, nem tambem manchados d'avareza por um tão sordido motivo.

«Talvez o outro, que lhe escandecio os cerberos, para fazerem canções nas noites das luminarias, os deixou igualmente escandecidos,

para quererem também poetar, sobre uma tão ardua materia, para se mostrarem originaes, pensando e propondo o que ninguém antes havia nem pensado, nem proposto. ....»

.....

## XVI

Apenas chegára á ilha Terceira então séde do governo do archipelago açoriano, o desembargador Luiz de Moura Furtado, e assumira o triplice exercicio de corregedor d'aquella comarca, juiz commissario da troca da moeda, e membro do governo interino, houve-se por tal modo, que podemos dizer d'este intelligente e integerrimo magistrado o que d'outro dissera D. João de Castro a el-rei D. João 3.<sup>o</sup>.

«Bom homem e cavalheiro, e de gentil juizo, que val mais que boas lettras em más cabeças.»

No dia seguinte ao em que desembarcou na cidade d'Angra, convocou á camara os negociantes, muitos dos principaes proprietarios; e em consequencia d'um accordo, que ali tomaram, fez taxar as *pecetas*, circulares com serrilha, ou sem ella, em 200 rs., — em 100 rs. as meias *pecetas*; — e em 50 rs. os quartos de *pecetas*, contando que tivessem os requisitos exigidos em suas qualidades; devendo ser acceitas por este valor, logo que as partes conviessem. (1)

Passou depois a um dos pontos mais importantes da sua commissão, procedendo logo a mandar recolher toda a moeda falsificada, que andava na circulação, para ser paga pelo seu peso, a 100 rs. a oitava, com a moeda de *prata, cobre e bilhetes* idos de Lisboa para este fim. (2)

Ainda restava iniciar as suas providencias por um acto humanitario, incluindo as lagrimas d'algumas familias, cujos chefes, seus fillos, e afins jaziam entre ferros nas cadeas da cidade d'Angra, a maior parte dos quaes, por suggestões dos que faziam opposição ao bispo, foram induzidos a reaparecerem nos mercados publicos com as moedas falsificadas e condemnadas.

Não escapou a penetração judicativa do desembargador Moura Furtado o plano iniquo, com que almas apoucadas, homens avaros, e dominados por ideas opposicionistas, sacrificaram homens do povo ás suas vindictas.

Em consequencia, pois. mandou pôr em liberdade todos os allu-

---

(1) Assim foi publicado pelo edital de 30 de março de 1795.

(2) Consta d'um edital, também datado em Angra no 1.<sup>o</sup> de junho do mesmo supracitado anno.

didos presos, restituindo aquelles desgraçados ao seio das suas pobres e consternadas familias.

E como medida complexa mandou abrir a mais rigorosa devassa contra os indiciados de fabricadores da moeda falsa e seus protectores, sem respeitar os pergaminhos e a opulencia que até ali os pôz a coberto de toda a acção da justiça.

Soube manter o socego publico, com a vara da mais indefectivel justiça tornando-se digno da espinhosa missão de que havia sido encarregado; e tanto mais difficil, quanto é certo, que d'envolta com a crise monetaria, se ligavam outras de parcialidades e interesses de familia; em que estavam envolvidas algumas summidades locaes, acostumadas a exercer pressão sobre as autoridades mais ou menos.

Dizia o nosso inimitavel padre Vieira, em um dos seus mais eloquentes sermões:

«Nenhuma cousa destroe mais a monarchia, nem deve temer-se mais, que castigarem-se os innocentes: e por isso Christo S. N. ensina, que é melhor ficar a sizania entre o trigo do que com o zelo de tirar a sizania perecer o trigo: e é mais santo e justo ficar o crime sem castigo, que castigar-se o innocente; e assim o dispõe o direito, que pesa mais para a perdição e condemnação do juiz uma sentença injusta, do que para livral-o d'ellas muitas e mui justas: a rasão é clara, porque n'estes faz o juiz bem, e como deve o seu officio, e n'aquella procede contra o que elle deve; no primeiro caso faz o julgador sua obrigação, no segundo pecca um peccado que não tem restituição.»

E sobre o mesmo proposito disse o doutor Bernardes na sua «Nova Floresta»:

«Equidade, que não é outra cousa que o dictame da rasão natural na mente ou consciencia do bom varão, obrigado a mitigar a lei, quando é necessario, deve o juiz ter diante dos olhos, todas as vezes que condemna ou absolve. . . . ; e finalmente hade fazer conta, que a justiça é regua, não de bronze nem de chumbo, mas de madeira: não de bronze porque este nunca dá de si, nem cêde: não de chumbo, porque tambem amolga facilmente, e assim amolgado fica: mas de madeira, porque nas occasiões que é necessário averga, e se arquêa, e logo por si torna a indireitar-se.»

E melhor que todos elles d'est'arte assim poetou o nosso poeta classico, Sá de Miranda escrevendo a el-rei D. João 3.º:

«Senhor, esta vossa vara  
Em quaes mãos anda, tal é  
A bôa é ave mui rara,  
Sabei que esta nunca é cara,  
Que seja muita a mercê.

Livre de toda a cubiça  
 A Dens te mente e a vós  
 Sem respeitos, e sem preguiça,  
 Vara direita sem nós,  
 Se quereis que haja hé Justiça.»

.....

## XVII

Não tendo, porem, sido taxadas as *patacas*, ou *pesos* hespanhoes, quando o juiz commissario, desembargador Moura Furtado, na primeira reunião que tivera com os negociantes da praça da cidade de Angra, taxaram as outras moedas, de que já fizemos menção continuando as referidas *patacas* a ser recebidas por preço arbitrario como estava acontecendo em Lisboa e Porto(1), fez o corregedor uma nova convocação de todos os principaes negociantes d'Angra, a fim de se tomar um accordo sobre este particular: e abi se tomou a resolução, de que as *patacas* fossem taxadas no valor de 950 rs.; cuja resolução foi publicada por editaes assim na ilha Terceira, como nas mais ilhas do archipelago.

Relêva ainda dizer, que a moeda de prata ida de Lisboa para ser posta em circulação na ilha Terceira, era de 240 rs. com o carimbo de 300 rs.; de 120 rs. com o carimbo de 150 rs., e a de 60 rs. com o carimbo de 75 rs.

A moeda de cobre, remetida para a Terceira contemporaneamente, eram 10 rs. do reino com o carimbo de 20 rs., ficando considerado como moeda provincial, e em devida proporção, a moeda que n'aquellas ilhas devia ficar correndo com o valor de 10 rs. e 5 rs.

Dentro de poucos mezes já se achavam na circulação em bilhetes, ou moeda papel, rs. 62:400\$000, e em moedas provinciaes, de prata e cobre, rs. 87.352\$900.

Temos á vista uma *Memoria*, ms. dirigida ao conde de Almada, quando no anno de 1800 se projectava recolher todo o papel moeda, que girava na ilha Terceira.

Diz-nos o autor anonymo—que afora as quantias, que o juiz commissario, Moura Furtado, levára do real erario, (Thesouro publico) pouco tempo depois recebera em bilhetes, (papel moeda) *quinhentos mil cruzados*; e em moeda *setenta mil crusados*. chegando o cofre a ter nos ultimos tempos — rs. 240:000\$000; e não devendo já cousa alguma pela troca da moeda, o referido juiz commissario emprestara ao cofre da junta real da fazenda das ilhas dos Açores, para pagar

---

(1) Veja-se a lei de 20 d'outubro de 1785.

dividas do estado, a quantia de *cem mil cruzados*, dez mil cruzados em moeda provincial, da ida de Lisboa, e *noventa mil cruzados* em papel moeda.

O desembargador Moura Furtado officiado ao ministro da fazenda no dia 8 de junho de 1795, lhe communicava, que havendo principiado no dia 6 do supracitado mez a troca do dinheiro de *cunho castelhana*, que girava n'aquellas ilhas, pela que o governo mandara estabelecer e fora do reino, e bilhetes, papel moeda com curso forçado, e que apresentando as partes dinheiro cerceado, cortado, e de bom tóque quasi todo de 11 dinheiros, n'elle se tinha achado, até áquella data, a perda de 63 por cento.

E que d'esta perda havia dado ás partes o que elle chama *Bilhetes de Realisação*, que a lei ordenava e com que todos ficavam satisfeitos, na esperança da promettida realisação, apesar do incommodo que experimentavam na demora.

Que aquelle calculo o obrigava a reflectir, que sendo a maior parte do dinheiro, que girava n'aquelles povos, muito inferior ao de bom toque, que se lhe tinha apresentado, e que elle só havia admittido, era natural, que no outro se encontrasse um abatimento muito mais extraordinario, e que não merecendo este a *realisação*, somente áquelle concedida, ficassem aquelles povos sentindo uma perda quasi de 90 por cento.

E que d'este dinheiro infimo, já separado e sigilado, para não correr, nem se confundir com o de bom toque, que ainda se tolerava, chegára o seu manifesto acerca de *quatrocentos mil cruzados*, em que apenas se achavam de valor intrinseco *quinze a vinte mil cruzados*; vindo por consequinte a perder-se no total *trezentos e oitenta mil cruzados*, perda esta, com que aquelles povos não podiam sem ficarem arruinados no seu patrimonio, e no seu commercio, por que a maça geral da ilha Terceira, e villa da Praia do seu continente, estava esmada em *oitocentos mil cruzados*, de todo o dinheiro bom e mau; e n'esta proporção as mais ilhas d'aquelle archipelago á excepção da de S. Miguel, onde só corria por aquelle tempo a *serrilha*.

Finalmente o desembargador Moura Furtado lembrou ao governo a urgente necessidade de mandar para aquellas ilhas *um milhão*, em assignados, para depois se irem resgatando com dinheiro de prata e de cobre, em concorrente quantia da que tinha ido do reino novamente cunhado:

Que para este *milhão* bastariam quatro centos mil cruzados, de valor fisico de moeda de cobre, para ir correr na circulação no numeral de 800; e *cento e cincoenta mil cruzados* de dinheiro de prata para que ali corresse com o seu cambio, de 25 por cento para 200 mil cruzados: vindo a ser por esta forma, o desembolço do thesouro publico 550 mil cruzados; e que para sua indemnisação tinha o governo do que pudesse recolher em barra de prata todo este dinheiro das ilhas 250

mil cruzados, ficando aquelles povos em divida de 300 mil cruzados, que poderiam pagar por uma suave contribuição, até á sua total extincção, fazendo-lhes a mercê de lhes perdoar, por esta vez a senho-reagem do cobre, que lhes mandasse.

Assim que com este arbitrio ficariam aquelles insulares satisfeitos, não perdendo nada da sua massa, ficariam com que pagar as suas dividas publicas e particulares, restaurada a sua subsistencia e o seu credito; e até veriam com respeito e obediencia maior descarregar o golpe da justiça sobre os que se descobrissem delinquentes da moeda falsa, causadores dos males acerbos, a que se viram reduzidos. Nos primeiros tres mezes da operação financeira da troca da moeda, e emissão da moeda papel, na ilha Terceira, fez o juiz commissario, Moura Furtado, as seguintes remessas, para os cofres do real erario (thesouro publico) da moeda que pela sua infima qualidade e falsificação, e na conformidade das reaes ordens, estava prohibido o seu curso.

A 1.<sup>a</sup> remessa de oito contos de reis, ficando-lhe ainda em cofre d'esta moeda 80 mil cruzados.

A 2.<sup>a</sup> remessa de oito contos da supracitada moeda cerceada e falsificada.

A 3.<sup>a</sup> remessa de oito contos, e de rs. 7:527\$561 em 430 barras de prata fina e de bom toque, a que ficaram reduzidos contos de dinheiro de valor imaginario, que até então se havia e fundia na commissão para a troca da moeda, aonde o numero dos manifestantes, um mez depois de instalada a referida commissão, já era de 650 pessoas, calculando-se então que o seu numero ascenderia a cinco mil e tantos.

A 4.<sup>a</sup> remessa de oito contos da tal moeda falsificada e reprovada, e de rs. 7:099\$095 em 758 barras de prata de bom toque fundidas e ensaiadas na sobredita commissão.

A 5.<sup>a</sup> remessa feita pela ilha de S. Miguel, de 4:334\$900 reis, de dinheiro reprovado, que se achava detido nos cofres d'alfandega d'aquella ilha, e que pela prohibição do seu giro, estava inutilisado.

## XVIII

Entanto que assim se providenciava na ilha Terceira, para ali fazer cessar a crise argenteria, que affligia aquelles povos, entorpecia o seu commercio, vejâmos o que se passava noutro ponto, ainda mais importante do archipelago, na ilha de S. Miguel.

O corregedor da comarca da cidade d'Angra, e desembargador juiz commissario, Luiz de Moura Furtado, em seu officio dirigido ao corregedor da comarca da ilha de S. Miguel na data de 11 de setem-



bro de 1795, enviando-lhe um edital que adiante transcreveremos, entre outras recommendações dizia o seguinte:

«... Mas vou mesmo deprecar por esta a v. m., em serviço de sua magestade, haja d'empregar toda a sua vigilancia e policia, a fim de que por este meio tenham inteira observancia as reaes ordens, e esse povo consiga o convencer-se das chimeras, de que se acha preocupado, por falta de luzes a este respeito, e de quem lhe inspira o amor da sua patria que por ignorancia crassa querem de proposito fazer infeliz, ao mesmo passo que sua magestade tão benignamente tem dado todas as providencias, para restaurar estas ilhas do abysmo, em que estavam submergidas (1).

Posto que as saudaveis disposições, do regio alvará de 8 de janeiro de 1795 tivessem sido recebidas com agrado pelos habitantes da ilha Terceira e das mais ilhas, todavia foram consideradas como inaceitaveis na ilha de S. Miguel, fazendo-se uma tenaz opposição á sua execução. Foi n'essa conjunctura, que o juiz commissario mandou affixar nos lugares mais publicos da cidade de Ponta Delgada ilha de S. Miguel o seguinte

### Edital

O Dr. Luiz de Moura Furtado, Professo na Ordem de Christo do Desembargo de S. Magestade, seu Desembargador da Relação e Casa do Porto, Juiz Commissario, Executor do Regio Alvará de 8 de janeiro sobre a moeda d'estas ilhas dos Açores, por S. Magestade que Deus Guarde &.

Faço saber a todos os moradores da ilha de S. Miguel, que o presente edital virem, que a mim me foi representado pelos homens de negocio da praça da cidade de Ponta Delgada da dita ilha:—que sendo o commercio d'ella mais florente e independente das outras ilhas pela abundancia de moeda das *pezetas castelhanas serrilhadas*, e cortadas, de cunho, que correm no giro do seu commercio, e ser a dita universalmente falta da outra competente, novamente cunhada, e vinda do reino, se viam em actual consternação depois da publicação do sobredito alvará em razão de não quererem os moradores d'aquella ilha acceitar a dita *serrilha* no giro diario, nem ainda recebel a em pagamentos aquelles mesmos que antes da mencionada publicação haviam contratado os mesmos pagamentos em *serrilha* fundados todos na liberdade em que a dita lei deixou a cada um acceitar ou não o dito dinheiro estrangeiro somente admissivel a aprazimento das partes:

E porque d'aqui resultava não só a confusão actual em que aquelles povos se achavam, mas ainda se podiam esperar consequencias mais prejudiciaes, como eram a falta do mesmo commercio, e do credito e reputação d'aquella praça;—requerendo-me em conclusão:—

(1) Liv. respectivo, no archivo da junta da real fazenda das ilhas dos Açores, no arch. antigo dos capitães generaes.

que eu houvesse por bem declarar admissivel a dita *serrilha* no giro do commercio, e declarar ao mesmo tempo—a qualidade de *serrilha*, que devia ser admittida, ou dar aquella providencia que fosse mais conforme á determinação da lei, e concernente ao publico socego d'aquelles povos, cuja harmonia os supplicantes desejavam promover, assim como a utilidade publica em beneficio do seu commercio.

A cuja representação houve por bem deferir por meu despacho, pela maneira e forma seguinte:

Não tem lugar a providencia requerida, como contraria expressamente á disposição do alvará de 8 de janeiro do presente anno, de cuja publicação em diante nenhuma pessoa pode ser constrangida a aceitar moeda estrangeira contra sua vontade, ainda que n'ella se achem estipulados pagamentos do preterito; nem esta coacção ainda que licita fosse, se faria necessaria no presente caso, tendo como tem os supplicantes e quaesquer outros devedores, o facil recurso de virem a esta commissão regia trocar por dinheiro e bilhetes competentes toda a *serrilha* que os seus credores chimerica e indiscretamente lhe não quizerem acceitar pois que a mesma lei admite como genero á convenção das partes e como tal se tem adoptado na praça d'esta capital, e nos cofres regios, que voluntariamente a recebem, e n'ella pagam, sendo pura e sem cerceio, e pelo preço de 200 rs., que a mesma praça lhe estabeleceu, e se fez publico, assim como a cortada de cunho sendo igualmente boa.

E para que assim se fique entendendo pelo novo edital, que a este fim mando publicar n'aquella ilha, o escrivão da commissão junte este aos autos que n'ella correm, para constar d'este expediente, e extrahia a sua copia por certidão, que entregará aos supplicantes, a quem por este modo hei deferido. Angra 6 de setembro de 1795=Furtado.

Em observancia do qual despacho e sua verdadeira intelligencia mandei passar o presente, pelo qual ordeno privisionalmente, a todos os moradores da sobredita ilha de S. Miguel, que prestando uma inviolavel obediencia ao disposto no referido alvará de 8 de janeiro do corrente anno, não intentem obrigar reciprocamente, uns aos outros a aceitar, contra sua vontade a referida *serrilha*, nem outro algum dinheiro estrangeiro, somente admittido á convenção das partes tendo como tem o prompto regresso de virem a esta commissão trocar toda a *serrilha*, que não queiram acceitar pela forma indicada no sobredito despacho, n'este copiado, que faz desnecessaria toda a coacção, ou providencia extraordinaria, que fica sendo superflua, á vista das sandaveis providencias da mesma lei, e methodo proposto no dito despacho, e tudo debaixo das penas impostas contra os perturbadores do publico socego; cuja applicação e seu competente procedimento vai por mim deprecado na mesma data d'este. ao meretissimo Dr. corregedor d'aquella comarca, para com a sua actividade e jurisprudencia obviar pontualmente em todos os casos occorrentes, em que haja de se verificar qual-

quer das ponduraveis transgressões, até segunda ordem de sua magestade, a quem dou conta de todo este expediente, &.—Dado e passado n'esta cidade d'Angra capital das ilhas dos Açores aos 11 de setembro de 1795=Manoel Bernardes d'Abreu e Lima, official do Real Erario e Escrivão da commissão o escrevi. — O Desembargador Luiz de Moura Furtado.»

Depois d'estas tão claras e terminantes resoluções, á face da lei, com as quaes devia cessar a crise monetaria na ilha de S. Miguel, os capitalistas d'esta ilha possuidores de maior porção de moeda estrangeira, não tendo podido alcançar do juiz commissario a ordem, que supplicaram, para que a *serrilha* hespanhola tivesse na referida ilha curso forçado commecaram a oppôr se á plena execução do alvará de 8 de janeiro de 1795, na parte em que elle mandava correr o *papel moeda*, isto é, os já alludidos *bilhetes*, no archipelago açoriano, factos estes, de que no seguinte capitulo daremos mais particularisada noticia.

O benemerito desembargador Moura Furtado, enviando para Lisboa ao ministro respectivo, a representação dos negociantes da praça da ilha de S. Miguel, pertendendo se lhes acceitasse, com curso forçado, a *serrilha* no giro do seu commercio, contra o espirito da lei, que só a admittia como mercadoria a aprasimento das partes, em seu officio de 24 de setembro do supracitado anno, entre outras cousas dizia ao marquez Mordomo-mór, ministro da fazenda, o seguinte:

«Eu por mais que me tenho empenhado pelas minhas praticas familiares, e pelas minhas disposições publicas em animar estes habitantes, e persuadi-los da utilidade, que lhes resulta da troca do seu dinheiro pela moeda competente, e da indefectivel realisação da perda do imaginario, aos que forem dignos d'ella, não pude conseguir que a maior parte d'elles, calculando destramente o valor do dinheiro que se lhes dá em troca do intrinseco, que apresentam, deixassem de os derreter em suas casas e reduzil o a barra, nem vendel-o a quem lhes dá 6\$400 rs. por cada marco, em dinheiro do reino, em lugar de receberem n'esta commissão 5\$600 rs., como se lhes tem pago pelo preço da lei, e em dinheiro de 25 por cento de menos do seu valor intrinseco, o que faz que n'esta capital tenham ido diminuindo os *manifestos*: que na ilha de S. Miguel não houvesse um só d'elles, e nas outras ilhas vão seguindo o mesmo accordo visto que a lei os não obriga ao dito *manifesto* o que não deixando de ser util por uma parte, em quanto por este modo vem a ser desnecessaria, maior quantidade de dinheiro em *bilhetes* para trocar; não deixa tambem por outra parte de ser prejudicial, porque vindo a faltar n'estas ilhas a moeda equivalente á prata, que vão trocar em outra parte, vem em consequencia a faltar o dinheiro necessario para o commercio d'estes moradores, assim como já vae faltando até a mesma nova moeda de prata que se lhes tem distribuido, que é rarissima a que apparece, porque a guardam para

a transportarem para o reino e commerciarem com ella as mercadorias necessarias, na certesa de virem aqui ressarcir nas rendas, com extraordinaria usura, os 25 por cento que n'ella perdem em Lisboa; resultando d'isto ficarem estas ilhas em pouco tempo exhaustas d'este dinheiro não podendo ser outro remedio de obviar a desordem senão o girar n'ellas somente o *cobre* ou *bilhete* e estes desde 4\$800 rs. até 800 rs.; porque já se experimenta muita difficuldade no troco dos primeiros, sendo indispensaveis os ultimos para facilitar a permutação entre o povo; e n'esta especie me parecia conveniente viesse convertida a prata que tenho remettido. . . » (1)

## XIX

A circulação do *papel moeda*, isto é dos *bilhetes* estabelecidos pela lei de 8 de janeiro de 1795, teve uma grave opposição na ilha de S. Miguel.

O desembargador Moura Furtado em sua conta dada ao ministro da fazenda em nove de maio do anno seguinte escrevia por este theor:

«N'aquella ilha de S. Miguel honve uma declarada opposição á introdução da *nova moeda* e dos *bilhetes*, querendo aquelles moradores que eu obrigasse os povos a acceitarem por força as pecetas serrilhadas, porque abundavam n'esta moeda e não necessitavam d'ontra providencia.

«Rebati este orgulho com o edital de que dei parte a V. Ex.<sup>a</sup> em 24 de setembro proximo passado; e como por elle se viram convencidos, pelos seus proprios argumentos, romperam no absurdo de suggerirem os marchantes d'aquella cidade para irem ao corregedor d'aquella comarca, requerer-lhe que o povo estava sem carne no açougue.— que elles não proviam porque os lavradores não sendo obrigados a acceitarem a *serrilha*, não queriam vender por ella as suas rezes, pretendendo por este sinistro meio, que o corregedor se visse obrigado a determinar o giro da *serrilha* por coacção contra a disposição da lei.

«Rebaten tambem o corregedor este tumulto com actividade e destresa: procedeu a um summario, comprehendeu os cabeças e declarou os incursos no crime de rebelião, e por aerea e intempestiva uma appellação, que d'elle baviam interposto, por haver feito girar um *bilhete* (papel moeda) que havia recebido d'esta commissão: E atemorizados todos do seu proprio erro, que viam manifesto, cederam logo e protestaram perante aquelle ministro, e depois successivamente peran-

---

(1) Archivo antigo da Junta da Real Fazenda das ilhas dos Açores, no L.<sup>o</sup> da correspondencia da commissão da troca da moeda com o governo.

te mim por um largo assignado a mais fiel obediencia ás leis e ordens de sua magestade, declarando que só era o seu intento, recorrer immediatamente á mesma senhora, para os attender nas suas representações quando fossem justas; e por este modo ficaram em socego. . . » (1)

Na=Memoria sobre a questão da moeda, e introdução da moeda papel na ilha de S. Miguel=Ms. attribuido ao Dr. Carvalho, da mesma ilha e um dos parciaes n'esta questão, como um dos capitalistas na cidade de Ponta Delgada, que possuia maior porção de moeda estrangeira, isto é, de *pezetas serrilhadas*, dizemos n'este inedito se referem os acontecimentos pela seguinte maneira:

«Em janeiro de 1794 o actual José de Santiago de Figueirêdo Gonçalves, deo uma decisão no sobredito requerimento das corporações, com a qual ficaram os povos em socêgo, girando somente as *pezetas castelhanas*, até ao mez de julho de 1795 em que se publicou na dita ilha o alvará de 8 de janeiro do mesmo anno, e juntamente com elle o accordão que tinham feito os negociantes da cidade d'Angra, para darem ás *pezetas* o valor de 200 rs. a cada uma, na forma do § 1.º do dito alvará, declarando juntamente, que davam aquelle valor ás *pezetas serrilhadas*, e ás cortadas, ou de cunho cortado, mas não das falsificadas, nem cerceadas; e que estas cerceadas co:ressem pelo seu peso no valor de 125 rs. a ontava.

«E quando os *homens bons* da ilha de S. Miguel julgavam ficar em socego com as sobreditas providencias, os *homens perversos* formavam o destino de exhaurir os povos, não já com a moeda falsa, mas sim com a introdução de *bilhetes falsos* a sombra dos verdadeiros; idéa esta muito mais difficil de destruir, do que a da moeda falsa; pois o sobredito alvará permite o uso de *bilhetes verdadeiros*, que ao depois se não poderiam distinguir dos falsos. (2)

Para a introdução dos falsos era necessario que primeiro se introduzissem os verdadeiros; e como estes até hoje não tem entrado na ilha de S. Miguel em razão de que quando se publicou o alvará já na dita ilha não havião senão *pezetas castelhanas*, cujo uso permite o alvará como genero, e no § 3.º não constrange a alguem a fazer d'ellas troco pela *moeda provincial* novamente cunhada, ou pelos *bilhetes*, ficou por este motivo a ilha de S. Miguel isenta de bilhetes, e ainda mesmo da moeda provincial.

Á vista do que os interessados na introdução dos bilhetes usaram das invectivas seguintes:

«Vendo que na devassa que se tirou em observancia do § 4.º do dito alvará não sahio alguem criminoso; vendo que para a introdução

(1) Ibidem.

(2) O autor do ms. ainda não tinha factos sobre que se fundasse; nenhum bilhete falso havia apparecido.

de bilhetes falsos era necessario o auxilio dos magistrados, bem como sempre foi necessario para o giro da moeda falsa; vendo que o actual juiz de fôra o Dr. Antonio José Ozorio, não tinha character de os auxiliar, fizeram os notados d'interesse n'esta cabála uma amisade intima com o Dr. corregedor actual Joaquim José de Santliago o que logo causou admiração aos homens bons d'aquella ilha.

Fizeram que o sobredito Dr. corregedor com o pretexto da falta da *moeda de cobre*, (que com effeito ha na ilha de S. Miguel) mandasse á ilha Terceira trocar na cidade d'Angra rs. 100\$000 em *cobre provincial*, e com recommendação, (segundo dizem) de que lhe viesse um *bilhete* como de facto veio.

Fizeram que entre o povo se introduzisse um tal escrupulo na acceitação da *moeda hespanhola*, que já ninguém queria receber senão a perfeitamente serrilhada; e isto para fazerem fome da *moeda hespanhola*; porem prejudicaram aos possuidores d'ella, e para fazerem necessaria a introdução dos *bilhetes* verdadeiros, para ao depois se introduzirem os falsos, os quaes ha grande probabilidade que estão já fabricando em Inglaterra.

Para obviar estes inconvenientes vocalmente requereram alguns homens de bem ao Dr. corregedor actual, para que puzesse termo a esta desordem; obrigando a acceitar toda a *pezeta hespanhola* sem vicio.

Fundavam se em que o contento das partes segundo o § 1.º do alvará, se devia entender da *moeda hespanhola*, mas *in specie*, e não *in individuo*, isto é: que é livre a cada um dizer quero ou não quero *moeda hespanhola*; porem depois de a querer, devia receber toda a *pezeta* sem vicio, principalmente vendo-se, que os negociantes d'Angra na presença do desembargador Luiz de Moura Furtado ministro encarregado do negocio da moeda em todas as ilhas, tinha estabelecido o valor de 200 rs. a cada *pezeta* serrilhada, e ás cortadas ou de cunho cortado, o que bem provava, que estas estavam approvadas para o giro do negocio, e que deviam ser acceitas por qualquer que quizesse receber moeda hespanhola, accrescentando que estas mesmas *pezetas* serrilhadas, ou cortadas são as proprias que o alvará no § 3.º manda trocar por moeda provincial, valor por valor, sem attenção ao peso, ou toque das ditas *pezetas hespanholas*.

Porem a nada deferio o Dr. corregedor, pois mesmo queria que houvesse fome de moeda.

Com estes mesmos fundamentos, e para o mesmo fim, recorreram os negociantes ao desembargador Luiz de Moura Furtado; mas este ministro decidio; que ainda que era imprudente a regeição da *moeda hespanhola*, para terem lugar os *bilhetes*; o quanto elle augmentou o escrupulo do povo em só querer acceitar a moeda perfeitamente serrilhada; e o quanto com elle se julgou o Dr. corregedor auctorisado para patrocinar as idéas dos seus noyos amigos, e interessados na

introducção dos bilhetes; porem deixadas as reflexões vamos continuando os factos.

No dia de sexta-feira 25 de setembro do presente anno foram os marchantes á feira publica com sacos de *moeda hespanhola* sem vicio para comprarem rezes, para consumo do povo na semana seguinte, e já não achavam quem lhes quizesse acceitar similhante moeda, por não ser toda serrilhada; do que resultou não comprarem os marchantes as rezes, e ficarem os açongues publicos sem carne para o povo, pois só as rezes d'alguns particulares se mataram.

O marchante do Dr. Antonio Francisco de Carvalho, (1) foi logo a casa dizer-lhe que n'aquella semana não tinha carne de vacca para lhe dar, pelo motivo já declarado, e que d'isto mesmo ia dar parte ao Dr. corregedor.

Responden-lhe o dito Dr. Carvalho: que observa bem, não só por attenção ao dito ministro mas para ver se elle dava alguma providencia. (2)

O marchante de seu motu proprio foi convocar os outros marchantes e em numero de 14 foram á presença do dito ministro contar-lhe o succedido: e o resultado foi o seguinte:

Mandou o Dr. corregedor ao seu meirinho F... com quadrilheiros á feira publica comprar, para si, uma vacca levando para pagamento o proprio *bilhete* que lhe tinha vindo d'Angra, e o resto em *moeda hespanhola*; e com ordem para que mettesse na enxovia da cadeia a todo o que não quizesse acceitar o *bilhete*, mas tambem a *moeda hespanhola*, que na fórma do alvará só deve correr como genero a contento das partes, offendendo assim o dito alvará e o edital do desembargador Luiz de Moura Furtado, de que acima se deu noticia.

Alem d'isto o mesmo Dr. corregedor capitulou aquelle ajuntamento dos 14 marchantes com uma rigorosa assuada; e entron a inquiril-os judicialmente, perguntando: quem os tinha aconselhado a que fossem juntos a sua casa? querendo assim criminar ao dito Dr. A. F. de Carvalho por amotinador & mas como elle estava innocente, (3) não ligou a idéa do Dr. corregedor.

Os factos porem fizeram abrir os olhos a todos: Declarou-se a paixão do Dr. corregedor na introducção dos *bilhetes* verdadeiros, para á sombra d'elles se introduzirem os falsos. (4)

Conheceo o povo o engano que se lhe fazia, com o escrupulo da acceitação da moeda sem vicio, e qual era o fim a que se dirigia aquelle escrupulo; e n'elle conheceram os homens de bem a necessida-

(1) É como já dissemos, a quem se attribuia esta *Mem.*

(2) Foi voz publica que o Dr. Carvalho, por detraz da cortina dirigia esta intriga.

(3) Quem sabe? Havia vehementes indicios contra elle.

(4) Nunca esta asserção se poudo provar, por que em annos que tiveram curso taes *bilhetes*, nunca appareceram.

de de salvar a patria da ruina que lhe está imminente, com a paixão do Dr. corregedor na introdução dos *bilhetes*.

O povo logo principiou a acceitar a moeda hespanhola sem vicio; e as corporações do clero, nobresa, negociantes e povo vendo que não podiam requerer a sua magestade sem demoras; e vendo que era necessario sem perda de tempo obstar ás violencias do Dr. corregedor lhe dirigiram um requerimento. (1)

N'elle diziam que o alvará de 8 de janeiro de 1795 era todo em beneficio dos povos das illhas, e não para os destruir que não era da mente de sua magestade evitar o mal da moeda falsa introduzindo maior, qual era o do giro dos bilhetes sem necessidade: (2) que os *bilhetes* só se mandam girar nas illhas para facilitar a permutação da moeda, e o giro natural do commercio: que não tendo havido na ilha de S. Miguel, permutação alguma de moeda, nem havendo necessidade d'ella para o giro natural do seu florente commercio, não se podiam introduzir os bilhetes, que só veem em subsidio da moeda provincial, que não entron na dita ilha, e que só no acto da permutação podem ser introduzidos os *bilhetes verdadeiros*, sem necessidade se introduzirão logo os *falsos*: pois que a ilha de S. Miguel faz um grande commercio com as nações estrangeiras; e homens perversos, ou naturaes ou estrangeiros não deixarão de procurar este meio de se enriquecerem em prejuizo dos outros: que na ilha da Madeira não entraram *bilhetes* nem *moeda provincial*, por que n'ella assim como na ilha de S. Miguel não havia *moeda falsa*, nem necessidade de permutação alguma: que sua magestade no § 2.º do alvará querendo dar validade aos *bilhetes*, usa da palavra —*mando*— e quando quer que elles girem, usa da palavra —*possam*—; (3) palavras que no sentido grammatical diversificam muito, pois a primeira é *imperiosa* e admite constrangimento, e a segunda é *permissica*, e não quer a violencia, que o Dr. corregedor usou na introdução do seu proprio *bilhete* na compra da vacca para seu uso.

Com estes e outros fundamentos concluiu o requerimento, appellando para o supremo tribunal da razão d'aquelle acto de violencia do Dr. corregedor, ou aquelle acto fosse judicial ou extrajudicialmente. Sendo judicial, pelo excesso de modo, na forma da Ord. liv. 3.º tit. 76; sendo extrajudicial pela Ord. do dito liv. tit. 78; e tudo a fim de que no tribunal da Relação se tomasse assento na forma da lei de 18 d'agosto de 1769 sobre a verdadeira intelligencia do alvará de 8 de janeiro; isto é: se elle nos termos ponderados deve ou não ter execução na ilha de S. Miguel, pelo que respeita aos *bilhetes*.

---

(1) Já vimos que o comportamento do corregedor fora superiormente louvado.

(2) Foi decretado o seu curso em todas as illhas; a de S. Miguel queria ser a exceptuada.

(3) Estas urgencias e ambages não eram proprias da illustração do Dr. Carvalho.



Este requerimento tão conforme ás leis, e o unico que se pôde excogitar para obstar ás violencias do Dr. corregedor, foi assignado por mais de oitenta pessoas, e apresentado em audiencia de 5 d'outubro, decimo dia depois do acto da violencia.

Mandon-se autuar o tal requerimento, e n'elle deu o Dr. corregedor um despacho, em que depois de confundir uns factos com os outros, veio a declarar, *que os assignantes eram reos de lesa magestade*, por se terem levantado contra o alvará, embaraçando a sua execução; e mandou com effeito, que se escrevesse a appellação.

Publicou-se este despacho em audiencia, e particularmente determinou o ministro ao seu escrivão F... , o fosse mostrar a algumas pessoas, a fim de as intimidar; e o mesmo ministro dizia e publicava, que este caso era o mesmo do levantamento do Porto: quando o tal requerimento foi assignado pelos que voluntariamente quizeram, em suas proprias casas; quando a appellação não foi do alvará, nem do *bilhete*, mas só do acto de violencia; quando não honve acção nem palavra que obstasse o giro do *bilhete*; e quando á formalidade do requerimento bem mostrava obediencia e fidelidade dos assignantes ás leis da soberana.

Fez pasmar ás pessoas prudentes que o primeiro magistrado da ilha seja o mesmo que intempestivamente, e fóra de todo o proposito, esteja lembrando na epoca presente a um povo, quasi geralmente rustico, as palavras de levantamento, rebeldia, lesa magestade &c.<sup>a</sup>

Porem os assignantes, que todos são pessoas de bem, vendo o seu credito maculado em um ponto tão melindroso, e sobre o qual nunca elles tiveram o mais leve pensamento, procuraram logo poder manifestar a pureza dos seus sentimentos, a sugestão ás leis, e a fidelidade á sua soberana, formulando um requerimento no qual, depois de declararem as suas intenções puras, e fazerem os seus protestos de fidelidade e sujeição, requeriam que aquella appellação interposta fosse somente recebida no effeito devolutivo; pois assim bem mostravam, que não era sua intenção obstar á intenção do alvará mas só procurar a sua intelligencia. (1)

Mandon o Dr. corregedor, que o seu escrivão informasse. Porem esta informação não tem apparecido até hoje: appareceu, sim, o mesmo escrivão F... , propondo da parte do seu ministro proposições d'accommodamento.

Dizia elle: que não se tratasse mais do querimento da appellação: que dessem os assignantes *doze mil cruzados* ao ministro, que elle se obrigava a alcançar de sua magestade ordem para que na ilha de S. Miguel não entrassem bilhetes. (2)

---

(1) Que subterfugio tão parvo!

(2) Isto não passava de calumniosos beatos, adrede propalados para desvirtuarem o corregedor.

Esta proposição foi feita aos principaes negociantes por interposta pessoa, julgando se que todos os assignantes estavam intimidados com a paixão que o doutor corregedor dêo, digo, bem mostrou no sen despacho d'appellação, e á vista do requerimento que elles faziam para a dita appellação ser sómente em um effeito.

Porem os assignantes tiraram d'esta proposição duas consequencias, bem contrarias ás intenções do Dr. corregedor e do seu escrivão.

A primeira, que o Dr. corregedor não queria que o sen despacho apaixonado, e bem illegal, apparecesse no tribunal da Relação.

A segunda, que elle procurava não perder doze mil cruzados, que talvez fosse a promessa que lhe tinham feito os interessados, na introdução dos bilhetes verdadeiros para á sombra delles girarem os falsos, e para n'esta manobra terem propicio o dito ministro, que é muito inclinado a similhantes promessas, e que tem obrado tantos excessos, a fim de não perder aquelles doze mil cruzados, ou elles fossem dados pelos homens perversos, girando os *bilhetes* ou pelos homens de bem não girando elles. (1)

Os assignantes para mostrarem ao ministro, que o seu animo não era oppor-se ao alvará por meio d'aquella appellação, mas só procurar a sua intelligencia por meio legitimo, requereram, que quieriam desistir da dita appellação, com o protesto de pôrem suas humildes supplicas na presença de sua mag.<sup>de</sup>: porem o termo de desistencia ainda não se assignou, e regeitavam a proposição dos doze mil cruzados, como indigna d'um magistrado, e contraria ás leis da soberana. (2)

D'aquí resultou, o dito ministro formar uma conta para o desembargador Luiz de Moura Furtado, da qual se ignora ainda o contheúdo, mas bem se suppõe que iria formulada a sen salvo; mas os assignantes tambem mandaram ao dito desembargador um requerimento, no qual depois de narrados os factos, e protestarem a sua fidelidade e obediencia ás leis de sua magestade, requeriam se ajuntasse o tal requerimento aos autos da commissão, para a todo o tempo constar das puras intenções dos assignantes, e que de todo se lhes dessem as copias e instrumentos que pedissem, do que não ha ainda noticias, por falta de embarcação.

E finalmente os mesmos assignantes recorreram immediatamente a sua magestade, para livrar a sua patria da ultima ruina, que lhe está imminente, se n'ella entrarem bilhetes.

---

(1) O que não ha para duvidar é que os taes *homens de bem*, (de bem pouca prudencia) fizeram uma guerra de morte ao corregedor; cuja conducta o Governo louvou.

(2) Os taes principaes negociantes, os taes homens de bem e signatarios, que figuraram n'esta questão, conheceram que o corregedor não se acubardava ..... e a guerra accintosa e infame, que lhe faziam os homens argentarios: gosava elle até essa epoca a reputação de juiz recto, probó e intelligente.

Tal é a situação em que se acham os homens da ilha de S. Miguel no dia 24 de novembro de 1795, depois de terem soffrido pelo bem da sua patria, e para conservação das suas possessões tudo o que se acha descripto n'esta relação. . . . »

Até aqui a parcialidade narrativa d'um dos directores a quem é attribuida a *Memoria* inedita, que acabamos de summariar.

Releva lembrar que a verdadeira causa d'estas accusações contra o integerrimo magistrado, era por elle não haver acquiescido ás instancias dos taes homens de bem e capitalistas, para ordenar o curso forçado das *pecetas hespanholas*. (contra as disposições expressas no alvará de que elles possniam grande quantidade) ao passo que estes mesmos capitalistas e homens de bem se oppunham ao curso da moeda papel estabelecida para girar em todas as ilhas do archipelago, pelo supracitado alvará.

Recordemos-nos de que o desembargador Moura Furtado, dando conta ao ministro da fazenda d'estes acontecimentos, em seu officio de 24 de janeiro do anno seguinte, assim se expressava no tocante ao corregedor acusado:

« . . . romperam no absurdo de suggerirem aos marchantes d'aquella cidade, para irem ao corregedor requerer-lhe, que o povo estava sem carne nos açougues, que elles não proviam, porque os lavradores não sendo obrigados a acceitar *serrilha* não queriam vender por ella as suas rezes, *pretendendo por este modo sinistro que o corregedor se visse obrigado a determinar o giro da serrilha, por coacção contra as disposições da lei. Rebateu o corregedor este tumulto com actividade e destresa. . . . »*

Causava ao corregedor a maior estranheza vêr a altivez com que se tinham colligado alguns homens importantes da ilha para se opporem, menos reverentemente, ás soberanas determinações, por isso que os açorianos, em geral, sempre se haviam mostrado submissos acatando as reaes ordens, como descendentes d'aquelles continentes, e que dedicados ao rei e á patria assim diziam:

« Vencerei não só estes adversarios  
Mas quantos a meu rei forem contrarios. »

« Para servir-vos braço ás armas feito,  
Para cantar-vos mente ás musas dada. »

Por vós, pela patria  
O sangue daremos,  
Por gloria só temos  
Vencer ou morrer. »

O Herodoto da historia açoriana, tratando da indole dos povos primitivos da ilha de S. Miguel, d'esta arte se expressou:

«A gente d'ella de bons entendimentos, pia devota, charitativa discreta, lustrosa, e de policia; e tão inteira nas cousas da santa fé catholica romana, que com ser mui antigo e continuou o trato e commercio n'esta ilha de inglezes, francezes e flamengos, por bondade de Deus até agora se não tem visto nos moradores tismados erros, que em algumas d'estas nações ha nas cousas da fé:

*E assim como são leaes a Deus o foram sempre á magestade.»* (1)

Do officio que o corregedor endereçara ao desembargador juiz commissario, fazendo lhe a narrativa dos expedidos acontecimentos, trasladamos os seguintes trechos, porque offerecem sua curiosidade:

«Ha n'esta ilha quatro negociantes unidos, para ruina dos seus habitantes, e damno da fazenda real, os quaes não só tem absorvido todo o commercio, mas pretendem dominar tudo por qualquer meio que seja.

Elles não podem soffrer um poder legitimo, em que pelo menos não tenham influencia, para levarem ao fim as suas pretensões, ordinariamente injustas, e fazerem os seu interesses á custa dos miseraveis, e tambem do patrimonio regio.

O bacharel A. F. Carvalho (2) que tem entre elles o primeiro lugar, e cujo voto subscrevem todos os outros, é aparentado com F... Desde o principio da minha judicatura não tem deixado pedra por mover para me desacreditar na real presença sem outra cousa mais do que procurar en com as obrigações do meu officio, sem dependencia de estranho socorro, e ter descoberto, á custa da minha deligencia, as grandes violencias e extracções que elle e seus socios estão praticando, em grave damno do patrimonio regio, e em manifesta ruina do commercio e fabricas da ilha.

Dominaram estes homens n'alfandega d'esta cidade até certo tempo, com tão absoluto imperio, que n'ella sómente se fazia o que elles queriam.

N'esta praça os navios que navegavam para a America, são d'estes negociantes a que me refiro, os quaes tem feito um rigoroso monopolio d'esta navegação, e d'este commercio, com que vexam os moradores, extorquindo lhe os fretes exorbitantissimos, sem algum respeito ou arbitrio da lei, para os carregarem ás partes por mais do dobro, do que ella tem taxado, com prejuizo manifesto da agricultura, das fabricas, do mesmo commercio por consequencia.

Os contractos reaes, e com particularidade os dos *dizimos* e *minhas* d'esta ilha são morgados de regular successão, que não sahem das

---

(1) Dr. Gaspar Fructuoso—Saudades da Terra—É possuidor d'este inedito o Visconde da Praia, da ilha de S. Miguel.

(2) Autor da Memoria segundo era voz publica.

familias d'estes 4 socios, aonde se teem conservado, por meio d'um conclúio successivo, e continuado nas suas arrematações.

Espanta e admira maneam estes quatro homens um cabedal espantoso, instituirem vinculos com o rendimento delles, sem diminuirem o giro do seu commercio: —E eu sei que tudo lhes provém d'estas extorções:»

O integro desembargador Moura Furtado, dando conta ao ministerio dos acontecimentos da ilha de S. Miguel, na questão da moeda, e do livre curso do papel moeda, mencionando o como se houvera o corregedor, abstraio todas as personalidades, e os outros factos estranhos narrados por aquelle magistrado.

«Os que são bons guiando favorecem  
Os maos em quanto podem nos empecem.»

O que, porem, poderiam aguardar os peticionarios, e a camara de Ponta Delgada, que igualmente fizera sua representação, supplicando que n'aquella ilha não andassem na circulação os *bilhetes*, tendo contra si o corregedor da comarca; o imperante a distancia remota; o governo central dos Açores com a fraqueza e a hesitação de todos os governos interinos?

Então, sem consultas da junta geral do Districto, que patenteasse com verdadeiras côres a questão monetaria:

Então sem deputados, que advogassem no parlamento os fundamentos da petição:

Então, sem a omnipotencia da *politica* que superasse todas as difficuldades e estorvos:

Havia, porem, governo: ouviam-se os povos.

Quereis a prova?..

Eil-a.

«Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Sr.

Constando a sua magestade, que na ilha de S. Miguel ha a moeda sufficiente para a precisa circulação: é a mesma senhora servida ordenar, que V. Ex.<sup>a</sup> passe as ordens necessarias, para que os povos seus habitantes não sejam constrangidos a acceitar os bilhetes, circulantes, que por sua real determinação giram n'essas ilhas dos Açores. O que participo a V. Ex.<sup>a</sup>, para que assim o faça cumprir, e executar.—Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup>.— Palacio de Queluz em 11 d'outubro de 1796—Luiz Pinto de Sousa—Sr. Bispo d'Angra.»

Para logo o Bispo na qualidade de presidente do governo interino das ilhas dos Açores, officiar á camara da cidade de Ponta Delgada, trasmitindo-lhe o transumpto das ordens superiores, para sua intelligencia e satisfação.

E a referida camara publicando as regias ordens, em sen edital de 22 de julho do anno seguinte, assim dizia aos seus muniçipes:

«E porque na mesma regia ordem é sua magestade servida por effeito da sua paternal e real benignidade isentar a todos os habitantes d'esta ilha, seus fieis vassallos da obrigação de acceitar os bilhetes circulantes, auctorisados pela mesma senhora para girarem, como moeda, nas illhas dos Açôres, ordenando que a este respeito, não possa mais haver coacção nem constrangimento.» (1)

Dizia *Fenelon*, — que os melhores reis eram infelizes, em não obrar todo o bem que desejavam, e porque enganados por 'aduladores, faziam muitas vezes o mal, que não queriam: que se era miseravel a escravidão, não era menos a realessa, pois era com disfarçado captiveiro: porque o rei depende de todos aquelles, que necessita para ser obedecido.

Singremos para a cidade d'Angra, e vejamos o que entanto que aquelles eventos tinham lugar na ilha de S. Miguel, o que se passava na Terceira.

Havia decorrido pouco mais de seis mezes que o juiz commissario da troca da moeda, o desembargador Luiz de Moura Furtado, tinha começado a executar esta operação, e já estava completo o manifesto da *moeda castelhana*, que girava n'aquella ilha.

## XX

O cumpulo da moeda castelhana, manifestada na cidade d'Angra, produzio de valor imaginario 80:164\$100 rs. que reduzidos por fundição ao intrinseco, importou em rs. 20:496\$144, dos quaes logo foram remettidos para o thesouro publico em barra, rs. 14:626\$556, restando então ainda em cofre 10:173\$816 rs. do dinheiro e *bilhetes*, que levara o dito juiz commissario, a fim de serem entregues á junta da real fazenda, para a troca da moeda estrangeira: porque o valor intrinseco do dinheiro manifestado não chegára a absorver aquella quantia: e estas sobras ficaram servindo para a troca dos manifestos, que fossem chegando das outras illhas do archipelago, d'onde até áquella data tinham chegado mui poucos, ou porque os possuidores d'essa moeda a convertiam em ornatos, e obras de seu uso, ou a permutavam em outras terras, por melhor prego e moeda, que a que se pagava n'aquella commissão em moeda de 25 por cento de menos do seu valor: e na ilha de S. Miguel não houve um só manifesto, talvez pelas mesmas causas.

Naquella epoca havia no cofre da junta, cerrados e lacrados perto da quantia de rs. 160:000\$000 da referida moeda e seus donos

(1) Archivo antigo da camara de Ponta Delgada. — L.<sup>a</sup> 6.<sup>a</sup> do registo antigo f.<sup>o</sup> 245 v.

queriam, ou que se lhes libertassem; para converter em seu uso, ou se lhes admittisse o manifesto para a troca, pelo tal ou qual valor intrinseco, que se lhe achasse na fundição.

No mez de março d'esse mesmo anno (1796) o governo remetteu para o cofre da junta da fazenda das ilhas dos Açores 13:078\$125 rs. e em moeda de prata; — em cobre 6:924\$875 rs.:—e em moeda papel, isto é, nos já mencionados *bilhetes* — 228:480\$000 rs.

Sendo, incomparavelmente, maior a somma, que se distribuira n'aquelles povos em *bilhetes*, do que em dinheiro, a proporção d'uns e outros, causou isto um grande embaraço no giro dos mesmos *bilhetes*, pela repentina estagnação e monopólio, que todos fizeram da moeda de prata e cobre, faltando porisso o dinheiro necessario para a troca e permutação dos mesmos *bilhetes*.

Para obviar a este inconveniente, o juiz commissario, em seu officio de nove de maio do referido anno, lembrou ao governo que seria muito conveniente remetter á citada junta da fazenda *bilhetes* menores até ao valor de 200 rs., porque no caso de se verificar irremediavel o sobredito monopólio viria a faltar (sem aquella providencia) o dinheiro para o giro diario d'aquelles povos.

De todos os *bilhetes*, de diversos valores, enviados do thesouro publico á junta da fazenda, para servirem na troca da moeda d'aquellas ilhas, só foram postos na circulação os de valor de 4\$800 rs., que superabundavam para a referida troca: não havendo mister pôr em giro os de superior valor que intactos se acham no cofre.

Como, porem, os bilhetes de 4\$800 reis eram por todos *dez mil* que formavam o computo de *cento e vinte mil cruzados*, pouco mais ou menos, restando os mais no cofre da troca da moeda, foram resgatados cinco mil bilhetes por moeda corrente, em razão do incommodo, que aquelles moradores sentiam no empate dos referidos *bilhetes*, com que nem podiam commerciar fóra das ilhas, nem dentro d'ellas, permutal-as por dinheiro entre uns e outros, experimentando-se por esta causa uma geral carestia, e insupportavel, e uma usura surda, pela differença que no commercio faziam de *bilhetes a dinheiro corrente*, absurdo este, que o desembargador Moura Furtado procurou atalhar com um edital, mui energico, prohibindo n'elle, debaixo de graves penas, similhantes interpretações e abusos.

As barras, que produziram os dinheiros manifestados, e os sigilados e lacrados apresentados na commissão da troca da moeda, desde o dia 6 de junho de 1795 até 20 d'outubro de 1796, deram o seguinte resultado:

Barras 1:188, que foram entregues em Lisboa na casa da moeda, com o valor intrinseco, de rs. 15:318\$480.

Barras 620, produzidas do dinheiro manifestado, remettidas para o thesouro publico com o valor intrinseco de rs. 8:574\$689.

Barras 1:906 produzidas dos dinheiros sigilados e lacrados de

toda a ilha Terceira, apresentadas na commissão, remettidas para o thesouro publico, com o valor de rs. 6:119\$954.

Prefaziam as remessas das importancias intrinsecas das barras 30:013\$123 rs.

N'este estado se achava a crise monetaria na ilha Terceira quando o juiz commissario para a troca da moeda, o probo e intelligente desembargador Moura Furtado em seu officio de 25 de outubro de 1796 dirigido ao Marquez de Ponte de Lima ministro assistente ao despacho do gabinete, presidente do real erario, e n'elle lugar tenente immediato á real pessoa, lhe dizia: que estando quasi completa a especial commissão, de que havia sido superiormente encarregado; á excepção da ilha do Fayal, donde muito lentamente vinham chegando alguns manifestos aproveitar-se da troca da moeda; e que tinha resolvido ir pessoalmente áquella ilha, lhe seria facil em poucos dias concluir de todo esta diligencia, finda a qual, não occorrendo outra alguma do real serviço, esperava da sua real piedade a ordem competente para se poder retirar para o continente, quando elle entendesse, que tinha cabalmente desempenhado as reaes ordens de sua magestade, n'aquella commissão.

Não se realisou, porem, o regresso do desembargador Moura Furtado a Portugal com a brevidade, que elle parecia desejar.

Ainda o encontrá-mos na ilha Terceira, mais d'um anno depois de haver pedido licença para se retirar; pois no mez de novembro do anno seguinte, (1797) reuiu elle na cidade d'Angra, na casa da sua residencia, os principaes negociantes da praça da mesma cidade (1) na qual expozeram, que elles pelas razões ponderadas na sua representação, ratificavam uniformemente o contendo n'ella, para o fim de ficarem girando no commercio d'aquellas ilhas, as *patacas hespanholas* a 1:000 rs.; ficando d'esta forma sem effeito o arbitrio, por elles mesmo feito, em 3 d'outubro de 1795, de 950 rs. a *pataca*, e como o sobredito arbitrio de se taxar o preço das patacas em 1:000 rs. na forma proposta na supracitada representação, em nome do corpo commercial d'aquella ilha, parecesse mais razoavel, responder-lhe o desembargador Moura Furtado, que se conformava com as razões expeditas pelos referidos representantes do corpo commercial.

Em conformidade, pois d'este accordo, o juiz commissario por seu edital de 29 de novembro, affixado nos lugares mais publicos da cidade d'Angra e das outras ilhas, fez saber, que, por se conservar ás *patacas hespanholas* o preço de 1:000 rs. nas ilhas do Fayal e Pico concorriam e enalhavam n'estas duas ilhas, sem circularem pela Ter-

---

(1) Eram n'aquella epoca considerados principaes negociantes da cidade d'Angra, (e foram os que compareceram) os seguintes:

João da Rocha Ribeiro—Antonio das Neves Prudencio—Francisco Celis Medina—Domíngos Ramos Pimentel da Silva.



ceira, S. Jorge, e Graciosa, quando era em todas estas geral a indegencia da *moeda nacional*, cuja desigualdade fazia enfraquecer o commercio que para animar a entrada e concorrência das ditas patacas, era de interesse para o bem commum do commercio, que se lhes augmentasse 50 rs. para serem admittidas nas compras e vendas em todas as ilhas no mencionado valor de 1:000 rs., mandava que as *patacas hespanholas*, admittidas no giro do commercio d'aquellas ilhas, como genero, podessem livremente figurar em compras, vendas e permutações pelo sobredito preço, novamente arbitrado de 1:000 rs. cada uma pataca.

O governo demorava-se em conceder ao desembargador Moura Furtado a sollicitada licença, para regressar ao reino; a maneira porque desempenhava as accumuladas funcções de membro do governo interino d'aquellas ilhas, corregedor da comarca, e juiz commissario para a troca da moeda, era tanto a seu contento, que só lh'a concedeu quando elle concluiu o trienio da sua judicatura; de maneira que ainda em 5 de março de 1798 o vimos remetter para o thesouro publico mais a quantia de rs. 41:149\$291 em barras do dinheiro cerceado e cortado, sendo o seu valor intrinseco 9:734\$0741 rs. e em dinheiro cortado 1:414\$560.

E dizia n'esta occasião o desembargador Moura Furtado ao governo:

«Fica com esta ultima remessa completa a commissão, a que por vossa magestade fui mandado a estas ilhas; e não remetto os livros originaes, mais papeis e contas por esperar acompanhal-os, quando vossa magestade me permittir o regresso para essa corte, e ao escripto ensaiador, que tem servido n'esta diligencia, e que ficam igualmente comigo vagos n'esta cidade, esperando as ordens de vossa magestade. para nos podermos retirar quando for do agrado de vossa magestade.» (1)

## XXI

Havendo passado da ilha Terceira para a de S. Miguel o illustrado Antonio Luiz d'Aranjo em uma commissão scientifica, por ordem do governo, tendo recebido do cofre da real junta da fazenda d'aquellas ilhas, uma ajuda de custo na especie da *moeda provincial*, e que o por vezes já citado alvará de 8 de janeiro de 1795, mencionava no § 2.º para ter curso forçado em todas as ilhas dos Açores; succeden, porem, que sendo o sobredito Arango, precisado de fazer algumas des-

---

(1) Archivo antigo da junta da fazenda das ilhas dos Açores no Governo Civil do Districto d'Angra.

pesas, lhe foi recusado para pagamento d'ellas este dinheiro, que tinha giro legal auctorisado por lei; ao mesmo passo que sem repugnancia, se lhe acceitava a moeda estrangeira denominada *pezetas*.

Este facto chamou a attenção, e não menos causou estranheza ao referido Araujo, que para logo endereçou à camara municipal de Ponta Delgada uma representação na qual se lia o seguinte:

«Este procedimento que por mais vezes tem sido repetido, dá lugar a que com o mais profundo respeito leve á presença de V.<sup>as</sup> S.<sup>as</sup> algumas reflexões, que sobre o assumpto tenho feito.

«Não hesito antes estou certo, que ellas terão por muitas vezes lembrado a uma corporação que tanto medita sobre a politica economica do estado, que presentemente vigia; porem, o amor, o zelo pela observancia das leis, e o enthusiasmo de obstar aos principios, que hão-de ser a necessaria consequencia d'estes mal entendidos procedimentos, me desculparão de apresentar a V.<sup>as</sup> S.<sup>as</sup> este testemunho da minha fiel vassalagem.

«É uma verdade sabida que obstar ao determinado pela lei é atacar a auctoridade real; quanto é certo que o giro da *moeda provincial* é determinada pela lei de 8 de janeiro de 1795; logo o obstar-lhe é atacar a auctoridade do soberano; e mais aggravante deve reputar-se a transgressão d'esta mesma lei, quando preferivelmente é admittida a moeda estrangeira, não obstante ser o seu valor nominal consentido pelo vosso augusto soberano para servir de permutação ás transacções mercantis. Admittida esta, por mais forte razão o deve ser aquella: porque.

«A *moeda provincial* que sua alteza real mandou ser acceite pelo valor de 300 rs. pesa duas outavas e nove grãos, e por tanto tem o valor intrinseco de 225 rs. ao qual ajuntando  $33 \frac{1}{3}$  por cento, faz completamente os 300 rs.

«A *pezeta hespanhola*, que francamente acceitam, pelo valor de 200 rs., pesa uma outava e quatro grãos e meio, e portanto, o seu valor real são 150 rs. logo para ter o valor porque é acceite tambem se lhe imagina addicionado o valor de  $33 \frac{1}{3}$  por cento.

«A *moeda provincial* que sua alteza mandou acceitar pelo valor de 150 rs., pesa uma outava e um quarto, cujo valor intrinseco é de 125 reis, e portanto só com o acrescimo de 20 por 100 completa os 150 rs. que a lei lhe determina.

«A meia *pezeta* pèsa meia outava e um quarto, cujo valor intrinseco é 75 rs. portanto o seu valor nominal provem do acrescimo de  $33 \frac{1}{3}$  por cento.

(Continua)

# MEMORIA HISTORICA

SOBRE

## A MOEDA NOS AÇORES

(Continuado do Vol. IX, pag. 387)

---

«Mesmo a *pataca*, não depende d'outro accrescimo senão do de 33  $\frac{1}{3}$  por 100, para valer 1:000 rs., pois que ella pesa sete outavas e meia, e portanto o seu valor intrinseco são 750 rs.

«A certidão junta n.º 1.º verifica estes valores.

«Segue-se que a moeda que o nosso soberano mandou ser admitida n'estas ilhas, não é menos vantajosa para satisfazer as transacções mercantis, do que a estrangeira que o povo tão francamente admite: e por tanto, este illustrissimo senado deverá ordenar, por si mesmo que ella seja decedidamente recebida; pois que, como acabo de mostrar, ella não está em inferior circumstancia, e tem mais a seu favor a sagrada vontade da legitima imperante.

«Não é menos digno d'attenção de V.<sup>as</sup> S.<sup>as</sup> o attender á falta de rasão com que os habitantes d'esta ilha cooperam a expedir a prata cunhada em *patacas*, que a industriosa agricultura necessariamente lhe deve fazer introduzir, para lhe servir de permutação aos generos exportados.

«Em toda a parte uma *pataca* é o quintuplo d'uma *pezeta*, pela demonstração, que acabo de fazer, da relação entre o valor intrinseco das *moedas hespanholas*, e o seu valor nominal se vê, que só a *pataca* não gosa d'este direito de proporcionalidade.

«E' por ventura a prata das *patacas* de inferior toque?

«Bem pelo contrario, todos confessam a superioridade.

«Logo, porque se regeita?

«Será, talvez, porque a perfeição do cunho não admittie disfarça da falsificação?

«O quintuplo do valor nominal 200 rs., são 1:000 rs. (1)

«Logo admittido o valor nominal da — *pezeta* — com 33  $\frac{1}{3}$  por

---

(1) E 33  $\frac{1}{3}$  por 100 sobre o valor real 750 rs., são 1:000 rs.

100 sobre o valor real, admittido está, em consequencia, o valor da moeda que fôr o seu multiplice.

«Por outra parte: que auctoridade teem os habitantes d'esta ilha para não seguirem á risca as dicisões da capital, não reprovadas, e mesmo consentidas pelo soberano?

«Na capital foi convocada a praça commercial em 29 de março de 1795, pelo juiz executor e commissario do regio alvará de 8 de janeiro de 1795, e estabeleceu o valor das *pezetas* e das *patacas*, pelos preços que deixo mencionados; e a junta da fazenda assim recebe esta moeda nos seus cofres.

«Logo parece, que se este nobilissimo senado convocar sobre este unico artigo os negociantes d'esta praça, e lhes expuzer tão justificadas razões, declarando ao mesmo tempo, que nos cofres do senado e d'alfandega será recebida cada *pataca* pelo valor de 1:000 rs., não deixará o corpo do commercio de as acceitar pelo mesmo preço, para não contravir clara e evidentemente ao decidido na capital.

Não deixa de ser igualmente digno das providencias de V.<sup>as</sup> S.<sup>as</sup> o obstar aos menos decorosos procedimentos sobre a acceitação da moeda d'ouro, de cunho portuguez, chegando a ser *negociado* o valor d'ella na razão do cambio estabelecido de 25 por cento com a capital do reino, ou de 33  $\frac{1}{3}$  sobre o valor intrinseco d'ella; que é a mesma relação que ha nas moedas de que estas são multiplices.

«São factos constantes o haver quem recuse o receber, n'esta ilha, pelo valor de 8:000 rs. a moeda, que em todo o reino corre por 6:000 reis.

«Escuso de renovar as idéas do quanto este procedimento é illegitimo e reprehensivel, e portanto como para esta decisão não precisa o illustrissimo senado convocar o commercio, dignar-se-ha por certo ordenal-o positivamente.

«O haver pessoas menos instruidas que balançam sobre a natureza e legitimidade do cambio, d'uma e outra moeda existente entre estas ilhas dos Açores, e o continente Luzitano, me faz acrescentar a prova do seu estabelecimento; como tambem o tocar, ainda que de passagem, a precisão, que a ilha tem, de abrir porta á importação do ouro e prata.

«Não escrevo para os illuminados presidente e membros d'este senado mas sim para os que como elles não teem lição da historia, e da economia politica.

«Quando Filippe 2.<sup>o</sup> se introduziu no governo de Portugal, conheceram os povos a ruina, que poderia sobrevir-lhes da mudança, até da moeda por isso nas cortes de Thomar, celebradas em 1584, foi um dos artigos presentados ao monarcha para jurar o *conservar a moeda portugueza*. (1)

---

(1) Conde da Ericeira «Port. Rest.» Part. 1.<sup>a</sup>. L.<sup>o</sup> 1, pag. 34, Ed. de 1751.

«Elle assim o jurou; mas logo pelo alvará de 1582 mandou que nas ilhas da Madeira e Porto Santo valessem e corressem como taes os *reales de prata*; e pelo de 12 de dezembro do mesmo anno mandou, que nas ilhas dos Açores corresse da mesma sorte aquella moeda. (1)

«E quando em 1641 Antonio de Saldanha formou na ilha Terceira um *terço* de tropa, levantou por ordem do Sr. rei D. João 4.º, para despesas d'ella, o valor da moeda na forma seguinte:

«As patacas que pesavam 320 rs., correram a 480 rs.

«Os tostões a 120 rs. Os meios tostões a 60 rs. A moeda de quarenta reis a 50 rs. (2)

«Em um ms., que achei em Angra li, que em mil seiscentos e quarenta se cunharam ali as patacas do valor de 480 rs. com o de 600 rs., e as de 240 rs. com o de 300 rs.; e assim por diante. (3)

«E porque os *reales de Hespanha* eram moeda corrente n'estas ilhas, conforme a lei de dezembro de 1582, acima citada, e o seu valor em Hespanha era e é correspondente a 40 rs., fica manifesta a razão porque tambem ficou esta moeda gosando do accrescimo de 25 por 100, e consequentemente os seus multiplices.

«Eis aqui o augmento da moeda legitimamente estabelecida, e continuado com legitima auctoridade como todos sabemos.

«Ninguém ignora, que a quantidade da moeda só se augmenta por dous principios:

1.º Pelo augmento da producção das minas.

2.º Pelo augmento das riquezas do povo, provenientes do augmento dos productos de trabalho annual.

«As ilhas não teem outra fonte de riquezas senão a segunda, e esta de S. Miguel tem elevado a cultura, (segundo me informam) ao ponto de depender só da estação mais ou menos favoravel, a grande ou diminuta colheita.

«Consequentemente a permutação dos seus generos com metal será o fundamento da sua riqueza, e não crescerá mais, porisso que a abundancia das producções já não póde crescer.

«E uma vez que as circumstancias de pacificação tornem menos dispendiosas as exportações, a concorrência de similhantes generos nos portos da sua importação, fará reduzi-los ao menor valor possivel, e receiosos os proprietarios de exportal-os por sua conta, esperarão que lh'os venham buscar.

«Mas qual será o meio de convidar os exportadores a que assim o pratiquem?

«Não póde ser senão o elevado preço dos generos importados, ou estes sejam metalicos e permanentes, ou consumiveis; tanto maior for

(1) «Synopsis Chronol.» Tom. 2.º pag. 218 e 220.

(2) «Port. Rest.» Part. 1.ª L.º 3.º pag. 143. Ed. de 1751.

(3) O ms. do Padre Maldonado *Phenic Renascida* Historia da ilha Terceira.

a precisão de qualquer d'elles, tanto maior quantidade dos exportaveis se dará em troca por menos quantidade d'aquelles.

«Logo precisamente para haver riqueza precisa-se facilitar a maior importação possível dos metaes preciosos.

«Não deve esquecer que esta ilha precisa annualmente para pagamento de cinco diversas rendas em Lisboa de rs. 25:000\$000; para remetter para a Terceira pelas sobras das ditas rendas 18:000\$000; para diversos proprietarios, residentes na ilha Terceira e Fayal rs. 9:000\$000, o que tudo faz a importancia de rs. 52:000\$000; e visto que as patacas teem n'aquellas ilhas maior valor nominal, ellas sairão precisamente d'aqui para irem saldar algum d'estes balances.

«Sendo bem digno de notar que este cabedal não é jamais revertido nem directa, nem indirectamente; e por um calculo bem facil, se acha que para a producção do grão, que deve pagar esta renda, são precisos 168 moios de terra, mui proxivamente, e portanto este terreno não coopera para o augmento da ilha.

«Os dous principios seguintes são corollarios das verdades que deixo expendidas:

1.º—Nenhum estado pode fazer vantagens no commercio, sem conter um representante fixo do valor de todas as cousas, auctorisado pelo legitimo soberano:

2.º—Tanto mais se obstar á exportação d'este representante, tanto mais obrigados se verão os povos d'esse paiz a fomentar a agricultura e artes para obterem a importação do que não é produzivel no seu territorio.

«Espero que V.<sup>as</sup> S.<sup>as</sup> achando dignas d'atenção estas reflexões, se dignem cooperar para a extirpação dos abusos, que ellas tendem a manifestar.

«Em 7 de janeiro de 1801—*Luiz Antonio d'Araujo.*» (1)

A comarca da cidade de Ponta Delgada, acceitando benignamente esta exposição tão judiciosa quanto illustrada, e de indestructiveis argumentos, que Luiz Antonio d'Araujo fizera chegar ao seu conhecimento, para logo o juiz de fóra, Estevão da Rocha de Moraes Sarmento, na qualidade de presidente da mesma camara, dirigio cartas convocatorias aos principaes negociantes da praça da cidade de Ponta Delgada, para uma reunião nas casas dos paços do concelho no dia 17 de janeiro; a fim de lhes ser lida a sobredita Exposição de Luiz Antonio d'Araujo, e á vista do seu contexto, a camara d'accordo com os representantes do commercio d'aquella ilha tomaram as resoluções, que pareceram mais convenientes ao bem commum, e nomeadamente ao commercio em geral. De feito no aprasado dia, reunindo-se o sena-

---

(1) O transumpto d'esta exposição se acha tombado no L.º 7.º do registo antigo da camara da cidade de Ponta Delgada.

do da camara extraordinariamente, na salla das suas sessões, ali compareceram treze dos principaes negociantes nacionaes e estrangeiros do corpo commercial d'aquella cidade.

Depois do presidente da camara expor o motivo d'aquella convocação, e quanto urgia que se tomasse com prudencia e legalidade uma providencia, passou o escrivão da camara, Luiz Terrier, a ler em voz alta a supracitada Exposição de Luiz Antonio d'Araujo.

E sem divergencia por todos foi uniformemente dito: — que permittindo o alvará de 8 de janeiro de 1795, que a moeda estrangeira se negociasse como genero, a contento das partes, pelo preço que a praça e o mesmo negocio lhe estabelecesse; e que reconhecendo elles a necessidade, que havia de se facilitar a importação da moeda d'aquella ilha, tão necessaria para o giro do seu commercio, e para os pagamentos que se faziam annualmente nos cofres da fazenda na cidade d'Angra, aos proprietarios, que possuiam bens na ilha de S. Miguel, e residiam fora d'ella; por cujo motivo, e pela falta que havia d'importação de *pezetas* hespanholas dentro de pouco tempo se viria a sentir uma falta total de moeda, se esta se não precavesse em tempo, e se não remediasse facilitando a importação das *patacas*, pondo em pratica como se havia posto na capital da ilha Terceira, a permissão do dito alvará, estabeleciam e fixavam o preço de *mil reis* de cada *pataca*, que era o preço que se achava estabelecido e fixado a cinco *pezetas* que equivaliam a uma *pataca*, e o mesmo em que estas giravam livremente na cidade de Angra, e na ilha do Fayal: e que por este preço se obrigavam a acceital-as, e despendel-as sem repugnancia alguma.

D'este accordo se lavrou uma acta, que foi assignada pelo presidente da camara, pelos mais vereadores d'ella, bem como por todos os negociantes, que compareceram a esta reunião; sendo assim resolvida a crise monetaria, segundo o alvitre da supracitada Exposição de Luiz Antonio d'Araujo.

## XXII

Um dos argentarios mais illustrados da ilha de São Miguel, Antonio Caetano de Carvalho, havia poucos tempos antes, quando a crise monetaria estava mais pronunciada, escripto um — «*Projecto sobre o modo mais util e mais facil de introduzir moeda legitima nas ilhas, e de extinguir a falsificada, que corre nas ilhas dos Açores*»; a fim de atenuar a dita crise, sendo a base do seu projecto, — mandar o governo correr em todas as ilhas a moeda do reino com o ágio ou cambio de 25 por 100, e ao mesmo tempo permittir que corresse o dinheiro d'ouro e prata de todas as nações da Europa, sendo de cunho legitimo, e serrilhado, com o cambio proporcionado á moeda do cambio. N'este ms. entre outras cousas se lêem as seguintes reflexões:

«Todos sabem que dos dominios da corôa de Portugal, os que mais perto ficam do reino são as ilhas da Madeira e dos Açores. A Madeira visinha das Canarias, e da Costa d'Africa da qual depende em tudo a pequena ilha do Porto Santo, (ambas as quaes fazem uma só comarca) é muito commerciante, em rasão da sua local situação, indo buscar aquella altura, os navios, que partem do reino para a nossa America, e todos os estrangeiros, que do Norte navegam para a Azia, os quaes muitas vezes n'ella recebem os excellentes vinhos, de que abundam, ou fazem refrescos quando os necessitam.

«As nove ilhas dos Açores pela sua situação entre a Europa e a America, tambem são muito frequentadas, já pelos navios portugueses, que vindo do Brazil buscar aquella altura as abordam, se têm alguma precisão, já pelos de todas as nações do Norte, que navegam para a America, já pelos inglezes que ao norte d'ellas fazem de verão avultada pescaria de baleia: todas são governadas por um governador e capitão general, que reside na cidade d'Angra, ilha Terceira, mas divididas em duas diversas comarcas.

«Na cidade de Ponta Delgada, capital da ilha de S. Miguel, reside um governador do castello, commandante da força armada, e um corregedor, que tem por comarca toda esta ilha, e a comvizinha de Santa Maria.

«Na cidade d'Angra reside, alem do Bispo, outro corregedor, que tem por comarca toda a ilha Terceira, e as comvizinhas de S. Jorge, Fayal, e Pico, Flores e Corvo. (1)

«Tanto a ilha da Madeira como as nove dos Açores, têm falta total d'uns certos generos, e abundancia d'outros; e cada uma dellas têm falta especial d'outros generos de que outras abundam. E d'aqui procede a necessidade que ellas têm de commercio directamente a Portugal, ao Brazil, ao Norte, e entre si reciprocamente.

«Todas têm falta *total* d'azeite, cera, tabaco, sedas, quinquilharias, sal, peças d'ouro e prata, alem de outras muitas cousas, e tudo isto recebem directamente de Lisboa, pagando ou com o dinheiro d'ouro, que trouxeram do Brazil, ou com os seus proprios generos; a saber:—a ilha da Madeira com os seus vinhos, e letras sobre os estrangeiros:—São Miguel com os fructos das favas, feijão, trigo e milho:—e as outras ilhas da comarca d'Angra com alguma porção d'estes mesmos generos, e em especial com a aguardente vulgarmente chamada do Fayal.

«Todas as referidas ilhas têm falta total d'assucar, sola, azeite de peixe, e d'outros generos do Brazil; e todas recebem directamente dos pontos d'estes estados pagando com os generos produzidos e fabricados nas mesmas ilhas, (porque só assim lhe é permittida aquella navegação) a saber:—a ilha da Madeira, com a sua aguardente;—

---

(1) Esqueceu-lhe a Graciosa.



a de S. Miguel, com os seus pannos de linho, e com a sua farinha; e as outras ilhas da comarca d'Angra, com a sua aguardente;—e todas augmentando a sua carga com parte de comestiveis estrangeiros, na forma dos alvarás de 20 de fevereiro de 1748 e de 27 de setembro de 1765.

«Todas estas ilhas têm falta *total* de fazendas de lã, que recebem em direitura do Norte, e as pagam com os generos que tem a saber,—a ilha da Madeira com os seus estimados vinhos; a de S. Miguel com a sua excellente e abundante laranja e limão; e as outras ilhas da comarca d'Angra com alguma fructa tambem, e mais que tudo com os seus bons vinhos.

«Têm falta *especial* a ilha da Madeira de toda a qualidade de pão; e o recebe, ou em fariuhas d'America Ingleza, que paga com os seus vinhos; ou das outras ilhas dos Açores, que paga a dinheiro de contado ou em letras;—achando-se estabelecido e privilegiado este transporte do pão dos Açores para a Madeira pela lei de 26 de fevereiro de 1774.

«Têm falta *especial* a ilha de S. Miguel de vinhos, e aguardentes, que recebe das outras ilhas da comarca d'Angra, a quem paga a dinheiro de contado.

«As faltas e as sobras da ilha Terceira a respeito das suas circumvisinhas, (à excepção d'algunha aguardente) pouca influencia fazem.

«Teem finalmente falta *especial* as ilhas do Fayal e Pico, de pão, e o recebem das outras ilhas visinhas, a quem pagam ou com dinheiro de contado, ou com as mercadorias que vão de Lisboa, e das Americas Portugueza e Ingleza, bem como do Norte; por ser o commercio externo d'estas pequenas ilhas de pouca consideração á excepção da Graciosa, que vae felizmente prosperando. Tanto na ilha da Madeira, como nas dos Açores, quando foram descobertas pela sua muito frequente communicação com Lisboa, só foi corrente o dinheiro d'este reino; nem o seu commercio então podia attrahir ali o das nações da Europa.

«Mas ao depois pela sobreveniente dominação dos Philippes, pela visinhança da ilha da Madeira com as das Canarias, e pelo pagamento que esta ilha precisamente faz a dinheiro de contado pelos comestiveis que recebe dos Açores; em todas ellas se introduziu, como corrente a moeda *Hespanhola* a que vulgarmente chamam *pezetas* serrihadas, de cunho perfeito, de prata legal, e de valor intrinseco de 160 rs.; as quaes, porem, aquelles moradores, por propria experiencia e precisão, fizeram sempre correr com o cambio de 25 por 100 isto é por 200 rs. cada uma; convidando assim a uns dos estrangeiros para lh'as trazerem, e obstando a outros para não lh'as tirarem; o que felizmente conseguiram sempre, indemnizando-se d'este augmento da moeda, com o preço porque vendem os seus generos.

«Ha tambem meias *pezetas* serrilhadas, que fazem correr por 100 rs., o *quarto de pezeta*, que em devida proporção, corre por 50 rs. e é igualmente serrilhada.

«E' communmente sabido que nas Americas Hespanholas se cunhava, nos annos passados uma certa moeda, sem serrilha, a que por este modo chamavam *dinheiro cortado*, mas de muito boa prata. E como de todas as ilhas se transportavam muitas pessoas para a nossa America, e d'esta para a *colonia do Sacramento*, onde faziam, pelo *Rio da Prata* um grande commercio com os hespanhoes, de que se pagavam quasi sempre em dinheiro hespanhol; quando se recolhiam ás ilhas consigo traziam este *dinheiro cortado*, que tendo de valor intrinseco os mesmos 160 rs. que a *pezeta*, o faziam girar a 200 rs. como esta, dando-lhe o nome de *quartos mexicanos*. Tambem traziam *meios quartos*, que faziam correr por 100 rs. e *quartos de quartos*, que proporcionalmente corriam por 50 rs., e dos quaes havia muito grande abundancia.

«E para haver uma justa proporção entre este seu dinheiro com o corrente do reino, tambem por mutua utilidade levantaram o valor da *peça* de 6:400 rs. que recebem d'America em resto de pagamento dos generos, que os seus navios levaram, attribuindo-lhe o mesmo cambio de 25 por 100; de sorte que trocando por *pezetas* ou *quartos* são 8:000 por ella.

«D'este modo evitam que os estrangeiros lh'a tirem; visto que o seu valor se acha equilibrado com o da prata hespanhola; e a guardam para remetter a Lisboa, quando os generos da sua exportação não chegam a compensar os que do reino recebem.

«E com este justo equilibrio entre a moeda *portugueza e hespanhola*, conserva ainda hoje a ilha da Madeira bem florente o seu commercio; e o conservavam os Açores em quanto se não adulterou aquella moeda corrente.

«Para se evitarem, pois, estes inconvenientes, e conseguirem ao mesmo tempo as já lembradas vantagens, e por um modo bem facil de presente, e bem providente para o futuro, nada mais se precisa que:

«Mandar sua magestade correr em todas as ilhas o dinheiro do reino com o cambio de 25 por 100; e juntamente permittir que corra o dinheiro d'ouro e prata de todas as nações da Europa, com o cambio proporcional ao dinheiro do reino.

«A lei de 26 de fevereiro de 1771 diz: *que as ilhas por serem adjacentes se reputarão como partes e verdadeiras provincias do reino.*

«Porem, como se corresse pelo mesmo valor, que tem no continente, com facilidade o trariam os estrangeiros principalmente as peças de 6:400 rs.; para o evitar se lhe deve levantar o preço, constringendo-os d'este modo a levar os frutos das ilhas.

«Não é cousa nova esta alteração do valor da moeda do reino nos dominios de Portugal; porque na India, em Gôa, levanta ou abate a *peça* segundo a sua abundancia; porque em Moçambique corre geralmente, por 12:000 rs.; e porque em todas as ilhas da Madeira e Açores, a longa experiencia de seus moradores a faz sempre correr com o cambio de 25 por 100.

«Eis aqui o projecto, que, entre todos, parece ser o *mais facil*, e o *mais util*.

«O mais facil, porque unicamente depende do arbitrio de sua magestade, ordenando por uma lei, o mesmo que aquelles povos se viram na precisão de fazer.

«Mais util pela vantagem de 25 por 100, que el-rei vae buscar na moeda do reino, que ali manda metter, pela nenhuma alteração que faz no commercio d'aquellas ilhas.

«Mas antes de entrar a lembrar as providencias para as ilhas dos Açores, deve notar-se que os interessados no sordido giro da moeda falsa não cessam de publicar que nas ditas ilhas, ha *mais d'um milhão* n'essa moeda chamada Cascalho....»

(1)

## XXIII

Epitome da historia do papel moeda, remettido do Thesouro Publico para a junta da Real Fazenda das ilhas dos Açores, em observancia do alvará de 8 de janeiro de 1795, que lhe deu curso forçado nas sobreditas ilhas.

Alem dos 87:352\$900 em moedas provinciaes, de prata e cobre, em diversas remessas de Lisboa, foram igualmente remettidos, em *moeda papel*, de diversos valores a saber:

Bilhetes de 4\$800 e de 7\$200 cada um, na importancia de reis 48:000\$000.

Ditos de 12:000 cada um, na importancia de 48:000\$000.

Ditos de 24:000 cada um, na importancia de 42:000\$000.

Prefizeram estas remessas a somma de 240:000\$000, recebidos até ao anno de 1796.

D'esta importancia sahiram para o pagamento da troca da moeda, e para outros diversos pagamentos, em bilhetes de 4:800 e 7:200 a quantia de 62:400\$000.

(1) Este *ms.* facilitou-m'o o illustrado medico da illha de S. Miguel João Anselmo Pimentel Choque; e disse-me, que lh'o havia offerecido o seu possuidor, barão de Fonte Bella, que tinha sido herdeiro do referido inédito.

A segunda Junta da Real Fazenda, depois da sua reforma, no anno de 1799, (e dissolvida depois dos acontecimentos politicos do anno de 1821, e dos de 2 de julho de 1821) amortizou recebendo-os em pagamentos na importancia de 62:025\$600.

Ficaram n'essa época em diversas mãos, ou cofres particulares 374\$400.

A terceira Junta da Real Fazenda das ilhas dos Açores, restabelecida em novembro de 1823, em consequencia da queda do governo constitucional (e extincta em março de 1830 pelo governo liberal, que existia na ilha Terceira) poz em giro pela primeira vez 12:004\$800.

Depois amortizou 12:249\$600.

Ficaram ainda em giro 129\$600.

Por segunda vez poz a mesma junta em giro 39:600\$000.

Existia, pois no anno de 1830, ainda em giro, não na ilha de S. Miguel, mas na Terceira e em algumas das ontras d'este archipelago 39:729\$600.

No dia 23 de junho de 1830, e em execução do decreto da regencia constitncional estabelecida na cidade d'Angra, foram queimados no pateo d'alfandega 240:000\$000 reis, na importancia nominal de reis 200:270\$400.

## XXIV

Restaurado o governo monarchico em 1823, e reintegrado no exercicio de governador e capitão general das ilhas dos Açores o general Stockler, então agraciado com o titulo de Barão da Villa da Praia, (da ilha Terceira) mandou affixar em todos os logares mais publicos das diversas ilhas, um edital sobre a circulação temporaria dos *bilhetes* de credito, ou moeda papel, em todo aquelle archipelago.

Este documento d'algum interesse historico, não o é menos em razão do sen auctor geralmente considerado uma das summidades litterarias do nosso paiz, e dos maiores ornamentos da nossa Academia Real das Sciencias n'aquella época.

Eis o alludido documento:

### Edital

Francisco de Borja Garção Stockler, Barão da Villa da Praia, do conselho de S. M. F., Tenente General dos seus reaes exercitos, Comendador da Ordem de Christo, Governador Capitão General das ilhas dos Açores.

Faço saber a todos os habitantes das mesmas ilhas: que tendo estas sido em consequencia do desastroso systema politico, que a facção desorganizadora da monarchia portugueza pertenden estabelecer

n'estes reinos e seus domínios, desmembradas em tres comarcas, entre si desconexas, não só ficaram por este motivo privadas das vantagens, que lhes resultavam da reunião de seus meios e recursos, antecedentemente empregados em beneficio commum; mas tendo em consequencia d'esta desconsiderada medida perdido seu vigor uma grande parte das antigas leis e das beneficas providencias, com que o Sr. Rei D. José, de gloriosa memoria, procurava dar a mais prudente e discreta regularidade á sua administração politica, vinculando-as em um só governo, o mais proprio para promover a sua prosperidade; passou a caprixosa vontade dos demagogos, que por espaço de quasi tres annos nos tyrannisaram, a ser o unico principio regulador de toda a ordem administrativa, das mesmas illas.

O resultado de tão absurdo principio combinado com a ineptia e a malignidade das pessoas, a quem n'este fatal periodo foram confiados os empregos e cargos de mais autoridade, não foi nem podia ser outro senão a mais completa desorganisação, e a mais lastimosa desordem em todos os ramos da publica administração.

Os seus funestos effeitos se fizeram muy particularmente sentir em tudo quanto respeita á arrecadação da real fazenda, a qual se acha não só reduzida a um perfeito cahos mas os seus rendimentos de tal sorte diminuidos e desviados de suas primitivas applicações, que não é possivel acudir com a precisa promptidão ás indispensaveis despesas que exige a manutenção da tropa e de todos os empregados publicos, em quanto o assiduo trabalho e as acisadas providencias da junta da real fazenda, novamente instaurada; desobstruidas as origens das rendas publicas, e regulando prudentemente a sua cobrança, não fizeram entrar nos cofres em tempo opportuno todas as sommas, que n'elles devem ser recolhidas.

N'estas urgentes, postoque não irremediaveis circumstancias, é forçoso, que para não interromper-se o giro do commercio interior e a indispensavel sustentação das familias, a junta haja de lançar mão d'um recurso outr'ora empregado n'esta capitania, com visivel vantagem, a pezar dos graves receios, que então occasionou, qual é o de introduzir nos pagamentos dos ordenados, congruas e soldos, uma porção de *bilhetes de credito*, que suprimindo, temporariamente, a falta actual do numerario, facilite em todas as transacções relativas á economia interior do estado, sendo em todas aceitos como moeda metalica; sendo como tal recebida em todo o genero de pagamento feito á fazenda retirada do giro á medida que a massa do numerario fôr crescendo n'esta ilha, pela entrada dos direitos reaes em todas as outras arrecadados e para esta em seus devidos tempos remettidos.

Confio que o povo açoriano certo no desvello e zelo, com que me esmero em manter a sua segurança, e em promover a sua felicidade, acceitará esta medida de urgencia, sem temor de que da sua adopção haja de seguir-se-lhe o minimo detrimento.

D'esta confiança que espero merecer-lhe, depende o bom exito d'este penoso recurso, que sou forçado a adoptar, porque elle é o único fundamento capaz de sustentar o credito, que só pôde fazel-o verdadeiramente proveitoso nas criticas circumstancias, a que nos reduzio a incapacidade dos nossos pretendidos regeneradores.

Açorianos! o vosso general vos affiança, debaixo de sua palavra de honra, a boa fé dos bilhetes de credito, que a junta da fazenda vai emittir em beneficio da sustentação da tropa que nós defenda; dos empregados publicos, que mantem a regularidade da ordem administrativa; e da manutenção do giro do vosso commercio interior; e espera que vós coherentes com as inergicas e enexcediveis demonstrações de pessoal apreço e confiança, com que o pediste para vos governar, e com que o recebestes como vosso governador e capitão general, lhe deis mais esta prova do conceito, que fazeis da sua honra e probidade, e do zelo com que se esmera em sarar as vossas chagas politicas, restabelecendo entre vós a ordem e o imperio das leis.

Dado em a cidade d'Angra aos 12 de dezembro de 1823—O *Barão da Villa da Praia*.

## XXV

Afóra estes *bilhetes* de credito, *outra moeda* papel fôra emittida na ilha Terceira com curso forçado.

Vimos no capitulo 23 que antes de chegarem os emigrados á ilha Terceira; e de serem ali promulgadas as leis e reformas pela junta constitucional, ali estabelecida, a extincta junta da real fazenda ia retirando da circulação a moeda papel á proporção que tambem iam melhorando as circumstancias dos cofres publicos; de maneira que á data da extinctão da junta da fazenda, em março de 1830, de *duzentos e quarenta contos de reis em bilhetes*, enviados do thesouro publico, e dos quaes a dita junta só pôz em circulação *sessenta e dois contos e quatro centos mil reis*, em bilhetes de sete mil e duzentos reis e de quatro mil e oito centos reis, muito apenas ainda girava esse papel moeda na exigua quantia de *cento e vinte nove mil e oito centos reis*.

A não ser a revolução, que pouco tempo depois do anno de 1829 tivera lugar na cidade d'Angra, ainda n'esse mesmo anno a junta da fazenda resgataria esta pequena quantia, cessando totalmente o curso da moeda papel, adoptada como medida extrema.

Interrompida a comunicação entre a ilha Terceira, e a metropoli, não reconhecendo aquella o governo acclamado n'esta e em toda a monarchia, cresceram de dia a dia as difficuldades financeiras dos cofres publicos, e por determinação do governo provisorio estabelecido em Angra, de novo foi lançada na circulação a não pequena quantia

de trinta e nove contos e seiscentos mil reis, em bilhetes de sete mil e duzentos, e quatro mil e oitocentos reis.

Outro papel moeda emittio em giro a junta provisoria d'aquelle governo, creando umas *apolices* do valor de dois mil e quatro centos reis, e de mil e duzentos reis cada uma, das quaes foram feitas e postas na circulação na importancia de *tres contos trezentos e sessenta mil reis*.

Fallava-se então muito em patriotismo, na defeza da carta constitucional, nos direitos da Sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup>, porem a esses caros objectos não queriam sacrificar os seus interesses pessoaes; grandes eram os apuros do governo, que em nome da Sr.<sup>a</sup> D. Maria 2.<sup>a</sup> governava n'aquella ilha, muitissimas as despesas, que tinha a seu cargo, para pôr aquella ilha em estado de defeza; o seu estado anormal exigia as maiores economias, e que outras despesas fossem cerceadas; o sacrificio devia ser de todos, porque a liberal se antolhava de todos e para todos.

O elemento militar, que actuava em todas as medidas d'esse governo, que estava quasi anarchico, esse patriotismo elastico, que tem sido o verme do nosso paiz, não o entendia assim.

Vejamos como se expressa uma testemunha occular, um emigrado que se achava na ilha Terceira na epocha a que alludimos, o Sr. Simão J. da Luz Soriano, illustre historiador:

«...Pelas excessivas sommas despendidas em Inglaterra com as seis differentes classes de emigrados, se conheceu em breve a necessidade de reformar as respectivas tabellas dos seus vencimentos... E' certo que dinheiro em moeda, nenhum se mandava para a ilha Terceira, no tempo da junta *provisoria* e que esta apenas sacou algumas letras por despesas urgentes, sobre o marquez de Palmella.

«A guarnição da ilha fazia um gasto excessivo, que as suas posses estavam bem longe de poder conter, depois de estancados os rendimentos publicos das outras ilhas.

«Todos os emigrados recebiam ali os seus vencimentos *por inteiro, augmentados d'uma terça parte* por se considerarem como em serviço no ultramar, destacados no reino, e *por cima de tudo isto com 25 % mais*, para assim se reduzir a moeda fraca das ilhas a moeda forte de Portugal.

«A' vista d'isto o governo (a junta provisoria) vendo-se em grandes apuros de meios, não só mandou pôr em circulação uma porção d'antiga moeda papel que em bilhetes de moeda se achavam nos cofres da junta da fazenda, mas creou tambem outras de *meia moeda e de quartinho*; caindo logo uns e outros em completo descredito, obtendo-se, quando muito, metade do valor, que traziam inscripto. (1)

---

(1) «Hist. do Cerco do Porto» Vol. 1.<sup>o</sup> pag. 297. Releva observar, que na



## XXVI

Recresciam as difficuldades financeiras, para a regencia da ilha Terceira; mas não se fazia uma deducção nos soldos e vencimentos dos diversos funcçionarios publicos, como instantaneamente estava reclamando a urgencia d'uma causa, n'essa epoca ainda de tão duvidoso resultado; todos queriam receber integralmente os seus vencimentos, viessem elles d'onde viessem, e como viessem; e nem mesmo a nova regencia á qual ficára aggregado o conde de Villa-Flôr, (depois duque da Terceira) e o patriota Luiz da Silveira Mouzinho Albuquerque, prescendiam de receber por inteiro os seus grandes soldos e grandes ordenados.

D'este *egoismo politico*, que tão funesto ha sido para Portugal, e para toda a monarchia, resultou a necessidade em que se vio a sobre-dita regencia de lançar na circulação mais *moeda papel*, com curso forçado, creando por seu decreto de 14 de maio de 1830 umas *cedulas* impressas, de valor de 500 rs., 250 rs. e 100 rs. cada uma, rubricadas por um dos membros da já citada commissão da fazenda; a fim de correrem como moeda metalica insulana, e como tal recebidas em todos os contractos e tranzacções, tanto publicas como particulares.

Existindo nos cofres da fazenda publica em reserva os bilhetes de *papel moeda*, creados pelo alvará de 8 de janeiro de 1795, no valor de reis 200:270\$400; e circulando os referidos *bilhetes* no valor de reis 43:089\$600, compreendendo os creados pela junta provisoria, foi determinado por um decreto da nova regencia de 16 de junho de 1830:

Que a commissão encarregada da administração da fazenda publica, na presença da camara da cidade d'Angra procedesse á queima publica nas casas das suas sessões, dos *bilhetes* de papel moeda, que estavam reservados nos referidos cofres.

E estamparam-se, em lugar d'aquelle *papel moeda* umas *apolices*

---

*commissão de fazenda*, que foi nomeada para substituir a antiga *junta da real fazenda* extincta, (com precipitação e imprudencia) por decreto da regencia de 28 de março de 1830, era d'ella membro um militar, Manoel de Sousa Raioso, tenente coronel do regimento de cavallaria n.º 3, o qual servia de vice-presidente; ás vezes de secretario, e não poucas de tudo, resolvendo tudo por si; por fim reconheceram o grande erro de terem extinguido a antiga junta da fazenda, de que eram membros individuos com as necessarias habilitações grande pratica de negocios de administração economica, e competentissimos.

Quando a referida regencia, estabelecida na ilha Terceira (de que eram membros o marquez de Palmella, José Antonio Guerreiro e Antonio Cezar de Vasconcellos Corrêa) quiz ter um simulacro de conselho de estado nomeando por seu decreto de 3 de junho de 1830 uma *junta consultiva*, de 12 membros, presidida pela mesma regencia, 9 dos seus membros eram militares.



do valor cada uma de 2\$400 rs., 1\$200 rs., 600 rs., e 300 rs., até à importância total de rs. 43:890\$600, a fim de serem trocadas pelos *bilhetes*, que continuavam a estar em circulação; cuja nova *moeda papel* era assignada por dous membros e secretarios da sobredita commissão.

Foi determinado pelo mesmo decreto, que estas *apolices* corressem e fossem recebidas em todas as transacções e pagamentos da fazenda publica, bem como dos particulares, pelo inteiro valor que representavam, como se fossem moedas metalicas: porem que pessoa alguma seria obrigada a receber as ditas *apolices* mais de metade da somma que lhe houvesse de ser paga, e que todo aquelle que recusasse receber estas *apolices* incorreria nas penas estabelecidas para os que engeitam moeda d'elrei (1).

Havia promettido a sobredita regencia n'este mesmo decreto, (por que em tempo de revoluções tudo se promete aos povos, para pouco ou nada se cumprir) que esta *moeda papel* seria amortisada gradual e successivamente, consignando-se para este fim a somma mensal de um conto de reis, servindo-lhe de hypotheca todas as rendas publicas, impostos e direitos da ilha Terceira.

Isto era uma perfeita burla, porque esses rendimentos estavam limitadissimos em consequencia, da ilha Terceira estar reduzida ao seu commercio interno, e essas exiguas fontes de receita, ainda eram deficientes para fazerem face ás avultadas despezas da folha militar.

No seguinte anno em que começara a livre communicação da ilha Terceira com as demais ilhas do archipelago, que as forças liberaes iam successivamente tomando, declarou a mesma regencia, por seu decreto de 7 de dezembro de 1831, que a alludida *moeda papel* só continuaria a ter o seu curso forçado na ilha Terceira. (2).

## XXVII

Sendo insufficientes todas as operações financeiras da junta provisoria, que em nome de D. Maria 2.<sup>a</sup> legislava no penedo da cidade d'Angra, unico ponto da monarchia, que seguia esta bandeira, estabeleceu uma casa de moeda no castello de S. João Baptista, da ilha Terceira, (3) mandando n'ella fundir os sinos dos conventos, reduzindo-

---

(1) Decreto n.º 15, de 16 de junho de 1830 referendado pelo marquez de Palmella—Conde de Villa-Flôr—José Antonio Guerreiro—Luiz da Silveira Mouzinho d'Albuquerque.

(2) Decreto de 7 de dezembro de 1831 referendado pelo Conde de Villa-Flôr—José Antonio Guerreiro—Joaquim de Sousa de Quevedo Pizarro—José Dionizio da Serra.

(3) Por Decreto de 5 d'abril de 1830.

os a pequenas e toscas moedas de bronze, que tomaram a denominação de *malucos* com a inscripção de 80 rs.; sendo pouco depois elevado o seu valor a 100 rs.

Na referida casa da moeda não havia buris nem abridores, não tinha machinas de enfiar, nem os mais utensilios necessarios; muito apenas ali se encontrava um tosco caixão de madeira, cheio de areia fina, humida e batida, na qual se moldavam o anverso e reverso d'esta moeda de bronze, e sobre cujos moldes se vazava depois o metal fundido; e uma grossa lima com que ao correr passavam em volta d'esta para assim dizer chapa de metal, para lhe tirar as sobras e aspresas do metal vasado; ficando ainda assim uma moeda grosseira e imperfeitissima.

Se, porem, por aquella imperfectibilidade se tornou difficil falsificar-a, todavia a muitos especuladores e traficantes, facil lhes foi terem tambem as suas fabricas d'uma tal moeda; e para esse fim furta-vam-se as campainhas das escadas das casas particulares, e as maçanetas de metal das janellas; as sinetas das capellas publicas e das particulares; compravam por diminuitissimos preços, quantos tachos velhos, candieiros e castiçaleiras lhes appareciam; roubavam os castiçes de metal das egrejas ruraes e esgotados estes materiaes despachavam na alfandega d'Angra barricas de pregos de ferragens que continham do meio para baixo, a dita moeda *malucos* fabricada em Inglaterra e que posta em circulação se differenciava da outra no peso, na côr e por mais perfeita.

Sabia-se quem eram os moedeiros falsos: sabia-se quem eram os que faziam este contrabando; mas as auctoridades não procediam como lhes cumpria contra os cúmplices, porque a politica os protegia.

D'esta grangearia illicita resultou, que homens pobres em pouco tempo appareceram oppulentos, e irmanando com os principaes negociantes e capitalistas da ilha Terceira (1).

A continuação do curso d'esta infima moeda, creada pela junta provisoria, foi subsequentemente autorisada pela regencia, por seu dec. de 5 d'abril de 1830, ordenando que tanto as moedas de bronze já cunhadas na casa da moeda estabelecidas na cidade d'Angra, como as que de futuro se cunhassem, fossem recebidas e corressem como moeda da rainha; que não podessem ser regeitadas; e que os pagamen-

---

(1) Assim se expressa Francisco Ferreira Drummond, auctor dos *Annaes da ilha Terceira*—em uma carta:—«Houve muitos homens, e até mulheres, falsificadores da moeda. Alguns d'elles facilmente se defendiam, os juizes não se podiam conter de riso ao ouvir as provas da defeza. O advogado, Paredes, emigrado, defendendo Valentim Paranhos, e o capitão Faria fez uma lamentação exaltando tanto a innocencia, dos reos, que não obstante as provas de criminalidade, foram absolvidos. Muitos homens que nada tinham, ficaram ricos, e não se pejavam de que os chamassem falsificadores. Da ilha do Fayal veio alguma quantia d'este dinheiro fundido em Inglaterra.»

tos pudessem ser feitos na dita moeda, em todo ou em parte, ao arbitrio dos devedores.

E de feito continuou a encherem-se os cofres publicos d'esta grossa e incommoda moeda, porque a mesma regencia por seu decreto de 27 de junho de 1830 determinou que continuassem os trabalhos da referida casa da moeda, encarregando da direcção da mesma o capitão Antonio José da Silveira Leão.

E diga-se de passagem os apuros crescentes da ilha Terceira eram devidos ao pouco ou nenhum zelo e interesse, com que D. Pedro, duque de Bragança olhava a causa de sua filha, e dos portuguezes, que com tantos riscos e sacrificios defendiam essa causa, e a carta constitucional, por elle outorgada.

A este respeito assim se expressa uma testemunha occular, um emigrado auctor da «Historia do Cerco do Porto»:

«Todavia a sua causa, (da rainha) tornava-se cada dia mais duvidosa; é verdade que a Terceira se achava então segura de qualquer ataque sério por parte do governo miguelista; mas a falta de meios para costear a sua regular despesa fazia-se sentir cada vez mais.

Não obstante as reduções que o conde de Villa-Flor tinha feito nos vencimentos dos seus defensores.

«O governo do Brazil nao querendo tomar parte nas contendas civis de Portugal, tinha feito suspender a entrega dos dinheiros, que o Visconde de Itabayana pozera á disposição do Marquez de Palmella de que resultou não se poder mandar para a Terceira a mais pequena quantia, para poder sustentar a guarnição.

«Itabayana cahindo no desagrado do seu governo, pela sua conducta a favor da causa portugueza foi por esta occasião substituido nas suas funcções diplomaticas pelo marquez de Palma; e desgraçado ficou por muitos annos o visconde pelo bem que tinha feito á emigração, até que o governo portuguez lhe decreton depois uma pensão de 1:200\$000 (fevereiro, 26, 1835).

«O Conde de Villa-Flor tinha achado quem na Terceira lhe aceitasse algumas letras sobre Londres; e com o seu producto ponde ir entretendo as despesas, que com mais urgencia sobre elle pesavam; mas este mesmo recurso se lhe exaurio igualmente deixando de se pagar em Londres semelhantes Letras.

«D. Thomaz poucos ou nenhuns meios pecuniarios tinha trazido do Brazil, de modo que o pagamento das letras da Terceira, teve de ser espaçado para d'ali a um anno, por accordo dos interessados com o juro de 6 %, com que tomaram o caracter d'emprestimo, que ainda no fim do praso ajustado se não pôde pagar.

«Para maior amargura da regencia a mesma correspondencia vinda do Brazil alem de escaça, chegou até a envolver *respostas um pouco desabridas da parte de D. Pedro*, acerca dos meios pecuniarios para costear as despesas, que occasionava a manutenção da causa. ....

«No meio d'esta *indifferença e abandono*, (1) o governo da Terceira victima, como então se achava, da extrema falta de meios... até que d'este estado apathico foi obrigado a sahir, pelos conselhos e avisos, que lhe vieram de Londres; a fim de fazer quanto pudesse para se tirar da inacção, em que se collocára, para dar maior renome á causa da emigração, e tornal-a assim o objecto das vistas da Europa livre.

«Os cofres publicos achavam-se n'esse momento com uns *cincoenta mil reis* escaços; mas os fieis Terceirenses, sendo chamados a uma conferencia no palacio do governo, tiveram de se collectar voluntariamente n'um empréstimo de *quarenta contos de reis*, (abril 7, 1831) para fazer face ás despesas d'uma expedição que se ia tentar contra as ilhas d'oeste... (2)

«Os acontecimentos do Fayal trouxeram-lhe as idéas d'uma expedição contra a ilha de S. Miguel para a qual os fieis e *soffredores* Terceirenses tiveram ainda de contribuir, cotizando-se em mais um novo empréstimo de *vinte contos de reis* (junho 25, 1831).

«Um empréstimo de *cento e vinte contos de reis* se derramou pelos habitantes da ilha de S. Miguel, (setembro 12, 1831).

«Um recrutamento de 2:858 homens se decretou para todas as ilhas dos Açores, exceptuando a Terceira *onde se tinha já recrutado todo o que era possível*».

O autor podia acrescentar que até casados.

A final reconheceram o governo os inconvenientes de continuarem na circulação os referidos *malucos*, por isso que as referidas moedas de bronze não podiam existir em giro sem destruir todas as relações, e transtornar todos os interesses.

Sendo o valor real d'aquellas moedas insignificante ao seu valor nominal; e não tendo as supracitadas moedas curso no continente, claro estava a todas as luzes, que estragaria as relações commerciaes das ilhas com o reino.

Era, porem, pesado ao thesouro publico d'aquelle governo, então estabelecido na ilha de S. Miguel, o resgate dos *malucos* em circulação para que *cento e onze contos de reis* foram cunhados, afóra copia d'esta moeda fabricadas nas ilhas e importadas de paizes estrangeiros.

Para obviar a estes inconvenientes, e tomado em consideração o relatório do ministro da fazenda, José Xavier Mousinho da Silveira, decretou-se em nove de junho de 1832:

«Que as moedas de bronze de 100 rs., que corriam nas ilhas dos Açores, em execução do decreto da regencia em data de 5 d'abril de 1830, deixassem de ser moeda corrente nas mesmas ilhas, e não pu-

---

(1) Deprehende-se que D. Pedro dava por perdida a causa de sua filha.

(2) Exigiu-se com mão armada um empréstimo superior ás forças da Terceira. A historia imparcial d'este periodo ainda carece de ser...

dessem ser recebidas ou emittidas por alguma repartição da fazenda publica, nem satisfazer alguma obrigação particular:

Que a fazenda publica pagaria aos portadores o valor nominal das moedas de 100 rs. entregando-lhes o seu valor em outras moedas correntes:

Que as arrecadações da fazenda publica, que tivessem aquella especie de moedas as trocariam por outras:

Que os administradores do tabaco d'aquella provincia poriam *vin-te contos de reis* em moeda d'ouro ou prata á disposição da commissão encarregada d'esta operação, a qual os distribuiria em partes eguaes pelas tres camaras dos Açores; e que no fim de dezembro lhe entregariam todo o restante do rendimento do tabaco, para o mesmo fim:

Que o recebedor geral entregaria tambem desde logo á mesma commissão todo o rendimento das sizas, que se vencessem até ao inteiro resgate das sobreditas moedas de 100 rs., e que no fim dos semestres, a contar desde o 1.º de julho seguinte, lhe faria entregar metade do rendimento geral dos dizimos, que ficassem, liquidados dos pagamentos das congruas ecclesiasticas, vencidas no mesmo semestre:

Que em todas as camaras seriam affixados editaes, por ordem das commissões, ordenando aos possuidores das moedas de bronze de 100 rs., (isto é os *malucos*) que as viessem entregar dentro de 15 dias, a contar da affixação dos mesmos editaes, porque deixavam de ser moeda corrente; e que receberia cada portador *dinheiro* ou *titulo*, para haver o dinheiro.

Que a operação dos pagamentos seria renovada de 6 em 6 mezes, podendo o dinheiro do rendimento das sizas servir para resgate das moedas de brouze da fazenda, que tivessem sido remettidas, com tanto que no fim do semestre a mesma somma figurasse no resgate geral, e que a fazenda publica não ficasse definitivamente paga senão uma vez, segundo as sommas, que tivesse apresentado:

Que se no fim de cada anno o recebedor geral da provincia tivesse dinheiro excedente ás despesas ordinarias, e fosse entregando á commissão principal para fazer d'elle sempre egual partilha e pagamento.

Que na administração dos bens das corporações ecclesiasticas extinctas, poderia o recebedor geral por si e seus delegados, quando tivesse pago a todos os individuos, que vencessem por aquella repartição, entregar as sobras á commissão principal, para ser accelerada a operação, havendo da commissão *titulos* em deposito em lugar de *dinheiro*, os quaes iria successivamente entregando, para tornar a receber o dinheiro que pelo destino que lhe dava a lei de 17 de maio de 1832, não podia deixar de ter um intervallo, para ser despendido nos portos; e que os titulos, pagos por esta forma, não se entrega-

riam os livros senão depois do pagamento definitivo feito a este interino:

Que as pessoas que tivessem grandes sommas das sobreditas moedas de bronze, e não quizessem haver os *titulos* contanto que fossem de cincoenta mil reis e d'ahi para cima nos quaes se estabeleceria o vencimento de *dous por cento* de amortisação em cada anno; e que passado o pagamento dos primeiros *vinte contos de reis*, estes titulos teriam a preferencia para o pagamento dos juros e amortisação; e que alem d'isso o estado os receberia como moeda corrente em todas as vendas que fizesse de bens nacionaes, para as ir resgatando pelo rendimento definitivo já estabelecido acima.» (1)

O nosso Necker em miniatura, Mousinho da Silveira, não legistrou como ingente economista, quando traçou este decreto, pois elle devia antever a sua enexequibilidade, que pouco depois foi conhecida pelo seu successor no ministerio da fazenda José da Silva Carvalho.

Esteve improvisando, como politico, mas politico de revolução; era mais uma burla, com que se pretendia animar e illudir os povos açorianos, com promessas irrealisaveis attendendo ao estado de penuria em que se achava o thesouro publico, e as diversas applicações das fontes das suas receitas.

Aproximava-se a epoca da partida de D. Pedro, duque de Bragança, e do exercito libertador para Portugal; ou mais exactamente fallando, preparavam-se os elementos para organizar a divisão expedicionaria que devia partir da ilha de S. Miguel, para desembarcarem nas costas de Lisboa.

Havia mister de contentar os Açorianos a quem iam exigir com mão armada um emprestimo forçado, superior por certo, ás suas forças, o que deu lugar ás violencias que se fizeram.

O decreto promulgon-se, mas na sua execução foi letra morta: na ilha Terceira as alludidas moedas de bronze, ou *malucos*, continuaram a ter livre curso; e a operação da troca, por outra moeda, foi-se procrastinando de dia a dia; todo o numerario que entrava nos cofres publicos era pouco para os dispendiosissimos aprestes da tropa, que devia embarcar.

Dizia Mousinho da Silveira, no seu *relatorio* que precede o citado decreto de 9 de junho de 1832:

«No momento em que V. Magestade Imperial deve partir, e nos tempos, em que tantas despezas se tem accumulado, não podia tratar de as (moedas de bronze) extinguir, se V. Magestade Imperial não preferisse a tudo o credito publico, e o bem estar dos povos; e V. Magestade Imperial não quer abandonar os Açores, deixando-lhes um tão crescido flagello».

(1) Decreto n.º 30, de nove de junho de 1832, assignado por D. Pedro duque de Bragança e referendado por José Xavier Mousinho da Silveira.

Mas deixou.

Todas as promessas são facteis em tempos de revolução.

Seis mezes depois por decreto de 7 de dezembro do mesmo anno, creava-se na cidade de Ponta Delgada uma comissão composta de sete membros, encarregada de fazer um empréstimo nas illas dos Açores, da inorme quantia de *quatro centos contos de reis* em moeda insulana.

Porem, reconhecendo o governador ao mesmo tempo as difficuldades, que encontraria para realisar com brevidade metade d'aquella importancia, por isso que a ilha Terceira, já havia feito dois empréstimos, em occasiões bem difficeis, um de *quarenta contos de reis*, e outro de *trinta contos de reis*, e o ultimo de *cento e vinte contos de reis*, contrahido na ilha de S. Miguel: por outro decreto da mesma data, ordenou, que a comissão creada para fazer o supracitado empréstimo, ficasse tambem encarregada de proceder á extincção das referidas moedas de bronze, que corriam pelo valor de 100 rs. n'aquella ilha.

E outro sim, que a comissão resgataria por si e por seus delegados, com dinheiro corrente, aquellas quantias que julgasse conveniente, tomando para o resgate da totalidade d'essas quantias, a somma de *quarenta contos de reis* tirados do empréstimo: e que pelas outras quantias passasse titulos aos portadores, que venceriam o juro de *tres por cento*, e seriam pagos da mesma maneira, que os outros titulos de divida publica.

Finalmente o mesmo decreto permitto, que as sobreditas moedas de bronze, que até essa epoca corriam pelo valor nominal de 100 rs. ficassem correndo pelo valor legal de *quarenta rs.*, e que os titulos que se pagassem pelas sommas que ficassem em divida: ficando o restante em numerario nas mãos dos possuidores (1).

Mais uma vez foram burlados os açorianos.

Esta operação financial não foi mais do que uma gerigotice do famigerado José da Silva Carvalho para facilitar o empréstimo.

O governo pedia dinheiro aos açorianos, assás esfolados, e dava-lhes em escambo as mais agradaveis promessas...

Por este decreto, que taxou os *malucos* que corriam a 100 rs., a 40 rs. prometten que seriam indemnizados da differença os seus possuidores.

Ainda hoje elles, ou seus herdeiros esperam pela promettida indemnisação.

O empréstimo realison-se, nem podia deixar de realizar-se, pedido com as armas na mão.

Um dos proprietarios mais honrados da ilha de S. Miguel, e que por si e seu pae, relevantes serviços haviam feito ao sen paiz, foi met-

---

(1) Decreto de D. Pedro de 7 de dezembro de 1832, referendado por José da Silva Carvalho

tido na cadeia, até que entregou a exorbitante quantia, que lhe fôra pedida: Fallamos do Coronel Nicolao Maria Raposo do Amaral.

O Sr. D. Pedro duque de Bragança, e o exercito libertador partiram para Portugal, mas ficaram descurados os mais vitaes interesses dos açorianos: levaram-lhes filhos e fazenda, e em gratidão por tantos e tão assignalados serviços, que elles fizeram á causa da liberdade, pagaram-lhos olvidando-se d'elles depois de pôrém pé em terra de Portugal.

Estando já na cidade do Porto D. Pedro, duque de Bragança, lhe endereçou uma representação o Prefeito da provincia das ilhas dos Açores (auctoridade que, com outro nome afrancezado, foi substituir os governadores e capitães generaes que governavam desde o tempo de El-rei D. José, o archipelago açoriano) expondo a instante necessidade de definitivamente serem ali resgatadas as moedas de bronze que corriam pelo valor de 100 rs. cada uma.

Em consequencia d'esta representação, que manifesta a inobservancia das anteriores e supracitadas disposições á cerca das alludidas moedas de bronze, foi decretado o definitivo resgate, sendo autorisado para este fim o Prefeito dos Açores a fazer cunhar toda a prata dos extinctos conventos, que não havia sido doada ás egrejas pobres; bem como a fazer fundir todo o bronze, que girava nas referidas moedas e reduzi-lo a moedas de 50 rs. semelhantes ás de 40 rs. que se cunhavam em Lisboa, devendo ter d'um lado duas palmas fechadas em baixo e em cima; no centro o valor de 50 rs., e em volta *utilitati publicae*; do outro lado as armas reaes, com a legenda em volta= *Maria II Portugaliae et Algarbiorum Regina*.

E igualmente foi a mesma commissão auctorisada a emittir, não só as sobreditas moedas de prata, e de 50 rs., mas tambem quaesquer outras que julgasse necessarias para facilitar as transacções; extincção d'aquellas. (1)

Por decreto de 12 d'abril do mesmo anno foi mandado, que os titulos dados pelos resgates das referidas moedas de bronze vulgo *malucos*, pudesse uma terça parte entrar na compra de bens nacionaes, ou na remissão de foros pagos á fazenda nacional. (2)

Muitos individnos das diversas ilhas, que tinham sido fabricadores d'esta infima e tosca moeda, e que em grande cópia lançaram na circulação, foram depois com os supracitados titulos comprar os chamados bens nacionaes, pela mór parte pertencentes ás corporações religiosas, avaliados por baixos preços, não poucos por menos de metade do seu valor, a fim de facilitarem a sua venda; e esses compra-

---

(1) Decreto n.º 51 de 9 d'abril de 1832, assignado por D. Pedro duque de Bragança, e referendado por José da Silva Carvalho.

(2) Decreto n.º 54.



dores dentro de poucos annos se tornavam grandes proprietarios e capitalistas.

Poderão, porem, sens netos ou filhos gosar em consciencia esses bens ?

## XXVIII

Havendo a regencia da ilha Terceira ordenado em nome da rainha, que as patacas hespanholas de columna corressem pelo valor insulano de 1\$175 rs. em lugar de 1\$000 rs. por que alli corriam, desde tempos antigos por iniciativa das camaras e auctoridades superiores, com approvação do corpo commercial e dos povos, resultou d'aquella incompleta e imprevidente medida financeira da regencia, embarços, torpeços e estorvos no giro diario da moeda, nas transacções commerciaes, e nas compras e vendas dos generos miudos de consumo: por isso que o snpracitado decreto da regencia da Terceira não fizera menção das meias patacas, nem das diversas outras moedas miudas estrangeiras, que sempre correram n'aquellas ilhas como mercadoria.

E posto que uma legitima consequencia se devesse suppôr, que as meias patacas deveriam girar por metade d'aquelle valor, ajuda que turtuoso no seu curso, pela complicada divisão das quebradas d'umas e outras; seguiu-se d'esta omissão na lei ficarem as sobreditas meias patacas no inferior valor de 500 rs., porque quem as possuia não queria perder em cada uma 74 e  $\frac{1}{2}$ .

Outra omissão do mesmo decreto produziu uma crise monetaria.

Não fez elle menção como devera ter feito, se o legislador fôra mais reflexivo e prudente, das patacas hespanholas não columnarias, que tinham o mesmo valor real e peso das de columna, ficando consequentemente no mesmo valor de 1\$000 rs., que precedentemente tinham em todas as transacções.

E por edentidade de razão os seus possuidores não querendo ser prejudicados em seus interesses as retinham em seu poder desaparecendo assim do giro publico.

Quanto às serrilhas ou pezetas hespanholas, sem cara ou busto, das quaes 5 d'estas teem de pezo 7  $\frac{1}{2}$  oitavas, pezo igual ao d'uma pataca grande, deveria dar-lhe o citado decreto a cada uma o valor proporcionado à pataca interina.

Como, porem, os possuidores d'esta moeda não quizeram perder 35 rs. em cada uma, desapareceram da circulação: bem como as meias serrilhas, e meios tostões: causando a carencia d'estas moedas grandes embarços no commercio interior dos povos, e nas pequenas transacções nos mercados publicos e nas lojas de comestiveis.

As onças d'ouro hespanholas, cujo valor era de 16 patacas, e que proporcionalmente deveriam correr por 18\$800 rs.; ficaram no valor imaginario de 17\$000 rs. e por identidade de razão igualmente desapareceram da circulação.

De balde as autoridades superiores dos tres districtos açorianos representaram a D. Pedro duque de Bragança ácerca d'este momentoso assumpto.

Debalde as camaras municipaes dirigiram ao governo as suas representações sobre um negocio que se tornava muyto grave, pela crise monetaria, e paralisação do commercio que estava produzindo.

Debalde os negociantes endereçaram ao ministerio as suas justas petições.

Olvidados já estavam os povos açorianos, e os seus relevantes serviços feitos á causa da liberdade, e da Senhora D. Maria 2.<sup>a</sup>, e não poucos inatando a fome e dando gasalhado a muitos d'aquelles, que no apogeo do poder descuravam dos mais instantes interesses do archipelago açoriano que lhe fôra refugio na hora da desventura. . . .

Assim as camaras da ilha de S. Miguel, vendo que o governo estava surdo aos clamores, porque na cidade do Porto só se tratava de negocios marciaes, tomaram em commum a deliberação collectiva de darem procuração a um cidadão, da mesma ilha, probo e intelligente, que dirigindo-se á cidade do Porto, pessoalmente diligenciasse a favoravel decisão d'este negocio, requerendo a D. Pedro, e aos seus ministros.

De feito recaio a escolha no cidadão João Antonio Garcia d'Abranches, porque reunio os requisitos para bem desempenhar esta commissão.

Tinha probidade, intelligencia e um genio activissimo; o que tudo comprovou no desempenho e bons resultados das suas diligencias.

No dia seguinte ao do seu perigoso desembarque, na cidade do Porto, se dirigio a sua Magestade Imperial o regente entregando-lhe uma representação, em nome de todas as camaras do districto de Ponta Delgada, na qual lhe expunha entre outras cousas o seguinte:

«Se ás serrilhas, sem busto se der o valor de 240 rs. e ás meias serrilhas o de 120 rs., ás de cara 250 rs., ás meias serrilhas em proporção, e aos quartos e meios tostões o competente valor proporcional; me parece que ficará em harmonia o giro d'uma e d'outras moedas; e d'improviso apparecerá logo immensa moeda munda no giro geral do Paiz, e ficará supprida em grande parte, a escacez de moeda de cobre:

«Com esta medida haverá sem duvida um contentamento geral em todo o povo açoriano, e vossa magestade imperial ganhará mais um triumpho illustre e glorioso na gratidão e nos corações de todos os habitantes da ilha de S. Miguel, e de todo o povo açoriano.

«E' verdade que uma peculiar sobre o valor da moeda para uma

parte do reino poderá alguém suppor, que fará oscilar o equilibrio do valor geral da moeda em todo o Estado; mas parece-me que no nosso caso não terá detrimento a maquina politica; porque sendo immensa, a exportação de productos do paiz, e não admitindo em troco equal importação d'outros generos ou fazendas, necessariamente o balanço hade importar-se em moeda, que, pelo augmento do seu valor, como se requer, tambem crescerá o cambio nas transacções para fóra, ficando comtudo menos facil a exportação metalico: e d'esta forma tudo redondará no augmento da riqueza dos habitantes; e ricos os habitantes, rico é o estado.»

O procurador das camaras da ilha de S. Miguel J. A. Garcia d'Abranches, ganhou sua celebridade na cidade do Porto.

Em toda a parte aonde apparecia o regente D. Pedro, duque de Bragança, lá lhe apparecia o procurador das camaras da ilha de S. Miguel, que lhe entregava uma memoria, pedindo o deferimento do negocio da moeda.

Em toda a parte onde apparecia o ministro da fazenda, José da Silva Carvalho, lá lhe apparecia Garcia d'Abranches e lhe entregava um memorial, supplicando a resolução da questão da moeda.

Conta-se que em uma d'estas occasiões D. Pedro voltando-se para um dos ministros, (era Agostinho José Freire) lhe dissera:

«Vejam se decidem por qualquer maneira este negocio d'este homem para que este importuno me deixe».

Semanas depois baixava o decreto de 2 de julho de 1833, ordenando que nas ilhas dos Açores corressem em todas as transacções e pagamentos tanto do thesouro, como dos particulares as moedas hespanholas;—as patacas columnarias (1) por 1\$200 rs.;—as meias patacas por 600 rs.—as serrilhas columnarias por 250 rs.—as não columnarias por 240 rs.—as meias serrilhas por 120 rs.—e os quartos por 60 rs., ficando inclusas n'esta disposição as moedas brasileiras de tres patacas que corriam por 1\$200 rs. tendo as ditas moedas curso legal nas mesmas ilhas. (2)

A moeda d'ouro ingleza, isto é, os soberanos por decreto de 16 de março de 1830 tinham curso legal na ilha Terceira, arbitrio este, tomado pela regencia por se achar n'os maiores apuros: e dando-lhe o valor de 5\$175 rs.

E por portaria do ministerio da fazenda, de 12 de março de 1834, dirigida ao recebedor geral da provincia occidental das ilhas dos Açores, que as disposições do decreto de 16 de novembro proximo preterito que revogou o de 20 d'agosto de 1832, que havia posto em circulação forçada, e fizera receber como moeda do reino, os soberanos inglezes, os pezos duros, e as moedas brasileiras de tres patacas e-

(1) E não columnarias.

(2) Decreto n.º 66.

ram somente applicaveis ás ilhas dos açores na parte relativa aos soberanos; continuando, porem, em vigor o decreto de 2 de julho de 1833, em quanto ás outras moedas estrangeiras.

O governo determinou, que as supracitadas moedas inglezas e hespanholas deixassem de ser consideradas ou recebidas, em qualquer transacção, como moeda nacional, e que somente poderiam continuar a circular como mercadoria a aprazimento dos contractantes, da mesma maneira que outras quaesquer moedas estrangeiras.

Este rasgo financeiro de José da Silva Carvalho, já deslembado das ilhas dos Açores, e dos seus mais viciaes interesses, fez com que uma tal medida, que devia ser mais clara e restrictiva, produzisse em todas as ilhas do archipelago uma crise monetaria, e intorpecesse o seu commercio.

Para logo representou o recebedor geral da provincia occidental, (Districto da ilha Terceira) solicitando, que não obstante as disposições do decreto de 16 de novembro, continuassem a ter curso legal, n'aquellas ilhas as moedas estrangeiras cuja circulação se havia admittido.

Em consequencia, do zelo e sollicitude da sobre dita autoridade insular, é que baixou o decreto de 12 de março de 1834.

Sendo certo que as ilhas dos Açores, como adjacentes, são comprehendidas em todas as disposições legislativas promulgadas para o continente do reino, já os nossos legisladores da emigração estavam tão olvidados, de que as ilhas dos Açores, o melhor florão da corôa Portugueza, exigio, que não fossem despresados os seus interesses, e que ácerca d'ellas o regente e os ministros da corôa, tivessem sempre em vista as suas peculiaridades, para as respeitarem e protegerem.

*Nota á pag. 409* = Não foram vãs as promessas, como diz o autor, visto que a Commissão encarregada da troca dos *malucos* remetteo para a Alfandega de Ponta Delgada em 20 de dezembro de 1832, a quantia de 75:185\$900 reis em 126 caixotes, em conformidade das disposições do decreto de 9 de julho de 1832.

(*Nota da Redacção*)



# VULCANISMO NOS AÇORES

## SUPPLEMENTO

XXXV

ANNO DE 1571 \*

### TREMORES DE TERRA NOS AÇORES

Carta do Collegio d'Angra para os mais da provincia,  
escripta a 2 de agosto de 1571.

Nesta se dara conta a V. R. dalguas consas, das que D<sup>s</sup> nosso s.<sup>or</sup> foi seruido obrar, continuãose as confissõis, e continuarãose estes tempos atraz, as quaes forão tantas, que os p.<sup>es</sup> não tinham tempo pera rezar, porque nem todo o dia cõ boa parte da noite bastava pera satisfazer aos desejos desta gente, e assim se fizerão m.<sup>tas</sup> cõfessõis geraes de toda a uida, cõ grande sentim.<sup>to</sup> de sens peccados, e não era pera espantar, porque os grandes, e extraordinarios tremores, e os temorosos abalos d'esta ilha, e o temor grande, que os homens cõ estas cousas tinham, não pedia menos, a qual ha perto de dons meses que treme, e posto que agora são ia raros os tremores, dia onue, en que por espaço de seis oras tremeo 10 uezes, e dia de 18 uezes, e os abalos erão tão grandes que deribarão alguas casas, e m.<sup>tas</sup> chemines, e abrirão as mais das casas, e maiores desta cidade, e cairão grandes pedaços de rochas, das que estão ao longo do mar, os tremores durauão tanto espaço, que a gente que então se achava em as casas tinham tempo pera sair fora, e o tremor não sesava. E o que mais espanta he, que em as mesmas oras en que tremeo esta ilha, se soube depois que avia tremido a ilha de S. Miguel que está trinta legoas desta cidade pera a parte do Les Suest, e ontras illas que estão ao Poente 28 e 30 legoas desta, de m.<sup>ra</sup> que nem som.<sup>te</sup> as illas, mas tãobem o mar tremia por que vindo hum nauio em estê tempo anella, foi tão grande o abalo e balanços que daua, que pareceo aos que

(\*) D'este anno se tratou no Vol. II, pag. 187.

em elle uinhão que dauão em alguns baxos, mas depois de serem chegados souberão cómo naquelle mesmo tempo, ouuera hum grande abalo em esta ilha: De modo que os tremores erão tão grãodes que abalauão mais de sasenta legoas de terra, e mar. E'soubre todos estes medos o que mais atrebulana agente desta terra, erão algumas profecias ou pera melhor dizer mentiras que corrião pela cidade; a saber: que tal dia apparecera hum Anjo a certa pessoa e lhe disera que tal dia se auia de souerter esta cidade, e outras conças semelhantes, pola qual rezão fogio grande parte da gente peras uinhas, e erdades, e os que na cidade ficauão não dormiam em snas casas, nem ousauão estar dentro; mas de dia estauão en as jgreijas, e as noites nos adros dellas, andauão esperando, e temendo quando se abreria o fogo, e abrazaria a cidade, trazendo m.<sup>tas</sup> uezes a memoria o caso de S. Mignel, e outros que aconteserão en as illas que estão abaxo d'esta porque nisto parão os tremores d'estas illas, algumas uezes acôteceo estar o mestre lendo, e quando se não precatana os discipulos erão, todos, recolhidos, porque tão grandes erão os abalos que alem das paredes se abrirem o madeiramento de tal maneira desconjuntana, que caião as telhas, finalmente andauão tão descorados, e tresnoutados, os homens e de tal maneira pasmados, que algumas uezes meuiarão amemoria as palauras do Evangelho: *Arescentibus hominibus praefimore, et expectatione quæ superueniunt uniuerso orbi.* etc. Fizerãose muitas procições assim de dia como di noite acõpanhadas de muitas disciplinantes, de lagrimas, e suspiros, e outros sinaes de cõtrição, os estudantes fizeram tãobem a sua saindo da Nossa jgreija leuando hum cruxifixo que os dias passados nos derão debaxo de hum palio, o qual fez a todos muito grande deuacão, assim por ser esta a 1.<sup>a</sup> uez que saíra fora, como por ser elle muito devoto! Parece que tomou Deus estes tremores, e medos, por meio pera proneito e saluação de muitas almas, porque muitas pessoas temião cõfessarse cõ os nossos por lhes parecer que erão muito regurosos os quaes em este tempo de necessidade buscuaõ antes os da Cõpanhia que outros, mritos se cõfessarão de peccados que auia muitos annos que por uergonha emcobriam.

Em os s.<sup>tos</sup> sacreficios, e orações de V. R. e dos mais p.<sup>es</sup> e irmãos m.<sup>to</sup> em o S.<sup>or</sup> nos emcomendamos. Oie 2 de Agosto de 1571.

Por comissão do p.<sup>e</sup> Reitor

filho indigno de V. R.

Pagg. 330.

Sebastião Alueres.

(Codice  $\frac{CVIII}{2-2}$  da Bibliotheca Publica d'Evora)

XXXVI

ANNO DE 1630 <sup>(1)</sup>

RELACION

del lastimoso, y horrendo caso que acontecio en la isla de San Miguel en Lunes dos de Setiembre mil seyscientos y treynta

*Recopilada por el Padre Antonio Fernandez Franco, (2)  
natural de la misma Isla*

La Isla de San Miguel es vna de siete de los Açores, y por otro nombre Terceras, que estan en el mar Oceano en altura de treynta e nueve grados, y la mas llegada y vezina dellas a este Reyno, tiene diez y ocho leguas de largo, y tres de ancho, poco mas, o menos, corre de Leste a Oeste, es muy fresca en el Estio de buenos ayres, y crystalinas y excelentes aguas, muy fertil de pan, vino, pastel, y otros frutos que la hazē conocida, y que tenga comercios con muchas naciones. Tiene mucho ganado de vacas, cabras, carneros, lechones, y mucha y buena caga, y sobre todo muy barata de todo lo que la tierra dá. Carga para fuera cada año seys mil calizes de trigo poco mas, o menos, y ciento y deziocho mil quintales pastel, aviendo pazes con Inglaterra, y Flandres. Tiene vna Ciudad de muy numerosa poblacion, y en ella tiene vn Castillo muy fuerte con mucha y muy fuerte artilleria. Tiene tres Conventos de Monjas Frãscanas, e tres de Frayles de San Francisco, y de San Augustin, y de la Compania, otros dos afuera de Franciscanos en dos villas: la vna se llama Riberagrande, e la otra Villafranca, (3) donde tambien ay otros dos de Monjas. Tiene cinco Villas, y treynta y dos Parroquias todas a la orilla del mar en su circuito. De toda ella es Capitan mayor y Governador el Conde de Villafranca, que en ella tiene muy gruesa renta. Tiene esta Isla dos sierras muy altas, vna en cada punta, y en medio es tan baxa que los navegantes la ven nunchas vezes anegada por el medio, a modo de silla. En vna Sierra destas que en lo baxo della hay vna espaciosa

(1) Da erupção d'este anno se tratou no Vol. II, pag. 327.

(2) Esta traducção hespanhola e a seguinte franceza, mostram á evidencia a existencia do opusculo do padre Franco, posta em duvida pelo autor do *Dictionario Bibliographico*.

(3) Fim da 1.ª pagina.

campana, que tiene muchas riberas, y altissimas y frescas arboledas. Ay tambien vna ribera de agua que tiene templada, muy medicinal para muchas enfermedades. donde los enfermos toman muchos banos; junto a esta ribera hay vn Convento de Clerigos retirados Ermitaños, hombres de grande virtud, que elegieron esta soledad para pasar lo restante de la vida fuera de humanos tratos, son en numero cinco Sacerdotes, y tres Hermanos legos de servicio, y va en mucho aumento. Vn poco desviado deste Convento está vn sitio en el mismo valle en que ay muchas cuevas de que sale humo, y agua caliente, clara, y delgada: de otras sale polvo de calor de ceniza muy sutil, unas son mayores que otras, y otras mas pequeñas: de unas se oye muy gran estruendo y horror, de otras menos, con mal olor de azufre y salitre, cõ otras muchas particularidades que aqui no tienē lugar. Ay mas en este valle vna notable laguna de agua clara y friissima, que tiene de largo una legua, y de ancho media, en que pueden nadar y barloventear naves de muy grande porte, junto a esta laguna en sus playas hay algunas cuevas pequeñas, de que sale muy caliente el agua con humo y olor de azufre. Destas cuevas pequeñas rebentó tan grande impetu de fuego, que metio espanto a toda la Isla, aviendo antes precedido terremotos grandes de tierra en Martes dos de Setiembre, dos horas despues de media noche, y se levantó este fuego en nubes al cielo, y llamas tan horrendas y altas, que de toda la Isla se descubrian: corrio desta laguna vna grande ribera de fuego hasta el mar que dista dos leguas, y llevó lo que delante topó, y vn gran monte, que se llama el Pico de la Cruz, le metio por la mar adentro, haziendole retirar distãcia de vn tiro de mosquete reforçado. Los roncós estallidos, y ruidos que davan aquellos rayos de fuego causavan temerarios espantos, y eran tantos que parecia que los cielos se convertian en fuego. Las casas (1) de vn sitio que llaman el Fórnio, donde hay muchas viñas, y de dos Parroquias que le quedan de vna y otra parte, que son Ponta de Gracia, y la otra Pevoação, las arrasaron sin quedar vna en pie, y muchas en otra Parroquia que se llama el Fayal mas distante, y murio cantidad de gente, de que no se sabe numero cierto mas que de cinquenta y dos personas que estaban en una cabaña de guardas de los quales huyeron dos; y llegando vno a su casa cayó la casa sobre el y le mató: y el otro dize, que los cinquenta era imposible escapar de la ribera del fuego. El dia siguiente, que fue Martes, comenzó a cubrir toda la Isla de cenizeros y piedra tosca, el cielo se escurecio, y cada vez mas. Y llegando a Miercoles a las onze y media hasta dos horas despues de medio dia negó el Sol su luz, y quedó tan horrible y fea la noche, que jamas se vio en tiempo de invierno. Los hombres andavan pasmados dando vnos con otros sin conocerse, ni verse: y para verse un vna procession que en-

(1) Fim da 2.ª pag.



tonces passava por la calle, se encendieron luzes a las ventanas: no avia marido que conociesse su muger, ni muger a marido: ni padre sabia de sus hijos, ni hijos de padres. Todo era confusion y notables clamores al cielo, pidiendo perdon y misericordia de sus culpas, asistiendo en las Iglesias de dia y de noche, con muchas diciplinas, y penitencias. Hizieronse muchas processiones, de suerte, que a todos parecia el dia del juizio, hasta los brutos animales andavan pasmados. El Conde y Governador a todo assistia con mucho cuydado, componiendo sus discordias, haziendo soltar presos que estavan encarcelados por culpas leves, aviendo ya alcançado perdon de las partes, y a los que devian los compuso con sus acreedores, y por los que no tenian pagaua con su hazienda. El Viernes amaneció el dia mas claro, y el Sabado fue en mejoría, pero el cenizero era tanto que no avia andar por las calles sino es anegandose y atollandose, y en Villafranca estava este cenizero, y mucha piedra tosca encima las calles en altura de quatro dedos, y lo mismo por la parte del Norte, termino desta Villa, los ganados se recela murieron todos, o moriran, porque no tienen que ponerse en la boca, ni desso hay es-(1)perança, si Dios no lo remedia por su divina misericordia. La grande laguna de agua cō el impetu y vezindad de fuego se secó del todo, y aun en siete de Setiembre durava el fuego, mas con menos rigor. Los Ermitaños se salieron con el Santissimo Sacramento sin lision alguna. Las Religiosas de Villafranca, que serian sesenta mugeres, se acogieron a la Ciudad acompañadas decentemente cinco leguas, donde quedan recogidas con las del Convento de la Esperança de la misma obediencia. Las Religiosas de la Villa de la Ribeira grande tãbien deixaron su Convento, y se fueron a recoger en vna quinta muy distante. De la Isla de Santa Maria, que dista diez y ocho leguas, fueron barcos, por mandado del Capitan mayor, a saber si avia Isla, o si era abrasada por el mucho fuego que vierō, y piedra tosca que alla cayò. De la Isla Tercera, que dista treynta leguas, fue tambien vn barco a saber se escapò gente del grande incendio porque de alla lo oyeron, y vieron, y diò uoticia de vna devota procession que el obispo hizo de rogarias, en que fue descalço, y la mas gente con mucha penitencia.

Lavs Deo.

Imprimatur  
Garces Vic. gñral

Imprimatur  
V. Planes Fisc. Admuc.

---

Con licencia, en Valencia, junto al  
molino de Ronella. 1630.

(4 pag. in-folio).

---

(1) Fim da 3.ª pagina.

## HISTOIRE

P Y T O Y A B L E  
ET ESPOVVENTABLEde ce qui est arriué dans l'Isle  
sainct Michel, par le feu sorty  
de la terre, le Lundy deuxiesme  
Septembre mil six cens trente.*Par le Pere FERNANDEZ**FRANCO, natif de  
la mesme Isle.*

A PARIS,

Chez LOVYS VENDOSME, dans la  
Cour du Palais, près la Barriere du  
Tresor de France.

M. DC. XXX.

«L'Isle de saint Michel est vne des sept des Ossores, autrement dites Terceres, laquelle est dans la mer Oceane, en trent-neuf degrez: c'est la plus voisine à ce Royaume desdictes sept, elle a dix-huict lieues de longueur, y trois lieues plus ou moins de largenr; elle va de l'Est à Oest, y est fort fraische en Esté, bon air, à des eaux cristallines, fort fertile en bled, vin, pastel, y autres fruits qui est cause qu'elle est renommée, cogenne, y marchande de diuerses nations, a force bestial, comme Vaches, Chevres, Moutons, Cochons, y fort bonne chasse, y le tout à bon marché; elle charge pour dehors tous les ans six mil muids de bled, pour le moins, y cens quatrevingts mil quintaux de pastel, estant en paix avec l'Angreterre y Flandres. Il y a vne Cité fort peuplée, y en icelle vn fort Chasteau, many de bonne y grosse artillerie; il y a trois Couvents de Religieuses Cordelieres, trois de Religieux de saint François, de saint Augustin, y lesnites, excepté deux autres de Cordeliers qui sont en deux villes, Riniéra Grâde, y Villa-Franca, où il y a aussi deux Couvents de Religieuses. Il y a cinq villes y 32 paroisses, toutes près de la mer, y au circuit. De toute ceste Isle est Capitaine Major y Gouverneur le Comte de Villa-Franca, y a fort bonne rente. Deste Isle a deux fort hantes montagnes: aux deux pointes y au milieu est si basse, que les nauigeans la voyent bien souvent submergée: Au dessus d'une de ces montagnes, tirant sur la côte de l'Est, se fait vne vallee fort profonde, y au dessous d'icelle il y a vne spacieuse campagne qui a force ruisseaux, y force bois y arbres. Il y a aussi vn ruisseau d'eau chaude, ou tiède, fort bonne pour beaucoup de maladies, où les malades font forces bains. Aupres de ce ruisseau il y a un Couvent de Religieux, retirez comme

Hermites, hommes de fort bonne vie, qui ont esleu ce lieu retiré pour passer le reste de leur vie hors des affaires humaines; ils sont en nombre de cinq Prestres, y trois Freres Laïcs pour le seruice, y vont en grâde anance. Vn peu esloigné de ce Couuent, il y a vn lieu dans la mesme vallée, où se trouuent force fournes d'où sortent de la fumée, eau chaude, claire y desliée: d'autres sort comme vne paste couleur de cendre. Les vnes sont fort grandes, les autres plus petites: des vnes sortent vn grand bruit y hurlement, des autres vn peu moins, avec mauuaise odeur de souffre y salpestre, avec autres particularitez qui n'ont point de lieu icy. Il y aussi dâs ceste vallée vne notable quantité d'eau retennë fort claire, y tres-froide, ayant en longueur deux lieües, y demie de largeur, là où peuent nager y se retourner des nauires de grand port. Au bord de ceste eau il y a quelques petites fournes, d'où sort force eau chaude avec senteur de souffre. De ces petites fournes est sortie si grande quantité de feu, qu'il a esponuëté toute l'Isle, ayant esté precedé d'un tremblement de terre. Le Lundy 2 de Septembre, deux heures apres minuict, ce feu s'est leué en nuées au Ciel, y avec des estincelles si horribles y hautes, qu'ils se descouroient de toute l'Isle. De ceste eau retennë a coulé vn grand ruisseau de feu iusques à la mer, qui est à deux lieües de là, y a emporté tout ce qu'elle a trouué deuant, y vne montagne nommee O Pico da Cruzei, laquelle la ruiere de feu a mis dans la mer, la faisant oster d'où elle estoit de la portée d'un mousquet renforcé. Le bruit y heurlement que faisoient les rayons de feu, causoient vn tres-grand estonnement, y estoient en si grande quantité, que l'on croyoit que le Ciel s'estoit conuert en feu. Les maisons d'un lieu que l'on appelle O *Foxiinho*, (1) où il y a force vignes, y aussi de deux paroisses qui estoient à l'un y l'autre costé, qui sont Ponta da Graça, (2) y Pouoça, (3) sont tombées à terre, sans y en demeurer aucune en pied, y beaucoup aussi au Fayal, qui est vne paroisse plus esloignée, y est mort quantité de monde, d'où ne se sçait le nombre certain, que de cinquante deux personnes qui estoient dans vne hutte de bergers, lesquels s'en sont enfuyz d'eux, y l'une arriuant à sa maison, elle tomba y l'a tua: y l'autre a dit que pour les cinquante il estoit impossible qu'ils eschappassent du ruisseau de feu. Le iour suiuant, qui estoit le Mardy, toute l'Isle s'est commencée à couvrir de cendres y pierres poncez; le Ciel s'est obscurcy, y tousiours de plus en plus, iusques au Mercredy, où depuis vnze heures y demie, iusques à deux heures apres Midy, le Soleil a nié tout à tait sa lumiere y clarté, y est demeuré vne nuit si obscure y noire, comme s'il eust esté au milieu de l'Hyuer. Le monde marchoit tout estonné, y se rencontroient les vns les autres, sans se voir ny se cognoistre: y pour voir vne processio qui alors passoit, il a esté de besoin d'allumer des châdelles y les mettre

(1) Alhás—Forninho.—(2) Ponta Garça.—(3) Povoação.

aux fenestres: le mary ne scauoit nouuelle de sa femme, ny la femme du mary, les enfans n'auoient nouuelles de leurs peres, ny les peres de leurs enfans: tout estoit en confusion, y notablès clameurs au Ciel, demandant misericorde y pardon de leurs fautes, estans dans les Eglises nuit y iour avec force disciplines, penitences y prieres. Ils s'y sont faites beaucoup de Processions, de sorte que l'on croyoit estre au dernier iour du Iugement. y iusques aux animaux se trouuoient tous estonnez. Le Comte y Gouverneur assistoit à tout avec grand soing, faisant amis plusieurs qui se vonloient du mal, estlargissant des prisonniers qui estoient en prison pour des crimes legers, obtenant aux crimibels pardon de leurs parties, accordant ceux qui denoient avec leurs creanciers, y payant de son propre bien les debtes de ceux qui n'auoient pas dequoy payer. Le Vendredy le iour apparut vn peu plus clair, y le Samedy encore plus, nonobstant qu'il y auoit tant de cendres par les ruës, qu'il estoit quasi impossible de marcher qu'avec grande incommodité, y dans Villa-Franca estoit la pousserie y pierres ponces sur la terre en hauteur de quatre doigts. Et mesme du costé du Nort, terroir de cest ville, l'on craint que le bestial meure tout, par manque de pasture, laquelle il n'y a point espoir d'auoir, si Dieu n'y pouuoit par sa misericorde. La quantité d'eau retenüe dont nous auons fait mention, s'est toute seichee par la grande violence y approuchement du feu, lequel duroit encore le septiesme de Septembre, mais avec moindre rigueur. Les Hermites se sont en allez avec le saint Sacrement, sans aucune lesion ny empeschement: Les Religieuses de Villa Franca, qui sont enuiron soixante, se sont retirees à la Cité, conduites doucemēt cinq lieües, y sont demenees dans le Couuent de l'Esperance, qui est du mesme Ordre. Les Religieuses de la ville de Ruisseau Grande, ont aussi laissé leur Couuent, y se sont retirees à vne maison fort esloignee aux champs. Le Capitaine Major de l'Isle de Santa-Maria a envoyé des batteaux scauoir s'il y auoit encore Isle, ou si elle estoit toute bruslee, à cause du grand feu qu'ils y ont veu, à dix-huict lieües qu'elle este de là: De l'Isle Tercera est venn aussi vn bateau, scauoir s'il y auoit du monde eschappé du grand feu qu'ils auoient veu y ouy: y a donné relation d'une deuote Procession de prieres que l'Enesque auoit faite, où il alla nuds pieds y tout le monde, avec grande penitence.

A LISBONNE, | Avec toutes les permissions neces- | saires, | Par Pierre Drasbecq, Imprimeur | du Roy | Anno 1630. | Est conforme à l'Original fait à S. Dominique de Lisboa, ce 27, de Septem- | bre 1630. Signé, F. Thomas de Saint —Dominique Magister. | Taxé à Lisbonne en cinq registres, ce | 27. Septembre 1630. Signé Cabrad. I. F. | Salarat Barreto.

## XXXVII

ANNO DE 1652 <sup>(1)</sup>

## ERUPÇÃO NO PICO DE JOÃO RAMOS

Informação do que passou na Ilha de Sam Miguel com os terremotos de terra insendio de fogo desde dezanove do mes de Outubro athe a data desta.

Aos des do dito mes comessou a tremer a terra lentamente que cada nes mais continuou de dia e noute per espaço de noue con tantos e notaveis aballos que jamais se conhecerão em oultas occaziões nesta Ilha parecendo a todos que ella se acabava porque aquelle intervallo de tempo em que segeuão (*cessaram*) se conhecia estar a terra aballançandosse e como lançando seus abitadores de sy não fazendo pella divina providencia nas cazas desta cidade a ruina e damnos que de sua presseverança e vehemencia se devião temer e somente na Villa de Alagoa e seu districto que dista da cidade legoa e mea situada a borda do mar e sobre hua rocha se sentiram assim os tremores mayores como seus effeitos, cahindo quasi todas suas moradas e as que ficaram em pé muito aruinadas particularmente o convento que nella ania de Santo Antonio dos Capuchos e pello conseguinte cazinhas e paredes de todo sen districto duas legoas ao redor com o que e pellas nonas que continuauão das mais partes e lugares da Ilha pareceo a todos que aly e naquella procedia a causa apontando-se alguas tradições dos passados e a experiencia prezente de que na mayor parte da Ilha e quatro legoas ao redor desta Villa não ouve nem se sentirão tremores.

Athe que sendo hum sabado dêzanove do passado meya hora antes da noute no lugar e caminho que vay para a Villa da Ribeira Grande que se reputa pello meyo desta Ilha toda e o mais estreito do mar a mar della legoa e meya desta dita cidade e hua pequena legoa de norte e sul da dita Villa de Alagoa se comessou a ver hua pequena fumassa entre dons piquos ou montes dos mayores e mais levantados desta Ilha que se dizem o do Payo e de Joam Ramos ao coal conteinou cada nes com mais impetu leuãodo ao mais alto (2) e mouens

(1) Da erupção d'este anno se tratou no Vol. III, pag. 432.

(2) *Chamas? pedras?* Ha aqui falta de palavra. (*Nota do sr. Brito Rebello*).

até que sendo hua hora da noite se comessarão ver flamas de fogo com os mayores bramidos roncões e tam medonhos estrondos que de todo se acabava o mundo desta pobre Ilha, levantando ao mais alto nuvens espezas negras e com grandes penedias que no ar se encontravam, quebrando e faziam pedaços, outras que denião tornar ao centro donde saião com que eram mayores os estrondos, outras que vinham rodando pelo Piquo donde rebentou tam abrazadas que correndo cada hua parecia hum ribeiro de fogo e finalmente tudo hua viua braza e a pee se estirão assi consumindo, outras se metião no sentro da terra e parecendo somente de alqua as pontas e de outras nem sinal que ali estiuessem, outras foram fabricando hum monte que chegou a ser tam alto como o mesmo do fogo e com tanta compostura e arte que parece as mãos se estiveram aperfeiçoando e rebentando mais o dito Piquo per duas partes aly mesmo obrou os proprios effeitos de chamas e estrondos e penedias levantando outros dous montes dellas com que de hum que era parecem hoie coatro e aly per todos elles está continuamente fumegando com mais e menos vehemencia, prezumindo que todos viram arazarse pello tempo adiante pella resistencia que achou ou em o que se dis de Joam Ramos seu vezinho, em o qual como parece já rebentou o fogo e assi não acha materia em que pegue e ainda assi com grande forssa delle e dos tremores e aballos se lhe fizeram grandes fendas e roturas alguas das quaes se lhe não acha fundo com paos que se lhe mete e aly premita nosso senhor se fique e consuma com o grande damno e perda que tem cauzado em todo seu sercuito nas terras vinhas e paredes arvores plantas e alguas cazinhas. mais vezinhas abrazadas com o crecido das sinzas de salitre e enxofre que per alguns annos daram menos fructo.

E ainda que o damno como geral he consideravel o mayor foi de Gonçalo da Costa Coutinho que nessa corte está per senhorio de meyo monte de fogo e terras ao seu redor principalmente hum serrado de hum moyo de terra o coal se cobrio todo de penedia e em muitas das quaes se pode fazer o fundamento de hum baluarte alem do que aly se sumirão na terra com a furia com que vinhão com que todo vem a ser prodigio e viua dor e perda destes moradores, e ainda assim neste mizeravel estado se apiade sua deuina providencia delles e de nos para que não seja mais e mal.

Alguas pedrás de côr amarella, não toda que parece serem do enxofre que se lhe apegou, outras com algum salitre dizem huns que entendem que (é) finissimo, ainda que de ambas couzas pouca materia, outras que a muitos parecerão, pelo pezadissimo, que traziam liga de cobre, outras de chumbo e assi outras sam consumidas do fogo que se tornaram levissimas e nas mãos se desfazem.

E duas couzas se observarão entre tantas que quando nos terremotos e encendios desta Ilha se sentiram geralmente não só o Villa

(sic) (1) mais ainda em as mais Terceiras de que ha muitas pessoas qualificadas que affirmão que aly naquelle contorno comessando por aquella triste villa, foi a causa total que nem nas mais Illhas nem ainda nesta como fica dito coatro legoas ao diante se sentio damno nem tremor (2) a ontra foy que naquelle monte donde rebentou o incendio coatro e seis dias antes exprementaram muitas pessoas que ao pee delle pacentauão seus gados e vinham a darlhes de beber que os mesmos animaes não comião e estauão sempre juntos e vnidos como antevendo o damno.

O convento das Relligiosas da Villa da Ribeira Grande ameaçadas e temerosas juntamente de outros incendios cujas memorias de bocas e fumos tem muito vezinhas a seu convento, se saíram delle e recolheram a huma hermidia e cazas de hum particular da jurdição da dita Villa de que fazendomo a saber deixando a minha caza com os mayores cuidados me pus a caualo a animalas e as fis recoller a seu convento com toda a compostura e modestia que se esperaua de tam honrradas religiosas e depois de recolhidas me vim a esta cidade e achei todos os conventos de Religiosas atemoradas e correndo hum por hum achei em todos o Senhor exposto fazendosse nesta cidade as mayores penitencias vottos e amizades procissões e pregações como tam grande cazo pedia. Ponta Delgada 20 de novembro de 1612 (*aliás* 1652).

*Luiz Mendes de Vasconcellos.*

Original, mas só a data e assignatura autographa.

(*Arch. nac. da T. do T., Coll. de Ms., vol. 1104, pag. 295. (3)*)

Luiz Mendes de Vasconcellos só foi nomeado Governador de S. Miguel por alvará de 29 de julho de 1650, e por isso não estava em S. Miguel em 1612, como leo o sr. Brito Rebello.



(1) Provavelmente refere-se á catastrophe de Villa Franca do Campo em 1522.

(2) Este paragrapho está muito embrulhado na redacção, naturalmente por defeito do copista que passaria a limpo a minuta, e até para augmentar a confusão escreveu ao lado por sua letra — *Villa da Praia* —, o que não se percebe bem a que se refere. (*Esta e a nota seguinte são do sr. Brito Rebello*).

(3) Este volume, como outros, eram do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa.

## XXXVIII

## ANNO DE 1672

## ERUPÇÃO NO CAPELLO, ILHA DO FAYAL

Eu abaixo assignado vigario proprio da Igreja Parochial da Santissima Trindade logar do Capello desta Ilha do Fayal. Certefico, que pelos annos de 1820 a 1832 se achava no Archivo desta mesma Parochia hum fragmento de hum livro, que tinha por titulo «Memorias da Freguezia do Capello» do proprio punho do Reverendo Diogo Soares Sarrão, primeiro Vigario proprio, que foi desta mesma Igreja depois do fogo do anno de 1672, e que deixou de existir em o dia 17 de julho de 1700. contando de sua idade 80, pouco mais, o menos; e por esta razão julgo ter elle nascido pelo anno de 1626: 46 antes do dito fogo. Este fragmento foi por muitas vezes visto, e lido por mim, ainda que com muito custo, pelo máo estado em que se achava: e delle tirei algumas copias, que huma d'ellas he a seguinte:

«Tiveram principio os tremores de terra nesta a 20 por andar do mez de setembro de 1671, sendo estes mais frequentes de noite: forão-se augmentando com tão forte viollencia, que já em dezembro do mesmo anno horrorizão os viventes, porque os animaes, em logar de andarem pastando, corrião para a parte oposta em que sentião o tremor. Ainda que a estação invernoza focce a mais desabrida, e das que temos encontrado em nossos dias, que as ribeiras não cançavão de dia e de noite, em levarem cazas, e ariarem fortiferos valles; com tudo parecia que a terra criava de dia novos alento para seus amudados e imptnozos movimentos.

Pello mez de fevereiro de 1672 achando-se o povo desta freguezia tanto horrorisado, que comegarão a dezermparar suas cazas, e abitação em pequenas barracas construidas tão somente, humas de palha e outras de leivas.

Este horror não acompanhava a todos, porque entre elles havião alguns dos mais abastados, que apoiados a hum serto capitão... se abalançavão a perseguir seu Parocho, para ser admittido em seu logar hum filho do mesmo Capitão, a quem o dito Parocho tinha instruido athé ser ordenado

Pello meio d'Abril daquelle anno, em hum dos dias mais brilhantes daquelle primavera, tendo precedido a noite a mais tranquila, que temos visto, ainda que a terra parecia a pendula de hum relógio, que demasiadamente se adianta, antes que o sol doirace o simo das montanhas, saio da sua barraca o Parocho, e circulando a Igreja, o que fazia todos as madrugadas, para examinar alguma ruina: acha huma das



portas aberta, entra, vê que o thesoureiro ainda arimava alguma lenha na loja do Camarin; increpou ao dito thesoureiro de praticar tal proffanação; este inclorizado lhe responde «*ainda esta não he a maior que hade haver hoje*» e saio apressadamente. Fica o Parocho em conjecturas, mas logo lhe occorre, que seria mais prudente, para evitar maiores males, o retirar-se para a villa da Horta, onde não faltaria hum caza religiosa, que o acolhece athé que seus inimigos se acalmassem. Volta á sua, e precipitadamente se poem em fuga com sen escravo, unica pessoa de sua familia. Retira-se da estrada para não ser encontrado, pelo temor que tinha de o segnirem. thoma uma vereda, que lhe parecia hia finalisar nas incostas da Ribeira Brava mas enganase porque a vareda só chegava ao portão de hum bosque que distava da povoação hum 8.º de legoa; não lhe convem voltar, atraveça denços, e copados arvoredos, sobe, e desajudado por sen escravo altas paredes; com voltas e revoltas pelo meio dia ainda se achava a oeste da Ribeira Brava mas já na estrada: continua sua derrota, atraveça a Ribeira Brava, sobe parte da montanha, e tanto que avista parte da Freguezia de Castello Branco, se considera livre de todo o prigo: sentase a discançar, e já familiarizado com os continuos movimentos da terra dava mais valor á sua desgraça em hum paiz estranho sem soccorros d'amigos e parentes. Assim se achava este aflito fugitivo, quando den a terra hum tão forte aballo, acompanhado de hum urro que parecia um espantoso trovão: e estando o tempo tão claro, logo appareceu o cabeça de *rilha boi* coberto de hum cinzenta nuvem, e dentro d'ella sahão de quando em quando urros espantosos. Seguiu o tal Parocho seu destino, e não tardou sahirem lhe ao encontro dois religiosos, a perguntarem onde tinha rebentado o fogo. O Parocho só satisfez em narrar o que tinha passado, e visto n'aquelle dia. Os religiosos ali o fazem deter athé que voltando o acompanhão athé seu convento, que foi pela noite.

O fogo tanto que arrebentou em hum concavidade no simo de Rilha-boi lançou duas lavas, hum para o norte, e outra para o sul, esta gastou menos tempo em chegar ao mar: destruindo toda a povoação da Ribeira Brava, junto com a Capella da Senhora da Esperança, onde havia um cura Parocho, subordinado a antiga Parochia. A do norte gastando mais tempo parou no logar chamado os Lameiros: mas depois de alguns tempos rebentou em hum dos taes Lameiros: foi este o fogo que destruiu toda a freguezia, junto com Igreja Parochial, convertendo em cantilados rochedos de pedra queimada as mais fertis terrás de toda a ilha; ficando os habitantes desta freguezia reduzidos a mais extrema pobreza, os quaes poderão sair para a parte de Castello Branco, e Cedros, forão felizes, ainda que hião mendigar hum esmola; mas os que ficarão acantunados na *Ponte dos Alfaiates*, forão mais dignos de compaixão pelo desastre em que ao depois se virão. Vendo estes que a lava da parte do sul tinha parado logo que chegou

ao mar: e da parte do norte chegará até aos Lameiros, julgarão que o fogo por ali parava, e por isso se acolherão ao Canto dos Alfaiates, onde alguns de elles tinham terras.

Passados alguns tempos vendo que o fogo novamente arebentava, e não podendo sair para um, e outro lado por ali ficarão, esperando o infeliz instante de serem victimas de sua fatal destruição. Ainda que o fogo não passou da Fajã do Toiro ao Este, nem da Ponta Ruiva do sul para o sudoeste, contudo as fontes se quebrarão, e a terra não se podia pizar a pé nu, as plantações e mais hervas se seccarão, de modo que estes desgraçados não tinham consa n'aquelle espaço de campo tão curto, que lhe service de secorro para a vida. Deos que nunca se esquece daquelles que nelle confiam, tocou vivamente os corações dos habitantes de toda a ilha mormente os habitantes da Horta para com suas esmollas sacorrem estes desgraçados em numero de 70, não entrando mulheres e crianças. Estas esmollas, até a mesma agna era conduzida em pequenas embarcações ao lagido dos Alfaiates, a quem o mesmo mar se mostron grato em quanto durou esta necessidade.

Em março do anno seguinte comessou a terra a brotar; animados com este convite obtiverão de seus bemfeitores algumas sementes, que lançadas a mesma terra, produzirão em muito menos tempo do que os annos antecedentes.

Foi neste mesmo anno que elles construirão huma Ermida no mesmo logar coberta de palha, dedicada á Senhora dos Milagres, que servio de Parochia até o anno de 1680 que o vigario Diogo Soares Sarão deo principio á factura da nova Igreja Parochial. . . . .

He o quanto pude colher do dito fragmento, deixando alguns §§ por os não poder entender, em razão do papel estar tão desfeito que pouco ou nada se entende; ainda mesmo do que levo dito me custon a juntar, mas sem faltar ao sentido verdadeiro da historia.

Ainda que o senhor Bispo D. Fr. Clemente Vieira em sua vezita de 4 de setembro de 1690 mandace fazer esta memoria circunstanciadamente, contudo sempre se omietio varios factos pelas amiasas dos parentes do tal capitão como se vê não só da tradição, se não tambem o contentar-se o redator por este signal. . . . quando lhe he necessario declarar seu nome. Estes mesmos amiasos, ainda existião pelo anno 1762 como se vê da vezita do senhor Bispo D. Antonio Caetano da Rocha de 16 de outubro, em que extranhou a falta de se compir o que ordenara o Bispo D. Frei Clemente Vieira. . . .

Passando-se humas poucas de paginas do mesmo fragmento, sem que se possa conhecer huma só letra, se acha uma nota que parece ser do proprio punho do Reverendo Antonio de Mello, vigario proprio que foi desta Parochia pelo anno de 1757: em que diz o seguinte: — «He tradição bem fundada, que com verdade posso afirmar, que o vigario fugitivo á tinha noticia, dias antes, que tencionavão lançar fogo

a sua casa; mas como na madrugada daquelle dia vira que o thesoureiro entulhara a loja do Camarim de lenhas, conjecturou que era a Igreja. Achou-se o Sarrario aberto, e examinado pelo Cura, não achou Sacramento. Julga-se que o dito Vigario o consumira, mas se disse ou não missa, isso se não pode afirmar. A duvida que ha de ser Franciscanos, ou Jezuitas os dois religiosos, que sahirão ao encontro do Vigario fugitivo; he provavel que fossem Jezuitas, pelas razões seguintes— A piquena Imagem da Senhora dos Milagres, que levava o Reverendo Vigario fugitivo, foi restituída pelos Jezuitas, na occazião que se edificou a Ermita dedicada á mesma Senhora no Canto dos Alfaiates (hoje Canto do Comprido).

Quizeram os Jezuitas pôr suas armas no frontespicio da nova Igreja; e foi tal a contenda, que elles tiverão com o Vigario Diogo Soares Sarrão, e o povo, que o não puderão fazer, mas sim as puzerão na Sacristia dos Clerigos acima do Proficatorio (*purificatorio?*), que ainda hoje se conservão.

Quando o fogo arrebentou segunda vez da parte do norte no lugar chamado os Lameiros, fez hum Morno a que lhe chamão Perguinitos, estes ficavão na frente da casa de campo do Capitão . . . . onde se achava com sua familia na cultura de suas terras n'aquelle occazião; este lugar ainda hoje se chama as Cazas Velhas. O sitio em que se achava a Igreja Parochial, que o fogo consumio, sem que escapasse cousa alguma, se chamava Miga no Leite. A Capella da Senhora da Esperança ao sul, hoje se chama a Cruz da Malha de lá. O cabeço do Billa Boi se chama hoje Cabeço do Fogo, o que se acha a leste deste, que antigamente se chamava Cabeço do Espi dheiro, hoje he o Cabeço Verde. A Ribeira Brava, hoje Ribeira do Cabo. A Fajam do Toiro no norte, conserva o mesmo nome. A Ponta Ruiva ao sul, hoje se chama a Assada. A antiga freguezia tinha tres estradas alem d'outras muitas travessas, e veredas; a que hia para a parte dos Cedros se chamava o Caminho do Rosa, que hoje ainda se conserva o mesmo nome. A que vai para a villa, caminho do Broio, hoje Canada dos Frades. A que hia para a povoação da Ribeira Brava, caminho das Camarinhas; hoje caminho do Golarte, Trupes. Alto dos Cavacos, e Raposaia, ou Barreiro.

He tradição que a antiga Parochia se compunha de cento e tantos fogos; e a Capella da Senhora da Esperança, isto he a povoação da Ribeira Brava com pouca differença para menos. . . .&

Faltando algumas paginas no tal Fragmento, a primeira que se encontra diz o seguinte: (\*)

Fundos para' o Devino Culto do Devinissimo e Santissimo Senhor Jesus Sacramentado nesta Parochia da Biatissima e Santissima Trindade, freguezia do Capello feito pelo anno de 1731.

(\*) Tudo o que se segue é estranho ao assumpto.

Oitenta braças de largo de terra em todo o comprimento desde as barrocas do mar ao cume do Monte da Fonte, de que se paga de foro fixo 30 alqueires de Centeio, e 5 gallinhas, pelo Titulo nas Notas de José Rodrigues Golarte a f. 159, em 13 de dezembro de 1681.

Dous moios de terra, que tras Manoel Dutra Bolcão, e seu irmão Matheus Dutra Bolcão, de foro fixo, pagando annoalmente 3 moios, e 35 alqueires de milho pelo Titulo nas Notas de Domingos do Amaral em 7 de dezembro de 1728.

Foro fixo de 2\$700 reis que paga o Reverendo Vigario Francisco de Sousa Pereira, do Passal em que mora; pelo Titulo no Cartorio de Francisco Garcia da Rosa de 21 de março de 1716.

Paga o Alferes Francisco Dutra d'Andrade de foro fixo 1\$300 rs. pelo Titulo no Cartorio do mesmo Francisco Garcia da Rosa de 10 de fevereiro de 1716.

Paga Antonio d'Avila de Bettencourte, da villa, de foro fixo 300 rs. duado em testamento por Leonor Vieira, emposto nas terras do Castello; pelo titullo... (não se pode ler mais).

Paga Pedro de Boas, da Villa, o foro fixo de 300 rs. nas vinhas da Petrina na Fajam, pelo Titullo nas Nottas de Antonio Furtado de Mendonça em 9 d'abril de 1687.

Paga Antonio Silveira Roiz 13 alqueires de milho de foro fixo pelo Titullo nas Nottas de João Rodrigues Golarte do primeiro de setembro de 1681.

Paga os herdeiros de Antonio Rodrigues de Mattos 15 alqueires de milho, e 5 de senteio de foro fixo, pelo Titullo nas Nottas de Antonio Furtado de Mendonça de 10 de abril de 1687.

Paga os herdeiros de Manoel Rodrigues de Sousa 29 alqueires de milho, e 20 de senteio de foro fixo pelo Titullo nas notas de João Rodrigues Golarte de 12 de novembro de 1680.

Paga Jorge Furtado 9 alqueires de milho de foro fixo pelo Titullo nas Nottas de Manoel Rodrigues Homem de 4 de abril de 1730.

Paga João Garcia Golarte 30 alqueires de milho de foro fixo, pelo titullo nas nottas de João Rodrigues Golarte de 25 de outubro de 1681.

Paga os herdeiros de Manoel Roiz de Souto 13 alqueires de milho de foro fixo pelo titullo nas Nottas de Manoel Roiz Golarte de 8 de junho de 1700.

Paga Felipe Golarte 1\$600 reis de foro fixo em 10 alqueires de terra pelo titullo nas nottas de Manoel Rodrigues Homem de 23 de julho de 1731.

Paga José Garcia Evangelho pelos herdeiros de João Silveira de foro fixo 8 alqueires de milho pelo titullo nas Nottas de Antonio Madinga de 4 de abril de 1730.

Paga George de Brum e Silveira o juro do capital de 166\$667 rs. por Escriptura de 31 de janeiro de 1728.

Paga o Capitão Manoel Dutra do Canto o juro do capital de reis

208\$000 por duas Escripturas; a primeira de 3 de dezembro de 1725. e a segunda de 4 d'abril de 1730.

Paga o Alferes Manoel de Avila de Castello Branco o juro do capital de 80\$000 reis por escriptura de 27 de dezembro de 1730.

Pago o Alferes Francisco Dutra o juro do capital de 12\$000 reis por escriptura de 4 d'abril de 1730.

Paga José de Vargas o juro do capital de 16\$000 reis, Escripura de 4 de abril de 1730.

Paga Antonio Duarte, João de Soito George, e Manoel Pires o Mosso o juro do capital de 35\$000 reis, Escripura de 26 de junho de 1719.

Paga José Silveira de Castello Branco o juro do capital de reis 20\$800, Escripura de 25 de abril de 1731.

Paga Antonio Gomes Soares, e Manoel Pereira Goularte o juro do capital de 16\$000 reis, Escripura de 26 de junho de 1719.

Paga Francisco de Souto do Norte o juro do capital de 11\$000 reis, Escripura de 26 de junho de 1719.

Paga os herdeiros do Sargento Antonio da Silva do Norte o juro do capital de 20\$000 reis, por Escripura nas Nottas de Nicoláo Dantas Barreto de 15 de março de 1725.

Destratou Manoel Silveira de Bittencourte, de Castello Branco, uma escriptura de 60\$000 reis e Thomé Garcia, da Villa, outra de reis 50\$800 cujos capitaes e juros de 5 annos se deve carregar ao Mordomo.... Aqui se achão extripadas duas outras paginas; e por isso me parece que esta relação hia continuando.

Nas ultimas paginas do mesmo Fragmento se acha hum Index das rendas pertencentes ao Culto da Senhora da Esperança, mandado fazer pelo o Ill.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Vesitador em 1731; cujo Index vai incompleto por a folha seguinte lhe faltar hum pedaço; e do que pude colher o vou transcrever:

Paga Francisco Goularte da Lombega de foro fixo 22 alqueires de trigo, e em moeda 1\$300 reis, pela escriptura nas nottas de Francisco Homem em 20 de agosto de 1647 feita antes do fogo 25 annos.

Paga o Reverendo Vigario Francisco de Sousa Pereira de foro lito 600 rs. impostos em 2 moios de campo no sitio da Malha por escriptura do 1.<sup>o</sup> de dezembro de 1713.

Paga Manoel Garcia de Menezes do Canto 18 alqueires de milho de rendá distratavel por escriptura de 25 d'abril de 1691. Tabalião José Garcia de Mello.

Os herdeiros de Mathias Silveira pagam o juro do capital de reis 12\$000 pelas notas de Antonio Madruga de 4 de setembro de 1725.

O Sargento Francisco Garcia paga o juro do capital de 23\$000 rs. pela escriptura nas nottas de João Pereira Cardoso a f. 175 a 8 de setembro de 1718.

Os herdeiros do Revd.<sup>o</sup> Curá Manoel de Lima, pagão o juro do

capital de 40\$000 reis por escriptura nas nottas de Antonio Madruga a f. 107 de 13 d'outubro de 1746.

Manoel Glz Furtado paga o juro do capital de 30\$400 reis por escriptura nas notas de Manoel Roiz Homem a 25 de abril de 1731.

João Furtado paga o juro do capital de 8\$000 reis pelas nottas do Taballião Domingos do Amaral a 7 de dezembro de 1728.

Domingos Luiz paga o juro do capital de 12\$800 reis pela nota do Taballião Manoel Roiz Homem a 25 d'abril de 1731.

Antonio Garcia de Andrade paga o juro do capital de 18\$000 rs. pela nota do Taballião Domingos do Amaral a 12 de outubro de 1728.

O Alferes Antonio Furtado de Mendonça paga o juro do capital de 52\$000 reis pela nota do Taballião Manoel Roiz Homem a 25 d'abril de 1731.

Luiz Fernandes paga o juro do capital de 6\$400 reis pela Nota de Manoel Roiz Homem a 25 d'Abрил de 1731.

Antonio Glz Vieira Escrivão paga o juro do capital de 8\$000 reis pela nota de Domingos do Amaral de 7 de dezembro de 1728.

Antonio Silveira Roiz paga o juro do capital de 8\$000 reis pela nota de Domingos do Amaral de 13 de dezembro de 1728.

Do meio desta pagina para baixo senão conhece uma só letra, e no alto da seguinte, que he a ultima do dito fragmento se lê o seguinte:

O que tudo consta das escripturas na arca desta Parochia e Indice nos livros da mesma arca.

Consta de hum avulso, que no anno de 1744 se mandou fazer tres Imagens da Senhora da Esperança para com ellas se hir tirar esmollas no Brazil, para com ellas se acabar a factura da Igreja; mas não consta que viessem.

NB. Ainda que esta freguezia depois do fogo ficou a mais pobre desta Ilha, com tudo não me atrevo a chamar-lhe pobre; seu terreno, posto que pedregoso, he o mais corioso de toda a Ilha; elle seria o mais rico deste paiz, se não fosse a moleza em que são criados seus habitantes. A providencia todos os dias lhe apresenta os mais solidos meios para a sua felicidade, mas elles cegos pela moleza os desprezão.

Posto que o terreno he arido, produz sem cultura alguma o Fedegoso, Marujo, Fel da Terra, Nevada, Alfavaca, Agremonia, Macella e outras muitas plantas medecinaes. A Amoreira se acha nos Misterios baldios. Os Tomateiros para a panella, as azedas (vulgo) Baldroegas, se encontrão pelos caminhos. Coelhoos, os há em tanta abundancia, que os Lavradores chegão a botar veneno para os matarem. A Pomba faz tanto estrago ás nvas que os Proprietarios se vêem obrigados a vigiar, cada hum os seus predios; ou pagarem a quem ande dando tiros secos para expantar, o que ás vezes nada aproveita.

He tal a moleza dos habitantes desta Freguezia que podendo reter aguas no inverno em largos e compridos possos, para gasto de

seus animaes; só se contentão em fazer huns piquenos caldeiramsinhos, que não lhe pode dar agua para mais de quinze dias: vendo-se obrigados em a hirem buscar no tempo do estio aos Mattos, em que gastão por cada huma vez, huma manhã, ou huma tarde. Sendo o Cabeço do Fogo pela parte do sul coberto de areia, que no tempo do Estio o vento a faz levantar em denças nuvens; he ali que na fralda deste Monte (isto hé no fim da areia) quiz a Providencia, mostrar o seu poder.

FIM

Esta lembrança foi tirada d'uma copia que foi extrahida dos proprios livros da Egreja Parochial da freguezia do Capello.

Offerecida em 1884 á Redacção do *Archivo dos Açores* pelo sr. capitão de Caçadores 11 Henrique José das Neves.

## XXXIX

### ANNO DE 1713

**Sobre a grande esterilidade dos Ginetes, no anno de 1713 por causa dos tremores de terra.**

Diz o Juiz, e Graneleiro do lugar dos Ginetes termo desta Cidade de Ponta Delgada que depois de terem noticiado aos Officiaes da Camara que o povo do dito lugar não tinha em si mantimento que o pudesse sustentar ainda com os trigos do exame, mais que somente athé o mez de março pelas rasões notorias da grande esterelidade do anno como da perdição dos milhos por causa das grandes tormentas, e dos primeiros terremotos, e porque com o grande tremor da terra que succedeo em a noute de 6.<sup>a</sup> feira 8 do corrente mez de dezembro se acabou de arrasar o dito lugar não somente na principal parte da freguezia, mas ainda no anexo curado da Varzea sem ficar Igreja, ou casa alguma em pé, antes todas sem excepção abatidas ficando tãobem intupidos os caminhos com as quebradas das rochas e barreiras de tal sorte que não tendo o povo do dito lugar abrigo algum para salvar as suas vidas, desampararão o citio do dito lugar, e seus bens moveis, e semoventes, e em procições devididos fogirão com seus pa rochos a recolherse em outros lugares ainda que tão famintos, meos arruinados, e pelo impedimento e tapume dos caminhos não podem salvar, nem conduzir suas rezes, bestas, e porcos, nem o pouco milho, e trigo que tem, nem o do exame pertencente aos senhórios das

terras do dito lugar que estava entregue a elle supplicante graneleiro por ordem dos officiaes da camara; e porque o caso he muito fortuito, e não he possivel a elles supplicantes guardar o trigo do dito exame, nem o mais do dito lugar, nem conduzilo indo valer-se do Governador desta Ilha assim para mandar companhias abrir de novo os caminhos e conduzir os mantimentos lhe dêo o dito Governador em resposta que recorressem aos Vereadores quanto aos mantimentos e sua condução, e que sendo aos ditos Vereadores necessarias as companhias, elles depreciarão ao Sargento Mór que nesta cidade tinha as suas vezes; e por quanto a preça e urgencia não dá lugar a que se possa recorrer aos Vereadores em Camara, nem esperar dias de despacho da vareação, P. a Vm.<sup>e</sup> Sr. Dr. Juiz de Fora seja servido mandar notificar com o theor desta Petição aos senhorios dos trigos dos exames para que mandem tomar conta e entrega dele cada hum do que lhe tocar em termo de 24 horas sobpena de haver a perda pelos ditos senhorios, que serão dados em rol a official de fê; e outrosim que Vm.<sup>e</sup> mande passar Precatorio para o Sargento Mór mandar gente das companhias abrir os caminhos intupidos, ou que sendo necessario mande Vm.<sup>e</sup> ajuntar os Veriadores e Procurador do Concelho para se lhe apresentar esta Petição e dela deferirem a que a mesma Petição se tombe nos livros da camara para constar do seu requerimento. E R. M.<sup>e</sup>. Requeirão os supplicantes aos officiaes da Camara para provarem sobre esta materia como consta pertencente a eles, pois os artigos se achão por sua conta pela sua determinação, e para se deferir a esta tão justa supplica não he necessario que seja em camara por disposição da ley. Ponta Delgada de dezembro 12 de 1713. Silveira. Nobelissimos Vereadores e Procurador do Concelho os supplicantes atraz declarados apresentam a cada hum de Vm.<sup>es</sup> em particular a Petição que fizerão ao Dr. Juiz de Fora Presidente da Camara, e o Despacho que o dito Dr. Juiz de Fora proferio. P. a Vm.<sup>es</sup> vejam sua narrativa, e detirão a sua Petição nas tres clausulas dela. E R. M.<sup>e</sup>. Pelo meu voto sendo aprovado pela maior parte dos Officiaes da Camara meus companheiros mando que logo se notefiquem os senhorios dos trigos do exame que os supplicantes derem a rol, e que se passe Precatorio para o Sargento mór desta cidade mandar cabos, e gente da melicia da ordenança dos lugares vèzinhos a desentapir os caminhos, e que nõ dito Precatorio se traslade esta Petição, e Replica, e que se guarde a propria para se tomar no livro da Camara, e que outro sim se notefique os carreiros que forem necessarios para em seus carros e bestas conduzirem os bens dos supplicantes para o lugar que eles mandarem. Ponta Delgada 12 de dezembro de 1713. Carreiro. Medeiros. Amaral. Silveira.

*(Registada no liv. 2.º do Registo da Camara de P. Delgada a f. 347)*

Esta copia feita pelo Dr. Francisco Caetano de Carvalho, é preciosa por que a folha do livro foi arrancada e não existe; como se disse no *Archivo dos Açores*. Vol. III, p. 492.



## XL

## ANNO DE 1755

O anno de 1755 foi por muito tempo conhecido nas ilhas das Flores e Corvo pelo *anno do abalo*, em rasão de se ver ali no 1.º de novembro sair o mar do curso natural, retrocedendo, deixando o fundo a descoberto em distancia de mais de cem braças, e entrando pela terra dentro outro tanto, ou pouco menos.

N'aquelle dia e anno, tristemente assignalados pela catastrophe succedida em Lisboa, em todas as ilhas dos Açores houve signaes mais ou menos salientes de tão desastroso phenomeno.

Nas Flores e Corvo, onde os tremores de terra são desconhecidos, memorou-se longo tempo o *abalo* do 1.º de novembro de 1755; sendo depois d'isto o mais notavel acontecimento que se pôde attribuir a terremotos, o que succedeu em 1799, onde na povoação denominada Lagedo, nas Flores, principiaram pelas duas horas da tarde a abalar-se varios rochedos e terras cultivadas de trigo, que se andava ceifando, e em menos de uma hora ficaram as terras de inhames revolvidas e viradas debaixo para cima, e vice-versa.

(*Almanach do Archipelago dos Açores para 1867*, por Francisco Maria Supico, p. 160.)

## XLI

## ANNO DE 1841

Representação da Camara Municipal do Concelho da Praia da Victoria na Ilha Terceira, datada de 16 de agosto de 1843, relativa ao terremoto que em 15 de junho de 1841 reduziu a ruinas aquella villa e outras povoações do mesmo concelho.

Senhora.

A camara municipal da muito notavel Villa da Praia da Victoria, no districto administrativo de Angra do Heroismo, animada do mais

profundo respeito, vem ante o regio throno de Vossa Magestade, como órgão dos sentimentos dos povos de todo o município que administra, implorar uma graça, a mais relevante que Vossa Magestade pôde fazer-lhes.

Não é, Senhora, a lisonja, não é a adulação, nem o servilismo, é sim a gratidão que hoje impõe aos representantes o sagrado dever de se mostrarem gratos e reconhecidos ao seu bemfeitor: aquelle que fazendo toar a sua voz ante Vossa Magestade e os representantes da nação, o eco foi soar nas côrtes das nações amigas e alliadas que com pânico a ouviram e com compaixão a abraçaram, concorrendo à porfia com donativos para socorrer estes povos infelizes, que em um momento virão reduzidos ao nada sens lares, e d'esta sorte condemnados à peregrinação pelos campos, quaes outros forasteiros e vagabundos.

No momento em que o terremoto do fatal dia 15 de junho de mil oitocentos quarenta e um reduziu a total ruína esta Villa e grande parte das parochias circumvisinhas, o Ex.<sup>mo</sup> José Silvestre Ribeiro, então administrador geral, e hoje governador civil d'este districto, voou a socorrer este povo infeliz, e desde então até hoje ainda os seus maiores disvelos não cessarão de derramar sobre elle toda a sorte de beneficios.

Na fatal crise, a fome quiz entranhar-se nas cabanas dos foragidos: uma força superior se oppoz áquella voragem á bôca dos albergues onde as victimas jazião, e lá foram ser visitados pelos alimentos que este grande homem lhes enviava diariamente.

O segundo soccorro, Senhora, ministrado a todos os infelizes, foram as consoladoras exhortações no transe lastimoso a que se virão reduzidos, que mais valiam que o proprio alimento, e que no coração dos attribulados faziam desaparecer toda a idéa do terror. — Em seguimento, Senhora, uma cadeia de grandiosos prodigios se tem seguido, prodigios tão singulares que por certo não terão sido imitados. — Em uns annos de assíduos trabalhos, Senhora, esta Villa, seus contornos, e as demais parochias circumvisinhas, se acham reparadas de suas ruínas, seus donos recolhidos em suas habitações, que hoje pela beneficencia se acham mais bellas que d'antes eram. — Durante este tempo a torrente dos beneficios tem sido um inancial de copioso maná, que a mão liberal da Providencia derramou sobre estes povos, como para saciar a sêde de fazer bem do Ex.<sup>mo</sup> Governador Civil, que a mesma Providencia lhes deparou, como para remedio e lenitivo dos males que soffreram.

Todos, Senhora! perderam seus lares, todos ficaram reduzidos á penuria: todos cobertos de amargura: todos rodeados de afflicções o-lhavam de longe com lagrimas de sangue para o logar a que com ufanía chamavam — Villa — e sua casa, mas que não viam mais que um montão de ruínas!! Os mais miseráveis, os mais indigentes foram os primeiros que attrahiram os disvelos, e roubaram a attenção do seu

bemfeitor.—A paz, a concordia, e a harmonia, e a moderação por tantas vezes recommendadas nas suas consoladoras exhortações foram outros tantos beneficios que estes povos colheram.—Incansavel em visital-os em seus novos lares, não cessa de se empregar no seu bem estar.—A camara. Senhora, não pôde abranger nas suas curtas idéas a descripção dos beneficios que todos os povos d'este municipio têm recebido, e continuam a receber do seu Governador Civil.—A nossa Villa acha-se reedificada, com mais elegancia que d'antes tinha.—Tudo, Senhora, se deve a este grande homem: foi elle o que fundou os primeiros alicerces da nova Villa, foi elle que a concluiu, seja elle pois quem receba as recompensa de tantas fadigas pela conclusão d'esta grande obra, que immortalisará seu nome nas paginas da vindoura historia, e a quem a nação deve de render os maiores serviços.

É pois a vez da gratidão, são os abaixo assignados membros d'esta camara municipal, conjunctamente com o administrador d'este concelho, e todos os povos do mesmo que hoje ante o throno de Vossa Magestade, ante a Nação, imploram e pedem a Vossa Magestade se digne conceder-lhes a graça especial de nomear Barão da muito notavel Villa da Praia da Victoria ao Ex.<sup>mo</sup> José Silvestre Ribeiro, actual Governador Civil d'este districto, não só em attenção aos serviços ponderados, e por ser elle o que mais se tem distinguido em promover o bem estar dos povos d'este districto, mas tambem por ter livrado das garras da indigencia, e da consternação, um sem numero de victimas a quem ministrou asylo, que sem elle, Senhora, teriam pago o tributo da mais tyrannica morte.

Nós, Senhora, lhe devemos o nosso asylo, nós lhe devemos a nossa vida: é credor a todos os nossos elogios, e a toda a nossa gratidão.—Nós lhe rendemos tudo: tudo merece de nós; assim mereça a nossa supplica ser benignamente acolhida por Vossa Magestade, em cujas augustas mãos, com o mais profundo respeito, a depositamos, com a viva esperanza de sermos attendidos.—Vossa Magestade já em mil oitocentos trinta e sete mostrou a sua magnanimidade para com esta Villa, no honorifico titulo com que galardoou a sua fidelidade, deixando empenhada a sua gratidão.

Esta camara na sua representação de dezeseis de Março de mil oitocentos quarenta e dois pedin a Vossa Magestade se dignasse conservar no governo d'este districto aquelle grande homem, pois que o retiral-o d'aqui, todo o districto reputaria por uma calamidade a sua saida, tal é o amor que os povos lhe dedicam! Voossa Magestade por effeitos da sua maternal bondade attenden a tão justa supplica, e agora na concessão implorada tornará mais vivo o seu reconhecimento.—Deus guarde a Vossa Magestade como todos desejamos e havemos mister.—Villa da Praia da Victoria em vereação da Camara Municipal de dezeseis de Agosto de mil oitocentos quarenta e tres. *João Borges Pamplona*, Presidente—*João de Sousa Nunes*, Vereador—*João*

*José Pinheiro*, Vereador—*José Borgès Linhares*, Vereador,—O Administrador do Concelho, *Francisco de Paula Leal Borges Pacheco*, *José Francisco de Paula*, Secretario.

Está conforme.—Secretaria da Camara Municipal da Villa da Praia da Victoria, 16 de Agosto de 1843. — O Escrivão da Camara, *José Francisco de Paula*.

### Officio de remessa que acompanhava a representação

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—A camara municipal d'esta muito notavel Villa da Praia da Victoria tem a honra de enviar a V. Ex.<sup>a</sup> a inclusa copia authentica da original representação, que n'esta mesma data remette ao Governo de Sua Magestade.

A camara sente não ser dotada da mais sublimes expressões com que podesse significar ao mesmo Governo de Sua Magestade o quanto ella, e bem assim os habitantes d'este concelho, se acham penhorados pelo excessivo zelo e reconhecido patriotismo com que V. Ex.<sup>a</sup> se tem desenvolvido na reedificação d'esta Villa, pois que a Providencia d'ante mão o conduzio a este archipelago; porque, a não ser assim, certamente ainda hoje esta Villa não seria mais que um montão de ruinas, e seus pobres habitantes se teriam visto na stricta necessidade de a abandonarem sem esperança alguma de um dia poderem n'ella achar apoio.

Digne-se pois V. Ex.<sup>a</sup> de acolher com a sua costumada benevolencia aquellas ainda que rusticas, mas sinceras expressões, filhas tão sômente da sua gratidão, esperando por isso que V. Ex.<sup>a</sup> lhe saberá desculpar uma tal ousadia.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Governador Civil do Districto Administrativo de Angra do Heroismo.—*João Borges Pamplona*.

Na conformidade da representação supra se dirigiu tambem ao governo a camara municipal do concelho de Angra do Heroismo em 3 de julho de 1841 e 31 de dezembro de 1842 e ainda em datas posteriores renovaram as suas representações as duas camaras municipais.

---

Da poesia de Alexandre Herculano, intitulada— *Tristeza do Des-terro*—se extrahio a seguinte descripção dos effeitos vulcanicos :

Eu já vi n'uma ilha arreMESSADA  
Às solidões do mar, entre os dous mundos,  
Vestigios de volcões que hão sido extinctos  
Em não-sabidos seculos. Scintillam,  
Aqui e alli, nos areentos plainos,  
Onde espinhosas sarças sò vegetam,  
Restos informes de metaes fundidos  
Pelas chammass do abysmo, entre affumadas  
Pedras que em parte amarellece o enxofre,  
Que a lava em rios dispersou, deixando  
Só delle a còr em lascas arrancadas  
Das entranhas dos montes penascosos.  
A natureza é morta em todo o espaço  
Que ella correu, no dia em que, rugindo,  
Da cratêra fervente, à voz do Eterno,  
Desceu ao mar turbado, e elle, escumando,  
A engoliu e passou, qual sumiria  
De soçobrada nau celeuma inutil.



# COLLECCÃO DE DOCUMENTOS

## RELATIVOS

### ÀS ILHAS DOS AÇORES

(Continuado de pag. 201)

---

**Carta do Bispo d'Angra ao Ministro do Reino José Seabra da Silva, de 27 de setembro de 1794, sobre a moeda falsa.**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—Depois de haver dado conta a Sua Magestade, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, em Março proximo passado, com o adjunto ao Governo interino, o Corregedor desta comarca, e tambem como bispo desta Diocese, e participado igualmente a V. Ex.<sup>a</sup>, do deploravel estado em que se achavam os habitantes destas Ilhas, com o giro da moeda falsa, que apparecendo e diariamente augmentando-se, ia pondo aos povos na maior indigencia e consternação, e que este acontecimento pedia remedio eficaz e prompto, vendo eu de presente que este mal tem crescido e que a providencia de o atalhar se tem demorado, sem duvida em razão dos outros muitos importantissimos negocios, de que V. Ex.<sup>a</sup> e os mais Ministros de Estado estão incumbidos; e vendo em tambem que estes povos com passos de gigante caminham á sua ultima e total ruina, sou segunda vez obrigado a pôr na Real presença de Sua Magestade na conta, que inclusa remetto, os funestos successos que desde então a esta parte tem acrescido, e o que eu tenho obrado, despido do menor interesse, e só com os olhos na tranquillidade desta Republica.

O General defuncto, querendo obviar os damnos que em seu tempo se principiaram a sentir com o giro da moeda falsa, fez publicar um Edital em 24 de fevereiro de 1793, em que mandon que só corresse o dinheiro de prata de qualquer cunho e marca que fosse e da forn a que sempre correo, e que aquelle que fosse de outro qualquer metal disfarçado com o nome ou capa de prata não se admittisse pa-

ra uso algum, debaixo das penas que impõe a Ordenação do Reino, e que quando na sua qualidade houvesse duvida, se apresentasse ao contraste para este o declarar corrente, no caso de o ser, e não o sendo cortal-o para delle se não servirem.

Ora sendo, Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr., sendo o espirito e sentido desta disposição, nas palavras=*tudo o dinheiro de qualquer cunho e marca*= limitado somente aos diversos cunhos e marcas que se observam em qualquer moeda legitima e verdadeira, e aos que se vem naquella mesma moeda do Mexico, que sempre aqui giron, cujos caracteres tanto a fazem distinguir da falsa, como a luz se distingue das trevas, passou-se a fazer desta sobredita determinação tal abuso, e a interpretar-se tão sinistramente, que crescendo a cobiça dos que só respeitam ao seu particular interesse e não ao bem publico e felicidade da sua patria, chegou ao auge que V. Ex.<sup>a</sup> será servido ver na porção de 10\$000 rs. que envio com a conta que dou a Sua Magestade, os quaes vão contrastados, para que V. Ex.<sup>a</sup> tambem veja a qualidade e caracter do contraste.

Esta é pois, Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. a moeda que de dois annos a esta parte se tem fabricado nestas Ilhas. e cuja materia é tão infame, quanto ella á primeira vista se faz perceptivel; e é a moeda que só apparece e que tem augmentado e feito girar o auxilio que lhes hão dado aquelles mesmos que, por obrigação dos seus cargos, deviam incessantemente vigiar sobre nua delicto tão atroz e prejudicial, ponpando-se violencias que se tem feito com priziões e ferros a quem até agora dividon e duvida acceital-a; do que se tem seguido funestas consequencias, pois tem crescido o vexame do povo, o commercio totalmente está morto, e estas Ilhas faltas de todo o preciso para a subsistencia dos seus habitantes, por uinguem querer receber nua moeda falsa em troco dos effeitos da terra e de fora, e tanto assim que estando esta Ilha cheia dos generos da primeira sustentação, pela abundancia que delles houve, como não ha memoria, delles mesmos se tem experimentado tal falta e carestia, qual se não tem conhecido em annos da maior esterelidade, o que procede de todos occultarem os effeitos para não serem obrigados a dal-os por nua moeda infame, sem forma e sem valor.

Fiz ver ao Doutor Corregedor meu adjunto ao governo a apertura do povo. e que as causas ponderadas eram a origem destas consternações, pelo que era conveniente onvirmos os Estados de que esta republica se compõe, para determinarmos o que fosse mais proprio, para se conseguir o sen socego e felicidade: ao que se seguiu tudo quanto V. Ex.<sup>a</sup> se dignará ver na referida conta que a Sua Magestade deu, que fiz diligencia pela dar com aquella verdade e inteireza que é propria do men pastoral officio.

Alguns dos rematantes dos dizimos fizeram entrar para os cofres da real fazenda consideraveis porções que alguns dos Deputados da

Junta acceitaram na boa fé de que por virem contrastados não seriam de dinheiro falso, e querendo eu depois obviar e quanto estava da minha parte accudir a tão prejudiciaes desordens, tenho sido injuriado e desattendido.

Comtudo persuadi e insisti que só correndo sarrilha, ouro e cobre poderia o povo recobrar algum socego. Mas votando uma assemblea, que a este fim se convocou, das differentes classes de pessoas que constituem esta republica, e ouvidos os pareceres dos mais prudentes e desinteressados, se resolveu que, por haver falta de dinheiro sarrilhado, corresse tambem todo o dinheiro antigo, chamado mexicano, que sempre aqui girou, ficando a arbitrio das partes acceitarem ou não aquelle em que houvesse desconfiança ou de ser falso, ou de ter (por cortado) muito diminuto valor, sem que a justiça para isto interviesse.

Foi com effeito adoptada e recebida do povo esta interna determinação que se fez publica em 20 de setembro na forma do Edital, que, junto á mesma conta que dou a Sua Magestade, remetto, sendo vencido em voto o Doutor Corregedor, por decisão de 3.<sup>o</sup> na conformidade do Alvará da successão do Governo destas Ilhas; e em consequencia do exposto já neste dia 27 do corrente mez se acham vendaveis trigo, milho e os mais generos necessarios por preços razoaveis e commodos; porem eu muito duvido, Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr., que esta felicidade continue, pela desconfiança e pouca fé, que merece o dinheiro, que não é sarrilha, sobre o qual ninguem quer contrastar por grosso.

E' verdade que o abominavel dinheiro que girava é muito, assim nos cofres da Real fazenda e depositos publicos, como nas mãos dos particulares, porem como quer que esta interina providencia, fizesse com que se não augmentasse mais aquelle cabedal imaginario, que tanto tem arruinado estes povos, esperamos na Real Piedade de Sua Magestade, que nos ha-de dar remedio por meio do qual alcançaremos a tranquillidade de que precisamos.

O que tenho exposto a V. Ex.<sup>a</sup> é a verdade, despida de toda a affectação e nua de todo o ornato; e se Sua Magestade se dignasse mandar conhecer destes factos, da causa da sua origem, e dos motivos dos seus progressos por Ministro de recta consciencia, imparcial, temente a Deus e zeloso do serviço da mesma Senhora, chegaria então ao Real throno a certeza de quanto se falta á administração da justiça, e que a nada se attende mais que aos proprios e particulares interesses: e para complemento do que tenho exposto, conceda-me V. Ex.<sup>a</sup> licença de proferir que quem deseja e auxilia o giro desta infame moeda em prejuizo da republica com danos irreparaveis, ou é interessado na sua abominavel factura, ou protege a quem tem este sordido lucro, e ao contrario quem se lhe opõe mostra que quer o bem publico e o socego dos vassallos de Sua Magestade, o que me seria mui-



to facil comprovar com evidencia, se não respeitasse tanto a V. Ex.<sup>a</sup> a quem não devo ser importuno.

En vivo, Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr., consternado não só com as molestias que padece a minha natureza atennada com 67 annos de idade, mas por que vejo a indigencia e a ruina destes povos, e porque ouço os gemidos da viuva, da orfã, da donzella, as vozes do mendigo e dezerparado, sem lhes poder ser util, porque me faltam os meios que poderiam aliviar estas gravissimas oppressões; e só V. Ex.<sup>a</sup> pôde concorrer com o remedio para que venha governo, que tendo por objecto o amor e temor de Deos, o serviço da nossa Augusta Soberana, e a utilidade publica, faça estas Ilhas venturosas, e restitua a estes fieis vassallos de S. Magestade o explandor que a ambição lhes tem usurpado.

Espero que V. Ex.<sup>a</sup> não crimine esta minha narração, pois sendo a primeira que tenho a honra de enviar á respeitavel presença de V. Ex.<sup>a</sup>, dou assim a ver, que no espaço de nove annos que neste bispado rezido, sempre ameí a paz, e a verdade, virtudes estas em que se deve fundar todo o governo ecclesiastico e secular.

Eu não duvido, e antes me capacito muito, que nas mais contas que se dão, me arguirão perante Sua Magestade, e talvez que tambem ante V. Ex.<sup>a</sup>, mas seja o que Deos quizer, pois só neste Senhor confio, que me ha de julgar. Digo a verdade, e não a offusco com affectados pretextos, porque nem tenho de que me temer, nem nunca sube apartar-me della quando falo aos meus Soberanos, e aos seus respeitaveis Ministros; pelo que tambem confio na Justiça de Sua Magestade, que não me ha-de sentenciar, sem me ouvir, sendo servida, e na protecção de V. Ex.<sup>a</sup>, cuja preciosa vida desejo que se estenda por muitos annos, para utilidade da monarchia, da patria e do publico. Angra 27 de setembro de 1794.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino & c.

De V. Ex.<sup>a</sup>

Attento e obsequioso venerador e servo

*Fr. José Bispo de Angra.*

(Arch. Nat. da T. do T., Pap. do Minist. do Reino, mac. 613).

Officio de D. Antão d'Almada ao Marquez Mordomo Mor,  
sobre a crise monetaria nos açores; 21 de julho  
de 1794.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. — Pelo Avizo de V. Ex.<sup>a</sup> de 5 do corrente é presente à Rainha Nossa Senhora a grande perturbação em que se acham as Ilhas dos Açores, originada pelo attentado e horroroso delicto perpetrado nellas, não só pelo cerceamento da moeda do dinheiro que nellas corria, denominado *Mexicano*, reduzido o seu valor intrinseco ao mais infimo a que podia chegar, mas tambem de outra moeda, cunhada por falsarios, que escandalosamente a fabricaram, ainda em materia não legal, havendo chegado a tão grande excessos, este absurdo, que confundidos os povos daquelle Estado, tem sido a desordem de tal qualidade, que faz ser indispensavelmente necessario um eficaz e prompto remedio a tão grande damno.

E a Mesma senhora servida mandarmé communicar por V. Ex.<sup>a</sup> as ideas que parecem mais convenientes e adoptaveis, afim de que a providencia que se houver de tomar, seja de modo que, quando não chegue a cortar pela raiz a desordem de tão grandes males, ao menos se lhe dê algum alivio a elles; e porque o objecto é de tão delicadas consequencias, e de tão previstas combinações, que tem feito imaginar em dilatados discursos muitos e diversos pareceres nos pensamentos dos homens mais habéis do Estado, mais peritos e mais experimentados, que tem analysado o mesmo objecto, não poderei eu deixar, presentemente de fazer todas aquellas reflexões que, a meu entender, possam ser necessarias para me explicar em um ponto de semelhante qualidade, para que o remedio seja o mais prudente, o mais facil e o mais util, assim aos povos do mesmo Estado, como menos damnoso à Fazenda Real.

O provisional que V. Ex.<sup>a</sup> me insinua tem occorrido, para com promptidão se atalhar aquelle damno, é o de mandar Sua Magestade logo para as mesmas Ilhas, e ainda para a da Madeira, uma porção de dinheiro em prata e em cobre ou em moeda provincial, com o valor ideal que parecer conveniente, ou em moeda do Reino, á qual se lhe dê tambem o valor proporcionado ao cambio com que a moeda costuma correr e girar nas mesmas Ilhas; para se haver de suprimir todo o dinheiro da má e falsa moeda que nellas gira, com a providencia de Bilhetes que corram como moeda corrente nas mesmas Ilhas, no caso de se não poder mandar todo quanto dinheiro seja bastante para absorver o mau que gira, com a permissão outrosim de correr todo o dinheiro estrangeiro, sendo porem pelo seu valor intrinseco. E fazendo me Sua Magestade a honra de querer que eu exponha os meus sentimentos ao mesmo objecto (visto que a mesma Senhora não tem

ainda tomado a sua ultima resolução) chego aos Reaes pés do throno a expôr no projecto junto, o que me occorre reflexionar a V. Ex.<sup>a</sup> ao mesmo respeito, e será para mim da maior gloria, que elle, ou em todo, seja digno da Real approvação de Sua Magestade. pois que, segundo a experiencia que adquiri do estado daquellas Ilhas, que se reputam uma provincia adjacente a este Reino, na conformidade do Regimento da sua criação, parece se poderá regular pela mesma identidade de razão, o projecto que seja o mais analogo, para os fins que Sua Magestade deseja, não só para quietação d'aquelles povos, mas tambem para não sentir maior prejuizo a fazenda real.

Tudo, a meu entender, vai ponderado no mesmo plano; o môdo, e o melhor do da sua execução, com as clausulas e condições respeitantes a cada uma das Ilhas, que por serem diversos os interesses que cada uma dellas tem entre si, no commercio activo da sua importação e exportação, diversos devem tambem ser as providencias para umas e outras; sendo bem para contemplar a grande utilidade que receberá a Fazenda Real no giro da moeda estrangeira, o que tambem resulta em commum utilidade dos povos. tanto das mesmas Ilhas, como ainda dos vassallos deste Reino, como se acha ponderado nos sete motivos, que fazem a prova clara do mesmo Projecto; pois que a sua introdução, somente como genero, sem o respectivo cambio, que equilibre com o dinheiro do Reino, não atrairá aos inglezes a introduzila na Madeira, sendo tambem de uma bem ponderada circumstancia, que na sua conservação se facilite a execução do mesmo Projecto, e por uma só vez se destroe a falsificação da moeda, offerecendo quanto tenho ponderado, e referido, á illuminada consideração de V. Ex.<sup>a</sup> para o pôr na presença de Sua Magestade, para determinar o que mais conforme fôr ao seu Real agrado. Deos Guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Lisboa 21 de Julho de 1794.

Sr. Marquez Mordomo Mor.

*D. Antão de Almada.*

*(Arch. nac. da T. do T., Pap. do Min. do Reino, Maço 613).*

### Carta de 1794 em que se alvitram algumas providencias acerca da crise monetaria nas ilhas.

*Copia da Carta*—Os bilhetes são o golpe mais fatal, que pode vir a todas estas Ilhas. Sua Magestade os mandou para suprir a falta de moeda: as Ilhas não tem esta falta, pois os seus effeitos reaes que exportam, lhe fazem introduzir moeda sempre que é conveniente. A cir-

culação dos Bilhetes, sendo uma moeda ideal, traz os mesmos inconvenientes, que as folhas publicas marcam a respeito dos bilhetes francezes.

Sua Magestade tem dado nestas Ilhas estes Bilhetes a troco de prata pelo seu peso e valor real: agora se Sua Magestade mandasse que estes Bilhetes se fossem recolhendo á sua real fazenda, e que não tornassem a sair nem a circular, teria feito a felicidade das Ilhas, sem nada perder: e ainda que os ministros representassem, que não havia dinheiro para o giro e uso commum, deixe clamar esta gente, que julgam que tudo sabem; mas não é assim, pois ainda no caso de faltar dinheiro seria mais vantajoso suprimir a circulação dos Bilhetes, e que as compras se fizessem por algum tempo e em algumas occasiões a troco de generos, na certeza de que o commercio (unico meio de remediar estas faltas) buscaria logo a introdução da moeda em abundancia, como genero de maior necessidade no paiz.

Os Ministros não sabem persuadir-se destas verdades praticas, antes se persuadem opinativamente, que em *Pg* e *Silv* acham todos os casos para decidir, e a este exemplo nos escriptores desta classe, sem profundarem outra sorte de estudo; e porisso se está vendo, que todas as suas decisões, sendo desviadas dos principios geraes do commercio, e do bem geral, que só podem fazer a felicidade dos povos, em lugar de a promover a aniquilam.

A Ilha da Madeira está com outras vistas, e no meio da desordem que nós sentimos, tira ella, pelas sabias providencias da Junta de Fazenda, os meios de se fazer florente; mas Deos proverá a tudo, quando for servido, inspirando no Regio throno, e nos seus Ministros, vistas de protecção a nosso respeito.

O outro mal, que aqui sentimos, nasce de querer o Desembargador Moura estar na Ilha Terceira dando decisões e providencias geraes para todas as Ilhas, quando parece que o commercio de cada uma, tendo suas vistas particulares, não pode sofrer sem prejuizo estas decisões geraes.

O trigo e os mais generos em cada uma das Ilhas tem seu diferente preço, porque o commercio lho põe conforme a necessidade da sua exportação combinada com a importação, ou com outras vistas.

E porque ha-de o Desembargador Moura querer que as pecetas (sendo genero) haja o seu valor de se calcular na Ilha Terceira, e que este calculo seja em todas as Ilhas, quando em cada uma dellas pôde haver diffrentes vistas para augmentalo ou diminuil-o? N'isto não tem razão alguma, porque até é contra a letra da Lei, mas o certo é que assim o soffremos.

Em consequencia eu me persuado, que estas duas coizas, bem tenues, levantariam toda a desordem das Ilhas: 1.º a supressão dos Bilhetes por ser desnecessario o seu giro em todas as Ilhas; 2.º O dever o commercio de cada uma das ditas Ilhas estipular o valor da moeda

estrangeira, que deve correr como genero cujo valor se deve alterar, quando as circumstancias o pedirem &.

*Nota.*

Nesta carta se louvam as sabias providencias da Junta da Fazenda da Madeira, as quaes tiram a sua origem do Aviso de 19 de Agosto de 1794 dirigido ao Governo pela secretaria de Estado do Ultramar, que entre outras coisas ordenou o seguinte = *A peceta hespanhola, meia peceta e quarto de peceta, que costuma correr na Ilha, continuará a girar livremente pelo valor, que se costuma dar na mesma Ilha, contanto que seja serrilhada e sem defeito essencial na sua forma* = Portanto para as Ilhas dos Açores gosarem uma geral tranquillidade, lhe seria muito vantajoso, que Sua Magestade, alem de mandar suprimir a circulação dos bilhetes, mandasse tambem observar a referida providencia, praticada na Madeira, cohibindo deste modo o abuso com que o povo pertinazmente recusa acceitar muitas pecetas serrilhadas *que não tem defeito essencial na sua forma*. E como ha outras muitas que não sendo *serrilhadas* são porem igualmente boas e aprovadas pela lei com o nome de *cortadas*, tambem seria muito util que Sua Magestade ou as mandasse serrilhar, ou mandasse igualmente girar como as serrilhadas, que não tivessem *defeito essencial na sua forma*, visto que o povo com igual pertinacia as recusa acceitar &.

(Arch. Nac. da T. do T., Pap. do Minist. do Reino, maç. 613). (1)

---

**Officio dos Governadores interinos d'Angra ao Ministro do Reino, sobre o naufragio d'uma fragata franceza; 26 de março de 1796.**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—O Juiz de Fóra da Ilha do Pico em carta de 16 de fevereiro proximo passado deu parte a este governo de que no dia 29 de Janeiro antecedente dera á costa naquella Ilha uma fragata franceza invocada Astreia que alli fora arribada, com agua aberta, vindo das Antilhas, e Porto da Terra Baixa da Ilha de Guadelupe, carregada de assucar e caffè em direitura para França, por conta da convenção; e que compondo-se a guarnição da dita fragata de 180 pessoas, entre officiaes, tropa e equipagem, haviam perecido no naufragio 138, e escapado 57, dos quaes 7 eram inglezes, que vinham pri-

(1) Dentro de uma folha de papel que tem a designação—*Moeda das ilhas falsificada — Pareceres e projectos.*

(Nota do Sr. J. I. de B. Rebello.)

sioneiros e 50 francezes, que fizera remeter para a Ilha do Faial, por mais commodidade do transporte; de cujo successo dera immediatamente conta pela secretaria de Estado dos Negocios do Reino com as proprias mallas e mais despachos que iam dirigidos á Convenção, e que igualmente se salvaram; o que tudo, por este modo, terá já sido presente a V. Ex.<sup>a</sup>.

Por este governo se respondeu áquelle ministro aprovando-lhe as suas disposições, supposto o que representava, ainda que julgavamos mais proprio a remessa das mallas e despachos a este governo, para serem por elle enviados competentemente e com mais formalidades de que o prevenimos para o futuro nos casos occorrentes; ordenando-lhe tambem toda a boa arrecadação dos fragmentos naufragados, e toda a diligencia que podesse applicar-se para tirar debaixo d'agua, os que sem perigo, se podessem extrair, designando-lhe a despesa pela fazenda real, para ser depois indemnizada, pelo producto d'aquelles mesmos bens, que devia por ora conservar em rigorosa represalia até segunda ordem de Sua Magestade, e seguindo o aviso da secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da guerra de 22 de Agosto de 1793.

Da mesma sorte expedimos ordens ao Juiz de Fora do Faial, e ao mestre de Campo Commmandante daquelle Districto para a guarda e conservação dos naufragados, sem commercio com o povo, e debaixo do mesmo espirito de arresto, e para serem tratados sem molestia e sustentados em toda a extensão de hospitalidade á custa da Real Fazenda, até segunda ordem de Sua Magestade, a quem V. Ex.<sup>a</sup> será servido fazer presente todo este successo, para a Mesma Senhora dar as providencias que forem de Seu Real serviço e agrado; o que igualmente participamos pela secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros.

Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Angra 26 de março de 1796.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva.

Os governadores interinos

*Fr. José, Bispo d'Angra governador*

*Luiz de Moura Furtado*

(Arch. Nac. da T. do T., Pap. do Minist. do Reino. maç. 613).

---

Officio dos Governadores interinos d'Angra ao Ministro  
do Reino, dando noticia da frota da India; 29 de junho  
de 1796.

*Copia*—Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Temos a honra de participar a V. Ex.<sup>a</sup> que aparecendo hontem, que se contaram 28 do corrente, uma galeira ao sul desta Ilha, em distancia de uma legoa defronte do logar de S. Matheos, com diligencia de buscar a terra e não o podendo conseguir, por ter o vento contrario, fez ir a seu bordo uma lancha de pescadores, e lhes disse que a nossa frota do Brazil havia chegado no dia antecedente á altura das Flores, com 3 mezes de prospera viagem, acompanhada de um comboio de dezoito vellas em cuja companhia viera até áquella altura elle Capitão da dita galera, e della se separara por ser hespanhol e ir carregado de coirama, e querer adiantar-se e seguir o seu destino, e que por ser esta noticia interessante aos portuguezes a viesse dar a este governo, visto que o vento contrario lhe não permitia o gosto de vir aqui trazer pessoalmente de passagem, e isto mesmo o veio aqui referir logo hoje um dos referidos pescadores, asseverando mais que da sobredita galera lhe falara sempre em hespanhol e lhe comprara mil e seis centos reis de pescaria que lhe pagara em serrilha.

Temos mais á vista do logar dos Biscoito, em distancia de quatro legoas desta cidade, cinco vellas de que se nos deu parte pelo meio dia de hoje, não cabendo no tempo individuar mais esta noticia pela brevidade, com que nesta hora parte esta embarcação, que aqui entron ha tres dias arribada de Safi, carregada de trigo, com direita descarga a Lisboa.

Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Angra 29 de junho de 1796.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva.

Os governadores interinos

*D. Fr. José, Bispo de Angra.*

*Luiz de Moura Furtado.*

(*Arch. Nac. da T. do T. Pap. do Minist. do Reino. maç. 613*)

---

Officio dos Governadores interinos d'Angra ao Ministro do Reino, sobre corsarios francezes; 7 de julho de 1796.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.—Inclusa é a copia da que escrevemos a V. Ex.<sup>a</sup> na sua respectiva data pelo bregantim *S. José*, de que era Capitão José Rodrigues dos Santos, visinho de Lisboa, e proprietario João Lopes Mousinho, da mesma cidade, mas que, infelizmente, saindo deste porto de Angra, no dia 30 do mesmo mez de junho, foi surprehendido por três vellas francezas que o aprisionaram, e depois de saqueado, dando liberdade ao dito Capitão e sua tripulação para virem na lancha para terra, incendiaram o dito navio com toda a sua carga, e tudo á vista desta Ilha, em distancia de nove legoas, como referiu o mesmo capitão, que aqui chegou na seguinte madrugada, tendo este o louvavel accordo de deitar ao mar as vias que levava, como elle pessoalmente referirá a V. Ex.<sup>a</sup> com todas as suas circumstancias; e eram os sobreditos francezes daquelles mesmos cinco navios que aparciam n'aquelle dia de que a referida copia faz menção.

Agora acaba de chegar a esta Ilha um pequeno barco de São Jorge com um Vigario de uma freguezia das daquella Ilha, o qual dá por noticia que ha oito dias chegara a nossa frota á Ilha do Faial a tomar refresco, para o qual se haviam ido buscar á de S. Jorge seis ventas rezes e algum provimento de vinhos, tendo já partido cinco barcos carregados de gado, alem de outros que se ficavam apromptando.

Posto que esta noticia não seja official porque a não temos até agora de alguma destas Ilhas, contudo, pela uniformidade com que falla esta gente, referindo-se a pessoas de S. Jorge, que viram a dita frota no Faial, nos pareceo conveniente participal-o a V. Ex.<sup>a</sup> nesta mesma conformidade, e de que mandamos nesta mesma data um official habil deste governo áquella Ilha, para de tudo se instruir pessoalmente, e dar-nos parte do que achar, e nós o podermos tambem fazer a V. Ex.<sup>a</sup> o opportunamente, por um navio dinamarquez que está a sair deste porto.

O mesmo official que mandamos ao Faial leva carta ao almirante do comboio, em que este governo o cumprimenta e lhe requer por serviço de S. Magestade, que sendo-lhe possivel transportar na sua esquadra os cincoenta marinheiros francezes da fragata *Astreia*, naufragada no Pico, que se acham em represalia naquella Ilha, ha perto de seis mezes, alimentados á custa da fazenda real, faria nisto um serviço á mesma Senhora, em beneficio da sua Real fazenda.

E' o que por ora se nos offerece dizer a V. Ex.<sup>a</sup> cuja pessoa o Geo guarde muitos annos. Angra 7 de julho de 1796.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva.

Os governadores interinos

Fr. José, Bispo de Angra, governador  
Luiz de Moura Furtado, Corregedor



**Officio dos Governadores interinos d'Angra ao Ministro do Reino; 17 d'outubro de 1796.**

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr.— Sendo-nos delatado, ha poucos dias, que um José Narciso de Almeida, natural desta Ilha, proximaente vindo de Lisboa, sem officio nem beneficio, mancomunado com outro André Rebello de Mello, escrivão do ecclesiastico e da matricula do Castello desta cidade, andavam perturbando este povo, exigindo attestações e assignados offensivos á auctoridade deste governo e á honra de outras pessoas empregadas no Real serviço, introduzindo, por este modo, uma sedição e uma revolução surda contraria ao socego publico destes moradores e alienando-os, por este modo, da devida subordinação ao mesmo governo, que os rege, e dilatando-se já, este rumor de voz em voz, e de que os sobreditos machinadores, para mais imporem, e conseguirem os seus malignos intentos e assignados, affectavam serem incumbidos por pessoas de alta gerarchia, de quem deviam esperar a recompensa d'aquelles bons serviços, que não podem deixar de ser obra de sua propria malicia: Resolvemos mandal-os recolher separados a uma prisão dentro do castello de S. João Baptista desta dita cidade, para, por meio de competentes e exactas indagações averiguar a altura desta fermentação e seus effeitos, e á vista della a culpa on innocencia destes Reos, para pôrmos a seu tempo na presença de Sua Magestade a resulta de toda esta diligencia, que por ora temos a honra de participar a V. Ex.<sup>a</sup>.

Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos &c. Angra 17 de outubro de 1796.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva

Os governadores interinos

*Fr. José, Bispo de Angra*

*Luiz de Moura Furtado*

(*Arch. nac. da T. do T., Pap. do Minist. do Reino, mac. 613*).

**Officio do juiz de fora aos governadores interinos dos Açores, sobre uma devassa; 6 de novembro 1796.**

*Copia*—Ex.<sup>mo</sup> e Revd.<sup>mo</sup> e Ill.<sup>mos</sup> Srs. Em consequencia do respeitavel officio que por V. Ex.<sup>a</sup> e S.<sup>a</sup> me foi expedido, e se acha transcripto a f. 1 v.<sup>o</sup>, procedi á inquirição da devassa, que se segue ex f. 12, e ás perguntas e reperguntas, cujos actos vão juntos no fim da mesma devassa: de uma e outras eis aqui em summa o resultado.

Não se pode duvidar de que existiu em poder dos denunciados José Narcizo de Alameda e André Rebello de Mello um satyrico papel, que, para ser sedicioso, bastava o atacar o respeito e auctoridade do Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sr. Bispo desta Diocese, Adjunto do governo geral destas Ilhas dos Açores, do governador e ministros da Ilha de São Miguel, do Juiz de fora do Faial e de muitas pessoas particulares desta Terceira e daquella de São Miguel: os mesmos denunciados o confessam de plano, e a testemunha do n.º 30 José Joaquim Pinheiro depõe da existencia e substancia do dito papel, pelo ter ouvido ao proprio André Rebello de Mello.

Os denunciautes declararam que o sobredito papel viera da cidade de Lisboa, para onde fora remettido da Ilha de S. Miguel, e que ignoram a letra porque fora escripto; daqui se collige que deste é distincto o outro papel, em que fala a testemunha referida, Domingos Lopes de Amorim, (suposto o tivesse negado quando depoz no corpo da devassa) porque a mesma testemunha diz que era escripto por letra do sobredito André Rebello de Mello; mas a respeito da sua substancia nada diz, senão que nelle se falava nas pessoas de V. Ex.<sup>a</sup> e S.<sup>a</sup>.

Que, porem, se pretendera dar uma conta contra V. Ex.<sup>a</sup> e S.<sup>a</sup>, e que para este fim se convocaram varias pessoas, pedindo-se-lhes attestações ou assignaturas, é facto de que depoem muitas testemunhas de ouvida e tambem muitas de publicidade, como são as do n.º 3, n.º 7, n.º 13, n.º 16, n.º 20, n.º 22, e n.º 29.

A do n.º 1 André Avelino Homem jura ter sido convocada por Mathews Moniz (da parte dos denunciados como bem se infere do seu depoimento, combinado com o do mesmo Mathews Moniz) para attestar varias cousas offensivas da auctoridade do Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sr. Bispo, e em geral tudo o que soubesse em desabono seu: Mathews Moniz, sendo perguntado ao referimento, confessou parte do facto, porem negou o que diz respeito ás sobreditas attestações: bem se vê que tratava de occultar uma cousa em que era cumplice.

A testemunha n.º 2, Mathias José Cordeiro é a mais terminante e depõe de factos com elle praticados, como se pode ver do seu depoimento, no qual relata as attestações que se lhe pediram, e em que iam envolvidos não só V. Ex.<sup>a</sup> e S.<sup>a</sup> mas tambem os mais ministros da Junta da Administração e arrecadação da Fazenda Real destas Ilhas e outras pessoas mais. No que esta testemunha depõe sobre a disciplina com que os denunciados tem falado nas pessoas de V. Ex.<sup>a</sup> e S.<sup>a</sup> concorda a testemunha do n.º 21 Francisco Moniz Barreto Corte Real.

Omitto as mais circumstancias destes e de outros depoimentos, como são os das testemunhas referidas Antonio Telles D'Utra Machado, João Manoel do Rego Bothelho de Faria, e José Mathews Coêlho Borges, porque V. Ex.<sup>a</sup> e S.<sup>a</sup> as observarão melhor no seu original: e advirto que não inquiri o pobre Francisco da Silva, em quem muitas

testemunhas se referiram, nem passei deprecada para ser inquerido por Juiz competente, em attenção a ser ecclesiastico, e criminal o objecto de que se trata. V. Ex.<sup>a</sup> e S.<sup>a</sup>, porem, determinaram o que for do seu agrado. Angra 6 de Novembro de 1796=O Juiz de Fora=José Accureio das Neves.

*José Joaquim da Silva*

(Arch. Nac. da T. do T., Pap. do Minist. do Reino. maç. 613).

**Officio dos Governadores dos Açores ao juiz de fora  
d'Angra; 21 de novembro de 1796.**

*Cópia.* — Como pela devassa que Vossa Mercê nos remette, e sua respectiva informação datada de seis do corrente, se não descobrem os factos mais essenciaes, porque, em conformidade das leis tendentes ao socego publico, mandámos a ella proceder em o nosso officio de desoito de outubro proximo passado, a Vossa Mercê dirigindo: dispensando-nos porisso de outro mais amplo procedimento contra os dois Reos José Narciso de Almeida e André Rebello de Mello, e deixando o caso ao meio ordinario da Justiça: Ordenamos a V. Mercê que em vista da mesma devassa (que tornamos a enviar-lhe com os sobreditos Reos presos e remetidos ás cadeias desta cidade á sua ordem) e da Ord. L.<sup>o</sup> 3.<sup>o</sup> tit. 84, alvará de 2 de Outubro de 1753, e mais leis ao caso concernentes, os pronuncie, processe e sentencie, admitindo-lhes os competentes recursos, e remetendo, á secretaria deste governo, traslado authenticico da mesma Devassa, para darmos conta a Sua Magestade deste procedimento, assim como temos posto já na sua Real presença o sobredito primeiro expediente.=Deos guarde a Vossa Mercê. Angra vinte e um de Novembro de mil sette centos e noventa e seis=Os governadores interiuos=Dom Fr. José Bispo de Angra=Luiz de Moura Furtado=Senhor Doutor Juiz de Fora desta cidade de Angra.

*José Joaquim da Silva*

(Arch. nac. da T. do T. Pap. do minist. do Reino. maç. 613).

Officio dos Governadores interinos dos Açores ao Ministro do Reino; 5 de dezembro de 1796.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Em data de 17 de Outubro proximo passado demos conta a V. Ex.<sup>a</sup> da prisão que este governo ordenou a José Narciso de Almeida, e André Rebello de Mello, e dos motivos que para ella concorreram, ficando no exame das suas culpas, de cujo progresso dariamos parte a V. Ex.<sup>a</sup>: agora o fazemos com as copias inclusas, a primeira da informação que deu a este governo o Juiz de Fôra desta cidade sobre a devassa que tirou das mesmas culpas; e a segunda do officio que lhe dirigimos para pronnciar a mesma devassa. e processar e sentenciar os Reos legal e competentemente; o que tudo pomos na presença de V. Ex.<sup>a</sup> quando seja preciso expol-o na presença de Sua Magestade, não remettendo com estes documentos o traslado da mesma devassa, por não ter cabido ainda no expediente deste governo extrair uma copia authentica.

Deus guarde a V. Ex.<sup>a</sup> muitos annos. Angra 5 de Dezembro de 1796.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. José de Seabra da Silva.

Os governadores interinos

*Fr. José, Bispo de Angra*

*Luiz de Moura Furtado*

(Arch. nac. da T. do T., Pap. do Minist. do Reino. mac. 613).



# EPITOME

DAS

Festas que se fizerão n'esta sempre nobre e illustre cidade de Angra, Primaz de todas as ilhas

NA

**Trasladação da milagrosa Imagem do Senhor Santo Christo para o templo de novo erecto, da Misericordia,**

SENDO PROVEDOR O CAPITAM

**DIOGO ALVARO PEREIRA DE LACERDA,**

E ESCRIVÃO O CAPITAM

**DIOGO ANTONIO LEITE BOTELHO,**

*Fidalgos da Casa de Sua Magestade;*

EM JULHO DE 1746

(Inedito)

Sabio e benevolo leitor !

Comtigo fallo; porque assim como fazes timbre, o passar por descuidos; pois são teus documentos influencias benevolas=*Lingua autem sapientium sanitas est*=(1) He dos improbos o officio até no mesmo ceo pôr a boca=*Posuerunt in Cælum os suum* (2)=Sim; por que não se encaminha sua mão a executar golpe, senão para onde a fragancia lhe dirigio o sentido: disseram ser.....a Rosa; porque apenas entre as frias sombras do crepusculo, animada a burrifos do Ceo, começa a respirar o mino de sen carmim, elle he a causa de o privarem da vida e por isso no corte de sua pompa lhe pôs hum discreto esta impreza=*Guia olet*=Comtigo fallo, e só a ti offereço esta narração: não repares ficar o retrato com o defeito de curto, que quando a grandeza he suprema, sendo pequena a taboa, qualquer limitação na pintura não se estranha; que por isso Thimantes, Principe dos Pintores (como refere Plinio) querendo retratar a Cyclope, dormindo a pintou: por que era limitada a taboa para a extensão de sua grandeza; pelo que te digo, que se o retrato do que nesta cidade admiraste, sahir diminuto, he porque não chegão da descripção as forças, aonde se estendem, deste aplauso as circumstancias. Não me culpes, pois, a Mariposa que solicita a luz não deixa de se acreditar fina, ainda que ao ga-

(1) Proverb. 12, v. 18.—(2) Psal. 78, v. 9.

lantear-lhe a chamma, lhe interrompa o resplendor. A mão que busca a flor não deixa de se mostrar amante, ainda que ao cortar-lhe a planta, lhe descomponha a flor.

Saberás, que depois de edificado o magnifico templo da Misericórdia, o qual desde 21 d'outubro de 1728 (sendo lançada a primeira pedra pelo Ill.<sup>mo</sup> Sr. Bispo de saudosa memoria D. Manoel Alvares da Costa) sempre se continuou com despeza innumeravel, pela geometria do centro, perpetuidade dos alicerces, magnificencia das capellas, magestoso das tribunas, e architectura de toda a obra; templó na magnificencia, como o de Gycico, que se aquelle fazia competencia aos grandes do mundo, este leva excesso a todos das mais ilhas e na duração como o de Diana Ephesusina, com tal arte edificado, que n'elle se predominava o Eterno—*In solo id Plaustrum fecere. ne terra motus sentiret* (1): apzár de muitos como os da Palestina, que não quizerão uzar dos aqueductos, aonde com abundancia refrigerarião a sede: por que não foram os mesmos que acharam a fonte—*In videntes ei Palestini omnes puteos quos foderant servi obstruxerunt implentes humo* (2). Notavel risco he o da privança, não ha lugar mais arriscado na vida, frenteira mais perigosa, nem roda menos constante na terra. Não são as plantas rasteiras as perseguidas dos ventos, são com valentio as arvores mais copadas; pouco se levantão as ondas nos lagos pequenos, embravecem-se as tempestades nos mares dilatados.

Visitada pelo Ex.<sup>mo</sup> Senhor Bispo D. Fr. Valerio do Sacramento em 2 de Julho, hora propria para a visita; por que da de St.<sup>a</sup> Isabel celebrou a Igreja o dia: e vendo pelas circumstancias authenticas, que o mesmo Snr. tinha concorrido para a erecção de todo o templo e nelle depositar a sua milagrosa Imagem, para o santificar, como o de Salomão—*Sanctificavi domum hanc, quam edificasti, ut ponerem nomen meum ibi in sempiternum* (3) deu commissão ao M.<sup>to</sup> Rev.<sup>do</sup> Dr. Vigario Geral Manoel dos Santos Rolim, M.<sup>e</sup> Escola da Sna Sé, para o benzer em huma segunda feira que se contavam 4 de Julho corrente. Para a solemnidade desta cerimonia, concorreram as comunidades com cruces alçadas, muitos clérigos, assim prebendados, como os que não eram sugeitos, ali se viram com rochetes. A nobreza da terra se encorporava com a Irmandade debaixo da Cruz da Misericórdia. Todo o clero com alvoroço, porque as lagrimas se união com as suas vozes. Sim. que se ha vozes que são lagrimas—*Quando orabas cum lacrymis* (4), tambem ha lagrimas que dão vozes—*Auribus percipe lacrymas meas* (5). Converteu-se o fabuloso á realidade, porque se no templo do amor immudecida a lingua, rompião os olhos em vivas, neste templo se exhalavão as lagrimas com vozes (era do amor excesso e faltaria ás prerogativas de Monarcha, o deixar-se manifestar

(1)—Plin. L. 36, cap 14.— (2) Gen. 26-15. = (3) Reg. 3, c. 9; v. 3. = (4) Tob. v. 12. = (5) Psal 38, 13

sem estes extremos). Magnifico dia porque se a grand'za natural dos dias se mede pelas horas, a grandeza moral se vê pelas imprezas:== *Non fuit antea=tum longa dies*=(1)

Em o 1.º dia que pela Meza foi determinado, fazer-se a trasladação, elegen por sua conta o Ill.º e R.º Sr. Cabido o fazer-se humna festa ao dito Senhor. Sem duvida, por que como a natureza nos ensina o disvello nos cultos, d'aquelles de quem recebemos o ser, gratos a sua companhia lhe tributavão tanto obzequeio; e ainda que nos beneficios fosse naquella sê a todos commum, qualquer dos dignissimos Conegos, o singularisava por particular = *Mic est affectus servi, fidelis, qui beneficia Domini sui, que Communiter data sunt omnibus quasi sibi soli praestita reputet, et quasi ipse sit omnium debitor, et pro omnibus ipse solus habeatur de compunctione cordis obnoxius* (2).

Na presença de todo o nobre plebeu congresso, canton a missa o Rev.º Sr. Deão Bartholomen Coelho de Mello fidalgo Capellão da Casa de S. Magestade, Dr. no Direito Canonico e Civil, Vigario Geral e Thezoureiro mór que então foi n'este Bispado conformando-se ao tom de 2 coros que pelas chaves de sonora melodia se percebia a solfa Gorgoriana, alem do canto de orgão que faziam. Em todos os dignissimos conegos e Rev.ºs Ministros se confundia a alegria nas vizes, com a lamentação dos clamores, pois se executava naquella tarde o que o Religioso Zorobabel contemplou em Jerusalem, depois reedificado o templo, que vira destruido=*Plurimi flebant voce magna, et vociferantes in Laetitia* (3). = Lamentavão hums, as memorias do tempo passado, vociferavão outros a gloria do tempo presente. Em o mesmo lugar se lhes percebia o gosto do canto e'o lamento da voz.=*Permissus erat sonitus ex Laetitia, et cantico, et ex lamentatione, atque clamore lugubri Confusus* =(4)=Com razão pois se ausentava de uma Capella aquella milagrosa imagem que todos os dias elles vião. Lamentos! e mais lamentos: porque o retiro da prenda amada logra as maximas de cruel martyrio. Sim! Que não dá tormento em ausentar-se o que não dá disvello em querer-se: pois pouco lembra para sentir-se o que custa pouco para estimar-se.

Na tarde do mesmo dia antes de se fazer a trasladação, foi orador d'aquella despedida o dignissimo Thezoureiro Mór Manoel Carlos do Canto e Castro, fidalgo Capellão da Casa de Sua Magestade e Provisor que foi d'este Bispado, que alem de promover os corações a lagrimas elevou os entendimentos pela ideia, que conformou com o dia e authenticou com lugares, que a não tirar-lhe a gloria, que pretendia dar-nos com o prelo, diria em summa para admirares, o que eu com bem attenção contemplei: só digo d'esta obra o que dontra semelhante (ainda que em occasião menos opportuna) asseverou Plinio—*Hoc o-*

(1) Jos. v. 14.= (2) Christ. L. 2.= (3) Esde. 3.= (4) Gasp. Sauch

*pus pulchrum, validum sublime varium elegans et purum* (1)=Sabio a procissão com a real bandeira da Misericórdia, debaixo da qual se seguiu as communidades, collegios e mais Ecclesiasticos. Os musicos em 2 coros cantando a letra=*Te-Deum*=e a estes se seguia o palio de finissima tella branca, guarnecido de franções de ouro, cujas varas erão movidas por 8 fidalgos da primeira nobreza da terra, debaixo da qual se via a sempre veneranda e milagrosa Imagem do Senhor Santo Christo, suspensa no collo do Rev.<sup>mo</sup> P.<sup>e</sup> Pregador Fr. Victal de St.<sup>a</sup> Clara, Religioso de S. Francisco, o qual o tinha levado havia 19 annos para a capella da Sé, onde esteve. Acompanhava-o o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Bispo com toda a sua comitiva e sem numero de povo, que seus pés beijava. As ruas alcatifadas de flores, guarnecidas de soldados e janellas armadas de seda. Ao sair the recolher a milagrosa Imagem, dispararam as artilherias de hum e outro castello com tanta proporção no estrondo, que ao compasso de minutos lhes accendião os artilheiros fogo.

Collocada que foi a milagrosa Imagem no throno da capella mór, a qual estava guarnecida (para se conformar com o corpo da egreja) das sedas mais preciasas de toda a ilha, lavradas com perfeita architectura de gallões de ouro e prata, que não deyxou de haver quem avaliasse pela forma de Engenheiro desde o plano the á simalha, onde se terminava a architectura, em 350 mil cruzados.

Entoaram 4 coros de musica o cantico do=*Te-Deum*=, tão uniformes na melodia, tão certos em o compasso, que por seguros nos acentos fazião mil québros nas vozes. E aqui se completou a jornada que da casa de Obdedon fez a Arca do Testamento para o real throno de Sion, applaudida com coros de musica por muitos sacerdotes, the se collocar no lugar, que lhe tinha preparado David = *Introduxerunt Arcam Domini, et imposuerunt eam in loco suo in medio tabernaculi, quod tetenderat ei David, advocavit præcipue sacerdotis* (2).

Occuparão as sombras o hemisferio, correo a noite o triste manto do escuro, para servir de pavilhão a muitas luminarias, que no templo se descobriram alem das que pelas janellas de toda a cidade se contemplavam, ou para dar franca passagem aos que entoavão muitos vivas, ou para dar lugar a que os muzicos afinassem suas cordas. O certo he que nestes dias templo e cidade erão uma çarca viva = *Videbat quod rubus arderet et non combureretur* (3).

A 11 que todo o dia foi para a despesa e apparato do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Bispo, fez Pontifical com as dignidades da Sé e assistência de toda a fidalguia de hum e outro sexo, occurrência de muito povo tanto no secular, como no ecclesiastico: na tarde se multiplicou com tanta grandeza, que cheias as tribunas, aonde podem ter lugar mil pessoas, todo

(1) Plin., L. I, Epist. 4. = (2) Reg. 2, c. 6, Gasp. Sauch. in 2 Reg. = (3) Exod. 3, 2. =



o pavimento da Igreja e plano do Presbiterio derão logar a que as fidalgas no cruzeiro tivessem assento. Estavão estas no traje estrangeiro para darem mate ao que tem de peregrinas (sendo nellas o donaire e garbo portuguez) de ricas sedas matizadas de ouro e prata. erão as roupas, e ainda assim davão logar a que reluzissem muitos diamantes, que nos afogadores trazião; e se ha dia em que o prado trajando de gala com natural impulso lisongeia o astro de quem recebe o ser. justo foi que sendo de flores o vergel, se transformassem todas em hum amor perfeito.

Foi orador o Mt.<sup>o</sup> Revd.<sup>o</sup> Padre Mestre Fr. Thomaz Branco, que remontando-se mil e duzentas vezes no pulpito, como filho de tão sublime Aguiã, n'este dia, no espaço de 2 horas. correo as 4 partes do mundo; de tão relevante obra parece que já escrevia S. Cypriano = *Habent enim opera suam linguam habent suam facundiam etiam tacent lingua* (1)=Sô digo que pela elegancia da frase, naturalidade das palavras, subido dos conceitos, asseio sem artificio, gala sem affectação, deixou absorta e suspensa a administração. *Magnorum non est: Laus sed admiratione.*

Continuarão-se os vivas, multiplicarão-se os descantes, thê que a vanguarda das luzes da Aurora puzesse em fugida a rectagnarda das escuras sombras da noite, e dourando o rutilante Planeta os elevados montes, convidou a todo o povo para novos applausos; porque era o dia em que a Real Camara desta cidade augmentando o festejo com o seu gosto lhe punha o laurel com sua presença. Sim; porque ordenou o Capitam Mayor Manoel Ignacio Paym da Camara Ornellas e Avila, que nos fortes da cidade se repartissem os Bombardeiros para que com regimen dessem fogo ás artilherias. Cantou a Missa o Dignissimo Conego Heytor Homem da Costa e Noronha fidalgo Capellão da Casa de Sua Magestade. Com diversidade foram as muzicas. porque das melhores do Reino erão as solfas. Estavão os Tympanos. Psalterios, Bonzis, Clarins, Flautas, Rabecas. Cravos, Rabequões tão afinados que na melodia, que fazião, mostrarão que de braço real era aquella festa.

Na tarde, sendo continuo o mesmo congresso assim da real presença dos Senadores, como da assistencia do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Bispo e mais Cortezãos fidalgos. que toda a Igreja guarneçiam, foi orador o M.<sup>to</sup> R.<sup>do</sup> P.<sup>o</sup> M.<sup>e</sup> Miguel Rebello da companhia de Jesus, bem mostrou que pela nova arte que expoz, se singularisa no artificio: d'elle parece já escrevia S.<sup>to</sup> Enodio=*Sufficit dignis Thricta laudatio* (2) Sim: porque erão as palavras naturaes, como sem estudo, collocadas como sem mysterio.

Descem a confusão rebuçada nas trevas, entrou o silencio disfarçado no escuro, e só as Estrellas scintilavão quando as nuvens logar lhes

(1) Cyprian.= (2) Enod. L. 3, Ep. 38.

concedião (que athé para luzirem Estrellas ha embargos nas nuvens). Ao som de trombetas e clarins corrião foguetes soltos pelos Campos aereos, dando muitas occasiões de gosto; pois pretendendo voar sem azas proprias, Icaros desgraçados se precipitavão.

Outros acrescentavão o jubilo; pois elevando-se com apparencia de muita gloria, aquellas faiscas que despedião se mudavão em lagrimas quando tristes chorosos baixavão.

Com estes e outros festejos se entreteve a noite. Correu a aurora a purpurea cortina ao oriente, como sumilher do magestoso Monarcha das luzes, para dar entrada à Irmandade da Misericórdia que como gremio tão esclarecido, não deixou de influir nestes applausos e maior lustre. Sim! Foi preciso que hum agregado de tanta supposição desse a tão grande solemnidade o mais estimavel, huma junta onde brilha a mais exquisita nobreza havia ser o esmalte da mesma soberanidade. Elegeram para desempenho de seus affectos a Religiosa Communidade de S. Francisco avaliando por fineza da devoção, que os filhos do chagado Seralim aclamasem com vivas áquelle que colloca o 5 chagas em tão grande Pay. Foi recebida na porta principal da Igreja: vinha esta debaixo da sua cruz, muitos revestidos com Dalmaticas, outros com capas de tella branca de ouro guarnecidas, acompanhada de excellentes muzicos, que uniformes levantaram o cantico=*Te Deum laudamus*, thê o verso=*Te ergo*= Canton a Missa o Mt.<sup>o</sup> Revd.<sup>o</sup> Padre Provincial Fr. Antonio da Trindade, e Mestre jubilado nesta Provincia de S. João Evangelista com a revistencia dos sugeytos graves da sua ordem, que no canto fazião sobresair o mais devoto, porque tem a muzica efficacia natural para mover a brandura os corações mais obstinados.

Depois de vespervas veio processionalmente a mesma communidade a adorar obzequiosamente aquella Imagem, e a authorizar gostosa a terminação destas festas. Sobio ao pulpito o Dr. Manoel Carlos do Canto e Castro. tão elevado segunda vez na ideia que não a podia achar mais propria para a hora, tão fecundo nos pensamentos, tão apurado nos reflexos, que nada mais pôsso dizer. que o que Plinio sabiamente declarou=*Omnia dixi cum virum dixi*=, porque sendo este orador tão sublime, ou considerado pela descendencia da natureza, ou pelo scientifico de seus actos, corallo com flores da Rhetorica, he offendello, e não ornallo; pois não he grande a formozura que se brinca, para ser por grande avaliada; sim, he a Magestade a quem coroa a soberania.

Acabado o sermão, estando junto o mesmo congresso, encerram o Senhor debaixo de hum cortinado ricamente de ouro guarnecido, e ao despedir do templo, qualquer dos do povo alternava ao Senhor Santo Christo os vivas.

Não pararam aqui os festejos, ainda que no templo se pôz neste dia termo aos applausos: porque no 5.<sup>o</sup> dia de tarde depois de forta-

lecida a Praça com tronqueiras (corro que a nobreza ha muito destinou para a cavallaria), cercado de varios palanques, guarnecidos de preciosos tapetes, e o particular de muitos camarotes com cortinados mostrou ser de gosto o applauso, pela nobreza, e mais povo, que os guarnecia. = Precederam tres mancebos Trombetas, que pregoeiros d'aquelle festejo, dando alentos a seos concavos metaes, fazião ressonasse o ar de alegres estrondos, enjos eccos publicavão o acertado de tão famoso intento pelo circũto d'aquelle corro. Seguiu-se João Pereira de Lacerda fidalgo da Casa de S. Magestade, ostentando no chapau hum cocar de plumas brancas, para dar mate ao vestido guarnecido com gallões de ouro, que tendo o vistoso nã cõr, não lhe faltava na preciosidade o rico. Vinha montado em hum ginete cavallo, informado tanto do animo de sen Snr. quanto da sua propria condição; pois no minimo meneio da redea era tão obediente, e destro no entender da perna, que tomando o campo em redondo, fazendo a volta sobre a mão direita com instincto natural, curvando as mãos, a todas as Sr.<sup>as</sup> uniforme com o cavalleiro fez cortezias; e retirando-se do Campo, sahio a tomar pòsse delle hum touro susto e terror das montanhas, tão feroz, que nas investidas que dava, todos ao cavalleiro temião; porem guarnecido de lacaios, que junto da anca do cavallo ao lado direito trazia ayroso, alegre e desenvolto ia o cavalleiro armado com hum garroxão, levando o cavallo de passo mui levantado, com tanta ferocidade o accommetteu o bruto que mostrou na carreira se coroaava com o cavallo; porem ladiando o brioso bruto para a parte esquerda, ajudado da perna de seu Snr., pondo-lhe a pontaria sobre as pontas, se cravou o proprio touro na nuca. Executada a ferida, arrimando o cavalleiro a perna direita muito ao cavallo o fez quebrar destro sobre o touro, que seguindo-o com a parte do garroxão, que lhe ficou, o percutio no focinho, thê que desembaraçado tomou outro garroxão com o qual voltou em galopes á roda d'elle sobre a mão direita apertando as voltas com segunda sorte cingio o cavalleiro o louro do triumpho.

Com estas e muitas diversidades se continuou a tarde com gosto; porque ainda quando o cavalleiro mudava o cavallo sabião duas capinhas ignotas pelas bigodeiras, que as occultavão e pondo ao divertimento muita admiração, mostraram destreza nas sortes que fazião, quando de pé a pé investidos o touro lhe dava; thê que visinhando-se o rutilante planeta ao seu sepulchro, ficando os ferozes animaes do cavalleiro e capinhas vencidos, para hum touro que no Campo para os prezos ficava, tiron o cavalleiro da espada (ainda que não ficon o minimo lacai offendido) e com toda a desenvoltura por cima do braço da redea lhe tirou uma cotillada que abertas as pás as entranhas se lhe viram. E aqui publicaram os clarins os vivas e o congresso de todo o povo d'esta tarde o applauso.

No outro dia a horas em que o sol em berço de rubins vinha nascendo (que com ser decrepito todos os dias nasce) pois como Pe-

niz (*Phenix*?) morre em proprios resplendores, tres trombetas se ouvião resonar por toda a cidade despertando aos moradores para elles acabarem os vivas; e a pôz elles se seguiam 16 fidalgos montados em soberbos cavallos, quadrupedes, ligeiros, que pisavão a terra que com alegre e airoso das cortezias convidavão a todos para n'aquella tarde pôrem termo a seus festejos: assim foi; porque burrifado o campo pelo artificio de duas bombas, em hum palanque que nelle se singularisava, se via formado pelo sonoro de dois clarins, trompas, boares, psalterio, rebecas, e baixo huma bellicosa marcha, que ou despertava o animo aos cavalleiros para o conflicto, ou inundia forças aos cavallos para as escaramuças. O certo he que montado o Capitão Diogo Alvaro Pereira de Lacerda e seu sobrinho Mathens João de Bettencourt Corrêa e Avila em destros e briosos ginetes, levando na frente 3 nettos primogenitos das familias dos Pereiras, Bettencores, Martins, que o maior não excedia a 8 annos completando o menor só 4 de idade. Ajaezados sens cavallos com notavel despeza: na sella e mais aprestos reluzia tanto a soberba do ouro, com os curiosos bordados que formavão, davão mostras de ser relevado ao martello batido, alem do que vibrava nos vestidos, que sendo de sêda, era de ouro e prata a bordadura. Com colares de brancas plumas se coroavão, que como erão padrinhos dos regimentos qualquer d'elles se ostentava com a victoria. E dando com airoso lustre volta ao campo, o deixaram com disposição para as juntas, despedindo-se uniformes com reverentes cortezias.

Entraram no campo os cavalleiros que ou movidos do impulso da sua nobreza, ou do brio natural de seus cavallos, vinham tão bem montados, que só a pintura exprimiria bem suas figuras; por que trazendo todos variedade de cocares nos chapéos, o ouro e prata lles reluzia nos vestidos (Campos de Hesperie onde, se faltavão os fructos, se vião de ouro os ramos) De veludo erão as sellas, porem do mais precioso metal tinhão as guarnições, em todas apparecia o artificio do bordado com a preciosidade do rico. Não inventou a natureza mais cores, que de fitas nas crinas dos cavallos, não formasse de grinaldas. Com preciosas adargas se cobrião, dando lugar ao meneio das lanças, com que se armavão.

Tirava por hum quadrilha João Pereira de Lacerda, e pela outra Manoel Sebastião Teyve de S. Paio, fidalgos dos mais illustres d'esta ilha, a quem seguiam os mais mantenedores, iguaes tanto na nobreza, como scientificos naquella arte, que por isso disserão os antigos, não era para Principe, o que não sabe andar a cavallo porque a todos(?)...discompõem a quem o não sabe governar, advertido do erro, sem respeitar a quem o domina; e levando qualquer d'elles o cavallo sobre os pés, sahiram pelo campo com tanta gallardia, proporção e fortaleza, passados muitos gallopes, cortaram o campo pelo meio thê que frente a frente formou cada hum o seu castello que acomettidos

4 vezes nas passagens entraram os Padrinhos a fazer separar os seus afilhados, e em quanto se sentenciava dos mantenedores a vantagem, despertaram os clarins, trompas, boazes, psalterios, rabecas, a hum volante, que no meio do campo dançando fazia mil diversidades.

Com a mesma bizzarria e destreza se trataram os cavalleiros, na escaramuça das contoadas, canas, e alcanzias; e porque nenhum dos castellos, que formavão, se cingia com particular victoria; porque era commun a todos o triumpho, tirão pelos lenços, e formando João P. de Lacerda conforme as boas regras da arte a escaramuça de hum fio de tal sorte a delineou, que mettendo dentro do seu districto o numero dos cavalleiros Manoel Sebastião de Andrade, que ficava na rectaguarda o desenvolveu com tanto primor, que continuando com a quadrilha as mesmas voltas, formou, ficando na vanguarda o mesmo castello. E por que nenhum se acclamava com particular laurel uniformes passaram o campo em huma carreira.

Bém se pode inferir de repetidos festejos, quão finos forão os cuidados do devoto Provedor e Escrivão, que intentos a acrisolarem-se em honra daquella milagrosa, e sempre veneranda Imagem, como não tiverão medida nos desejos, assim excederam a qualquer grandeza nas obras. Elles ordenaram estas festas, que ainda que se cerraram no termo d'estes dias, serão sempre perduraveis nas memorias=*Quas nec ventura silebunt=Lustra nec ignota rapiet sub nube vetustas.* (1)

Eu bem sei, discreto e sabio leitor, que devia ser a minha penna mais limada para ter no meio de taes applausos, alguma cousa de apra-sível, desculpa-me; pois conheces que o degredado na terra alheia não sabe levantar voz = *Quomodo cantabimus canticum Domini in terra aliena.* (2)

Senão gostares do estilo da narração en fico descrevendo as festas em Poesia, porque para não se sepultarem suas lembranças, são os versos da fama os mais sonoros e perduraveis = *Carmina quare tribuet fama, perens erit.* (3)

*In Authorem—«Epigr.»*

*Cedite Tiburti viridaria, cedite Tempe :  
Ver hic perpetuum Antonius perigrinus abit.  
Solvitur in flores Antoni penna, vireto  
Nemo quidem spinas colliget, ergo rosas.*

## IN HONOREM TANTI OPERIS

## Soneto

Dos festejos, que de Angra relatais  
Neste Epitome, Antonio, que fazeis,  
Chronista o mais discreto pareceis,  
Pintor o mais formoso vos mostrais:

Com Apelles Apollo equivocais,  
Pois transformando as pennas em pinceis,  
Apollo vos mostrais, no que escreveis,  
Apelles pareceis, no que pintaes.

Eu affirmara com verdade pura,  
Pegando-vos da penna, ou do pincel.  
Para sair á luz com tal pintura

Que na festa, a que dais tanto laurel,  
Só vós fizestes a melhor figura,  
Pois soubestes fazer tão bom papel.

Sou Criado de V. M.

Copia de um Manuscripto antigo pertencente ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Antonio do Rego Botelho de Faria, da cidade d'Angra.



# DOCUMENTOS ECCLESIASTICOS

DA

## ILHA DO FAYAL

---

Copia do Capitulo de uma Carta do Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Snr.  
Bispo D. José Pegado d'Azevedo, dirigido á Commu-  
nidade do Mosteiro da Gloria, na Horta; 3 de  
junho de 1809.

Mandamos por Santa Obediencia, e em virtude do Espirito Santo, e sob as penas declaradas na Nossa Carta precedente de quinze do mez passado á Madre Abbadessa actual, e futuras, que nunca mais se conceda Palratorio, ao qual concorra Herege algum seja homem, ou mulher; ainda que vão com aquella, ou que esta pessoa da nossa communhão Catholica, Apostolica, Romana: Logo que a sobredita Madre Abbadessa Madres Porteiras, Rodeiras, ou Escutas, souberem, que nos Palratorios, ou Portaria se acha Herege algum, mandarão retirar as religiosas, e fechar as portas; pena de suspensão pelo mesmo facto de seus officios, e empregos, e das mais penitencias, que ficão reservadas a nosso arbitrio, e de nossos successores.

---

Copia da Carta Regia dirigida ao Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Sr. Bispo destas ilhas dos Açores D. José Pegado de Azevedo, em decisão das contas em contestação com os religiosos franciscanos da custodia da ilha de S. Miguel; 18 de março de 1811.

Revd.<sup>o</sup> Bispo d'Angra. Amigo. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Tendo feito subir á minha Real Presença a Representação do Custodio Provincial dos Menores Observantes da Custodia da Immaculada Conceição das ilhas de S. Miguel, e Santa Maria: e semelhantemente o vosso officio de 29 de outubro do anno proximo passado com a larga exposição, a elle junta, que Me dirigistes pela Secre-

taria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, Me foi constante, haver-se excitado entre vós, e o Prelado d'aquella Custodia, contestações, e controversias sobre varios pontos rellativos jurisdicção episcopal, e ás isenções, e privilegios, que em antigos tempos forão concedidos pelos summos pontifices ás ordens regulares, e que successivamente forão depois restrictos, e minorados pelo Conc. de Trento, e subsequentes Bullas, por se ter julgado assim conveniente ao serviço de Deus e bom regimen da S. Igreja. E tendo Eu tomado na minha Real Consideração tudo quanto me foi exposto por huma, e outra parte, não podia deixar de Me ser penoso ver: que no momento, em que a Igreja soffre a pungente dôr, a amargura, e as tribulações, que vós são constantes; e no preiso tempo em que os fieis dirigidos pelas sabias, e religiosas instrucções dos seus pastores, deverião rennir-se em corpo, e espirito, para fazer chegar á presença do Altissimo preces e orações fervorosas, e incessantes, para obterem da Misericordia Divina o socego da mesma Igreja, e a restituição do chefe visivel della, ao rebanho, de que foi cruelmente separado; sejam os prellados os que, devendo dar o exemplo da resignação, da humildade, da mansidão, e de fraternidade tão recommendada por Jesus Christo, e inculcada com o seu exemplo, se distrahão os deveres, que conviria praticassem, insensíveis aos gemidos da Igreja, ao pranto, e soluços da humanidade, para se occuparem de questões de prerogativas, e de privilegios, na discussão dos quaes mais parece divizar-se o espirito de rixa, e de discórdia, que o de paz, e conciliação! Sendo tanto mais improprio, e censuravel, suscitarem-se taes controversias, quando se considera, que ellas se achavão já, como a todos he constante, resolvidas, assim pelos canones do Concilio, como por determinações pontificias, subsequentemente promulgadas por Papas tão respeitaveis pelas suas grandes, e exemplares virtudes e consummada sciencia, mandadas observar pelas Minhas Reaes Leis, e especialmente pelo Alvará de 23 de setembro de 1793: mas observando Eu, pelas já mencionadas representações, que a renovação de taes questões se pretextava com a opinião de que os Rescriptos, e Bullas pontificias, que sabiamente as havião decidido, se não achavão recebidas nos Meus Reinos, e Dominios; e que portanto nenhum vigor tinhão taes disposições; Entendi, fazer-vos saber, que conformando-Me com a doutrina da Igreja, e pertencendo-Me, como defensor della, e protector dos seus sagrados canones, fazer observar as decisões que em taes materias competem á authoridade, e poder legislativo da Igreja; Tenho determinado, com a sandavel intenção de manter a paz, socego, e perfeita intelligencia, que deve subsistir entre as differentes Corporações Ecclesiasticas, maiormente nas Regulares, que tantos e tão eminentes serviços tem prestado á Igreja, e ao Estado, em quanto se cingirão aos sabios institutos, dos seus santos, e respeitaveis fundadores: que se observem estrictamente as determinações do Conc. de Trento expressas na



Sess. 23 cap. 15 e na Sess. 24 cap. 4 de reformatione; e semelhantemente as subseqüentes determinações, que regularão, e decidirão os diversos pontos controversos entre os bispos e regulares, e se achão expressa e terminantemente declarados, e resolvidos nas Bullas Pontificias = *Inscrutabili Dei Providentia* = de Gregorio 15.º de 5 de fevereiro de 1622, e na que começa pelas palavras = *Superna magni Patris familias* = de Clemente 10.º de 21 de junho de 1670. pela qual, entre outras sabias, e providentes disposições, se determina, que os regulares não possam confessar as religiosas das suas respectivas ordens, sujeitas à obediencia delles regulares, sem que preceda a especial approvação do Bispo Diocesano, sem que a esta determinação possa obstar o Breve suspensivo = *Alias a felicis* = de Urbano 8.º de 3 de março de 1625, produzido na Representação. que o Custodio Provincial dos Menores Observantes da Custodia da Immaculada Conceição das Ilhas de St.<sup>a</sup> Miguel e S. Maria dirigio á Minha Real Presença; pois que o referido Breve unicamente suspensivo da Bulla = *Inscrutabili* = se acha revogado por outro Breve de 11 d'agosto de 1735 do S.<sup>to</sup> P.<sup>o</sup> Clemente 12.º que começa pelas palavras = *Admonet Nos* = a que precederão os mais serios exames, e discussões da Congregação do Conc., e posto que pareça, que este Breve se não desse á execução nos Meos Reinos, e Dominios, por motivo de Contestações, que então se suscitirão, e que derão occasião ao expediente, adoptado pela Curia Romana, de as substar por hum Dilata: não pode este incidente obstar ás disposições das citadas Bullas, renovadas pelo referido Breve = *Admonet Nos* = por isso que tal suspensão só se referia aos pleitos, e procedimentos praticados pelo Patriarcha de Lisboa com os Religiosos Franciscanos da Provincia de Portugal; accrescendo haver En pelo Meu Alvará de 23 de setembro de 1793, por consideração aos graves damnos, e desassocego. que resultava á Igreja, e ao Estado de se não haver tomado até então a final, e decisiva determinação sobre esta materia, resolvido. que inteira, e exactamente se cumprissem, e guardassem, sem falta alguma, as determinações do Conc. e das Bullas mais modernas, que fixarão a disciplina sobre esta materia, taes, como as já citadas Bullas = *Inscrutabili Dei Providentia* = *Superna magni Patris familias* = e o Breve = *Admonet Nos* = Convem com tudo advertir-vos, que pelas disposições das mesmas Bullas vos não he licito embaraçar huma corporação inteira de pregar nas Igrejas dos seus conventos: nem tambem de inhibir a todos os religiosos de hum claustro da faculdade de confessar: recommendando-vos como mui seriamente vos recommendo, que no cumprimento desta parte da vossa jurisdicção hajais de praticar aquella paz, cordialidade, e mansidão, que o Principe dos Apostolos tanto recommenda aos Bispos: devendo ser unicamente o espirito, e zelo pela salvação das Almas o que haja de vos dirigir no exercicio do vosso Ministerio: e de nenhuma forma a sede de dominação: o que assim. Me pareceo. participar

vos para vossa intelligencia, e sua devida execução. Escripta no Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Março de 1811. = Príncipe = Para o Rev.<sup>do</sup> Bispo de Angra.

(*Está Registada no L.<sup>o</sup> das Memorias do Convento do Carmo da Horta, ilha do Faial, principiadas em 1808 a f. 22—Manuscripto.*)

N. Está prohibido pela S. M.<sup>e</sup> Igreja que as Religiosas de huma Ordem possuão novamente professar em outra diversa, nem alistar-se em alguma Irmandade, como do Rosario, da Correia, ou do Bentinho; por Decreto da Sagrada Congregação de 17 de Outubro de 1693, como traz Ferrary, verbo=*Monialis*=art. 6, N.<sup>o</sup> 13. Subsestindo a primeira Profissão Religiosa, a segunda he desnecessaria, e nulla; e sendo nulla, nenhunas Indulgencias se lucrão em virtude della.

### Sobre a fuga d'uma Freira do Convento de S. João Baptista na Horta

Nós Deão Presidente, Dignidades, e Cabido da Cathedral do S.<sup>mo</sup> Salvador desta Cidade de Angra sede *Episcopali vacante*, &.

Fazemos saber ás Reverendas Abbadessas, e mais Religiosas assim da Nossa jurisdição Ordinaria, como das sujeitas a outros Prelados desta diocese, que ao Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Prelado defuncto foi dirigido hum Real Aviso pela Secretaria d'Estado dos Negocios Ultramarinos em data de 29 de Outubro de 1810, em que S. A. R. dá certas providencias sobre a guarda da clausura Religiosa, cujo he do theor seguinte:

Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Senhor.—Pelos officios do governador e Capitão General das Ilhas dos Açores ultimamente recebidos, que levei á Augusta Presença de S. A. R. Principe Regente Nosso Senhor, ouvio S. A. R. com grande desprazer seu, assim a noticia do rapto de huma Religiosa do Mosteiro de S. João Baptista da Ilha do Faial, como a relação das circumstancias que precedêrão este acontecimento, e constão tanto da Carta do Provincial dos Menores Fr. Thomaz do Rozario, escripta ao mesmo governador, e Capitão General, como dos Antos da Devassa, a que sobre este cazo se mandou proceder; e não podendo o Pio, e Religioso Animo de S. A. R. deixar de se affligir á vista de hum tal desacato, lhe não foi menos sensivel a consideração de que a repetição de tão escandalosos procedimentos, como são os que se tem praticado nessas Ilhas, e que felizmente se não tem imitado em outras partes dos seus Dominios, ao menos com tanta frequencia, e desenvoltura, indica a existencia de huma culpavel, e mui reprehensivel relaxação da observancia dos Institutos Religiosos: Pelo contexto da

mesma Devassa foi constante a S. A. R. a desenvoltura, com que nesses Mosteiros se quebrantão as regras da Clausura, consentindo-se não só nma continua e franca assistencia das Religiosas nas grades em que recebem toda a qualidade de pessoas excepção de estrangeiros e de differente communhão, mas tolerando-se com notavel escandalo, que no Adro das Igrejas, e das ruas publicas se entreteinhão correspondencias illicitas por acenos para as janellas conventuaes, e das Cellas das Religiosas, nem de outro modo poderia effectuar-se a seducção, e rapto d'aquellas infelizes não sendo o da relaxação, que infelizmente e com grande descredito dos Prelados se tolera nos Mosteiros, que em outros tempos se respeitavão, como o azilo da virtude, e que agora parece terem-se convertido em receptaculos da irreligião e da impureza.

Ao Governador e Capitão General Manda S. A. R. expedir as ordens, que julgou necessarias para fazer obsevar as Leis que o mesmo Senhor e os Seus Augustos Predecessores promulgarão para regular as acções dos seus vassallos segundo os principios da virtude e moralidade, e para cohibir, e punir os que os transgredissem, não omittindo o mesmo Senhor a Providencia de mandar seriamente advertir aos Magistrados, que constasse terem sido descuidados em fazer observar a Legislação Moral d'estes Reinos, e com especialidade a que se acha transcripta na Ordenação do Liv. 5.<sup>o</sup>, tit. 15, e Leis Extravagantes, que com ellas concordão, por serem as que tem huma relação directa com os tristes acontecimentos, que derão occasião a taes recommendações.

Na qualidade de Soberano, de Protector dos Canones; e de Defensor da Disciplina da Igreja se não pode S. A. R. dispensar de recomendar a V. Ex.<sup>a</sup> toda aquêlle vigilancia, zêlo, e desvêlo, que V. Ex.<sup>a</sup> na qualidade de Pastor deve empregar para que se não tresmalhem as Ovelhas, que Jesus Christo confiou a V. Ex.<sup>a</sup> chamando-o para o Episcopado. As Ordens Religiosas, quaesquer que sejam as suas isenções, constituem huma parte integrante do Rebanho, de que V. Ex.<sup>a</sup> hade responder. As Disposições da memoravel Bulla de S. Pio 5.<sup>o</sup> sobre a Clausura, as faculdades, que ella commette aos Bispos, as Determinações do Concilio de Trento sobre esta importante materia, são amplamente conhecidas por V. Ex.<sup>a</sup> e fazem que seja desnecessario mencionallas mais circumstanciadamente.

Convem portanto para evitar tão perniciosos escandalos, tão horriveis profanações, que não podem deixar de concorrer para acelerar o despreso das cousas Sanctas, a irreligião, e a immoralidade, origem funesta da Revolução Social, e Religiosa, que procura derrubar o Throno, e o Altar, que V. Ex.<sup>a</sup> empregando aquella efficacia e zêlo pela causa do Senhor de que V. Ex.<sup>a</sup> tem dado mui distinctas provas, se occupa mui seriamente da restauração do Observancia das Instituições Religiosas, devendo merecer a V. Ex.<sup>a</sup> particular attenção

a da Clauzura restituindo-a á mesma estabelecida pelos seus respectivos Fundadores, cohibindo-se a frequencia das grades, e a indistincta concorrência de pessoas, que alli se admittem com grande escandalo, e com grande detrimento da regularidade, e recolhimento que devem observar os que se dedicação á austeridade e perfeição da vida Monastica, Cantella, que desde os primeiros Concilios observou a Igreja com ciúme ao ponto de recommendar pelo Canon 27 do Conc. de Cartago, que as Vizitas dos Bispos ás Virgens, e Viúvas fossem feitas na presença de Clerigos. ou de outras pessoas graves, não permittindo tambem que nos Conventos de Religiosas sujeitas a superiores Religiosos se consintão Frades, posto que da mesma Ordem. nas Portarias, e Palratorios. á excepção do Abbade, ou superior na presença de duas, ou tres Religiosas de conhecida virtude.

As Disposições dos providentes Canones, ordenados em Concilios Geraes tão respeitaveis, como os Lateranenses, e recentemente o de Trento, tanto sobre a necessidade de celebrar Capitulos Geraes triennialmente e se effectuarem as Visitas dos Mosteiro para se proceder á Reforma da observancia regular, parece não terem servido nestes ultimos tempos mais que de sancionar a relaxação, como se manifesta pela repetição de excessos de immoralidade, commettidos nos Claustros; males, que se poderião ter evitado, se por huma fatalidade lamentavel se não tivesse deixado cair no esquecimento e no desuzo as sabias Disposições insertas na Sessão 23 do Concilio de Trento sobre a reforma dos Regulares, e sobre a faculdade, que aos Bispos compete de cohibir os abusos resultantes da inobservancia d'aquelles saudaveis Decretos.

Por tanto Determina S. A. R. que V. Ex.<sup>a</sup> haja de tomar este importante negocio na mais seria consideração, occupando-se V. Ex.<sup>a</sup> desde logo de prover aos meios, que julgar mais conducentes, e Canonico para a restauração da observancia regular, havendo S. A. R., para que V. Ex.<sup>a</sup> não encontre obstaculos neste interessante trabalho, feito advertir ás auctoridades seculares para que cumprão, e fação observar as Leis, que se achão em vigor sobre esta materia; e espera o mesmo Snr. que V. Ex.<sup>a</sup> haja de levar regularmente á Sua Real Presença, e faça constar o progresso, e melhoramento que confia do zelo, e virtudes de V. Ex.<sup>a</sup> e não menos da efficacia, e promptidão, com que V. Ex.<sup>a</sup> deverá proceder em hum negocio, que competindo á Jurisdicção Pastoral de V. Ex.<sup>a</sup> lhe he recommendado, como huma obra interessantissima ao serviço de D.<sup>s</sup> e ao Soberano, Deos guarde a V. Ex.<sup>a</sup>. Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1810. = Conde das Galveas=Senr. Bispo de Angra.»

E como estamos informados que as Determinações de S. A. R. não forão promulgadas, nem executadas, nem patenteadas por modo algum ás mesmas Religiosas de sorte que estas viessem na intelligencia do seu devido recolhimento recommendado pelos Sagrados Conci-

lios, Sumos Pontífices, pelos seus Instituidores, e mesmo pelas nossas Leis Patrias, e da Real Mente do Pio, e Devoto Soberano, o Protector dos Canones, e da Santa Igreja, e dos Corpos Religiosos deste Reino, o Augusto Principe Regente Nosso Senhor; por isso lhas fazemos patentes por meio desta Nossa Carta executorial, pela qual Ordenamos, e recommendamos a cada um dos Prelados, e das Preladas, das Religiosas desta Diocese, que fação cumprir, e guardar tudo, quanto se acha estabelecido nos Sagrados Canones, e Bullas Pontificias nas suas respectivas regras, e Estatutos sobre a Clausura, sem falta, ou mingua alguma: o que determinamos, e recommendamos. como Primario Ordinario desta Diocese, a quem está encarregada a Jurisdição da mesma Clausura na forma de Direito: pelo que impomos a cada huma das Religiosas, e suas Preladas o preceito formal da Santa Obediencia para assim cumprirmos: o que Sua Alteza Determina no Seu Aviso, a quem damos toda a sua devida execução. Outro sim Mandamos, que esta Nossa Pastoral seja registrada nos livros das Eleições, para que os Visitadores, e Presidentes das mesmas procurem pela sua execução, e a intímem ás nossas Preladas para as fazerem observar, e que no principio de cada mez seja lida na hora da refeição espiritual. O Nosso Rd.<sup>o</sup> D.<sup>or</sup> Vigario Geral sera hum fiel Guarda da sua Observancia nesta Cidade e os Rd.<sup>os</sup> Ouvidores em cada hum dos seus Districtos, sem que possam alegar a falta de sciencia da sua infracção por senão acharem residindo nas Cidades, ou Villas, aonde existem os Conventos, pois que a sua obrigação he residirem nas mesmas conforme as Reaes Determinações. De qualquer pequena infracção nos darão parte para logo acudirmos: e nos casos, que não soffrerem demora pela sua publicidade, darão promptas providencias, reccorrendo aos Ministros Territoriaes para lhe darem aquella ajuda, que S. A. R. determina no caso de a precisarem, dando nos igualmente parte de todo o acontecido, para o pormos na Augusta Presença de S. A. R. Cumpra-se, e depois de Registrada em cada hum dos Conventos, será remetida á Secretaria desta Meza com Certidão em como foi publicada em acto de Communnidade a som de Campa tangida. Dada em Angra sob sello da Meza Capitular e Signaes dos Rd.<sup>os</sup> Assignadores em 18 de Agosto de 1812. E eu o Conego Manoel Machado Diuiz Secretario do Ill.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Cabido e Escrivão da Camara Ecclesiastica a subscrevi.—O Deão José Maria de Betencourt Vasconcellos Lemos—Lugar do sello—O Thesoureiro Mór João José da Cunha Ferraz—Carta Pastoral, por que V. S. he servido Mandar intimar a todas as Preladas dos Conventos deste Bispado e seus superiores o Real Aviso por que S. A. R. he servido dar as Providencias necessarias sobre a guarda da Clausura deste mesmo Bispado. &.<sup>a</sup> Para V. S.<sup>a</sup> Ver—S. e Sig.<sup>es</sup>—

Confere com a propria, a que me reporto, com a qual eu, e a Rvd.<sup>a</sup> Abb.<sup>a</sup> deste Mosteiro Joanna Flora Matildes esta conferi, e vai

na verdade sem cousa, que duvida faça escripta em cinco folhas deste Livro das Eleições. Em fê, e verdade do que me assigno, e a mesma Revd.<sup>a</sup> Abbadessa aos 22 de setembro de 1812. Felicia Thomazia Perpetua, Escrivãa deste Mosteiro a subscrevi.

Felicia Thomazia Perpetua, Escrivãa = Couferida Perpetua = Comigo Joanna Flora Mathildes, Abbadessa.

(Os documentos desde pag. 464 foram extrahidos de um vol. manuscrito in-4.º, contendo copias dos Estatutos, Vizitas e Pastoraes, lançados no livro competente do Convento de Nossa Senhora da Gloria da Villa do Fayal, de folhas 100 a 107.)



# INSTALLAÇÃO DO REGIMEN LIBERAL

NA

## ILHA DO FAYAL EM 1821

---

A revolução, que rebentou na cidade do Porto no dia 24 d'agosto de 1820, foi seguida por todo o paiz com verdadeiro enthusiasmo. A nação via com magna a permanencia da côrte no Rio de Janeiro, o dominio dos inglezes, e as naturaes consequencias d'esta situação anormal e prejudicialissima aos interesses geraes.

Infelizmente a revolução liberal não foi logo proclamada nos Açores, sendo até Angra do Heroismo o theatro de scenas tumultuosas e sanguinolentas por causa dos sentimentos absolutistas do capitão general Stockler, aliás homem de vastos conhecimentos. No Fayal teve logar o reconhecimento do novo estado politico no dia 12 de maio de 1821, como se relata no incluso officio dos vogaes da junta governativa, dirigido á regencia do reino:

«Ill.<sup>mos</sup> e Ex.<sup>mos</sup> Sr.<sup>s</sup>—Temos a gloria de participar a V. Ex.<sup>as</sup> que havendo chegado a esta ilha do Fayal os dois brigues nacionaes *Tejo* e *Providencia* na tarde do dia 11 do corrente, e sendo recebidos pelo governador com a hospitalidade devida e sempre praticada com os navios do estado, apesar da contradicção, que indica o paragrapho do officio do governador e capitão general, junto por copia n.º 1, aconteceu que no dia seguinte, em meia tarde, tendo concorrido um consideravel numero de pessoas da nobreza e povo d'esta villa ao desembarque do commandante em chefe e mais officiaes dos ditos brigues, para lhes fazerem o cortejo até o quartel do dito governador, ahi foi que áquellas pessoas se aggregou uma multidão de outros de todas as classes, em que estavam muitos officiaes do regimento de milicias, e todos com o mais vivo enthusiasmo clamaram a uma voz: —Viva El-Rei D. João 6.º, viva a constituição portugueza, viva a nossa santa religião, vivam as côrtes do reino, viva a dynastia da casa de Bragança.

Não se oppoz o governador, nem podia, a tão repentina declaração, que então estava suffocada pelas medidas de terror tomadas pelo sobredito capitão general, e apoiadas pelo tenente coronel João Pereira de Mattos Ritte, que a esse fim se julgou mandado por elle a es-

ta ilha, com seu sobrinho Christiano José Garção, a titulo de disciplinar a tropa; e por isso requereu logo todo o povo, que se lançasse mão d'aquelle official, e se pozesse em custodia a bordo do brigue, para se evitarem as consequencias da sua auctoridade sobre as armas.

Foi auxiliado este requerimento pelo povo, pelo commandante do brigue, e logo se executou a pretendida custodia sem a menor resistencia da parte do official.

Já então se annunciava ao publico a suspirada declaração por uma salva de 21 tiros de canhão do castello de Santa Cruz, que foi correspondida por ambos os brigues, sendo o alvoroço e alegria de todos que publicamente se abraçavam e congratulavam sem a mais leve opposição de armas nem de palavras.

Immediatamente se dobrou o sino do paço da câmara, aonde concorreram o Juiz pela ordenação, e vereadores com o procurador do concelho, o governador com todos os officiaes do regimento de milicias e da companhia franca, os commandantes dos brigues com a sua officialidade, o ouvidor ecclesiastico e vigario da Matriz com o clero da sua egreja, os desembargadores Manoel José d'Arriaga Brum da Silveira, Manoel Garcia da Rosa e João Manoel da Camara Berquó, toda a nobreza e povo que encheu o paço da câmara e praça, vendo-se ao mesmo tempo (por que já então era noite) toda a villa e templos illuminados, com frequentes repiques de sinos e salvas do castello e brigues, a que correspondiam as vozes de todo o povo, que assim na Praça como na janella do paço não cessavam de repetir os mesmos vivas em demonstração do seu regosijo por tanto tempo supprimido.

Proceden-se então a lavar o auto competente n.º 2, que aqui se ajunta por certidão, a que todos unanimemente prestaram o juramento na forma que elle contem.

Como porém abraçando nós, como dezejavamos, o systema constitucional, felizmente ficavamos livre do governo de Angra, era necessario proceder á eleição de um governo provisorio que houvesse de supprir n'esta ilha a falta d'aquelle nas dependencias politicas e de fazenda, por ser o governo aqui estabelecido subalterno.

E sendo proposta esta moção ao povo pelo Juiz por bem da lei, foram eleitos para membros d'esse governo os nomeados no auto n.º 3, que aceitaram a eleição e prestaram juramento na forma que d'elle consta.

No dia seguinte concorreram á egreja Matriz as auctoridades, o corpo da camara, todo o clero das trez freguezias d'esta villa, as corporações religiosas, os commandantes e officiaes dos dois brigues, o regimento de milicias e companhia franca, a nobreza e povo que encheram o templo e adro. Subiu então ao pulpito o ouvidor ecclesiastico e vigario da dita Matriz, e recitou uma oração analogá á solemnidade do dia, por ser o anniversario do nascimento do nosso augusto monar-



cha, e o mesmo em que celebramos a nossa regeneração e fiel adhesão á causa de Portugal. Foi concluido finalmente este acto com o hymno Te-Deum, que solememente se cantou por tão faustos e plausiveis motivos.

Assim está estabelecido n'esta ilha o systema constitucional, que este governo privisorio rigorosamente sustenta, e que fixar, tomando a esse fim as mais adequadas medidas, e que possam eaber em nossa restricta auctoridade.

O que tudo levamos á respeitavel presença de V. Ex.<sup>as</sup> por mão do capitão de milicias Antonio Garcia da Rosa, official benemerito, e proprietario abastado d'esta ilha, que voluntariamente se offereceu para esta missão, havendo tido uma grande parte no successo do dia 12 da nossa regeneração, fazendo-se por tudo digno da attenção do soberano congresso, e de V. Ex.<sup>as</sup> a quem rogamos o acreditem e reconheçam como tal, dignando-se egualmente communicar ao soberano congresso das côrtes este nosso accordo á causa da nação, e a nossa firme união, fidelidade e obediencia ao mesmo soberano congresso.

Deus guarde a V. Ex.<sup>as</sup> por muitos annos. Fayal 21 de maio de 1821.—Ill.<sup>mos</sup> e Ex.<sup>mos</sup> Sr.<sup>s</sup> presidente e membros da regencia do reino.—José Roberto Pires Alves de Miranda = Telles = Terra = Silva = Berquó = Ribeiro = Medeiros,

(*Almanack do Fayalense para 1873*, pag. 149 a 152).



# MOVIMENTO LIBERAL NOS AÇORES

(Continuado de pag. 400)

## Auto d'acclamação da Rainha D. Maria II na Villa de Santa Cruz, nas Flores; 11 de setembro de 1831.

Francisco Antonio Fialho, Secretário da Camara Municipal desta Villa de Santa Cruz da Ilha das Flores &c. Certifico e porto fê em como revendo o livro actual, que serve de accordãos desta mesma Camara a fl. 32 até 35, se acha o auto de acclamação da SNR.<sup>a</sup> D. MARIA II RAINHA d'este Reino de Portugal, cujo theor de *verbo ad verbum* he da forma e maneira seguinte.—Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e hum, aos onze dias do mez de Setembro do dito anno, nesta Villa de Santa Cruz; Ilha das Flores, em Camara presentes o Presidente della o Dr. Juiz de Fôra, José Joaquim d'Almeida Moura Continho, Vereadores Antonio José Armas, Sebastião Antonio da Silveira, estes actuaes; Francisco Antonio Furtado Mendonça da pauta passada, no impedimento do Vereador segundo, Francisco Antonio de Vasconcellos, o Procurador Ricardo José Alves; e igualmente os Juizes Almotaceis, e o Promotor da Justiça; e bem assim todas as mais pessoas nobres tanto do Clero, como Milicia, e o povo destas duas Ilhas, por haverem sido convocadas a accordo geral: aqui sendo todos presentes por elle Doutor Juiz de Fora, depois de haver mostrado os incontestaveis direitos da SENHORA DONA MARIA SEGUNDA á Coroa Portuguesa, e declarado o fim deste mesmo accordo foi dito que havendo os Povos destas duas Ilhas acclamado no dia 22 de Julho do corrente anno, espontaneamente A SENHORA DONA MARIA SEGUNDA LEGITIMA RAINHA DE PORTUGAL, subtrahindo-se ao jugo do usurpador, fazendo-se disto hum auto, havião ficado em aberto os autos revolucionarios, que o medo só e a violencia poderão conseguir em favor de Dom Miguel; e que existia assim huma anomalia terrivel, não só perigosa, mas de pouca honra e credito aos habitantes destas duas Ilhas; e porque não podia ser da intenção destes Povos que semelhantes cousas assim continuassem a existir, propunha se accordasse por accordo público e geral que se trancassem e aspassem aquelles autos, para delles mais não haver

memoria; e logo sendo ponderada a dita proposta foi decidido por todos unanimemente a seguinte—Que accordão os do presente accordo geral que se tranquem, e assem os autos de vereação de sete de Junho de mil oitocentos e vinte e oito; e de vinte e oito de Outubro do mesmo anno, em fôrma que mais senão possam ler; para que assim se consiga a extincção da memoria da sua existencia, e porque nas eras futuras não conste ao menos legalmente a aclamação como Rei de um usurpador, que desprezando mil juramentos e promessas se levantou perfidamente com o deposito que seu AUGUSTO IRMÃO E SOBERANO lhe havia confiado, e derrubou A CARTA CONSTITUCIONAL, acclamando-se e fazendo-se Rei pelos mais indignos e torpes meios, em despeito dos reconhecidos direitos da MUITO ALTA E PODEROSA SENHORA DONA MARIA SEGUNDA, A QUEM PROCLAMÃO RAINHA DESTES REINOS COM A CARTA CONSTITUCIONAL e na fôrma da mesma; e a quem unicamente reconhecem LEGITIMA SOBERANA; que outro sim accordão que este trancamento se faça neste auto, e neste publico accordo cobrindo-se com tinta os mesmos autos e suas assignaturas, de fôrma que se não possam ler; o que se cumprio e executou do que eu Escrivão dou minha fê; e desta fôrma houverão este auto por findo, accordando mais que em igual dia do de hoje de todos os annos houvesse Camara extraordinaria para assistir a hum *Te Deum* em acção de graças, pela exaltação da LEGITIMA RAINHA A SENHORA DONA MARIA SEGUNDA, e anniquilação da usurpação; e para constar mandarão os Officiaes da Camara lavrar este auto de accordo geral, que hão de assignar, e todas as mais pessoas presentes. Eu Antonio José de Freitas Henriques Costa, Escrivão da Camara o escrevi.—O Juiz de Fôra Presidente José Joaquim d'Almeida Moura Coutinho.—Antonio José Armas.—Sebastião Antonio da Silveira.—Francisco Antonio Furtado de Mendonça.—Ricardo José Alves.—Antonio José de Freitas Henriques Costa.—O promotor da Justiça Laureanno José de Freitas Henriques.—O Almotacel Antonio Theodoro de Mesquita Henriques.—(*Seguem-se mais cento e dez assignaturas, sendo apenas trinta e duas de cruz*). E não continha mais nem menos o dito auto e suas assignaturas do que o que vai fielmente escrito, sem borrão, ou entrelinha, ou cousa que duvida faça, a cujo livro me reporto no Archivo da Camara, em fê do que passo a presente nesta Villa de Santa Cruz aos 22 do mez de Fevereiro de 1832. E eu Francisco Antonio Fialho Secretario da Camara que a fiz escrever e subscrevi e assigno. Francisco Antonio Fialho.

N.B. Auto de igual theor se fez na Camara da Villa das Lages em do mesmo mez a que assisti, havendo nelle sessenta e duas assignaturas sendo sômente vinte e sete de cruz.

(*Manifesto do bacharel José Joaquim d'Almeida Moura Coutinho, Lisboa, 1834, pag. 57 a 60.*)

# VIAGEM DO PRINCIPE DE MONACO

## À ILHA GRACIOSA

EM MARÇO DE 1879

---

No dia primeiro d'este mez, ás duas horas da tarde, ancorou no porto da villa da Praia d'esta ilha o iacht de recreio *Hirondelle* de que é commandante e proprietario S. Alteza o principe de Monaco. Indo a bordo o chefe da delegação da alfandega com o fiscal da secção e mais 2 cavalheiros, S. A. offereceu-lhes para entrarem no seu navio, honra que acceitaram; conduzidos ao salão manifestou-lhes o principe o desejo de vêr o vulcão extincto que existe n'esta ilha no lugar denominado a Caldeira.

Dadas as informações que a tal respeito o principe lhes pedin, e como o tempo estivesse chuvoso, S. Alteza marcou o dia seguinte pela manhã para a excursão que projectava.

Foi immediatamente posto ao seu serviço o escaler da alfandega. Depois de recebidas as ordens do principe, que se mostrou de uma extrema amabilidade, retiram-se aquelles cavalheiros para terra vindo trazer a seus amigos tão alegre noticia.

Era a primeira vez que á ilha Graciosa aportava um principe; por isso, por todos, pequenos e grandes, foi bem recebida aquella feliz nova.

No dia seguinte, ainda quando mal se preparavam para a recepção de tão illustre personagem, já S. Alteza, vindo no seu escaler e acompanhado do seu ajudante de campo Ernesto Plati, punha pé em terra. Seriam sete horas da manhã.

Apenas o principe desembarcou, logo o sr. agente consular dos Estados Unidos da America, o exm.<sup>o</sup> José de Castro Canto e Mello, unico cavalheiro que vira o principe em terra—pois a tal hora ninguem o esperava—dirigiu-se S. Alteza pedindo-lhe fizesse a honra de acceitar a sua habitação, caso sua Alteza n'ella se quizesse preparar para a digressão que pretendia fazer. O principe acceitou muito satisfeito.

Ali, passado pouco tempo, foi S. Alteza cumprimentado pelos

exm.<sup>os</sup> srs. José João de Simas e Cunha, um dos principaes cavalheiros d'esta ilha, que por si e como presidente da junta de parochia vinha felicitar e agradecer a S. Alteza a honra que dava à ilha Graciosa visitando-a, Manoel de Simas e Cunha, 2.<sup>o</sup> official da alfandega d'Angra do Heroísmo, chefe da delegação, dr. Augusto Feio Soares de Azevedo, delegado de saude, Estevam Borges do Canto, fiscal, chefe de secção, José João da Cunha Vasconcellos, Thomaz José da Silva, 3.<sup>o</sup> official da alfandega d'Angra do Heroísmo, em serviço na delegação e outros cavalheiros, cujos nomes nos não recordam agora. S. Alteza a todos recebeu com a maxima delicadeza, agradecendo a todos as provas de consideração e respeito que lhe davam.

Eram, pouco mais ou menos, nove horas, quando S. Alteza, tendo dispensado os meios de transporte que se lhe offereceu, partiu a pé para a Caldeira acompanhado pelo seu ajudante de campo e pelos srs. dr. Azevedo, José João da Cunha Vasconcellos, Jeronymo de Castro, Manoel Mesquita e Estevam Borges do Canto, não indo os outros cavalheiros por causa de incommodos de saude e pelo tempo estar de chuva.

N'este curto mas fadigoso passeio revelou o principe a infatigabilidade dos grandes caminhantes a cujo numero pertence: ao subir uma encosta bastante ingreme, notou algúem que a ascensão se ia tornando enfadonha, ao que respondeu o sr. Ernesto Plati que o principe estava costumado a andar muito, que na Africa onde havia pouco estivera, tinha feito excursões a pé de trinta e quarenta dias, que tendo uma libra de viveres por dia e uma pouca de agua estava prompto a percorrer o espaço que quizesse, tanto em plainos como em subidas.

E, effectivamente, lá foi sempre adiante de todos e subindo com a maxima facilidade.

Para se entreterem, iam o principe e seu ajudante de campo atirando aos passaros que tinham a infelicidade de n'aquella occasião passarem ao alcance de suas magnificas carabinas. Mataram muitos mostrando-se o principe excellente atirador e grande entusiasta pela caça.

Chegados que foram á cratera e preparadas as cordas, desceu o sr. Vasconcellos e em seguida S. Alteza, que não obstante ser a descida de mais de cincoenta metros por uma rocha perfeitamente perpendicular e estar com uma mão bastante magoada, quiz ir admirar aquella maravilha; fez a descida corajosamente, com o animo proprio de um *touriste* da sua tempera; depois foram tambem os exm.<sup>os</sup> Ernesto Plati e dr. Azevedo.

Decorrido o tempo preciso para S. Alteza examinar bem aquella portentosa obra da natureza, effectnou-se a ascensão sem o mais leve incidente.

O principe declarou que era a primeira cousa que n'aquelle genero tinha visto.

Do alto da serra que domina o valle da cratera gosou S. Alteza os ridentes panoramas que por toda a parte se desenrolam formosissimos á vista do observador.

No seu regresso a casa do sr. agente consular dos Estados Unidos foi recebido pelo snr. primeiro juiz substituto do de direito, o exm.<sup>o</sup> dr. João Alvaro de Brito d'Albuquerque e pelos cavalheiros a quem já tinha feito a honra de receber.

Passados alguns instantes pedin o sr. Castro a S. Alteza' lhe fizesse a honra de tomar um copo d'agua em sua casa; o principe accedeu passando com elle todos os cavalheiros ali presentes a uma magnifica sala de jantar onde estava servido um esplendido lunch.

S. Alteza tomando logar na cabeceira da meza concedeu aos demais cavalheiros a honra de seus convivas; sentaram-se todos ficando vis-a-vis do principe o sr. Castro, á direita o sr. delegado de saude e á esquerda o seu ajudante de campo.

No começo do lunch dirigiu o principe algumas phrazes amaveis ao sr. Castro a proposito da boa symetria e profusão da meza.

Antes de terminar o lunch pedin o sr. Castro licença a Sua Alteza para fazer um brinde, ao que annuindo o principe o sr. Castro dirigiu-o a S. Alteza o principe herdeiro de Monaco, a sua illustre familia, e ás prosperidades da sua casa.

S. Alteza agradeceu brindando tambem o povo graciosense, desejando-lhe toda a sorte de prosperidades; mostrou-se admirado de que o principe Napoleão não tivesse visitado esta ilha, visto que tinha feito uma viagem scientifica, accrescentando que estava intimamente convencido de que se todos os viajantes conhecessem o character amavel dos graciosenses esta ilha seria por elles mais visitada.

Depois de varios brindes feitos a S. Alteza e ao seu ajudante de campo, acabon o lunch retirando todos ao salão onde vieram cumprimentar S. Alteza as ex.<sup>mas</sup> sr.<sup>as</sup> D. Izabel Forjaz de Lacerda e Castro, espoza do sr. Castro, e D. Maria Clara de Mendonça e Castro, sua nora.

Passado pouco tempo permitiu o principe lhe fosse apresentado o sr. administrador substituto do do concelho, o ex.<sup>mo</sup> Bartholomeu Simas, que em nome dos povos seus administrados vinha felicitar a Sua Alteza e agradecer-lhe a honra que havia feito á Graciosa. O principe agradeceu.

S. Alteza mostrou dezejos de ver a villa de Santa Cruz, mas como fosse tarde e quizesse levantar ferro antes do pôr do sol, não ponde realisar essa vontade com grande pezar dos habitantes d'aquella villa. que esperando tão honrosa visita já tudo dispunham para a receber.

O principe antes de se retirar para bordo, quiz mimosear os ex.<sup>mos</sup> srs. José de Castro Canto e Mello e José João de Simas e Cunha com dois anthographos seus; o primeiro dizia:

L'ile Graciense est aussi bien nommée pour son aspect comme pour le caractere de ses habitants.

(Assignado)

*P.<sup>e</sup> her.<sup>er</sup> de Monaco.*

O segundo :

L'ile Graciense est petite par son étendue mais grande par son hospitalité.

(Assignado)

*P.<sup>e</sup> her.<sup>er</sup> de Monaco.*

A's cinco horas da tarde embarcou S. Alteza no escaler da Al-fandega. que se achava convenientemente preparado para tal fim, acompanhado dos srs. dr. Azevedo, Manoel de Simas, Thomaz José da Silva, Manoel Mesquita e Estevam Borges do Canto.

No escaler do sr. José João de Simas e Cunha iam os srs. Ernesto Plati, dr. João Alvaro de Brito d'Albuquerque, Bartholomeu Simas, José João de Simas e Cunha, Jeronymo de Castro e José João da Cunha Vasconcellos.

Chegados a bordo os escaleres, salton S. Alteza e em seguida os mais cavalheiros a quem o principe convidou a passar ao salão, onde por alguns instantes se entreteve uma agradável conversação provocada pelo principe. D'ali a pouco fizeram suas despedidas a S. Alteza desejando-lhe prospera viagem.

Mais uma vez reiteron a S. Alteza o snr. José João de Simas e Cunha, em seu nome e no dos povos da villa da Praia, os maiores protestos, de profundo respeito, e agradecimento por tão honrouza visita.

S. Alteza agradecen dizendo que levava indeleveis recordações da grata hospitalidade do povo graciosense.

De bordo agracion S. Alteza o ex.<sup>mo</sup> sr. José de Castro Canto e Mello com uma photographia sua.

O principe e sen ajudante de campo vieram ao portaló despedir os cavalheiros que o tinham acompanhado demorando-se ali até os escaleres se acharem a grande distancia.

Ao sol posto o *Hirondelle* deixava as praias da Graciosa. e ao impulso da brisa que lhe enfunava as elegantes velas desaparecia rapido, como uma verdadeira andorinha, nas brumas do horisonte, deixando no coração dos graciosenses uma immorredoiira saudade por aquelle que sendo principe illustre, soubera de momento, grangear a mais sincera sympathia.

A Graciosa ufana-se, e com razão, de registar hoje nos seus annaes a visita de Alberto, herdeiro de Monaco, principe pelo nascimento, principe pela illustração, principe pelo sen character llano e affavel.

Graciosa, 8—4—79.

B.

(A Terceira, n.º 1047 de 10 de maio de 1879.)

## AMOSTRA DE POESIA POPULAR

*Nordeste*, villa pedinte  
*Lomba da Cruz*, estouvados  
Na *Fazenda*, os inhameiros  
Na *Lazeira*, os mal trajados.

Em *S. Pedro*, os vendilhões  
Em *St.º Antonio* os batateiros  
Na *Algarvia* os comilões  
Que lá comem pães inteiros.

Ladroeira na *Feteira*  
D'*Achada* os endiabrados  
D'*Achadinha* os morrinhas  
Por serem tão enfezados.

Os ventaneiras da *Salga*  
Na *Lomba* os capacheiros  
Nos *Fenaes* a mulatagem  
Na *Creação* peneireiros.

*Ribeira Funda*, feitaira  
*Lomba da Maia*, vaqueiros  
Na *Maia* os impostores  
No *Porto* os carvoeiros.

*Ribeirinha*, trabalhadores  
Logo para baixo, ferreiros  
Na *Ribeira Grande* adellos  
*Ribeira Secca* fuzeiros.

Na *Lomba* os fanhosos  
*Rasto de Cão*, malhadores  
Na *Calheta* barqueiros  
Na *Cidade*, mercadores.

Por José Pacheco, vendeiro, da Achadinha, estando no hospital de Ponta Delgada por 1880.

As palavras em grifo são os povoados a que os versos se referem.



# AS FURNAS

## ODE:

Suspenso, entre o terror, entre delicias,  
Eu te contemplo, oh Furnas! (1)  
Eu te contemplo, oh quadro magestoso,  
Do sublime e do horrivel!  
Quantas delicias, quantas, tu concentras  
Em teu ameno valle ?!  
Ao ver-te lá da immensa—Cumieira,—(2)  
Risonha encantadora,  
Qual mago panorama m'arrebatas  
O coração, a mente!  
Se d'essas tuas andes (3) baixo ao valle,  
Tão grato paraíso,  
O teu amphitheatro, adoro estatico,  
De cerros sobre cerros!  
Teu ferreo pico, (4) oh quanto me surprende,  
Entre as nuvens occulto!  
Ingreme, adusto, colossal spectro  
Pavoroso amedronta;  
Parece que desaba, esmaga o mundo,  
E que, fugir-lhe, é baldo! (5)  
Tua vasta lagôa, quanto imita  
Pacifico oceano!  
Tuas invias colinas sotopostas,  
Quanto arrebatão olhos !...  
Quanto és formosa, oh Furnas seductora,  
Melhor pincel que o pinte.

---

(1) Cautella com—Furnas—no plural. Aqui, toma-se como—lugar—povoação; e também —Furnas— por crateras vulcanias, e não como lugar escuro e soterraneo.

(2) Montanha alcantilada semicircular que circunscreve o valledas Furnas.

(3) Alusão ás Andes da America meridional — principaes montanhas do mundo.

(4) O notavel pico chamado—do Ferro—.

(5) Quando o espectador contempla este esqueleto da natureza, e as nuvens paixão docemente por cima de seu eminente cumo, parece que é elle que vem sobre nós, e involuntariamente sentimos um rapido receio.

Já sinto os teus horrores, sinto o inferno  
 Por cem bocas bramandô!  
 Eu t'adorava, e tû, qual douda amante,  
 Prazer, no horror cõmutas!  
 Toda encantos, delicias eras toda,  
 Idôlatra eu t'amava!...  
 Vejo-te agora, o lindo seio aberto.  
 Em bocas fumegantes;  
 Tuas entranhãs, horridas bramindo  
 Qual trovão ruidoso,  
 Brôtão betumes, em ferventes jorros,  
 Nocivos suffocantes!  
 De teu—Pedro Botelho—a decantada  
 Horrisona Caldeira,  
 Como breme, troante e pavorosa,  
 D'horror, gelando o peito!  
 Ten sôlo por hiantes fauces lança  
 Crêbro gemer, com lâvas!... (1)  
 Oh Dante! Genio eximio, e sublimado!  
 Ah! vem, de sob os séculos,  
 Um novo inferno ver, qual tu pintaste  
 Na mente portentosa!  
 Vem vêr, de rubro sangue, um largo rio (2)  
 Correndo trepidante!  
 Vem, vem vêr esse circ'lo, que descreves,  
 De tumulos e chammas!  
 Vem, oh Dante, vem vêr maravilhado,  
 Este sublime horriovel!

S. Carlos 1845—Dezembro 5.

*Amancio Leocadio Vieira, (Michaelense).*

(12 pag. in-8.º, impressas em Angra, Typ. de J. J. Soares, sem titulo. A—Ode  
 —nas ultimas 4 pag.)

(1) Lugar das Caldeiras, por cima do qual, passando um dia, o saudoso dadôr da Carta, disse aos seus:—Sabem? Ando por aqui, porque os vejo andar; mas a razão repugna-me.

(2) É um caudaloso rio d'agôa ferruginosa, que bem imita um rio de sangue.

(As notas são todas do autor).

# EXTRACTO

DA

## HISTORIA DAS ILHAS DOS AÇORES

Impressa em Londres, em 1813, e

Refutação das FALSIDADES ali publicadas: ou, a Impostura do  
Capitão T. A. desmascarada. (\*)

OFFERECIDO AOS AÇORIANOS POR

F. BORGES

Un vil amour du gain, infectant les esprits,  
De mensonges grossiers souilla tous les écrits;  
Et par-tout enfantant mille ouvrages frivoles,  
Trahiqua du discours, et vendit des paroles.

*Boil. Art Poet. ch. 4.*

Srs. Redactores do *Investigador Portuguez* em Londres: (\*\*)

Ponta Delgada,  
1 de Nov. de 1813.

Em hum dos numeros do *Correio Brâziliense* appareceu hum extracto da *Historia das Ilhas dos Açores*, impressa em Londres. Escrevemos contra alguns artigos d'aquelle extracto em uma carta, que se quizerão dar o trabalho de inserir no seo Pêriodico, afirmando que responderiamos extensamente a todos os seus artigos, apenas a alcançássemos. Agora que a temos á vista, o fazemos sem responder mindamente aos contextos dos seus capitulos, por que essa tarefa nos conduziria a escrever a Geografia Historica da Ilha de que o A. nada disse; mas resumidamente mostramos os erros, falsidades, e até mesmo a muita ignorancia que desenvolveo em muitos dos seus capitulos: e a Historia destas Ilhas que hum dia faremos publicar acabará de dar á obra do capitão T. A. o verdadeiro lugar que ella meresse, e que cos-

(\*) The History of Azores or Western Islands, containing an account of Government. . . London, 1813, 4.º gr. com as iniciaes T. A. (Thomas Ashe).

(\*\*) No T. XII, pag. 153 e 317 do *Investigador Portuguez em Inglaterra*

tumão experimentar as produções literarias daquella ordem.

Queirão por tanto inserir no seo Periodico as curtas reflexões, que os trabalhos de que estamos encarregados nos derão tempo a fazer sobre a referida obra, e aceitar os protestos de estima, e veneração de seo obrigado

*F. Borges.*

Hum Inglez, inspirado pelos sentimentos os mais philanthropicos para com os Açorianos, passando pela Ilha de S. Miguel, arrebatado da sua bella situação geografica, e fertilidade do seo sólo, achou que as Ilhas dos Açores não devião pertencer aos Portuguezes; mas sim, passando ao dominio Britanico, subirem ao grão de opulencia, e civilisação, de que são susceptiveis.

Ou talvez, para ganhar dinheiro, engendron de algumas viagens que fez à roda da Ilha de S. Miguel, e de conversação de algumas pessoas, que della estivessem melhor instruidos, a Historia das Ilhas dos Açores, seo Governo, Leis, Religião, e importancia d'estas valiosas Ilhas para o Governo Britanico. A este pomposo titulo juntou uma boa impressão, 8 estampas de sofrivel chapa; dedicou-a a Lord Moira; e só faltou para completar hum impressão nitida, e hum livro precioso às bibliotecas, pôr no principio da obra o seo retracto:

Encore est-ce un miracle, en ses vagues furies,  
Si bientôt imprimant ses sottes rêveries;  
Il ne se fait graver au-devant du recueil,  
Couronné de lauriers par la main de Nanteuil.

*Boillean.*

Nanteuil neste cazo devia ser substituido pelo Sr. Editor Joz. T. Haydn, (Pref. da obra. f. 5,) que achou muito bonito o projecto do autor, e que lhe adio a união da Ilha da Madeira para formar hum sistema completo.

Para salvar mos os nossos compatriotas da semsaboria de darem 441s. 5d. pela soberba obra do Sr. T. A. a extractamos, e refutamos as falsidades, que elle diz, de hum tom mais firme, e positivo, do que Demosthenes quando declamava aos Athenienses. Começando a analyse da sua obra pelas estampas; vê-se na—Primeira—hum camponeza, e hum pastor, copiado de alguma estampa, que o autor vio; tal não é o modo de trajar das camponezas Portuguezas, principalmente das Açoranas; assemelha-se ao vestir Espanhol: a actitude energica, e civil, que deo à pastora não se encontra nos campos; hê o ar nobre, e delicado, que se observa nas habitadoras civilisadas das cidades. O pastor tãobem hê filho da sua imaginação; nos Açores os guardadores de gado seguem outra etiqueta no modo de vestir; e nunca uzão chapeos, mas sim carapuças:

A 2.<sup>a</sup> estampa hê hum mappa das Ilhas dos Açores, tirado ou da Geografia de Pinckerton, ou de outra.

A 3.<sup>a</sup>, o mappa das Ilhas dos Açores em ponto maior, tirado de Tofino, trazendo os mesmos erros de nomes do original; e a má configuração do lado de l'este da Ilha de S. Miguel.

A 4.<sup>a</sup>, o mappa da Ilha de S. Miguel reduzido do de Tofino, onde continua a má configuração primitiva do mappa de Tofino, na ponta de l'este da Ilha.

A 5.<sup>a</sup>, diz o autor ser a vista da cidade de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel; nós que a temos á vista parece-nos parto da sua imaginação; será vista de alguma cidade; que o autor achou impressa, e copiou para adornar a sua obra.

A 6.<sup>a</sup>, diz ser a prespectiva do Ilhéu fronteiro á Villa Franca do Campo na Ilha de S. Miguel; seja qual for o ponto em que se coloque o observador Ilhéu não pode apresentar semelhante vista.

A 7.<sup>a</sup>, hé a vista do mesmo Ilhéu, estando o observador no rumo de S. E. e hé falça; a parte do Ilhéu a N. O. hé alterosa.

A 8.<sup>a</sup>, hé a vista das Caldeiras no Vale das Furnas da Ilha de S. Miguel, e hé absolutamente falça: tal não hé o solo onde estão as Caldeiras; estas formão circulos, de que a maior terá 15 palmos de diametro: as agoas burbulhando, e fervendo levantão-se quando estão mais agitadas 7 a 8 palmos acima do nivel da Caldeira: era impossivel, supondo que a Caldeira que na estampa se designa a maior, que está mais proxima do observador, e que segundo diz o A. Carta 18, tem 30 palmos de altura d'agoa, apresentasse semelhante figura, absolutamente oposta á theoria do ascenço dos fluidos.

O autor dividio a sua Historia em 43 Cartas:

### Carta 1.

«Serve de introducção: falla sobre a utilidade da publicação das viagens: afirma quê escreveu a Historia das Ilhas dos Açores mais com o fim de instruir do que de divertir:» como se o fim da historia, e geografia de um paiz fosse alguma vêz divertir: esse é o fim das novellas, e romances. «Que a verdade apparecerá em todas as paginas: lamenta ter emprendido hum trabalho difficultozo, e extenso: e quê é debaixo de vistas commerciaes, que recommenda estas Ilhas á attenção do governo Britanico.»

### Carta 2.

«Continua a introducção: depois de pompozos elogios a Lord Moira, diz, que a vizinhança, situação, e população dos Açores maior de 500,000 almas, merecem a maior attenção, e utilidade á Grã Bretanha: que os philosophos, politicos, e o povo estão completamente ignorantes da capacidade das Ilhas dos Açores: que julgão dellas pela sua degradação politica, e não pela posição geografica: que a Providencia não desprezon estas Ilhas: que o seu clima, e terreno as não podião ter muito tempo degradadas do mundo: pergunta, que uso se

tem feito dellas ha dois seculos: o governo, debaixo da direcção do seu impolitico gabinete, tornou os Açores hum tronco esteril: aniquilou os direitos dos seus habitantes, nas suas esperanças, e lhe deo em retribuição o indigente beneficio da sua soberania, e protecção.

«Que há muito tempo poderião ter sahido estas Ilhas do lodo do barbarismo, se a civilização não fosse refreada pela indigencia, que nasce sempre de todo o tiranico governo ecclesiastico; e que hê contrario á natureza das coizas, que já mais se possa fixar qualquer especulação, ou capital em humas Ilhas, onde não há liberdade politica, e por consequencia nenhuma segurança pessoal; aonde a virtude, talento, e propriedade são annualmente expatriadas, e aonde todas as distincções das ordens da sociedade se curvão aós ecclesiasticos, e militares.»

### Carta 3.

«Notas geraes sobre o presente estado dos povos dos Açores, e meios de melhoramentos.

«A arrogancia aristocratica, e intolerancia religiosa, juntas á escravidão politica levada ao extremo, são as causas das Ilhas dos Açores serem desprezadas, e tão pouco conhecidas do resto do mundo.

«A existencia destas Ilhas tem sido desde hum longo, e duvidoso periodo reduzida a hum titulo pompozo.

«Natureza, habito, educação, altivez virtuosa, ambição honroza. tudo concorre para nie fazer abhorrécer, o seu miseravel estado de degradação politica: urge a honra tornar estas ilhas livres, e independentes: seguralas com o escudo protector do governo Britanico.» Hê este o meio de melhoramento, que o autor concebe para felicitar os Açorianos.

Quer que elles formem huma provincia, e convida Lord Moira, «para proteger o plano da constituição politica desta republica, aproximada á antiga constituição Britanica.» Mostra as vantagens, que tita Grã Bretanha de dar a sua protecção a estas Ilhas; porque, a industria, e capital que ella pode immediatamente crear nellas, as tornará em 10 annos invejaveis ás ontras nações: e tira-as da indigeneia em que vivem ha tanto tempo, animando o seu commercio com todo o mundo. Se se objecta ao seu plano, dizendo, que o amor da gloria é desconhecido nos Açores, elle responde á objecção, que o espirito occulto do povo cesson de operar; ou que está paralytico debaixo da mão arbitraria do governo: que o povo hê com tudo, bom, e honesto: preferindo a Oliveira aos Loiros: e distinguirse mais pela industria, que pelas armas: mas que se lhe inspire o enthusiasmo patriotico, que se não acharão rebeldes ás melhores virtudes da sociedade: e afirma a Lord Moira, que sustentado esta medida transmitirá seu nome á posteridade, como fundador de um novo estado, addindo ao seu

renoar, ser o amigo da liberdade e dos homens.

«Os Açorianos estão impacientes da tirania, esperão sómente o signal para sacudir o jugo: sitiado porem como está o seu Soberano não era generoso favorecer qualquer passo para manifestar tendencia para a insurrecção: pelo contrario, poder-se-hia offerecer ao Principe Regente as maiores vantagens: cedendo S. A. R. estas Ilhas, pelo sangue, e dinheiro da Graã Bretanha, derremado por sua cauza em Portugal, e cedendo estas Ilhas, e a Madeira, cederíamos o direito, que temos á grande divida, que se contrahio com a Graã Bretanha para o seu estabelecimento no imperio do Brazil.»

#### Carta 4.

«Vantagens de estabelecer a independencia das Ilhas dos Açores, debaixo da protecção do governo Britanico.»

O fim do autor, projectando a revolta das Ilhas dos Açores, não hé augmentar os dominios da G. B.: elle não quer convidar o povo dos Açores para se rebelar contra o seu Soberano; pertende só dar a liberdade ás Ilhas, a troco do sangue, e dinheiro Britanico gasto na defesa dos direitos da Casa de Bragança: podião as Ilhas formar huma república: com o systema governativo da Suissa, «debaixo da protecção da marinha, e exercito Inglez.» Mas nada mais cavalheiresco e romantico do que dizer o A.

«Se se executa o meu plano, conservo as esperanças de ver renascida nos Açores a idade de oiro; mas se a Graã Bretanha não tem valor e resolução para o executar: se a nação mergulhada na sensualidade, e enervada pelos prazeres da dissipação, não vê as cadeas; não ouve os lamentos de um povo, que sofre: se arrogante pela sua riqueza, commercio; sabios, marinha, e poder; e vê-se prehemimente entre as nações do mundo póde influir para não considerar na independencia da humanidade, eu desesperarei.» Pois achamos que não fas bem: para que hade endoidecer por tão pouco?

«Expoem os motivos: porque a Graã Bretanha deve cuidar activamente na execução do seu plano.

«1. Na tremenda crise em que se acha a Graã Bretanha, havendo no continente huma força tão superior contra ella, e muito maior que o poder dos Romanos: necessita velar na sua independencia: a posição das Ilhas dos Açores, entre a Africa e America, e Europa, pode auxiliar sempre o seu commercio legal, ou indirecto com a Africa, e America.

«2. A alliança com os Açores lhe fornece bons vinhos para as Oest-Indias.

«3. A principal vantagem hé o estabelecimento, ou depozito militar naquellas Ilhas, para acostumar os soldados destinados a servir n' Africa, e nas Oest-Indias, a resistirem áquelles climas destruidores: mostrando a experiencia, que os habitantes dos Açores resistem

mais aos contagios da costa d'Africa, e do Maranhão, do que os Europeus.

«4. A Ilha Terceira hé um lugar eminente para a disciplina, e subsistencia da tropa, que sempre ali devia existir para passar a Cabo de Boa Esperança, e as Indias de l'Este, e Oeste.»

«5. Que tendo mostrado a experiencia a inutilidade das imensas despezas do estabelecimento de New South Wales, os Açores, devião substituir aquelle estabelecimento; e a canalha dos degradados para ali mandada deveria ser conservada, perpetuamente, no melhora-mento dos portos do Fayal, Terceira, e S. Miguel, que precizão de muito trabalho.

«6. Abundando as Ilhas em terrenos, proprios para a cultura do linho, canhamo, vinho, &c.: podem ser applicados os reos aquelles serviços, e na construcção de portos, e edificios proprios para o serviço militar, e naval.

«7. Prover de mantimentos as Oest-Indias, em case de hostilidades com os Estados Unidos d'America.»

Quem ler as quatro Cartas, e o palavriado do editor, servindo tudo de introduccão á historia das Ilhas, julgará que ellas foram conquistadas pelos Portuguezes: e que os seus habitantes são tratados pelo governo Portuguez, como erão os habitantes das margens do Bengo, e do Zaire por Golla-bendi e Zingha: as expressões do autor farão julgar aos leitores, que os Açorianos, sofrem hoje o tremendo jugo, e são espectadores das scenas luctuosas, que a alma cruel do filho de Carlos V fez exhibir em Valhadolid: farão julgar em fim aos leitores que hum governo militar mais despotico, que o dos Khans, e Darogas d'Erivan, e da Hyrcania, tornou estas Ilhas, onde segundo á frase do autor havião reviver os dias da idade de ouro, em hum tronco inerte, e sem vida.

Ao mesmo tempo que o heroico Snr. D. João I depois de sustentar briosamente os seus direitos á coroa de Portugal, alcançava dos seus vassallos o titulo glorioso de pai da patria, começarão os Portuguezes a emprehender as suas maritimas descobertas: e desta epoca, notavel já, pelo brio com que sacudimos, e repelimos os esforços de quem nos pertendia conquistar, hé que datão os brilhantes e momoraveis descobrimentos com que os Gamas, e os Cabraes unirão á coroa de Portugal o imperio do Brazil, e os ricos estabelecimentos da costa meridional da Azia. Foi nesse tempo tão lembrado aos Portuguezes, que elles descobrirão as Ilhas, que chamarão dos Açores: que as povoarão, e fizeram todos os esforços para as cultivar: desde então elles fizeram huma parte integrante da monarquia: não foi uma conquista, mas sim hum paiz começado a habitar pelos Portuguezes, e por tanto Portuguez desde a epoca da sua descoberta.

Desde a sua descoberta até ao presente, sempre os monarchas Portuguezes olharão esta provincia dos seus estados, como assás im-



portante pela sua população, fertilidade do seu solo, e valor da sua posição geographica.

Os Portuguezes, animados pela prodigiosa força de vegetação do seu solo, e temperatura do seu saudavel clima, tirarão em breves annos grandes vantagens destes riquissimos terrenos: a Ilha de S. Miguel produzia muito assucar, e trigo; e o commercio do pastel ganhou aos Açorianos immensas somas. Porem os esforços que fizeram os Portuguezes desde a epoca do seu descobrimento até 1523, forão destruidos nesse anno pela mão da natureza: a Ilha de San Miguel, a principal, a que mais representava pelo seu commercio, grandeza, e população, sendo ella toda hum padrão da prodigiosa, e devastadora força dos fogos subterraneos, soffreu então huma erupção das mais violentas, e activas, que tem experimentado estas Ilhas. Villa Franca do Campo, em cujos suburbios existião os engenhos de assucar, foi absolutamente submersa; engenhos, lavoiras, propriedades, tudo ficou sepultado debaixo das lavas; ainda hoje se descobrem vestigios deste desastre: a peste succedeo a este calamitoso acontecimento, que foi seguido de novas erupções vulcanicas até 1531.

O Sr. Rei D. João III quiz restituir esta villa ao seu antigo esplendor: reedificou-se; e sendo o melhor meio de a restabelecer, construir-lhe hum porto onde os navios, que buscassem a Ilha, se abrigassem dos tufões, e temporaes, a que estão sujeitos, mandou examinar a caldeira de hum Ilheo fronteiro á villa; fez-se hum projecto para a construção de hum porto, que senão executou. O mesmo monarca vendo, que os habitantes da parte de l'este da Ilha, se agregavão no sitio de Ponta Delgada, pela belêza da sua situação, e fertilidade do terreno, fugindo das erupções, que tornavão inabitavel o lado de l'este: mandou-lhe construir o Castello de S. Bras, e mais fortes, que o defendem: erigio-a em cidade em 1546, mandou para ali mudar a Alfandega em 1526, até então em Villa Franca do Campo, e erigio Angra na Ilha Terceira em cidade em 1533.

A epoca sempre lamentavel para os Portuguezes, em que perdemos parte do fructo das nossas gloriosas conquistas, e descobertas: a epoca luctuosa, que succedeo ao reinado do Sr. D. João III aniquilando todos os esforços, que os Portuguezes até então tinham feito para se engrandecerem, lançou estas Ilhas no vortice da desgraça nacional: e aniquilou todos os bem combinados meios de reflorescencia, que o Sr. Rei D. João III tinha empregado para tornar a Ilha de S. Miguel ao seu antigo esplendor. Entre a tropa, e contingentes em dinheiro, com que o Sr. Rei D. Sebastião marchou para sua infeliz, mas brava expedição, se contarão os Açorianos: cederão depois, como o resto da nação, ao jugo dos Filippes: em 1551 publicou o governo Hespanhol em Lisboa hum decreto para não vir navio algum ás Ilhas dos Açores: o commercio de assucar, e pastel acabou-se: os Moiros fizeram incursoens nas costas da Ilha: novas erupções vulca-

nicas entulharão os campos, destruindo as lavoiras: o governo intruso mandou repetidos reforços de gente para o exercito Hespanhol: e o Marquez de St.<sup>a</sup> Cruz, que só em 1583, as pôde acabar de conquistar, trazendo de Portugal 13:000 homens, mandou degolar em Angra os principaes cidadãos, que honradamente tinham sustentado o partido do Sr. D. Antonio.

O Sr. Dom João IV ultimando em 1640 a revolução a mais celebre da historia pela brevidade e humanidade com que foi executada: fazendo entrar a coroa de Portugal na Casa de Bragança; os Açorianos expulsarão com heroicidade o jugo Espanhol, apesar de repetidos reforços, que se mandarão aos Espanhoes, que sustentavão o sitio do Castello de S. Felippe da Ilha Terceira. Os Angrenses, auxiliados unicamente pelos esforços dos das outras Ilhas, os obrigarão a capitular; o Sr. Rei D. João IV tanto conheceo o valor, e patriotismo dos Angrenses, que alem de muitas commendas com que lhes recompensou a sua galhardia; concedeo, que o Procurador que de Angra se havia mandar às cortes, representante das 9 Ilhas dos Açores, tivesse lugar no primeiro banco.

O mesmo Sr. teve a maior attenção sobre a Ilha de S. Miguel; continnon o projecto de lhe fazer hum porto: Luiz Mendes de Vasconcellos então governador, recebeu ordem de examinar de novo o Ilhéu de Villa Franca: Lazaro de Lima propôz hum plano para a construcção de hum mólhe na sua Caldeira, que não se executou.

O Sr. D. Affonso VI erigio em condado a villa da Ribeira Grande.

O Sr. D. Pedro II em 1691, mandou ao Conde da Ribeira Grande, então Governador da Ilha, tornasse a examinar a Caldeira do Ilhéu Villa Franca do Campo, com o fim de formar hum porto.

O Sr. Rei D. José de gloriosa memoria, tomou em maior consideração estas Ilhas, formou dellas huma capitania por Alvará de 2 d'Agosto de 1766, mandarão-se engenheiros cuidar nas suas fortificações e examinar de novo o Ilhéu de Villa Franca para a construcção de hum porto.

No reinado de S. M. a Sr.<sup>a</sup> D. Maria I, Martinho de Mello e Castro, querendo reviver na nação os espiritos nauticos, a que devemos as nossas conquistas, e celebridade, contemplou com vistas assáz politicas a importância da situação destas Ilhas: mandou o Capitão de Mar, e Guerra Smorkell, visitar as costas da Ilha, de S. Miguel, para escolher o lugar para a construcção de hum mólhe: promoveo a cultura do linho, auxiliou o comercio do peixe salgado, fornecendo delle a armada Portugueza; e concebendo já os vantajosos effeitos da adopção dos principios luminosos, que no seu tempo desenvolveo á Europa o celebre Adam Smith, traçou o Alvará de 26 de Fevereiro, de 1774, dando plena liberdade á exportação das produções das Ilhas

dos Açores. então menopolisada; epoca esta a mais notavel da florescencia destas Ilhas.

S. A. R. o Principe Regente, seguindo os passos dos seus antepassados, conheceu a importancia destas Ilhas: de sua ordem, D. Rodrigo de Souza Continho, mandou em 1799, Luiz Antonio de Araujo, reconhecer a costa do sul da Ilha de S. Miguel para se determinar a construcção de hum porto.

A grande distancia do lugar, em que S. A. R. estabeleceu a sede da sua monarchia, não afrouxou a magnanima attenção que tinha fixado sobre estas Ilhas: a sua importancia, e situação geografica, a scena espantosa que apresentava a Europa em 1809, e 1810, traçarão o Alvará de 26 de Outubro de 1810, pelo qual S. A. R. tornou porto franco a Ilha de S. Miguel.

Por carta Regia de 19 de Novembro, de 1810, mandou S. A. R. crear na cidade de Angra hum academia militar, onde se insina mathematica, fortificação, artilheria, e desenho.

Por Alvará de 18 de Setembro, de 1811, se permitio o empraçamento dos baldios, ou pertencentes á coroa, ou a morgados, e capellas em beneficio dos habitantes das Ilhas dos Açores.

Em Alvará do mesmo anno se concedeu huma livre exportação de vinhos, de humas para outras Ilhas: e permissão para transitarem de humas para outras, sem pagarem novos direitos aquellas mercadorias, que já os tivessem pago em huma das alfandegas das Ilhas.

Por determinação de S. A. R. de 16 de Fevereiro, de 1813, os cazaes de Açorianos, que se estabeleceram nas capitancias do Brazil, ficarão os seus filhos izentos do recrutamento de tropa de linha, e milicias: e se lhes fornecerão terrenos, instrumentos, e sementes necessarias, caça, gado, e meçadas, para sua sustentação por espaço de 2 annos.

Em 1811 mandou S. A. R. pôr em estado de respeitavel defeza a Ilha de S. Miguel; o Exm.<sup>o</sup> Conde do Funchal recebeu ordens para fornecer a esta Ilha armas, para armar a tropa de linha, e milicias, que a defendem: igualmente artilheria; e as novas reedificaçoens já executadas juntas ás novas baterias cazamatadas, que construímos na cidade de Ponta Delgada, a poem, e o seu ancoradouro em bom estado de defeza.

Tem-se visto, que todos os monarchas Portuguezes tem conhecido o valor destas Ilhas, desde o seu descobrimento até á presente epoca, e todos tem procurado melhoralas: tem feito reverter a favor da agricultura do Brazil a industria, e actividade dos Açorianos: a Ilha de Sancta Catharina, Rio Grande do Sul, as capitancias do Brazil, estão cheias de filhos destas Ilhas, que tendo conduzido com sigo a industria, e actividade do paiz natal, tem sido de huma extraordinaria vantagem ao Brazil.

Portugal, que importa dos estrangeiros grande parte do sustento

N.º 54—Vol IX—1888.

dos seus habitantes, faz o principal consumo das produções das Ilhas dos Açores: he dos proveitos que delle tirão, que ellas equilibrão a extraordinaria importação de objectos de luxo, que a Graã Bretanha introduz nestas Ilhas annualmente, e só compassada com laranjas e vinhos.

Só a exportação de 1812, da Ilha de S. Miguel para	Reis
Portugal foi de . . . . .	401.778,600
A importação de . . . . .	22.413,200
A exportação para a Graã Bretanha . . . . .	88.605,600
A importação . . . . .	612.672,600

Estas Ilhas só experimentarão os horrores da guerra em 1581 para 1583, e quando sacudirão o jugo Espanhol: desde então em quanto Portugal, e o Brazil tem experimentado os vexames, e destruições de huma guerra das mais activas: em quanto os povos de Portugal pagão tributos extraordinarios para a sustentação dos direitos do Soberano, os Açorianos vivem no regaço da paz, sem o pezo dessas contribuições extraordinarias.

Existe na Ilha Terceira, huma academia militar, huma cadeira de philosophia racional, huma de rethorica, e de Latim.

Na de Sam Miguel huma de rethorica, tres de Latim, e huma de Philosophia.

Nas mais Ilhas ha cadeiras de Latim, e philosophia.

Se os rendimentos destas cadeiras não são os necessarios para a sustentação dos individuos, que as regem: se acaso elles não preenchem bem o ministerio das suas funcções; se a mocidade não procura as aulas, e por isso não adiantão, nem alcanção conhecimentos, não pertence aos Soberanos indagar esses negocios: elles estabelecerão meios de educação publica, elles estabelecerão o subsidio litterario para sustentação dos empregados na educação publica; pertence aos governos particulares fazer delle a sua exacta applicação, velar nos empregados, e propôr unicamente ao Soberano para exercer os cargos publicos, aquelles individuos, que se tiverem applicado, e aprendido nas aulas estabelecidas: existem as leis e são boas: se são mal executadas não he culpa do legislador.

Não podemos deixar de confessar, que apesar do brilhante prospecto, que presentemente apresentam as Ilhas dos Açores, ellas podem subir a hum maior grão de representação: mas tambem confessamos que a alta consideração em que S. A. R. as conserva, dará providencias as mais energicas para as elevar ao seu esplendor; S. A. R. acaba de ultimar a questão debatida desde 1523, sobre hum porto nestas Ilhas, mandando projectar hum molhe na Ilha de S. Miguel; porem o antor, que senão deu ao trabalho, nem teve tempo de estudar a historia da Ilha, pergunta na Carta 2. «que uso se tem feito destas Ilhas ha dous seculos?»

O autor teve vergonha de dizer claramente, que a Graã Bretanha devia asenhorear-se de hum estabelecimento do seu mais intimo alliado, e por isso quiz occultar o seu projecto com as frases philantropicas, «de bem da humanidade, tornar os Açorianos humna nação livre:» mas atravez das intrelinhas dos seus discursos, apparecem as verdadeiras expreçoens, que elle concebia.

«Dê-se liberdade às Ilhas dos Açores. alcance Lord Moira hum nome immortal, traçando o plano da constituição do seu governo:» mais abaixo, «ceda o Principe Regente estas Ilhas á Graã Bretanha; pelo sangue derramado na península, e nós cederemos o direito, que temos á divida contrahida pela Caza de Bragança no Brazil.» Se estas Ilhas se cedem á Graã Bretanha, como se tornão por este meio os Açorianos humna nação livre? de mais, cedão se 9 Ilhas com 500,000 almas de população. como diz o A. que sendo importantes para á Graã Bretanha, muito mais o serão para o Brazil; e só pelo emprestimo de 600 libras esterlinas. Este capital e juro hé amortisado, alem de outros fundos por huma porção dos rendimentos da Ilha da Madeira, segundo o artigo 3. e 2, separado da Convenção entre S. A. R. o Principe Regente, e S. M. Britanica de 21 de Abril, de 1809, e que em poucos annos deve estar amortisado.

Em quanto a outra divida, mui bém responderão os Senhores Redactores do «Investigador Portuguez», em Londres, no seu periodico N.º 22, e o patriotico autor da Carta inserida nos Investigadores de Agosto, e Setembro, de 1813.

Ao A. para convidar, e mostrar aos Açorianos as vantagens da mudança do governo. só faltou dizer-lhes como Junot em Lisboa: «as Ilhas do Corvo, e das Flores, terão ainda hum dia o seu Camoens.» Torna-se o protector destes povos; quer fazellos felizes, passando-os para o dominio do Governo Britanico; e acaba de demonstrar esta verdade com as razoes. que elle produz na Carta 4, para a Graã Bretanha as possuir.

1. «Auxiliar o seu commercio com a Africa, e America.» Estas Ilhas, sendo possuidas pelos portuguezes, tira dellas a Graã Bretanha as mesmas vantagens, para auxilio do seu commercio: sendo livres necessariamente não de receber a lei da Graã Bretanha, e não seguir outro partido, que não seja o seu, senão, deixa de existir o motivo de utilidade á Graã Bretanha; logo onde existe essa liberdade, e comodidades fantasticas, que se pertendem dar aos Açorianos? e de mais as Ilhas dos Açores são mais necessarias ao Brazil. do que á Graã Bretanha.

2. «Porque lhe fornecem vinhos para as Oest-Indias.» Pois os Inglezes não fazem agora o mesmo commercio? a exportação dos vinhos do Fayal, não hé quaze toda feita pelos Inglezes? Sendo estas Ilhas livres, a exportação, não hé a mesma? então que vantagens tira a Graã Bretanha de lhes dar a sua protecção maritima, em troco das vanta-

gens, que ella goza sem a despeza dessa protecção: quando ella lhes limita os seus mercados, e por tanto lhes monopoliza a sua exportação? De mais o Brazil tem tanta necessidade de vinhos como as Oest Indias.

3. «Ter hum depozito militar nestas Ilhas, para dali destacar guarniçoens para a Africa, e Oest Indias.» Como combinará o A. huma nação livre, tendo no interior do paiz hum depozito militar de outra nação? Este projecto não se executa cabalmente, senão pertencendo estas Ilhas á Graã Bretanha, logo o A. não projecta a liberdade dos Açorianos: mas sim a sua passagem ao dominio Britanico: de mais he superiormente mais util ao Brazil, que estas Ilhas independentemente de outras vistas politicas, lhe sirvão de viveiro de agricultores, que vão tornar florescentes os terrenos incultos das suas differentes capitania, do que á Graã Bretanha para hum depozito de soldados.

4. «A Ilha Terceira ser importante para a disciplina das tropas que devem passar ao Cabo de Boa Esperança, e Ilhas do Oeste.» Respondo como assima.

5. «Que a Graã Bretanha deve olhárl estas Ilhas como o seu New-South Wales.» Isto he, ter aqui a tropa que para ali envia, e mandar para aqui os seus degradados! Que felicidade senão talha aos Açorianos! Sejam povos livres: e estabeleçam-se nas suas principaes Ilhas, depozitos de tropas, que devem passar ás Ilhas da America, e Africa: sejam povos livres: promova-se a sua civilisação, e para isso mandem-se para as Ilhas a canalha dos degradados, que se mandão para New-South Wales. Que germens de bons costumes, e civilisação não pertende o A. semear no fertilissimo solo destas Ilhas! que fructos não produzirão nos seus dias de idade de ouro!!!

6. Razão incluída na 5.

7. «Servirem á Graã Bretanha no caso de hostilidades com os Estados Unidos da America.» A experiencia da presente guerra demonstra não ser valiosa esta vantagem: a Graã Bretanha seguiu o systema de levar a guerra ás costas da America Septentrional, e nunca apparecerão na Ilha de S. Miguel tão poucas embarcaçoens de guerra Britanicas, como depois das hostilidades com os Estados Unidos: os Portuguezes he que devem tirar grandes vantagens desta guerra possuindo as Ilhas dos Açores.

O author depois da introducção, começa na Carta 3 a historia das Ilhas dos Açores.

### Carta 5.

«Queixa-se de falta de documentos para escrever a historia; queixa-se que nenhum historiador, ou geografo as descrevesse, e que os circumnavegantes como Cook, Barrow, &c. &c.; e os geografos, como Salmon e Guthrie, se tenham limitado só a enumerar os nomes das Ilhas, quando até das pequenas Ilhas de Tristão da Cunha, havia hum extensa descripção por Dalrymple.

«Que em Lisboa tinha alcançado de Lord Strangford hum livro em 4.º da historia das Ilhas dos Açores, de que diz todo o mal, que se pode dizer.» que todos sabem a situação das Ilhas dos Açores, e os seus nomes: e forão descobertas no meio do seculo 15 por Joshuma Vander Berg de Bruges em Flandres.

«Que não erão habitadas: e por isso os Portuguezes não tiveram necessidade de representar scenas de sangue, para ali se estabelecerem.

«Os primeiros povoadores viverão com a maior harmonia, e simplicidade de coração: hospitaleiros com os estrangeiros, caridosos com os pobres: este estado de vida que não podia durar unito foi interrompido pelos Espanhoes, que se quizerão assenhorear das Ilhas: formou-se hum preparativo, fez-se o desembarque, e cederão os Açorianos, governando Fernando V. Os Espanhoes de extracção Mourisca, sendo expulsos da Espanha, muitos buscarão os Açores, e se unirão aos seus habitantes.» Exaqui o que hé ser charlatão literario em toda a extenção da palavra: teve o A. a audacia de escrever a historia das Ilhas dos Açores, sem ter lido, e sem ter mendigado documentos; porque:

A primeira Ilha dos Açores, que se descobrio, foi a de St.<sup>a</sup> Maria, por Gonçalo Velho em 1432: a segunda pelo mesmo, a de S. Miguel em 1444; e a terceira, não concordão os que tem escripto, sobre estas Ilhas na data do seu descobrimento: dizem ser em 1446 por huma embarcação vinda de Cabo Verde: sabe-se porem pelo provimento que o Infante D. Henrique, deu a Jacome de Bruges, natural do Condado de Flandres, para ser Capitão Donatario daquella Ilha em 1450. que naquella epoca, já estava descoberta. (1) e por elle se vê, que o Infante lha conceden, por elle lhe representar, que aquella Ilha estava inhabitada, e que a pertendia povoar. Isto den lugar a que no futuro se dicesse que as Ilhas dos Açores forão descobertas por Joshua de Berg de Bruges em Flandres, que os nossos escriptores chamarão Jacome de Bruges, e que cazou com huma Dama da Snr.<sup>a</sup> Infante D. Brites.

Da Ilha de S. Jorge, sabe-se ser o seu primeiro povoador Guilherme Vandagara de Bruges, em Flandres.

O primeiro Capitão Donatario da Ilha do Fayal, foi João de Utra de Bruges em Flandres cazado com huma Dama do Paço.

O primeiro Capitão Donatario da Ilha do Pico foi o mesmo João de Utra: a Ilha das Flores foi povoada por Guilherme Vandagara: e existia descuberta em 1460.

Mourr afirma, que estas Ilhas forão exploradas desde 1432, até 1449: mas não hé exacto: forão exploradas até essa epoca, a de St.<sup>a</sup>

---

(1) Já em 1439 estavam 7 Ilhas descobertas. Vid. vol. I p. 5 d'este *Archivo*.

(Nota da Reducção)

Maria, e S. Miguel; e até 1460, todas as 9 Ilhas.

O celebre Martim Behaim cosmografo natural de Flandres, que dizem os autores Allemaens ser o primeiro, que concebeo a idea do descobrimento da America, diz, que estas Ilhas forão descubertas em 1431, por que data a sua descoberta da primeira viagem que fez Gonçalo Velho em 1431, em que descobrio o baixo das Formigas; e no anno seguinte a Ilha de St.<sup>a</sup> Maria; em quanto a ter este geografo, descoberto a Ilha do Fayal, como affirmão os autores Allemaens, e até o impremio Mr. Delandiné, hê falcissimo por que tendo elle sabido de Flandres em 1460, já então estava descoberta esta Ilha.

No resumo da Geografia de Pinkerton, revista por M. Buache do Instituto Nacional Francez, se diz serem descubertas estas Ilhas em 1449; o que hê falço: forão descubertas desde 1432 até 1450.

E Mr. Walcknear, notando esta mesma Geografia, diz, que os nomes modernos destas Ilhas, tem mais correspondencia do que pensou Formalioti, com as das Ilhas traçadas na carta de Andrea Bianco, ao norte das Canarias: donde conclue, ser a epoca da sua descoberta anterior á epoca assignalada.

Estes differentes pareceres sobre a epoca da descoberta destas Ilhas, são restos das questoes, tão ventiladas nos seculos passados, sobre quem tinha na Europa direito á gloria de se dizer descobridor das Ilhas do mar Atlantico e de Novo Mundo: quizerão roubar esta gloria aos Portuguezes e alcançarão dar ao Novo Mundo, o nome de Americo Vesputce.

Entre os escritos com que o Sr. F. de B. G. Stockler, tem enriquecido a literatura Portugueza, tem distincto lugar huma memoria inserida no primeiro volume das suas obras, folhas 343, sobre a originalidade dos descobrimentos dos Portuguezes: em que elle com a brilhante erudição, que lhe hê tão commum, prova a singularidade das nossas descobertas, destruindo os argumentos dos Periplos dos antigos, e outras viagens gigantescas em torno da costa d'Africa, que não tiveram lugar pela confissão, e opinioens geograficas, dos autores seus contemporaneos. Na sua leitura acharão os amadores da gloria nacional, argumentos vigorosos, a favor da originalidade das nossas descobertas: o Periplo o mais antigo da antiguidade, o Periplo de Eudoxo de Cysico, mandado á Azia por Cleopetra, regressando, fazendo a volta da Africa, e chegando a Cadiz: o celebre Periplo de Hanon; a erudição de Gebelin, não poderão roubar aos Portuguezes, e a Columbo a gloria das suas descobertas.

Ali verão os leitores como elle mostra a nossa excellencia nos descobrimentos, sendo nós os primeiros, que formalisámos hum systema de descobrimentos maritimos.

Ali se lê, que o Conde de Carty nas suas cartas Americanas, carta 49, transcrevendo o extracto de Mr. d'Anse de Villosion, membro da Academia das Inscripçoens; e Bellas Letras de Pariz, diz, que es-



te encontrara na bibliotheca de Sm. Marcos de Veneza, em o manuscrito N.º 76, humma carta maritima composta no anno de 1436, por André Biancho, natural daquella cidade, e que naquella carta notára as Antilhas com o nome de «Isola Antilia».

Hé desta carta, que falla Walcknear; porem como a Ilha de Santa Maria, se descobrio em 1432, e a carta de Bianco hé feita em 1436, não hé argumento. para se dizer, que forão descobertas muito antes da epoca assignalada (1432): o muito que mostra hé, que as outras Ilhas que dissemos se continuarão a descobrir em 1444 até 1460, e o forão desde 1432 até 1436, em que elle fez a sua carta: não servindo isto de argumento para dizer, que não forão os Portuguezes os seus descobridores, e que foi em uma epoca muito anterior, a assignalada (1432), como diz Walcknear. E assim como Martin Behaim no seu globo de 22 polegadas de diametro, que construiu em Nuremberg, e em que marcou as suas descobertas, notou a Ilha das 7 cidades ao norte do tropico de Cancer, a oeste das Ilhas de Cabo Verde; por que razão Bianco em 1436, sabendo se tinham descoberto as Formigas, e Ilha de St.<sup>a</sup> Maria, em 1431, e 32, não acrescentaria outras Ilhas como Behaim? O que positivamente sabemos hé, que não há monumento algum, que nos affirme a descoberta destas Ilhas, antes de 1432, e que por tanto hé futil a observação de Walcknear, que Mr. Pinckerton achou tão judicioza «que hé assás positivo, que os Portuguezes as descobrirão em 1432: que muitos cavalleiros de Flandres, e principalmente de Bruges, instigados pela guerra, e pela fome passarão a Portugal: que cazando com creadas da Familia Real, só procurarão melhorar de sorte; o que hé natural ao caracter humano, depois de grandes revoluçoens, e emigraçoens procurar buscar fortuna: e que a donataria de povoaçoes em lugares não conhecidos, principalmente Ilhas, em 1432, e seguintes, offerencia hum futuro agradável, junto ao amor da novidade, aos espiritos, que acabavão de abandonar o seu paiz. e convidavão estes cavalleiros, mais que os Portuguezes socegados na sua patria, a hirem buscar fortuna em novos paizes.» Isto pois deo tãobem lugar a que Job de Huerter, Sr. de Moir Kirchen, a quem os nossos historiadores chamão João, e outros Jorge de Utra, pedisse a donotaria do Fayal; Joshua Vender Berg, a que chamão Jacome de Berg ou Bruges, por ser de Bruges, na Flandres, a de S. Jorge: estes dons cavalleiros, e Guilherme Vandagara forão os principaes, que com os outros emigrados da Flandres, povoarão as Ilhas do Fayal, Pico, S. Jorge, Flores, e Terceira. O geografo Martin Behaim cazon com humma irmã de Job de Huerter: e como veio a Portugal e teve relação tão intima com os primeiros povoadores de parte daquellas Ilhas, hé por isso que elle falla verdade assignalando a epoca do seu descobrimento em 1431, epoca da descoberta do baixo das Formigas. Hé este o geografo que os nossos historiadores chamão Martin de Bohemia.

O livro de que falla o A. alcançado de Lord Strangford, e de que diz muito mal, hé a *Historia Insulana*, escripta pelo P.<sup>o</sup> Antonio Cordeiro da Companhia de Jesus, e impressa em 1717, que tem bem poucos requetzitos de historiador, e resumio a unica *Historia original Insulana* manuscripta pelo Dr. Fructoso, e adiantou-a até 1717: o A. tem alguma razão em a criticar, mas se a-lesse através de montoes de incredulidades, com o facho da hermineutica, leria os factos notaveis da historia dos Açores, que o A. não sabe porque não quiz, ou porque não soube ler Portuguez.

A epoca historica, com que o A. occupa a sua 5.ª Carta, hé a que precorre desde o descobrimento das Ilhas em 1432 ate 1581, em que Portugal foi invadido pelos Felippes: hé neste espaço de 150 annos em que estas Ilhas estavam povoadas pelos emigrados de Flandres, e familias illustres Portuguezas, que elle pinta os seus habitantes vivendo com aquella candidez de costumes, com que poderião viver os hommens no paraizo terreal, governados por Adão. Quando em 1552 a Ilha de S. Miguel fazia extraordinario commercio em pastel, açúcar, e grãos; o A. pinta os insulanos occupados em humma vida tranquila, cuidando em-se prover unicamente do necessario para humma vida campestre, e sem repetir um unico acontecimento historico: no espaço de 150 annos; passa na Carta 6.ª a descrever as Ilhas subjugadas pelos Espanhoes: porem como elle assignalou essa epoca no tempo de Fernando V em 1515; o juntar os Judeos, e Espanhoes da raça Mourisca, fugidos da Espanha, e vindos abrigar-se nas Ilhas dos Açores, hé humma ignorancia da historia geral, que não tem desculpa alguma, e que mostra a puerilidade com que o A. falla em tudo.

Há alem d'isso humma anedocta galante, que notar: Houvé nos seculos da invasão Mourisca em Espanha humma opinião piedosa, de que hum Bispo do Porto, e mais seis Bispos, com hum grande numero de Christãos de ambos os sexos fugindo da barbaridade dos Sarracenos se refugiarão n'humma Ilha chamada das 7 cidades: Martin Behaim acreditou esta tradição, que se combinava com os seus conhecimentos astrologicos, e a marcou no seu globo; e o Sr. Cap. T. A. teve a sinceridade de dar humma nova volta áquella tradição, dizendo, que os Moiros depois de expulcos de Hespanha se refugiarão nas Ilhas dos Açores, e por pouco não disse também na Ilha das 7 cidades.

### Carta 6.

«Nesta Carta pinta o A. o estado das Ilhas, governadas pelos Hespanhoes, melhoramentos na agricultura, e civilisação: lealdade, e affeição ao monarca: opulencia, e magnificencia das classes superiores: alegria, e contentamento dos inferiores: esplendidos estabelecimentos religiosos; cheios de brancero exemplar: seminarios de instrução, celebrados no continente: virtuosas instituições de caridade, de igual celebridade: humma geral circulação de moeda pelas Ilhas: o commercio flo-

rescendo n'humma extenção, não conhecida na historia anterior da Ilha: capitaes vantajosamente applicados para a construcção dos portos, e edificios: eis as provas mais decisivas da conducta dos Espanhoes, e da sabedoria do systema de policia. com que governarão os Açores; o A. quanto mais reflete sobre tais principios, mais convence dô adiantamento progressivo das Ilhas, em riquezas e civilização; mas este invejavel estado de prosperidade estava sentenciado a ser exposto a humma rude, e perigosa descendencia.

«O ouro, e prata da America Meridional, entrado em Espanha, assinalarão a epoca da sua decadencia: a ambição, e opreção na America, conduzio a liberdade ás Ilhas do Atlantico: em quanto os Hespanhoes se occupavão em flagelar os pacificos habitantes do continente (o Peruviano e Mexicano) perdêrão Portugal.

«As Ilhas dos Açores forão então separadas para sempre da casa da Espanha: os Portuguezes subvertêrão as instituicoens estabelecidas: dilapidarão os trabalhos publicos: denunciarão, roubarão, e oprimirão o publico Espanhol: esta conducta era a mais impolitica. Os Espanhoes principalmente os de raça Monrisca tinham muita riqueza; grandes aquisicoens, e humma arrogancia transcendente: não erão para ser governados pelos Portuguezes; passarão para Tenerife, e Ilhas de Cabo Verde: deixando os Açores no seo despovoado, e quazi primitivo estado.

«Com hum governo da mais alta aristocracia, e hum povo supresticioso, estas Ilhas passarão a hum longo periodo de degeneração: esta epoca da sua historia só apresenta humma consumpção e hum governo corrupto.

«Entre tanto appareceu hum luminar, Pombal; e os Açorianos o adorarão com a idolatria Persana: Pombal foi o primeiro ministro Portuguez, cuja sabedoria se estendeo a estas Ilhas; os seus planos erão remedio para o presente, e avisos para o futuro: foi o primeiro, que ensinou aos Açorianos, que podião ser hum povo: durante o seu governo, as Ilhas forão melhoradas pela sua autoridade: adornadas pela sua munificencia; e exaltadas pelo seu louvor: acabou Pombal, e estas Ilhas passarão a ser governadas pelo dominio religioso de hum immoral, e sordido clero, e sugeitas á contrariedade civil, e ao licenciado poder militar.» Eis traçada a historia das Ilhas dos Açores! e não se pode traçar humma historia com mais facilidade: reduz se a dizer, «No meio do seculo 15 descnbrirão os Flamingsos estas Ilhas: depois forão conquistadas pelos Espanhoes: e no tempo de Fernando V, pela acquisição dos Judeos expulços da Espanha, o dominio Espanhol estas Ilhas tiverão a sua primeira epoca de felicidade: passarão para o dominio Portuguez voltarão á barbaridade: appareceu Pombal, brillou hum raio de esperança de florescencia: morreo Pombal, ficarão reduzidas a ultimo estado de decadencia:» porem note se, que esta histo-

ria hé a da Ilha das 7 cidades. Quem leo a historia geral, e sabe a epoca da revolução de Portugal, não ignora a miseria, a que os Espanhoes reduzirão Portugal, e suas conquistas, extorquindo-lhes todos os meios de sacudir o jugo tyrânico, que Olivares dictava em Madrid, e o tirano Vasconcellos executava em Lisboa; quem leo a revolução de Portugal, quem lê o governo dos Felippes durante a sua intrusão em Portugal, e vê a idéa que dá o A. na sua carta, do governo Espanhol nas Ilhas, em lugar de rir, tem piedade de ver a absoluta ignorancia que o A. tem de historia, e de o ver escrever o que nunca soube.

«Nunca o commercio dos Açores teve mais extenção dis elle.» Hé verdade; e tanta, que até por Decreto de 1581 dado pelo governo intruso em Lisboa se prohibio, que della viesse navio algum ás Ilhas dos Açores.

«Capitães applicados á construcção de obras publicas e molhes.» He verdade: á construcção dos pãssos da cidade de Ponta Delgada, construidos por D. Manuel da Camara, segundo Conde de Villa Franca, que Felipe II erigio em condado, e que custarão 8 mil cruzados:

Em a cidade de Angra Felipe II mandou construir em 1591 o Castelo de S. Felipe, agora S. João Baptista, com o fim de ter a cidade, e Ilha Terceira em sujeição; eis os grandes trabalhos uteis aos insulanos feitos naquelle tempo:

«Afeição ao monarcha.» Hé verdade; tiverão sempre tanta afeição aos monarchas Espanhoes: que Ambrozio de Aguiar Continho, que de Lisboa veio ás Ilhas com o titulo de governador dellas pelos Felippes, achou que era mais útil para a sua saúde, não entrar em Angra, como lhe aconselharão os Angrenses, e regressou a Lisboa.

As primeiras 7 náos, que comandadas por D. Pedro Valdez lançarão tropa na villa da Praia da Ilha Terceira, para tomar a Ilha em 1581 tiverão o gosto de salvar o resto dos soldados, que escaparão á bravura dos Angrenses.

A segunda esquadra de 30 velas comandada por D. Lopo, teve melhor sorte em 1581: por elle ter a prudencia de não saltar em terra:

O Marquez de Santa Cruz, que com maior esquadra apparece sobre a Terceira, achou, que era prudente voltar a Lisboa sem desembarcar.

O Marquez de Santa Cruz sahio finalmente de Lisboa com 97 velas, e 13,000 homens, em 1582: depois de ter desembarcado na Terceira, e tido hum a acção sanguinolenta, entrou na cidade, que entregou ao saque por 3 dias e dalli mandou acabar de tomar as outras Ilhas: Com que amor não tratarão os Espanhoes os Açorianos!!

Manoel da Silva Conde de Torres Vedras, governador da Terceira, foi degolado; como também o capitão da fortaleza de S. Sebastião, o Alferez Mor da cidade, o corregedor, e outros muitos cavaleiros. O Mestre de Campo João d'Urbina que ficou governando as Ilhas para

ultima felicidade dos Açorianos cometeo toda a qualidade de vexames.

Há prova de maior afeição ao governo Espanhol do que o comportamento dos Açorianos desde Janeiro de 1641, em que receberam a noticia da aclamação do Sr. Rei D. João IV até 4 de março (de 1642) em que obrigarão a capitular os Espanhoes do Castelo de S. Felipe?

Podia Felipe II aplicar melhor os capitães das Ilhas a favor dos Açorianos, do que construindo o Castelo de S. Felipe, que em 27 de Março de 1641 começou a jogar artilharia sobre a cidade de Angra, cuja população em tumulto aclamara o Sr. Rei D. João IV?

Todas as Ilhas reconhecerão o Sr. Rei D. João IV com enthusiasmo: todas mandarão reforços aos briosos Angrenses empenhados no sitio do Castelo de S. Felipe: que finalmente em 4 de Março de 1641 (alias 1642) se entregou.

O que diz o A. da entrada, e sahida dos Moiros, ou Espanhoes de raça Mourisca hé da Ilha das 7 cidades.

«Foi a epoca notavel da florescencia destas Ilhas no ministerio de Pombal.» Hé verdade, que nessa epoca se reedificárão fortalezas por cauza da guerra de 1762. e em 1766 formou-se hum capitania das 9 Ilhas dos Açores, e se cuidou em melhoramentos nas Ilhas; mas a epoca mais notavel da florescencia destas Ilhas, e donde data a riqueza que hoje tem a Ilha de S. Miguel hé a de 1777, do Reinado de S. Mag.<sup>a</sup> a Sr.<sup>a</sup> D. Maria I em cuja epoca, diz o A. «estas Ilhas se submergirão na maior decadencia.» Foi Martinho de Mello e Castro, que traçando o Alvará de 26 de Fevereiro de 1777 selou a epoca da florescencia das Ilhas dos Açores:

O commercio de pastél, trigo, e assucar fez a primeira epoca da florescencia destas Ilhas: muitos Espanhoes de Sevilha vinhão buscar o pastel: isto daria talvez lugar a dizer o A. que «os Espanhoes de raça Mourisca, expulsos de Espanha, fizeram a florescencia destas Ilhas» com tudo duvidámos soubesse esta particularidade. Perdido o commercio do assucar, e pastél, os rendimentos das Ilhas procedião de trigo e cevadas, que exportavão para Lisboa e Ilha da Madeira.

Martinho de Mello e Castro, possuido do grande axioma economico, que a plena liberdade de exportação hé o meio mais efficaz de animar, e promover a agricultura, e consequentemente fazer a felicidade de hum estado, poz limite a grandes abusos que havião na exportação da Ilha de S. Miguel. e ganhando o commercio hum ampla liberdade de exportação, em breve se vio hum differença extraordinaria na riqueza da Ilha: abandonârão a especulação da cevada, que dava pouco proveito em Lisboa, cultivârão mais o milho, que dentro em poucos annos passou de 120 rs. a 700 rs o alqueire.

Os trabalhos, de que estamos encarregados nos tem privado do gosto de acabar a historia das Ilhas dos Açores: o que faremos a penas tivermos tempo e então se acabará de ver mais particularmente a ab-

solta ignorancia de noticias destas Ilhas, e Historia Portugueza com que escreveo o Capitão T. A.

### Carta 7.

#### *Descripção Geral da Ilha de S. Miguel.*

O titulo deste capitulo hé desempenhado, dizendo o A. «a razão porque veio á Ilha de S. Miguel;» (o que certamente hé huma noticia interessantissima para a descripção geral da Ilha.)

### Carta 8.

#### *Configuração Geral da Ilha de S. Miguel.*

O A. nada disse da Geografia historica, e politica da Ilha senão falcidades; veremos como se sahe da Geografia phisica:

«Vê-se sobejamente que a Ilha de S. Miguel na sua origem era huma linda planice coberta de plantas aromaticas; huma especie de deserto de perfumes, formado de verdura, e formosas arvores.» Bellissima situação! Só lhe faltou dizer: que era a delicioza habitação das Huries, destinadas para recompensas dos bem aventurados no paraizo de Mahomet!

«Vê-se, e sobejamente,» hé muito vêr: e nós não podemos ver nada do que diz o A.

«Hoje porem está cheia de declives, onteiros, e montes, nenhum dos quaes são primitivos; mas sim produzidos gradualmente por erupções vulcanicas: daqui se segue seguramente que a Ilha era huma planice antes que fosse coberta de montes.»

Esta consequencia hé muito logica: como os montes não são primitivos, mas sim formados por erupções vulcanicas, segue-se que a Ilha era huma superficie plana na sua origem.

O A. que não vê o que está debaixo dos seus pés: quer indagar o que succede nos Astros: e á questão, se a Ilha era plana ou montnosa na sua origem pode-se aplicar a expressão do celebre De Paw: «que vale tanto escrever um tractado sobre a formação das estrellas, como sobre a dos rochedos que forão elevados pela mão poderosa da natureza creadora.»

Com tudo, sabemos pela antiga historia desta Ilha, que quando Gonç lo Velho a descobriu em 1444, na volta a Lisboa a marcou ao occidente por huma alta montanha, e ao nord-este por outra. Mas quando voltarão em 1445 a desconhecêrão, por não existir a alta montanha do lado do Oeste destruida pela celebre erupção, cuja cratera forma hoje o leito dos lagos das 7 cidades: enjos labios cortados verticalmente mostram bem serem restos de huma montanha; acharão-se os terrenos da Ilha cobertos de cinza e materias vulcanicas.

A subversão da Villa Franca do Campo, hum dos maiores terremotos, que tem experimentado a Ilha, foi devida a hum monte situa-

do ao Norte desta villa, que correo ao mar impellido pela força da erupção dos fogos subterraneos, que então não forão visiveis: toda a Ilha tremeo; as chapadas de 4 montanhas do lugar da Maia correrão ao mar.

Em 1563 o monte Vulcão, ao pé da Ribeira Grande, subio aos ares: 30 dias appareceu o sol obscuro pela densidade da atmosfera, empregnada dos vapores vulcanicos: tremeo a Ilha Terceira: rebentou fogo no Pico do Sapateiro: cabirão cinzas em navios vindos de Lisboa muito distantes da Ilha.

O vale das Furnas monumento espantoso, e admiravel das erupções dos fogos subterraneos, hé a cratera de huma erupção, que destruiu a montanha que ali exestia: esta erupção junta a outra, cuja cratera forma huma bacia, junto ao vale das Furnas, chamada a Lagoa, produzirão tais concussoens do lado de l'Este da Ilha que o observador fica admirado de ver o desarranjo, e os monumentos de destruição, que observa no contorno das crateras das Furnas, cujos labios que são restos dos flancos da antiga montanha, cortados verticalmente, desábão de tempos em tempos montoes de pedras, que entulhão o baixo do vale. Estas erupções provão que os fogos subterraneos nos tempos anteriores não tendo chaminés suficientes por onde respirassem, destruirão munitas montanhas, as principaes da Ilha: por isso mesmo que achando se nessas montanhas, origens de agoa porque o fogo era animado, ou perto; era nos vales adjacentes, onde essas agoas se reunião, que se desenvolvião com maior força as erupções, que sendo sufocadas pelo pezo das montanhas, maior actividade ganhavão, e mais horrorozos erão seus effeitos.

Existem muitos onteiros formados por erupções: existem outros formados por vulcoens, que das materias que expelirão o forão formar nos terrenos adjacentes: por isso não se pode affirmar que a Ilha na sua origem era plana: mas sim que o seu terreno seria diversamente accidentado, e que as erupções dos fogos subterraneos, e vulcoens, derão hum novo accidentado ao seu sólo: destruindo humas montanhas e formando outras.

«Que tudo foi formado ao mesmo tempo por fogos submarinhos hé huma hypotese, que senão pode sustentar:» esta proposição hé da ordem da primeira, a razão, diz o A. hé: «porque as montanhas existentes são compostas de substancias primitivas; totalmente destituidas de materia calcaria, onde não ha aparente effervescencia de contentos marinhos, e mineraes; e tãobem por que os montes, e onteiros evidentemente mostrão pela sua figura conica e cavidade nos ápices serem huma porção distincta do fogo.

A primeira demonstração hé falsa: porque as montanhas existentes tem substancias calcarias, mas de tal maneira combinadas com as argilhosas, cinzas, e mais productos vulcanicos, que não fazem effervescencia com os acidos.

As cinzas vulcanicas são hum complexo da terra silliciosa, argilhosa, calcaria e ferro.

O tufio, de que estão formadas grandes porções da costa da Ilha, que, forma o ilhéu fronteiro à Villa Franca do Campo, tem os mesmos contentos, que as cinzas vulcanicas; pois são as mesmas cinzas, conglutinadas, formando grandes massas por meio da agoa; em segundo lugar, porque as montanhas mostram que são produções de fogo, não se segue que não fosse toda a Ilha humia produção delle.

Os phisicos modernos tem questionado sobre a formação do globo: Burnet, Woodward, Ray, Leibnitz, Swedenbourg, Schuher, Buffon, Pallas, De Luc, Brisson, e outros tem produzido differentes systemas: hums, que a razão desaprova, outros, formados sobre conjecturas.

Hé, segundo os principios mais bem recebidos, que tratamos da questão, «Qual foi a primitiva origem das Ilhas dos Açores?»

As Ilhas dos Açores são restos de hum continente, anteriormente situado entre a America, a Africa, e Europa, submerso nos abismos do Oceano?

Ou são apices dos Cordoens de Montanhas sobmarinhas, que unem as Cordilheiras do Novo Mundo aos Alpes do Antigo, descobertas pelo abatimento das agoas?

Ou são productos de erupções de fogos sobmarinhos?

A primeira opinião, isto hé, a existencia da Atlantida, foi recebida nos primeiros seculos. As Ilhas dos Açores, a da Madeira, e Porto Santo, Canarias, e Cabo Verde, todas cercadas de baixios, vigias, ilhéos; projetando-se em distancia dellas, já á flor, já muito acima do nivel do mar, taes as Formigas, Ilhas Dezertas, &c. &c.: inculcão estes pontos subjacentes ao oceano, como restos de um grande continente; e Brisson, hum dos maiores phisicos modernos: diz: «Não serão ellas os vestigios desgraçados da terrivel revolução, que fez desaparecer esse continente de cima da face da terra?»

A segunda opinião tem a seu favor, o modo porque todos os geographos modernos, e phisicos, julgão construido o globo. As montanhas primitivas formão o esqueleto do globo: ellas communicão-se em todo o antigo Mundo, e deste á America; as Ilhas que existem sobre o mar, parecem os pontos mais elevados dos cordoens sobmarinhos, ou da parte invisivel do esqueleto: traçando-se hum mappa da estrutura do globo, attendendo só ás montanhas, e outro do fundo dos mares, veremos:

Que o Caucasos, hum das maiores elevações de granito, que existem sobre o globo, domina quasi toda a Asia, elevando-se entre o Ponte Euxino, e o Mar Caspio: forma a grande cadea Ouralica, dividindo naturalmente a Europa da Asia; correndo ao Norte, forma o Cabo a Oeste do Oby: vai ao longo das costas Arcticas, forma a Nova Zembla, ou Semlja: dahi corre a grande cadea Boreal da Europa: á Scandinavia, e passa á Finlandia: do Cabo do Norte de Noruega: passa ao



Spitzberg; e vai-se reunir, ou continuar pelos Polos na America, formando o cordão dos Apalaches; e a cadeia Oriental da Asia: continua para o Sul, e debaixo do nome de Imão, de Tauro, e de Thibet, passa ás extremidades da China: hé do Thibet, que nascem as montanhas, que ao occidente atravessão a Persia; as peninsolas da India ao Sul; e as regioens da China ao Oriente: hiudo hum dos ramaes da cadeia Ourálica formar o Cabo ao N. E. da Asia, outra corre ao Kamschatka: forma a cadeia das Ilhas Kourila: passa ao Japão; e continua em outra cadeia formada por Ilhas mais recentemente descobertas: outro ramal forma o Cabo de Tchouktchy; pelas Ilhas de Santo Adriano, corresponde ao pontal opposto d'America; e continuão na grande cadeia de montanhas do Novo Mundo, correndo na direcção N. O., S. E.

O Atlas, a grande cadeia da Africa modifica-se em 5 cadeas, a 1.<sup>a</sup> que correndo ao Estreito de Babelmandel vai pelo Oriente reunir-se ás ramificaçoens do Caucaso: outra corre ao Cabo Ger, e pode unir-se pelas Canarias, e Ilhas dos Açores á cadeia Oriental da America Septentrional: a 3.<sup>a</sup> corre á costa de Guiné, e parece corresponder á cadeia de montanhas da costa Oriental da America Meridional: outra corre ao Cabo de Boa Esperança: e a 5.<sup>a</sup> finda defronte da Ilha de Madagascar. Os Alpes, ramificados nos Apeninos, nos Perineos, nas montanhas da Grecia, formão a carpentaria da Europa, e communicão ou pelos Perineos com o Atlas, ou pela Turquia com as ramificaçoens do Caucaso.

As cadeas sobmarinhas tem algumas partes visiveis; são ellas que formão o Archipelago Grego, as Antilhas do Novo Mundo, o Archipelago das Maldivas &c. e as outras muitas ilhas, ilheos, vegias, escolhos. &c. &c. que cobrem os oceanos.

A 3.<sup>a</sup> opinião he objecto de investigaçoes as mais serias dos phisicos modernos. Existem no globo substancias bituminosas, e mineraes, os pyritos v. g. que sublimadas, desenvolvidas, e augmentada a sua fermentação pelo ar, e agoa causão os terremotos, e produzem os vulcões. O tremor de Modena, o que destruiu Epheso, e Magnesia no tempo de Tiberio: o que destruiu Antiochia, no tempo de Trajano: o celebre terremoto de Libia: o do anno de 358 antes da era vulgar: o do tempo de Valeriano: o de 742: de 750: de 860: de 1146: de 1426: de 1626: o de 1680: de 1690: de 1692 que arruinou a Jamaica: o da Italia de 1703: o de 1730: o celebre de 1755 geral no globo: o de 1720: de 1801: de 1809: e 1810 nas Ilhas dos Açores, e Ilhas do Golfo Mexico: são os monumentos dos effeitos desse fogo. Todo o globo apresenta monumentos de erupçoens de fogos subterraneos: modernamente são mais raros: logo os principios postos em fermentação, ou os agentes que o desenvolvão, tem perdido parte de sua acção: o ar perdeu parte de sua acção pelos immensos respiradouros por onde se desenvolve; a agoa, o alimento principal desse fogo deixando de cobrir o globo, foi diariamente perdendo o seu contacto, e acção sobre as sub-

stancias vulcanicas, que alimentavão o fogo: por isso só em Ilhas modernamente se reproduzem as scenas do vulcanismo, e sempre foi nas partes do continente proximas ao mar, que ellas se exhibirão.

A actividade do fogo subterraneo nas primeiras erupções do globo, devia ser prodigiosa: se em 1767 pelo testemunho do celebre Hamilton o Vesuvio lançou da sua cratera penedos de 20 quintaes de peso, depois de ter tido durante tantos annos hum livre respiradoiro: não nos admiraremos vendo o Monte novo de legoa e meia de circunferencia, e 2,400 pés de altura, produzido n'huma só noite em 1538: a Ilha Sabrina dos Açores em 1811: e que o mesmo fogo projectasse a Ilha de Satourin; e pode-se affirmar que o fogo vulcanico do globo tem hum força assaz poderosa para projectar fora do solo que o contem, enormes massas; e quando se desenvolver com toda a actividade, e em cavernas sobmarinhas, produzir ilhas, ou cachopos vulcanicos.

Huma ilha vulcanica, isto hê, produzida por huma erupção de fogos sobmarinhos, hê a expansão de huma caverna marinha, pelo esforço de hum fogo devastador, que não tinha sabida.

Estas cavernas suspensas pelo fogo, projectadas de grandes distancias acima das agoas, apenas a sua parte superior se abre, as concussoens sobterraneas cessão: a Ilha forma-se, e o Etna comessa as suas erupções.

Assim julgão os phisicos modernos: Buffon diz que a cadeia de montanhas desde o Estreito de Magalhaens, até o Golfo de Dario, foi elevada repentinamente por hum abalo do globo.

Pallas, hum dos oraculos da Europa moderna sobre o vulcanismo, julga que hum incendio sobterraneo projectou o Archipelago do Sonda, Molucas, e Philipinas, e Australasia.

Não serão projectadas essas Ilhas de hum só vez, como o affirmam Pallas, porem pela continuidade das erupções vulcanicas, augmentar-se-hia muito a extenção do producto da primeira erupção.

Lançando as vistas sobre os Archipelagos do globo vê-se: começando na Asia o Archipelago das Kourilis, ou terra do Jesso, a continuação da cadeia Ouralica do Kamschatka ao Japão: estas Ilhas são cobertas de vulcoens, que em 1780 produzirão grandes erupções.

A cadeia Ouralica, que dalli corre ao Archipelago das Kourilis ao Japão, conserva neste imperio muitos vulcoens.

O Archipelago das Mariannas tem vulcoens: O Archipelago das Philipinas conserva prodigiosos monumentos vulcanicos, principalmente a Ilha de Luçon.

O Archipelago de Sandwich isolado no meio do oceano tem vulcoens: as Ilhas da Sociedade: as Ilhas Marquezas: o Archipelago dos Amigos: as novas Hebridas: o Archipelago das Molucas são vulcanicas: a Ilha de Sorca abismou-se na erupção de 1693: a Ilha de Java: a Ilha de Sumatra: as Maldivas: o Archipelago de Cabo Verde, Canarias, Açores, Antilhas: o Archipelago da Grecia: da Italia: a Ilha de Déscon-

solação; de Norfolk; da Pascoa; da Assumpção; Formosa; de França; de Bourbon; de Santa Helena; d'Islandia. &c. todas tem vulcoens.

São os Forster, os de Luc, os celebres Pallas: hê Cook: são historiadores, geógrafos, phisicos, e viajantes, da primeira ordem, que as observarão; e seguindo pois os principios modernos do vulcanismo, resolvendo o problema da origem primitiva das Ilhas dos Açores, segundo a 3.<sup>a</sup> opinião diremos:

O fundo dos mares hê accidentado do mesmo modo, que o solo dos continentes: as montanhas primitivas de rocha viva, que formam o esqueleto do globo, communicão-se por cadeas sobmarinhas de huns a outros continentes, e nascendo do Cancaso, vão formar as Andas, e apparecer na Australasia no meio da Ilha de Caledonia.

Nas montanhas secundarias addidas aos alpes do globo, hê que o fogo vulcanico exhibe as suas scenas devastadoras. A maior parte das Ilhas isoladas dos Archipelagos da Asia, e Oceano Atlantico, muitos dos Archipelagos do globo são projecções dos fogos vulcanicos, cujos focos existem nas cadeas de montanhas sobmarinhas, e que pela sua erupção, formarão os vulcoens, que pelas successivas erupções que experimentão, formarão as alterosas montanhas do pico de Feide, e do pico da Ilha do Pico. O Archipelago dos Açores foi projectado pelos fogos sobterraneos, existentes no cordão de montanhas sobmarinhas continuação da cordilheira do Atlas, unindo-se aos Apalaches do Novo Mundo.

O observador philosopho, que lança a vista sobre a superficie do globo, e quer seguindo o facho das sciencias, das conjecturas, das tradições, e da historia investigar as revoluções, que elle tem experimentado, encontra phenomenos assaz extraordinarios, cujos monumentos conduzindo o a epochas as mais remotas, o introduz no vastissimo dezerto das incertezas.

Se elle seguindo Pallas passeia sobre as altas montanhas da Asia: se elle com Tornefort vê o Ararat inculcando-lhe ter experimentado a destrucção do fogo; se elle segue Cook, e vê quasi todas as Ilhas dos Archipelagos do globo com monumentos de fogos vulcanicos: se passa á Siberia, e ao longo das margens do Yenisey: acha tumulos de pedra cheios de armas, esqueletos, e muitos monumentos, que attestão huma civilisação; de que as epochas historicas da Siberia nos não transmite o tempo: se sobe aos Andes com Ulloa, e acha nas partes mais alterosas depositos marinhos: confuso o observador de ver monumentos de epochas, que a historia ignora, de achar phenomenos de que não pode dar causa, extasiado exclama submisso ao Author da Natureza, deixemos de formar systemas sobre a formação dos rochedos, elevados já sobre o mar; já sobre os continentes pela mão poderosa da natureza creadora, e aproveitemos os momentos da existencia em procurar, tornar mais aprazivel aos nossos semelhantes a existencia ephemera que temos sobre estas rochas.

A pesar de ser opinião quasi geralmente recebida, que os fogos vulcanicos são occasionados pelo incendio das camadas de carvão de pedra, e piritos inflamados pelo contacto com a agoa, e ser este o que o A. segue. Ellando do vulcanismo dos Açores, M. Patrin, membro da Academia das Sciencias de S. Petersbourg, e Instituto Nacional Francez, A. de humma historia natural dos mineraes, lhes attribue outras causas.

Segundo a sua nova theoria hê nas camadas schistosas primitivas, que cobrem as de granito, e que das montanhas se extendem até ao fundo dos mares para ahi formar montanhas semelhantes, que se preparão os alimentos dos vulcoens, e as materias inexgotaveis, que elles vomitão: producto de humma combinação chimica de diversos fluidos, que passão da atmospheria á crusta da terra e ás camadas selnitosas: as agoas do mar transmittindo lhes o fluido muriatico, são o principal alimento dos vulcoens. por isso se exibem sempre em Ilhas, ou lugares proximos ao mar. La Coste de Plaisance, M. de Breislac, são do mesmo parecer.

Seja a causa dos vulcoens, a seguida pela maior parte dos phisicos modernos, ou a introduccão dos fluidos vulcanicos nas camadas schistosas segundo M. Patrin, combinão todos em que existem montanhas sobmarinhas: e dizer M. Patrin, que as Ilhas dos Açores parecem ser continuação das montanhas vulcanicas de Portugal, hê concordar no prolongamento sobmarinho das cordilheiras do Novo Mundo, com os atlas, e alpes do Antigo. Portanto pelo voto unanime de todos os phisicos, e geografos, sobre a construcção da carpentaria do globo:

As Ilhas dos Açores, são montanhas da cordilheira sobmarinha, que une as cadeas de montanhas do Novo Mundo, ás do Antigo, ou tem por base essas: dizer M. Patrin, que nas camadas schistosas, situadas na base das montanhas sobmarinhas, existe o laboratorio dos fogos vulcanicos, e dizerem os outros phisicos, que hê das cavernas das montanhas secundarias, e sobmarinhas, que se exhibem os fogos vulcanicos: hê concordar em que não hê nas molles immensas de granito que o vulcanismo tem o seo laboratorio. Não questionemos sobre a existencia das cavernas ardentes: mas sim, que addido ao cordão das montanhas que atravessa do Novo ao Antigo Mundo, existe o laboratorio do vulcanismo das Ilhas dos Açores.

Seja qual for a base das materias vulcanicas, o fluido muriatico hê o principal agente das ejeccoens vulcanicas, segundo todos os autores: elle produzio no cordão das montanhas sobmarinhas do oceano as ejeccoens, que pelo abaixamento das agoas do mar produsirão os escolhos vulcanicos do oceano, que augmentados por successivas ejeccoens vulcanicas, extenderão o solo das differentes ilhas, gradualmente augmentado na rasão composta das ejeccoens vulcanicas, e abaixamento do oceano: é esta a origem das Ilhas dos Açores.

«Se a origem destes montes hê devida a humma massa de fogo im-

mensa, ou aos esforços da materia inflammada, em varios lugares do incendio local, hé hum objecto alem da minha discussão».

Hé notavel que dissesse tão dictatorialmente, «que a ilha na sua origem era plana, e agora seja tão modesto em questöens, que podia decidir: todos os montes, produzidos por fogos subterraneos, são, ou por meio de erupções, como nesta ilha o Pico do Fogo, na Italia o Monte Novo, ou por vulcoens, que nas suas erupções formão outros montes, como nesta illã o Pico de João Ramos, que em huma erupção formou as colinas, que lhe são adjacentes, ficando com a sua antiga figura,—ou são esforços de materia inflammada em varios lugares de incendio local».

Não intendemos bem esta expressão; se quer dizer alguma couza, hé o mesmo que a primeira.

«Hé certo que ouverão numerosas erupções: que toda a erupção maior produziu hum novo monte: e que a ilha pode ser olhada, não como a producção de hum unico vulcão: mas de muitos vulcoens, a maior parte dos quaes, estão agora extinctos, ou ardem interna, e invisivelmente; e muitos que obrão visivelmente na ejaculação de pequenas porções de lava, mineraes, e agoa fervente.» Que toda a erupção maior produziu hum novo monte, hé falso; a erupção de Villa Franca em 1522, destruiu o monte ao Norte da villa; a das Furnas destruiu a montanha, que ali existia; a das 7 cidades foi o mesmo: a erupção da Maia, levou as chapadas de 4 montes.

A erupção do vulcão de Arequipa no Perou em 1600, não produziu montes, não hé característico das erupções, produzirem montanhas: ellas muitas vezes as destroem.

«A ilha deve ser olhada como a producção de muitos vulcoens.» Chama-se vulcão hum monte, que vomita fogo, lavas, cinzas, &c. &c.; tal o Etna, o Vesuvio, o Pico, &c. como hé então que muitos vulcoens produzirão a ilha de S. Miguel? E existião esses vulcoens antes da existencia da ilha, ou coexistirão com ella? Antes não, que hé contra a hypothese das ilhas serem producção do fogo: que o A. nega: então coexistirão com ella: se coexistirão com ella, não era ella plana como diz o A.; e nem ella lhe deve a sua existencia: mas isto hé contra o que o A. affirma, logo para se não contradizer hé necessario, que diga que existião antes da ilha; então forão erupções de fogos subterraneos, que arrebetaram no mar, a que o A. chama vulcão, que formarão a ilha; mas isto hé contrario ao que diz: que hé hypothese, que senão pode sustentar; logo o A. produz preposições contradictorias.

A proporção que as crateras cessarão de vomitar mais materias, sahirão com violencia erupções parciaes, e formarão outeiros, e declives, que se extenderão em toda a direcção dos montes, que cercão os lagos; quando cessarão de vomitar mais materias, hé que se formarão os montes por erupções parciaes.» Hé falso, quando os incendios subterraneos alimentados pelo ar, instigados pela agoa, se resolvem

em erupções: se são sobre planices as lavas, e cinzas, e maior parte das materias combustiveis, são lançadas para lado opposto ao vento, e a outra porção levantada ao ar. gravitando em torno da erupção, forma o que se chama labios da cratera da erupção; de sorte, que todas as crateras, tem a porção do labio opposta ao vento. muito mais alta que a outra, não só pelo vento lançar para aquelle lado as cinzas, pedra pomes, &c. mas porque as lavas compactas mais pezadas, sendo suspensas pelo fogo. levantadas á altura do labio inferior da cratera, desaguão sobre o terreno adjacente. de maneira que observando-se os montes produzidos pelo fogo, se vê que o labio maior da cratera hé exposto ao vento, e a direcção da corrente da lava pelo lado opposto: donde determinada, ou a direcção da lava, ou a situação do labio maior, se determina o resto da configuração da cratera; durante a erupção, as materias expellidas buscão, o seu declive natural: se as erupções são maiores humas vezes subjacentes a montes os levantão; rasgão verticalmente, e formão dos seus flancos os labios da cratera; taes a erupção das 7 cidades, e valle das Furnas, &c. em quanto os cimos das montanhas são arrojados a grandes distancias, e ali vão formar onteiros: se a erupção se desenvolve em hum vulcão, muitas vezes sem este soffrer detrimento. os productos expellidos vão formar no terreno adjacente, montanhas, e onteiros, &c. &c.

«Hé evidente a razão porque as crateras inferiores cessarão de vomitar lavas, e chammas; que attribue ao accesso das agoas da chuva e do mar, nas crateras que extinguindo a effervescencia dos seus contentos mineraes, cessarão o fogo.»

Esta causa que produz da cessação dos fogos das crateras inferiores, hé contraria aos principios phisicos.

A terra hé cheia de materias combustiveis; carvão de pedra. bitumes, enxofre, piritos, achão-se em quantidade em muitas partes, e os piritos na sua sublimação, produzem vapores sulfureos: e as substancias bitumosas pela acção do sol, e da chuva produzem flamma por si mesmo; estas emanações recebendo os vapores sulfureos dos piritos inflammão-se; o fogo incitado pelo contacto do ar, que existe no seio da terra, encontrando agoa reduz-a em vapores, cuja expansão, não achando logo por onde se extenda, ganha a força extraordinaria com que para sair do seio da terra a devida; racha os rochedos, e produz os tremores da terra: se a agoa cahe de grande altura nos lugares encendiados, a acção que ganha a explosão, hé horrorosa; por isso a maior parte das erupções se desenvolvem proximas ao mar, cujas partes salinas tornão a força da erupção mais violenta.

Os fogos subterraneos onde não chega agoa, ardem tranquillamente, diz Bergman: «Em muitos lugares os terremotos são produzidos pelo enxofre, e salitre sublimados dos piritos, e inflammados em cavernas subterraneas pela fermentação dos vapores, que dão hum impulso á materia combustivel visinha, e isto dá causa a arrebentar

com hum estrondo semilhante ao do trovão, e muitas vezes com huma erupção de agoa, e vento.

«Mas aqui os tremores da terra são occasionados por causas contrarias, isto hé, pela queda violenta das agoas sobre os fogos mineaes, acção que deve produzir instantaneamente repentinos sopros abrazadores: explosões violentas, estrondando nas entranhas da terra, levantando-a acima, occasionando ruínas, e devastações, até que alcance respiradouro, ou saída.

«Que são estas as suas causas nestas Ilhas, parece incontrovertivel, porque muitos dos existentes vulcoens extinctos, que servem de outros tantos respiradouros para a sahida dos fogos subterraneos, são rasgados, e divididos separadamente pela violenta effervescencia, causada pela repentina conjuncção dos elementos de naturezas contrasticas.

Os terremotos que acontecem em todas as partes do globo, são produzidos pelas mesmas causas, os seus effeitos são os mesmos: porrem exhibem-se com maior, ou menor apparato, em consequencia da maior, ou menor força dos agentes, que os produzem: se Antiochia foi submersa em o anno de 115, se em 742, 600 lugares forão arrasados na Asia; se em 1755, toda a Europa sentio huma activa oscillação de que o nosso Portugal ainda conserva frescas lembranças: se em 1812, (*alias* 1811) appareceu o Ilheo sobinarinho dos Açores, onde tem apparecido muitos: se a Inglaterra, a Irlanda, a Noruega, a Siberia, soffrem tremores de terra, as causas são as mesmas, a força dos agentes da erupção, hé que torna mais destruidores os seus effeitos. Da Islandia á Terra do Fogo, dos Açores aos Andes, e dahi ás Molucas, o globo inteiro hé victima dos destruidores resultados dos terremotos, occasionados pelas mesmas causas: a natureza estabeleceo leis mui geraes; se os effeitos são desiguaes, hé porque as circumstancias, que as pizerão em actividade, nem sempre são as mesmas, nem os agentes de igual força.

A fermentação das materias combustiveis existentes no seio da terra; o ar que ahi reside dilatado pela sua inflamação, a agoa reduzida em vapores, que adquire na sua expansão huma extraordinaria força, a electricidade, eis os poderosos agentes, que em todo o globo conspirão para a existencia dos terremotos, dos fogos, &c.: por tanto não quiz a natureza controverter as suas leis geraes n'estas ilhas, não quiz que ellas fossem dilaceradas por erupções, dirigidas por agentes incognitos, n'outras partes do globo; ella parece que quiz estabelecer subposto a estes pontos subjacentes ao oceano hum dos principaes focos dos fogos subterraneos do globo, e assim salvar os continentes de terem, e conservarem no seu seio os principios da sua destrucção.

O A. disse a folhas, «Que a cessação dos vulcoens, era devida ao accesso das agoas ás crateras:» diz agora, «Que a causa dos terremotos são as quedas das agoas sobre os fogos mineaes:» nós lhe torna-

mos a repetir, aonde não chega a agoa, os fogos subterraneos ardem tranquillamente.

As immensas crateras de vulcoens, e erupçoens dando sahida á dilatação da agoa, reduzida a vapor, e do ar expansado, tem diminuido os terremotos em todo o globo: a grande cratera do Vale das Furnas, que tem subposta hum formidavel foco de fogo subterraneo, diariamente fuma, e as agoas das suas immensas caldeiras fervem com hum actividade espantosa, que mostra a grande quantidade de materias combustiveis, que alimenta o fogo: o outro foco do fogo da Ilha, hé sobposto ao lugar dos Mosteiros, e mar contiguo: alli o fogo acha a grande sahida do Vale das Sete Cidades e tem no mar hum livre lugar para a sua exhibição, hé naquelle lugar, que em 1812, (1811) em 1720, em 1638, apparecerão as Ilhas sobmarinhas, e já antes tinham apparecido outras muitas, que deixarão monamentos.

Hé pois ao grande numero de respiradoiros, que encontra o ar, e vapor na sua expansão, que devemos a cessação dos terremotos, e erupçoens em todo o globo.

«O effeito produzido por esta natural conjunção, não se limita a brir fendas nas crateras, e rachas nos rochedos; muitas montanhas tem sido precipitadas em vales adjacentes, outras levantadas da sua base, e muitas sepultadas no seio daquella mesma terra, donde originariamente nascerão em lavas, e terras.»

O que o A. diz vagamente dos effeitos das erupçoens dos fogos subterraneos, hé applicavel a todo o paiz onde os ouver; e o que diz das Ilhas dos Açores depois de as ter visto, o poderia dizer da Nova Hollanda, sem nunca la hir: agora era o lugar de repetir as erupçoens notaveis, que tem experimentado a Ilha, os montes que foram destruidos, os novos produzidos por vulcoens, e erupçoens, porem o A. que sabe tambem os progressos da geografia phisica d'estas Ilhas, como das epochas historicas nada diz.

«A base das montanhas precipitadas, exhibe palpaveis residuos de substancias decompostas originariamente produzidas na superficie do globo». Desejamos saber o sitio da Ilha, em que observou a base dessas montanhas precipitadas, e as substancias decompostas, que ahi encontrou.

«As montanhas mais perfeitas são de huma figura conica, e espherica como formadas por continuas erupçoens, e seu exterior hé distinguido por caracteres que márcão a natureza, e distancia do incendio.»

Os caracteristicos das montanhas produzidas por erupçoens de fogos subterraneos, são a sua configuração externa, e interna, que hé a de duas piramides conicas truncadas: a exterior tem por base hum circunferencia, cujo raio hé determinado pelo talud das materias expellidas.

O plano secante hé a base da piramide conica da configuração in-



terior, e se apoia interiormente sobre a base total da montanha, ou da pirâmide exterior: a pirâmide conica truncada, interior, e vasia forma a cratera da erupção, e a circunferencia da sua base o plano secante e os labios da cratera: tanto maior for a erupção, tanto mais inclinado hé o plano secante: e o seo diametro está na direcção do vento, que então domina, sendo o extremo do diametro mais proximo da terra, o lugar por onde sahio a lava, e o extremo opposto no lado, opposto ao vento: sendo tanto mais elevado da terra, quanto mais proximo está o outro extremo, isto hé, quanto mais forte foi o vento, e quanto maior foi a quantidade das materias expellidas na erupção: e não são necessarias sucessivas erupções, para dar á montanha essa figura: quando a erupção hé menor, ou quando há pouco vento, as materias expellidas nas erupções, voltão pela sua gravidade á terra, e as lavas formão em torno do ponto da erupção, hum solido que tem huma base proporcional á quantidade da materia expellida, e declive natural das mesmas, mas formando sempre huma pirâmide conica, truncada: e o plano secante sempre inclinado mais, ou menos, sobre o terreno de base da pirâmide, nunca hé parallelo ao plano de base, porque sempre a atmospherá conspira para a direcção do fogo: estes signaes caracteristicos, que demos das montanhas formadas por erupções de fogos subterraneos, e os signaes que dissemos nós mostrão á sua primeira inspecção, a direcção do vento, no momento da erupção, e a direcção da lava, que dada huma direcção immediata se determinava a outra, só se entende das montanhas, que forão formadas por huma erupção, e não soffrerão outra: porque acontece arrebeitar fogo segunda vez da montanha, já formada de fogo, e pelo vento correr em sentido opposto ao da primeira erupção, tornar-se á inclinação do plano secante em sentido contrario, por isso os caracteristicos que demos, só determinão as circumstancias que acompanharão a ultima erupção, que soffreo a montanha.

Os distinctivos que o A. apresenta são das montanhas secundarias, ou formadas por inundações, e demora das agoas sobre os continentes.

«O exterior das montanhas mostra a qualidade, e distancia do incendio.» A primeira parte é geralmente sabida, por que ellas são formadas de pedras quebradas, pedras pomez, lavas, enxofre, cinzas, areia, &c. o conhecimento do tempo da existencia da montanha, avalia-se pelo estado da superficie exterior da pirâmide: passados muitos annos depois da sua formação, vai creando huma pequena crusta de terra, e cobrindo-se de verdura.

Quando determinamos os caracteristicos, que distinguão as montanhas, produzidas pelas erupções dos terremotos, não affirmamos que se verião exactamente no terreno levantada huma pirâmide conica truncada, e outra inferior, formando a cratera da erupção, nem em todos se achará a mesma figura por alteraçoes posteriores á sua formação; com tudo observamos na Ilha de S. Miguel muitas montanhas

produzidas por erupções, e muitos vulcões, que exteriormente apresentam hum pyramide cônica, truncada, o eixo do plano secante tangente ao plano de base da pyramide exterior. e por tanto o labio opposto sumamente alto, quando a erupção foi pequena; a cratera hé pouco pronunciada, quando o vento foi moderado; o plano do tronco se approxima mais do plano parallelo á base: quando o vento foi forte, e igualmente a erupção, o eixo do plano secante hé tangente á base da pyramide exterior: todo o monte vulcanico, cujo plano secante hé quasi parallelo á base da pyramide cônica. soffreo mais de hum erupção: o monte que tiver dous labios oppostos da sua cratera ignaes, e dous oppostos designaes, porem mais baixos, hé hum vulcão.

Os fogos vulcanicos nas suas erupções, não só produzem montes, e os destroem, mas causão nos terrenos visinhos concussoens estrondosas: a sua esfera de actividade estende-se a longas distancias: na ultima erupção submarinha, que produziu o Ilheo do Pico das Camarinhas em 1811, tremia toda a parte de Oeste da Ilha, o Pico das Camarinhas, e adjacentes abrião fendas; nós vimos o terreno proximo á igreja do lugar dos Mosteiros, destruido, abatido todo 8 polegadas ao longo de hum fenda, que se estendeo desde a costa, a longa distancia, o que ameaçava hum subversão total daquella parte da Ilha.

«A lava em hums sitios apparece em ingremes eminencias, em outros em estado de decomposição, formando hum solo soberbamente fertil, e productivo: os intervallos em muitas distancias, dirivão sua compleição, e affeições da direcção, e impulsão da lava; por onde este agente destruidor correo sem interrupção, servio de encher as desigualdades, e formar lindamente o campo; mas onde o seu curso foi impedido, e perturbado, deixou muitas ilhas, ou onteirinhos, que exibem hum fenda singular figura, com a florescencia das arvores de huma vegetação superabundante, rodeada, e tornada inacessivel por montes de cinzas vulcanicas, e montoes escabrosos de pedras pomez, e ferruginosas: em huma palavra, a Ilha de S. Miguel possue os mais excellentes matos da terra, e se parece por dentro o inferno, aquelles matos a fazem assemilhar por fora ao paraíso; aonde a terra hé fertil, e as produções superabundantes, existem todos os elementos da destrucção.»

Que a lava enchendo as desigualdades do terreno, formasse lindamente o campo, hé o que não podemos conceder.

Quando se observa o terreno, que desde as Calhetas, até aos Feneas da Luz, corre a costa do Norte da Ilha de S. Miguel, todo coberto de rapilho, a que os naturaes chamão bisconto branco; de pedra pomez, de cinzas vulcanicas; de lavas compactas cor de cinza, de pedras vulcanicas: e do outro lado se observão os lugares, que as produzião; quando se vê parte do interior da Ilha, coberto principalmente das materias lançadas nas erupções, e que á força de industria, hé que o agricultor extrahie dentre esses principios da destrucção, a vê-

getação, e abundancia; quando se observa, que hé necessario passar seculos, para que os terrenos cobertos pelas lavas ganhem huma crusta de terra tal, que possa facilitar a cultura dos grãos, e arvoredos; e que não há arvores grandes, por que o terreno hé tão pouco fundo, que não tem força para alimentar as raizes de huma arvore frondosa: o espectador esmorece, e longe de lindo, só pode ver o campo infernalmente adornado: hé verdade, que a prespectiva, que apresentão os lugares da costa do Sul da Ilha, hé elegante: a vista da praia da Ribeira Quente, e banda de terra, que a guarnece: da Villa Franca do Campo, desde a villa d'Alagoa até á Ponte da Sardinha, ao Oeste da cidade, principalmente desde o Lugar de Rosto de Cão; o terreno que lhe fica ao Norte, até ao sitio da Boa Vista, e campos, que cercão a cidade, até ao Lugar da Relva, a vista do mar hé deliciosa: o terreno que da costa se vai elevando, gradualmente mostrando muitos edificios, e terrenos cultivados até aos apices dos montes, os diferentes taboleiros dos grãos cultivados, diversos em côr. matizados pelo verde escuro de arvoredos espalhados em diferentes partes torna a prespectiva da cidade de Ponta Delgada assaz pintoresca, e não os monticlos de lavas cobertos de arvores, que só se descobrem em terra: passando ao lado do Norte da Ilha, vê-se o centro coberto de lavas, e o espectador respeita silencioso a mão poderosa da natureza, vendo o complexo da destrucção, e da continuidade da existencia neste ponto sobre o oceano; e concebendo o perfeito equilibrio, em que em todas as partes andão os bens, e os males.

«Felizmente para os habitantes, esta Ilha hé agora de huma estrutura tal, que a agoa pode passar livremente por toda a parte das cavernas vulcanicas, e sahir sem alterar a terra: tem-se passado 100 annos, sem que este povo tenha experimentado explosões dessa natureza: desde o dominio da agoa sobre os fogos metallicos, só se sente hum rumor perpetuo em muitas partes, similhante ao ruido de huma carrossa, correndo com velocidade.»

Sobre a causa da cessação das erupções da Ilha, já fallamos. Esta Ilha não tem sido isenta de concusões terribes de terremotos há 100 annos; em 1720, soffeo-as terribes, e projectou-se o ilheo vulcanico junto della, em 1755: em 1811 quando rebentou o ilheo submarinho da Ponte da Ferraria, toda a ponta do oeste da Ilha, ameaçava submergir-se: e já dissemos que a terra em parte abateo 8 polegadas: o que se não sente hé o tal rumor perpetuo, que diz o A.: unicamente, as Caldeiras da Ribeira Grande, e Valle das Furnas fumão, roncão, e tem agoa fervente continuamente.

«Para testemunho da serenidade das erupções vulcanicas desta Ilha, pela introducção da agoa nas cavernas subterraneas, e que o fogo evapora no mar, produz o argumento de uma terrivel explosão, que re-

benton ultimamente no mar  $1\frac{1}{2}$  legoa distante da terra.»—Este argumento nada prova.

Quando a Ilha se descobriu, acharão-se monumentos de ilheos vulcanicos, o Ilheo de Villa Franca, os Ilheos dos Mosteiros, &c. e tendo pela hypothese do A. o fogo já operado nos mares, acontecerão posteriormente as formidaveis erupções desde 1444 até 1720: então appareceu hum novo ilheo vulcanico em 1755, soffreo a Ilha terriveis concussoens de tremores: em 1810 rebenton o fogo no mar: em 1811 formou-se 600 braças ao Sul do Pico da Ferraria o ilheo submarinho; porem a parte de oeste da Ilha soffreo terriveis terremotos: parece pois que a causa do fogo não rebentar na terra, hé terem-se exaurido os focos de principios combustiveis que o alimentavão, e por acharem os que existem immensidades de respiradoiros, por onde transpirão diariamente.

### Carta 9 e 10.

«Descripção da Ilha de S. Miguel. snas cidades, meios de seo melhoramento.»

Sabio o A. mui mal da descripção topografica. e fizica da Ilha: agora veremos como se sahe da geografia civil.

«Tem 1 cidade, e 5 villas, e 50 freguezias.»

Tem 1 cidade, 5 villas, e 57 freguezias.

•E 90.000 habitantes:»—pelo Mappa Statistico mandado formalisar em 1812, pelo actual Governador desta Ilha, se vê ter naquelle anno. 61.518.

«A costa hé muito segura.»—A costa hé muito desabrigada: durante os ventos dos dous quadrantes Septentrionaes, os navios estão em segurança; durante os outros, estão em muito perigo se passão a temporaes: o navio que ventando temporal de oeste não poder montar a Ponte da Sardinha, a oeste da cidade, vem infallivelmente á costa: todo o navio que soprando temporal do Sul, ou Este não poder montar a Ponte da Galé, vai infallivelmente á costa, excepto sendo o temporal moderado, e tendo boas amarras: todos os annos naufragão, termo medio, 5 navios: os temporaes obrigão a andar muitas vezes 2, e 3 mezes sem poderem carrégar, embarcaçoens, que em dia, e meio se poderião apromptar: hé pela costa ser mui perigosa, que se trata desde a descoberta desta Ilha da construcção de hum molhe, por ser pouco segura, hé que os seguradores de Londres levavão em 8 de junho de 1812 a L. 4,9 s. para Lisboa: L. 8,9 s. para os Açores; para o Brazil, L. 8,9 s.; calculando huma viagem para os Açores 300 legoas a oeste da Europa; da mesma sorte que para o Brazil: tal hé o perigo, e pouca segurança das costas destas ilhas.

Em quanto ao estado militar de que falla o A. já dissemos, que as fortificaçoens que S. A. R. mandou construir na cidade de Ponta Delgada, a poem, e a seo ancoradoiro em estado de boa defeza; tem-

se recebido armamentos, e não nos hê permitido dizermos mais sobre o estado militar, defensivo das Ilhas.

### Commercio

«Commercião com a Inglaterra que lles importa tecidos de laã, obras de metal, louça de barro: em troco de 70 navios que actualmemente exportão da Ilha com fructa.

«Com a America, de que importão pinho, aduellas, alfaias de pouco preço, arroz, bacalhão, resinas, alcatrão, ferro em panellas, e barras, e variedades de fazendas da India, e lhe exportão vinhos.

«Com a Russia, o mesmo que com a America, porem menos.

«De Portugal exportão tabaco, assucar, café, enfeites, dispensas, indulgencias, imagens, reliquias, &c. e exportão-lhe fava, legumes, aves, gado, e vegetaes.

«Fornecem tambem as embarcaçoens, que ahi refrescão.»

O A. continuou a impor no Artigo Commercio da Ilha.

A Ilha de S. Miguel faz consistir todo o seo commercio na exportação das suas produçoens para Portugal, Gram Bretanha, Russia, Estados Unidos da America, Ilha da Madeira, e 8 Ilhas dos Açores: e importa de todos esses paizes e do Brazil.

Exporta para a Gram Bretanha, vinho, fructa, cuja exportação em 1812 se calculou em 88.605,600 rs.: e importou azeite, bacalhão, assucar, ago-ardente, panos, de laã e algodão, chapéos tecidos de seda, meias de seda, café, louça de pó de pedra, pregos, ferro, aço, pinho do norte, vidros, peixe, queijos, e linho: cuja importação se calculou em 1812. 612,612,600 rs. devendo notar-se, que muitas destas mercadorias forão re-exportadas para as outras ilhas, e ficarão para o anno de 1713.

Para os Estados Unidos, exporta fruta: cuja exportação se calculou em 1812 em 3,681,600 rs. e importa azeite, bacalhão, pinho do norte, peixe, e queijos, cuja importação se calculou em 20.185,200 rs.. &c.

Para a Russia exporta laranjas, cuja exportação em 1812 se orçou em 30,602,400 rs., e importa ferro, linho, breo, alcatrão, &c.

Nunca dos Estados Unidos importou esta Ilha alfaias, ferro em panellas e barras, por que aquelle paiz não exporta ferro nem fazendas da India: quando o A. residindo muito nos Estados Unidos, diz que de lá se exporta ferro, que dirá da Ilha de S. Miguel; onde residio alguns dias! Estas Ilhas importão ferro de Lisboa, Gram Bretanha, e Russia.

Exportão para Lisboa trigo, milho, cevada, fava, feijão, legumes, batatas, carne salgada de vaca, e porco, ago-ardente, fruta, panos de linho, toucinho, linhas, pelles de coelho, liohaça, &c. cuja exportação se orçou em 1812 em 323.669.800 rs. sendo as principaes sommas de milho, e fava; e importou vinho, assucar, sal, boana, pinho da Fi-

gueira, vidros e pedra de cal, orçado tudo em 22,413,000 rs.

Do Brazil importa assucar, ago-ardente, sola, coiros, café, madeira.

Tudo o mais que o A. diz sobre a importação de Lisboa, hé humma impostura, e redicularia propria do espirito, com que elle escreveu o seo romance.

Hé unicamente com a exportação da laranja, que esta Ilha paga a extraordinaria importação da Gran Bretanha, sendo os elementos principaes os objectos de luxo: hé unicamente a grande exportação que faz em Portugal de milho, fava, e legumes, que contrabalança a importação Britannica, tira pois a Gran Bretanha desta Ilha vantagens mui reaes.

«A cidade de Ponta Delgada, hé o principal theatro deste commercio: apresenta, vista do mar, humma prespectiva agradavel, dirivando hum ar de dignidade dos conventos, que são numerosos, consideraveis, e bellos.»

A sua situação ao longo da costa, e a belleza dos seus campos, hé que tornão agradável a vista da cidade.

«Tem hum molhe para protecção das embarcaçoens pequenas: que se poderia fazer maior com humma pequena despeza, escavando o campo de S. Francisco, e fazendo a bacia entre o campo, e o molhe do que resultaria á Ilha o maior beneficio.»

Hé possivel a construcção da hum molhe na Ilha.

«Em quanto não houver o molhe, os navios grandes estão em grande perigo, podendo garrar, e não retornar ás suas estaçoens, se não depois de semanas.»

Hé verdade, o mesmo dissemos, ha pouco; mas não que a costa era segura.

«Apesar dos inconvenientes da situação da cidade para o commercio, hé o melhor sitio da Ilha.

«O segundo ingar da Ilha, a villa da Ribeira Grande na costa do norte, não tem ancoradoiro; a abra hé cheia de rochedos, e tem o seo porto na costa do Sul da Ilha.

«Villa Franca do Campo, na costa do Sul, tem hum ancoradoiro inferior, e só para pequenos navios; e consequentemente há a maior necessidade de alargar o molhe da cidade.»

Há a maior necessidade de haver hum molhe nesta Ilha, há 300 annos que se repete esta verdade.

O ancoradoiro da Villa Franca do Campo não hé só para embarcaçoens pequenas: entre o Ilheo, e a costa ha 7 braças de fundo: em 1812 a galera Condessa das Galveas ahi soffreo por muitos dias hum terrivel temporal, e não teve perigo; a galera Condessa de Sabugal, ahi se remastreou debaixo de tempo, sem perigo.

«Para se conhecer de quanto a Ilha hé capaz, basta ver, que a pesar das faltas de commodos navaes, gravados pelo governo, e reli-

gião: a pesar das difficuldades phisicas, navaes, e politicas: elle exporta annualmente 15,000 toneladas de fruta, e vinho, e mantimentos: sustenta 90.000 habitantes, e paga de contribuição á mãe patria L. 28,000.»

O A. devia dizer, para se calcular quanto a Ilha hé florescente, basta ver, que sendo de pequena extensão, sustenta 61 a 62 mil habitantes: e exportou em 1812 generos avaliados em 609.885,180 rs. em 235 navios, a 120 toneladas, termo medio 28.200 toneladas pagando as taixas precisas para sustentação de corpo civil, militar, e ecclesiastico, &c. apesar de não ter hum porto onde se accomodem os navios: a pesar de ser muito perigosa a navegação nas costas da Ilha: mas não a pesar da religião do paiz, que não tem relação alguma com a exportação: a pesar do governo, que dá hum absoluta liberdade de exportação, e que nestes ultimos annos temos presenciado promover o commercio, com a maior assiduidade, e disvelo.

### Cartas 11 e 12.

Cultivação do trigo, fava, e outros grãos: vantagens procedidas da sua introduccção na Gram Bretanha.

«Debaixo deste ponto de vista, hé que a Ilha merece a attenção da Gram Bretanha. Esta necessita muito de grãos, por isso se devem unir estas Ilhas, e fazer com que os insulanos augmentem o systema de agricultura; por isso a importancia da sua união hé tão obvia, que não carece ulterior explanação.

«A Gram Bretanha manda immensas sommas para o Baltico, e França. para fava; augmentando assim a riqueza dos seus inimigos. Esta Ilha pode-lhe suprir esse artigo; logo deve tomar estas Ilhas debaixo da sua protecção.

«Occupada ha longo tempo com a guerra estranha, ao mesmo tempo pelo mais inveterado prejuizo a Gram Bretanha parece não conhecer, que o poder da França destruiu o equilibrio continental, e a expulsão de todas as partes, donde extrahia os seus mantimentos: occupada em humilhar a soberba da França. ella mesmo corre no perigo mais eminente de que a sua historia não fornece outro exemplo: terem as necessidades da vida subido a hum valor superior ao preço do trabalho: o preço do trabalho com o valor das necessidades da vida, são julgados objectos de inferior consideração, aos systemas de conquistar, e projectos de dominação: o preço da farinha de trigo, augmenta diariamente em Inglaterra: diz-se estar proxima a guerra com America: fico confuso, quando penso onde lançarão as vistas para terem pão.

«Instigado por estas considerações; tenho sido particular nas minhas investigações; e *estou autorizado para propor*; que esta Ilha, e sua tributaria, a de Santa Maria, augmentada a extensão da sua capacidade, pode servir de amplo celeiro para a Inglaterra, e rebaixar o

preço dos seus mercados a nível do trabalho.\*

Instigado por considerações concidentes com as do A., porém applicadas a Portugal, affirmamos que Portugal, tirando antes da ultima guerra, grande parte do seu sustento de paizes estrangeiros; tem augmentado muito mais essa mesma importação, depois que entrou na sua gloriosa luta com a França: o diubeiro que de Portugal sahe diariamente para o Baltico, augmenta os meios de recursos da França, que pillha hoje as cidades, que ontem receberam o numerario Portuguez de generos, que nos importarão: o dinheiro que pagamos as embarcações, que da costa da Africa nos introduzem trigos, e gado, augmenta o poder daquelles, que a manhaã tornão a ser nossos inimigos, e cativão os nossos irmãos: o trigo, e milho chegarão em 1812, e principios de 1813 a grande preço em Lisboa, que excedia muito o valor da mão da obra: necessitava pois Portugal estabelecimentos racionais donde tirasse as provisões do seu consumo; eis as Ilhas dos Açores, que proximas á Europa lhe fornecem grãos, e algum gado: mais de 219 moios de trigo, 5,000 moios de milho, 49 de cevada, 2,638 de fava, 1,246 de legumes lhe importon a Ilha de S. Miguel em 1812: os Brazileiros conhecerão em fim, que possuíão minas muito mais ricas, que as do Potosi, isto hé, a prodigiosa fertilidade do seu solo: já vemos navios Portuguezes carregados de trigo, e milho para Portugal; tempo virá, em que os Portuguezes importem aos estrangeiros o que elles agora nos importão, o que absorve todo o producto dos nossos trabalhos.

O argumento do A. hé excellente: — A Gran Bretanha importa grãos de paizes estrangeiros, as Ilhas dos Açores são muito abundantes de trigo; legumes, &c.: logo passem estas Ilhas a pertencer áquelle governo: Portugal importa grãos dos estrangeiros, só produz para sustento de poucos mezes; logo perca os estabelecimentos nacionaes; que lho importão: não era melhor, que o A. inculcasse a Sicilia. &c.?

### Carta 13.

Continuação da Ilha de S. Miguel: vista pintoresca da volta, feita de hum a outra extremidade da Ilha..

As principaes viagens do A. são 1. Da cidade ás Furnas: 2. dali á Ribeira Grande: 3. dahi ás Caldeiras: 4. delá ao Vale das 7 Cidades, e Lagoa Grande, e Azul.

«Passei ao areal de Rostor de Cão, dahi á villa da Alagoa, Agoa de Pão, e Villa Franca.

«Passei nesta viagem por tres differentes regioens. A primeira de lava irregular, misturada de vinhas, e pomares, por espaço de 3 milhas: a segunda de campos de pastagens, e terras de favas por espaço de 5 milhas, e o resto de terreno coberto de outeiros, e montanhas difficultosas, até chegar á villa.

«A 2.<sup>a</sup> parte de calçada interna, cheia de antigas lavas, e bocas



de vulcoens extinctos, e muitos delles cobertos por aldeias, e cazas de campo, ou convertidos em campos de favas, vinhas, e pomares.

«A lava destes montes correu até ao mar, e serve de hum dos componentes da base dos rochedos, que quebrão a força dos mares, que tem de 300 a 1.000 pés de altura, cobertos de rica verdura, e bellos arbustos, excepto o pico do fogo.»

A primeira banda da costa por que o A. passou, e diz são tres milhas, e são perto de 2 legoas marinhas, contem o espaço desde a cidade de Ponta Delgada, até á villa de Alagoa: este terreno produz os melhores vinhos da Ilha, e as melhores laranjas: o solo hé coberto de lava, e areas.

A 2.<sup>a</sup> banda segue da villa de Alagoa, até á villa de Agoa de Pão, cujo terreno produz grãos.

A 3.<sup>a</sup> desde esta villa, até Villa Franca do Campo, que hé parte cultivada de milhos, e favas, e parte sobre a costa gnarnecida de rochedos, e pequenas areas, entretanto não há em todo o caminho alguma aldea, situada sobre montes vulcanicos, como diz o A.

Os montes internos á costa, e que muitos são vulcoens, outros produsidos por erupções de fogos subterraneos, hé que tem quasi todos os seus declives cultivados: os rochedos que bordão a costa são escalvados, quasi compostos todos de successivas camadas de lavas cristalisadas, tufo, &c. rochedos queimados: de tempos em tempos desabão pedaços da costa por ser vertical, principalmente no passo chamado dos cabritos; o mesmo succede em toda a costa.

«Chegamos á Villa Franca, antiga villa, fundada na lava, e destruida por terremotos, principalmente pelo que aconteceu no tempo em que o pico do fogo vomitou torrentes de fogo metallico.»

Villa Franca do Campo foi destruida pelo terremoto de 1522: em segundo lugar o pico do fogo não vomitou torrentes de fogo metallico, a terra hé que o expellio: o seu plano de base, era hum planicie:

«O vertice do vulcão que constituia a fundação original da villa, portos, e ancoragem, hé visto 2 milhas distante da villa.» Falsissimo: a villa não foi destruida por hum vulcão, mas sim por hum erupção, cujo fogo não foi visivel, e que fez correr sobre a villa, o monte de Rabçal, que lhe ficava ao Norte, e que arrason a villa.

«As ruinas da antiga villa são visiveis: e o sitio da cidade e terreno adjacente ganhou espaço sobre o mar.»

As ruinas da villa não são visiveis; sabe-se que a terra, ou o monte que correu ganhou espaço sobre o mar, por antigos manuscritos, por onde se vê, que o lugar onde o Capitão Mor, actual da villa, tem hum caza de campo, era a situação do Trapiche da antiga villa.

«Antes da erupção, a população da villa excedia a de todas as villas das Ilhas dos Açores juntas.»

Mente: a villa foi submersa em 1522: Ponta Delgada foi erecta villa em 1499. Angra foi erecta cidade em 1533: por tanto era villa

em 1522. Alagoa foi feita villa em 1504. Agoa de Pão em Abril de 1522. A Ribeira Grande em 1507. Nordeste em 1514.

Gaspar Fructuoso, em 1591, tratando da população dos lugares da Ilha, diz:

Cidade de Ponta Delgada . . . . .	9,591
Alagoa . . . . .	2,385
Agoa de Pão . . . . .	1,537
Nordeste . . . . .	1,028

---

14,541

---

Então Villa Franca tinha . . . . . 3,292

Hé verdade que este calculo poderia ser feito 40 annos depois do desastre de Villa Franca; entretanto consta-nos, que morrerão no terremoto 5,000 pessoas, ainda que fosse metade da sua população, apesar de Gaspar Fructuoso dizer, que morreo quasi toda a população da villa, ella não excedia a somma da população de todas as villas da Ilha de S. Miguel, quanto mais das outras Ilhas.

«A sua horrível catastrophe ingulio 3,000 habitantes;» consta que 5,000: a conta do A. auxilia ainda mais a nossa affirmação supra.

«A villa tem presentemente 2.000 almas.» Tinha em 1810, 3,795 almas.

«O objecto mais notavel da Villa Franca, hé o porto do Ilheo.

«Antigamente havia naquella altura hum a Ilha  $\frac{3}{4}$  de milha distante do primeiro ancoradouro, e há rasão sufficiente para conjecturar que esta Ilha era originariamente hum a alta planície, tendo a sua base composta de substancias primitivas; a sua actual circunferencia montanhosa ser inteiramente formada de camadas vulcanicas variando com a natureza das erupções, e modificada pelo tempo.

«No processo das idades, parece que o vertice se abrio, e descarregou torrentes de lava, chuveiros de cinzas e area do centro da planície, e estes incendios depois de levantarem a Ilha 2 mil pés acima do nivel do mar, escavando todos os seos contentos, e mineraes, forão extinctos pela introdução da agoa: no vertice, pela abertura formada na explosão sobmarinha ou pela porção das agoas no ponto fraco do leito escavado: a introdução destes elementos, era com tudo esperada como hum extraordinario, e benéfico effeito; ella cansou repentinamente hum a explosão, dividio o lado do vertice, desde o cimo até 7 pés abaixo do mar, e de largura sufficiente para admittir navios de 30 pés de quilha: este vertice desde aquella memoravel epoca formou o porto ou *habra*, aonde vão os navios pequenos em caso de necessidade para crenar, ou *aparelhar*: neste porto vulcanico só podem estar commodamente 4 pequenos navios; mas tem chegado a dar com-

modo a 6, e salvo as equipagens de mais de 100, que tem corrido á quella bacia, por não ter outro meio de salvação: a entrada hé a N. E.; mas como os ventos S. E. tem grande acção sobre parte do banco do vertice, os navios não podem estar na bacia durante estes ventos: sómente hê abrigada dos ventos S. e O.; junto á bacia está huma alta piramide, ou rochedo perpendicular, cujo alicerce não pode ser sondado por causa de hum grande abismo, ainda que a distancia do Ilheo, de que foi originariamente dividido, não hé maior de 40 jardas: o melhor ponto de vista para ver o vertice ou bacia, hé do alto do banco de O. ou do mar, na direcção S. E.: deste ponto, o navio parece collocado n'hum valle, cercado por altas montanhas; e do primeiro hé visto em huma bacia perfeitamente circular.»

O A. fundado na sua primeira hypotese (que já combatemos) da Ilha ser no seo primitivo estado huma planicie, e que o aspecto montuoso, que apresenta actualmente, hé devido á continuidade de erupções vulcanicas, suppoem o mesmo para a formação do ilheo vulcanico de Villa Franca; pela sua hypotese a planicie da Ilha existente naquelle lugar, por huma erupção, elevou-se 2 mil pés acima do nivel do mar, e outra erupção formou a bacia, que lhe serve de porto.

As materias, que compoem o ilheo são puramente vulcanicas, lavas cristalisadas, ou tufo: o ilheo hé o monumento, que deixou huma das maiores erupções sobmarinhas, que a Ilha tem experimentado; muitos seculos anteriores á sua descoberta, por se achar o seo cimo coberto de alta verdura, quando se descobrio a ilha: o vento soprava de N. E. no tempo da erupção; por aquelle lado sahirão as lavas compactas; e as lavas, e cinzas mais ligeiras expellidas pelo vento para o lado opposto, amontoadas pela sua gravidade em torno da cratera da erupção formarão o ilheo cujo perimetro na sua origem devia ser muito mais excentrico á cratera, por que parte das materias vulcanicas, que formão o ilheo, se havião de esbroar, e o mar corroer grande parte da sua circunferencia; por isso as paredes exteriores do ilheo, são cortadas verticalmente, e a piramide, que tem ao Sul, composta de tufo, tirando o mar a parte das lavas não cristalisadas, que existião entre ella e o resto do ilheo, ficou delle separada: a cratera da erupção mais baixa, que o nivel do mar encheo-se d'agua, e forma o pequeno porto do ilheo, pequena bacia elliptica, de 100 braças de eixo maior S. E. N. O. e 81 de eixo menor S. O. N. E.: o ilheo visto de S. E. apresenta o navio que estiver na bacia, como situado em hum valle, e o A. no desenho da perspectiva, poem-lhe huma grande quebrada no lado de N. O.

#### Carta 14,

Continua a fallar sobre a formação do Ilheo de Villa Franca; e diz, «que vomitou chamas por largos tempos: o fogo cessou pela concus-

são de hum terramoto originado pela violenta expansão do subterraneo, e a acção repentina da agua sobre o fogo mineral.

«Como avancei a hypotese dos terremotos produzidos pela acção da agoa, não hé superfluo apontar aqui os principios que me determinarão a esta opinião;» menciona pois o principio do ar, expandido pela effervescencia das agóas sobre os fogos mineraes, e metallicos, e diz: «que o ar nesse estado de dilatação nas cavernas subjacentes ao porto do ilheo, tomou naturalmente a direcção do vertice do centro da ilha, e achando-o contractado, pela sua velocidade, e volume, rebentou com terrivel explosão, rasgando o vertice thê á base, separando a piramide de que fallei, do total da ilha, á que estava unida, e produziu o porto.»

Os mais sagazes philosophos das Ilhas espalharão a opinião dellas serem originadas por erupções vulcanicas: porem elle conhece que a Ilha de Santa Maria não conserva restos vulcanicos: descreve a apparição da Ilha submarinha do pé do Pico das Camarinhas de Fevereiro, de 1811, e diz que hé mais hum argumento a favor dos que sustentão que as Ilhas são produções vulcanicas; porem elle sustenta o contrario, porque a base de todas ellas hé composta de substancia primitiva.

O A. torna a argumentar fundado na hypotese, que avançou, e que combatemos na carta antecedente, de existir no lugar do ilheo de Villa Franca anteriormente á formação do porto hum ilha, e que hum vulcão lhe formou a baria existente: já dicemos ser aquelle ilheo formado por hum erupção submarinha.

Diz o A. que «hé indisputavel, ser hum terremoto, que fez cessar o fogo;» nós lhe affirmamos, que até hé inverossimil tal conjectura.

Os philosophos insulanos nunca adiantarão, que estas Ilhas brotarão do mar em erupções: nem se questionava nisso: hé verdade que todas apresentam productos vulcanicos.

A erupção de Fevereiro de 1811, de que falla o A. hé engano: hé de 1810, e de frente do Pico dos Ginetes: não formou ilheo algum; a que formou ilheo, foi a de 16 de Junho de 1811, ao Sul do Pico das Camarinhas, ou ponta da Ferraria: observamos o referido ilheo, e nos acabou de firmar na opinião, que avançamos sobre a origem do Ilheo de Villa Franca: tinha a mesma figura, a mesma caldeira interior, com entrada para o mesmo lado de N. E. donde ventava, durante a explosão, e a parte opposta ao vento, a mais alta, segundo a theoria, que expozemos: a bacia era formada pela boca da cratera; vimos o mar corroendo a circumferencia, destacar, de espaço em espaço camadas das materias que compunha o Ilheo, da mesma qualidade, que as do Ilheo de Villa Franca; mas não estalissadas; e finalmente esbroou-se todo depois de existir muitas semanas.

## Cartas 15 e 16.

*Continuação da volta á roda da Ilha de S. Miguel.*

Nestas duas cartas descreve o A. a sua viagem da Villa Franca até ao Valle das Furnas; extasiado da variada perspectiva, que observou do lugar mais alto do caminho de S. João, que pela serra conduz ao valle, donde observou de hum lado montanhas incultas, de outro o lugar de Ponta Garça, o Ilheo de Villa Franca, a villa, o caminho das Furnas, descreve elegantemente os objectos que tão superiormente o surprenderão.

«Eu vi ao S. E. a Ilha de Santa Maria no meio do oceano: ao N. O. o oceano perdido na sua propria, e vasta dilatação, ao redor, e de baixo dos pés a devastação dos terremotos. a exhibição de innumeraveis vulcoens, e aparente ruina do mundo; tudo era maravilhoso! Descreve a descida deste ponto, á Lagoa das Furnas, que então se descobre. que julga ser a base de huma montanha submersa por hum vulcão, e a viagem dali até o Valle das Furnas, a igreja, o mosteiro, e outros monumentos de civilisação, e industria que formão hum maravilhoso contraste com o selvagem amphitheatro das montanhas, de que estão cercados.»

As mesmas sensações de terror, e admiração, que chocarão o A. na sua viagem desde Villa Franca pela serra, até a Aldea, e Valle das Furnas, hão de admirar todo o viajante, que visitar estes lugares. O espirito acostumado á meditação da historia philosophica do globo, vê em hum pequeno espaço reunidos todos os monumentos. que attestão ás differentes epocas das revoluções politicas, e fisicas que elle tem experimentado: á proporção que vai pisando este admiravel solo, vai tendo na successão do espaço, a successão da civilisação, e cultivação do globo; sahe do de Villa Franca, onde vio todos os signaes de huma sociedade civilisada, ou o mundo na epoca mais distante da sua origem; passando aos campos, que circundão a villa, observa-os bem agricultados, e de huma vigorosa vegetação, situados sobre as ruinas da mesma villa, e sobre os destruidores productos das erupções vulcanicas; mais distante descobre aldeas, colinas, montes, precipicios, diversidades de cultura, e vê o globo em huma epoca mais proxima da sua existencia; de outro lado, só vê montanhas, só vê rochedos escavados, precipicios horrendos, onde não apparece indicio algum de cultura; vê o globo acabado de sahir das mãos da natureza creadora; o espirito até aqui combatido por scenas tão contrasticas, fica absolutamente suspenço, quando do cimo da serra descobre o Valle das Furnas, os differentes objectos que o choque são superiores a toda a descripção possivel; hé superior a toda a elegancia do discurso, descrever tão magestosa, horrenda, e variada perspectiva.

## Carta 17.

*Valle das Furnas*

No Numero 23 do «Investigador Portuguez», fol. 319, e seguintes, apparece traduzida a Carta 17 do A. em demonstração do seu talento descriptivo, sendo impossivel aos redactores do dito periodico cotelja-la com o original; porem, nós que temos á vista o sitio descripto; não lhe podemos achar merecimento algum, e perguntamos: onde será aqui a Arcadia dos Açores?

Só a verdade hé eloquente: só são bellas as descripções, que pintão os originaes de huma maneira tão exacta, e ao mesmo tempo agradavel, que o leitor ausente do lugar descripto vê enthusiasmado o lugar que vê, ou cuja descripção lê; assim acontere ao navegante, vendo o quadro da tempestade de Vernet, e ao Camponez a sua paizagem do rasgar da manhaã.

Hé bello o talento descriptivo do nosso Horacio, Filinto Elisio, pintando o Areonanta Robert, subindo aos ares:

Para escalar os astros,  
Intexe hum globo, imitador dos orbes,  
Que girão no ar vazio...  
Eu mesmo o vi, obediente ao mando,  
Deixou airoso a terra;  
Sobre a frente dos homens assombrados;  
Levantado planeta,  
Sulcava as raras ondas magestoso:  
Em soberbo triumpho  
A regrada sciencia aos ceos subia,  
E furtando-se aos olhos,  
A nova estrella prefazia o giro.

Quem não tiver o cerebro gelado vê o que o poeta descreve. He tãobem grandemente bello o talento imitativo do nosso Coridon, Gargão, pintando a desesperação de Dido pela ausencia de Eneas: o leitor vê que:

A miserrima Dido  
Pelos paços reaes vaga ullulando,  
C'os turvos olhos inda em vão procura  
O fugitivo Eneas . . . .  
Frenetica delira,  
Pallido o rosto lindo,  
A madeixa subtil desentrançada,

Já com tremnlo pé entra sem tino,  
 No ditozo apozeno,  
 Com a convulsa mão, subito, arrança  
 A lamina fulgente da bainha.  
 E sobre o duro ferro penetrante  
 Arroja o tenro cristallino peito.

Hé bello o talento descriptivo do nosso melodioso Elmano, Bocca-ge, pintando a desesperação de Tritão:

Calon-se: e do alto escolho, á pressa erguendo  
 O formidavel corpo, inda mais alto;  
 E as negras mãos frenetico mordendo,  
 Por entre as ondas se abismou de hum salto.

Não temos tantos exemplos do talento imitativo do nosso Camoens? a metamorphose do Gigante Admator no Cabo Tormentoso basta:—

Converteo-se-me a carne em terra dura,  
 Em penedos os ossos se fizerão,  
 Estes membros, que vês, esta figura  
 Por estas longas agoas se esconderão;  
 Em fim minha grandissima estatura,  
 Neste remoto cabo converterão  
 Os Deoses; e por mais dobradas magoas  
 Me anda Thetis cercando destas agoas.

E muitos outros exemplos de talento imitativo, que poderíamos apontar, sem mendigar amostras estrangeiras, por termos bastante cabedal, de que dispor na literatura nacional, tão abochada por ignorantes:

Que veja e saiba o mundo, que do Tejo,  
 O licor de Aganipe corre. e mana.

*Ullissea.*

Porem a descripção do A. será bella, sendo de algum valle da Ilha das 7 Cidades: em quanto ao Valle das Furnas da Ilha de S. Miguel, hé muita ridicula, porque hé falça.

«O mosteiro da Villa das Furnas hé hum formoso edificio feito de lava. cercado de jardins, e bosques, figurando a pacifica habitação da abundancia, e da felecidade.»

Assim será o da Ilha das 7 Cidades; porque o de S. Miguel, hé hum pobrissimo valle, onde há huma miseravel aldeia; e onde nunca existio mosteiro algum.

«A vida dos religiosos do mosteiro hé vagar pelos seos aprasiveis bosques, abundantes em deliciosos fructos, e odoríferas flores, assentados debaixo das arvores, ouvindo a musica das aves, cuja melodia augmenta pelo eco reflectido da vizinha gruta.» Não sabemos a razão porque o A. esperando ver renascida nesta Ilha a Idade de Ouro, não esperou nos jardins encantadores do Mosteiro das Furnas essa epoca ditosa: hé porque o A. nesta como nas outras cartas:—

Trafiqua du discours, et vendit des paroles.

«Não obstante a belleza do Valle, o convento, e a villa estão situados em hum lugar de accesso difficilissimo.»

Hé verdade, porque como lá não existem, hé necessario muito trabalho para imaginar, e elevar o espirito ao paiz aonde o A. os collocou, provavelmente na Ilha das 7 Cidades.

A aldeia está situada no meio do Valle.

«A villa e o convento forão edificados para accommodar os doentes, que precisassem de banhos das Caldeiras das Furnas.»

O convento não existe: as cazas do lugar são habitadas por camponezes: há outras cazas de proprietarios da cidade onde residem quando vão aos banhos: entre ellas, a do consul Americano tem hum jardim com hum grande tanque no centro, rodeado de arvores, e hum bonita caza: unico sitio do Valle, que contrasta com o horror que infundem por todos os lados as scenas do vulcanismo.

«O Rio Vermelho tem a sua origem no Pico do Ferro: trabalharão-se ali minas de ferro: ignora-se até que ponto.»

Mente: nunca ali se trabalhara em taes minas.

«Os Furnenses nada sabem alem do seculo em que vivem.»

Hé verdade; nem do dia em que vivem; por que não são profetas, nem tem o dom de Tiresias.

«E parecem pagos da sua ignorancia pela ditosa posse de hum espirito contente com pouco.»

Isto hé muito filosofico! Será entre a ignorancia e miseria das Furnenses, que o A. fará reviver a tal Idade de Ouro, que annuncia aos Açorianos? Será então que na Arcadia das Furnas nascerá o novo Cervantes, que deve cantar o Heroe da Idade de Ouro dos Açores ou as aventuras do capitão T. A., cavaleiro da Ilha das 7 Cidades? que com mais denodo e galhardia que o Heroe da Mancha, nas suas aventuras, vio conventos em lugar de palacios encantados?

«Lagoa vorticiosa.» Julgamos falla da grande caldeira, que os Furnenses chamão, Clara—«Este extraordinario fenomeno forma-se milagrosamente no centro de huma clara nascente, onde huma suja laya se ergue perpetuamente até á superficie, redeminuindo com rapido movimento.»

O fenomeno milagroso não se forma de huma clara nascente, nem



hê suja lava, que se ergue perpetuamente: a agoa da caldeira ferve continuamente pela acção de hum fogo que existe inferiormente á sua base, nascido, e alimentado provavelmente em hum foco, onde a sublimação dos pyritos e substancias bitumosas fermentadas pelo ar reduzindo a vapor a agoa do mar, que parece estar em contacto com a caverna, cauza a continua efervescencia das agoas da caldeira: dizemos, que a agoa do mar parece estar em contacto com o fogo, porque ás alteraçoes, que sofre o oceano, junto ás costas da Ilha, succedem identicas mudanças na ebullicão das agoas das caldeiras.

«A nascente hé celebre por abundar em agrioens.»

Mente; ao pé da caldeira não ha planta alguma: e ainda que ouvessem agrioens e a não ser na Ilha das 7 Cidades, nunca deram celebridade a hum lugar.

«Para mostrar a voracidade do sorvedoiro da caldeira, conta o caso luctuoso de huma rapariga que desapareceo, submergindo-se na caldeira.» A pintura hé patetica, principalmente o «seo ultimo suspiro de agonia, redemoiinliando á vista dos seus parentes, e amigos: hé verdade, que tal facto nunca aconteceu: mas como havia o capitão T. A., ser hum imitador do Cavaleiro da Mancha, se nas suas aventuras, não visse o sitio onde huma *afflicta donzella, á vista de parentes, e amigos, foi arrebatada magicamente no meio de huma clara nascente formada milagrosamente*; perigo, de que a livraria a heroicidade do capitão T. A. se chegasse naquella occasião?

«Hé inutil sondar a sua profundidade; 200 braças se tentarão de balde.» Mente. Como sondou 200 braças na caldeira?

«O seo diametro hé quasi de 20 pés.» Mente: não tem mais de 10.

«As maravilhosas operaçoes da Providencia nestes lugares produzem hum bello effeito no character dos habitantes, tornando-se mores, religiosos, sobrios, e industriosos.» Mente; o mesmo A. confessa na Carta 19: «Que os Furnenses accreditão a existencia de espiritos, e duendes, nas cavernas subterraneas do Valle; que aparecem demonios nas ares &c. Estes pobres insulanos,» diz elle, «excedem todo o povo na sciencia dos presagios, que tem reduzido a huma arte.» E na Carta 28 diz: «A sublimidade, e terrifica grandeza dos vulcões dispoem o espirito para a superstição:» logo não torna os habitantes mais religiosos, porque a superstição e a libertinagem produzem os mesmos effeitos anti-religiosos: não os tornou industriosos, porque são tão indolentes, que as mulheres trabalham mais do que os homens: torna-os sim sobrios, pela pobreza, e privação de meios para viverem na abundancia.

«O Valle hé muito cultivado.» Mente: mui pouco cultivado.

«Produz com abundancia vinho, laranjas, figos, e toda a especie de grãos.» Mente; não produz vinho: muito poucas laranjas, e algum milho, e trigo.

«Apresenta huma população de cor alva, e rosada:» Mente: alimentada e inhamy, leite, e pão de milho, hé grosseira, e de cor baça, e amarela.

«Este povo insulano goza de toda a liberalidade da natureza.» Se ella consiste em viverem no regaço da maior miseria, hé verdade.

«Parece que a Providencia por hum principio de equidade, quiz fazer particulares compensaçoes aos habitantes destes lugares.» Não sabemos em que. O A. será sectario de Diogenes?

### Carta 18.

#### *Caldeiras do Valle das Furnas*

«As caldeiras apresentam-se á vista como grossas columnas de agoa fervendo, brotando de fontes de varios diametros, e subindo na sua maior altura a 20 pés.» Mente; foi o que o A. desenhon na Pl. 8. que já analisamos.

«A cratera immunda hé hum turvo oceano, huma brava fera em cadeas;» que certamente amansou como hum cordeiro á vista da gallardia e donodo do capitão T. A.: a cratera immunda hé a que os Furnenses chamão caldeira de Pedro Botelho: e certamente hé superior a toda a descripção, que della se possa dar.

«O rochedo perfurado, formado por huma fonte quente, hé furado como hum crivo por onde sahe a agoa.»

Não podemos saber o que hé, e onde existe o tal rochedo perfurado.

### Carta 19.

#### *Continuação da volta á roda da Ilha: Espiritos subterraneos.*

«Os Furnenses accreditão a existencia de espiritos e duendes nas cavernas do Valle, e que apparecem demonios nos ares, &c. &c. Estes pobres insulanos excedem todos os povos na sciencia dos presagios, que redusirão a huma arte.»

Quanto mais ignorante hé o povo, tanto mais hé amigo do maravilhoso. Se o A., que quer passar por literato, quando se aproximou á cratera immunda, vio «huma fera em cadeas;» que pensarião os ignorantes Furnenses, que «não sabem mais nada alem do seculo em que vivem;» quando se exhibissem as scenas horrorisantes do vulcanismo, accompanhadas do instrumental de canbonadas subterraneas, e as erupçoes, projectando-se sobre o solo do Valle, de diferentes formas? Quando alguns povos, habitadores do paiz, berço da phisica, da chimica, e da mineralogia. accreditão em vampiros; em que não accreditarião os Furnenses «supersticiosos.» á vista das ejecçoes dos vulcoens? Veja-se a carta 18.

Carta 20.

*Pico do Ferro*

«Sahi das Furnas pelo Pico do Ferro, cujo corpo colossal hé dilacerado em muitas partes por terramotos, escavado n'outras por parciaes erupçõens: notei as fontes ferreas; na vertente de humá há humá mina de ferro, onde já se trabalhou com successo; porem humá erupção, que arrebentou durante o trabalho, tragon os trabalhadores: o Pico tem mais ferro, do que nenhuma provincia da Europa: pertence á Inglaterra descobrir os thesoiros escondidos do Pico do Ferro.»  
Mente: nunca ali se trabalhou em ferro: não nos admiramos do A. ver mais ferro nesse pico, do que há nas visinhanças de Arendal, e Kongsberg: quem vio hum convento no Vale das Furnas, hé capaz de ver hum exercito de gigantes, n'hum rebanho de carneiros; e tem licença para ver o que quizer.

A Inglaterra, em lugar de descubrir os thesoiros do Pico do Ferro, terá certamente cuidado de preparar hum quarto no edificio de Bethlem, que o A. há de conhecer mui bem, onde o Capitão T. A. vá finalizar a illustre carreira das snas aventuras.

Carta 21

*Porto Formoso*

«Descreve a costa ao Norte do Valle: observou em fendas nos valles a materia que forma o terrêno da Ilha; terra primitiva: e não substancias expellidas por erupçõens vulcanicas sobmarinhas: em humá das fendas de muitas centenas de pés d'altura notou, que a admiravel beneficencia do Creador de todas as coisas, se desenvolvia de humá mananeira maravilhosa; por cima havia terra vegetal, composta de varias substancias proprias para embeber, e conduzir a humidade ás raizes das arvores e plantas: debaixo desta camada apparecia areia e seixos, para evacuação da humidade superabundante, e o que esta não podia suster, humá delgada camada de barro entrevinha para a fazer parar apoiada em renovos de substancias mais duras, e ferruginosas: relata esta perfeição da sabedoria nesta sorte da estrutura da parte superficial da Ilha; por que se não observa o mesmo caracter no plano da formação das montanhas, que observon compostas de materias sulfureas, e metallicas: misturadas de pedras e areia: mas destituidas daquelle systema, que caracteriza todos os outros trabalhos da Omnipotencia.

«O espaço entre o Pico do Ferro e Porto Formoso produz humá grande variedade de plantas para enriquecer a collecção do botani o; algumas peculiares da America Meridional: arbusto de café, pimenta; mirtho, &c. encontrão-se frequentemente.

«O coelho hé o unico animal quadrupede, não domesticado: tem grande quantidade de codornizes, e de perdizes, cuja raça veio da America Meridional.»

O que o A. viu nas fendas, que observou, hé o que se encontra em todos os terrenos, que devem a sua existencia ás erupçoens, e demora das agoas sobre as terras, aluvioens, &c.: essa hé a composição de todas as montanhas secundarias, formadas de successivas camadas parallellas: o mesmo acontece nos terrenos, que soffrerão em tempos antiquissimos revoluçoens vulcanicas; as agoas accumulão sobré as lavas e materias ferruginôsas, areas, e seixos; e sobre esta camada pela successão dos tempos, se forma huma crusta de terra vegetal, o que se observa nas ladeiras dos vulcoens extinctos. -

O A. dizendo que achou a construcção das montanhas da Ilha, diversas da construcção do seo solo, não se descobrindo neste o systema que caracteriza os trabalhos da Omnipotencia, quer dizer, que hé caracteristico das montanhas, e terrenos primitivos do globo serem compostos de camadas de differentes qualidades de substancias, gradualmente parallellas: e que o caracteristico das montanhas secundarias occasionadas por aluvioens, &c. hé a desordem, que se observa na composição das montanhas primitivas, assignaladas pelos phisicos de melhor nota, são as grandes massas, que compoem os Alpes do globo, lançadas em desordem humas sobre as outras, formando alterosas molas de granito e rocha viva, sem nunca apparecerem materias dispostas em camadas parallellas; e se em algumas das montanhas da grande cordilheira da America Meridional se observão substancias assim dispostas, hé por que essas montanhas são secundarias ou originadas por causas ulteriores á formação do globo, e addidas, servindo de contrafortes á massa primitiva, que forma a cordilheira das Andas.

Os caracteristicos das montanhas secundarias são as camadas parallellas, que observou, cuja composição affirma ser a do globo no seu estado primitivo.

Alem do coelho, há doninhas, e furoens, que não são primitivamente domesticaveis; mas se domesticão sem muito trabalho. As codornizes e perdizes não vierão da America Meridional; forão introduzidas nesta Ilha pelo seo 5.º Capitão Donatario Rui Gonçalves da Camara, em 1504.

Os arbustos, que se encontrão no terreno entre o Porto Formoso e as Furnas, com que o A. pode augmentar o seo gabinete botanico, são urzes, tamuges, queirozes, e azevinhos, &c.: de café, e pimenta, se os não mandar ir de outra parte, ficará sem elles, por que nunca os houve neste sitio.

**Cartas 22 e 23.**

*Porto Formoso*

«Não ha differença manifesta entre os portos de Porto Formoso e de Villa Franca.» Mente: a primeira differença hé a figura: a do primeiro hé huma bacia, rodeada de rochedos; e o segundo não tem porto: o seo ancoradouro hé entre a costa e o Ilheo.

«Ambos tiverão o seo dia de prosperidade e commercio.» Mente: se diz ambos os portos, hé falço: por que Porto Formoso nunca teve commercio no seo porto. e Villa Franca nunca teve porto: se falla da prosperidade dos lugares, hé falço, por que Porto Formoso nunca teve tal dia de prosperidade.

«O primeiro deve a sua ruina ao terramoto, que tãobem arruinou o segundo.» Isto hé que hé saber as revoluçoens phisicas da Ilha de S. Miguel!! A subversão de Villa Franca, em 1522, occasionada pela descida do Pico do Rabçal contraforte de serra sobranceira á villa, sobre o mar, sentio-se em quasi toda a Ilha: correo lodo por quasi todas as grotas: villa de Agoa de Pão, Ribeira Grande, Nordeste, Ponta Delgada, &c. Não houve então em Porto Formoso acontecimento algum notavel: o restó destes capitulos está cheio de tantas expressoens durissimas contra o estado religioso da Ilha, sobre as cauzas que produzem a degradação social dos habitantes do Porto Formoso, dizendo, em lugar da descripção geographica das costas da Ilha, desde Villa Franca correndo a l'Este até ao morro do Nordesté, e dahi até Porto Formoso, tantas ridicularias, que são alheias do titulo da sua obra, e não merecem o trabalho de as extractar, e analisar.

**Cartas 24, 25 e 26.**

*Villa da Ribeira Grande*

Nada diz nestas cartas, que mereça attenção.

**Carta 27.**

«Ribeira Grande, caldeira infectada de espiritos malignos.

«Isto hé, que a alma do Gomes, primeiro Governador desta Ilha, amante de huma freira do mosteiro da villa, vaga por aquelles sitios, theatro das suas aventuras amorosas, espiando os seus crimes.» Toda esta historia puramente romantica lhe foi contada pela scientifica authoridade do burriquero, que tangia o jumento, em que o donodado cavalleiro da Ilha das 7 Cidades correo nas suas observaçoens philosophicas, phisicas, chemicas, mineralogicas, e vulcanicas. Relata finalmente hum cazo acontecido nas montanhas de Strambolli em 1687 para concluir, que a sublimidade e terrifica grandeza dos vulcoens dispõem

o espirito para a superstição.» E na carta 19 disse: «Que o resultado das erupções sobre o espirito dos Furnenses era tornalos mais religiosos:» mas o A. falla assim por que

«Trafiqua du discours, et vendit des paroles.»

### Carta 28.

Este capitulo hé interessantissimo para quem se quizer instruir na geografia historica da Ilha; basta ler o principio do titulo, «Character do Padre Guardião dos Franciscanos da villa da Ribeira Grande.»

Desempenha o titulo, referindo huma conversa, que teve com elle; e para mentir sempre, encaixa no meio da conversação huma formidavel mentira. «Em consequencia do porto da villa ser destruido por hum terramoto, diz elle, o seo commercio se aniquilou, e mudou para a costa do Sul.» O commercio da Ilha sempre teve por mercados, até 1522, Villa Franca; e desde então a cidade de Ponta Delgada. Acaba a carta eroticamente, com hum escrito de amores de huma freira, que hé da sna invenção.

### Carta 29.

#### *Ribeira Grande*

Descreve huma simphonia monastica; e o resto da carta hé puramente romantico.

### Carta 30.

#### *Descripção dos Campos da Ribeira Grande até ao Valle das Sete Cidades.*

«A Ribeira Seca era navegavel antes de hum terramoto a entulhar.» Mente: a Ribeira Seca nunca loi navegavel: nos grandes terremotos de 1563, arrebeñton o vulcão do Pico do Sapateiro ao pé da villa da Ribeira Grande: a lava correo pela Ribeira Seca, e foi formar no mar huma restinga: isto necessariamente havia de entulhar muito a Ribeira; porem nunca teve agoa, que a tornasse navegavel.

«Passou pelos lugares de Rabo de Peixe, Boa-Viagem, Fenaes. Capellas, Antonio, Moinhos, Ajuda, e Bretanha.»

O lugar do Porto Formoso, que pela sua população hé o 22º da Ilha. mereceo tanta attenção ao A. que lhe deo material para escrever quatro cartas, 21, 22, 23, 26; hé verdade, que não dizendo delle se não mentiras. As cartas 27, 28, e 29, são cheias de ridicularias; e quando se trata da descripção da costa do Norte da Ilha, desde a villa da Ribeira Grande até ao lugar da Bretanha, onde se achão situa-

das as povoaçoens mais importantes da Ilha, cujos campos são dos mais ferteis, a penas se repetem os seus nomes, e esses mesmos errados: de maneira que o lugar de Rabo de Peixe, a 3.<sup>a</sup> povoação da Ilha, isto hé, depois da cidade de Ponta Delgada, e a villa da Ribeira Grande, recommendavel pela sua população, e fertilidade de seu terreno, o lugar das Calhetas, que o A. chama da Boa Viagem, porque assim o vio escripto n'hum mappa impresso; o dos Fenaes 13.<sup>o</sup> da Ilha; o das Capellas 17.<sup>o</sup>; o de Antonio, que hé de Santo Antonio; lugar dos Moinhos, que não existe, mas sim o lugar da Bretanha, cuja igreja parochial hé de N. Snr.<sup>a</sup> da Ajuda, não merecerão a attenção do A. Hé verdade, que há quem diga, que o A. nunca por elles passou. e que transcreveo os seus nomes d'hum carta impressa desta Ilha.

«O valle das Sete Cidades, e da Lagoa grande. e azul, cercado de montanhas, hé formado por muitas erupçoens, que escavarão o valle, e construirão o leito dos lagos: vê-se que ali existirão tres vulcoens.»

O valle das Sete Cidades hé a cratera da grande erupção de 1444, que destruiu hum montanha, que ali existia: a formação das montanhas, que cercão os lagos, cortados verticalmente são restos dos seus flancos.

«Os pastos do valle são os mais ricos da Ilha.» Mente: os pastos do valle são pobrissimos, e todas as suas producçoens por causa da fraqueza do terreno.

«A terra dos bancos do lado hé peculiarmente propria para o crescimento do linho.» Mente: onde o linho se dá melhor hé nas terras do lugar da Bretanha, e da Ribeira Grande. «Haverá duzia e meia de casas occupadas por homens, que cultivão linho.» Mente: o numero das casas do valle hé muito maior, e o seu principal trabalho hé curar teias de linho.

«O linho produzido hé manufacturado pelos habitantes da Bretanha.» Mente: o linho manufacturado na Bretanha hé produsido nos campos daquelle lugar, e não no valle das Sete Cidades.

«Cincoenta mil jardas se empregão annualmente em gastos caseiros, e na exportação dos legumes, que não podem hir no porão dos navios.» Mente:

Em 1812, na exportação do feijão gastarão-se panno, jardas	21,110 <sup>1</sup> / <sub>2</sub>
Em panno exportarão-se	48,997 <sup>1</sup> / <sub>2</sub>
Em linho	1,119 <sup>1</sup> / <sub>2</sub>
Em linhas	893 <sup>1</sup> / <sub>4</sub>
	<hr/>
	72,120 <sup>3</sup> / <sub>4</sub>

Não fallando na exportação de trigo, e muito milho novo, que muitas vezes vai ensacado; e alem do que se gasta no paiz.

«O valle hé pouco habitado; porque os Portuguezes são apaixonadissimos do sol, e não podem viver n'uma situação, em que elle se levanta ás 10 horas, e se poem ás 3 da tarde: e certamente as montanhas, são tão altas, que em sitios da Lagoa azul se vem as estrellas ao meio dia.» E, quem não será apaixonado do sol? Quem hé que gosta de viver nas trevas? O astro, animador da natureza; o sol, a quem nós dizemos com a sublime linguagem d'hum Poeta Portuguez:

«Salve, Senhor das Luzes,  
«Vivificante Numen,  
«Dos planetas Monarcha indestronavel,  
«Que do fixo aposento rutilante,  
«Dardejas sem cessar ten fogo eterno;  
«Que afugentando a noite,  
«Dás brilho, dás vigor á natureza.»

O Sol, o Deos dos Chaldeos, dos Moabitas, dos Phenicios, dos Carthagineses, dos Indios, dos Laponios, dos Natchis, dos Gregos, dos Persas, dos Romanos, e de quasi todas as tribus Americanas, podia deixar de ser amado pelos Portuguezes?

«Que dis-je? O Dieu du jour! Est-il quelques mortels,  
«Qui ne l'aient consacré des temples et des autels?  
«Le Perse l'encense, le Tartare l'adore:  
«Ton triomphe commence, où commence l'Aurore.»

E sendo nós os Portuguezes os primeiros dos povos da Europa, que tivemos conhecimento dos lugares, donde elle se levantava, não temos mais razão de lhe termos mais amizade, do que muitos povos, que naquelle tempo se occupavão em exhibir scenas tumultuosas de guerras civis, e outros em pescar ás baleas; em quanto nós correndo as costas d'Africa, dobrando o Cabo Tormentoso, fomos fazer respeitar o nome Europeo em Goa, em Malacca, e no Japão, abrindo o canal das transacções mercantis da Europa com as riquissimas provincias da Asia, que tem feito a fortuna d'algumas nações Europeas, restando-nos só, desgraçadamente, a gloria de as ter ensinado? Além disso nós temos realmente mais razoes de sermos apaixonados do sol, do que muitos outros povos; porque, como esse astro vivificante nos apparece todos os dias do anno, devemos-lhe ser mais gratos, do que aquelles, á quem elle mais raramente se faz visivel. Por exemplo: em Londres como se não descobre o sol todos os dias; aquelles em que apparece, hé recebido com o mais vivo interesse de afeição, e de alegria. Não se chama em Londres, «*glorious day*,» dia glorioso, aquelle em que o sol se mostra com todo o seu brilhantismo? «*A very fine*



*day;—very fair weather, indeed!*» Não são expressoens tão repetidas em Londres no dia, em que se descobre o sol? Então, porque nos accusa de sermos apaixonados do sol?

«Ah! si l'homme est coupable en adorant tes feux,  
«Tes éternels bienfaits demandent grâce aux Cieux!  
«Ame de l'univers, source immense de feu,  
«Ah! sois toujours son Roi, si tu n'es plus son Dieu!  
«Plaisirs, talens, vertus, tout s'allume à ta flamme;  
«Le jeune homme te doit les doux transports de l'âme,  
«Et le vieillard dans toi voit son dernier ami.»

Era a ultima invectiva, que podião fazer contra nós alguns dos charlataens viajantes, que querem fazer apparecer os seus nomes a par daquelles que honrão a nação Britannica, como os Coxes, os Moores, os Brydone, os Young, os Pratt, os Macartney, e o celebre Cook.

O Autor, para sempre ver o que os outros não vêem, vio no Valle das Sete Cidades as estrellas ao meio dia; tanto não vio o seu rival da Mancha; por que hé ver menos, tomar rebanhos d'ovelhas por gigantes, do que ver no Valle das Sete Cidades, bem aclarado pelo sol, as estrellas ao meio dia! Veria o A. as estrellas ao meio dia no valle, no sentido do antigo rifão Portuguez:

«Não se pode conceber huma couza mais bella, do que os Lagos: se estas Ilhas pertencessem á Gram Bretanha, o Valle das Sete Cidades seria a Arcadia das Ilhas d'Oeste.»

Arcadia no Valle das Furnas: Arcadia no Valle das Sete Cidades! Se estas Ilhas chegão a ser governadas segundo o systema do A.—adeos Homero—adeos Virgilio; por que duas Arcadias a trabalhar, hão de fazer esquecer tudo o que há bom em poesia; e se a agoa de Hypocrene, sendo fria, inspirava tanto os Valles; que enthusiasmo não causarão as agoas ferventes das novas Hypocrenes da Arcadia das Ilhas d'Oeste?

### Carta 31.

*Habitantes do Valle das Sete Cidades, e seus empregos.*

A região dos Lagos hé a unica porção de terra que o A. conhece «habitada por hum povo sem vicios, sem prejuizos, sem necessidades, e sem dissençoens: nascido debaixo d'hum ether finissimo, nutrido de fructos da terra, fertil sem cultura, governado por pays de familias, melhor do que por monarchas: não conhece outra diminuição do que o amor, e a devoção: as suas aldeas são numerosas, e occupão terras lavradas, que cercão dons terços das montanhas, que limitão os Lagos: as casas são edificadas de pedra de lava: e em muitas hum

colchão de junco serve de camas aos seus pacíficos habitantes, que se assemelham aos costumes mais aos Mouros do que aos Portuguezes.»

O A. mente (em toda a extensão da palavra) na descripção, que dá dos habitantes do Valle: elle mesmo disse na Carta 30, que havião no Valle duzia e meia de cazas; e agora, diz «as suas aldeas são numerosas.» A vista do Valle hé magnifica, porem a aldeia mui pequena; os habitantes pobrissimos; vê se a miseria em todas as cazas, e o terreno hé mui pouco fertil: os homens no paraíso terreal governados por Adão, ainda em graça, não poderiam viver mais felizmente do que os habitantes do Valle das 7 Cidades, segundo a pintura do Autor; porem a sua descripção hé de algum valle da Ilha das 7 Cidades.

«Esta Ilha hé de grande utilidade para os Inglezes, pela cultura do canhamo, podendo-lhes fornecer todo o linho que a Grã Bretanha importa annualmente.» Dada essa grande cultura de canhamo; os Portuguezes não se aproveitarião d'elle e importarião linho do Baltico?

«O burro, o boi, o porco, e as aves domesticas derivadas da miseravel raça de Portugal crescem na Ilha, com hum grandeza desconhecida em outra qualquer provincia.» Mente; os animaes e aves de que falla não são melhores, nem maiores que os de Portugal. O A. traça nesta carta hum elogio funebre aos Portuguezes do continente; e nós lhe poderiamos responder, que muitas das viagens, que apparecem em Inglaterra, são produções de ociosos, que correm o mundo sem o talento da observação e conhecimentos necessarios para escrever; publicadas muitas vezes com o fim de pagarem os gastos da viagem, a relação da mesma viagem, e tendo todos o defeito de fallarem com illiberalidade de algumas nações estrangeiras; mas respondemos-lhe com o discurso do seo Blackstone, pag. 369 e 379 do 1.º vol., e 249 do 2.º:—Quanta compaixão não merecem esses pseudo-literatos, quando lendo as chocarrices das suas viagens, o leitor se recorda das viagens do celebre Cook; da elegancia de Robertson, e da profundidade de Hume!

«Não há animal reptil venenoso, e tem-se feito algumas experiencias para os introduzir: mas em vão: se vivem algum tempo, o seo veneno perde a malignidade: a vibora cornuta do Brazil, a peor das viboras, existio na Ilha tres mezes, e cessou de communicar veneno.»

O Sr. Capitão T. A. mente com hum descaramento incomprehenivel: só hum doido emprenderia introduzir animaes venenosos aonde os não houvesse: se alguém fosse capaz de conduzir a cerastes, ou vibora cornuta do Brazil (se lá existe, o que ignoramos, era só elle, que vindo de lá, na preciosissima collecção de historia natural que trouxe, e mostrou em S. Miguel, traria a tal vibora cornuta, ou para se divertir com ella na viagem, ou por ser hum digno atavio, de hum Capitão de Dragoens ligeiros, Cavaleiro da Ilha das 7 Cidades; e assim como Medusa se toucava com cobras, e viboras, o Capitão T. A. poderia a-

dornar o seo capacete com a vibora cornuta; feito este muito mais heroico, e cavalheiresco do que o Heroe da Mancha cobrir a cabeça com a bacia do seo barbeiro.

### Carta 32.

#### *Observações geraes sobre o clima da Ilha de S. Miguel.*

«Tenho procurado conservar a dignidade e caracter de historiador.» E tem-se sahido tambem, como D. Quixote das questões que teve com os almocreves.

«A atmosfera hé a mais fina do globo; e consequentemente o seo clima o mais puro, e sereno.»

### Carta 33.

#### *Efeitos do Clima nos Habitantes da Ilha.*

«O bom clima hé que concorre para a maior extenção de conhecimentos.» E aonde fica a educação, governo, costumes, religião, &c.? Compare o A. os habitantes de Inglaterra do tempo dos Bretoens, com os do tempo de Pitt; e veja se hé hum clima humido, hum ar expesso, que tem produzido a grande differença, que existe entre a epoca em que os Pictes combatião com os Bretoens, e aquella em que o pavilhão Britannico tremulã nos Pirineos; hé a constituição do seo governo, que os Inglezes dêvem a energia do seo espirito.

O A. estabelece o principio «o bom clima hé que concorre para a maior extenção de conhecimentos.» A atmosfera de Portugal hé melhor do que a de Inglaterra; logo no primeiro paiz devem haver mais genios; mas isto hé se o A. fallasse logicamente; mas como para correr aventuras na Ilha das Sete Cidades não hé necessario logica, diz: «a má atmosfera de Portugal enerva o entendimento, assim como o corpo. E Inglaterra como produz, sendo peor que a de Portugal?»

### Carta 34.

#### *Maneiras e Costumes dos Habitantes de S. Miguel.*

O A. nesta carta tambem traça o elogio funebre dos Açorianos; fazendo depender todo o atrasamento da civilização da religião que seguem. Mas todos estes males cessarão quando apparecer a Idade d'Ouro do A. na nova constituição que se há de dar a estas Ilhas. As Cartas 35, 36, 37, são 3 capitulos cheios do relatório das suas visitas ao Mosteiro da Esperança da cidade de Ponta Delgada, e historia de duas Freiras; episodio romantico com que o A., á maneira do da Alma do

Gomes; da caldeira da Ribeira Grande; da rapariga redemoinhando na caldeira do Valle das Furnas, á vista dos amigos e parentes; da viborra cornúta; e outros, quiz tornar mais volumozza a sua historia.

### Carta 38.

#### *Sociedade dos Habitantes da Ilha de S. Miguel.*

Os leitores hão de estar pasmados de ver, que o A. querendo ser rival do Heroe da Mancha, e tendo escalado volcoens, tratado de serpentes, visto as estrellas ao meio dia, ouvindo talvez na gruta vezinha á caldeira do Valle das Furnas, o éco do ultimo suspiro da rapariga que redemoinhava na caldeira; não tivesse encontrado hum Dulcinea: descobrio-se finalmente, e na Carta 38, faz apparecer na cidade de Ponta Delgada a Sr.<sup>a</sup> D. Paulina de character bem conhecido, de muitas virtudes, benevolencia de coração, e universalmente admirada pelos seus extensos conhecimentos dos caminhos da sciencia e da leitura.» Que mais queria o A. para ficar muito superior ao amante de Dulcinea? Este sempre abraça a nuvem pela Deosa; elle depois de tantas aventuras, depois de ter visto esta Ilha fisica, chimica, geographica, e historicamente descobre finalmente a Sr.<sup>a</sup> D. Paulina, cujos conhecimentos nas sciencias, são universalmente conhecidos; porem finalizou o seu romance por hum acontecimento verdadeiramente magico, que foi, que na Snr.<sup>a</sup> D. Paulina ninguem teve o gosto de fitar os olhos se não o A. Há porem bem fundadas esperanças, que em se descobrindo a Ilha das Sete Cidades, em que o A. correo as suas aventuras, e de que por força será governador; e onde fará reviver, á sua vontade, a tal Idade d'Ouro que tanto deseja aos insulanos, e sem a qual elles passam optimamente; sim nessa celebre época espera-se que appareça a Sr.<sup>a</sup> D. Paulina, e que junta ao seu valoroso cavaleiro se fação celebres, e dignos de serem contados como proselitas do Cavaleiro da Mancha.

### Carta 39.

#### *Descripção Geral da Ilha de Santa Maria*

«Não se encontrão nesta Ilha vestigios vulcanicos, mas sim de terramotos. O solo hé argila primitiva, em que commercêa em bruto, e já em loiça: isto prova não deverem as Ilhas dos Açores a sua origem a erupcoens vulcanicas sobmaritimas.»

Não visitamos ainda a Ilha de St.<sup>a</sup> Maria: sabemos porem que tem grandes camadas de pedra calcaria não mui forte, intermediadas de camadas terrosas: tem argila mui boa: o seu solo indica pela sua composição, pelas furnas que tem na costa, e ilheos, que o cercão ter si-

do coberto pelas agoas, e sofrido os estragos de terramotos. Hê de notar, que não só esta Ilha tem grandes furnas ou cavernas sobpostas ao seu solo, e Ilheos adjacentes: a Ilha de St.<sup>a</sup> Maria tem o Ilheo do Castelete, e do Castelo; o Ilheo das Cabras hum quarto de legoa da villa; o Ilheo dos Romeiros com huma grande furna. A Ilha Graciosa tem, entre outros, os Ilheos dos Homisiados, e das Gaivotas: a Terceira os Ilheos das Cabras, dos Frades, e outro ao Norte: S. Jorge, o Ilheo do Tôpo: o Pico o Ilheo da Prainha, os Ilheos da Magdalena, &c. Fayal os Ilheos de St.<sup>a</sup> Cruz, os dos Capelinhos, &c. Sm. Miguel, o Ilheo de Villa Franca, de Rosto de Cão, e dos Mosteiros: todas as Ilhas tem furnas; algumas extraordinarias, e signaes visiveis de volcoens extinctos há muitos seculos: a grande montanha do Pico na Ilha do mesmo nome parece projectada por hum volcão do seio dos mares: a grande caldeira do Fayal, como observou Cook, hê hum monumento mudô, que conserva a memoria de hum volcão que ardia naquella Ilha, cuja epoca remonta á grande antiguidade: todas as Ilhas tem signaes autenticos de vulcoens que arderão há muitos seculos, e outros ainda ardem. São as furnas que minão o terreno de todas as Ilhas, abobedas das cavernas ardentes projectadas pelos terramotos acima do oceano? Esta questão ficará sempre sepultada na noite das conjecturas.

«Relata a etiqueta de hum enterro que vio, criticando muito o uzo Portuguez.» Hê verdade que hê digno de critica, e até muito prejudicial á saude publica serem as sepulturas dentro de povoaçoens: podem achamos que hê sumamente ridiculo desenvolver hum luxo estrondozo, já n'hum enterro, já em lapidas e carneiros; quando tal despeza seria applicada muito mais philanthropicamente, dando-se á viuva indigente, e á orphã sem azilo. Não são pomposos apparatus funebres, que memorizão o homem depois de morto: as suas acçoens durante a vida, sempre dirigidas para felicitar os seus semelhantes, contadas de pays a filhos hê que transmitem seu nome á posteridade: ao monarcha que elevou as Piramides do Nillo não poderão essas moles espantosas celebrar seu nome: pelo contrario, o nome de Howard, o consolador dos desgraçados, vivirá eternamente impresso no coração dos homens:

«Howard! dont le nom seul console les prisons;»

E que segundo a expressão do mellifluo Delille, visitou as prisoens de toda a Europa.

«Pelas rispidas leis tornar mais doces,  
Do desgraçado a voz leva ao monarcha:  
Com mais doces prisoens, seos grilhoens quebra:  
Do esposo, a cara esposa aos braços leva,

O pai ao filho, o filho ao que elle adora:  
Anjos no ceo, atonitos, perguntão:  
Que anjo desceo á terra em forma humana;  
A morte delle foge, a dor se esconde.»

Trad. do Poem. de Del. á *Piedade*.

O A. deve notar que todos os povos tem differentes etiquetas, e preoccupações: ao que quizer criticar as estravagancias do seu vesinho, se este tiver o olho vivo, há de ter muitas que lhe lançar em rosto. Não defendemos o ceremonial dos enterros insulanos; mas lembrese o A. que em algumas partes ainda são peores. Nos Açores não hé costume enterrar os afogados nos grandes caminhos, cravando-se-lhe huma estaca pelo meio do corpo: nas Ilhas dos Açores não se dão os epitetos de deliciosos, de encantadores, aos panos funebres, e ás sepulturas: nos Açores não vão os viajantes visitar os azilos dos mortos para se divertirem com os ridiculos epitafios, que a factnidade dos artistas e da plebe manda escrever nos seus jazigos, e isto acontece n'algumas partes. Aristides, o justo Aristides, o immortal Socrates, ainda existem, não na pompa vã de hum sepulchro, mas na lembrança das suas virtudes, e dos seus conhecimentos.

«A principal exportação da Ilha consiste em trigo de que exporta para S. Miguel 1.500 toneladas para dali serem reexportadas: por que o ancoradouro da Ilha hé peor do que o de Sm. Miguel.» — Mente. Se o porto dá lugar a carregarse a exportação para S. Miguel, por que não deixará fazer a exportação para a Madeira, e para Lisboa?

O trigo que a Ilha produz hé exportado para a Madeira e Lisboa: algum que exporta para S. Miguel hé de proprietarios aqui residentes.

## Carta 40.

### *Descripção Geral da Ilha Terceira*

«O seo ancoradouro he melhor do que o de S. Miguel.» No ancoradouro de S. Miguel podem os navios fundiar proximos á terra, e quando soprar vento dos quadrantes do S. fazerem-se á vela; no ancoradouro da Terceira os navios não se podem fazer á vela: e amarrados a quatro amarras hé que podem resistir aos temporaes, que a pesar disso os fazem sosobrar, como aconteceu a dous em 1812, e outros irem á costa: isto hé, os navios mercantes, por que os de guerra são obrigados a ficar em franquia em huma grande distancia da cidade, o que não acontece no de S. Miguel; e mesmo em franquia não estão seguros com os temporaes do S. O. por cauza dos Ilheos das Cabras: por tanto o ancoradouro de Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel, hé melhor que o da cidade de Angra na Ilha Terceira.

«Produz trigo, milho, favas, e feijoens. que exporta para Lisboa

e Madeira.» Mentio: não exporta feijoeus; e dos outros generos, muito ponco: a exportação do trigo foi antigamente muito maior que actualmente.

Sessenta a setenta navios de 80 toneladas fazem este negocio.

Mente: o A. não comece a ver na Ilha Terceira como em S. Miguel, conzas que os outros não vêm; portanto reduza à ametade o numero de navios empregados na exportação.

«Tem pouco vinho e mão: laranja e limão cultivão-se mais para o consumo domestico, do que para commercio.»

Esta Ilha á muito tempo exporta laranja e limão.

«O solo hé mais proprio para agricultura e pastos, do que para a cultura de frutas.»

Mente: a Ilha tem abundancia de frutas, que são as melhores das Ilhas.

«Tem muito grão, e gado barato, e 50,000 almas de população.»

Mente: hé annualmente fornecida de gado pela Ilha de S. George: antigamente tinha grande quantidade de gado, e a população em 1796 não excedia 28 mil almas.

«Tem muito peixe, e bom: a pesar d'isso gastão bacalhão, e peixe salgado, muitas vezes putrido, dos bancos da Terra Nova.»

Come-se muito peixe salgado da mesma Ilha, outro importado pela Ilha do Pico: e bem bom seria que estas Ilhas, que podem exportar peixe salgado para o Continente, o não importem de nação alguma.

«A carne de vaca e porco hé a melhor do mundo: a pesar disso gastão toucinho salgado de Portugal.»

Mente: se esta Ilha manda toucinho para Lisboa e Madeira; como hé que gastão toucinho de Lisboa?

«A sua população hé superior em civilisação á das ontras Ilhas. Em Angra prevalecem as maneiras e costumes de Lisboa: os melhores divertimentos da Ilha Terceira, e S. Miguel, são visitar os conventos; a sua musica hé na verdade humma grande attracção. Hum dos conventos, hé notavel pela formozura das suas religiosas: a Villa da Praya tem hum bom ancoradoiro, e hé bem situado.»

### Carta 41.

#### *Descripção da Ilha Graciosa e S. George*

«A villa principal hé de Santa Cruz: hé muito fertil, e aprazivel: os seus habitantes pacificos, e felises: o gado mais pequeno, que na Terceira. S. George hé celebre pelas suas calamidades, e rudeza, tanto, quanto a Graciosa o hé pela sua fertilidade, e felicidade de seos habitantes: as tres Ilhas Terceira, S. George, e Graciosa formão hum trianglo equilatero.» — Mente: hum trianglo isosceles.

«As duas ultimas não tendo bons pastos, mandão a sua exporta-

ção para a Terceira, como a Ilha de Santa Maria para S. Miguel.» — Isto hé, mente tanto, quando diz isto, como quando fallou da Ilha de Santa Maria: estas duas Ilhas exportão o gado para consumo da Terceira, Madeira, e Lisboa; trigo e sevadas para Lisboa e Madeira; em annos abundantes algum milho, e quasi annualmente para Lisboa e Brazil vinhos, e queijos; einhos para as outras Ilhas.

«O principal lugar hé o Porto das Vellas: relata a erupção de 1808: o fogo destruiu a pequena Villa de Ursula.»

O fogo cauzou muito damno: destruiu parte do pequeno lugar da Urselina.

### Carta 42.

#### *Descripção das Ilhas do Fayal e Pico*

«Falla do magnifico golpe de vista, que exhibe o Pico da Ilha do Pico: produz madeiras tão boas, como mahogano, muito procuradas em Lisboa para trastes.»

Foi n'outro tempo a madeira de que falla: hé já mui rara.

«O seu principal commercio consiste em vinhos; produz annualmente 5,000 pipas: o seu principal mercado hé feito pelos Inglezes para as Indias d'Oeste onde provão bem; tem cor e sabor da Madeira inferior.»

A exportação dos vinhos do Pico feita pelo Fayal; hé pelos Inglezes para as Oeste Indias, e Inglaterra: pelos Americanos, para os Estados Unidos da America: pelos Portuguezes, para as outras Ilhas, Portugal, e Brazil; isto hé, os vinhos superiores: os inferiores queimão-nos para agoas ardentes, que exportão para o Brazil, e Lisboa.

«Os habitantes gostão mais de viver em cazas, e cazaes separados, do que em villas; tem huma villa chamada das Lagens, principalmente para accommodação dos Monjes: não tem porto, e todo o seu commercio hé feito pelo Fayal.

A Ilha tem tres villas—Lagens, Magdalena, e S. Roque: em 1796 tinha 22,376 habitantes: muitos são obrigados a habitar em lugares separados para tratarem das vinhas pelo interior da Ilha, por necessidade, e não por gosto.

#### *Ilha do Fayal*

«O Porto do Fayal, hé o melhor de todos os das Ilhas dos Açores.»

Para ter segurança no ancoradouro do Fayal, hé necessario estar a quatro amarras, de que se chega a pagar 200 rs. por polegada, e só embarcaçoens mercantes fundeão alem dos Pontas da Explanada e da Guia, que formão a Bacia: com temporaes do S. E. e N. E. não se po-



dem fazer de vela, e não tendo boas amarras, vão infallivelmente á praia: só ancorando fora de Pontas, hê que se podem fazer á vela: por isso achamos preferivel o ancoradoiro de Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel; por toda a qualidade de embarcação poder ancorar mais proximo da terra, não sendo necessario estar a quatro amarras, e podendo montar havendo cuidado a Ponta da Sardinha, e da Galera: com tudo hum dos Portos do Fayal poderá vir a ser dos melhores dos das Ilhas dos Açores; porem depois de trabalhos hydraulicos de muita despeza.

«Achei 30 embarcaçoens ancoradas, e podia receber mais 60: o commercio consiste em fornecer os navios que navegação para a India, Brazil, e mares do Sul.» Isto hé: na sua volta dessas paragens, refresco munitas vezes nesta Ilha.

«E na exportação do vinho do Pico, que nos bons annos anda de 8 a 10 mil pipas; graons, e provisoens, para carregar 70 navios de 80 a 100 toneladas,»

Mente: esta Ilha importa em annos de falta, farinhas, e milho dos Estados Unidos d'America, e trigo, e milho das outras Ilhas; o que produz hé, para sustento de 16,975 mil almas, que tinha em 1796; e 22,376 do Pico, que a maior parte do anno tira a sua subsistencia della: e se exporta 70 navios de grão hé para sustento dos habitantes da Ilha das Sete Cidades.

«Tem a vantagem de poder ser o centro do commercio das Ilhas, fazendo-se-lhe hum bom porto para 80 a 90 navios, que pode ser com pouca despeza.» E sem nenhuma era melhor. «Fica tão distante de S. Miguel, que fazendo-se nesta hum porto, ali se podia concentrar o commercio de Santa Maria, Terceira, S. George, Gracioza; e o do Pico, Flores, e Corvo.» Acaba de dizer, que tem a vantagem de ser o centro commum do commercio de todas as Ilhas, e immediatamente diz, que seja S. Miguel centro commum da maior parte dellas, pela unica razão de estar distante do Fayal!

«No tempo dos comboios de Portugal, elles refrescavão nestas Ilhas, e tiravão milhares de mancebos para o serviço do mar.»

«Esta Ilha hé o deposito da do Pico, Corvo, e Flores.»

Das duas ultimas, mente.

«Hé peculiar aos Açorianos a sua civil, e hospitaleira conducta para com os estrangeiros: o coração do Açoriano hé clemente, e simpatisa: hé terno, e ama; hé generoso, e dá; e hé social, e hospitaleiro: se em alguma carta lhe attribuirão hum caracter de avareza: e indocilidade, hé que estão prevaricados pela superstição, e enthusiasmo inspirado pela sua profana religião, e directores sacerdotaes.»

Ora supponha o A. que os Açorianos agradecidos do bello caracter, que lhe deo o A. querião dar huma idea do caracter do Capitão T. A. analisando-lhe as qualidades moraes, de que elle acima fallou? Se elles lhe dicerem que o coração do Capitão T. A. hé clemente e

simpatiza, não dizem humma verdade? Quem lhe pode negar que elle sympathizou com o Cavalheiro da Mancha? O conto da Alma do Gomes, a descripção do Valle das Furnas, não são demonstraçoens da sua simpatia com as ideas romanescas do seu rival? Se disserem, que hé terro e ama; há melhor demonstração, do que o episodio da Sr.<sup>a</sup> D. Paulina? Que hé generoso, e dá, que maior demonstração, que o querer dar humma nova constituição ás Ilhas dos Açores, e fazer presente dellas ao Governo Britannico sem ninguem lhe encommendar? Que hé social e hospitaleiro; que melhor demonstração do que querer meter nestas Ilhas a immensa canalha de degradados, que se exportão annualmente de Inglaterra para Botany Bay, e Sidney Cove? Porem, se se lhe conheceo alguma *avareza do que não hé seu*, e hum grande afferro a ideas romanescas, hé por que o A. acostumado já há tempos a viagens continentaes, e faltando-lhe os conhecimentos necessarios para escrever, supre com descripções, vistas pela sua imaginação, tudo aquillo, que o tempo, conhecimentos, e reflectão só lhe podião subministrar: e a sua ignorancia em geographia hé tal que diz neste mesmo capit. pag. 302, 7.<sup>a</sup> l.: que os Açores erão originariamente chamadas as Ilhas Fortunadas, «The Azores were originally called *Les Isles Fortunées*, or the Fortunate Islands.»

#### Cartas 44.

##### *Descripção da Ilha das Flores e Corvo*

Não as visitou, dá noticia dellas por informaçoes.

Faz hum elogio á lingoagem Portugueza.—Que necessitava delle! e será milhor, que o A. aprenda em John Michle as bellezas da lingoagem Portugueza.

«As villas principaes são Santa Cruz e Lagens: produz trigo, legumes, e aves cazeiras, as melhores do mundo.»

Não minta; por que são galinhas como as outras; muito gado mas pequeno.

«Se não fossem os navios principalmente os Americanos, que alli abordão para refrescar, e reparar, os seus habitantes vivirião na mesma solidão que os das Ilhas dos mares do Sul.»

##### *Ilha do Corvo*

«Tem boa ancoragem; estas duas Ilhas pela sua má posição, são de bem pouca consequencia.

«Debaixo porem de hum ponto de vista podem ser de grande vantagem para o Governo Britannico: ellas podem substituir o estabelecimento Britannico de Botany Bay, para onde se mandão delinquentes de crimes capitaes; estabelecimento, que custa immensas sommas

ao Governo, e que hê injuriozo ao Imperio Britannico, por ser hum azylo independente de piratas, que podem arruinar o commercio com a China.»

Isto hê que hê ser philantropo em toda a extenção da palavra: reviva a idade de oiro nas Ilhas dos Açores; livrem-se do jugo do governo actual; seja o Valle das Sete Cidades a Arcadia das Ilhas d'Oeste, e para isso mande-se para as Ilhas do Corvo e Flores, cujos habitantes vivem pacíficos desde 1450, a canalha infame de malfeteiros que vão annualmente para Botany Bay! Que bella idade de oiro não nasceria no centro de hum bando de ladrões, e de criminozos! Se o A. não estivesse já escolhido para governar a Ilha das Sete Cidades, havia ser governador da Botany Bay das Ilhas de Oeste. Hê injuriozo ao Imperio Britannico alimentar piratas em Botany Bay, e não o hê alimentalos na Ilha do Corvo e Flores.

«O meu fim,» diz o A., «hê fazer entrar todas as Ilhas dos Açores no grande plano de castigar os criminosos de crimes capitaes, e reformar os delinquentes; a canalha dos convêncidos deve estacionar-se em Ponta Delgada para a construcção do porto.

«As mulheres delinquentes na Alagoa azul, e grande, para cultivarem o linho:»

O Sr. Capitão T. A. parece-nos, que não estava bom da cabeça, quando finalizou a sua historia. Não se lembra que o Valle das Sete Cidades há de ser a Arcadia das Ilhas de Oeste? não se lembra que os seus habitantes são os unicos que existem sobre a terra sem vícios, e sem paixões? Hê nesse lugar de hu na vista infinitamente bellã, segundo a sua expressão; lugar, que foi objecto das suas Cartas 30 e 31, que o Senhor quer introduzir as pessoas que enchem as paginas do catalogo de Hary.

«E a porção mais vil, e grosseira, e hum bando de convencidos para fazer cabos, cordas, &c. na Ilha de Santa Maria.

«As Ilhas Terceira, S. George, Graciosa, e Pico, estão nas mesmas circumstancias: a canalha será empregada em formar portos nestas Ilhas.

«Se o objectarem dizendo, que podem fugir os degradados, o mesmo pode acontecer em Botany Bay: hum rigida disciplina, e os poucos portos que tem as Ilhas impedirão a fuga.

«Pertence pois aos ministros decidirem, se devem tomar os Açores debaixo da sua protecção, por tratado ou compra, ou abandonalos á escravidão.»

Por este ultimo discurso conhecerão os Açorianos qual era o fim do infame pampheto incendiario do Capitão T. A.: inculcou estas Ilhas ao Governo Britannico, pertendeo semear neste pacifico solo, as raizes da maldade e da discórdia; e por isso poz em acção todos aquelles meios, de que uzão os que pertendem perturbar as sociedades: por isso escreveo todas aquellas conzas que podem chocar os povos para aborre-

cerem os governos: pintou o mais favoravelmente possível, o futuro lisonjeiro, em que os Açorianos debaixo de hum governo insolar podião disfructar o grande grão de representação nacional, a que devião subir. Sempre em taes occasiões se pintão os habitantes da metropole com cores as mais feas, e não esqueceo isso ao A.: disse mal dos Portuguezes do continente; que nunca se fez cazo da colonia; o que hé outro lugar commum: tambem lhe não esqueceo, que o seo valor hé tão conhecido, que os estrangeiros os estimão, e só a metropole os despreza. Este meio de attacar o amor proprio colonial, tantas vezes posto em acção, não podia esquecer ao A., e por isso não lhe emportando as epochas historicas. porque não foi esse o fim com que escreveo, assignalou a época da felicidade destas Ilhas no tempo do governo intruzo Hespanhol.

Sempre nestas occasioens se costuma chamar ao governo despotico, e a religião supersticioza: isso não esqueceo, ao A.; e o desfeixo das suas persua-oens, e das suas pinturas de futura felicidade dos Açorianos, hé alcançar-lhes a fortuna de passarem do governo benefico, e paternal de S. A. Real o Principe Regente do Brazil e Portugal. para o governo Britannico, para então serem as Ilhas dos Açores o azilo de todos os malfeitos, criminozos, e debochados do Imperio Britannico: vindo a representar as Ilhas dos Açores, habitadas por huma nação polida, o papel que representa o estabelecimento de Botany Bay, habitado pelos selvagens e supersticiosos povos da Nova Hollanda, e criminozos Inglezes: eis o *grande plano* do Capitão T. A.

Não foi só o Capitão T. A. que recentemente se encarregou da vil tarefa de calumniar os Portuguezes: Lord Byron representou hum igual papel no seo *Child Harolde*, digno de rivalizar com o pamfleteo do Cavaleiro da Ilha das Sete Cidades: o Major General Mac Kynnon, que a pesar de nos tratar bem, diz: que o grande numero de Brasileiros, que há em Lisboa hé causa do character Portuguez ser diverso na capital e nas provincias: e dá lugar a dizerem os estrangeiros, que os habitantes de Lisboa são viciosos. Quantos escritos não apparecerão de outros muitos philantropos viajantes no Brazil? Se elles de Portugal, tão conhecido no mundo, dizem falsidades tão escandalosas, que não dirão na Europa das Capitánias do Brazil? Pertence pois aos sabios da nação que estiverem nas circumstancias de desvendar a impostura desses pseudo-literatos, refutar os seus escriptos, e publicar a verdade: disto se tirão grandes vantagens; sustenta-se a gloria nacional; e ensinão-se os viajantes a serem mais criticos, e mais circumspectos, quando escreverem as suas viagens, para não representarem no mundo literario o ridiculo papel, que exhibio o Capitão T. A.: assim das memorias escritas, e das suas analyses se poderão formalizar ensaios historicos. e geograficos verdadeiros, trabalhos tão uteis, e necessarios para o progresso da historia. e da geografia.

Hé necessario, que os amadores da gloria nacional se não mirrem

com o fogo activo do patriotismo, suffocando os seus conhecimentos; e por hum receio indesculpavel, não defendão a nação, quando escriptores estrangeiros a calumnião; não podemos ver sem desgosto, que depois do estabelecimento da séde da Monarchia Portuguesa no Brazil fosse Maw, hum estrangeiro, o primeiro que publicou as suas viagens no interior do Brazil; e Roberto Southey a Historia do Brazil, formalizada sobre os escriptos Portuguezes do Padre Anchieta, Vasconcellos, Almeida, e dos Jesuitas Muriel, Montojá, &c. Não era mais glorioso aos Portuguezes, que apparecessem aquelles trabalhos e historia compostos por hum nacional? Aos Portuguezes pertence a gloria de fazer conhecer no mundo as vastas capitancias, que compoem o extenso Imperio do Brazil. Comece a florescencia dessas riquissimas regioens,

Aquem hum largo Imperio Soberano  
Promete o Fado na futura idade.

*Ullissea.*

Comece tãobem a gloria dos seus nacionaes, roubando aos estrangeiros o louvor de serem elles, quem nos transmittam as relaçoens, e historia dos nossos proprios estados.

O nosso augusto Soberano, que tanto se esmera em favorecer as sciencias no seo imperio nascente, receberá benignamente as produçoens dos genios, que se votarem a fazer conhecer o Novo Mundo, onde elle foi o primeiro monarca, que empunhou o sceptro:

Que para se igualar gossa grandeza,  
Novos Mundos vos busca a Natureza,

*Ullissea.*

(*Investigador Portuguez*, Vol. XII, pag. 153 a 180, 317 a 375).



# DOMINIO HESPAÑHOL NOS AÇORES

E

## D. ANTONIO PRIOR DO CRATO

(Continuado de pag. 220 n'este Vol.)

---

### RELAÇÃO DAS COISAS QUE ACONTECERAM EM A CIDADE DE ANGRA. ILHA TERCEIRA, DEPOIS QUE SE PERDEU EL-REI D. SEBASTIÃO EM AFRICA. (\*)

I

Do estado da cidade d'Angra, ao tempo em que se perdeu  
el-rei de Portugal D. Sebastião.

Depois que o catholico e christianissimo rei de Portugal D. Sebastião se perden em Africa, que foi em 4 de agosto do anno de 1578. havia nesta cidade de Angra ilha Terceira muitos varões illustres, e de grandes casas, e cidadãos nobres e fidalgos. Esta ilha Terceira é muito rica, pela muita continuação de frotas, de Indias de Castella, de San-Thomé, Brazil, náus da India, galeões da Mina, e de muitas partes. que costumavam sortir no porto e barra desta cidade de Angra. Assim todos os annos vinha armada da cidade de Lisboa a estas ilhas, por causa dos corsarios levantados do reino de França, e de outros reinos, que vinham esperar a estas ilhas os navios de mercadores, que vinham de diversas partes. e naus das Indias, Brazil, e San-Thomé. Outro sim como esta ilha Terceira deu sempre muitos fructos, e muitos generos. de todas as aves e gados, se proviam nesta cidade todas as armadas de todos os mantimentos. e carregando trigo para os Algarves, e ilha da Madeira, levando muitas obras de caixeiros e serralleiros, por sempre nesta cidade haver officiaes unicos, e por esta causa estava esta cidade no sobredito anno de 1578 prospera e rica, e

---

(\*) Escripta por um anonymo em 1611: 1 vol. in-4.<sup>o</sup>, conservado pelo Padre Mestre Frey Diogo das Chagas, que servio ao sr. José de Torres para a impressão nos T. XIII (1856) e XIV (1857) do *Panorama*.

assim as mais ilhas debaixo Graciosa, Fayal, Pico e San-Jorge, porque desta se ajudavam; nem até o dito anno nesta ilha nem nas mais se acordavam nunca haver nellas fome, guerra, nem peste, e esta ilha foi sempre tão abundante e fertil de todos os mantimentos, e é hoje em dia, que por mais armadas e grandes que fossem, e vindo necessitadas de mantimentos eram providas em duas horas, e tudo achavam feito logo em desembarcando no mesmo porto e ribeira ao longo da agua, e muito barato.

## II

### **Dos que gorvenavam a cidade de Angra. e dos fidalgos e cidadãos que havia.**

Neste tempo estava por Bispo nesta cidade de Angra e ilhas dos Açores don Pedro de Castilho, e por Corregedor Ciprião de Figueiredo e Vasconcellos. Na Camara desta cidade serviam no dito anno de 78 de Juizes ordinarios Bernardo de Tavora e João Dias de Carvalho: eram vereadores João Lopes Fagundes, Francisco Vaz Chama, Martin Simão de Faria; e Procurador da cidade Pantalhão Nogueira. Os cidadãos nobres e fidalgos, que então serviam e governavam a republica, e a terra, e de grandes casas o que tudo hoje está muito differente, eram André Fernandes de Cea, João Lopes Fagundes, Braz Dias Rodovalho, Christovam Borges da Costa, Mannel de Barcellos Macedo, Estevam Ferreira de Mello, Pedro de Castro do Canto, Guilherme Muniz Barreto, Manoel Fernandes de Cea, Antonio Francisco Barreto, Francisco Vaz Chama, Martin Simão de Faria, Diogo de Lemos de Faria, Bernardo de Tavora, Simão Gonçalves de Tavora, João Dias Carvalho, o Licenciado Roque Dias, o Licenciado Balthazar Alveres Ramires, Ruy Dias de S. Payo, Fernão Vaz Redovalho, Hieronimo Fernandes de Cea, Antonio Pacheco de Lima, João Borges da Silveira, Constantino Macedo, Baltazar Gonçalves de Antona, Arthur de Azevedo de Andrade, Antonio de Ornellas e Gusmão, Thomé Gomes Boto, Fernão Leite, Bartolomeu Francisco Pedroso, Estevam Silveira, Pedro Alveres Pereira, Domingos Onzel, João de Bittencourt, Gonçalo Vaz de Sousa, Alvaro Luiz de Maiorga, Melchior Rodrigues, Fernão Garcia Jaques, Melchior Vieira, Gaspar das Neves, Mannel de Toledo. Era Provedor da Fazenda Duarte Borges, e Feitor d'Elrei Gaspar do Camo de Barros, e outras pessoas nobres que na terra havia.

## III

### **De Como veio nova era perdido El-rei don Sebastião**

Chegando a nova a esta Cidade da perdição d'El-rei D. Sebastião

em Africa, houve grande espanto, e sentimento, o qual era muito para sentir; junctamente veio nova, que tinham levantado por rei ao Cardeal D. Henrique, o qual por ser de muita idade, não reinou muito tempo, nem casou, desejando os povos, e dizendo era bem que cazasse, outros que não, nem nisso havia pessoa que lhe tocasse. nem se atrevesse; o qual esse tempo que reinou não quiz levantar, nem jurar principe, de maneira que tão pouco tempo viveu, que todo se gastou em ajuntamentos dos povos, e em praticas sobre se não jurar em sua vida principe, e assim falleceu, sendo um principe santo, e de muita virtude, muito catholico, e sempre foi em toda sua vida casto, e depois de seu fallecimento, que foi em 31 de janeiro de 1580, se seguiram nesta cidade, e ilha, as cousas seguintes.

#### IV

### Como El-rei D. Henrique falleceu e se levantou por rei o Snr. D. Antonio.

Reinou o principe D. Henrique um anno, cinco mezes e cinco dias, e chegando a nova a esta cidade, e ilha, como elle era fallecido da vida presente, junctamente veio nova, que tinham jurado e levantado por rei ao snr. D. Antonio, e logo veio carta dos officiaes da Camara da Cidade de Lisboa, pedindo aos Officiaes da Camara desta Cidade de Angra, em como tinham levantado e jurado ao Snr. D. Antonio, filho do Infante D. Luiz, por rei, e que na villa de Santarem fôra primeiro levantado aos 19 de junho de 1580; que o mesmo fizessem nesta cidade. dizendo, que El-rei D. Philippe vinha com mão armada, e com poder para que por força de armas fosse conhecido e obedecido por rei de Portugal, e que já tinha tomado e sujeitado a Villa-Viçosa, e a cidade de Elvas, com o Duque de Alva, que vinha por general do exercito. Neste tempo, que era no fim do anno de 1580, serviam na Camara desta Cidade por Juizes, Arthur d'Azevedo de Andrade, Francisco Vaz Chama; e vereadores, Guilherme Muniz Barreto, Gaspar das Neves, Gomes Pacheco de Lima; Procnrador da cidade, Pedro Vaz de Fontes. E sendo lida a Carta em Camara, onde se ajuntaram todos, ou parte dos nobres fidalgos da cidade; e junctamente se leu uma Carta do Snr. D. Antonio, em a qual dizia que o tinham alevantado e jurado por rei; e lidas e ouvidas com grande fervor e alvoroço, se ajuntaram e arrastaram as bandeiras por El rei D. Henrique, e logo juraram e levantaram por rei ao Snr. D. Antonio, achando-se presentes às festas Pedro de Castro do Canto. Estevam Ferreira de Mello, João de Bettencourt, João Lopes Fagundes, e parte dos nobres, e cidadãos nomeados atraz: e outros, se não quizeram achar nisto, pelo que se receavam não ter effeito, e durar pouco; e pelos damnos que a muitos depois succedeu de suas vidas e fazendas. Não conto como foram



arrastadas as bandeiras, e feitas as solemnidades costumadas da morte de El-rei D. Sebastião, e levantarem por rei a D. Henrique, por não ser necessario, e não gastar leitura.

## V

### **Como veio nova ser desbaratado o Snr. D. Antonio, e de uma differença do Bispo e Corregedor.**

Depois de estar nesta cidade de Angra, e ilha Terceira, e nas mais ilhas, jurado o snr. D. Antonio por rei, e muitos contentes, e alguns descontentes, veio a ter differenças o Bispo com o Corregedor, sobre a prisão de uma Margarida Alvares, de que houve grandes excommunhões, e foi isto parte para o Bispo se ir para a ilha de San Miguel; e, estando lá, veio aqui ter um Simão Cortes, Cavalleiro do habito de Christo, creado do snr. D. Antonio, a pôr cobro de sua parte em sua fazenda, e em outras cousas de que vinha encarregado. E estando nesta cidade veio nova ser desbaratado o snr. D. Antonio em Alcantara, e sair ferido da batalha; e ao Duque de Alva, vencedor, os castellos e fortalezas lhe estavam entregues; e que não havia novas do snr. D. Antonio, antes se dizia que estava na villa de Aveiro, ou na cidade do Porto; o que causou notavel sentimento, e tristeza nos moradores desta ilha, e ilhas de baixo. Em o dito tempo havia no collegio desta cidade os padres Andre Glz., Pedro Freire, Balthazar Barreiros, Pedro George, e outros, os quaes publicamente diziam ao povo, que se lhe não desse nada do desbaratamento do snr. D. Antonio, por que eram acertados os que estavam com os intentos em El-rei D. Filippe. E nunca o quizeram confessar por rei, e outros muitos da ilha, de que se lhes seguiu os trabalhos que ao diante se dirão.

## VI

### **De como veio recado da cidade de Lisboa que se entregassem e dessem obediencia a El-rei D. Filippe.**

Estando assim nesta cidade Simão Cortes veio recado dos governadores da cidade de Lisboa a esta, que El-rei D. Filippe estava de posse de Lisboa e todo Portugal, e que lhe dessem obediencia, porque o sr. D. Antonio era desbaratado, e acolhido de Lisboa. Com isto se poz a cidade em grande alvoroço, e quasi amotinada contra o mensageiro, que parecia ser pessoa de muito respeito. E vendo os que governavam o caso de tanta importancia, e o que relevava haver bom conselho, não se quizeram deliberar nisso, mas vendo o mensageiro ou correio o alvoroço da gente, que não havia mais que matarem-no, dizendo que tanto que tivessem carta do snr. D. Antonio, em que mandasse dessem obediencia a El-rei D. Filippe o faziam, por que o tinham jurado por rei; e como o mensageiro ouvia e via o que se passava, e

por segurar sua vida (que teve dita em se ir com ella), se foi sem resposta dos que governavam.

## VII

**De como mandaram uma caravella saber novas do sr. D. Antonio, e do que aconteceu a João de Bettencourt.**

Estando assim a Cidade de Angra, ilha Terceira, e as ilhas de baixo, em muita confusão, por não saberem novas, e o que haviam de fazer, e se determinar o alvoroço do povo (e tornarei logo a este ponto), antes de mandarem a Caravella, apparecendo numa nau, que veio de Indias defronte do porto, e barra desta Cidade d'Angra, parecendo a um homem fidalgo que atraz tenho nomeado, por nome João de Bettencourt, que a nau vinha com outro recado sobre se entregar a terra, e que lhe querião atirar das fortalezas; sendo em 29 de setembro dia de San Miguel, o Anjo, se poz em cima de um cavallo, sendo elle muito destre e grande homem de cavallo, com uma lança na mão, e brandindo-a se metten a correr pela cidade, dizendo *Viva, viva El-rei D. Philippe*; e como era homem nobre e bem quisto no povo, parecen-lhe que o attraísse na dita voz, e lhe obedecesse; saio-lhe porém tudo pelo contrario, por que sendo a horas de meio dia se amotinou o povo de tal maneira para o matarem, que lhe conveio descer-se do cavallo, e se metten num casa na rua direita, que os donos della lhe não poderam valer; porque com machado lhe quebraram as portas. Valen-lhe pedir a alguns homens nobres, que acudiram, lhe valessem. Achando-se ali Diogo de Lemos de Faria, que servia de Alcaide da cidade, entron com algumas pessoas dentro, e por aquietar o povo lhe disse que fosse preso; e estando o pobre fidalgo sem chapeo lhe metten na cabeça um o Padre Manuel Alvares; e com espadas nuas o levaram bem affrontado até casa do Corregedor, e d'ahi para a Cadeia; aonde depois, d'ahi a anno e meio, saio a degolar, e foi degolado na praça da Cidade d'Angra. E com o motim deste fidalgo e alvoroçamento sem tempo e sem ordem ficou a cidade tão amotinada, que d'ahi por diante tudo era *Viva, viva El-rei D. Antonio*; e esta era a pratica que ordinariamente andava pela cidade e illa. Vendo o Corregedor, e os mais que governavam, esta inquietação, e por estarem suspensos sem saberem tomar resolução, por não saberem o que era feito do snr. D. Antonio, ordenaram uma caravella, de que era mestre Gaspar Alvares, para ir saber o que delle era feito, elegendo para isso Estevam Silveira, cidadão antigo, e ao procurador dos misteres que se chamava Jorge Lopes, e um padre pregador, da Ordem do Serafico padre San Francisco, por nome Fr. Melchior; e tomaram uma caravella de Gaspar Alves e Chicorro, piloto natural desta ilha, e mandaram que fosse ao Porto, ou Aveiro, ou Buarcos, ou Vianna, saber del-le onde estava.

(Continua)

# INDICES

## DO VOLUME IX DO ARCHIVO DOS AÇORES

- I Chronologico de diplomas, documentos etc.**
- II Alphabetico das materias mais notaveis**
- III Alphabetico de nomes de pessoas**
- IV Alphabetico de nomes de logares**

### I

	Paginas
1501—Carta de perdão a Fernão d'Evora, por fugir da prisão	194
« — Outra ao mesmo, em que se trata da mulher de Martin de Bohemia . . . . .	195
1505—Carta de tença a Vasco Annes Corte Real . . . . .	197
1507—Idem ao mesmo . . . . .	198
1516—Carta que manda dar o ordenado a Vasco Annes Corte Real, vedor . . . . .	198
1518—Alvará de mercês aos filhos de Vasco Annes Corte Real	199
1571—Carta do Collegio d'Angra sobre tremores de terra . . . . .	444
« — Tremores de terra nos Açores . . . . .	444
1581—Aviso de passar D. Antonio em Medina del Campo . . . . .	207
« — « do soccorro enviado de França a favor de D. Antonio	208
« — « sobre o desaparecimento de D. Antonio . . . . .	209
« — Carta (particular) sobre negocios de D. Antonio, Prior do Crato . . . . .	204, 205 e 210
1582— « de D. Antonio aos da fortaleza de S. Miguel . . . . .	214
« — « de Fernão Gomes sobre negocios de D. Antonio . . . . .	215
« — « de Luiz de Paiva sobre os mesmos negocios . . . . .	212
« — Resposta dos governadores da fortaleza de S. Miguel a D. Antonio . . . . .	214
1583—Carta de Amaro Lopes da Costa á Rainha de França . . . . .	220
1598—Consulta sobre beneficios nos Açores . . . . .	221
« — « sobre Simôa Soeira . . . . .	224

1599—	Consulta sobre a egreja do logar do Fayal . . . . .	222
1600—	« sobre a petição de Ignez Travassos . . . . .	223
1602—	« sobre a egreja de N. S. de Guadalupe na Graciosa . . . . .	226
« —	« sobre o escrivão do Mamposteiro dos Captivos . . . . .	224
« —	« sobre o officio de escrivão dos defuntos em S. Miguel . . . . .	225
« —	« sobre a petição de Pedro Affonso d'Ornellas . . . . .	226
1603—	« sobre o vigario e beneficiados de N. Senhora da Conceição d'Angra . . . . .	227
« —	« sobre o vigario e thezoureiro do Pico . . . . .	228
1606—	« sobre acrescentamento ao thezoureiro da Matriz de Ponta Delgada . . . . .	230
« —	« para acrescentar 2 beneficios em S. Miguel de Vil- la Franca . . . . .	228
1607—	« sobre o vigario, beneficiado e cura de S. Roque, na Terceira . . . . .	231
1609—	« sobre o claustro da Sé d'Angra . . . . .	232
« —	« sobre o Mamposteiro mór dos captivos no Fayal e Pico . . . . .	232
« —	« sobre a petição do licenciado Pedro Monteiro . . . . .	233
1614—	« sobre os ecclesiasticos das ilhas Terceiras . . . . .	234
1630—	Erupção na ilha de S. Miguel . . . . .	416
« —	Relacion del lastimoso & (Erupção das Furnas) . . . . .	416
1634—	Consulta de Estevão de Vasconcellos da Camara . . . . .	236
« —	« sobre o Provedor dos Residuos na Terceira . . . . .	235
« —	Officio sobre um emprestimo nas ilhas . . . . .	236
« —	« sobre o logar de ouvidor em S. Miguel . . . . .	238
« —	« sobre a nomeação do Bispo d'Angra . . . . .	238
1636—	Mercês a Vital de Bettencourt de Vasconcellos . . . . .	239
« —	Nomeação de provedor dos defuntos na Terceira . . . . .	240
1652—	Erupção no Pico do Sapateiro (S. Miguel) . . . . .	422
1672—	« no Capello (Fayal) . . . . .	425
1713—	Esterilidade nos Ginetes (S. Miguel) . . . . .	432
« —	Tremores de terra nos Ginetes . . . . .	432
1746—	Epitomie das festas em Angra na trasladação d'uma imagem . . . . .	454
1755—	Tremores de terra nas Flores e Corvo . . . . .	434
1766—	Regimento do governo dos Açores . . . . .	114
1794—	Carta do Bispo d'Angra á Rainha, sobre moeda falsa . . . . .	241 e 249
« —	« sobre a crise monetaria nos Açores . . . . .	444
« —	Discurso do Desembargador Arriaga sobre a questão da moeda . . . . .	341
« —	Edital dos governadores em Angra sobre o giro da moe- da nas ilhas . . . . .	351
« —	Officio de D. Antão d'Almada sobre a crise monetaria nos Açores . . . . .	443

1794—Representação do Provedor na Fazenda nos Açores . . .	258
1795—Edital sobre a nova moeda dos Açores . . .	264
« — Moeda vinda para as ilhas . . .	359
« — Officio do Bispo d'Angra á Rainha, sobre moeda falsa . . .	265
« — « do Dr. Luiz de Moura Furtado, sobre a crise monetaria . . .	248
« — « (Aviso) aos governadores dos Açores . . .	269
« — « sobre a troca da moeda nas ilhas . . .	249 e 250
1796—Carta de Luiz de Moura Furtado ao Ministro . . .	257
« — Edital sobre a troca da moeda nos Açores . . .	253
« — Officio do contador geral á Rainha, sobre a troca da moeda nos Açores . . .	256
« — « dos governadores d'Angra sobre o naufragio d'uma fragata franceza . . .	446
« — « dos mesmos sobre a frota da India . . .	448
« — « « « corsarios francezes . . .	449
« — « « « a prisão de dois amotinadores . . .	450
« — « « « ao Juiz de Fora sobre o mesmo assumpto . . .	452
« — « « « ao Ministro do Reino, idem . . .	453
« — « do Juiz de Fora aos Governadores d'Angra sobre uma devassa, idem . . .	450
« — « de Luiz de Moura Furtado á Rainha, sobre a moeda nos Açores . . .	255
« — « sobre a troca da moeda nos Açores . . .	252
1797—Carta de Luiz de Moura Furtado ao Ministro do Reino . . .	269
« — Officio do corregedor d'Angra pedindo a exoneração do cargo . . .	270
1798—Carta regia creando a Junta da Fazenda nos Açores . . .	271
« — Instrucções á Junta da Fazenda nos Açores . . .	273
1799—Alterações no Regimento do Governo dos Açores . . .	118
1800—Carta do Conde d'Almada sobre a moeda nos Açores . . .	281
« — Outra do mesmo queixando-se do corregedor e intendente . . .	289
« — Carta a D. Rodrigo de Sousa Continho . . .	282
1809—Copia d'uma carta do Bispo d'Angra, á comunidade do convento da Gloria no Fayal . . .	464
1810—Estatutos da Academia Militar d'Angra . . .	128
« — Fuga d'uma freira do convento de S. João Baptista, na Horta . . .	467
1811—Carta regia ao Bispo d'Angra sobre a sua jurisdição nos frades franciscanos em S. Miguel . . .	464
1812—Pastoral sobre a fuga d'uma freira do convento de S. João Baptista, na Horta . . .	467
1821—Carta do general Stockler á Regencia de Portugal . . .	100
« — Discurso de Stockler em Angra . . .	103

1821—Installação do regimen liberal na ilha do Fayal	472
« —Justificação para provar a necessidade de separar o governo de S. Miguel do de Angra	183
« —Proclamação de Stockler	98
1828—Assento do Governo da Terceira	151
1829—Carta de D. Miguel aos Membros do Governo d'Angra	150
« —Narração dos successos politicos na Terceira	129
1831—Auto d'acclamação de D. Maria 2. <sup>a</sup> nas Flores	475
1837—Carta regia: mercês á camara e cidade d'Angra	153
1841—Terremoto na Villa da Praia da Victoria	434
1843—Representação á Rainha pela camara municipal da Praia da Victoria	434
1844—Portaria sobre o registo civil em S. Miguel	191
1856—Installação da commissão eleitoral legitimista em Angra	154
1870—Memoria historica sobre a moeda nos Açores	292
1879—Viagem do Principe de Monaco á ilha Graciosa	477
1886—Analyse (em Paris) da agua da Lombada (S. Miguel)	189
« —Estradas construidas e a construir nos Açores e Madeira	192
« —Noticia da Ilha de S. Miguel por Kettle	9
1887—Noticia do Porto artificial de Ponta Delgada	17

---

## II

### Alphabetico das materias mais notaveis

Acclamação de D. Antonio	553
« de D. Maria 2. <sup>a</sup> nas Flores	475
« de D. Miguel, no Fayal	85
Acta da installação da commissão eleitoral legitimista em Angra	154
Additamento aos documentos sobre os Corte Reaes	197
Agua da Lombada (S. Miguel): analyse	189
Alterações no regimento do governo dos Açores	118
Alvará de mercês aos filhos de Vasco Annes Corte Real	199
Amostra de poesia popular	481
Amotinadores do povo em Angra	450
Analyse da agua da Lombada (S. Miguel)	189
Armas da cidade d'Angra	153
Artilheria do castello de S. Braz de Ponta Delgada	173
Assento do governo da Terceira	151
Astreia: fragata franceza naufragada no Pico	446
Auto d'acclamação de D. Maria 2. <sup>a</sup> nas Flores	475

Aviso da passagem de D. Antonio por Medina del Campo .	207
« sobre o desaparecimento de D. Antonio, Prior do Crato .	209
« do soccorro enviado de França a favor de D. Antonio .	208
 Bailes (os) antigos na Horta . . . . .	72
 Calcetas, revolta em S. Miguel . . . . .	182
Carta de Amaro Lopes da Costa á Rainha de França .	220
« do Bispo d'Angra á Rainha sobre moeda falsa .	241
« do mesmo sobre a moeda falsa . . . . .	439
« « « ao convento da Gloria no Fayal . . . . .	464
« do Collegio d'Angra sobre tremores de terra nos Açores .	414
« do Conde d'Almada ao Marquez Mordomo mor . . . . .	289
« de D. Antonio aos da fortaleza de S. Miguel . . . . .	214
« de D. Miguel 1.º aos membros do governo d'Angra . . . . .	150
« a D. Rodrigo de Sousa Continho . . . . .	282
« regia ao Bispo d'Angra sobre a sua jurisdicção nos, fra- des franciscanos em S. Miguel . . . . .	464
« sobre a crise monetaria nos Açores . . . . .	444
« (particular) ácerca dos negocios de D. Antonio 204, 205 e .	210
« de Fernão Gomes sobre negocios de D. Antonio . . . . .	215
« do «Mercurio d'Angra» ao «Astro Luzitano» por José Au- gusto Cabral de Mello . . . . .	105
« de perdão a Fernão d'Evora, por fugir da prisão . . . . .	194
« « ao mesmo . . . . .	195
« de Luiz de Moura Furtado ao Ministro do Reino pedindo a exoneração . . . . .	269
« idem, sobre a moeda . . . . .	257
« de Luiz de Paiva, sobre os negocios de D. Antonio . . . . .	212
« á Regencia de Portugal por Stockler . . . . .	100
« regia creando a junta da fazenda nos Açores . . . . .	271
« « mercês á camara e cidade d'Angra . . . . .	153
« de tença a Vasco Annes Corte Real . . . . .	197 e 198
Castello de S. Braz em Ponta Delgada . . . . .	160
Caso (O) de Chautard . . . . .	79
Coisas que aconteceram em Angra depois de 1578 . . . . .	551
Collecção de Documentos relativos ás ilhas dos Açores . . . . .	194 e 439
Commissão eleitoral legitimista em Angra . . . . .	154
Conflicto entre o Bispo d'Angra e os franciscanos em S. Miguel .	464
Consulta de Estevão de Vasconcellos da Camara . . . . .	236
« para acrescentar dois beneficios em Villa Franca . . . . .	228
« sobre acrescentamento ao thezoureiro da Matriz de Pon- ta Delgada . . . . .	230

Consulta sobre o claustro da Sé d'Angra	232
« sobre diversos beneficios ecclesiasticos nos Açores	221
« sobre os ecclesiasticos das ilhas Terceiras	234
« sobre a egreja do logar do Fayal	222
« sobre a egreja de N. S. de Guadalupe na Graciosa	226
« sobre a pertença de Ignez Travassos.	223
« sobre a pertença do licenciado Pedro Monteiro	243
« sobre o mamposteiro mór dos captivos & no Fayal e Pico	232
« sobre a pertença de Pedro Affonso d'Ornellas (Terceira)	226
« sobre a pertença de Pedro Gomes d'Avila	224
« sobre o provedor dos residuos na Terceira	235
« sobre o officio de escrivão dos defuntos em S. Miguel	225
« sobre o officio de escrivão do mamposteiro dos captivos	223 e 224
« sobre o vigario, beneficiado e cura de S. Roque na Terceira	231
« sobre o vigario e beneficiado de N. S. da Conceição d'Angra	227
« sobre o vigario e thezoureiro de S. Mathens do Pico	228
« sobre a pertença de Simão Soeira	224
Consultas da Mesa da Consciencia e Ordens	221
Corsarios francezes nas ilhas dos Açores	449
Crise Monetaria nos Açores	241 e 443
Cunhagem da moeda na Terceira	212
Custo das obras do castello de S. Braz	169
Despesa com obras publicas nos Açores e Madeira até 1886	193
Discurso do Dr. Manoel José d'Arriaga Brum da Silveira sobre a moeda nova	341
« pronunciado em Angra por Stockler	103
Doca de Ponta Delgada	17
Documentos ecclesiasticos da ilha do Fayal	464
« relativos ás ilhas dos Açores	194 e 439
« sobre os Corte Reaes	197
Dominio Hespanhol nos Açores	202 e 551
Edital dos governadores em Angra sobre o giro da moeda nas ilhas	351
« sobre a moeda nova nos Açores	264
« sobre a troca da moeda nos Açores	253
Emprestimo nas ilhas	236
Engenheiros que fizeram o castello de S. Braz	170
Epitome das festas em Angra na trasladação d'uma imagem	454
Erupção no Capello (Fayal) em 1672	425
« no Pico do Sapateiro (S. Miguel) em 1652	422
« em S. Miguel em 1630	416



Escreptores e homens de letras (no Fayal)	19
Estado da cidade d'Angra quando se perdeu D. Sebastião	551
Estatutos da Academia Militar, d'Angra	122
Esterilidade nos Ginetes	432
Estradas construidas e a construir nos Açores e Madeira (1886)	192
Execuções em Lisboa dos partidarios de D. Antonio	209
Execuções em Villa Franca dos partidarios de D. Antonio	213
Extracto da Historia das Ilhas dos Açores por Francisco Borges	484

Favos (Os) de mel do arieiro (Fayal)	93
Festas em Angra na trasladação d'uma imagem	454
« (Preparativos de) em Lisboa para receber D. Filippe	209
Fortaleza da cidade da Horta	69
Frota da India nos Açores	448
Fuga d'uma freira do convento de S. João Baptista na Horta	467
Furnas (As) ode	482

Governadores d'Angra em 1578	552
------------------------------	-----

Histoire pytoyable &, pelo Padre Fernandes Franco	449
Historia das ilhas dos Açores (extracto da)	484
Hotel Azorean	11
« Silvano	11

Imprensa no Fayal	38
« na ilha das Flores	43
« na ilha do Pico	41
« militante na Horta	45

Informação do que se passou na Ilha de S. Miguel com tremores de terra	422
Installação do regimen liberal na ilha do Fayal	472
Instruções á junta da fazenda nos Açores	273
Intimação por D. Antonio aos governadores da fortaleza de S. Miguel	214

Junta de fazenda nos Açores: creada em 1798	271
Jurisdicção do Bispo d'Angra sobre os franciscanos em S. Miguel	461
Justificação sobre a separação do governo de S. Miguel do de Angra	183

Livrarias (na Horta)	49
Maçonaria no Fayal	89
Memoria historica sobre a moeda nos Açores	292 e 388
« sobre o castello de S. Braz de Ponta Delgada	160
Mercês a Vasco Annes Corte Real e seus descendentes	197
« a Vital de Bettencourt de Vasconcellos	239
Moeda nos Açores	264, 265, 281, 292 e 388
« de D. Antonio na Terceira	212
« falsa nos Açores	244 e 439
« nova nas ilhas	264
« vinda para as ilhas em 1795	359
Morte do Rei D. Henrique	553
Movimento Liberal nos Açores	475
Narração dos successos politicos na Terceira	129
Naufragio d'uma fragata franceza no Pico	446
Nomeação para provedor dos defuntos e auzentes na Terceira	240
Nota das estradas construidas e a construir nos Açores e Madeira	192
Notas açorianas por Ernesto Rebello	19
Noticia (em Angra) da acclamação de D. Filippe	554
« ( « « ) da perda de D. Sebastião	552
« ( « « ) de ser desbaratado D. Antonio, Prior do Crato	554
« da ilha de S. Miguel por Kettle	9
« do porto artificial de Ponta Delgada	17
Noticias sobre os negocios de D. Antonio	216, 217 e 218
Ode—As Furnas	482
Officio de D. Antão d'Almada, sobre a crise monetaria nos Açores	443
« do Bispo d'Angra á Rainha sobre moeda falsa	265
« da camara da Praia da Victoria sobre o terremoto de 1841	437
« do corregedor d'Angra ao ministro de reino	269
« do mesmo pedindo a exoneração	270
« do contador geral á rainha sobre a troca da moeda	256
« dos governadores d'Angra, sobre o naufragio d'uma fragata franceza	446
« dos mesmos, sobre corsarios francezes	449
« « « sobre a prisão de 2 amotinadores do povo	450
« « « ao Juiz de Fora sobre o mesmo assumpto	452
« « « ao Ministro do Reino, idem	453

Officio dos governadores d'Angra sobre a frota da India . . .	448
« do Juiz de Fora aos governadores d'Angra, sobre uma devassa . . .	450
« de Luiz de Moura Furtado ao ministro do reino, sobre a crise monetaria nos Açores . . .	248
« do mesmo á rainha sobre a moeda nos Açores . . .	255
« para o Dr. Ambrosio de Sequeira sobre um emprestimo nas ilhas . . .	236
« (aviso) aos governadores dos Açores . . .	269
« sobre o logar d'ouvidor em S. Miguel . . .	238
« sobre a nomeação do Bispo d'Angra . . .	238
« sobre a troca da moeda nas ilhas . . .	249, 250 e 252
Ordem do Marquez de Santa Cruz, para enforçar os partidarios de D. Antonio em Villa Franca . . .	213
Ordenado, como vedor, a Vasco Annes Corte Real . . .	198
Papeis colligidos por José Augusto Cabral de Mello . . .	98 a 159
Pastoral sobre a fuga d'uma freira do convento de S. João Baptista na Horta . . .	467
Plano para soccorrer D. Antonio de Portugal . . .	202
Poesia por Alexandre Herculano . . .	438
« popular (amostrá de) . . .	481
População dos Açores e Madeira em 1886 . . .	192
Portaria sobre o registo civil em Ponta Delgada . . .	191
Porto artificial de Ponta Delgada . . .	17
Proclamação por Stockler . . .	98
Ramos d'Acacia . . .	89
Regimen liberal: sua installação na ilha do Fayal . . .	472
Regimento do governo dos Açores . . .	114
Registo civil em Ponta Delgada . . .	191
Relação do que aconteceu em Angra & depois de 1578 . . .	551
Relacion del horrendo y lastimoso caso &, pelo Padre Antonio Fernandez Franco . . .	416
Representação á Rainha pela camara da Praia da Victoria . . .	434
« do provedor da fazenda nos Açores á Rainha sobre a moeda nas ilhas . . .	258
Resposta dos governadores de S. Miguel dada a D. Antonio . . .	214
Revolta dos calcetas em S. Miguel . . .	182
Revolução (Uma) no Fayal . . .	85

Separação do governo de S. Miguel do de Angra . . . . .	183
Soccorro a D. Antonio pelos Paizes Baixos . . . . .	202 e 208
Soneto aos annos do Dr. Sampaio . . . . .	159
« das festas em Angra . . . . .	463
Successos politicos na Terceira . . . . .	129
Supplemento ao Vulcanismo nos Açores . . . . .	414

Tença de 305000 rs. a Vasco Annes Corte Real . . . . .	197 e 198
Terremoto na Villa da Praia da Victoria . . . . .	434
Tremores de terra nos Açores em 1571 . . . . .	414
« de terra nas Flores e Corvo . . . . .	434
« « nós Ginetes . . . . .	432
Tristezas do Desterro—poesia . . . . .	438
Troca da moeda nos Açores . . . . .	249, 250, 252 e 253

Vencimentos militares em Angra, em 1829 . . . . .	153
Vereadores de Ponta Delgada em 1713 . . . . .	433
Viagem do Principe de Monaco á Graciosa . . . . .	477
Vulcanismo nos Açores . . . . .	414

### III

#### Alphabetico de nomes de pessoas

Agostin Inigues (D.) . . . . .	177 e 215	Alvaro Rodrigues . . . . .	197
Agostinho Borges Henriques . . . . .		« do Tojal, escrivão . . . . .	197 e 198
do Canto . . . . .	188	« Velho, juiz municipal . . . . .	172
« Borges de Sousa, pro- . . . . .		Amancio Leocadio Vieira . . . . .	483
vedor da fazenda . . . . .	179	Amaro Lopes da Costa . . . . .	220
« Cymbron Borges de . . . . .		Ambrosio de Sequeira (Dr.) . . . . .	236
Sousa . . . . .	327	Amelia Ernestina d'Avellar (D.) . . . . .	34
« José Freire . . . . .	412	« Etelvina de Quadros (D.) . . . . .	59
« Machado de Faria e . . . . .		« da Purificação (D.) . . . . .	59
Maia (Dr.) . . . . .	87	Anastacio José d'Almeida . . . . .	
Aldina Constancia Pimentel . . . . .	23	(Padre) . . . . .	339 e 350
Alexandre Bento Merens . . . . .	338	André Avellino Homem . . . . .	451
« Herculano . . . . .	52 e 438	« Fernandes de Cêa . . . . .	552
« Martins Pamplona . . . . .	130	« Gonçalves (P.) jesuita . . . . .	554
Alvaro Luiz de Maiorga . . . . .	552	« Goulart (morgado) . . . . .	90

André Machado . . . . .	138	Antonio Gomes Soares . . . . .	430
« Rebello de Mello . . . . .	450, 451 e 452	« Gonçalves Vieira, esc. <sup>o</sup> . . . . .	431
Anna, Custodia (D.) . . . . .	285 e 290	« Herrera . . . . .	214
« Telles Machado de Vasconcellos (D.) . . . . .	27	« Homem da Costa (Padre) . . . . .	155 e 158
Antão d'Almada (D.) . . . . .	443	« Isidoro de Moraes Ancora, coronel . . . . .	86
Antonio (D.), Prior do Crato . . . . .	202 e 551	« José d'Avila (Dr.) . . . . .	49
« d'Avila de Bettencourt . . . . .	429	« « Armas, vereador . . . . .	475
« Bernardo da Costa Cabral . . . . .	191	« « Ferreira Rocha . . . . .	49
« Borges Leal . . . . .	338	« « de Freitas Henriques Costa, escrivão . . . . .	476
« Caetano de Carvalho . . . . .	392	« José de Lima e Sousa . . . . .	265
« « da Rocha (D.) bispo d'Angra . . . . .	427	« « de Medeiros . . . . .	47
« « de Sousa (D.) . . . . .	292 e 294	« « Ozorio (Dr.) . . . . .	375
« Carneiro . . . . .	201	« « da Silveira Leão . . . . .	404
« de Cascaes (D.) ou de Castro . . . . .	209	« Leal de Bettencourt Jr. . . . .	55
« Cesar Vasconcellos Corrêa . . . . .	401	« « Marques (P. <sup>e</sup> ) . . . . .	287 e 288
« Cordeiro (Padre) . . . . .	161	« Lourenço da Silveira Macedo . . . . .	53
« Corrêa, procurador de Ponta Delgada . . . . .	173	« Luiz Borges Rébello da Silveira (Dr.) . . . . .	327 e 328
« da Cunha Menezes Brum . . . . .	50	« Machado Nobrega . . . . .	53
« Duarte . . . . .	430	« Madrugã, tabelião . . . . .	429, 430 e 431
« Feliciano de Castilho (Dr.) . . . . .	21	« Manoel de Sousa Sarmento . . . . .	56
« Ferreira de Bettencourt (Licenciado) . . . . .	179	« Maria Corvêllo . . . . .	56
« Fernandes Franco (P. <sup>e</sup> ) . . . . .	416	« « d'Oliveira (Dr.) . . . . .	29
« Francisco Barreto . . . . .	552	« « de Sousa . . . . .	51
« « de Carvalho (Dr.) . . . . .	328 e 376	« Marianno d'Oliveira Cesar Ribeiro . . . . .	32
« « Gonçalves . . . . .	51	« Marianno de Serpa . . . . .	56
« Furtado de Mendonça, tabelião . . . . .	429	« de Mello (Padre) . . . . .	427
« Furtado da Mendonça, alferes . . . . .	431	« das Neves Prudencio . . . . .	350, 358 e 385
« Gameiro, provedor dos residuos . . . . .	235	« de Noli . . . . .	161
« Garcia d'Andrade . . . . .	431	« d'Ornellas e Gusmão . . . . .	552
« « de Miranda, esc. <sup>o</sup> . . . . .	263	« Pacheco de Lima . . . . .	552
« « da Rosa, capitão . . . . .	471	« de Padua Lopes . . . . .	340
		« Pedro de Brito, coronel . . . . .	153
		« Pereira de Sousa . . . . .	226
		« Pires Costa . . . . .	338
		« Prudencio de Medeiros . . . . .	51
		« Ramos da Silveira . . . . .	55

Antonio Rebello de Carvalho	188	Balthazar Gonçalves de Antona	552
« do Rego Botelho de Faria	463	« Rodrigues Coelho, es-	240
« da Resurreição (Fr.)	238	crivão	240
« Rodrigues de Mattos	429	Barão d'Alvito	198
« Roque, escrivão	223	« de Fonte Bella (1.º)	362 e 396
« de Saldanha	390	« de Roches	29
« de Saldanha, general	2.8	« da Villa da Praia	397
« da Silva do Norte, sar-		« « « « da Vi-	
gento	430	ctoria	436
« da Silva Ramos	285 e 290	Barbara Guilhermina Telles	
« Silveira d'Avila Pimentel	23	d'Utra Machado (D.)	24
« « Bulcão	77	Bardy (Ch.) chimico francez	190
« « Leal	90	Baroneza da Rocha	29
« « Linhares	55	Bartholomen Coelho de Mel-	
« « Rodrigues	429 e 431	lo (Padre), Deão	456
« de Sousa Hylario	29, 46 e 53	« Francisco Pedroso	552
« Telles Dutra Machado	451	« Simas	480
« Theodoro de Freitas		Bastião (vide Sebastião)	
« Henriques	476	Beatriz de Macedo	195
« Thomé da Fonseca	340	Belchior Estacio	224
« da Trindade (Fr.)	459	« Rodrigues, escrivão	167
« Vicente Peixoto Pimentel	56	Bento José de Medeiros, cap.	188
« Vieira de Lima	51	Bernardino José de Senna	
« Zerbone	43	Freitas	155, 158,
Arsenio Leonel de Medeiros			168, 170 e 270
(Dr.)	44, 55 e 56	Bernardo de Tavora, juiz	552
Arthur d'Azevedo d'Andra-		Bispo d'Angra	238
de	552 e 553	Braz Dias Rodovalho	552
Attriche, Professor de Chi-		Brito (Desembargador)	235 e 237
nica em Paris	190	« Rebello (Vid. Jacinto	
Augusto Carlos Telles de La-		Ignacio de)	
cerda	28	Brown (Mr.)	41
« Cesar Supico, tenente		Bruno Nicolau Ferreira	262 e 263
coronel	182		
« Feio Soares d'Azevé-		Camillo de Lellis Sousa e Silva	55
do (Dr.)	478	Candido Ignácio de Christo	51
Ayres Pinto de Sousa, cap.	128	« Maria de Sousa	34, 37 e 50
		Carlos Maria Gomes Macha-	
		do (Dr.)	164
Badella (J. B.)	22	Carvalho (Desembargador)	
Balthazar Alvares, architecto	233		235 e 237
« Alvares Ramires	552	Catharina de Vasconcellos (D.)	239
« Barreiros (P.º) jesuita	554	Charmont, sargento mór	284
« de Bettencourt, veread.	173	Christiano José Garção	473

Christobal de Erasso (D.), capitão general 215 e 217	Díogo José do Rego Botelho, capitão . 338
Christovão Borges da Costa 552	« de Lemos de Faria 552 e 555
« de Ebasso . 207	« Pires, recebedor 197 e 198
« Soares (Desembargador) 223	« Soares Serrão (Padre) 425
« « d'Albergaria (Dr.) 175	« Thomaz Rocheleben . 85
Clemente Vieira (D. Fr.), bispo d'Angra . 427	Domingos Affonso Pimentel da Silva . 550
Collings (Mrs.) . 10	« de Amaral, tabel.º 429 e 431
Conde d'Almada . 282 e 289	« Lopes d'Amorim . 451
« de Castro 235, 237 e 239	« Luiz . 431
« da Ericeira 299 e 389	« Machado Soares 42 e 55
« das Galveas 428 e 469	« Mendes de Faria 46 e 50
« de Oeiras . 312	« Onzel . 552
« da Ribeira Grande . 303	« Ramos Pimentel . 339
« de Tarouca, Mordomo mór . 498	« « « da Silva . 385
« de Torres Vedras 242 e 247	« Vieira Maciel . 80
« de Villa Flor 156, 300, 401 e 402	Duarte Borges, provedor da fazenda . 552
« de Villa Franca 166, 238, 299 e 301	« de Castro, general . 207
« de Vimioso 176, 207 e 208	« Paim da Camara . 338
Constantino Candido Leal Soares . 44	« Privado . 177
« Macedo . 552	« Nunes de Leão . 293
Corte Reaes . 197	Duque d'Alva 174, 205, 553e e 554
Cypriano Joaquim da Silveira 52	« de Medina Celis . 215
Cyprião de Figueiredo de Vasconcellos, correg. 552	Edith Dabney (D.) . 28
Delpbina Vieira Caldas (D.) 26	Emigdio José Lopes da Sil- va, brigadeiro 79 e 91
Diniz Gregorio de Mello Cas- tro e Mendonça (D.) 317, 318, 319, 323, 328, 331 e 333	Emile Vanden Bussche . 204
Diocleciano Leão Cabreira 453	Ernesto do Canto 160, 162 e 300
Diogo Alvares, ouvidor . 495	« do Canto Amaral 37 e 50
« Alvaro Pereira . 457	« Plati, ajudante de cam- po . 477 e 480
« « « de Lacer- da, capitão 454 e 461	« Rebello . 49
« Antonio Leite Botelho 454	Estacio Machado Mauricio . 262
« de Castro (D.), Viso Rei 238	Estevão Borges do Canto 478 e 480
« das Chagas (Fr.) . 551	Estevão Ferreira de Mello 552 e 553
« Gomes de Cintra . 461	« Machado, escrivão . 289
	« « de Mello e Castro (Desembargador) 259, 260, 262, 263, 337 e 350

Estevão Pacheco de Lima	Francisco Antonio dos Santos	51
Lacerda . . . . . 155 e 158	" de Vasconcellos,	
" Silveira . . . . . 552 e 555	vereador . . . . . 475	
" de Vasconcellos . . . . . 235	Augusto Ramos da Sil-	
" " da Camara,	veira . . . . . 55	
provedor dos residuos	" Barbosa da Silva, juiz	172
Evaristo Soares de Menezes	" Barreto da Silva . . . . . 235	
191	" de Borja Garção Sto-	
	ckler . . . . . 98, 103 e 397	
Felicia Thomazia Perpetua	" Borges . . . . . 484	
(Madre) . . . . . 471	" " da Silva, enge-	
Felix Caetano Delgado, sar-	nheiro . . . . . 180 e 186	
gento mór . . . . . 338	" Caetano Carvalho (Dr.)	433
" José da Costa . . . . . 128	" da Camara (D.) . . . . . 299	
Ferdinand Denis (Mr.) . . . . . 295	" de Castro (D.) . . . . . 235	
Fernando Ribeiro d'Oliveira . . . . . 48	" Celis Medina . . . . . 385	
Fernão Cabral . . . . . 156	" Coelho e Silva (Des. <sup>lor</sup> )	354
" d'Evora . . . . . 194 e 195	" Dias, escrivão 194, 195 e 196	
" Gameiro Mação, cor-	" Draque . . . . . 177	
regedor . . . . . 235 e 237	" Dutra d'Andrade, al-	
" Garcia Jaques . . . . . 552	feres . . . . . 429 e 430	
" Gomes . . . . . 215	" Ferreira Drummond . . . . . 403	
" Leite . . . . . 552	" Garcia, sargento . . . . . 430	
" Martins de Sousa 221 e 226	" " da Rosa, tabelião . . . . . 429	
" Vaz Rodovalho . . . . . 552	" Goulart da Lombega . . . . . 430	
Ferreira Maciel (Dr.) . . . . . 326	" Homem, tabelião . . . . . 430	
Filippe Goulart . . . . . 429	" Ignacio Jacome . . . . . 364	
" Huncorne . . . . . 357	" " Pereira . . . . . 51	
" de Mesquita . . . . . 236 e 238	" Jacome de Bettencourt	338
Florencio José Terra 33, 34,	" Lopes, corregedor . . . . . 196	
48 e 50	" " Pinheiro, tabelião	
" " " (outro) . . . . . 34	260, 262 e 263	
Fortunato Maria Pereira, cap. . . . . 79	" Loureiro Raposo (Li-	
Francisca Adelaide Ribeiro	cenciado), Deão da Sé . . . . . 240	
Gil (D.) . . . . . 28	" Luciano de Freitas Es-	
" Cordelia Telles (D.) 24 e 36	meraldo (Dr.) . . . . . 330	
" Ribeiro de Sousa (D.) . . . . . 27	" Luiz de Vasconcellos . . . . . 179	
Francisco Affonso de Cha-	" Manoel Guttiêrres (mor-	
ves e Mello . . . . . 164 e 169	gado) . . . . . 90	
" Antonio d'Araujo, ge-	" Maria Supico . . . . . 434	
neral . . . . . 185	" de Maris, provedor . . . . . 169	
" Antonio Fialho, escriv. . . . . 475	" de Mascarenhas (D.),	
" " Furtado de Men-	Vice-Rei da India . . . . . 207	
donça, vereador . . . . . 475	" Mendes de Sousa (Pa-	
" Antonio Pereira . . . . . 287	dre) . . . . . 338	



Francisco Moniz Barreto Cor-	te Real . . .	338 e 451
« Nunes de Macedo Ma-	chado . . .	55
« Nunes Rocha . . .		158
« de Paula Barcellos Ma-	chado de Bettencourt	155 e 158
« de Paula Leal Borges	Pacheco . . .	437
« de Paula Cavalcante,	governador . . .	186
« de Paula Noronha (Dr.)		339
« Pires de Mattos (Padre)		47
« Pereira de Mello . . .		38 e 47
« de Sá Noronha . . .		27
« da Silveira (Licd.º) . .		232
« « d'Ávila Pimentel . .		23
« de Souto do Norte . . .		430
« de Sousa Pereira (Pa-	dre) . . .	429 e 430
« Vaz Chama, vereador		552 e 553
Frederico Coelho Valladão .		43
Gabriel d'Almeida de Vas-	concellos . . .	239
« Coelho, almoxarife		170 e 172
« Samora Moniz . . .		51
Gaspar Alvares Chichorro		555
« do Camo de Barros,	feitor d'elrei em Angra	552
« de Freitas da Costa . .		240
« Fructuoso (Dr.) . . .		161
« Homem da Costa . . .		219
« das Neves . . .		552 e 553
Gaudencio Carneiro . . .		26
George de Brum da Silveira		429
Gomes Eannes, escrivão . .		196
« Freire d'Andrade, ge-	neral . . .	90
« Pacheco de Lima . . .		553
Gonçalo d'Azevedo (Desem-	bargador) . . .	195 e 196

Gonçalo da Costa Coutinho		423 e 424
« de Labath . . .		70
« Vaz de Sousa . . .		552
« Velho Cabral, Com-	mandador d'Almourol	160
Gregorio Corrêa da Cunha		51
« Raymundo Vidal . . .		289
Guilherme Braga . . .		25
« Medeiros da Rosa . . .		51
« Moniz Barreto . . .		552 e 553
« Rodrignes de Serpa	Branco . . .	51
Heitor Homem da Costa No-	ronha (Padre) . . .	458
Henrique de Barcellos . . .		27
« José das Neves, cap.		432
« Lourenço de Sousa e	Silva . . .	51
« Pereira . . .		199
« de Sousa Furtado . . .		50
Hermenegilda de Lacerda .	(D.) . . .	24 e 36
Hieronimo (Vid. Jeronymo)		
Honorato Teixeira (M.) . .		37
Hylario José de Sousa . . .		29
Hypolito Cesiano Pamplona		338
Ignacio Alberto José Montei-	ro (Dr.) . . .	55
« Chautard, cap. do por-	to na Horta . . .	79
« da Conceição (Fr.) . .		339
Inigues, capitão . . .		177 e 215
Isabel Forjaz de Lacerda e	Castro (D.) . . .	479
« Olinda Serpa (D.) . . .		36
Izidoro d'Almeida . . .		170
Jacinto Augusto de Betten-	court . . .	35, 38, 44 e 46

Jacinto Ignacio de Brito Re- bello 196, 197, 200, 422, 424 e 446	João Fernandes de Grado, 1.º sargento mór em Ponta Delgada 166 e 171
« Ignacio da Silveira . 362	« Francisco d'Escobar 38 e 42
« José Machado . 188	« « d'Oliveira, escrivão 188
Jeronimo d'Abreu (Padre) . 222	« « Rebello . 51
« de Castro 338, 478 e 480	« Furtado . 431
« Fernandes de Cêa . 552	« Garcia Goulart . 429
« Martins Pamplona Cor- te Real . 340	« Hermeto Coelho d'A- marante . 19 e 53
« de Mendonça (D.) . 208	« Ignacio Tolledo . 338
« Sebastião, cap. mór . 69	« Jacques Rousseau . 89
« Teixeira Cabral (D.), Bispo d'Angra 221, 226 e 229	« José d'Andrade . 77
Joanna Flora Matildes (Ma- dre Abbadessa) . 470	« « da Cunha Ferraz (P.º), conego 338 e 470
« de Macedo . 195	« José da Graça 19, 38, 45 e 49
« da Silva (D.) . 199	« « « (ontro) . 19
João Alvares . 199	« « Pereira da Costa Silveira (Dr.) . 350
« Alvaro de Brito Albu- querque (Dr.) 479 e 480	« José Pinheiro . 437
« Alexandre do Amaral . 51	« Lopes Fagundes 552 e 553
« Anselmo Pimentel Cho- que (Dr.) . 396	« « Mouzinho . 449
« Antonio Garcia d'A- branches . 411	« Luiz Teixeira . 240
« Antonio Judice, engenhi. 180	« Manoel da Camara Ber- quó (Desembargador) 473
« « de Sá Linhares . 56	« Manoel Pereira da Cos- ta Silveira . 338 e 340
« « Thosa . 43	« Manoel do Rego Bote- lho de Faria . 451
« Augusto da Silva . 51	« Maria Ferraz de Mel- lo . 55 e 56
« d'Austria (D.) . 300	« Maria da Silva . 156
« Badella . 38	« « « Mesquita 55
« Bento de Lima . 55 e 56	« Miguel d'Almeida (D.) 179
« de Bettencourt . 38	« Moniz de Sá Corte Real 155 e 158
« « 552, 553 e 555	« Montes . 198
« de Bettencourt Vas- concellos Corrêa e Avila 49, 53 e 338	« Pacheco da Silva . 51
« Borges Pamplona . 436	« Paim da Camara . 338
« « da Silveira . 552	« Paulino d'Azevedo e Castro . 54
« Cabral, escrivão . 290	« Paulino da Costa . 55 e 56
« « de Mello . 260	« Pedro Soares Luna, major . 85
« de Castilho (D.) . 214	« Pereira (Padre) . 230
« Dias de Carvalhal, juiz 552	

João Pereira Forjaz . . . . .	49	Jorge Nunes Botelho, veread. . . . .	172
« « Forjaz Sarmento . . . . .	155	José Accurcio das Neves . . . . .	289 e 452
« « de Lacerda . . . . .	430	« Affonso Botelho Andra- . . . . .	45 e 55
« « de Lacerda . . . . .	77, 461 e 462	« Alexandre de Barcellos . . . . .	24
« « de Mattos Ritte, te- . . . . .	472	« Antonio Guerreiro . . . . .	401
« do Porto, escrivão . . . . .	194	« « de Queiroz Carrei- . . . . .	262 e 263
« de Portugal (D.), Bispo . . . . .	204	« « de Serpa . . . . .	36
« das Regras (Padre) . . . . .	297	« « da Silva Torres . . . . .	153
« da Rocha Ribeiro . . . . .	111, 350 e 385	« d'Arriaga Brum da Sil- . . . . .	180
« Rodrigues Goulart, tabel. . . . .	429	« Augusto de Bettencourt . . . . .	29
« Silveira . . . . .	429	« Cabral de Mello . . . . .	98, 103 e 159
« do Soito George . . . . .	430	« « Carvino . . . . .	44
« de Sousa Nunes . . . . .	436	« « Nogueira Sampaio . . . . .	98
« Tello (D.) . . . . .	205	« d'Ave Maria Leite da . . . . .	241
« Valladão Telles . . . . .	43	« Costa e Silva (D. Fr.) . . . . .	288, 331 e 350
« Velasques (D.), Agnazil . . . . .	207	« de Barcellos Machado . . . . .	338
« de Vasconcellos Cor- . . . . .	350	« de Bettencourt . . . . .	286 e 289
« rrea d'Avila . . . . .	350	« « « Vasconcellos . . . . .	339
Joaquim Alberto Pereira Ser- . . . . .	491	« « « Corrêa e . . . . .	86
« Baptista (Frei) . . . . .	339	« Avila, major . . . . .	437
« Carlos Pereira Madruga . . . . .	51	« Borges Linhares . . . . .	303
« Coelho . . . . .	139	« Botelho de Sequeira . . . . .	477 e 479
« da Costa Barbosa . . . . .	364	« juiz de fora . . . . .	341
« José d'Almeida (Dr.) . . . . .	262 e 263	« de Castro do Canto e . . . . .	341
« « Arnaud . . . . .	188	« Mello . . . . .	43
« « Coelho . . . . .	341	« Christovão de Figuei- . . . . .	338
« « Dias . . . . .	32	« redo . . . . .	76
« « Soares . . . . .	483	« Constantino da Silveira . . . . .	402
« Maria Alves Sinval . . . . .	105	« Almeida . . . . .	318 e 325
« Pinheiro de Freitas . . . . .	56	« da Costa Corrêa . . . . .	12
« de Sousa Quevêdo Pi- . . . . .	402	« da Cunha Brum Terra . . . . .	
« zarro . . . . .	495	« e Silveira (morgado) . . . . .	
Jobs d'Utra . . . . .	470	« Dionizio da Serra . . . . .	
Jorge Corrêa (Licenciado) . . . . .	472	« Philippe Ferreira Cabral . . . . .	
« « Fafes (Licd.) . . . . .	75	« (Dr.) . . . . .	
« da Cunha, capitão . . . . .	240		
« Dias de Sá . . . . .	555		
« Lopes . . . . .			

José Filippe da Graça . . .	49	José Narciso d'Almeida 450,	
« Francisco da Costa . . .	55	451 e 452	
« « de Paula . . .	437	« Pacheco . . .	481
« « Pinheiro da Silva . . .	51	« Patricio . . .	350
« « Rodrigues de Lima . . .	188	« « de Mendonça (Dr.) . . .	339
« « da Silveira . . .	55	« « Vianna . . .	48
« « Xavier 336, 340 e 353		« Pegado d'Azevedo (D.),	
« Furtado Garcia . . .	51	bispo d'Angra . . .	464
« Garcia de Amaral . . .	50	« Pereira de Lacerda . . .	76
« « Evangelho . . .	429	« Quintino Dias, major . . .	153
« « de Mello, tabelião . . .	430	« Roberto Pires Alves de	
« Gomes d'Azevedo (Des-		Miranda . . .	474
embargador) . . .	303	« Rodrigues . . .	51
« Ignacio de Christo . . .	51	« « Goulart, tabelião . . .	429
« « Espinola . . .	338	« « dos Santos . . .	449
« « Pimentel . . .	56	« Seabra da Silva 248,	
« « Silveira . . .	338	250, 252, 253, 270,	
« « Soares d'Avellar . . .	31	271, 359, 439, 447,	
« Jacinto d'Andrade Al-		448, 449, 450 e 453	
buquerque Bettencourt 327		« da Silva Carvalho . . .	407
« João da Cunha Vascon-		« Silveira de Castello Bran-	
cellos . . .	478 e 480	co . . .	430
« « de Simas e Cunha		« Silvestre Ribeiro . . .	435
478, 479 e 480		« Theodoro, vereador . . .	287
« Joaquim d'Almeida Mon-		« de Torres . . .	162 e 551
ra Coutinho (Dr.) . . .	475	« Vargas . . .	430
« Joaquim d'Azevedo (Dr.) . . .	53	« Ventura . . .	51
« « Nunes de Vascon-		« Xavier Monzinho da Sil-	
cellos (Dr.) . . .	76	veira . . .	405
« « Pinheiro . . .	451	Julio Cesar Machado . . .	34
« « de S. Thiago Fi-		« Janin . . .	34
gueiredo Gonçalves			
(Dr.) . . .	331 e 374		
« « da Silva . . .	452	Kettle (Mr. W. R.) . . .	9 e 17
« Leal Monteiro . . .	35		
« Machado Serpa (Dr.) . . .	36		
« Maria de Bettencourt		Laureanno José de Freitas	
Vasconcellos Lemos		Henriques . . .	476
(Dr.), Deão . . .	470	« Pereira da Silva . . .	37
« Maria Luné (P.), conego 338		Leonardo da Cunha . . .	224
« « de Mello Jr. . .	55	Leonor Vieira . . .	429
« « da Rosa . . .	47	Lopo Gil Fagundes, cone-	
« Marques da Costa (Dr.) . . .		go . . .	228
juiz de Fora 338 e 350		Lourenço Baldaque . . .	172
« Mathens Coelho Borges 451		« Cenogueira (D.) 175 e 214	

Lourenço Corrêa (Licenciado)	166	Manoel Bernardes (Padre)	298
« Lopes	198	« « d'Abreu Lima	255 e 372
« Vieira Pimentel	53	« da Camara (D.)	166
Luiz d'Almeida Menezes e Vasconcellos (Dr.)	76	« Carlos do Canto e Castro (Padre)	456 e 459
« Antonio d'Aranjo	390	« Clemente Cardoso Soeiro	256
« de Camões	47	« Corrêa Barba (Desembargador)	235
« Fernandes	195 e 431	« Dias de Lima	55
« Francisco Risso	90	« « de Lima Leal	55 e 56
« Gonçalves	176	« Dutra Bulcão	429
« « Pinheiro, juiz de fora	299	« « do Canto, capitão	429
« José Velho de Mello Cabral	327	« Emilio Thomaz da Silveira	42, 55 e 56
« Mendes de Vasconcellos	424	« Fernandes de Cêa	552
« de Moura Furtado	248, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 269, 270, 271, 357, 372, 375, 383, 447, 449, 452 e 453	« « de Quadros	224
« Pacheco do Canto e Lima	154, 155 e 158	« Ferreira da Silva	48
« de Paiva	242	« Francisco de Medeiros (Dr.)	46
« Pinto de Sousa	357 e 382	« Garcia de Mello	51
« da Silveira Mouzinho d'Albuquerque	401 e 402	« « de Menezes Canto	430
« Telles de Barcellos	26 e 50	« « Monteiro	34, 35 e 48
« da Terra	45 e 50	« « da Rosa (Desembargador)	473
« Terrier	392	« Gomes de Sampaio (Dr.)	159
Manoel Alvares (Padre)	555	« Gonçalves Furtado	431
« Alvares de Carvalho, corregedor	166	« de Gouvêa (D.), bispo d'Angra	226 e 229
« Alvares da Costa (D.), bispo d'Angra	455	« Guttierres	90
« d'Arriaga Nunes	52	« Henriques Dias	42
« d'Avila de Castello Branco, alferes	430	« Ignacio Brum do Canto (Dr.)	37
« Augusto Coelho Borges	156	« Ignacio Cabral	54
« « da Pureza	53	« « Paim da Camara Ornellas e Avila, capitão mór	458
« « da Silva	51	« Ignacio da Silva (Padre), arceediago	338
« de Barcellos (Dr.)	340	« Ignacio de Sousa Sarmiento (Dr.)	24 e 36
« de Barcellos Macedo	552	« Jacinto Labath	89
		« Joaquim d'Azevedo e Castro	54
		« Joaquim Dias	32

Manoel Joaquim de Fontes .	188	Manoel de Simas e Cunha .	478
« « Nogueira .	152	« Simplicio Ferreira .	338
« José Antonio da Costa .	188	« de Sousa Raivoso .	401
« « d'Arriaga Brum da Silveira (Dr.) .	264, 331, 335, 341, 350 e 473	« de Sousa Rezendes .	188
« José Garcia .	338	« « Simas .	188
« « Soares .	51	« Thomaz Pereira .	41
« de Lima (Padre) .	430	« de Toledo .	552
« Lobo Cabral .	225	« da Trindade (Fr.) .	339
« Lopes Ferraz, advogado .	350	« Vieira Maciel .	55
« « (Padre) .	338	« Zerbone .	33
« Machado .	165 e 170	« Jr. .	33 e 48
« « Diniz (Padre), co- nego .	470	Margarida Alvares .	554
« « Linhares Soares .	55	« de Chaves (D.) .	165
« Maria Brum da Silveira .	51	Maria dos Anjos Sarmiento Ter- ra (D.) .	34
« de Mello .	41, 55 e 56	« Aurora d'Avellar (D.) .	31
« Mesquita .	478 e 480	« Clara de Mendonça e Castro (D.) .	479
« do Nascimento Costa, intendente .	289	« Delphina da Conceição (D.) .	29
« Nunes Ribeiro, ouvidor .	166	« Joaquina da Piedade (D.) .	35
« Pereira Goulart .	430	« José Zerbone (D.) .	33
« Pires, o Moço .	430	« Leopoldina d'Ornellas (D.) .	89
« Raposo Ferreira .	188	« Pereira de Sousa .	221 e 226
« Rocha d'Almeida .	50	Marquez de Castello Rodrigo .	280
« Rodrigues Goulart, ta- belião .	429	« de Palmella .	400 e 402
« Rodrigues Homem, ta- belião .	429 e 431	« de Pombal .	308 e 312
« Rodrigues de Sousa .	429	« de Ponte de Lima .	385
« « de Souto .	429	« de Santa Cruz .	176
« dos Santos (Fr.) .	293	Martim Affonso de Mello .	175 e 214
« « « Rolim (Padre) .	455	« de Aranda, auditor .	213
« Sebastião d'Andrade .	462	« de Bohemia .	195
« « Trive de Sampaio .	461	Martin Simão de Faria .	552
« de Sequeira Perdigão .	300	Martinho de Castelbranco (D.) .	197
« Severim .	293, 298 e 300	« de Mello e Castro .	319
« Siève Borges .	285	Mascarenhas (Desd. <sup>o</sup> ) .	235, 237 e 238
« da Silva .	212 e 217	Matheus João de Bettencourt Corrêa e Avila .	461
« « Greaves .	37 e 47	« José de Mello Betten- court .	339
« « Passos .	154	« de Moraes (Dr.) .	238
« da Silveira Araujo (P. <sup>e</sup> ) .	339	« Moniz .	451
« « de Bettencourt .	430	« Pereira Noronha do A- maral .	56
« de Simas .	480		

Matheus do Rosario (Fr.) .	339
Mathias José Cordeiro	264 e 451
« da Silveira .	430
Mattos Rite, major.	110
Maximiano Picanço Corrêa (Padre) .	226
Melchior Rodrigues .	552
« Vieira .	552
Mello (F. P. de) .	22
Miguel Cysne de Faria, con- tador da fazenda .	179
« Figueira Delgado (Des- embargador) .	299
« Maria Borges da Ca- mara (Dr.) .	87
« Rebello (Fr.), jesuita .	458
« Soares Pereira (Dr.), a- gente de Roma .	238
« Street Arriaga (Dr.) .	45
Monsedoca, capitão .	215

Nicolau Adrião Ferreira da Costa Nunes .	55
« Antonio Borges de Bet- tencourt .	182
« Dantas Barreto, tabelião	430
« Joaquim da Costa Tor- res .	55 e 56
« Maria Marfim .	188
« « Raposo d'Amaral	409
Noronha (Desembargador) .	239
Nuno Alvares Pereira (D.) .	297

Pantalião Nogueira .	552
Pedro Affonso d'Ornellas .	226
« Alvares de Benevides, vereador .	172
« « Pereira	233 e 552
« Antonio Castello Bran- co, Mestre de Campo	338
« Barbosa da Silva .	327
« de Boas .	429

Pedro de Castilho (D.), bispo	175 e 552
« de Castro do Canto	552 e 553
« Dias .	206
« Dor .	205
« Freire (Padre), jesuita	554
« George ( « ) « .	554
« Gomes d'Avila .	224
« de Maeda (D.), mestre das obras do castello de S. Braz	168 e 170
« Peixoto da Silva .	175
» de Sant'Anna (Fr.) .	338
« de Sousa Canavarro, co- ronel .	153
« Valdez (D.) .	208 e 211
« Vaz de Fontes .	553
Pereira (Desd. <sup>or</sup> ) .	235 e 237
Pero (Vid. Pedro)	
Pestana (C. A.) .	22
Pierre Dor .	205
Prior do Crato (D. Antonio)	174

Raulino Antonio da Fonseca	56
Ricardo José Alves .	476
« « Coelho, coro- nel .	76 e 79
Rita Leonor (D.) .	32
Roberto Luiz de Mesquita Pi- mentel (Dr.) .	155
Rodrigo Alves Guerra	35 e 49
« « « (ontro)	35
« « « Jr.	48
« da Camara (D.) .	301
« de Sousa Continho (D.)	282
Roque Barcia .	22
« Dias (Licenciado)	552
Rosa Dabney (D.)	28 e 45
« D. da Graça (D.) .	19
Ruy Dias de Sampaio .	552
« Gonçalves da Camara, capitão donatario	174 e 533
« Leite, recebedor	198 e 199

Salvador Homem d'Almeida (Padre) . . . . .	155 e 158	Tristão de Mendonça Furta- do . . . . .	298
Sancho Manoel (D.) . . . . .	300	Trübner . . . . .	17
Schemeller (Dr.) . . . . .	161		
Sebastião Alvares (Fr.), jesuita . . . . .	445		
« Antonio da Silveira, ve- reador . . . . .	475	Urbano Prudencio da Silva (Dr.) . . . . .	30, 42 e 46
« Francisco Forjaque, guer- rilla . . . . .	182		
« Gomes . . . . .	197	Valerio do Sacramento (D. Fr.) bispo d'Angra . . . . .	455
« José d'Arriaga Brum da Silveira . . . . .	186	Vallentim Fernandes Alle- mão . . . . .	161
Serafino José Ferreira . . . . .	47	Vasco Annes Corte Real . . . . .	197, 198 e 199
Silverio Augusto Pereira da Silva, engenheiro . . . . .	193	« Fernandes Rodovalho . . . . .	235 e 239
Silvestre Pinheiro Ferreira . . . . .	90	Vicente Ferreira de Vas- concellos (Padre) . . . . .	288
« Pereira d'Amaral . . . . .	338	« Pereira Nunes . . . . .	88
Simão Cardoso . . . . .	172	« de Quadros (Fr.) . . . . .	59
« Cortes . . . . .	554	Victor A. de Lemos e Sil- veira . . . . .	40
« Gonçalves de Tavora . . . . .	552	Victoriano José de Sequeira . . . . .	262
« José da Luz Soriano . . . . .	400	Victorino José Ribeiro (P.º) . . . . .	45
		Visconde de Itabayana . . . . .	404
Tatham (Mr.) . . . . .	10	« de Castilho . . . . .	27 e 49
Theresa de Moraes Pereira (D.) . . . . .	77	Vital de Bettencourt de Vas- concellos . . . . .	239 e 350
« Ribeiro Guerra (D.) . . . . .	35	Vital de Bettencourt de Vas- concellos e Lemos . . . . .	286 e 288
Thomaz Ashe, capitão . . . . .	484		
« Branco (Fr.) . . . . .	458	Walker (W. F.) . . . . .	17
« Benedicto . . . . .	168 e 170	Wenceslau Maria de Mello . . . . .	55
« Francisco da Silveira Jr. . . . .	55		
« José Brum Terra . . . . .	52		
« « Carvão . . . . .	338		
« « de Frões, escrivão . . . . .	265		
« « da Siva . . . . .	478 e 480		
« Luiz Leal . . . . .	90		
« do Rosario (Fr.) . . . . .	467		
Thomé Garcia . . . . .	430		
« Gomes Boto . . . . .	552		
		Zepherino Brandão . . . . .	28



IV

**Alphabeticos de nomes de logares**

Angra do Heroismo: mercês que recebeu em carta regia de 1837 . . . . .	153
Capello (logar do)—Fayal—Erupção em 1672 . . . . .	425
Ginetes (logar dos) S. Miguel: esterilidade de seus campos . . . . .	432
Ilha do Corvo: estradas construidas e a construir em 1886 . . . . .	492
“ “ Fayal: Idem . . . . .	19
“ “ “ : Erupção no Capello em 1672 . . . . .	425
“ das Flores: tremores de terra em 1755 . . . . .	434
“ “ “ : introdução da imprensa n’esta ilha . . . . .	43
“ “ “ : estradas construidas e a construir em 1886 . . . . .	192
“ Graciosa: Idem . . . . .	192
“ de S. Jorge: Idem . . . . .	192
“ da Madeira: Idem . . . . .	192
“ de S. Miguel: Idem . . . . .	192
“ “ “ “ (Noticia por W: R. Kettle) . . . . .	9
“ “ “ “ (seu descobrimento) . . . . .	140
“ “ “ “ : Erupção no Pico do Sapateiro em 1652 . . . . .	422
“ de Santa Maria: estradas construidas e a construir em 1886 . . . . .	492
“ do Pico: Introduçção da imprensa n’esta ilha . . . . .	44
“ “ “ : estradas construidas e a construir em 1886 . . . . .	192
“ Terceira: Idem . . . . .	192
Lombada (S. Miguel): analyse da sua agua medicinal . . . . .	189
Medina del Campo: passagem de D. Antonio em 27 de maio de 1584 . . . . .	207

Pico do Sapateiro (S. Miguel): Erupção em 1752	422
« da Vara (S. Miguel)	9
Porto Santo (ilha do): estradas construídas e por construir em 1886	492
Praia da Victoria (Villa da): terremoto em 1841	434
S. Roque (Villa de) Pico: Installação do Gabinete Marquez de Pombal	56
Santo António do Castello (Horta)	69
Serra Gorda (S. Miguel)	14

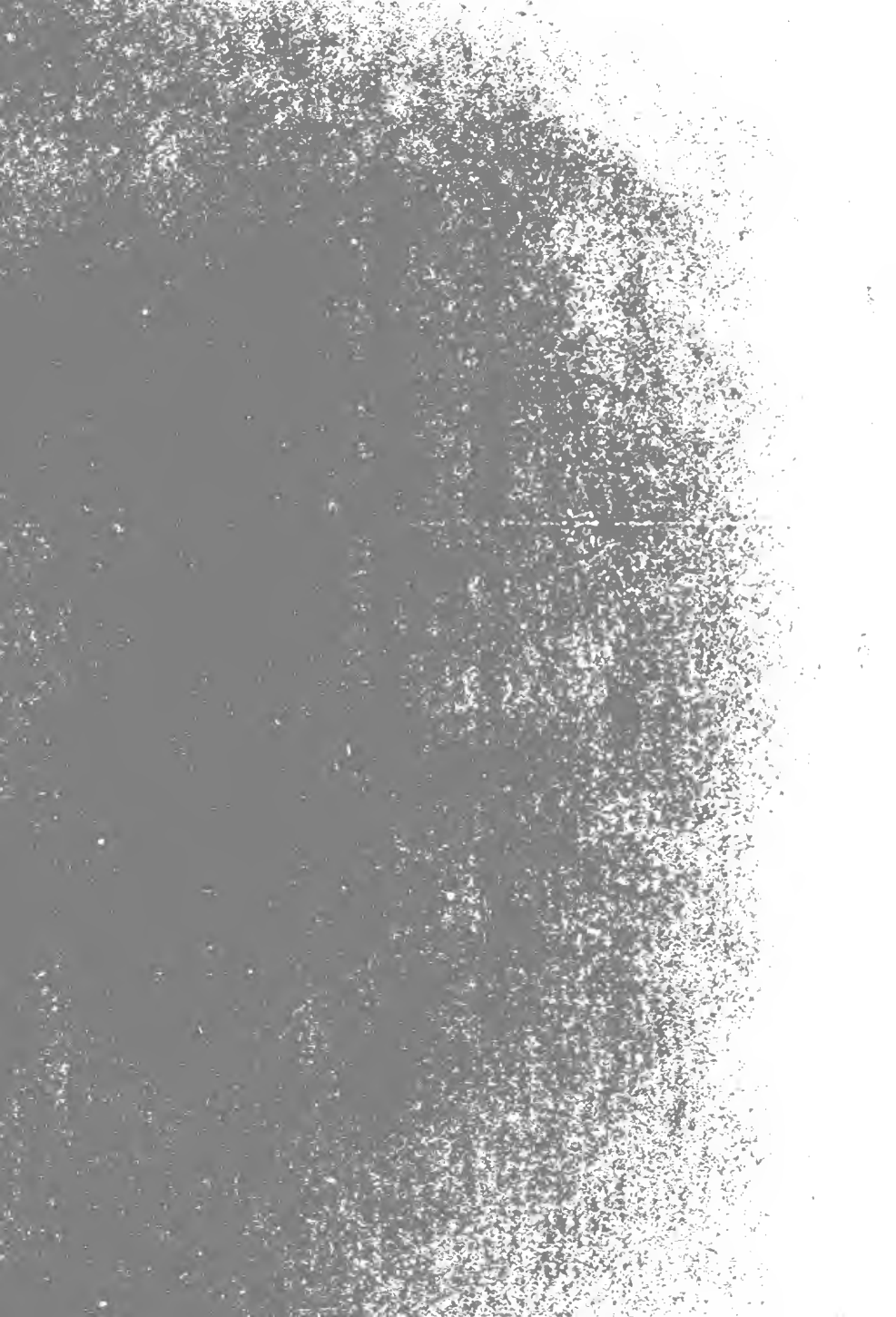
---

## ERRATAS

Pag. 90. linha 38 —aonde se lê: *estabeler*—deve ler-se: *estabelecer*.  
 240. « 17— « « *Juiz*— « *Luiz*.







519576

P  
HSp  
A

Arquivo dos Açores.  
v.9(1887-8)

NAME OF BORROWER

DATE

**University of Toronto  
Library**

**DO NOT  
REMOVE  
THE  
CARD  
FROM  
THIS  
POCKET**

Acme Library Card Pocket  
LOWE-MARTIN CO. LIMITED

